

REVISTA

DO

Instituto Arqueológico Histórico e
Geográfico Pernambucano

Comissão de Redação:

Mário Melo, Samuel Campêlo e
Naasson Figuerêdo

*Os heroicos feitos dos antigos
Tende vivos e impressos na memoria
Alli vereis esforços nos perigos,
Alli ordem na paz digna de gloria*

PROSOPOPEA — BENTO TEIXEIRA



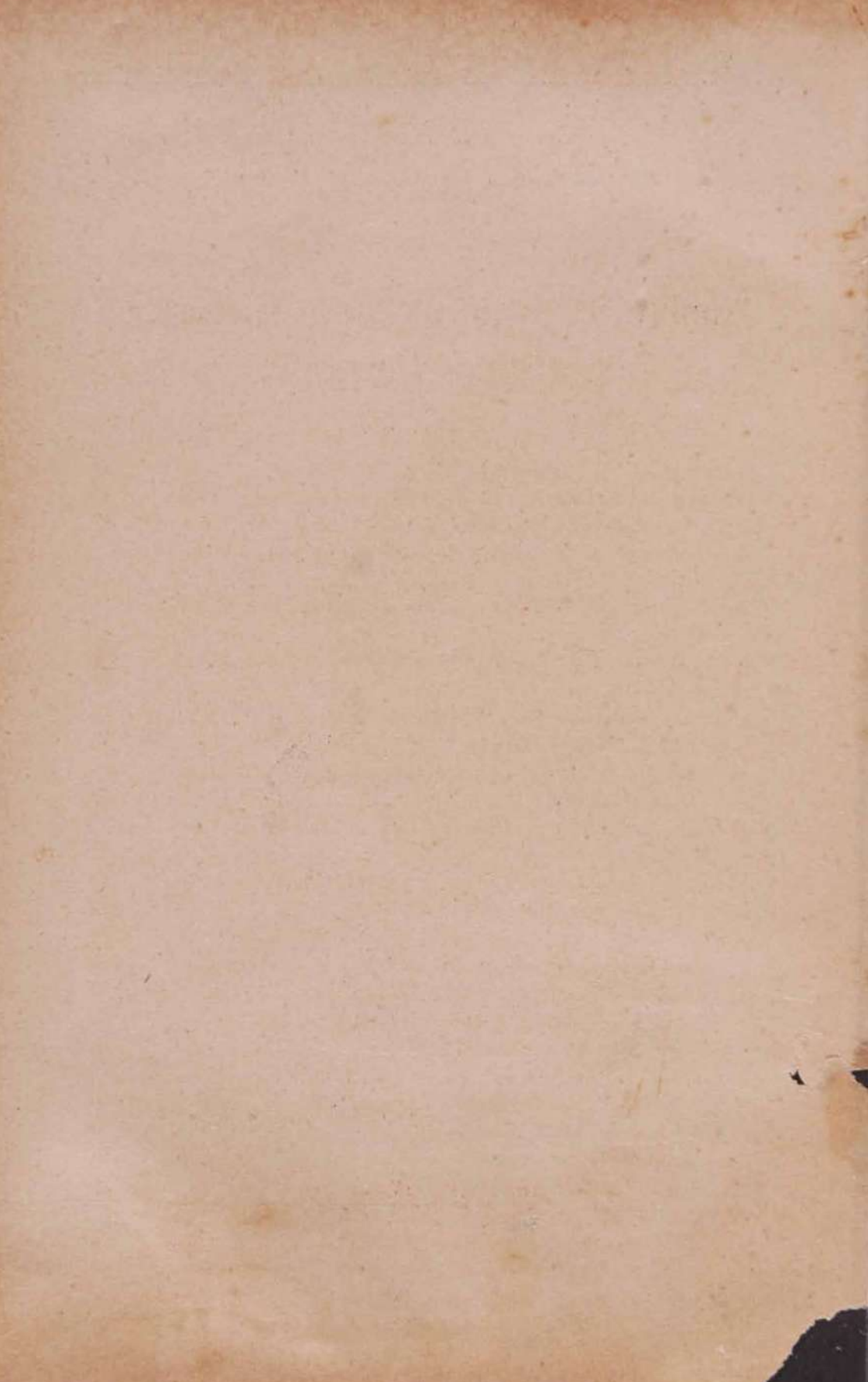
BRASIL — PERNAMBUCO — 1934

Officinas Graficas da Imprensa Oficial

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



SUMÁRIO

(Por trabalhos)

Arqueologia pernambucana — Mário Melo	7
Leão do Norte — F. A. Pereira da Costa	15
Um velho forte holandês — Naasson Figuerêdo	21
Genealogia municipal de Pernambuco — Mário Melo	23
O problema das águas subterrâneas no alto sertão de Pernambuco — Edmundo Silva	27
Santo Amaro de Sirinhaém — Osiris Caldas	33
O Padre Manoel de Moraes — Naasson Figuerêdo	35
Genealogia luso-tupi — Mário Melo	39
A origem do nome Olinda (lenda) — L. C. Cardoso Aires	43
João Fernandes Vieira não era bastardo — Mário Melo	47
Identidade de João Fernandes Vieira — J. J. Maria Rodrigues de Oliveira	51
Mentiras históricas — Velho Sobrinho	61
Família Carneiro da Cunha — Mário Melo	63
Anhangá, mito de confusão verbal — Luis da Camara Cascudo	75
O Kyck in de Pot, o Milhou e a Capitulação do Taborda — Naasson Figuerêdo	81
Anais Pernambucanos — F. A. Pereira da Costa	89
Estatutos do Instituto arqueológico	229
Ruas e arrabaldes do antigo Recife — Mário Sete	241
Pernambuco no primeiro século — Fernão Cardim	249
O brasão de Duarte Coêlho — Mário Melo	257
Catálogo da coleção de medalhas do Instituto, série estrangeira — Alfrêdo Couceiro	263
A República dos Palmares — Mário Melo	289
Identificação dos diversos Domingos Jorge Velho — Afonso de E. Taunay	293
Eugenismo pernambucano — Monteiro de Melo	299
Notas do Fole-lore — Estêvão Pinto	303
Arte brasileira — Frestórgio Vanderlei	309
Carta de Duarte Coêlho a d. João III	315
Dados históricos da ordem carmelitana em Pernambuco — Frei André Maria Pratt	317

Relatorio do Secretario perpétuo	327
Atas das sessões	331
Relação dos sócios	413

(Por autores)

Mário Melo — Arqueologia pernambucana	7
Genealogia Municipal de Pernambuco	23
Genealogia luso-tupi	39
João Fernandes Vieira não era bastardo	47
Familia Carneiro da Cunha	63
O brasão de Duarte Coêlho	257
A republica dos Palmares	289
Relatório	327
F. A. Pereira da Costa — Leão do norte	7
Anais pernambucanos	89
Naasson Figuerêdo — Um velho forte holandês	21
O Padre Manoel de Moraes	35
O Kyck in de Pot, o Milhou e a capitulação do Ta- borda	81
Edmundo Silva — O problema das águas subterra- neas no alto sertão de Pernambuco	27
Osiris Caldás — Santo Amaro de Sirinhaém	33
L. C. Cardôso Aires — A Origem do nome Olinda	43
J. J. Maria Rodrigues de Oliveira — A identidade de João Fernandes Vieira	51
Velho Sobrinho — Mentiras históricas	51
Luis da Camara Cascudo — Anhangá, mito de confu- são verbal	75
Mário Sete — Ruas e arrabaldes do antigo Recife	241
Fernão Cardim — Pernambuco no primeiro século	249
Alfrêdo Couceiro — Catálogo da coleção de meda- lhas, série estrangeira	263
Afonso de E. Taunay — Identificação dos diversos Domingos Jorge Velho	293
Monteiro de Melo — Eugenismo pernambucano	299
Estevão Pinto — Notas do folclore	303
Eustórgio Vanderlei — Arte brasileira	309
Frei André Pratt — Dados históricos da arte carme- litana em Pernambuco	317

Diretoria do Instituto em 1933

Presidente

Prof. dr. Methodio Maranhão

Vice-presidentes

Prof. dr. Gervásio Fioravanti
Desembargador J. A. Corrêa de Araujo
Conêgo Jerônimo d'Assunção

Secretario perpétuo

Prof. dr. Mário Carneiro do Rego Melo

2.º secretário

Naasson Figuerêdo

Suplentes de secretários

Dr. Samuel Campelo
prof. Felipe Monteiro

Oradôres

Dr. Oscar Brandão
Dr. L. C. Cardoso Aires

Suplentes de oradôres

Prof. Jeronimo Gueiros
Dr. Bezerra Leite

Comissões

Da Revista e Estatutos

Mário Melo, Samuel Campêlo,
Naasson Figuerêdo.

De Sindicancia

L. C. Cardôso Aires, José de
Barros Lima, Olimpio Costa
Junior.

De Manuscritos

Mário Coelho Pinto, Zeferino
Lima, Apolonio Peres.

De História e Geografia

Fernando Barroca, José Rodri-
gues de Carvalho, Carlos Pe-
reira da Costa.

De Fundos e Orçamentos

Jeronimo d'Assunção, Domicio
Rangel, Raimundo Pais Bar-
reto.

De Arqueologia e Etnografia

J. A. Corrêa de Araujo, Ma-
nuel Caetano Filho, Mário
Melo.



REVISTA

DO

Instituto Arqueológico Histórico e
Geográfico Pernambucano

Vol. XXXII

Janeiro a
Dezembro de 1932

Ns 151—154

Arqueologia Pernambucana

I

Visitando Limoeiro nos últimos dias do ano findo, fiz indagações arqueológicas, certo de que em algum tempo, mais ou menos ha 30 anos, haviam descoberto ali um cemitério indígena.

Levaram-me ao local, cêrea de uma lègua distante e ao oeste da cidade, num serrote á margem direita do Capibari-be.

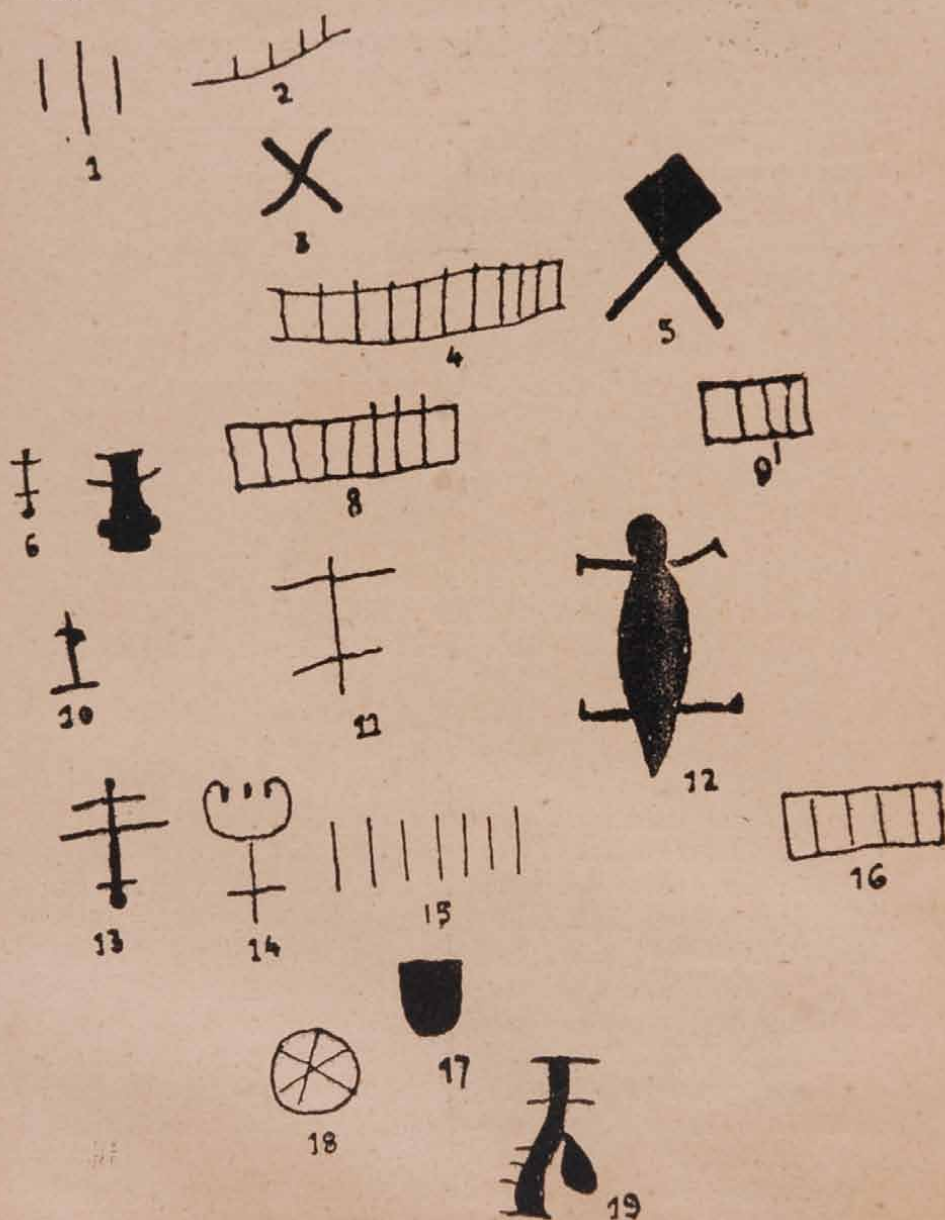
Nada mais encontrei de apreciável. Por toda a parte, na encosta do serrote, junto a minúscula gruta, grande quantidade de fragmentos de ceramica, a demonstrarem que ali existiu considêravel número de igassabas e de camucis. Trouxe um dêsses fragmentos para o Instituto, porque por êle se vê que trabalhavam em alto relêvo, o que denota relativo adeantamento dos precursôres da nossa olaria.

Tinha também informações, divulgadas por Sebastião Galvão, de que no distrito de Pedra Tapada — famoso pela fabricação de facas de ponta — daquêle municipio, havia inscrições lapidares:

“No lugar Figueira, ao oeste de Pedra Tapada, e a seis quilômetros distante da cidade de Limoeiro, ha uma grande lage sôbre a qual se vêem gravadas, em relêvo, caracteres romanos dispostos em linha. E' uma verdadeira curiosidade, pois, se trata unicamente de uma obra de natureza; as-



sim, muitas vezes, pessoas que tem entendido conhecer a profundidade ou o modo por que estão ali colocadas tais lètras, com instrumentos bastante rijos, têm tirado lascas de pedra, e as lètras continuam reproduzidas no interiôr da lage”.



Tinha razões particulares para desejar conhecêr de perto isto a que, mal informado, o saudôso cronista pernambucano chamava curiosidade natural. Meu avô paterno, o tenen-

te-coronel Urbano José de Melo, falecido antes do meu nascimento, fôra proprietário duma fazenda Figueira, no município de Limoeiro, conforme verifiquei no seu testamento. Este meu ascendente e seus pais provinham daquela região. É tradição em minha família paterna, confirmada pelo chorado padre Basílio da Luz, vigário de Tracunhãem, que conheci em minha infância e morreu nonagenário, que um dos meus ascendentes capturara, numa caçada, uma indiazinha conhecida como "Salta Riacho". Foi batizada com o nome de Maria Antônia de Jesús e criada no seio da minha família. Com ela se casara o meu bisavô paterno. Do testamento do meu avô Urbano consta: "Sou filho legítimo de João Felipe de Melo e de Maria Antônia de Jesús Melo". Dai as afirmativas que tenho feito e que tanto me envaidecem de sangue brasileiro nas minhas veias.

Fui á Pedra Tapada e, da Pedra Tapada, com seguro guia, á fazenda Figueira.

No leito do Capibaribe, ao norte da serra do Mondé, em grande bloco de granito cinza com veios irregulares de feldspato, em sentido contrario á corrente, que o rio só tem água na estação chuvosa, há os glifos da gravura acima, numerados por mim, de 1 a 19, todos pintados a tinta vermelha.

Não se trata de erosão na rocha, nem esta tem a forma de lage, como inadvertidamente informaram a Sebastião Galvão que, de certo, nunca visitou o local.

Quando estudei os litóglifos da serra do Caldeirão, de Vila Bela, manifestei dúvidas sôbre sua origem, não só por serem cavadas na rocha como porque todos êles apresentam figuras geométricas perfeitas, com ausência absoluta de animais. Bernardo Ramos, que é nossa maior autoridade no assunto, confirmou que eram traços duma civilização oriental, de milênios da era anteriôr á de Cristo.

Quanto á êstes de Limoeiro, — posso dizê-lo dos meus antepassados — não tenho dúvidas, por estudos comparativos e pelo emprêgo da indelével tinta vermêlha, de que os nossos aborígenes conheciam o segrêdo, de tratar-se de coatiara brasileira.

Pura manifestação de arte, como querem uns? Creio que não. Mero passatempo de desocupados, como querem outros?

Para as coatiaras de Taquaritinga, de que tratarei depois, não encontro outra explicação.

Êstas de Limoeiro devem de abrangêr as duas teorias: arte rudimentar e registro de feitos notáveis do gravadôr ou da tribo.

As linhas verticais, tão diversamente expostas nas figuras, 1, 2, 4, 8, 9, 15 e 16 representam evidentemente fatos que desejavam registrar.

Sabido que o criminoso nato dos nossos sertões por atavismo, ainda hoje grava no punhal, em linhas verticais, ou no bacamarte, o numero de mortes, não é muito atribuir as mesmas linhas do litógrafo ao número de mortes do pintor, que maior honra não havia para o nosso selvagem. Tanto maior o número de inimigos abatidos quanto mais respeitado na tribo.

Em algumas, o púbere só poderia casar-se depois de haver abatido pelo menos um adversário.

Na figura 1, nota-se que a linha do centro é maior. Talvez um adversário mais forte. Na figura 8, três excedem o limite para cima e na figura 9, uma o excede para baixo.

Ainda a considerar a diversidade entre linhas verticais livres (figs. 1 e 15) pequenas linhas verticais sobre uma oblíqua (fig. 2) talvez fatos referentes a mininos e linhas verticais dentro de retangulos.

Interessante é que no lugar Mórros, de Limoeiro (Ceará) há gravuras idênticas em linhas verticais livres, bem como no de Picuí (Paraíba). E na Gruta do Letreiro, no Rio Grande do Norte, ha linhas verticais dentro de retangulos.

Quanto á figura 12, não há dúvida de manifestações de arte. E' um animal, semelhante a muitos que existem noutras itacoatiaras em toda a América. E quanto á 18, é a representação do sol, também comum nesta parte do Nôvo Continente.

Sobre essa identidade, observa Gustavo Barrozo (*Os maa-deus do sertão*): "O mistério dessas analogias dá que pensar e a explicação mais aceitável será a dum simbolismo religioso primitivo, do qual lentamente se derivaram caracteres ideográficos, comuns a toda a humanidade, ou a uma humanidade que andou por quasi toda a terra, dos quais tenham nascido os primeiros alfabetos".

E' provável que algum dia possam chegar a conclusões definitivas sobre o assunto, como aconteceu no Oriente. Por ora, no Brasil, estamos ainda na fase das suposições e da colheita de material.

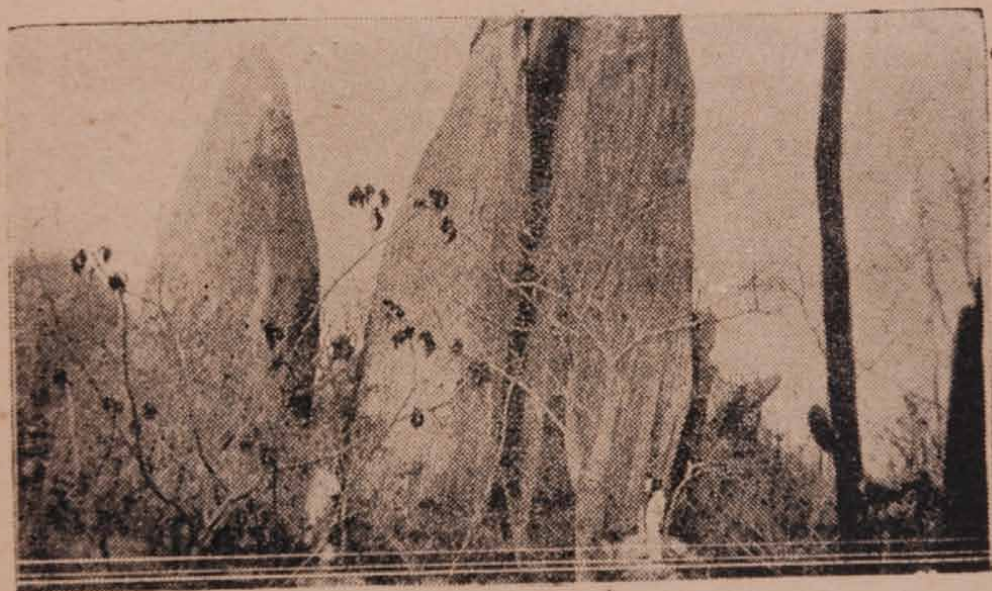
Em Pernambuco há abundancia de litógrafos, sendo notável que as primeiras descobertas se devem aos holandêses. Tenho, em minhas excursões, copiado diversos e talvez um dia possa reuni-los, para facilitar o estudo comparativo dalgum nôvo Champollion.

II

Em Taquaritinga, onde estive em seguida, procedendo a indagações de natureza arqueológica, fui informado por uma velha de que na fazenda Boa Vista, distante cêrca de 10 léguas da cidade, havia umas pedras muito bonitas, onde moraram cabôclos e que nessas pedras se viam pinturas. Outras pessoas m'o confirmaram.

Difícil a viagem. Proporcionou-m'a o capitalista Severino Pereira da Silva, a quem Taquaritinga deveria grandes melhoramentos si sua estada ali não fôra transitória. Não só me cedeu o seu luxuôso automóvel — único ali existente — como têve a gentileza de acompanhar-me.

Depois de cêrca de duas horas de viagem por trilhas de



Vista geral da itarendáua da fazenda Boa-Vista

vaqueiros, atingimos a um ponto maravilhoso, onde paramos, numa itarendáua, para melhor observar os caprichos da natureza. Uma área de mais ou menos mil metros quadrados de rocha viva — chisto cristalino — a pique, em fôrmas caprichosas, sendo que dois dêsses chistos, em posição vertical, tem cêrca de 30 metros de altura e como que se unem em cima, formando, assim, uma galeria.

Tendo visitado a Pedra Bonita do Reino Encantado da serra do Catolé, no município de Belmonte, onde se deram as conhecidas cenas de fanatismo, posso afirmar a parecença destas com a da fazenda Boa Vista exceto na estrutura.

Possivelmente o nome da fazenda vem dêsse lugar encantadôr. Contudo, não divisamos a itacoaliara.

Prossequimos até a casa da fazenda, propriedade dum autêntico sertanêjo — José F. Barboza Cordeiro, conhecido por Padre Arruda. Estava a cavar um pôço num baixio que nos disse sêr o açude mas onde não havia vestígios de água e cujo leito era pissarrento.



Fez-nos voltar á região dos chistos, á itarendáua, e mostrou-nos uma pedra, onde, numa espécie de abóbada, que per-

mite estar um homem em pé, havia, a tinta vermelha, as gravuras acima, por mim, a pesar de péssimo desenhista, copiadas.

Informou-nos o Padre Arruda que ali anteriormente encontrara ossos humanos.

Deante dessa itacoatiara não tenho dúvida em afirmar que se trata apenas de manifestação artistica dos nossos aborígenes, sem qualquer idéia de roteiro.

Talvez uma indicação tumular.

As figuras 2, 3, 4, 5 foram evidentemente estampadas. O pintor passara tinta na mão direita e imprimiu-a na rocha. A figura 6 representa, sem dúvida, a fléxa junto ao arco, no momento de atira-la. A figura 7 dá idéia dum pás-



Rocha onde se encontram as coatiaras aqui descritas

saro em vôo. As figuras 9 e 10 representam o jacaré, o teiú ou o camaleão, sendo curiosa a desproporção das unhas da figura 9. Quanto á figura 8 é que tenho dúvida. Será humana, com aquêles pés e sem braços? Será um esqueleto humano, de que se houvessem os braços desprendido? Será um animal extinto, de que não tenhamos conhecimento? Ou será um duende, dos muitos que povoaram a imaginação dos nossos cabôelos?

Curiosa a relação das figuras 2, 3, 4 e 5 com o que existe em Goiás, segundo o testemunho do brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos: "No Mórro das Figuras (na antiga estrada do Pilar para o Carretão, a oeste da serra deste nome

e oito léguas distante do arraial do Pilar) ha várias impressões semelhantes ás mãos abertas, com a palma para baixo”.

Tal qual o que encontrei na fazenda Boa Vista.

Três são as principais teorias divergentes sobre os lítóglifos americanos: uns querem que tenham sido traços dum povo civilizado; outros que sejam escrita de fatos memoráveis, inclusive roteiros; outros que sejam simples manifestação de arte sem qualquer significado.

A meu vêr, ha fundamento para as três hipóteses. Mesmo em Pernambuco, segundo já tenho observado em minhas excursões, todas três encontram apoio.

As gravuras cavadas na rocha, na serra do Caldeirão, em Vila Bela, em perfeita proporção geométrica, diferentes de todas que tenho encontrado, e por mim descritas no vol. XXVIII desta Revista, não poderiam ser obra dos tapuias que habitavam os nossos sertões; as de Pedra Tapada (Limoeiro), as de Sabá e outras que vi nas Aguas Belas casam-se bem na segunda hipótese; estas da Boa Vista (Taquaritinga) e as que vi em S. Antônio do Tará estão de perfeito acôrdo com a terceira hipótese: simples manifestação artistica, méro passatempo.

Mário Melo

Leão do Norte

E' do ano de 1601 que temos conhecimento das **Armas novas** dos donatarios de Pernambuco, pela sua gravura na pagina de titulo do poema *Prosopopéa*, do nosso poeta Bento Teixeira, então impresso, e oferecido — *A Jolge Dalbuquerque Coelho, Capitão & Governador de Pernambuco*, — e seu terceiro donatario, como as reproduzimos no artigo que lhe diz respeito na data de 23 de abril de 1539.

Nessas **Armas novas** conferidas pelo soberano aos irmãos Duarte e Jorge de Albuquerque Coelho, segundo e terceiro donatarios de Pernambuco, foram mantidas em dous quartéis do escudo as de seu pai, Duarte Coelho, primeiro donatario, em que se vê um leão em ação de investir, que, segundo o historiador Manuel Severim de Faria (1583-1655), nas suas *Noticias de Portugal*, representa o valor com que se houve Duarte Coelho na conquista da capitania de Pernambuco; armas estas que foram tambem **novas**, e a ele conferidas em 6 de julho de 1545.

No primeiro pavilhão que tremulou no Brasil, em terras pernambucanas, á sua descoberta, via-se o tradicional **Leão de Castela**; e com a occupação batava, nos seus escudos e estandartes, o **Leão Neerlandês**, da casa de Nassau. **Rei dos animais** pela sua valentia, e assim já chamado desde os tempos heroicos, o leão é o simbolo da força e da bravura, da soberania e da prudencia, e na India como no Oriente, da generosidade e da coragem. Dando o seu nome a soberanos e pontifices, a reinos e cidades, inspirando a instituição de ordens honorificas em que figura como tipo decorativo, tomando como apelido de familia e denominação de acidentes geograficos, vemo-lo enfim, como simbolismo de força e bravura nas armas e estandartes de diversos povos, desde tempos imemoriais.

Pompeu, exemplificadamente, o lendario guerreiro e consul romano, usava nos seus estandartes — de um leão pegando em uma espada; — os assirios, do leão alado, já no tempo

de Nemrod; igualmente os venezianos, como se vê do seu tradicional **Leão de S. Marcos**, e bem assim os persas, que o estamparam nas suas armas e estandartes, com uma cemitarra na garra direita, como ainda hoje se vê; enfim os gregos, que o tomaram como suportes de forças nos seus monumentos desde os tempos pelasgicos.

Na heraldica mediéval da Europa — denotava o leão com muita propriedade, as jornadas d'Africa, — e assim, como um reflexo desse valor cavaleiresco patenteado nas aventurosas jornadas africanas e orientais é que se via o leão nos escudos darmas de grande numero de fidalgos europeus, principalmente espanhóis e portuguezes, figurando entre estes os donatarios de Pernambuco.

E' assim, daquella **leão de purpura passante**, que figura nas armas do donatario e fundador da capitania, e depois, em quartéis distintos, nas de seus filhos e sucessores, que, naturalmente se prende a origem desse qualificativo lendario de **Leão do Norte** com que Pernambuco é denominado como que para acentuar — a indomita altivez e o heroismo e bravura dos pernambucanos — nos seus generosos cometimentos de conquistas e expansão territorial, desde Itamaracá até o Amazonas; nas lutas das efemeras occupações franco e britanica no Recife, nas campanhas contra o bátavo invasor, que baixou a servir ao seu valor e heroismo nas batalhas campais de Tabocas, Casa Forte e nas duas dos celebrados montes Guararapes, — cujo campo espera em vão um monumento, que comemore o Waterloo dos holandêses, — e tantos outros feitos que fulguram como belissimos esmaltes nas paginas alvissimas dessa bela epopea codificada nos nossos anais sob a iliadica legenda de — Guerra holandêsa, — cujo inimigo, valente e aguerrido, rendeu mesmo os mais justos tributos de admiração e respeito ao valor e bravura da nossa gente, não somente naquelas disputadas pelejas como em tantas outras mais, nomeadamente as defesas dos ataques e assédios das nossas estancias e dos fortes de S. Jorge, Bom Jesús e Rio Formoso, e notavelmente a deste ultimo, cuja heroica defesa, na frase de Varnhagem, constitue entre nós uma lenda semelhante a do passo das Termópilas entre os gregos; em lutas no Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e em defesa da independencia nacional na Baía e no Piauí; em guerras no estrangeiro como na Cisplatina e Paraguai, e até mesmo na Europa e na Africa; e enfim nas suas lutas politicas desde o primeiro grito de emancipação da patria em 1710 até a revolução de 1848.

Nas armas do Estado decretadas pelo Congresso em 1895, figura o — Leão lendario, cuja indomita altivez e generosa bravura tão bem tem sido tomadas para tipos que as lutas politicas de Pernambuco acentuam cada vez mais, — na frase da Mensagem governamental propondo as referidas armas.

“Outros Estados, escreve Artur Orlando, reclamarão para si os vôos da aguia; o rugido do leão pertencerá a Pernambuco.

“Deitado sobre o coral dos arrecifes, o **Leão do Norte** distende o olhar calmo, melancolico, sobre o horisonte enigmatico do mar, enquanto o Oceano, outro indomavel, atirando vagas furiosas contra os céus, vem beijar-lhe os pés”.

Em seguida consigna ele uns versos da **Prosopopéa** descrevendo o Porto do Recife, e que termina com estes, dando-nos a origem do nome da nossa terra.

Que na lingua dos barbaros escura
Pernambuco de todos é chamado:
 De **Paraná**, que é mar, **puca**, **rotura**,
 Feita com furia deste mar salgado
 Que, sem no derivar cometer mingua.
 Cova de mar se chama em nossa lingua.

“Sim, conclue Artur Orlando, é na **cova do mar** que habita o **Leão do Norte**, e quem sabe se não estará ai o segredo desta mistura de energia latente, serenidade stoica e de agitação febril, de furia indomita, que forma o fundo da alma pernambucana?”

Elisio de Carvalho no seu bellissimo livro — **Brava Gente**, — consagra um artigo sobre a tentativa pernambucana da evasão do prisioneiro de Santa Helena, Napoleão Bonaparte, a que lhe deu por titulo: — **A evasão da Aguia e os Leões do Norte**, tendo por epigrafe estes versos de Camões:

Por mais que da fortuna andem as rodas,
 Não vos hão de faltar, gente famosa,
 Honra, valor, e fama gloriosa!

Com o nome de **Leão**, houve um reduto na nossa ilha presidiaria de Fernando de Noronha, levantado em 1778; e na mesma ilha nota-se uma gruta denominada **Cabeceiras do Leão** e um morro que emerge do mar, um pouco afastado do litoral chamado **do Leão**.

Com o nome de **Leão** appareceu um periodico no Recife em 1880 e um outro em 1885; ha um engenho no municipio da

Escada, e um riacho que nasce na serra do mesmo nome, em Bom Conselho; e na medalha comemorativa do centenario da revolução emancipacionista de 1817, mandada cunhar pelo nosso Instituto Pernambucano, figura na face principal, junto á bandeira então adotada pela proclamada republica, o **Leão lendario de Pernambuco**, como que a defendendo.

Leão coroadado, segundo as nossas legendas de 1817, era assim chamado pelo batismo popular, o bravo capitão de artilharia José de Barros Lima, — o autor unico da revolução de seis de Março, — na frase do escritor d'Os Martires Pernambucanos; **Leão**, pela sua indomita coragem e valor nos prelios militares, afouteza nos perigos até a temeridade, coragem essa que ainda soube manifestar com animo estoico no patibulo a que fora arrastado pelo seu comprometimento naquele audacioso lance das nossas mais legitimas aspirações politicas; e **coroadado**, pela tonsura que lhe abria a calvicie, contrastada pela sua alvura com os cabelos negros que a emolduravam: e daí a consagração postuma do nome de **Rua do Leão Coroadado** imposto pela municipalidade em 1870 á da Mangueira, no bairro da Bôa Vista, em lembrança do martir de 1817, **José de Barros Lima**, conhecido por esse apelido.

E assim nessa ininterrupta corrente das nossas lendas populares desde tempos afastados até os nossos dias, temos ainda que não esquecer a mensão do nome tradicional de **Leão do Norte** dado a dois periodicos que apareceram no Recife em 1860 e 1896, e a um em Palmares, em 1907, e a varios estabelecimentos comerciais, existentes ou não.

Tobias Barreto, o genial poeta sergipano, saudando os nossos **Voluntarios Pernambucanos**, que em 1865 marchavam para a campanha do Paraguai, chama-os nos seus inspirados versos cheios de entusiasmo e patriotismo, — **Os Leões do Norte**.

Em uns versos hincos que temos presente, e vulgarizados em 1922, figuram estes como que por estribilho:

Vitorioso,
Altivo e forte,
O' valoroso
Leão do Norte!

Temos enfim, o nome de **Floresta dos Leões**, em uma bela e florescente povoação situada nos extremos dos municipios de Páu d'Alho e Nazaré, limitada a parte que pertence a um e outro pela estrada publica, que distintamente a divide; nome este que foi imposto em substituição do antigo e inex-

pressivo da Chã do Carpina, em homenagem á — Brava gente — do Leão do Norte.

Esta consagração, que importa uma expressiva homenagem de reconhecimento e respeito ao proverbial patriotismo e tradicional valor dos pernambucanos, partiu do dr. Francisco Chateaubriand Bandeira de Melo, morador na localidade, que lhe é devedora dos seus sentimentos de gratidão pelos grandes serviços que dedicadamente lhe prestára em prol do seu progresso e engrandecimento, denominação essa aliás, tão mal interpretada por uns, ou apaixonadamente apreciada por outros, mas que apesar de tudo ficou, é vulgar, é corrente, e até mesmo mantida pela própria sanção official.

Entretanto, mal pensára o dr. Bandeira de Melo que tinha acertado, em face das crônicas do nosso glorioso passado historico, e particularmente pelos elementos que fornecem as memorias da propria localidade.

Estudemos o assunto.

O vetusto arraial de Chã do Carpina, hoje a bela e aprazível povoação decorada com o nome de Floresta dos Leões, pertence, desde muito, á parochia de Santo Antonio de Tracunhãem, cuja povoação, em que está situada a sua igreja matriz, lhe fica a curta distancia.

Com o rompimento da guerra dos mascates em 1710, e ás geraes perseguições dos pernambucanos pelo inimigo vencedor, acolheu-se ás florestas de Tracunhãem um numero grupo de patriotas, com o fim de resistir á opressão, defendendo-se mutuamente das tiranias do governador Felix José Machado e dos seus ministros, até que o rei, melhor informado, mandasse pôr termo a tais perseguições. Esse grupo de resistencia, que teve o nome de Liga de Tracunhãem, e que atinge a um numero superior de 400 homens, todos aguerridos, tornou-se tão terrível que os mascates lançaram mão de todos os meios possiveis para a sua destruição, ordenando montarias ao sul, ao norte e ao centro de Tracunhãem, mas sem nada conseguir de vantajoso, como se lê n'Os Martires Pernambucanos. E, notavel coincidência para o caso: era chefe dessa famosa liga das florestas de Tracunhãem um Leão: o destemido capitão das milicias locais, — ardente sectario da luta com os mascates — Leão Falcão d'Eça.

Eis aí a floresta, e os leões da floresta.

Ao que se lê naquela obra e nas crônicas cocvas ao seu respeito, podemos acrescentar: Leão Falcão d'Eça, pernambucano de nascimento, era filho de Francisco de Barros Falcão e de sua mulher d. Mariana de Lacerda, e foi casado com d. Antonia Cavalcanti de Albuquerque, filha do abastado e

conceituado agricultor João Cavalcanti de Albuquerque, capitão mór da freguezia de S. Lourenço da Mata e de sua mulher d. Simoa de Albuquerque Fragoso, todos das mais ilustres, abastadas e notáveis famílias pernambucanas.

Por carta de 18 de setembro de 1717 comunicava a el rei o governador d. Lourenço de Almeida, que em observancia de uma ordem regia mandou prender a Leão Falcão, por ser o cabeça principal do terceiro levante desta capitania, conhecido por seu proprio nome, e pelos insultos que andava fazendo no rio S. Francisco, depois de haver atirado em Goiana, no ouvidor de Itamaracá e no capitão mór de Caturama, e que preso, o mandára entregar ao desembargador Cristovão Soares Reimão; respondendo el rei ao governador em 16 de março de 1718, comunicou, que aquele desembargador havia remetido preso para Lisboa a Leão Falcão d'Eça, e que se achava ele recolhido á cadeia da cidade **para poder ser sentenciado e punido conforme a sua culpa.**

Imposta á localidade o nome de **Floresta dos Leões**, foi logo assim denominada a sua estação do caminho de ferro, em substituição do primitivo, **Chã do Carpina**, e a festiva solenidade do assentamento da pedra fundamental de um monumento que se vê na sua praça principal, em que figura um leão de bronze de vulto natural, sobre um alteroso pedestal, respondeu o governador do Estado Sigismundo Gonçalves (1904-1908) ao telegrama de comunicação da solenidade, concluindo, com uma saudação aos **Leo-florestanos**, dando assim uma sanção official ao novo nome imposto á localidade. Nesse monumento, festivamente inaugurado a 7 de setembro de 1909, se lê, em uma placa comemorativa, que — O povo ajoelhado venera aos heroís de Pernambuco chamando-os: **Leões do Norte.**

Eis aí as origens do condigno e expressivo qualificativo de **Leão do Norte** dado ao altivo e glorioso Estado de Pernambuco; e as de **Floresta dos Leões**, imposto ao velho arraial de Chã do Carpina.

F. A. PEREIRA DA COSTA

Um velho Forte holandês

Fui um domingo de janeiro de 1929, ao **Gargantão**, em Teji-
pió, só porque, dizem, por ele passaram os holandeses. E daí,
em terras de **Santo Cosme**, para além da Varzea, em visita a
um velho forte holandês.

É do **Gargantão** e do **Forte** nenhuma referência dos nos-
sos cronistas! E' que muitos se contentaram com fazer um tra-
balho de gabinete. Viajaram apenas á roda da mêsca e da es-
tante, á maneira dum Xavier de Maistre, sem ao menos, a pre-
ceito dum Garrett, tentarem ir ao quintal!

Todos sabem que depois daquela triste retirada de 3 de ju-
nho de 1635, a que se viu forçado Matias de Albuquerque e a
sua gente, rumo ás Alagôas, os holandeses ficaram senhores
do nosso terreno. E, livres, não delimitaram a sua ação con-
quistadora só ao palmo conquistado; foram além.

Dai, ainda hoje, pelos nossos sertões, a crença de que to-
dos os sinais hieroglíficos em algumas lages são obras
dos holandeses. E assim são julgados os da **Pedra do grito**, na
Serra de S. Francisco; os da **Serra do Salobro**, no Buique; os
da **Serra dos Dois Irmãos**; os da **Pedra do encanto**, nas Umbu-
ranas; os da **Pedra do risco**, em Viçosa de Alagôas, lá para os
Veados e ainda, em Alagôas, todos aqueles gravados a buril, á
margem do **Paraíba**.

No **Gargantão** não construíram os holandeses um forte,
mas, a crêr pela sua posição estratégica, tiveram aí uma casa-
forte. E desta ainda restam os alicerces, bem como o alicerce
de uma enorme cacimba. Mas tudo já agora em franca ruína,
com as suas pedras deslocadas e o terreno revolvido por su-
cessivos plantios de macaxeiras.

Com 500 metros acima do mar, é deslumbrante o panora-
ma que se descortina, numa faixa enorme, com vista franca,
desde a Ponte dos Carvalhos até Olinda e daí, para o norte,
muito além da Varzea.

Chamam-no também de **Alto do Cavalheiro**, porque ao so-
pé, para o poente, ficava o **Engenho Cavalheiro**,

Passa-lhe ao pé o riacho Totó, onde no lugar Calença ha ainda em ruina uma grande barragem. E corre como coisa dos holandêses; mas o velho Agostinho, o meu cicerone, diz ter havido ali uma enghoca.

E foi um ponto preferido pelos holandêses. Nenhum local mais vantajoso, dentro das raias do Recife, que o Gargantão.

De ai tinham eles, sob as suas vistas, todo o Recife e arbaldes e ainda livre o portõ, de onde presenciavam a aproximação, ao longe, de qualquer navio.

Porém, mais estrategico era o Forte ou eram os Fortes que construíram em terras de Santo Cosme e São Francisco, pertencentes á época a André Vidal de Negreiros, á margem do Capibaribe, para além da Varzea, a 22 quilometros do Recife. Com eles, ao tempo, estavam senhores do rio, pois quem quer que se atrevesse a navega-lo ficava entre dois fogos, o da margem direita e o da esquerda.

E do que foi construído em terras de Santo Cosme ainda existe a fachada, medindo sete metros, por tres de altura e dez de fundo. E' todo de pedra de tamanho irregular, propria do local em que está edificado, pois da mesma pedra está entremeadado todo o terreno, numa área de mais de mil metros. Arruinado pelo tempo, mesmo assim se verifica, bem á rez do chão, dois buracos quadrados que lhe serviam de atalaías.

Mais para baixo, a um kilometro, ficava o Engenho Santo Cosme, de que já não resta sinal. Somente, por dentro do Capibaribe, para além do Jiqui — antigo Regalia, que pertenceu a D. Galdina — até o Penedo, vestigio da barragem que trazia agua para moer o Santo Cosme.

E bem poucos moradores daquelas paragens conhecem hoje as terras de Santo Cosme. Só o velho Agostinho, cujo pai foi cativo de D. Cosma Maria Joaquina Correia, senhora dos Engenhos Curado, Meio, São João e Santo Cosme, conhece bem o local.

Tudo ali agora é Varzea: pertence á Usina São João. Sei somente que ha um seculo passado Varzea e Santo Cosme não eram a mesma coisa. E bem o diz o Diario de 15 de dezembro de 1829:

“Vende-se ou aluga-se numa caza na beira do Rio da Matris da Varze, com bom banho, em terras de Santos Cosme: na rua Direita venda D. 35”.

E do outro Forte, o que ficava em terras de São Francisco, ha apenas vestigios, e uma grande pedra ao lado, com sinais em tinta vermelha.

O problema das águas subterrâneas no alto sertão do Estado de Pernambuco

Procurando dar uma ideia concreta sobre as possibilidades da catação das águas subterrâneas por meio de poços tubulares no alto sertão do Estado de Pernambuco, quer para o serviço público quer para particulares, procedi a um estudo elementar sobre o assunto da região mais assolada pelas secas periódicas e onde trabalhos desta natureza são sempre de reais vantagens. A conclusão a que cheguei e que constitui o objetivo desta exposição, é a resultante das minhas observações: "in loco", dos trabalhos que tenho executado ultimamente e dos detalhes de sondagens efetuadas no nordeste pelos geólogos da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas e do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Com o intuito de esclarecer e orientar aos que se interessam por este problema que envolve a maior extensão do Estado, procurei ser explícito e franco com relação à parte que reputo fragil e, ficarei satisfeito si por ventura tiver atingido o meu desejo.

As rochas dos Estados do nordeste quanto ao seu caráter geológico estão classificadas em quatro series:

1.^a — O complexo fundamental, constituído de gneiss e outros chistos cristalinos, cujas subdivisões ainda não foram determinadas.

2.^a — A serie Ceará, formada de antigos chistos argilosos com quartzitos, arenitos e calcareos, estando a maior parte destes últimos transformados em marmores.

3.^a — A serie cretacea de arenitos, folhelhos e calcareos.

4.^a — Os depositos lacustres e os calcareos de formação mais recente.

Nesta classificação aparece a 2.^a serie com a denominação de Ceará, talvez pelo fato dela predominar naquele Estado.

Como exemplo frisante da 3.^a serie, pode-se mencionar a importante serra do Araripe.

A 1.^a serie, denominada pelo professor J. C. Branner o complexo cristalino brasileiro, por ocorrer em todos os Estados do Brasil, é a que mais nos interessa visto ela abranger quasi toda a vasta planicie central do alto sertão, que foi o objeto deste estudo e onde a falta d'agua se faz sentir mesmo em épocas normais. Até a presente data, não se pôde ainda determinar a espessura desta massa cristalina, não se tendo ainda conseguido atravessa-la, apesar de já se ter efetuado sondagens com duzentos metros de profundidade. Supõe-se que ela pertença ao periodo Arqueano — divisão do Precambriano — e tem-se verificado que onde ela não aflóra é porque está sob as outras de formação mais recente da região. A parte da planicie central do alto sertão, desde as margens do rio São Francisco que forma o limite meridional do Estado até a raiz da serra do Araripe, que abrange os municipios visados por este estudo, na seguinte ordem: — Floresta, Belém, Cabrobó, Salgueiro, Leopoldina, Ouricuri, Bodocó, Granito, Novo-Exú e os recentemente criados de Barra e São Gonçalo, é na sua maior extensão formada por estas rochas cristalinas primitivas embora com um caráter geológico bem variado. As serras e serrotes, distribuidos pela planicie, são também formados de granitos, gneiss e chistos cristalinos com occorrença de quartzitos e chistos ferruginosos, podendo-se citar como exemplos, as colinas proximas de Belém. Além destas serras e serrotes isolados, existem nesta planicie gneissica, grandes blocos e veiros de rochas eruptivas esparsas, encontrando-se algumas á margem das estradas de rodagem.

Coberta por uma camada delgada de seixos, (fragmentos angulares de quartzo), a superficie desta planicie suavemente ondulada e inclinada, começa nas margens do rio São Francisco com a altitude mais ou menos de 300 metros, e vai se elevando gradualmente para o interior até atingir ás grandes serras que confinam com os Estados limitrofes, excetuando-se na direção norte até o divisor das aguas, onde ela se apresenta mais aspera e de maior relevo.

As serras e serrotes de rochas cristalinas, de Petrolina seguem a direção do rio São Francisco até alcançar Cabrobó, donde tomando o rumo do nordeste, se afastam, através do Estado, formando uma cordilheira, de raras gargantas e talhadas somente pelo vale do rio Pajeú, para confinarem com os contrafortes da serra da Borborema, no Estado da Paraíba. Ao norte desta ordem de serras e serrotes, estende-se a plani-

cie da catanga com as mesmas feições topograficas até atingir a altitude do 500 a 600 metros na base das grandes serras que limitam o Estado. Nos anos de sêcas, quando a mata perde as folhas, a planicie, vista de um ponto elevado, mostra o horisonte liso como o mar com uma côr cinzento azulada, dando ás serras e serrotes isolados a apparencia de ilhas.

A topografia da faixa traçada nesta planicie é de tal natureza que prejudicou consideravelmente os seus sistemas hydraulico — superficiaes, de modo que os rios mais importantes são o da Brigida e o Pajeú, aquelle banhando a cidade de Leopoldina e este a de Floresta, e estes tambem não obstante o seu regular volume, cortam completamente quando as sêcas periodicas são mais acentuadas. Os afluentes destes rios principais occupam vales relativamente rasos, exceto nas proximidades do norte, onde por ser a superficie da planicie de maior relevo, eles correm em leitos formados entre altos e escarpados espigões de serras. A maioria destes afluentes não são perenes.

Antes de entrar na apreciação de possibilidade de suprimentos dagua subterranea nesta planicie passo a dar os esclarecimentos quanto á sua origem. Pelo que se depreende dos trabalhos dos nossos antecessores, a origem das aguas subterraneas esteve por muitos seculos no dominio da fantasia. Somente no decorrer do seculo dezeseis, começou-se a ter uma ideia exata sobre este importante assunto, que ultimamente tem concorrido para o progresso de varios países. O celebre geologo francês Bernard de Palissy, considerado o criador da geologia e cuja vasta intelligencia não é estranha a quem se dedica a este ramo, foi quem pela primeira vez demonstrou numa das suas conferencias sobre a natureza das aguas e das fontes, que elas eram originarias das infiltrações das aguas pluviais, retidas no seu trajeto subterraneo por espessas camadas de argilas ou rochas compactas. Este principio, embora considerado plausivel, não foi aceito por todos os contemporaneos de Palissy, especialmente Descartes, que em seu tratado sobre o principio da filosofia, edição 1724, apresentou teoria diferente.

Mariotte, no entanto, na sua obra sobre os movimentos das aguas, edição 1865, não só apoiou o principio daquelle celebre geologo como esclareceu varios pontos ainda obscuros. Está atualmente amplamente* confirmado, que grande parte das aguas das chuvas que as nuvens pela sua condensação deixam cair na superficie da terra, não retornam ao oceano — donde se originaram pela constante evaporação —, através das inumeras arterias fluviais espalhadas pelos continentes.

Enormes massas líquidas penetram no seio da crôsta terrestre pelas infiltrações nas areias, seixos, etc., da superfície, são absorvidas pelas rochas porosas ou pelas suas fendas, e descem sob a ação da gravidade até encontrarem camadas de terrenos impermeáveis, que fazem uma barreira ao seu trajeto sinuoso no subsolo. Desta forma se opéra uma drenagem natural na superfície da crôsta terrestre, e as aguas se acumulam em extensos reservatorios desconhecidos, escapando assim ás numerosas ramificações do grande sistema hidraulico superficial dos continentes. E assim que se formam no subsolo a diversas profundidades, inumeros lagos, correjos, riachos e rios, denominados indistintamente lençôes dagua subterraneos. Determinada pois a origem das aguas subterraneas, observa-se por ocasião das chuvas, que parte volta á atmosfera pela evaporação, parte corre na superfície em direção aos rios, alcançando finalmente o mar, e parte infiltra-se através do solo e forma o lençol dagua. De forma que, para se ajuizar da capacidade de armazenamento dagua no subsolo duma determinada região, é necessario conhecer preliminarmente o seguinte:

- a) — a permeabilidade das rochas que a constituem.
- b) — a natureza da sua topografia.
- c) — a quantidade das chuvas e a sua distribuição pela superfície.
- d) — o seu clima e o gráu de evaporação.

Sobre o ponto de vista hidrologico, as rochas do nordeste estão classificadas pelo geologo Gerald A. Waring, nas seguintes especies:

- 1.^a — Rochas cristalinas e granito.
- 2.^a — Arenito e calcareo do interior.
- 3.^a — Os aluviões costeiros, constituídos de cascalho, areia e argila.
- 4.^a — Os aluviões dos vales dos rios.

A região em questão, em vista da natureza dura e impermeável das rochas cristalinas que a constituem, e da sua topografia inclinada para o sul até as margens do rio São Francisco proporeciona o escoamento rapido das aguas das chuvas, evitando a sua infiltração através do solo e formando rios torrenciais. Observa-se por ocasião duma chuva copiosa na região, que os cursos dagua se avolumam rapidamente e transbordam, horas depois diminuem de um modo sensivel, tornam-se diminutos em poucos dias e sêcos dentro de algumas semanas. Com relação ás chuvas, verificava-se que além da irregularidade quanto á época em que caem e a sua distribui-

Genealogia municipal de Pernambuco

O trabalho que se vai lèr foi feito em outubro de 1931, quando, na qualidade de membro da Comissão de divisão administrativa do Estado, tentei, com os escassos e pouco seguros dados conhecidos, organizar, por antiguidade, as células matrizes de Pernambuco.

Publiquei-o no *Diário de Pernambuco*, para recebêr sugestões e consêrtios, dos que tivessem elementos mais seguros. Passou em julgado.

Reproduzo-o, a-pesar-de sua imperfeição, certo de que, ainda assim, poderá sêr útil:

A célula matriz de Pernambuco foi, inquestionavelmente, Olinda, erigida logo em vila pelo seu fundadôr, que tinha poderes para fazê-lo.

A capitania de Pernambuco formava, em meados do século XVII, uma comarca única, sendo Olinda a sede da ouvidoria.

Em 1744 era esta a organização da capitania.

Comarca de Pernambuco: capital — Olinda; têrmos — Igarassú, Sirinhaém. Recife. Freguesias: Igarassú, Tracunhaém, Maranguape, São Lourenço, Luz, S. Antão, Jatobá, Várzea, São Pedro de Olinda, Curato da Sé, Ararobá, Cabrobó, Rio Grande, Muribéca, Ipojuca, Cabo, Una.

Aqui estão, portanto, as genetrizes de nossa organização municipal.

Com as organizações posteriores de 1810 e 1815, ainda no periodo colonial, ficamos assim divididos:

COMARCAS	TERMOS	VILAS	FREGUESIAS
Pernambuco		Recife Cabo S. Antão Sirinhaem	Agua Preta Barreiros Bom Jardim Escada Jaboatão Ipojuca Luz Muribéca Una

COMARCAS	TERMOS	VILAS	FREGUESIAS
Olinda		Alhandra Goiana Igarassú Limoeiro Paudalho	Taquara Boa Vista Itamaracá També S. Lourenço Maranguape Tracunhaem Tejucopapo
Pajeú	Cimbres Garanhuns Tacarátú Cabrobó	Assunção Barra Cimbres Flôres Pilão Arcado Vila Real	Bezerrcs Bréjo Buique Cabrobó Exú Garanhuns Rio das Aguas Rio Preto Tacarátú Fazenda Grande

Estabelecendo parentesco de linha ascendente, podemos considerar Olinda como avó, o Recife e Flôres como pai e mãe dos núcleos que haviam de formar-se com a Independência.

Essa primeira organização, com a Constituição do Império, operou-se em 1833, quando a Província foi dividida em nove comarcas: O Recife, Goiana, Limoeiro, Santo Antão, Bréjo, Flôres, Bonito, Rio Formoso, Nazaré.

Comarca e município eram coisas que se confundiam no Império, porque a autonomia municipal somente surgiu com a Constituição da República, quando foram verdadeiramente organizados os municípios brasileiros.

Isto posto, partido dos três focos geradores e desprezando os municípios recente e arbitrariamente creados, temos:

OLINDA	}	Goiana 1833	També 1867	Timbaúba 1882
		Igarassú 1872		
		Limoeiro 1833	Taquaritinga 1877	
		Paudalho 1840	Bom Jardim 1870	
		Nazaré 1833	S. Lourenço 1884	
			Gloria de Goitá 1877	

RECIFE	Vitória 1833			
	Bonito 1833	Caruarú 1848	Panélas 1874 Altinho 1886 S. Bento 1881	Quipapá 1879 Canhotinho 1890
		Bezerros 1865	Gravatá 1881	
	Jaboatão 1873 (?)	Escada 1854	Gameleira 1872 Amaraji 1889	
	Cabo 1840			
	Rio Formoso 1833	Sirinhaem 1840 (?) Palmares 1862 Barreiros 1873 Água Preta 1846	Ipojuca 1846	

PAJEÚ DE FLORES	Bôa Vista 1838	Cabrobó 1862	Leopoldina 1890 Salgueiro 1879 Exú 1881 (?)	Granito 1864 (?)
	Petrolina 1879			
	Ouricuri 1872			
	Cimbres 1872			
	Brejo 1833	Alagôa de Baixo 1873 Garanhuns 1836	Correntes 1879 (?) Buique 1854 (?)	Bom Conselho 1860 (?) Pedra 1881 Águas Belas 1871
	Tacarátú 1854 (?)	Floresta 1846 (?)		
	Ingazeira 1877	S. José do Egito 1879		
	Vila Béla 1872	Belmonte 1890		
	Triunfo 1884			



ção pela superficie da planicie da catinga, elas são mais abundantes para o lado do litoral do que para o interior, onde sem duvida seriam úteis ás arterias fluviais. E, devido a ação inclemente do sol e os alisios que sopram constantemente durante a estação sêca com grande velocidade, mormente na parte sul, assim como a falta absoluta de florestas, o gráu de evaporação é muito elevado.

Conclue-se em face desta exposição, que independente das rochas cristalinas serem muito compactas e terem poucas fendas para armazenar um volume razoavel das aguas, a propria natureza não favorece a região. Para confirmar esta asserção basta citar as perfurações executadas pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas, em Jatobá de Tacaratú, Petrolina e Terra Nova, cujos resultados, como foi previsto, ficaram aquem da expectativa quanto ao volume e qualidade da agua. Conquanto estas sondagens tivessem sido feitas na parte mais baixa da planicie da catinga, e nenhum outro vestigio exista de trabalhos desta natureza no restante do alto sertão do Estado de Pernambuco, serviram para esclarecer as condições gerais, visto quase todo o seu solo ser da mesma estrutura geologica.

Está assim previsto que na extensa região sêca da catinga somente nos vales de aluvião dos rios onde as rochas cristalinas estão decompostas na profundidade de 10 a 15 metros, a catação das aguas subterraneas por meio de poços tubulares dará naturalmente algum resultado, mas infelizmente não se poderá generalizar, porque ás vezes o seu volume não é compensador. Nos vales dos rios principais, como Brigida e Pajeú existem aguas subterraneas a poucos metros de profundidade, mas aí o poço tubular perde a sua finalidade, visto que a catação pôde ser feita mais facilmente por meio de cacimbas filtrantes, desde que sejam protegidas contra contaminação.

Nas areas onde as rochas estão decompostas e que por este motivo ha probabilidade de se encontrar agua, é preciso proceder a sondagem preliminar com a sonda manual para se poderá localizar a perfuração, pois, em tais casos, a diferença de alguns metros poderá dar resultado negativo. De um modo geral não se pôde afirmar que na região cristalina não exista agua no subsolo, pois as suas fendas (litoclases), planos de escorregamento (shearing planes) e veios secundarios, auxiliam a infiltração das aguas pluviais. Estes pontos somente o geologo poderá determinar, e isto mesmo depois de um estudo detalhado da compleição topografica da região e de va-

rias sondagens preliminares, visto que pela simples apparencia da superficie, ele não o fará sem correr o risco de falhar, como já tem succedido.

Tenho verificado em perfurações executadas nas rochas cristalinas do nordeste, depois de 50 metros de profundidade, as fendas (litoclasas) desapareceram completamente, e alguns poços que foram aprofundados até 200 metros, não apresentaram aumento notavel quanto ao volume de agua. No sul do país tem-se verificado o contrario porque as fendas (litoclasas) são mais frequentes na maior profundidade. Na zona cristalina do nordeste, a maioria das águas das primeiras infiltrações pluviais estão mineralizadas. Convem acentuar que o trabalho de perfuração nas rochas desta conformação, é moroso, difficil e dispendioso, mesmo com a perfuratriz rotativa moderna.

EDMUNDO SILVA

(Engenheiro do S. de Perfuração de Poços Tubulares)

Santo Amaro de Sirinhaém

Todos os anos, a 15 de janeiro, no povoado de Santo Amaro, distante três quilômetros de Sirinhaém, realiza-se a maior festa do interior de Pernambuco, e quiçá do próprio Norte. Creio que só a festa da Penha, no Rio, lhe poderá ser superior em concorrência e em dádivas de fé.

Efetivamente, nenhuma imagem aqui no norte tem tanto prestígio e tanta veneração como o Santo Amaro de Sirinhaém. Para se fazer uma idéia disto, para se avaliar do poder miraculoso do santo, basta dizer que á sua capelinha acorrem peregrinos de regiões longínquas como o Crato, Joazeiro e Petrolina e que vêm anualmente trazer o seu óbulo e a expressão de sua fé inimitável. Por isto, pela sua tradição, o dia da festa é intransferível.

Oito a quinze dias antes, começa a affluencia, a chegada de romeiros que trazem ao "sr" Santo Amaro a espórtula pelas graças obtidas durante o ano. Estas espórtulas consistem em objetos de cêra ou de madeira, velas, quadros e a maior parte em dinheiro, o que dá ao grande Santo um rendimento fabuloso.

De 31 de dezembro para 1 de janeiro, ha no povoado, um espetáculo deveras interessante e que parece mais um efeito de magia ou de milagre. E' a limpa do páteo onde demora a ermida.

Pela manhã de 31, o mato ao derredor da capela, ainda revela toda a sua força e crescimento, numa extensão não inferior a trezentos metros quadrados. E' o capinzal denso, entrançado, difícil de desbastar. Entretanto, durante a noite, centenas e centenas de devotos atiram-se á limpa em cumprimento de "promessas".

Trabalham incessantemente ao som de hinos religiosos, homens, mulheres e crianças, vindos de toda parte. E o certo, o real, e fantasticamente exato, é que na manhã do dia primeiro de janeiro, Santo Amaro está completamente limpo, batido, pronto para os festejos do dia quinze. E' assombroso! Trabalho

que cinco ou seis homens levariam pelo menos setenta e duas horas, é realizado em menos de doze pelos devotos do grande santo.

A ermida em si nada tem de interessante. E' como qualquer outra. Apenas ha suposição de que date do dominio holandês. E' a fonte principal de riqueza da freguesia e por isto é talvez, com exceção do convento, a igreja mais bem cuidada de Sirinhaém.

Cidades e povoados pauperrimos — todos esses da zona litoranea — num contraste estranho, engalanam-se festivamente nas proximidades do dia 15 de janeiro e entregam-se a um commercio formidavel, em que o ouro corre em verdadeira caudal. Uma garrafa de cerveja obtem-se por 3\$000 e 4\$000. Um frango assado custa oito mil réis. Tudo é caro e tudo se consome. O ano passado um só hotel, na noite de festa, vendeu 40 caixas de cervejas.

A frequencia de automoveis é assombrosa. A fiscalização da Prefeitura anotou, na ultima festa havida, cerca de quatrocentos vindos não só deste Estado, como de Alagôas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe.

E' que o prestigio do grande santo é indubitavel. Si ele fosse politico ninguem lhe levaria a palma nas eleições. Nem mesmo o presidente Hoover.

Entretanto, nos dias comuns do ano, o povoado é um ermo, um palhoçal onde campeia o paludismo, a quartã, a ancilostomose mais terrivel. Tudo é desolado. Tudo é triste. Assemelha-se a um vasto hospital onde agoniza uma população de cafuzos, batidos pela doença e pela inação.

Na sua ermida deserta e silenciosa, envolto num habito rigidamente negro, o Santo, o grande Santo medita a fragilidade das coisas deste mundo e ora a Deus pela ventura dos seus fieis distantes. Tudo se abisma numa mudez e numa melancolia infinitas para despertar no começo de janeiro ao som das filarmônicas e do foguetorio festivo.

Volta o triunfo de um dia para compensar o esquecimento de um ano...

OSIRIS CALDAS

O Padre Manoel de Moraes

(A PROPOSITO DO "CALABAR"
DE MENDES LEAL)

Não há, de certo, á luz do sol, entidade mais descaradamente potoqueira do que seja a historia. (V. C.).

Estou a crer que ninguem, neste vasto país de letrados, ignora quem fosse o jesuita Manuel de Moraes, e o papel que representara na primeira metade do seculo XVII.

Dele, além dos escritores seiscentistas, se occuparam ainda em nossos dias Adolfo Varnhagen, Oliveira Lima, Afonso Taunay e Capistrano de Abreu. Mas a sua verdadeira historia está descrita nos dois processos a que respondeu perante o Tribunal do Santo Officio em Lisbôa, cujos originaes guarda a Torre do Tombo.

Natural de São Paulo, era o jesuita Manuel de Moraes um quarterão ou mameluco, alto, feio, de compleição franzina.

Ordenou-se na Baía, no collegio da Companhia de Jesus, donde, em 1623, acompanhando o provincial da sua ordem, passou a Pernambuco, ficando na catequese do indio. Em fins de fevereiro de 1630, tendo os holandêses invadido Pernambuco, negociou Matias de Albuquerque a vinda de Moraes, que aqui chegou capitaneando um trôço de 200 indios e foi mandado ocupar a estancia de Santo Amaro. Daí passou a Itamaracá e a varios outros setores.

Em dezembro de 1634 foi ele, sob o comando de Martim Soares Moreno, em defêsa da Paraíba. Ai teve Moraes a fraqueza de ser seduzido pelo holandês, traindo e quasi entregando ao inimigo o governador paraibano Antonio de Albuquerque e Soares Moreno. (Aqui se opõe Moraes, dizendo que Albuquerque e Moreno é que fugiram covardemente, concorrendo para que o holandês o aprisionasse).

Vindo para o Recife, logo seguiu para Holanda onde permaneceu oito anos. Ai deambulou por Ordrnick, Reinsburg,

Leyde e Amsterdam. Fez-se calvinista e casou-se duas vezes, tendo filhos de ambos os consórcios.

Em Amsterdam, negociou com o governo holandês, por 1500 florins, a publicação de um dicionário e de uma história sobre coisas do Brasil. Isso lhe valeu, **post-mortem**, ser "figura de relevo nas letras seiscentistas".

Em 1639 foi Moraes denunciado ao Santo Offício em Lisboa, processado á revelia por crime de heresia e apostasia, pronunciado por contumaz e revel, com excomunhão maior e confiscação de bens, e relaxado á justiça secular, sendo queimado em effigie no auto de fé de 6 de abril de 1642, em presença do Rei, da Rainha e dos Infantes.

Em dezembro de 1643 embarcou Moraes para Pernambuco. E, em chegando aqui — entregue Pernambuco ao dominio holandês, livre portanto ele das perseguições dos inquisidores — entregou-se livremente á agricultura e ao corte do pau brasil, indo residir no Aratanjé, logarejo encravado em terras de Nossa Senhora da Luz.

Em 1645, rebentando a insurreição pernambucana, nas vésperas da batalha das Tabocas, tendo João Fernandes Vieira mandado "um alferes a fazer gente, entre a gente que lhe trouxe viera o padre Moraes preso", em presença de quem abjura o novo Credo que erradamente abraçara, jura fidelidade e pede indulgência para o seu crime. (Fernandes Gama, seguindo Frei Rafael de Jesus, conta de outro modo e erradamente essa prisão).

Desdaí o padre Manuel de Moraes, com um crucifixo e uma espada, não deixou de lutar ao lado de Vieira. E bastou isso para que alguns cronistas, a par do setarismo religioso da época, attribuissem a vitória das Tabocas e da Casa Forte ao fato da conversão do padre Moraes, — milagre que ele proprio achou por bem evocar em sua defesa!

De todos os chefes insurretos, o unico que não gostou da presença de Moraes, com ele não fazendo camaradagem, foi Martim Soares Moreno. Pois, é de presumir-se, lembrado estava da sua traição, e que por ela quasi caiu ás mãos dos holandeses.

Rezam as crônicas que em setembro de 1645, Paulo de Lyngé, comandante das forças holandesas na Paraíba, esteve, á semelhança de Hoogstraeten em Nazaré, pendido a entregar, por bom preço, a Fortaleza de Cabedelo. Mas "um padre português, cujo nome, por infame, a historia não conservou, votado aos interesses da Holanda", denunciou a traficância a um colega calvinista e este, desvendando o segredo, fez com que

Lynge, para salvar a reputação, mandasse enforcar a Fernão Rodrigues de Bulhões, emissario do negocio.

E fosse por ser esse padre o padre Manuel de Moraes — a historia no-lo olvida —, ou fosse pela nenhuma simpatia que lhe votava, o fato é que Moraes foi preso por Martim Soares Moreno e mandado para Baía, sendo dai enviado para Lisbôa onde, em chegando em fevereiro de 1646, foi parar aos cárceres do Santo Officio.

Ai, depois de quasi dois anos de reclusão, valetudinario já, e depois de longo e penosissimo processo, foi por “hereje, apostata, feto, falso e simulado, confitente diminuto e impenitente”, degradado da ordem jesuitica e condenado a habito perpetuo, sem remissão, com fogos, no auto de fé de 15 de dezembro de 1647. Devido porém á sua precaria saúde, foi-lhe, no ano seguinte, dispensado o sambenito e teve Lisbôa por menage.

E termina aqui a historia do desditoso padre.

Quem, porém, se der ao trabalho de ler CALABAR, romance historico, cujo cenario e ação desdobram-se na primeira fase da invasão neerlandêsa, vai encontrar o jesuita Manuel de Moraes transformado em conselheiro e santo, além de guerreiro e frade que realmente o fôra — “e frade como talvez hoje se não imagine que frades fossem”.

CALABAR — conquanto ressaltem flagrantemente alguns “capitulos plagiados” do BATTEUR D’ESTRADE, de Paulo Dugleissis — é uma obra de interessante descritivo, de autoria de José da Silva Mendes Leal, — vulto de relevo que foi nas letras e na politica portugêsas. CALABAR é, em suma, a historia, com os principais vultos pernambucanos, desde o exordio da invasão holandeza até a prisão e fim, em Porto Calvo, do malogrado mameluco transfuga.

No CALABAR encontramos o padre Manuel de Moraes ao lado de Matias Albuquerque e João Fernandes Vieira, em todas as vicissitudes por que passam. Com ambos assiste, no REAL DO BOM JESUS, os momentos mais dificeis da encarnigada luta. Perdido o BOM JESUS acompanha-os até Nazaré do Cabo; passa a Sirinhãem e, seguindo o exodo dos pernambucanos, vai parar em Porto Calvo. Ai assiste á prisão e enforcamento de Calabar, de quem é exorcista e confessor!

Como o romance tem por epilogo este triste episodio, encurtou Mendes Leal os dias do padre Moraes: fa-lo “morrer ás

mãos dos potiguares, martir da sua missão, orando e combatendo"!!

Ora, a desserção do padre Moraes verificou-se em fins de dezembro de 1634, e Calabar foi preso e enforcado em 22 de junho de 1635. E foi o padre Manuel dos Oculos — o Frei Manuel Calado do Salvador, autor do VALEROSO LUCIDENO — quem serviu de confessor e exorcista ao inditoso mameluco.

A essa epoca já Moraes estava na Holanda, vestido de secular e usando trancelim e espada; depois de escandalizar, na Paraíba, os seus compatriotas, com comer carne em quinta-feira santa!

Quanto a Fernandes Vieira, — que o autor faz guerreiro e heroi e um dos principais personagens do seu romance, com Berenguer e Albuquerque, e precoce e antecipadamente o casa em Porto Calvo — era, a esse tempo, adolescente ainda, sem nenhuma projeção no cenario da luta. O verdadeiro Vieira é o de 1645 a 1654. E' aí que o encontramos heroi e guerreiro. Os seus panegiristas é que anteciparam a sua fama; fizeram-no heroi, aos 17 anos, no ARRAIAL VELHO e no SÃO JORGE.

E Francisco Berenguer de Andrade, sogro de Vieira, que o escritor luso faz morrer em Porto Calvo por uma estocada de Calabar, é o mesmo que, dez anos depois, com o genro, proclama a guerra de expulsão aos holandêses.

E fique ao leitor o consolo de que o CALABAR, afora o engenho e riqueza do descriptivo, não passa de um romance á Perrault — como são, ainda agora, todas essas outras historias sobre coisas e vultos de antanho, forjadas ao mesmo falho criterio e prescrição.

NAASSON FIGUEREDO

Genealogia Luso - Tupí

ARCOVERDE — ALBUQUERQUE

Vindo tomar conta da capitania que lhe doara d. João III, Duarte Coelho trouxera sua mulher d. Brites, ilustre dama da côrte, algumas familias de parentes e o seu cunhado Jerônimo de Albuquerque.

Ao fundear em Pernambuco a embarcação que o conduzira, que Pernambuco era a embocadura sul do canal de Itamaracá, avistou uma elevação em terra firme apropriada para localizar a vila que seria cabeça da capitania.

Mas nessa eminência estava a aldeia dos aborígenes pelos brasilicos denominada tabaiaras (1) — os aldeados — exceção daquela grande familia nómade que povoava a costa do Brasil. E os tabaiaras mantinham-se em atitude hostil aos forasteiros.

Era preciso avançar, para a posse da capitania e para mantêr á distancia os indigenas. E a guerra foi aberta, guerra que durou seis menses. Noite e dia caíram nas fileiras portugúesas setas desferidas das uiraparas (2) e das carauatanas (3) dos tabaiaras, enquanto as columbrinas arremessavam chumbo no agrupamento dos donos da terra.

Pouco a pouco, devido á superioridade de armas, iam-se os portugúeses aproximando da colina dos tabaiaras.

Valente e audaciôso Jerônimo de Albuquerque, capitaneando um grupo, tenta aproximar-se da oçara (4) do inimigo. Recebe uma flexada, (5). Cai num mundê (6) e é aprisionado.

1 — De **Taba-aldeia**, **lara-senhor**; os donos da aldeia, os aldeões. A palavra corrompeu-se em tabajara, havendo outras grafias como tabairés, que é a de Fernandes Gama.

2 — Corrutela de **ibirá-pau**, **apar-tôrto**, encurvado; arco.

3 — Sarabatanas.

4 — De **oçar**, o cercado, o pátio, a praça.

5 — Jerônimo de Albuquerque perdeu uma das vistas em combate com os indigenas e do fato lhe veiu o apelido de "O Tôrto".

Amarram-no com cipós e levam-no á presença de Uirá-ubi (7). o morubixaba da aldeia. E' chamado o pajé, (8) para decidir sôbre a sorte do miassua (9). Reunem-se em conselho os mais velhos da tribo (10).

Concordam todos com a arenga do pajé. O carai (11) deve de ser môrto em festim, na próxima lua, segundo as tradições da tribo, como tem acontecido com os outros guerreiros aprisionados. Uma festa mais pomposa do que as outras, porque se trata de inimigo de estranha raça, de outros mundos, vindo em igarassú (12), de terras desconhecidas.

Para tal prisioneiro seria necessária vigilancia especial. Dar-lhe-ia o morubixaba, como espôsa da morte, sua própria filha, que ninguem melhor vingaria os tabaiaras.

Jerônimo ainda não conhecia o nengatú (13) nem nunca ouvira falar no ritual das tribus indigenas do Brasil. Estava alheio ao que haviam decidido a seu respeito. Mêsmo que quizesse defender-se, seria esforço improficuo, porque não se faria compreender.

Terminado o consêlho, guerreiros tabaiaras levaram-no para a parte mais densa da floresta, onde o deixaram amarrado a árvore anosa com cipós e mussuranas (14).

No dia seguinte pela manhã, aparece-lhe uma india que conduzia ás mãos um samburá, pejado de frutas silvestres. Era a mesma que vira na ocara, quando o levaram prêso á presença do maioral. Uma cabôcla de rara beleza e de formas proporcionais. Na cabeça um acanguape (15) de penas de papagaio. Ao pescôço, uma iurapora (16) de conchas de mariscos. Seios nus, rijos, desenvolvidos. Nos braços, espécie de pulseiras de dentes de cutia. No baixo ventre, uma assoiaba (17) de penas multicôres. Um pouco acima dos joêlhos, uma cinta de algodão — tapacurá — distintivo de virgindade.

6 — Armadilha.

7 — O chefe dos tabaiaras. Pau-verde ou arco-vêrde.

8 — Paié. O conselheiro da tribo; a um tempo médico e feiticeiro; o oráculo dos grandes momentos.

9 — Prisioneiro.

10 **Moacaretá**. No consêlho eram figuras indispensáveis o morubixaba e o paié.

11 — Homem branco.

12 — **Igara**—canoa, **assú**—grande; navio.

13 — De nhenga-catú, lingua boa; a lingua geral.

14 — Corda de fibras. **Mussú-rana**, parecido com mussú.

15 — Espécie de diadema.

16 — Colar.

17 — De assoi, cobrir; tanga.

Jerônimo contemplou-a, demonstrando satisfação, com um sorriso. A índia também sorriu, deixando vêr, sob o lábio superior, alvos dentes ponteados.

Acceptou as frutas e comeu-as.

Ali mesmo a índia armou um moquém e preparou carne de caitetú para a refeição de ambos.

Assim se passaram vários dias.

Numa das manhãs em que a índia se aproximou bastante do prisioneiro para dar-lhe as frutas por ela própria colhidas, Jerônimo, sentindo o contacto daquela carne mossa, encostou os lábios ás suas faces. Havia mais do que gratidão naquêlê beijo. A índia não retribuiu mas o seu instinto de mulher fê-la compreender.

E os dias iam-se passando. Vez por outra o morubixaba aparecia onde estava o prisioneiro, afim de certificar-se de que a prêsã continuava bem guardada para o festim.

As tribus amigas tinham já sido convidadas para o sacrificio daquêlê miassua.

Havia azáfama na aldeia. As mulheres, guiadas pelas velhas, cambuxis (18) ao lado, preparavam umas o aipii (19) outras o auatii (20), outras o caiui (21), outras ainda o janapai (22). para que não faltasse bebida no cerimonial. Grandes iapepús (23) estavam lavadas e montadas sôbre trempes, para o preparo do caldo. Cunhãs (24) amolavam as itaquecês (25), para o recorte do cõrpo do prisioneiro quando o tacape (26), ao som dos maracás, o prostrasse.

Na véspera da lua, á noite, quando tudo preparado para o sacrificio, a filha do morubixaba aproxima-se sorrateiramente do prisioneiro que dormia, desperta-o, corta com a sua itaquecê os cipós e as mussuranas que o prendiam e, com um signal, convida-o a que a acompanhe.

18 — Vaso de barro.

19 — Bebida fermentada de mandioca. Hoje dão o nome de tiquira á aguardente de mandioca, mas a tiquira é destilada, processo que os selvagens não conheciam.

20 — Bebida fermentada de milho, a que hoje chamam abua, no Ceará.

21 — Bebida fermentada de cajú. Espécie de mocororó, usada no Ceará e a bebida por excellencia dos indios.

22 — Bebida de jenipapo.

23 — Panetas.

24 — Mulheres.

25 — Facas. Palavra que se incorporou ao portuguez — quacê — muito comum ao norte para designar a faca ruim.

26 — Clava.

Nascida naquela região, acostumada á caça e á procura de frutos, conhecia a india todas as trilhas daquêle matagal.

Jerônimo acompanhou-a confiante e, depois de algum tempo, compreendeu que estava próximo do acampamento dos brancos. Gritou para as sentinelas, deu-se a conhecer e, tomando a salvadôra nos braços, levou-a até a presença da sua irmã d. Brites a quem tudo relatou.

A mulher do donatário acolheu a india sob sua proteção, vestiu-a á moda dos brancos, ensinou-lhe o catecismo, e parainfou a sua iniciação no cristianismo, dando-lhe o nome de Maria do Espirito Santo Arcovêrde.

Porque não fôsse ponto fixo que os aborigenes se incluíssem entre os racionais, o que só posteriormente se resolvêra com uma bula do Papa (27), e porque não era lícito a fidalgo casar com selvagem tida como irracional, Jerônimo não santificou a sua união com a princeza tabaiara, de quem teve oito filhos, que el-rei legitimou (28).

O aprisionamento do fidalgo português teve, porém, destacado valôr para o progresso da capitania. Foi por intermédio da india convertida ao cristianismo que portuguezes e tabaiaras se aliaram, do que resultou o recuo, para o norte, dos pitiguaras (29) e o desalojamento de Marim dos caetés, para a fundação da Nova Lusitania. E do cruzamento da princeza tabaiara com o cunhado do donatário originou-se a grande familia brasileira (30) que illustrou a história do velho mundo com o pulso do Marquez de Pombal (31) e deu ao novo mundo o primeiro cardeal sul americano.

MÁRIO MELO

27 — Bula "Veritas ipsa", de Paulo III, de 2 de junho de 1537.

28 — "Tenho eu em meo poder a carta de legitimação que no ano de 1561 consedeo o Rei D. Sebastião aos filhos naturaes de Jerônimo de Albuquerque, está ella de tal sorte, que se não poder ler os seus nomes, e muito apenas se persebe alguma couza. Hé certo que os perfilhados forão so 13 e que destes só 3 forão avidos em D. Maria do Espirito Santo Arcoverde" — NOBILIARQUIA PERNAMBUCANA de A. V. Borges da Fonsêca.

29 — Pitiguaras, os mascadôres de fumo e não potiguaras, os comedôres de camarão.

30 — Borges da Fonsêca, trab. citado. Veja Mário Melo — *Genealogia pernambucana*, Rev. do Inst. artq. pern. vol. XXVIII.

31 — Braga Ribeiro — *De Muirá-ubi a Pombal*, Rev. do Inst. arq. vol. XXV.

A Origem do Nome "Olinda"

A LENDA DE IANGAI (*)

As malocas dos caetés amanheceram em azafama. Até as mulheres atendiam ao chamado dos borés. A valente tribo dos nativos brasileiros se preparava para assaltar o acampamento dos brancos, onde Duarte Coelho Pereira, recém-vindo de Portugal com sua esposa d. Brites de Albuquerque, e o cunhado Jeronimo de Albuquerque tomára posse da Capitania de Pernambuco, doada a si por d. João III e déra início á povoação.

Os fidalgos e amigos, companheiros do donatario, sabem, por informações dos índios tabaiaras, que, além dos morros, existe a poderosa nação dos caetés.

E' o ano de 1535. Tarde de verão. Duarte Coelho e a sua gente descobrem, no morro onde está a Sé, o sinal guerreiro, denunciador das hostilidades dos aborigenes. Todos se preparam e esperam. Os tabaiaras são aliados aos brancos. Um pouco mais e uma saraijada de flexas dá início ao combate.

A luta se encarnaça.

Cái em poder dos brancos, como prisioneiro, um pugilo dos bravos caetés. Ha entre eles tambem mulheres. E, no meio deles, está Iangai, a bela india, de contornos sazonados, seios turgidos, formosos olhos mongóis e impregnada de perfumes dos silvedos. Tem os dentes alvos e corretos, e os labios carnudos emoluram-ihe a boca louçã e sedutora. Embora prisioneira, Iangai com allivez deliciosa zomba dos brancos.

(*) Não confundir lenda com história. O que se vai lêr é simplesmente uma lenda.

Duarte Coelho é atingido por uma flecha. Recolhe-se, com a ferida sangrando.

E a batalha prossegue, sem desfalecimentos.

Tabira, chefe dos tabaiaras, aliado aos colonizadores, conduz os prisioneiros à presença do donatário. Duarte Coelho, ao ver Iangai, radiosa de revolta e envolvida pelo frescor de sãdia juventude exclama fascinado: ÓLINDA!

Pede-lhe Tabira, então, consentimento para sacrificar os prisioneiros. Duarte Coelho porém, exclue Iangai.

E a formosa india, quando partem seus companheiros para o sacrificio, envolve-os com um olhar doloroso de angustia, seus labios balbuciam qualquer coisa e uma lagrima cristalina illumina-lhe a face crestada pelo sol dos tropicos. Entre os condemnados à morte, está Camura, o eleito do seu coração bravo — um guapo rapagão, de olhar penetrante, tez descoberta e musculos sedutores.

Hajissé e Pirajibe, valorosos guerreiros tabaiaras, desconfiam sempre dos propósitos de Iangai que permanece fiel ao juramento de amor a Camura.

Vigiam-n'a secretamente:

Duarte Coelho desespera ante o despreso de Iangai, a quem visita escondido de sua esposa.

A india d. Maria do Espirito Santo Arco Verde, tabaiara, que se havia batizado casando com Jeronimo de Albuquerque, um dia conta discretamente a Duarte Coelho que a sua ÓLINDA, como ele a apeludara, tenciona mata-lo. O donatario da Capitania de Pernambuco, entretanto, não acredita. Ele a ama, e o amor condescende sempre.

Despresado assim por Iangai, Duarte Coelho se consola em citar o seu nome. E o faz com volupia. Ha naquele apelido um mundo de quimeras que ele alimenta. E quando escreve para Portugal, vai datando as suas cartas: *Desta de Pernambuco, ou desta Olinda da Nova Lusitania*, etc.

A nobreza de uma homenagem a quem lhe despertara amor e o despreso.

Um dia, a noticia se avoluma: o ultimo dos caetés desaparecera — Iangai fugira!

Saem em sua perseguição.

E, após incessante batida, encontram o cadaver da linda autóctone afogado em folhas de curare, o toxico que abundava nas matas de Palmira, proximas das atuais ruinas.

Pelo poente, a saudade do sol debuxa o ultimo adeus ás terras americanas do Brasil.

Iangai se suicidara!

Vencido assim, o derradeiro caeté que fôra o proprio amor de Duarte Coelho, êste incrementa a construção da cidade e lhe dá o nome do seu sonho — OLINDA.

Diz-se que ainda hoje, quando o sol desce no ocaso, viandantes ouvem, pelas imediações das ruinas de Palmira, de envolta com o sibilar modulado das cigarras, o cantar longinquo duma mensagem de saudade.

Mas ninguem ainda pôde identificar aquela voz misteriosa de mulher.

L. C. CARDOSO AIRES



João Fernandes Vieira

I

NÃO ERA BASTARDO

O português João Fernandes Veira, vindo muito jovem para o Brasil, foi o elemento de mais preponderância na restauração de Pernambuco. Têve panegiristas cegos e tem tido demolidores. Estes não se limitaram a apontar os seus êrros, alguns fartamente documentados, ou a sua ambição, que seria demasiada, bastando notar-se que, exceto os cientistas trazidos por Mauricio de Nassau e poucos outros, tódo o europeu que vinha ao Brasil alimentava, como programa, acumular riqueza.

Pereira da Costa e Alberto Lamêgo fartaram-se de acumular documentos contra o madeirense. E, para apoucar-lhe a figura, começaram por duvidar de sua ascendência legítima. Deram-no como filho bastardo dum homem de prol da Madeira com uma helaira. ora filho dum malfeitôr com uma mulata. Viriato Corrêa e Paulo Setúbal incumbiram-se de propagar a injúria em livros de divulgação. (1)

Quando aquêle e êste em anos diferentes, espalharam a divulgação, protestei, fundado no que escrevêra Adelino de Luna Freire. Mas o meu protesto não podia têr veemencia ante a precariedade da documentação, pois, só recentemente foi encontrada a certidão de batismo daquêle a quem os pernambucanos tanto devem. (2)

1 — "Fernandes Vieira era filho de uma rameira, uma mulata conhecida pelo vulgo Benfeitinha. Nascera na ilha da Madeira. O seu pai era um ladrão, um degredado, cujo nome não se conservou". Viriato Corrêa, O BRASIL DOS MEUS AVÓS.

Quanto a Paulo Setúbal, vêde o romance MAURICIO DE NASSAU.

Allás, antes de P. da Costa, de Lamêgo, de Viriato e de Setúbal, já Varnhagen chamara Fernandes Vieira de mulato. Pierre Moreau também o chamara de mulato liberto. E Gaspar Dias, em carta a Mauricio de Nassau, tratara Vieira como mulato.

2 — Adelino de Luna Freire, JOÃO FERNANDES VIEIRA, Rev. do Inst. arq. pernamb. 46, 113-141.

O sr. Alberto Artur Sampaio, da Madeira, obsequiou-me com um exemplar do discurso que proferira na cidade do Funchal, a 12 de junho de 1925, por ocasião de inaugurar-se ali um busto de bronze do madeirense Francisco de Ornelas Muniz, que se chamou João Fernandes Vieira.

Como apêndice ao discurso vinha a seguinte nota:

“Certidão de batismo de João Fernandes Vieira — Certifico, pela minha honra, em como a fls. 28 do L. 1.º dos Batizados e Casamentos desta freguesia da Natividade de Faial, Diocese do Funchal, se encontra o termo que diz assim:

“Em vinte e nove dias do mez de junho de... zei nesta Igreja a Fran^o f^o de Francisco dor Nellas e de Anta. Mendes e forão padrinhos Braz Pera. e d. An... fa. de Beatriz oriz e assim os padrinhos com os bautizados são freguêses desta Igreja de N. S... Uerde. fiz este termo oje dia mez ano as... Sebastião Gonsalves... e Braz Pera.”

A tempo: O livro referido contém os batizados desde 1558 até 1599 e é uma cópia do original que estava lacerado no tempo do Pe. Antonio da Silva, Vigário desta Freguesia, que o era em Junho de 1766 e que então cuidou de os trasladar segundo a ordem do Bispo do Funchal d'então em despacho com data de 8 de Junho. Tanto o termo anteriôr como o seguinte a êste tem a data de 1596. Está conforme. Residência Paroquial do Faial, 26 de Setembro de 1922. — O Pároco Francisco Fulgêncio de Andrade”.

Sabia que João Fernandes Vieira era filho de Francisco Dornelas e mudara de nome ao vir para o Brasil (3), mas, pelas minhas notas a mulher de Francisco Dornelas era outra. Assim, pesava ainda sôbre a memória do libertadôr a pecha de filho bastardo e bem poderia sêr Antônia Mendes a hetaíra de que tratam os injuriadôres da sua memória ou o verdadeiro nome de “Benfeitinha”.

E escrevi, sem pêrda de tempo, ao sr. Alberto Sarmento, para que me informasse o nome da verdadeira mulher de Francisco Dornelas.

3 — Alvará de 5 de junho de 1654: “Eu, El-rei. Faço saber aos que êste meu alvará virem que em consideração aos serviços de João Fernandes Vieira, estante no Brasil, filho de Francisco de Ornelas Moniz, feitos em viva guerra na capitania de Pernambuco, de soldado, capitão e mestre de campo dêsde o ano de 1630 etc. etc.” Rev. do Inst. arq. pern. 46 136.

Em resposta, mandou-me interessante monografia intitulada "Ascendência, naturalidade & mudança de nome de João Fernandes Vieira", publicada em 1911, anteriôr, portanto, ao aparecimento da certidão de batismo acima transcrita.

Por êsse precioso trabalho de investigação histórica, que confirma as pesquisas de Adelino de Luna Freire, vêjo que o autôr, guiado por uma nota escrita á margem do "Castrioto Lusitano", encontrou no Nobiliário de Caetano Velosa de Castelbranco, num manuscrito bastante estragado que hoje pertence á Biblioteca Municipal de Funchal, o seguinte:

"§ 18 — Mendo d'Ornellas e Vasconcellos, fo. de Francisco Goes § 17 a fs. 40 c. 1.^a vez em 24 de 7bro de 1559 em Maxico c. Helena Gomes fa. de Pedro António, Médico no Fayal e teve:

1 — Francisco d'Ornellas no 1. 2 — Ayres d'Ornellas que morreo na India. 3 — António d'Ornellas que tão bem morreo na India. 4 — Antónia d'Ornellas mer. de Simão de Vasconcellos fo. s. g.

Caz. 2.^a vez c... de Castro.

5 — Simão Ferzs. § 21.

Francisco d'Oonellas n.^o 1 c. c. Ant.^a Mendes da Lombada de Santa Cruz, fa. de Jerónimo Mendes e de Bárbara Christovão natural do Fayal e teve: 1 — Manoel de Ornellas s. g. 2 — Francisco d'Ornellas que ao depciç mudando o nome se chamou João Fernandes Vieira e segue. 3 — Antonia d'Ornellas c. c. António Pires da Fra. do Fayal c. g. 4 — Helena d'Ornellas mer. de Pedro de Freitas Peixoto do Fayal fo. de c... c. g. 5 — Maria d'Ornellas mer. de José Dias de Santanna c. g.

Francisco d'Ornellas sendo rapaz fugio para o Brasil e ali tomou o nome de João Fernandes Vieira, foi muito rico e com sua riqueza e valôr libertou para a corôa de Portugal do podêr dos Orlandezes, Pernambuco: e por estes e outros muitos serviços foi — Fidalgo da Casa Real e do seu conselho de Guerra, Alcayde Mayor da Villa de Pinhal, commendadôr das commendas da Ordem de Cristo, São Pedro de Torra-

das e de Santa Eugenia d'Aula, superintendente das fortificações de Pernambuco. e de todas as mais do Estado do Brasil para o norte e pro. Acclamador da Liberdade e restauração de Pernambuco &&.

Tudo isto se pode ver em hum livro intitulado Castrioto Lusitano, que tenho em minha Livraria. Elle tinha nascido em 1613 e tendo 11 annos embarcou e passou ás partes do Brasil em o anno de 1624, como se vê no mesmo Livro a fs. 6 § 10. Casou com D. Maria Cezar, senhora do melhor sangue daquella capitania, filha do Capitam Francisco Berenguers de Andrade e de D. Joanna de Albuquerque s.g. Vide titulo de Berenguers a fs. 165 § 8. Houve Bastardos em varias mres. naquella Capitania e filhos e.g. 1. D. F. mer. de Gaspar Acciaoli de Vasconcellos. Vide fs. 106 v. § 9 Livro 3".

Está, portanto, confirmada a identificação de João Fernandes Vieira. Não podia envergonhar-se de sua ascendência. Era fidalgo pelo sangue do pai e pelo sangue da mãe. Eshorôa-se a lenda da sua infame bastardia e de sua mestiçagem. Filho legítimo, branco, limpo e puro.

Si assim o era. Por que emigrou e mudou de nome?

Emigrou devido ao seu temperamento aventureiro e devido à miséria que com a peste, devastava a ilha da Madeira. O regime de Direito de então era o do morgadio. Só os primogénitos tinham direito á herança e ás rendas e o de-vêr de, com o nome da familia, conservar o vinculo. "Os irmãos, á fome, indignados com a fortuna, mas cegos ainda pela vaidade do nome, só se submetiam ao trabalho em terra ex-tranha."

Francisco d'Ornellas, irmão segundo de Manuel d'Ornellas, compreendeu cêdo que toda a fortuna paterna seria dêste. Ou-via as narrativas fantásticas das riquezas do Brasil, para onde vinham colonos em todos os vapôres. Muito jovem, fugiu da casa paterna, meteu-se numa leva de emigrantes e com êles se embarcou para tentar a sorte com o trabalho. O primeiro em-prêgo que obteve em Pernambuco foi o de criado. Era humilhante demais para a prosápia dos Dornelas. Mudou de nome. Ainda assim, tomou o apelido Fernandes, do seu bisavô Antônio Fernandes, das Covas, do Faial, e o apelido Vieira, do seu terceiro avô Pêdro Vieira, grande morgado da ribeira do Machico, na ilha da Madeira, e juntou-os ao prenome João,

também do seu segundô bisavô materno João Mendes. E creou o nome completo de João Fernandes Vieira com que se fez no Brasil e que passou á História, mais dignificado pelos seus feitos do que aquêles que lhe deram os pais na pia baptismal. (14)

MÁRIO MELO

II

IDENTIDADE DE JOÃO FERNANDES VIEIRA, RESTAURADOR DE PERNAMBUCO

1.º — “Fac-simile”, manuscrito, copiado, do “termo de baptismo” de João Fernandes Vieira, da freguezia de Fayal, na Ilha da Madeira, o qual mudou, pelo chrisma, segundo parece, o seu verdadeiro nome FRANCISCO, pelo de JOÃO.

“Livro 1.º, fol. 21, freg.º do Fayal”.

“Em os vinte e nove dias do mes de Junho de = zeí nesta Igreja a Franc.º. f.º de Francisco dornellas e de Ant.º. Mendes e forão padrinhos Bras Pr.º. e seu = fa.de Beatriz roiz, e asina os padrinhos com os bautizados meus freguezes desta Igreja de N. S. = verd. e fis este termo oje dia Mes e anno ut = Sebastião Gonsalves e Bras Pr.º.” onde tem=quer dizer no dito termo (que foi uma copia official do velho Registro Parochial, que já foi inutilisado), “que não se pôde lêr, por estar o papel corroido da tinta”.

A freguesia, foi a do Fayal, e foi no “Livro 1.º a folhas 21, na 1.ª lauda desta folha”, sendo o último dos 4 termos lavrados nesta sua 1.ª lauda; esta folha contem 8 termos: 4. na 1.ª lauda, e 4 na 2.ª lauda ou verso.

4 — Lido este trabalho em sessão pública do Instituto arqueológico e publicado posteriormente no *Diario de Pernambuco*, bem como outro, decalcado neste mas em forma literária do conto — “Os esponsais de Fernandes Vieira”, inserto na Revista *O Cruzeiro*, do Rio de Janeiro, o afamado genealogista madeirense dr. João José Maria Rodrigues d’Oliveira enviou ao Instituto, por intermédio do desembargador Diogo Cabral de Melo, os dois que se seguem:

Traduzindo, com tudo quanto faltou pre-encher, como estão os outros termos de baptismo referentes ao ano de 1596 desta e outras folhas, no dito Livro 1.º a folhas 21, dos Baptismos da Freguesia do Fayal, eis o termo completo que existia no Livro velho inutilizado:

“Em os vinte e nove dias do mês de junho de 1596 bautizei nesta Igreja a Franc.º f.º de Francisco dornellas e de Ant.º Mendes e forão padrinhos Bras Pr.º e d. An = f.º de Beatriz roiz, e asina os padrinhos com os bautizados meus freguezes desta Igreja de N. S. do Fayal. e por verd. e fis este termo dia Mes e anno ut Supra — Sebastião Gonçalves e Bras Pr.º.

2.º — Mudança de nome de João Frz Vieira

A Ilha da Madeira é uma das terras onde predomina a mania da mudança de nomes, sobretudo na ocasião de crismarem-se as pessoas, com agravante de os párochos não fazerem a completa menção da mudança destes nomes, como também se esqueciam ás vezes de registar, nos respectivos Livros, alguns Casamentos, e batismos e obitos, como de sobejo é já sabido, embora não devam gostar desta referencia, que bem longe está no sentido de os melindrar; até os seus genealogistas têm o mesmo defeito.

De forma que a mudança de nome de Francisco para João, em João Frz Vieira, ou teria sido feita na ocasião de se crismar, o que é mais provavel e infelizmente não ha registo de crisma nesta época nesta paróchia do Fayal e, ainda naquellas em que o ha, notam-se também faltas de nomes dos crismados; — ou, vendo-se sua familia arruinada devido a revezes de fortuna e a terem dissipado em festas, este João Frz Vieira tendo de sujeitar-se a trabalhos rudes e servis improprios da sua alta nobreza, viu-se forçado a mudar de nome para não ser reconhecido entre os extranhos como pertencente a familias nobres, evitando deste modo o insulto e a rudeza dos humildes, que deveriam sentir-se satisfeitos de verem humilhado um nobre, levado pela fome: de qualquer das 2 hipóteses, uma é verdadeira, e, talvez a 1.º seja mais provavel.

Além disso, ha a circumstancia de, no mesmo ano de 1596, pelo menos haver 8 registros de nascimento nesta freguesia, e que é já, na verdade, uma boa natalidade numa época tão atrasada, n'uma paróchia que, quando muito, poderia comportar talvez uns 150 ou 200 habitantes; isto, para responder aos que julgam ter se sumido o baptismo de nome João no livro velho

corroído; mas as genealogias antigas autenticadas não apontam o nome João entre os filhos de Francisco de Ornelas Moniz e de Antonia Mendes, e apenas apontam os seguintes nomes dos filhos: António, Manuel, Francisco, Maria, Antónia e Helena.

Portanto, salvo documento em contrario, que não é crível encontrar-se nunca, subsiste a hipótese unica de ter havido a mudança do nome Francisco para João, ou pelo crisma, ou pela mudança de terra, sendo a 1.^a hipótese a mais crível, tanto mais que se sabe que um destes filhos se embarcára para o Brasil.

Na revista madeirense "Arquivo Historico da Madeira", em seu "volume 2.^o, n.^o 4. do ano 1932 — Dezembro", a pag. 167" — vem a fotogravura da assinatura de João Frz Vieira, bem como uma "Carta que, em 20 Agosto 1672, enviou de Pernambuco ao Provedor da Santa Casa de Misericordia da cidade de Funchal, nesta Ilha da Madeira". — na qual elle se declara ter 70anos de idade, e de ter saído aos 10 anos de idade desta Ilha para Brasil: devemos compreender que estas 2 edades não devem ser ditas com rigor, porque nunca ninguem costuma dal-as, senão com aproximação de até 5 e até 8 anos às vezes; o mesmo succede com a idade dada nos registos de Cazamento e de obito, onde se nota a mesma falta de rigor exato; portanto, não é isto motivo para levantar duvidas sobre o já estabelecido sobre a sua idade ou identidade.

Outro argumento de peso consiste em que: "em toda a genealogia das Ilhas da Madeira e de Porto Santo, não ha, desde 1596 para traz, nenhum madeirense chamado "Francisco de Ornellas Moniz" senão este que foi pae do grande restaurador de Pernambuco João Frz Vieira, e tanto que este usou as armas dos Ornellas e dos Monizes — que são as da linha de seu pae: Este argumento é insofismavel e decisivo.

3.^o — Funções publicas, etc.

João Frz Vieira foi Governador de Angola, por carta de 8 julho 1654, tomando posse a 18 Abril 1658.

A 27 Maio 1660, Manuel Berenguer, um de seus parentes, é assassinado por Alvaro de Aguiar, que o achára dentro de casa.

Em Angola, João Frz Vieira é excomungado (sem isso lhe ter feito mal algum) pelos Jesuitas, pelo facto de não consentir que tivessem "pórcos soltos pela rua", o que o desgostou

muito, sendo defendido pelo Rei, que mandou repreender o reitor do Collegio da Companhia de Jesús.

Em 1679, Vieira fez gravar e publicar o seu retrato, á frente do "Castrioto Lusitano", no qual figuram as Armas dos Monizes e dos Ornelas, e com a rica farda de General.

Em 1674, Vieira fez, segundo afirmam os autores e Felner, testamento, o qual foi oferecido ao "Instituto Historico do Brasil" (?), pelo Imperador deste Paiz, na qualidade de seu Socio Honorario, e parte do qual foi publicado na "Revista Trimensal, T. XXIII, pag. 287 até 398", deixando, por sua morte, apenas bastardos.

A 10 Janeiro 1681, faleceu Vieira, sendo sepultado na Igreja da Santa Casa da Misericordia da cidade de Olinda (Brazil), segundo Felner e outros.

4.º — Documentação

1.º Documento — Portaria de 2 Maio 1652, pela qual El Rei lhe fez mercê d'outra Comenda, além da que já tinha da mesma lotação de 300 mil reis; de dez léguas de terras do Brazil; do Habito, de São Bento de Aviz e de 2 officios de Justiça, Fazenda ou Guerra (Arch.º Nac.l da Torre do Tombo, de Lisboa, Portarias do Reino, L.º 2.º, fol. 388); nele se começa assim:

"Por resolução de Sua Magestade de 20 de outubro de 649 e 19 de Abril de 652 em Consultas do Conselho Ultramarino de 17 de Setembro de 649 e 19 de outubro de 650.

"El Rey nosso senhor em consideração dos serviços de João Fernandes Vieira, estante no Brazil, natural da Ilha da Madeira, e filho de Francisco Dornellas Moniz, feitos em viva guerra na Capitania de Pernambuco, de soldado, Capitão e Mestre de Campo desde o anno de 630, em que os holandezes a começaram a occupar, até ao de 51, etc., Alcantara, em 2 de Maio de 652. (Arquivo do Conselho Ultramarino — Consultas)".

2.º Documento — Portaria de 30 de Setembro de 1652, sobre a matricula de João Fernandes Vieira, natural da Ilha da Madeira, filho de Francisco de Ornellas Moniz, para receber a sua moradia, como fidalgo Cavaleiro (Matricula, L.º 4.º, fol. 128).

3.º Documento — Alvará de 25 de junho de 1654, concedendo a João Frz Vieira, natural da Ilha da Madeira, filho de Francisco d'Ornellas Moniz, outras dez legoas de terra em circuito no Brazil (chancelaria de D. João 4.º, L.º 26, fol. 215 — Arch.º Nac. da Torre do Tombo, de Lisboa).

4.º Documento — (Arch.º do Conselho Ultramarino, sob os nos. III) — em que João Frz Vieira pede a informação da patente de Mestre de Campo, e em que ele alega “ser pessoa de grande qualidade” — em consulta de 18 de Agosto de 1649.

5.º Documento — (Arch.º do Cons.º Ultramarino, L.º 3.º das Mercês Geraes de 1647 a 1650, fol. 298), em que diz assim:

“O Mestre de Campo João Fernandes Vieira pede “satisfação de seus serviços.

“O Mestre de Campo João Fernandes Vieira, filho “de Francisco de Ornellas Moniz, e natural da Ilha da “Madeira, consta, pelas certidões que offereceu, ser- “vir na Guerra de Pernambuco, desde o anno de seis- “centos e trinta, em que os hollandezes occuparam “aquella Capitania, etc. Em Lisboa a 17 de “Setembro de 649 — O Marquez — Castilho — Figuei- “ra — Pereira”.

6.º Documento — Consulta de 19 de outubro de 1650 sobre a replica de João Fernandes Vieira, em que alega e prova novos serviços, e apaziguamento tumultos de soldados, etc.; e pede a posse immediata das duas comendas com que foi galar-dado, o Governo de Angola em logar do do Maranhão, o Almirantado, e o titulo de Conde do Ceará com Jurisdição Civil e Crime (Arch.º do Conselho Ultramarino, L.º 3.º das Mercês Geraes, 1647 a 1650, fol. 386, v.º).

Eis tudo quanto, de documentado, me foi possivel obter da biografia do madeirense João Fernandes Vieira, o grande heroi da Restauração de Pernambuco.

Dr. João José Maria Rodrigues de Oliveira

Funchal

III

SUA ASCENDENCIA E RELAÇÃO COM ALGUNS PARENTES
PROXIMOS

§ 1.º

1. TRISTÃO VAZ. — 1.º capitão donatario da Capitania de MACHICO, — foi companheiro do descobridor das Ilhas de Porto Santo e da Madeira, João Gonçalves Zarco e que, por duas vezes foi 1.º capitão donatario da Capitania do Funchal.

Teve 4 varões e 8 femeas, dos quais, de sua mulher BRANCA TEIXEIRA —

- 2) Lançarote Teixeira (4.º filho, que segue, e
- 2) Catarina Teixeira, casada com Gaspar Mendes de Vasconcelos.

LANÇAROTE TEIXEIRA (2) casou, por 1440 ? com BRITIS DE GOIS, filha de João do Rego e de Britis de Gois, da Província do Algarve (Portugal); teve 12 filhos, dos quais 4 varões entre os quais:

- 3) Francisco de Gois, que segue, e
- 3) Elena de Gois, casada com Mendo de Ornelas Vasconcelos, filho de Alvaro de Ornelas Saavedra e de Constança de Mendonça.

FRANCISCO DE GOIS (3), 2.º filho de nascimento e de varonia, casou por 1500? com BARBARA DE MENDONÇA, irmã do seu cunhado Mendo, ambos filhos de Alvaro de Ornelas Seavedra e de Cosntaça de Mendonça; da qual houve 6 filhos, sendo 3 varões e 3 femeas, — e 2 bastardos; sendo 1 varão. Entre os legitimos houve:

- 4) Mendo de Ornelas de Vasconcelos, que segue:

MENDO DE ORNELAS DE VASCONCELOS (4) 2.º filho varão e de nascimento, casou em 1559 com ELENA (ou Gracia) GOMES, filha de Antonio Friz, das Covas do Faial, na Ilha da Madeira e de sua 1.ª mulher Gracia (ou Guionar) Gomes; neta paterna do Dr. Paulo Antonio, medico de origem judaica, muito rico e de origem aristocratica, e neta materna de

avós por ignorados, por extravio de documentos; de que houve 4 filhos, 1 fêmea e 3 varões. dos quaes:

5) Francisco de Ornelas Moniz, que segue:

FRANCISCO DE ORNELAS MONIZ (5) — 1.º filho varão e de nascimento. casou na freguezia de Faial em 1583 com D. ANTONIA MENDES VIEIRA, filha de Jeronimo Mendes e de Barbara Cristovão, da familia nobre dos VIEIRAS, em Portugal, de que houve 6 filhos, 3 varões, entre os quaes:

6) Francisco de Ornelas Moniz, que segue:

FRANCISCO DE ORNELAS MONIZ (6), — 3.º filho, que vendo-se sem meios de poder ostentar o prestigio dos seus pergaminhos, fustigado pela decadencia a que tinha descido a capitania de Machico, que fôra de seu 4.º avô, Tristão Vaz, resolveu embarcar incognitamente para o Brasil, para onde grande numero de madeirenses de todas as freguezias desta Ilha se foram atravez de todos os seculos e onde predominavam pelo seu arduo esforço, e onde existem descendentes atualmente em todas as povoações do Brasil, muitos deles em destaque e com fortuna.

Depois de embarcado, para não ser conhecido na sua decadencia ao sujeitar-se aos trabalhos mais apropriados á classe popuplar, mudou o seu primitivo nome para o de JOÃO FERNANDES VIEIRA e, com este nome, continuou a sua vida e sob ele a fortuna o favoreceu, e em honra e por gratidão conservou-o definitivamente.

Casou em Pernambuco em 1643 com MARIA CESAR BERENGUER, filha de Francisco Berenguer de Andrada e de D. Joana de Albuquerque, neta paterna de Cristovão Berenguer e de D. Maria Cesar; bisneta paterna de Heitor Nunes Berenguer e de sua 1.ª mulher D. Maria Giraldes (da familia dos "Giraldes"), trineta paterna do Dr. Pedro Berenguer de Semilhana e de D. Joana de Bulhão; procedendo este Berenguer da antiga familia hespanhola fidalga, senhora da Grande e antiga Casa de Barcelona, da mais alta aristocracia iberica; deste casamento não houve filhos. Houve bastardos, entre os quaes:

7) D...?... Vieira, Moniz que casou com Gaspar Acioli de Vasconcelos, filho de João Batista Acioli e de D. Maria de Lello; que deixou geração no Brasil.

§ 2.º

II. ELENA DE GOIS (§ 1.º n.º 3), — filha de Lançarote Teixeira e de Britis de Gois, — foi 11.º filho de nascimento e a 8.ª fêmea; casou por 1520? com MEM ou MENDO DE ORNELAS DE VASCONCELOS, irmão de sua cunhada, e filha de Alvaro de Ornelas Seavedra e de Constança de Mendonça (da familia de Ornelas, em Portugal) e que procede de DINAGODOS, isto é dos descendentes dos antigos Reis Godos, que se apoderaram da Europa e quando das grandes transmigrações goticas; de que houve, entre outros:

4) Beatriz de Gois, que segue:

BEATRIZ DE GOIS, — casou por 1540? com MANOEL DE CASTRO, o Moço, 1.º filho de Manoel de Castro, o Velho, e de Ana Colaça; neto paterno de Diogo Fernandes de Castro, 1.º filho e de D. Aldonsa Coelho (filha de Egas Coelho e de Joana Pires de Alboim, neta paterna de Pedro Coelho e de D. Maria Vasques, e bisneta paterna de Estevão Coelho e de D. Maria Mendes Petito). Esse Diogo de Castro Azevedo era filho de Alonso Pires de Castro, Senhor de Seguinheiro e da Parada, e de D. Maria de Azevedo; descendente da antiga Casa Sobrarcho, e que, em Portugal, é designada pelo — Castro.

Deste casamento nasceu, entre outros:

5) Diogo de Ornelas Vasconcelos, que segue:

DIOGO DE ORNELAS VASCONCELOS, — 1.º filho, casou na Sé, de Funchal, em 1561, com ANA FERRAZ DE ABREU, filha de Fernão Nunes Cardoso e de sua segunda mulher Isabel Gliz Ferraz (da familia dos "Cardoso", da qual nasceram entre outros:

6) Manoel de Castro de Ornelas, que segue:

MANOEL DE CASTRO ORNELAS, 1.º filho, casou por 1600? com BEATRIZ LOPES, filha de Pedro Lopes, notario na Vila de CAMARA DOS LOBOS (Ilha da Madeira) e de Antonia Gomes, filha de Manoel Gomes "O Cavaleiro", e de Catarina Galhardo, do qual nasceram, entre outros:

7) Manoel de Ornelas de Vasconcelos, que segue:

MANUEL DE ORNELAS DE VASCONCELOS, 1.º filho, casou na Ilha do Porto Santo, a 17 de Março de 1631, com sua

primeira mulher D. ANA DE MENDONÇA, filha de Pedro Teixeira de Vasconcelos, casada em 1614 com Isabel Lomelino, (irmão ele de Ana Travassos, casada em 1594 com Duarte Teixeira de Vasconcelos, filho de Roque Teixeira de Carvalho e de Maria Adão Lomelino; todos fidalgos); neta paterna de Miguel Teixeira de Vasconcelos e de Ana Colaça de Vasconcelos; bisneta paterna de Gaspar Mendes de Vasconcelos e de Catarina Teixeira, filha, esta ultima, de Lançarote Teixeira e de Britis de Gois (§ 1.º, n.º 2 atrás citado); parentes em 5.º gráu de consanguinidade; deste casamento, nasceu, entre outros:

8) D. Antonia de Ornelas de Vasconcelos, que segue:

D. ANTONIA DE ORNELAS DE VASCONCELOS, filha herdeira da casa de seus paes, casou na Sé de Funchal, a 4 de Agosto de 1661, com LUIZ SOARES PAES, filho de Gaspar Paes Soares, de Lisboa, e de Branca Soares, de quem houve, entre outros:

9 Gaspar Soares de Vasconcelos, que segue:

GASPAR SOARES DE VASCONCELOS, 2.º filho, teve 6 irmãos, dos quaes: dois varões; casou na Igreja de S. Pedro (Funchal) a 27 de Janeiro de 1697, com D. MARIA DE MENEZES CABRAL E CASTRO, filha de Manoel Cabral de Aguiar e de D. Isabel de Andrade de Menezes (titulo da familia dos Castros); de quem, entre outros, nasceu:

10) Francisco de Ornelas Cabral, que segue:

FRANCISCO DE ORNELAS CABRAL, 1.º filho, nato mudo, teve 10 irmãos, sendo 3 varões e 7 femeas; casou na Igreja de S. Pedro, a 12 de Abril de 1739, em Funchal, com D. MARIANA ROSA DE FREITAS DA SILVA, descendente de Gonçalo Fernandes Trastamara ou Gonçalo Afonso de Aviz, o principe exilado, filho do Rei Afonso V e de D. Joana, a Excelente Senhora, e de D. Maria Micaela de Vasconcelos Acioli (da familia dos Freitas, da Madalena do Mar); de quem nasceram 7 filhos, entre os quaes:

11) João José Felix de Ornelas Cabral, que segue:

JOÃO JOSE' FELIX DE ORNELAS CABRAL, 1.º filho, Senhor do Morgadio do Vale de Amores, em Vila da Calheta, do "Morgado dos Mudos", casou na Igreja de S. Pedro, em Funchal, a 11 de Fevereiro de 1780, com D. ISABEL MARIA DE

ORNELAS E BRITO, filha de D. Isabel Maria de Betencourt e Brito, casados em 1756 (dos Calçadas-Condés), de que nasceram varios filhos, entre eles:

12) D. Vicencia de Ornelas e Brito, que segue:

D. VICENCIA DE ORNELAS E BRITO, casou em 1810, com o inglês WILLIAM STEPPLE, depois de ausentar-se da Ilha da Madeira para o Brasil de quem nasceu:

13) D. Enriqueta de Brito Steple. que segue:

D. ENRIQUETA DE BRITO STEPPLE, — casou por 1830? com FRANCISCO ROMANO DA SILVA, Capitão Tenente da Armada, filho de Fernando José da Silva e de Catarina de Senna, ou Souza, naturais de Lisbôa; da qual nascera, entre outros:

14) D. Francisca Carolina Stepple da Silva, que segue:

D. FRANCISCA CAROLINA STEPPLE DA SILVA, casou no Recife, em 22 de Fevereiro de 1855, com JOSE' ANTONIO DE BRITO BASTOS, filho de José Antonio Pereira de Brito e de D. Antonia Maria Pereira Bastos, dos quaes, entre outros, nasceu:

15) D. Maria Joaquina de Brito Bastos, que segue:

D. MARIA JOAQUINA DE BRITO BASTOS, que casou, no Recife, com o Dr. ANTONIO AMAZONAS DE ALMEIDA; dos quaes, entre outros, nasceu:

16) Dr. Joaquim Inácio de Almeida Amazonas, Professor da Escola de Direito do Recife; que segue:

Dr. JOAQUIM INÁCIO DE ALMEIDA AMAZONAS, também advogado na cidade do Recife; casou com D. ANA LINS CORREIA DE ARAUJO; e, em segundas nupcias, com sua prima D. MARIA LUIZA DE ALMEIDA LISBÔA; havendo filhos de ambos os casamentos.

Dr. João José Maria Rodrigues de Oliveira
Funchal.

Mentiras Historicas

No panteão nacional ha muito que destruir para reconstruir, pelo amor á verdade historica, na legitima iconologia patriótica, no relato fiel de tres centúrias de glórias e decepções, de molde a prender as gerações do futuro ás do passado, pela verdadeira "cadeia litanica", em que, algozes e mártires, apóstolos e caudilhos, santos e tiranos, foram os seus élos sublimes, nas arrancadas gloriosas para o porvir ou nos recuos de desfalecimentos ao passado, na metamorfose de colonia em patria.

As lendas, que escorrem das penas de historiadores suspeitos ou fluem das suas palavras apaixonadas, insistem, persistem, mas não resistem ao calor forte da verdade, evaporadas ao sol puante da justiça que se fará, não só pela pesquisa beneditina de arquivos, como tambem pela interpretação subjectiva das ancias e aspirações que tumultuaram na alma daqueles que fizeram a nossa emancipação politica, nascida incontestavelmente em 1710, na dourada ilusão de Vieira de Melo, na sua marcha triunfante sobre o Recife.

Será essa a verdadeira História, aquella que, frisando traços fisionómicos dos seus heróis e réprobos, projete tambem sobre o futuro, através das idades, e, ternizadas no tempo, a luz dos seus ideais e a sombra das suas decepções. O historiador, então, longe de ser o incoñoclasta irreverente, será o iconólogo sensato, criando o verdadeiro ambiente patriótico do panteão nacional, em que os seus ídolos avultem em mais nítidos traços e mais definidas linhas, á luz da verdade historica, de fórmula a que, mediocres personagens, não pompeiem nos primeiros planos. E assim, a historia da proclamação da Republica terá inédito raconto, e Tiradentes será apeado do injustificavel pedestal de próto-mártir da independencia, para onde o içou a influencia contecana, no epilogo do segundo Imperio e nos preludios da primeira Republica. Não se lhe recuse o preponderante papel que lhe coube na conjura de Vila Rica,

em fins do seculo XVIII, respondendo embora á deixa do eloquente Felipe dos Santos, sacrificado ao mesmo idéal na segunda década desse seculo. A Bernardo Vieira de Melo, porém, e indiscutivelmente a Pernambuco, cabem, por direito de primazia, a honra e a gloria de conclamar os seus conterraneos á proclamação de uma primeira republica soberana no Brasil, á semelhança da de Veneza, sonho tanto mais illusório quanto, "sobre fundamentos movediços, numa sociedade de aluvião, procurava então erigir-se uma nobiliarquia, como aristocracia incipiente, orgulhosa dos laços de parentesco que uniam as estirpes naquela época, alheada ás lutas, mais de holandêses com portuguezes, refletindo ainda os habitos da côrte do principe illustre, que lhe comunicára as maneiras fidalgas e os gestos de requintada galantaria. E, no remanso calmo dos engenhos dos barões pernambucanos de linhagem, ecôou o brado de Olinda, justamente quando o Recife era arvorada em vila e aquela a esta não se queria submeter.

Bernardo Veira de Melo, com a responsabilidade de dirigente da insurreição, prêso e enviado para Lisbôa, onde veio a falecer, foi o legitimo próto-martir da nossa independencia. E' esta a verdade historicamente provada nas palavras de José Clemente Pereira, a 9 de janeiro de 1822, falando em nome da Camara e do povo, receioso da independencia, palavras determinantes do "fico" de Pedro I :— "Pernambuco, guardando as materias primas da independencia, que proclamou um dia, malograda por imatura, mas não extinta, quem duvida que a levantará de novo, se um centro proximo de união politica a não prender?"

Cabem tanto a Tiradentes os primórdios da idéia de liberdade, quanto a Deodoro os da proclamação da Republica.

"Vitam impendere vero", como na divisa de Rousseau.

VELHO SOBRINHO

Família Carneiro da Cunha

Quando estudei a Genealogia pernambucana, (edição centenária do *Diário de Pernambuco*, 1925, trabalho transcrito do vol. XXVIII da *Revista do Instituto Arqueológico*), cheguei à conclusão de que Manuel Carneiro de Mariz e Cosma da Cunha senhores do Engenho Curado da Várzea e pais de João Carneiro da Cunha, senhor do Engenho do Meio da Várzea, e Manoel Carneiro da Cunha, senhor do Engenho Brum, também da Várzea, foram o tronco da grande família Carneiro da Cunha, de Pernambuco.

Posteriormente, o desembargador Diôgo Cabral de Melo, do Superior Tribunal de Niterói, entrelaçado com a mesma família, entrou em relações comigo para entronca-la com os seus ascendentes. Dei-lhe os apontamentos de que dispunha, foi interessado no assunto também o sr. J. J. Maria Rodrigues de Oliveira, genealogista português residente em Funchal, donde proveio o sôgro de Manuel Carneiro de Mariz, e hoje, é possível apresentar a nobilíssima ascendência desta família brasileira, até antes da era cristã.

Os Cunhas, estirpe antiquíssima, descendem do rei Dan ou Dane ou Dan-Mi-Kilate, 7.º neto do 1.º rei Othen, que 150 anos antes de Cristo entrou em transmigração na Dinamarca, o qual era o descendente n. 49 do rei gôdo Erico, contemporâneo ou primo de Sarung, 6.º neto de Noé (Velho Testamento). O rei Othen, sétimo avô do rei Dan, foi o 1.º dos reis gôdos que se estabeleceu na Dinamarca, donde saíram mais tarde invasões para o norte da Alemanha e para a Inglaterra, e do norte da Alemanha desceram sobre Roma. Othen, também chamado pelos francêses Oudin ou Udino, teve dois filhos: Udino, o mais velho, que é o tronco da casa dos Amali, e Gaphus, que foi o tronco da casa Balthi e teve, como 5.º neto, a Cn'va, que,

no ano de 27, derrotou o Imperadôr romano e depois foi vencido. Dêsse Cunva descendeu, em linha varonil, d. Payo Pais, 32.^o neto do rei Othen ou Udino. Dom Payo Pais teve um filho chamado dom Payo Goterres, que viveu na Espanha e de Gasconha se passou para Portugal, a prestar serviço ao conde de Borgonha, D. Henrique, pai de d. Afonso Henriques, 1.^o rei de Portugal. D. Payo Goterres possuía grandes terras, entre elas as de Silva, couto (1) da Cunha, e entrou na conquista da cidade de Lisbôa, contra os mouros, em 1147. Dois filhos de Goterres deram apelidos de família: Gomes Pais, que ficou com as terras e a tôrre de Silva e foi o tronco da família Silva, em Portugal, e d. Fernão Pais, que ficou com o couto de Cunha, dado a todos os seus descendêntes (2). A família Cunha, como se vê, é uma das mais antigas não só de Portugal, como da Europa. (3).

O ramo Carneiro é, relativamente, mais moderno e disperso. Segundo o nosso linhagista Borges da Fonsêca, a família dos Carneiros, de Pernambuco, têve sua origem em João Carneiro de Mariz, vindo para a capitania antes da invasão holandêsa, o qual era irmão de José Carneiro da Costa, que em 1620 era morgado de São Roque e Hôrto-Grande, na v'la do Conde, ambos filhos de Francisco Carneiro de Mariz, desembargador do Pôrto, que procedia de Afonso Carneiro, priôr de Monte Córdova, abade de São Pêdro de Lama, Arsintes e Rebordoza, que instituiu o dito morgado em 1516, o qual era filho de Gil Carneiro, fidalgo honrado, que viveu pelos anos de 1470, dos quais descendem as mais nobres casas dos Carneiros, de Portugal. O primogênito de João Carneiro de Mariz — Francisco Carneiro da Costa — nascido em Pernambuco, foi morgado de São Roque e Hôrto-Grande, em sucessão ao seu tio José Carneiro da Costa que, casado, não deixara descendência. (4)

Manuel Carneiro da Cunha e João Carneiro da Cunha, primeiros pernambucanos dêsse apelido, provinham de Manuel Carneiro de Mariz e Cosma da Cunha; de Diôgo Gomes de Froes; de Rui Gonsalves de Andrade e Jerônima da Cunha; de Gonçalo Afonso de Avis, (5) príncipe desterrado na Madeira por imposição de Castela, filho do rei português d. Afonso V e da princesa d. Joana; de Henrique IV de Castela e d. Joana de Portugal, irmã do precedente (6); de d. Duarte I, de Portugal e da rainha d. Leonôr, de Castela e Aragão.

Do expôsto, pelo ramo dos Cunhas, pode afirmar-se que a família pernambucana Carneiro da Cunha descendeu diretamente das casas reais de Castela, Aragão e Portugal.

Pode, assim, a família Carneiro da Cunha, iniciada em Pernambuco no alvorecer da colonização portuguesa, jactar-se de sua nobre ascendência.

MÁRIO MELO

NOTAS

1) — Couto era uma porção de terra, demarcada por autoridade do rei, com certas isenções e privilégios, com determinados foros e pensões para o direto senhorio e com justiças próprias — instituto que vigorou até o século XVIII.

2) — O couto do Cunha estava no Minho. "E' aqui o solar dos Cunhas, que teve principio em d. Guterres, natural da Gasconha que veiu para Portugal com o conde d. Henrique, e foi seu fiel amigo e conselheiro, pois era varão de grande intelligência" (Pinho Leal) — **Portugal Antigo e Moderno**).

3) — Pedro da Cunha de Andrada, moço fidalgo da Casa Real, o qual foi filho de Ruy Gonsalves de Andrada, fidalgo da Ilha da Mádeira, que casou em Lisboa com d. Leonor da Cunha Pereira, é o tronco da familia do seu appellido em Pernambuco, onde ainda vivia Pedro da Cunha de Andrada no tempo dos hollandêses e quando estes o tomaram em 1630, era coronel (Bríto, livro 6, n.º 433) de um dos Terços da Ordenança que havião em Olinda e seu termo (livro 8, 617).

Casou este Pedro da Cunha de Andrada em Pernambuco duas vezes: (Cast. Lusit. 2, n.º 3, liv. n.º 32) a primeira com d. Anna de Vasconcellos, filha de João Gomes de Mello, homem nobre (Lucideno pag. 141, 218) da provincia de Beira, que levantou o engenho Trapiche do Cabo de Santo Agostinho e de sua mulher Anna de Hollanda filha de Arnau de Hollanda, natural de Utrech (Theat. Geneal. Arv. 137, 213, Corog. Port. Tom. 3, liv. 2, Trat. 8, cap. 36, pg. 633) e de sua mulher Brites Mendes de Vasconcellos, a velha, natural de Lisboa. Neta por via paterna de Henrique de Hollanda, Barão de . . . e de sua mulher Margarida Florencia, irmã do Papa Adriano 6.º E por via materna neta de Bartholomeo Rodrigues camareiro-mór do Infante D. Luiz, filho do El-Rei D. Manoel e de sua mulher Joana de Gois de Vasconcellos; e a 2.ª vez com D. Cosma Froes, irmã de Leonardo Froes (Lucil. 5, pag. 200) que em 1604 era vereador da Camara de Olinda como vê-se de uma carta de data e sesmaria de uns chãos no Recife, passada a Belchior Simões, a qual se acha registrada a fl. 5 verso do livro que serviu de registro naquella comarca desde o anno de 1660 até o de 1682 a requerimento de Fellipe da Cruz, filho de dito Belchior Simões; e de Izabel Gonçalves Froes, que foi casada com Jeronymo Paes de Azevedo, senhor do engenho da Casa Forte, dos quaes além de outras, foi filha D. Jeronyma Paes de Azevedo, mulher do tenente general Antonio de Freitas da Silva, Fidalgo da Casa Real e commendador da ordem de Christo, os quaes Leonardo Froes e d. Izabel Gonsalves Froes e D. Cosme Froes eram filhos de Diógo Gonçalves, que foi auditor da gente de guerra de Pernambuco no tempo dos donatarios e de sua mulher Izabel

Froes, que foi criada da Senhora Rainha d. Catharina mulher do El Rei D. João 3.º a qual entregou a D. Brites de Albuquerque quando veio para Pernambuco com seu marido o primeiro donatario Duarte Coelho, recommendando-lhe a sua acomodação ao que satisfez D. Brites de Albuquerque, casando-a com o dito Auditor e dando-lhe em dote as terras de Beberibe, onde fabricaram o engenho de Casa Forte, Beberibe, Santo Antonio que hoje está reduzido a Partido.

A qual Izabel Froes foi irmã de Leonardo Froes, que casou com seu primo Martim Lopes de Brito, ambas filhas de Alvaro de Campos, um dos progenitores de Francisco de Brito Freire. Tenente Almirante da Armada Real, que governou Pernambuco desde 26 de Janeiro de 1661 até 5 de Março de 1664, e escreveu a historia da Nova Lusitania o mais veridico monumento das valerosas proesas dos pernambucanos na guerra da entrada dos hollandêses.

Dos referidos matrimonios teve Pedro da Cunha de Andrada os Filhos seguintes:

Do primeiro matrimonio
Pedro da Cunha Pereira, que continua
Do segundo matrimonio

D. Cosma da Cunha, que casou com Manoel Carneiro de Mariz, que no anno de 1654 em que se restaurou Pernambuco era juiz ordinario de Olinda (liv. 1 da veração) o qual foi filho de João Carneiro de Mariz natural da villa do Conde e de sua prima D. Maria de Mariz (Brito liv. 9 n.º 720) filha de Pedro Als Carneiro e de sua mulher D. Maria Pereira Velho.

De sua descendencia se escreve no titulo dos Carneiros.

D. Jeronyma da Cunha, adiante.

Pedro da Cunha Pereira serviu de Vereadôr da Comarca de Olinda no anno de 1643 (liv. das Vereaç.) e de juiz ordinario no anno de 1632 e teve o foro de Mõço Fidalgo que por seu pai lhe pertencia. Casou com D. Catharina Bezerra, filha de Francisco Berenguer de Andrada, natural e de sua mulher Antonia Bezerra, filha de Antonio Bezerra (o Barriga) natural de Vianna da Casa dos Morgados de Paredis e de sua mulher Izabel Lopes de Freitas e deste matrimonio nasceram:

João da Cunha Pereira, que continua.

D. Leonor da Cunha Pereira, que casou com Francisco da Rocha Bezerra, filho de Antonio da Rocha Bezerra e de sua primeira mulher Izabel do Prado, filha de Geraldo do Prado. Successão que houve deste matrimonio se escreve em tit. de Gomes de Mello, da Casa de Trapiche.

D. Catharina Bezerra da Cunha, que casou com Diogo Soares de Albuquerque, filho de Fernão Soares da Cunha, e de sua mulher D. Brites Maneli, filha de Fernão do Valle.

Deste matrimonio houve a successão que se pode vêr em itt. 9.º e Albuquerque Leitões.

D. Anna de Mello Pereira, que casou com Arnaud de Hollanda Barrêto, Cavalheiro da Ordem de Christo, o qual ainda vivia em 1697 e foi filho de outro Arnaud de Hollanda Barrêto, que foi senhor dos hollandêses e de sua esposa Lucia Barroso, filha de Pedro Affonso Duro e de sua mulher Magdalena Gonçalves.

Da posteridade que houve deste matrimonio se escreve em tit. de Rego Barros.

D. Marianna da Cunha Pereira, que casou com seu primo Manoel da Rocha Bezerra, irmã do seu cunhado Francisco da Rocha Bezerra. Tambem se escreve da successão que houve deste matrimonio no dito tit. de Gomes de Mello, da Casa de Trapiche.

João da Cunha Pereira teve o foro de Moço Fidalgo, que lhe competia por seu pai e serviu de vereadôr da Camara de Olinda em 1674 e de juiz ordinario em 1681. Ainda vivia em 1704; porque consta que nesse anno serviu de vereadôr velho da mesma cidade, que já então tinha julz de fora. Ao 1.º de Novembro de 1674 entrou para irmão da Misericordia e do termo que assignou consta que já então era casado com D. Constança Maneli, irma de seu cunhado Diogo Soares de Albuquerque, mas deste matrimonio não houve successão.

Teve, porém, fora do matrimonio o filho seguinte, havido em Izabel Barboza, filha de Frutuoso Barboza Cordeiro, Fidalgo Cavalheiro da Casa Real e capitão de Infantaria do Terço de Olinda em 1664 e sua mulher D. Francisca Barboza, neta por via paterna de Simão Barboza Cordeiro, filho de Frutuoso Barboza, Governador da Paraiba em 1589 e de sua mulher D. Anna, filha de Pedro Cardigo (o velho). E pae via materna neta de Apolinario Nunes, irmão de Henrique Affonso Pereira, um dos nobres pernambucanos que correram no festejo que fez o Conde de Nassau pela feliz aclamação do Senhor Rei D. João 4.º ambos (alem de outros) filhos de outro Henrique Affonso Pereira e de sua mulher Izabel Pereira, irmã de Antonio Bezerra (o Barriga).

João da Cunha Pereira casou com D. Maria Pereira Façanha ambos filhos de Cosme Pereira, que fol almoxarife da Fazenda Real em Pernambuco e de sua mulher Brites da Silva. Nasceram do referido matrimonio os filhos seguintes:

João da Cunha Pereira que mora no engenho de São Braz no Cabo, onde casou com filha do Capitão-mor Luiz Nunes.

Cosme Pereira Façanha, cujo estado ignoro.

Antonio da Cunha Pereira, que vive na sua fazenda de Boqueirão, em Jaguaribe, onde é sargento-mór do Regimento de Cavalaria das Vargeas do mesmo Jaguaribe e Quixeremobim.

Pedro da Cunha Pereira, que casou com filha de Agostinho Cardoso, da Barreta, com successão, de que não tenho noticia individual.

Francisco da Cunha Pereira que casou com outra filha de Agostinho Cardoso, da Barreta.

Joaquim José da Cunha que o anno passado de 1767 se ajustou a casar nos Cariris novos com uma filha do capitão Paes Landim.

Maria da Cunha Pereira que casou com o capitão Theodosto F. de Amorim no Rio Grande do Norte.

Os filhos que teve meu pai são os seguintes.

João da Cunha Pereira que casou com D. Manoela, filha legitima do capitão mor Luiz Nunes da Silva e de sua mulher D. Luiza.

Cosme Pereira Façanha casou com D. Antonia, filha do capitão Francisco homem de grão e a mulher ignoro o nome, tambem boa familia.

Pedro da Cunha Andrada casou com D. Anna, filha do mesmo Luiz Nunes da Silva.

José da Cunha Bezerra casou com D. Clara, filha de Agostinho Cardoso e de sua mulher D. Josepha, irmã de Mariano de Almeida.

D. Anna da Cunha Pereira casou mal e não sei com quem.

D. Maria da Cunha Pereira casou com o capitão Theodosio... de Amorim, da família de uns... do Rio Grande do Norte.

Antonio da Cunha Pereira casou com D. Paula de Souza Cavalcanti, filha do capitão Antonio de Souza Cavalcanti, da família dos Cavalcanti de Pernambuco e de sua mulher Rosa Maria Ribeiro da família dos....

Joaquim José da Cunha Bezerra casou com uma neta do... do Ceará.

Francisco da Cunha Bezerra casou a primeira vez com D. Maria filha de Agostinho Cardoso já dito e de sua mulher também dita, tornou-se a casar não sei com quem em Pernambuco.

D. Jeronyma da Cunha, filha do coronel Pedro da Cunha de Andrade e de sua 2.^a mulher D. Cosma Froes, casou com Zacharias Bulhões, senhor do engenho deste apelido na freguesia de Santo Antonio de Jaboatão filho de Antonio Bulhões natural de Vizeu e Cavalheiro da Ordem de Christo que ainda vivia em 1643; porque do 1.^o livro das Vereações de Olinda consta que nesse anno foi um dos Eleitores para Pelouro que fez a 30 de Dezembro e de sua mulher Maria Feijó, natural de Olinda e filha de Bento Luiz de Figueirôa, dos Figueirôas do Porto e de sua mulher Maria Feijó que faleceu a 12 de Novembro de 1609 (liv. velho da Sé).

Nasceram do sobredito matrimonio:

Felippe Bulhões que foi senhor do dito Engenho de S. João Baptista da Igreja de Santo Amaro de Jaboatão, a que vulgarmente chamão de Bulhões; Alcançou provisão Real passada a 16 de Janeiro de 1698, para sêr isempto de servir em camara, a qual se acha registrada na de Olinda a fl. 230 do anno 1683 até o de 1702. Casou e foi 1.^o marido de D. Rosa Francisca de Barros, filha de José de Barros Pimentel, senhor do engenho do morro e capitão-mor da villa de Porto Calvo e de sua mulher D. Maria Accioly, fidalgo da Casa Real, Cavalheiro da Ordem de Christo e Sargento-mor da comarca de Pernambuco e de sua mulher D. Maria de Mello. Do referido matrimonio não houve successão.

D. Cosma da Cunha de Andrade que casou com Gonçalo Novo de Brito, senhor do Engenho do Espirito-Santo e Santa Luzia de Araripe, filho de Francisco Corrêa de Lyra, senhor do mesmo engenho e de sua mulher Maria Borges Pachêco filha de João de Souto Maior, senhor do engenho das Tabocas da Paraíba, no tempo dos hollandêses, e de sua mulher Anna Rosa, ambos naturais da ilha da Madeira.

Da successão deste matrimonio se trata em tit. de Novos.

D.... que casou e foi a mulher de Antonio Accioly de Vasconcellos, filho de João Baptista Accioly, que teve o fôro de fidalgo Cavalheiro da Casa Real com a moradia ordinaria por Alvará de 23 de Março de 1669 registrado a fl. 130 do livro que nesse anno servia na camara de Olinda e foi sargento-mor da

Comarca de Pernambuco e de sua mulher Maria de Mello, filha de Manoel Gomes de Mello.

Do referido matrimonio não houve successão. — (Memoria da familia dos Cunhas da Capitania de Pernambuco — Sua antiguidade, Genealogia continuada até o anno de 1768, coordenadas por Antonio José Victoriano Borges da Fonseca. — Nobiliarchia pernambucana; vol. III).

4) — Procede da vila do Conde, da comarca de Barcelos, na provincia do Minho, a familia dos Carneiros de Pernambuco, que nela..... a sua origem a JOÃO CARNEIRO DE MARIZ, que veiu á mesma capitania antes da entrada dos holandêses. Dêle só sabemos que era irmão de JOSE' CARNEIRO DA COSTA, que em 1620 era morgado de São Roque e Horta Grande, na vila do Conde, ambos filhos de FRANCISCO CARNEIRO DE MARIZ, desembargadôr do Pôrto, que procedia de AFONSO CARNEIRO, priôr de Monte Córdova, abade de S. Pedro de Lama, Arsintes e Rebordoza, que instituiu o dito morgado em 1516, o qual era filho de Gil Carneiro, fidalgo honrado, que viveu pelos annos 6. 1470, dos quais descendem as mais nobres casas dos Carneiros do nosso reino.

E sabemos que João Carneiro de Mariz, que veiu a Pernambuco e o dito José Carneiro da Costa, porque havendo êste casado com d. Maria Jácome, irmã de João Jácome do Lago, senhôr do castelo e quinta do Curatelo e filho de Gaspar Rodrigues do Lago, senhor do dito castelo e quinta e de sua mulher d. Antônia Gayo Filgueira, irmã de João Filgueira Gayo senhôr da casa e morgado de..... não tendo dela filhos, lhe succedeu no morgado

Francisco Carneiro da Costa, filho primogénito de JOÃO CARNEIRO DE MARIZ, já então falecido em Pernambuco, onde ainda vivia no tempo dos holandêses, como se vê do memorial que assinaram muitos homens nobres da dita capitania e imprimiu Frei Manuel Calado, no seu VALEROSO LUCIDENO.

Casou JOÃO CARNEIRO DE MARIZ na freguezia de São Miguel de Ipojuca com sua prima d. Maria de Mariz, filha de seu tio PEDRO ALS. CARNEIRO, que tinha vindo a Pernambuco, onde casou com d. Maria Velha Ferreira e viveu na dita freguezia de Ipojuca, e finalmente faleceu no anno de 1636 ás mãos da tirania dos holandêses, como se refere o general Francisco Brito Freire, na sua NOVA LUSITANIA.

MANUEL CARNEIRO DE MARIZ casou com COSMA DA CUNHA — 1

JOÃO CARNEIRO DA CUNHA — 2 — casou com Ana de Mesquita.

MANUEL CARNEIRO DA CUNHA — 3

Paulo Carneiro da Cunha — 3

Pedro da Cunha Andrada — 3

Antônio Carneiro da Cunha — 3

Joana Carneiro — 3

Ana Carneiro de Mesquita — 3

Ursula Carneiro — 3

Cosma da Cunha — 3

José Carneiro da Cunha — 3

MANUEL CARNEIRO DA CUNHA casado com Sebastiana de Carvalho.

Manuel Carneiro da Cunha — 3
 Miguel Carneiro da Cunha — 3
 João Carneiro da Cunha — 3
 Francisco Monteiro — 3
 Sebastiana de Carvalho — 3
 Cosma da Cunha — 3
 Antónia da Cunha — 3
 Maria Sebastiana de Carvalho — 3

MANUEL CARNEIRO DA CUNHA — 3 — casado com Antónia da Cunha,

Maria de Jesus — 4 — (que casou fugida com José Pêdro, familiar do Santo Officio, vindo de Lisboa em 1739 com o bispo Frei Luis de Santa Terêsa, por seu cirurgião).

Maria — 5
 Antónia — 5
 Ana — 5

JOÃO CARNEIRO DA CUNHA — 4 — casado com Antónia da Cunha Souto Maior.

João Manuel Carneiro da Cunha — 5
 Frei Gonçalo de São José — 5
 Francisco Xavier Carneiro da Cunha — 5
 Estêvão José Carneiro da Cunha — 5
 Antônio Felipe de Bulhões da Cunha — 5
 Manuel Carneiro da Cunha — 5
 Maria Sebastiana Carneiro da Cunha — 5

FRANCISCO XAVIER CARNEIRO DA CUNHA nascido em 1719 e falecido em 23 de fevereiro de 1763, familiar do Santo Officio e capitão mór de Igarassú casou em 21 de fevereiro de 1748 com Margarida do Sacramento, filha de Roque Antônio Corrêa, cav. da Ordem de Cristo, familiar do Santo Officio, almoxarife da Fazenda Real de Pernambuco, senhôr dos Engenhos Jiquiá e Bertioga e de sua mulher Inácia Rosa Tenório:

Manuel Xavier Carneiro da Cunha — 6
 Francisco Xavier Carneiro da Cunha — 6

ESTÊVÃO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA — 5 — casado com Antónia da Cunha Pereira:

João Carneiro da Cunha — 6
 Ursula Carneiro de Mariz — 6 — casada com Paulo Carneiro de Mesquita:

Salvadôr Carneiro de Lacerda — 7
 Paulo Carneiro — 7
 João Carneiro de Mesquita — 7
 Manuel Carneiro de Mesquita — 7
 Pedro Carneiro de Mesquita — 7
 Ana Carneiro de Mesquita — 7
 Madalena Carneiro — 7
 Inês Carneiro — 7
 Maria Carneiro — 7

SALVADÔR CARNEIRO DE LACERDA — 7 — casado com Maria dos Prazeres:

Domingos Gomes de Brito — 8

Miguel Carneiro — 8

Domingos Inofre — 8

Salvadôr Carneiro — 8

Catania — 8

Lourença — 8

Clara — 8

Francisca — 8

Mariana Freire — 8

Izabel Carneiro — 8 — que casou com Joaquim António Aires:

José Carneiro de Moraes — 9

Manuel Carneiro da Cunha — 9

Francisco Carneiro da Cunha — 9

Maria Catarinos — 9

Izabel da Conceição — 9

José Carneiro de Moraes — 9 — casado com Ana de Moraes da Costa:

António Aires — 10

Francisco Carneiro — 10

João Carneiro — 10

Josefa Carneiro da Conceição — 10

MANUEL CARNEIRO DE MARIZ, que também se acha assinado no memorial que imprimiu Frei Manuel Calado, viveu na Freguezia da Várzea, onde foi senhór do Engenho São Sebastião, no qual hoje se chama Curado, por herança do seu sôgro. No ano de 1654 em que se restaurou Pernambuco, serviu em Olinda de juiz ordinário e nêsse mêsmo ano faleceu. Era filho de João Carneiro de Mariz, natural da Vila do Conde, do qual só se sabe que era irmão segundo de JOSE' CARNEIRO DA COSTA, que em 1620 era senhór do morgado de São Roque e Horta Grande da dita Vila, ambos filhos de FRANCISCO CARNEIRO DE MARIZ, desembargadôr do Pôrto, porque tendo casado o referido José Carneiro da Costa com d. Maria Jácome, irmã de João Jácome de Lago, senhór do dito castelo e quintado Curatelo e filhos ambos de Gaspar Rodrigues do Lago, senhór do dito castelo e quinta e de sua mulher d. Antónia Gaio Filgueira irmã de João Filgueira Gaio, senhor da casa e morgado da Fervança e não havendo dela filhos, lhes succedeu no morgado Francisco Carneiro, filho primogenito dêste, João Carneiro de Mariz, que veio a Pernambuco e casou com sua prima Maria Mariz, filha do seu tio Pedro Alz. Carneiro, que também veio a Pernambuco, viveu na freguezia de Ipojuca e nela casou, e faleceu em 1636. — (DOS CARNEIROS — A. V. Borges da Fonseca, Nobiliarquia pernambucana).

5) — "Quanto ás provas de d. Gonçalo Friz ou Gonçalo Afonso de Avis Transtamara ser filho del rei d. Afonso V de Portugal e da princeza d. Joana, "a excelente senhora", ha as seguintes:

1.º Que todos os anos vinham náus carregadas de tudo quanto era preciso para êste príncipe desterrado (Elucidar Madeirense, do padre Fernando Augusto da Silva, obra esgotada").

2.º Que foi guardado o mais rigoroso incognito da sua procedencia, enquanto, por outro lado, esta personagem vivia principalmente no seu solar, numa vila, longe da capitania donataria da cidade do Funchal, onde viviam fidalgos de categoria muito inferior e até pobres, a maior parte deles.

3.º Afonso de Ornelas, o celebre autor da **Historia e Genealogia** e celebre investigador de arqueologia, em Portugal, nesta sua obra monumental de 11 volumes, o dá por filho desterrado, do citado rei d. Afonso V, no volume 11, paginas 163 e 170, bem como o honrado genealogista madeirense e pai de genealogia da ilha da Madeira, Henrique Henriques Noronha que viveu em 1700 e tinha documentos á cerca desta principesca personagem.

4.º Quando d. Gonçalo Friz faleceu, tinha mandado erigir um jazigo luxuoso de pedra fina, com as armas reais — as quinas da Casa real — prova irrefutavel de sua origem realenga e, junto, uma caveira e um minino com a frente apoiada na mão e com a outra apontando para a caveira.

Tais são as provas a favor da sua origem realenga, sobretudo a autoridade do celebre investigador arqueologico Afonso Ornelas que o afirma categoricamente e cuja autoridade é irrefutavel.

Levantou-se contra a paternidade desta infeliz personagem uma certa negativa desleal, partida não só de elemento monarchico portuguez altamente categorizado como do proprio clero. Aquêles, porque não toleravam que um rei tivesse bastardos pois quasi todos os tiveram e muitos os reconheceram como filhos, o clero, porque tinha interesse em ocultar o nascimento deste infeliz, a quem fôra roubado o trono, para lhe succeder o irmão, d. João II (que apunhalou alguns vassallos seus?). E este mesmo clero, de que fazia parte o padre Gaspar Frutuoso, contemporaneo deste principe, ao tratar da Historia da ilha da Madeira, ocultou-lhe o nascimento, mistificando intencionalmente a genealogia dos Andradas, do Arco, desta ilha, a cuja familia pertencia a mulher dêste d. Gonçalo Friz mas não se lembrou de que, quando el rei d. Afonso V casou publicamente, em Palencia, na presença de toda a aristocracia, em 1475, com a infeliz princeza d. Joana — “a excelente senhora”, por ser esta reconhecida por seu pai Henrique IV, rei de Castela, sucessora de seu trono, que lhe fôra disputado por um parente castelhano, d. Afonso V esperou pela dispensa de parentesco, do Papa, e este pactuado com a casa de Castela, nunca lhe concedeu a dita dispensa, ficando a infeliz impedida de casar sob os perfumes sagrados do incenso catolico-apostolico-romano. O que mais se lamenta é a falta de moralidade do Vaticano, negando a dispensa a uma donzela, tudo por causa de influencias politicas da côrte de Castela.

D. Afonso V, perdendo a batalha de Tôro e, com esta, a esperanza de reaver o trono de Castela, e não tendo recebido a dispensa do Papa para completar o casamento com a dita d. Joana, abandonou-a, ficando ela, a infeliz princeza, á mercê do infortunio, sendo recolhida a um convento de freiras. Foi então resolvido desterrar o filho, que já havia ido para a ilha da Madeira, com toda a recomendação para conservar-se o incognito do desterrado.

O padre Frutuoso, autor das “Saudades da Terra”, ao tratar da ilha da Madeira, para ser agradável á burguezia aristocratica

preponderante da sua época, também occultou um fato de alta importância, passado na Historia desta ilha em 1555 quando d. João III enviou á Madeira meu nono avô paterno, o licenciado Francisco Rodrigues como corregedor e o mandou usar de toda a jurisdição da donataria da capitania do Funchal, ao mesmo tempo que demittia desta função o respectivo capitão donatario o conde da Cateta Simão Gonçalves da Camara, até 1557, o que consta de documentos officiaes, existentes no arquivo do município do Funchal, hoje, incorporado ao arquivo distrital do Funchal, não contando com 8 folhas d'este arquivo, nessa época, foram criminosamente arrancadas e repaginadas, para occultar os motivos que levaram d. João III a demitti-lo da sua jurisdição.

Gaspar Frutuôso, que vivia nessa época, sabia-o bem: mas occultou este fato, o que não abona a sua sagrada hipocrisia. Não obstante ter sido grande-historiador, o que é inegavel, não deixa de ser censuravel este seu proceder perante a verdade, que deve impor-se sempre ao historiador.

Tais são os argumentos que a v. s. apresento sobre a ascendencia desta celebre e infeliz personagem que foi d. Gonçalo Friz e tenha, pois, a certeza desta sua ascendencia, o que é confirmado pelos argumentos atrás, por mim, citados. A verdade, em Historia, nunca deve occultar-se".

(Carta do dr. J. J. Maria Rodrigues de Oliveira ao dr. Diogo Cabral de Mélo).

6) — Essa d. Joana de Portugal não era senhora que se recomendasse por virtudes. Após o setimo ano do casamento com o rei, teve uma filha, que tomou o nome de Joana e foi declarada herdeira do trôno. A côrte, porém, só chamava a princesinha de Beltraneja porque dizia sêr filha de Beltrán de la Cueva amante da rainha, e conseguiu o desterro de ambas para um castelo em Alarcon. Não obstante isso a rainha Joana deu á luz, no castelo, a outros filhos adulterinos. Como mais tarde fez um rei portuguez com uma princêsa espanhola, o rei espanhol reconheceu os filhos adulterinos da princêsa de Portugal e reafirmou os direitos da Beltraneja ao trôno. Depois da morte do rei, Joana os cassou e casou a infanta com el-rei Afonso V de Portugal (seculo XV).

Anhanga, mito de confusão verbal

Nas cartas dos padres Manuel da Nobrega, José de Anchieta e Fernão Cardim fala-se em ANHANGA' como num espirito malfasejo, temido pelos indigenas. O alemão Hans Stadt chamou-o INGANGE. O padre André Thevet registrou-o também. São todos do sec. XVI.

Thevet (1558) notou que o Anhanga não tinha forma positiva. O certo era atormentar os viventes:—

... voyent souuent un mauvais esprit tantost en une forme, tantost en une autre, lequel ils nomment en leur langue AGNAN et les persecute bien souuent jour et nuit, non seulement l'ame, mais aussi le corp.

THEVET. "Les Singularités de la France antartique. Paris. 1878. p-168.

Jean de Lery, o huguenote macio e doce, anotou o seu complicado AYGNHAN, atormentador das gentes tupinambás. Até a lembrança do Aygnham os fazia sofrer:

quand ils se ressouviennent de ce qu'ils avaiente souffert le passé, frapant des mains sur leurs cuisses, voire de détresse. la sueur venant au front, en se complaignant, etc.

JEAN DE LERY. "VOYAGE etc." p. 236.

Hans Staden (1557) diz que os indigenas não gostam de sair das cabanas sem luz, tanto medo teem do Diabo, a quem chamam Ingange, o qual frequentemente lhes aparece.

Gonçalves Dias ("O Brasil e a Oceania", pag. 102, etc.) fala sobre o Anhangá como entidade inteiramente espiritual, responsavel por todos os males selvagens. Gonçalves Dias que Anhangá ou Mbai-ayba quer dizer "coisa má". Parece, ensina o douto maranhense, que houve uma confusão entre os primeiros historiadores coloniais. O verdadeiro genio do mal era Jurupari e não Anhangá. De minha parte creio firmemente que Jurupari nunca esteve perto de ser demonio. E' trabalho puramente adaptacional de catequese.

Qual seria a função desse Anhanga (e não Anhangá) entre os indios? Couto de Magalhães, que chegou a fazer uma teogonia tupi, explica:

"Anhangá é o deus da caça do campo; Anhangá devia proteger todos os animais terrestres contra os indios que quizes-

sem abusar de seu pendor pela caça, para destruil-os inutilmente. (p. 128).

O destino da caça do campo parece estar afeto ao Anhangá. A palavra Anhangá quer dizer sombra, espirito. A figura com que as tradições o representam é de um veado branco, com olhos de fogo. Todo aquele que persegue um animal que amamenta, corre o risco de vêr o Anhangá, e a sua vista traz febre e às vezes a loucura. (P. 136). — COUTO DE MAGALHÃES "O Selvagem". Rio, 1876.

Teodoro Sampaio estuda o vacabulo:

ANHÃ, s. c. ã-nhã, a alma errante, o espirito que anda vagando; o genio andejo, o diabo Alt. Inhan, Inhang, Aignan, segundo J. de Lery.

ANHANGA, s. o diabo, o mau espirito.

ANHANGABA, s. a ação do diabo, a diabrura, o maleficio. Alt. Anhangá. — THEODORO SAMPAIO "O Tupi na geografia nacional". Terc. ed. Baía, 1928.

O padre dr. Constantino Tastevin bate na mesma tecla:

ANHANGA. — Etym. — *anhu*, só, alma; espirito maligno. Designava tambem as almas dos finados como consta da expressão — *Anhanga y yora*, viuva (Mt) i. e. o marido della é *anhanga*. TASTEVIN. "Vocabulario Tupi-português".

O conde de Stradelli que não somente estudou o idioma *nheengatu'* mas especialmente os habitos e a mentalidade de varios tribos amazonenses, escreveu:

ANHANGA, ananga. Espectro, fantasma, duende, visagem. Ha tambem o *pirarucú-anhanga*, *iurará-anhanga*, etc., isto é, *hanga*, isto é, visagem de gente, de tatu', de veado, de boi. Em qualquer caso e qualquer que seja visto, ouvido ou sentido, o Anhanga traz para aquele que o vê, ouve ou presente certo prenuncio de desgraça, e os lugares que se conhecem como frequentados por ele são mal assombrados. Ha tambem o *pirarucú-anhanga*, *iurará-anhanga*, etc., isto e, duendes de *pirarucu'* e *tartaruga*, que são o desespero dos pescadores como os de caça o são do caçador. STRADELLI. "Vocabularios da lingua geral".

O sr. Gustavo Barroso, num livro esplendido, em que divulgou no idioma francês as mais expressivas lendas indigenas do Brasil, sintetiza Anhanga da seguinte forma:

ANHANGA' qui apparait sous la forme d'un cerf blanc aux yeux de feu est la divinté protectrice du gibier pourchassé par les Indiens. Quand ceux-cis abandonnent avec trop de passion á leur hout cynégétique, massacrant le gibier en trop grande nombre, Anhangá les châtie.

C'est aussi un Dieu des cauchemars.

GUSTAVO BARROSO. "Mythes, Contes et Légendes des Indiens Folk-Lore Brésilien". Paris, 1930. p. 2.

A tradição seguida por todos quanto estudam o folk-lore indígena do Brasil é incidir no mesmo erro e laborar na confusão que Gonçalves Dias notava há mais de setenta anos, embora não a quizesse corrigir.

Evidentemente existe uma égide da caça e um ser invisível, amedrontador, apavorante. São entidades perfeitamente diversas e até aqui teimosamente identificadas como uma só. O culto sr. Gustavo Barroso escreve que o protetor da caça é o mesmo pezadelo. O douto sr. Basílio de Magalhães acha Jurupari e Anhangá a mesma coisa, as diferenças são meramente verbais ou por questão de materialização. Jurupari não toma forma e Anhangá é sempre um veado branco com os olhos de fogo.

Aqui está a palavra de um mestre. São linhas que delimitam o campo da controversia.

"... se tem querido que o ananga amazonense seja por isso o mesmo Jurupari, quando não é aquele mais do que um nuncio de desgraça, uma alma perdida, penada, que não foi para o céu, que vagueia no espaço sem que para isso Jurupari concorresse ou dela se apossasse, ou então é um duende que não é mau e antes protetor e conservador (no Pará); somente algum mal comete quando se vai de encontro ao que ele quer, isto é, que se poupe, na caça o animal que mama ou amamenta e o passaro que choca ou cria.

O Jurupari não tem encarnação alguma e o Anhangá tem. A encarnação deste quando aparece ao homem é sempre sob a forma de um veado, de cor vermelha, de chifres cobertos de pelos, de olhar de fogo, de cruz na testa, conhecido por *Suassú anhangá*, que não é mais do que o *Suassú caatinga*, do Sul, ou *Cervus simplicicornis*, de Illeger, conhecido hoje por Catingueiro e que Azara denomina Guazu' Birá. — J. BARBOSA RODRIGUES. "Poranduba Amazonense". An. Bib. Nac. XIV (p. 94-5).

O que se deduz é ter o indígena brasileiro dois vocabulos homófonos designando duas funções sobrenaturais perfeitamente diferenciadas. Anhan e Anhangá querem dizer: alma, sombra, espirito. Tastevin, Stradelli, Caetano Batista estão de acordo. O que atormentava interiormente o indígena era a alma do outro mundo que inda arrepiava os fracos e predispostos. A "coisa má" de Gonçalves Dias, atua, aiba, má e anga, alma ou espirito, é, justamente, a alma penada que amedronta e terrifica. Barbosa Rodrigues inda propõe

aná, parente e anga, alma, dos antepassados. A superstição brasileira referente aos mortos da família era vasta e profunda. Estavam os indigenas sempre dispostos a ouvir-lhe a voz longinqua trazida pelas aves de agouro. O indigena tem e imensamente, como o nosso roceiro, a mbai-aib, a cousa má, a visagem, o fantasma e para não vê-lo é capaz de todos os sacrificios materiais.

Ao mesmo tempo existia o Suassu'-Anhangá, o protetor da caça, castigador dos caçadores impiedosos e egíde dos animais em gravidez. Era esta a outra entidade que perseguia a tranquilidade do brasileiro do sec. XVI. O Veado fantasma, com todas as outras especies animais que possuíam defensores (Stradelli), constituiram uma galeria suprema de ameaça e de respeito anormais.

O indigena, entretanto, sempre flexava o veado, mesmo o catigueiro, tido por encantado. Esse veado-ananga mesmo abatido não era devorado. Pochi uassu suacuéra suassu' ananga, dizia o tuixáua ao prof. Barbosa Rodrigues, — "a carne do veado ananga é muito má". Karl von Steinen lembra que os Borôros não matavam nem comiam o veado campeiro, o sussuapara, (*Cervus campestris*). A crença geral é que um veado saindo inopinadamente anuncia um acontecimento grave se não fôr morto. Essa superstição se mantém mesmo entre a população mestiçada que trabalha na extração da borracha e naturalmente se infiltrou para os moradores brancos.

Um caçador profissional, muito conhecido no Ceará e no Rio Grande do Norte, cujos sertões percorria, ininterruptamente, Mandai, atirava magnificamente, mas não caçava em noite de sexta-feira, havendo luar. Explicava que era a noite da caça e não do caçador. Durante aquelas doze horas todo caçador seria caçado. Apareceria um veado branco (1) com os olhos de fogo e mastigaria o cano da espingarda como se fosse cana de açúcar. E o caçador enlouqueceria. Não é preciso raciocínio para mostrar que o Suassu-ananga ou Anhangá portetor, está definitivamente identificado no espirito da população do nordeste brasileiro.

Já registrei num conto uma lenda de Natal onde um holandês morreu de medo porque foi perseguido, durante toda

(1) Hart registra uma lenda em que um caçador na serra de Ererê encontrou uma veada que era **Uíára**. Não a pôde matar, e acabou casando com ela depois de varias peripectas. **Uíára** não seria empregada aí na méra acepção de "encanto"?

uma noite, por tres veados invulneraveis, no Morro Branco ("HISTÓRIAS QUE O TEMPO LEVA" p. 31 e seg. S. Paulo 1924).

Uma lenda dos índios do rio Uaupés afluente do rio Negro, Amazonas, recolhida por Brandão de Amorim (Rev. Inst. Hist. Bras. Tomo 100. Vol. 154, p. 463 e seg.) diz que uns veados estavam comendo uma roça e os donos mataram-nos e levaram os corpos para casa para moquear. Pela manhã vieram rever e só encontraram, em cima do moquem, carne humana. Jogaram no rio toda a moquedá, horrorizados. Isto sucedeu na Iauraté. Cachoeira.

"Duas luas depois, contam, apareceram do Papuri pessoas que procuravam seu avô e a mulher que se tinham daí sumido. Já então essa gente soube que aqueles dois veados que estragavam suas roças eram gente!

Assim, contam, lhes sucedeu, por isso hoje em dia a gente não moqueia mais veado dentro de casa".

As lendas que Couto de Magalhães e Barbosa Rodrigues publicaram são referentes ao Anhangá da caça. Numa ele ilude o caçador fazendo-o abater a propria mãe em castigo de matar animal em via de parto. Noutra um veado, estragador de roça, ameaçava de comer as mulheres que dizem mal dele. Um Anhangá devorando mulheres seria novidade.

Possivelmente tratar-se-ia do Curupira.

O Anga, o Anhangá que sacodia de desespero o selvagem, o Ango era, é a alma sem pouso, o espirito errante significando diabrura, maleficio, feitiçaria. Em todas as religiões primitivas as almas dos finados sem sepultura são demonios atormentadores. Assim pensaram os romanos e os chineses, os negros africanos e os ameríndios das tres Americas.

O Anga, alma dos mortos, não tem corporificação. É o pesadelo, é a cousa má, é o medo sem forma e sem nome possível. O Anhangá que toma o aspecto de um veado branco com os olhos de fogo é outra entidade. É um nume protetor da especie, superstição indígena, mito local. Para este é que se dirige o respeito da tradição cinegetica. O Anhangá da caça é que respeitado pelos Boróros, fazia pavor ás mulheres, comia o cano de carabina dos caçadores insaciaveis, e, mesmo morto, não podia ser alimento, como disse a Barbosa Rodrigues o indígena amazonense sobre o "catingueiro".

Muitas vezes desaparece a liturgia de um mito e sobrevive apenas o respeito, a reminiscencia esvaincida do rito vivendo numa proibição de uso ou de respeito a determinadas restrições.

O Orongo (Antilope hbdgsonii), é um animal sagrado para os mongoes, mas o coronel Prjevalsky não mais encontrou explicação dessa veneração. A pele do Nébi (Dendrohyrax emini) só pode ser usada pelos reis africanos mas o explorador Casati nada pôde saber que justificasse o habito.

O Anga ou Anhangá incorporado, atormentador dos ameríndios, bem poderá ser, verdadeiramente, o primitivo mito, unico a ser compreendido pelos naturais do Brasil durante dilatados anos. O Anga assombrador, tido como Jurupari, como o pezadelo, parece-me ser o ur-mitus, a credence inicial.

A materialização dos seres sobrenaturais é tão rara entre os indígenas que nos põe em dúvida quando aparece. Apesar de todo trabalho de catequese, Tupã não pôde ser humanizado. O Anhangá, mito zoomorfo, induz-me a julgá-lo de influencia aloctônica.

Esse nume, protetor, egide, guia, defensor da caça, levava-me a suspeitar criação africana com adaptação posterior e confusão natural com o mito do Anhangá invisível, este genuinamente ameríndio.

Um "Vocabulario", do idioma N'Bunda (2) entremostra um possível caminho. O substantivo **caça** em n'bunda é n'hangá, justamente como o dr. Teodoro Sampaio, mestre em tupinologia, quer que se pronuncie o Anhangá da caça. O verbo "caçar" é **cu-nhangá** e caçador é **ri-nhangá**.

O mito do Batatão (mboitatá) que era tido como pura criação indígena, hoje, não mais se discute ter recebido influencia negra. A Mboi tanto é africana como é brasileira.

Poder-se-á insofismavelmente dar processo identico com o mito do Anhangá. O africano N'HANGA, emigrando, converge para o ANGA, o ANHANGA, existente no Brasil e, como os nomes são semelhantes, a integração se faz naturalmente e assim foi registrada pelos etnografos.

Os nossos dois Anhangas, tão desiguais em ação e teimosamente reunidos como sendo um só, para mim, nada mais representam que um daqueles casos que o velho Max Muler chamava "mitos de confusão verbal".

LUIS DA CAMARA CASCU DO

(2) H. Campêlo e R. Ivens. "De Banguela ás terras de Iáca. Dois tomos. Lisboa, 1881. O vocabulario n'bunda está á pag. 377, do segundo volume.



O KYCK IN DE POT, o MILHOU, e a Capitulação do Taborda

Fernandes Gama, Varnhagen e varios outros escritores, baseados nos historiadores contemporaneos da época báltava, sobretudo em Frei Rafael de Jesús, escrevem que foi no Forte denominado **Milhou**, ocupado por Vidal de Negreiros na noite de 21 de janeiro de 1654, que os holandeses negociaram a paz com os pernambucanos.

E' esta a versão que, segundo o criterio daqueles escritores, tem ganho fôros de verdade, e ha sido reproduzida, infelizmente, pelos diversos cronistas de ha tres quartos de século. E com a variante lastimavel de cada um ter dado ao quadro as cambiantes do seu engenho!

E quem outra fonte não tenha consultado, e deseje conhecer algo daquela capitulação, certo ficará crendo que foi no **Milhou** que Francisco Barreto e os Membros do Supremo Conselho entabularam e assinaram o pacto de paz. Quem, entretanto, cuidadosamente consultar e interpretar os historiadores daquela época, vê que não foi nesse Forte que se negociou o armistício.

Em janeiro de 1631, precisando os holandeses defenderem-se pela **Barrêta Grande** ou **Barrêta das Jangadas**, na impossibilidade de fazê-lo pela Fortaleza **Frederico Henrique**, cuidaram da construção dum Forte, ao qual deram o nome de **Emilia**, ou **Amelioc**, **Amelia**, **Aemilia**; ou **Milhou** como chamaram os nossos, e **Taborda**, por ter sido construido "sobre a casa de um pescador chamado Manuel Taborda".

Era um pequeno e reforçado Forte de quatro baluartes ou revelins, construido de pedra. Daí ainda o fato de ser encontrado com a referencia de **Reduto de Pedra**, como o denominaram Van Goch e Frei Giossepe de Santa Terêsa.

Só Pieter Post não o consignou em nenhuma das suas plantas, isso pelo fato da sua demolição logo á chegada de Nassau, que o julgou de nenhuma serventia. (Franz Post porém o assinala no seu desenho de Antonio Vaz, datado de 1643. Mas,

a aceitar-se por verdadeiro o relatório de Nassau de 1638, acredita-se que Franz o desenhou apenas para dar vulto á **Mauricia!**)

Ficava o **MILHOU** ao sul da Fortaleza das Cinco Pontas, além dos seus dois hornaveques, distante 450 metros mais ou menos. E' este o local determinado pelo Marquez de Basto, ou ainda o que a logica e a compreensão dos fatos assinalam. Bem diferente do que determinou o autor do **Datas Celebres**, em 1872:

“o mar cobre o terreno que ele occupou, e quando a maré está vazia, apparecem ainda restos dos seus alicerces; que estão no espaço occupado pela estação do caminho de ferro do Recife a São Francisco”.

E' de crer-se que a intenção do cronista fosse outra. Decreto quiz ele dizer: “occupado pelo caminho de ferro”. Isto é que é o certo.

Ora, a actual estação das Cinco Pontas, construida em 1884, occupa o mesmo local da que primitivamente foi edificada em 1854; fica a leste da Fortaleza **Frederico Henrique** e entre ambas medeiam menos de 30 metros; distancia que éra a mesma á época dos holandêses quanto ao local. E até hontem, antes de ser aterrada toda a área actualmente denominada **Chupa**, as marés batiam fortes nos alicerces da estação. Como, porém, conceber-se que o **Milhou** occupasse o local em que ora está situada a mesma estação? (Não vem ao caso discutir-se tambem o engano de José de Vasconcelos; pois nem é este o unico senão da sua obra.

Mais acertado esteve Fernandes Gama: “O **Milhou** ficava alem da Fortaleza, lugar que hoje serve para suplicio dos condenados”. Realmente assim o éra ao tempo de Gama. E o local a que ele se refere ficava atraz dos açougues e currais, mais além da travessa do Lima.

Como todos os Fortes bátavos, o **Milhou** deu tambem o seu contingente, mas foi mandado demolir por julgarem-no os holandeses de nenhuma eficiencia. E isto fizeram depois de instalados nos Afogados, com o **Principe Guilherme**. Tanto assim que no relatório a que procedeu o Conde de Nassau em 1638, ele está figurando com a seguinte nota:

“o forte Emilia, situado anteriormente na ilha de Antonio Vaz, deante dos hornaveques do forte Frederico Henrique, foi tambem abandonado por inutil, e mandou-se arrasa-lo.”

Em 1646, porém, logo após a **insurreição** pernambucana, foi o **Milhou** aproveitado, não passando tal melhoramento além do terraplano. E por **terraplano do Milhou** passa daí a ser chamado, como se verifica no **Journal de Arnhem** e em varios outros documentos,

Hendrik Haecx em 1654 a ele se refere, e Van Goch, tambem membro do Supremo Conselho, no seu relatório de fevereiro de 1653 o assinala, dando-lhe quatro canhões. Com que nome figurou no inventario a que se procedeu após a rendição, ignoro. E este inventario é o mais complicado possível, para quem deseje estudar as fortificações naquela época.

Assediados os holandêses por toda parte e fustigados a todo momento, do lado da Varzea, pela gente da Estancia de Henrique Dias, colocada nas imediações onde atualmente fica o Collegio Salesiano, anteriormente no sitio de João Velho Barreto, onde está a igreja de N. S. das Fronteiras, cuidaram eles, a 19 e 20 de janeiro de 1646, da construção de um grande Fortim de madeira, ao qual deram o nome de **Kyck in de pot**.

“Janeiro, 19 de 1646 — Começou-se a levantar um Forte de madeira entre as Fortalezas **Frederico Henrique** e **Principe Guilherme** para tornar segura a passagem de um a outro lugar, porque os portuguezes a fazem mui perigosa, e cada dia tomam e matam alguns dos nossos”. — **Journal de Arnhem**.)

Ficava este Fortim, provavelmente, nas proximidades da ponte de **Fernandinho** (caminho de ferro Central), local, ao tempo, compreendido na Campina do Taborda.

Hendrick Haecx diz — “próximo ao Forte de Emilia e mais para fóra das Cinco Pontas construiu-se um reduto de madeira”, e afirmando o **Journal** que êste ficava entre as fôrças dos Afogados e das Cinco Pontas, lógico que êste **mais para fóra** de Hendrick nos induz a colocar o **Kyck in de pot** mais para o continente, no ponto em que fica assinalado acima. E só naquêlas imediações poderia êle ter ficado; pois fóra construido para impedir os assaltos de Camarão e Vidal de Negreiros, colocados no lado opôsto, depois do rio.

E o que foi da importancia dêste Fortim para os holandêses, foi, ao mesmo tempo, de apreensões para os nossos, que, logo a 7 de fevereiro,

“às 10 horas da noite, vieram ocultos pelas trévas até a palissada do nôvo Fortim de madeira e começaram a rompê-las; ouvindo o rumôr, a sentinela attrou, e em seguida atiraram os do Fortim”. (**Journal de Arnhem**).

Tambem a 12 de março do mesmo ano, domingo, voltaram pela noite a atacar o mesmo Fortim:

“o inimigo atacou furiosamente, pelas 9 horas da noite de domingo, o nosso Fortim de madeira, denominado KYCK IN DE POT, com 1000 a 1200 homens”.

Dessa batalha, contraditada embora por alguns cronistas, sobretudo na data, vale a pena transcrever algo aqui do *Journal* a que me tenho reportado:

“no Fortim se achavam o comandante tenente Crol, um sargento e 20 soldados... O inimigo deitou abaixo a maior parte das palissadas que cercavam o Fortim, e por meio de faxinas deitaram fogo á madeira e táboas do dito Fortim... O ataque prolongou-se até depois das 2 da madrugada, e o inimigo acercou-se tanto do Fortim que podia arrebatar das mãos dos nossos os arcabuzes e lanças... Em torno do Fortim tudo ficou coberto de sangue... O tenente foi gravemente ferido e o sargento e dois soldados mortos... Enquanto durou o combate, não dormimos: estávamos de prontidão nas nossas muralhas, esperando-os... e o canhão dos Afogados (Príncipe Guilherme), do terrapleno (Milhou) e das Cinco Pontas fez nutrido fogo”...

Foram porem rechassados os nossos, que tiveram de fugir ante a artilharia inimiga e devido á maré que entrou a enchêr.

Na manhã seguinte, mandaram os holandêses “substituir a gente fatigada que lá estava” e providenciaram quanto aos reparos do mesmo Fortim, tornando-o mais seguro e mais bem guardado. Dêsdai tornou-se o Kyck in de pot alvo das excursões da gente de Henrique Dias, e mais ainda dos soldados de Felipe Camarão, colocados no lado oposto, nos Remédios, ao tempo sitio de Sebastião de Carvalho.

E' ele o **Reduto Esfaldado** que Van Goch consigna no seu relatório e lhe dá 2 canhões.

Por **ESFALFADO** — diz Varnhagen — traduzimos o nome do Forte que em francês encontramos designado por **EPUISE' DE FATIGUE**. Seria o mesmo que em documentos holandêses se nomeia **KYCK IN DE POT**”.

E fique assim positivado e identificado este Fortim, que nada tem, como querem alguns, com o que foi **ASSE'CA, SE'CA** ou **SE'QUA', TRES PONTAS** ou **WAERDENBURCH**.

Foi, portanto, o KYCK IN DE POT que Vidal de Negreirós e António Dias Cardoso — tendo vadeado o rio dos Cedros, em Afogados, em frente ao Príncipe Guilherme, que os holandêses acabavam de arruinar — ocuparam na noite de 21 de janeiro de 1654, depois de renhido combate, aprisionando o capitão Conrado Brinck e os seus soldados.

Ai logo instalaram os insurgentes o seu novo quartel general, e ai foi que Francisco Barreto recebeu o capitão Wouter Falloo, da parte do Supremo Conselho holandês, com o pedido de armistício. Ai, e não no Milhou, foi que teve lugar a assinatura do pacto de paz.

E quando não sirvam as razões desta minha asserção, con-signo aqui, para reforça-las, o *Diario* de Hendrick Haecx, membro do então Supremo Conselho holandês e um dos que assinaram o tratado de rendição:

“quinta-feira, 22 de janeiro de 1654 — O inimigo atacou á noite passada com grande força e surpreendeu o reduto de madeira, próximo ao Forte de Emilia e mais para fóra do forte Frederico Henrique”.

“Comandava o reduto o capitão Conrado Brinck, que se bateu valentemente, com seus 40 homens, mas se viu forçado a rendêr-se tendo oito mortos e alguns feridos”.

“Começou o inimigo a atirar dali contra o forte das Cinco Pontas e avançou tanto com os apoxes, que parecia certo que em pouco tempo nos cortaria o abastecimento d’água potavel por ali feito”.

“Reuniram-se por êsse motivo, ao meio dia, o sr. tenente-general e os delegados dos respectivos colégios para deliberar sobre o que naquelas circumstancias convinha fazer”.

“Sexta-feira, 23 de janeiro de 1654. — Em consequência da resolução tomada hontem achou-se conveniente mandar-se o capitão Wouter Falloo com uma missiva para o mestre de campo general Francisco Barrêto, afim de entabolar relações...”

E por que, então, diante do *Diario* de Hendrick Haecx, que, como membro do Supremo Consêlho acompanhou todo o desenrolar dos fatos, não se aceitar fôsse no KYCK IN DE POT, e não no MILHOU, onde se entabolara e assinara o tratado de paz? ao invêz da asserção de Frei Rafael de Jesús, endossada

e ampliada ao critério e engenho de Gama, Varnhagen e vários outros escritores?

E' preciso atentar que Hendrick diz, claramente: "**reduto de madeira**, proximo ao Forte de Emilia e **mais para fóra** das Cinco Pontas", e no reduto, diz êle, é que estava e foi aprisionado Conrado Brinck.

Nem embargo poderá fazer aqui o CRIMINELLEN PAPIEREN, dizendo que "as conferências sobre o ajuste da capitulação se realizaram em duas tendas levantadas na campina do Taborda, em frente ao forte das Cinco Pontas".

Vê-se que não declina positivamente o local. E fôsse esse fóra, ao pé do Fortim, que, como praça de guerra e por inadaptável, exigisse tão magno assunto o levantamento das citadas tendas.

No consenso universal dos entendidos — diz Inocência da Silva — Frei Rafael de Jesús gosou sempre de pouco crédito como escritor. Faltavam-lhe — afirma o Marquez de Alegrete — todas as qualidades necessárias para um cronista, sobretudo para um cronista-mór".

E' preciso atentar, portanto, nas falhas da sua obra.

O **Castrioto** foi escrito ao critério de **notícias, relações e memórias** vagas, e veio á luz 25 anos depois daquêles acontecimentos; e com a agravante de ignorar o seu autôr o verdadeiro teatro em que êles tiveram a sua ação.

Como Southey, Barlaeus e tantos outros, Frei Rafael de Jesús nunca veio ao Brasil. Escreveu, como aquêles, uma história manca e de falho critério.

Tudo deixa crêr tivesse sido Fernandes Vieira o melhor informante do Frade escritor. Mas bem poderia ter escapado ao informante alguns detalhes dos acontecimentos. (Já aqui ninguém recapitula, com precisão, os fatos de outubro de 1930!)

Viera houvera dito a Frei Rafael que a capitulação teve lugar na **Campina do Taborda, num Forte além das Cinco Pontas**. Não soube ou não precisou, por complicado, o nome do Forte. E o Frade, é provavel, que já consultava Barlaeus — cuja obra precedera a sua 32 anos — viu que o Forte que ficava além das Cinco Pontas era o **Milhou**. Daí, sem embargo, a sua história. E tanto parece isto verdade, quanto é fato os portugueses interpretarem por MILHOU o que os holandêses, na sua lingua, pronunciavam AMELIOC.

Outra coisa que corrobora essa asserção — ignorancia do nome do Fortim — é o não encontrar-se em nenhum dos documentos vários de nomeações de após a guerra, conferidas pe-

lo Rei aos que nela lutaram, com discriminação dos feitos de cada guerreiro, nenhuma noticia do Milhou ou do Kyck in de pot. Apenas isto: — Bateu-se no forte da eminência do Taborda; na fortificação da eminência das Cinco Pontas; levou de escala a fortaleza da eminência; no forte da Eminência; na Fôrça da Eminência. E só. O que não aconteceria se, ao invés do Kyck in de pot, fosse o Milhou; pois tanto os portugueses como o Rei bem lhe sabiam o nome.

O Milhou, como já ficou dito, mandado demolir por Nassau, foi aproveitado logo ao rebentar a insurreição. Mas aproveitado naquilo que ficou da sua demolição: — a base a que os holandêses deram feição de plataforma, onde meteram artilharia. É só. E que êle não voltou, como Fôrte, á sua primitiva fôrma, é o fato de não figurar no inventário de 1654. Não perdeu porém o nome. ,

No inventário a que já me referi, encontra-se: “fronteira á Fortaleza das Cinco Pontas, atraz, está huma caza fôrte, que o inimigo fez para guarda da povoação do Recife...” Provavelmente um dos hornaveques da mesma Fortaleza, tanto que, como casa e não como Fôrte, foi a mesma, por Jerônimo de Mendonça Furtado, dada ao soldado Agostinho de Freitas por conta do seu sôlido.

E o não figurar tambem no inventário o Kyck in de pot, é o fato da sua ocupação, como o foi pela avalanche inopinada dos nossos. E' de prever-se que todo o seu armamento, como troféu, passou logo á posse dos ocupantes, deixando, por isso, de figurar no citado inventário.

A mór parte dos nossos cronistas jamais cuidou esmiuçar o local a que os coévos chamavam de Campina do Taborda. (Já se viu que Taborda vem do pescador desse nome que no local existia).

A ignorancia de alguns desses cronistas levou-os a escrever: — “na Campina do Taborda, em frente ás Cinco Pontas, teve lugar a capitulação...”; ao invés de alem ou atraz das Cinco Pontas...

Ora, por frente traduz-se aquilo que está dianteiro, que vem na vanguarda; logo, a frênte de um edificio é a sua frontaria, onde está a portã de acesso.

As Cinco Pontas teve primitivamente a sua porta a leste. Fernandes Vieira, quando a reformou, é que a transferiu para o nordeste.

Ao tempo, a Campina do Taborda era compreendida toda a extensão, desde os hornaveques da citada Fortaleza, até pouco mais de meio da rua Imperial. Daí para os Afogados denominavam os nossos por Gameleira — local que ainda hoje, apesar de três séculos, conserva o nome.

Nem o concôrto que Henrique Luiz Pereira Freire obrou no já chamado Atêrro dos Afogados, fez apagar o de Gameleira. Só o de Campina do Taborda passou.

Gameleira originou-se de uma velha Gameleira que ali existiu até os meados do século passado, quando foi derrubada! No inventário a que me tenho sempre referido, ela está consignada: — “(atrás) das Cinco Pontas fica hum lugar com hum grande árvore, que chamam a gameleira...”

NAASSON FIGUEREDO

Anais pernambucanos

O nosso saudoso consócio benemérito dr. F. A. Pereira da Costa, de quem esta REVISTA ha publicado numerosos e valiosissimos estudos, deixou inédita a sua principal obra — ANAIS PERNAMBUCANOS — á qual consagrou metade da sua existência.

Dêsde o seu falecimento, ha mais de dez anos, vem o Instituto tentando a publicação da grandiosa obra de tanto mérito para Pernambuco, o que julgava possível fazer em tomos especiais sucessivos da nossa REVISTA. Tivéssemos sido compreendidos e tôdos os inéditos do saudoso companheiro que, por anos a fio, fez parte da nossa redação, já estariam publicados, para proveito dos que estudam.

Infelizmente tôdos os nossos esforços resultaram improficuos.

Os originaes dêsse trabalho que, de acôrdo com o art. 2.º da lei 1483 de 15 de abril de 1922, deveriam estar em poder do govêrno, não se encontram em nenhuma Repartição pública. Ha noticia de que foram entregues para o recebimento do prêmio (“art. 2.º: E’ concedido ao dr. Francisco Augusto Pereira da Costa, autôr dos ANAIS PERNAMBUCANOS, um prêmio de quinze contos de réis, que lhe será pago ao entregar o manuscrito completo da obra, para impressão”) mas não existe nem no Arquivo da Secretaria da Justiça, por onde correu o processado do prêmio, nem no Tesouro, que o pagou, nem na Biblioteca pública, que seria o local apontado para a sua guarda.

Deante disto, no intuito de salvar uma partícula dêsse trabalho, vamos transcrevêr da REVISTA DE HISTÓRIA DE PERNAMBUCO, já extinta, a parte que foi publicada, relativa ao primeiro século, como temos já feito de vários trabalhos anteriôres publicados em outros jornais, mormente no “Diário de Pernambuco”, onde o saudoso companheiro colaborou por espaço de cincoenta anos.

BULA DA LINHA DE DEMARCAÇÃO

1493

Maio 4 — Bulla “Inter coetera divina magestate opera”, firmada em Roma pelo pontifice Alexandre VI, fazendo doação das terras do Novo Mundo descobertas por Christovão Colombo no anno anterior, bem como das que fossem descobertas depois, aos reis catholicos Fernando e Isabel, e seus successores nas corôas de Castella e Leão; por cuja doação ficaria pertencendo ás mesmas corôas o continente do Brazil, posteriormente descoberto por subditos seus, se occurrencias diplomaticas não concorressem depois para um accordo entre a Hespanha e Portugal, firmado em Tordesillas, em virtude do qual, e graças “a um erro geographico”, na phrase de Malte Brum, conseguiram os portuguezes incluir no seu hemispherio as incognitas terras brasileiras.

Regressando Colombo da sua primeira viagem com a grata noticia do descobrimento da America, ou das “Indias Occidentaes”, como se ficou chamando por muito tempo ás terras descobertas, procuraram logo os reis de Hespanha solicitar da Santa Sé a confirmação e legitimidade da posse e dominio exclusivo dessas novas terras descobertas, bem como sobre as que de futuro descobrissem, uma vez que naquelles tempos nada se tinha por seguro se a religião o não consagrava, e mesmo porque todos os reinos da terra eram como que sujeitos ao papa, que tinha sobre elles direitos de suzerania.

Effectivamente, o papa Alexandre VI, que era hespanhol de nascimento, não hesitou em conceder a solicitada posse de taes descobrimentos, mas, para evitar futuras dissensões entre as corôas de Hespanha e Portugal, que tinha já em seu favor anteriores bullas de doação de terras descobertas no ultra-mar por iniciativa sua, julgou prudente dividir o globo terrestre em duas partes iguaes por uma linha imaginaria, entre os soberanos das duas corôas, e nessa conformidade decretou — “que todas as ilhas e terras firmes já achadas e que se houvessem de achar, descobertas e por descobrir, para as bandas do occidente e meio dia, tirando-se uma linha recta do polo arctico ao polo antarctico, ficassem ou não essas ilhas e terras firmes para as partes da India, ou outro qualquer quarteirão do globo, correndo essa linha em distancia de cem leguas para o occidente e meio dia das ilhas chamadas dos Açores e Cabo Verde, ficassem pertencendo aos reis de Castella e Leão, e seus successores, sem embargo de quaesquer outras constituições e or-

denanças apostolicas em contrario, uma vez que já não estivessem na posse de algum outro principe christão até o dia do Natal, em que começou o presente anno de 1493.”

A Portugal, portanto, ficou reservado todo o paiz que se reconhecesse da mesma linha de demarcação para o oriente, aliás já conhecido por anteriores descobertas.

O pretexto usual para a impetração e concessão de semelhantes doações, era a conversão dos infieis e a propagação da fé catholica.

Essas estranhas liberalidades de Cezar Borgia, o papa Alexandre VI, em favor dos soberanos da Hespanha e Portugal, desafiaram da parte de Francisco I, rei da França, este espirotuoso reparo: — “Que desejava conhecer a verba testamentaria de Adão, que partilhava o Novo Mundo entre os seus irmãos, os reis de Hespanha e Portugal, excluindo a elle da herança”.

Além dessa bulla da “Linha de demarcação”, como ficou sendo chamada, conseguiram ainda os hespanhões uma outra do mesmo papa, de — “Extension de la concession y donacion apostolica de las Indias”, — dada em Roma em 25 de Setembro deste mesmo anno de 1493, da qual consigna Navarrete (T. II p. 449) uma traducção hespanhola de 1554, feita pelo “Secretario Gracian”.

A bulla de “Linha de demarcação”, figura, nomeadamente, na “Collecção dos tratados e convenções”, de José Ferreira Borges de Castro (Lisbôa, 1750); na “Collecion de las viages y descubrimientos que hicieron por mar los hespanoes”, por D. Manoel Fernandez de Navarrete, (Madrid, 1850), em latim e castelhano; na “Coleccion completa de los tratados de la America Latina”, de Carlos Calvo (Paris, 1862), nas referidas duas linguas; e uma em vernaculo, segundo uma versão franceza por João Francisco Lisbôa (Maranhão, 1865).

TRATADO DE TORTESILHAS

1494

Junho 7 — Tratado de concordia e amizade celebrado em Tordesillas, na Hespanha, entre el-rei D. João II, de Portugal, e Fernando e Isabel, reis de Castella e Leão, e firmado neste dia pelos seus respectivos embaixadores.

Portugal, que repudiara o offercimento de Colombo, que de preferencia á Hespanha procurara a D. João II para offe-

recer o seu projecto e solicitar os meios de o levar a effeito, fundado no juizo do bispo D. Diogo Ortiz, que julgara a empreza "injusta, ingloria e inutil", e no parecer do conde de Villa Real, D. Pedro de Noronha que a classificou de "duvidosa e arriscada" quando viu o illustre genovez arribar á Lisbôa, de volta da sua primeira viagem, e expor com enthusiasmo os gloriosos successos da sua empreza, e as riquezas das terras descobertas, cobriu-se de despeito e arrependimento, e chegou-se mesmo na côrte a conceber-se o temerario e desesperado alvitre de "tirar a vida ao genovez", sem o qual a Hespanha não poderia proseguir nos descobrimentos dessas novas terras! E esse despeito ou resentimento chegou ao extremo quando os portuguezes viram o pontifice romano, então supremo arbitro dos destinos do mundo, reconhecer e conferir aos reis de Hespanha, pela bulla de 4 de Janeiro de 1493, a posse absoluta dessas novas terras descobertas e por descobrir ainda de futuro.

Entretanto, Portugal, em virtude dos seus anteriores descobrimentos, que se remontavam a epochas afastadas, e pelos quaes, considerados pela curia romana como grandes serviços prestados á christandade, tinha conseguido dos summos pontifices muitas graças e privilegios em favor da ordem de Christo, sob cuja iniciativa e auspicios, promoviam-se e realizavam-se todas essas emprezas, sentiu-se muito seriamente com a concessão feita por Alexandre VI em favor da Hespanha.

Portugal, effectivamente, possuia já uma bulla do papa Martinho V concedendo-lhe perpetua doação de todas as terras que se descobrissem pelo mar Oceano, desde o Cabo Bojador até ás Indias, inclusive, e além de outras graças e privilegios conferidos pelos papas Eugenio IV, Nicolau V e Calixto III, possuia ainda uma bulla de Sisto IV, expendida em 1481, pela qual, não sómente approvou e ratificou as anteriores concessões dos seus predecessores, como ainda ampliou mais essas doações, declarando que a sua demarcação começaria do cabo Nam, prolongando-se até á India, inclusive.

Sob taes fundamentos, julgava-se Portugal offendido nos seus direitos, e reclamou logo das côrtes de Roma e Hespanha a reparação de tudo isso, encarregando das suas reclamações perante os reis catholicos a dois embaixadores, mas cousa alguma de vantagem conseguiu, quer de um, quer do outro poder.

Magoado por essas contrariedades, prejudicado nos seus direitos e ferido nos seus brios, considerou a questão um "ca-

sus belli", e preparou-se para combater a Hespanha nos proprios mares das descobertas e disputadas regiões.

Poderosa armada apresta-se no Tejo, sendo o seu commando conferido a d. Francisco de Almeida, valente e habilissimo marinheiro, e tudo se encaminhava para um rompimento hostil, inevitavel, porquanto a Hespanha não se descuidou tambem de prevenir-se, quando ficou convencionado em submeter a decisão da questão a tres commissarios de cada nação, que, reunidos, discutissem-na e accordassem sobre uma solução vantajosa, conciliatoria e honrosa aos dois contendores.

Cumprê notar, porém, que esse accordo pacifico foi proposto pela Hespanha, que em vista dos cuidados que lhe davam os seus negocios e interesses na Italia, e ao mesmo tempo para não interromper a continuação dos descobrimentos das terras do Novo Mundo, enviára á côrte portugueza uma embaixada com propostas conciliatorias, suspendendo-se assim os preparativos de guerra. Houve talvez, refere Varnhangen, idéa de se reformar a bulla, ou fazel-a emendar, segundo as expressões dos reis catholicos a Colombo; porém, vieram por fim as duas nações a entender-se, nomeando plenipotenciarios para uma convenção reguladora dos limites dos futuros dominios de uma e outra.

Nomeados os embaixadores de ambos os paizes, e reunidos na cidade de Tordesillas, iniciaram-se as conferencias, e depois de convenientemente discutido o assumpto e assentadas as bases do accordo, lavrou-se um "Tratado de concordia e amizade", que foi assignado neste dia, e ratificado depois pelos soberanos de Portugal e da Hespanha.

As bases deste tratado não foram porém convenientemente assentadas, de modo a serem evitadas para o futuro novas contendas, porque, descuidosa ou maliciosamente, deixaram ficar os germens de discordias e complicações, como effectivamente surgiram depois.

Assenta-se, portanto, no Tratado de Tordesillas — "para evitar duvidas e contendas a respeito das ilhas e terras achadas e por achar no mar Oceano, em que se tire uma linha recta de polo a polo, a saber: do Arctico ao Antartico, ou do Norte ao Sul, a trezentas e setenta leguas das ilhas do Cabo Verde para a parte do poente por grãos ou por outra qualquer maneira que mais prompta e certa seja, de modo a não exceder o computo das sobreditas trezentas e setenta leguas: e tudo

quanto se achar descoberto e por descobrir por el-rei de Portugal e seus navios, quer sejam ilhas, quer terras firmes, dentro da dita linha e dentro della da parte do Levante, do Norte e do Sul, seja e fique sendo pertencente ao dito senhor rei de Portugal, e seus successores para sempre; e que o mais, tanto ilhas como terras firmes, achadas ou por achar, que o forem por el-rei e rainha de Castella e d'Aragão ou por seus navios da dita linha para o poente Norte ou Sul, pertença e fique pertencendo aos ditos senhores reis e rainhas e a seus successores para sempre."

Estipulou-se que nenhuma das partes contractantes poderia entrar no mar e terras do dominio alheio, e que, — "se porventura os navios de um ou de outro soberano, descobrissem alguma nova terra, achando-se esta nos mares pertencentes a qualquer delles, deveriam immediatamente entregal-a áquelles a quem pertencesse."

Accordou-se, emfim, sobre o modo de determinar, fixar e assim assignalar a linha divisoria, para o que ficou marcado o prazo de dez mezes; e sobre o meio de acautelar os interesses reciprocos a respeito das descobertas feitas até o dia 20 de Junho de 1494.

O visconde de Porto Seguro escreve sobre o assumpto o seguinte, na sua "Historia do Brazil":

"Sem prevenções de qualidade alguma, entendemos que, assim como a distancia de um continente a outro, situado no poente, se deve razoavelmente começar a contar desde a paragem mais occidental do primeiro, assim tambem, ao afastarmos de um archipelago, as leguas devem começar a contar-se do ultimo ponto do mesmo archipelago; isto é, do mais proximo ao rumo que vamos seguindo. Nesta conformidade a linha imaginaria deveria passar a 370 leguas para o poente da ponta mais occidental do archipelago, vindo assim o meridiano de demarcação a cahir um pouco a leste do Pará e da Laguna, na hypothese pouco favoravel para o Brazil, de serem essas leguas de dezeseis e dous terços ao grão, e não de quinze como as contavam Colombo, Vespucio e outros navegantes daquella epocha.

"As terras, pois, que se encontrassem desse meridiano para leste, deveriam logo ser adjudicadas a Portugal; e neste caso, em virtude das anteriores bullas, tinham de ser administradas pela insigne ordem de Christo, da qual era grão-mestre, não já o infante d. Henrique, fallecido trinta e tres annos antes (em 1460) mas sim o duque de Viseo, d. Manoel, seu primo, que de-

pois herdou (em 1495) a coroa portugueza, reunindo em si a administração e padroado da dita ordem, e que, em tudo venturoso, recebera em Tordesillas um legado, que se pode dizer, se continha em um testamento, cujos sellos só em devido tempo se deveriam romper. Claro está que, desde que se entabulavam taes negociações em Tordesillas, é porque se julgava mais que possível a existencia de novas terras aquem da linha de demarcação, do lado do sul; e portanto não pode ser conceituada de menos fundamentada a opinião de que, tres annos depois (em 1497), Vasco da Gama, percorrendo o Atlantico ao longo da Africa, suspeitasse a existencia de terras a oeste.

“Assim, este legado, que abrangia grande parte das terras do Brazil, ainda desconhecidas aos europeos, veio a pertencer a Portugal, não em virtude do chamado direito de conquista, ou de descobrimento, equivalente ao primeiro occupante, mas sim em virtude de um tratado, feito com a nação que descobrira as “Indias Occidentaes, e sancionado pelo summo pontifice, que então, perante as potencias christãs da Europa, ainda não dissidentes por scismas ou heresias, e formando todas como que uma especie de confederação, de que era chefe o mesmo pontifice, tinha para as mesmas a força e prestigio de um direito, a que ellas proprias se haviam sujeitado...”

Eis ahi explicado — “o porque”, — descoberto posteriormente o Brazil pelos hespanhóes, cujo facto é comprovado pela historia, em face das viagens de Alonso Hojeda, Americo Vesputio, Vicente Yanez Pinzon e Diego de Lepe, e por elles tomada a posse solemne e juridica do seu territorio em nome da corôa de Hespanha, ficou todo o paiz pertencendo a Portugal, pelo subsequente e casual descobrimento de Pedro Alvares Cabral, em 22 de Abril de 1500, de viagem para a India.

O convenio ou tratado de Tordesillas foi ratificado pelo rei de Hespanha em 2 de Julho do mesmo anno de 1494, e approvedo por bulla do papa Julio II, de 24 de Janeiro de 1496, cujos documentos são conhecidos, e figuram na sua integra nas seguintes obras, nomeadamente: “Provas da historia genealogica da casa real portugueza”, por D. Antonio Gaetano de Souza (Vol. II, 1742, pgs. 94-106); “Collecção de tratados”, por José Ferreira Borges de Castro (Lisbôa, 1750); “Collección de las viagens...” por D. Manoel Fernandez de Navarrete (T. II pgs. 147); e no “Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal”, pelo Visconde de Santarém (Paris, 1842).

PARTIDA DA FROTA DE PINZON

1499

Dezembro — Em principios deste mez levanta ancoras do porto de Palos, no Mediterraneo, uma frota hespanhola sob o commando do intrepido navegante Vicente Yanez Pinzon um dos companheiros de Colombo na sua viagem do descobrimento da America, em 1492, cuja empreza tinha por fim proseguir a descoberta de novas terras alem-oceano.

Consignamos esta epocha de partida da frota, de preferencia a outras precisamente fixadas por escriptores diversos, não só porque é a mencionada por Pedro Martyr de Anghiera, autor contemporaneo, que escreveu sobre o assumpto em 1501, tendo ouvido a respeito o proprio Pinzon e a diversos de seus companheiros de expedição, como ainda pela affirmativa accordo de alguns pilotos que tomaram parte na mesma expedição, segundo consta dos seus depoimentos em um pleito que se moveu na Hespanha, em 1513, a respeito dos descobrimentos de Colombo, no Novo Mundo.

A flotilha constava de quatro navios bem aparelhados, e entre a gente da sua equipagem, notavam-se habéis e valentes profissionaes, nomeadamente, Afias Perez Pinzon e Diogo Fernandez Colmenero, sobrinhos de Vicente Pinzon, filhos de seu irmão Martin Alonso, que comandára a caravella "Pinta", na primeira viagem de Colombo; os pilotos Juan de Geres, Juan de Umbria, primo de Pinzon, e Juan Quintero, que tambem tomaram parte na referida viagem; Andres Morales; o Dr. Garcia Hernandez, como medico e escrivão regio; e emfim, Martin Arreira, Manoel de Valdovinos e Pedro Ramires, de Lepe; Diogo Penton, Juan Calvo e Pedro Medel, de Palos; Antonio Hernandez Colmenero, de Huelva; e mais outros sobrinhos do chefe, filhos de seu irmão Diogo Martin.

Os quatro navios desta expedição, eram naturalmente as caravellas Pinta, Nina, Fraila e a Vicente Yanez, pertencentes a Pinzon e seus sobrinhos, nessa epocha, como consta de documentos contemporaneos.

 VIAGEM DE PINZON — PRIORIDADE SOBRE A PASSAGEM DO EQUADÔR

1500

Janeiro 13 — Navegando bem a expedição, graças aos ventos de feição que encontrára desde a sua partida do porto de

Palos, passa pelas Canarias, vae ao Cabo Verde, e chegando á Ilha de Santiago, parte neste dia, continuando a sua derrota, soprando vento de sudoeste pela prôa; e navegando umas trezentas leguas, córta o Equador, o que pela primeira vez praticado, constitue um titulo de glaria para os hespanhoes, porquanto lhes cabe a prioridade da passagem da linha equatorial nas regiões americanas do oceano Atlantico.

Nessas desconhecidas paragens, perdendo os navegantes de vista a estrella do Norte, sobrevem depois terrivel tempestade, que a cada instante ameaça sepultar no oceano os navios desses ousados marinheiros.

Insupportavel calor começaram então a sentir nessa estação calmosa de além Equador, em que então navegavam, sem rumo preciso, no meio de incertezas, já então em bonançoso tempo, mas — assustados com o furor das ondas e com o estranho aspecto do céu; procuravam a estrella polar para lhes servir de guia e não a encontravam, pensando, acaso, que alguma extraordinaria elevação do globo a occultava ás suas vistas, porquanto só conheciam o firmamento do seu hemispherio, e julgavam encontrar uma estrella opposta á polar, que os guiasse ao Sul, como esta os guiára ao Norte.

No meio de todas essas incertezas, caminhando como que ao acaso, não desanimava o intrepido chefe da expedição. Dirige-se de prôa para Oeste, deixa-se arrastar pelas correntes, e depois de uma derrota de quasi duzentas e quarenta leguas, avista-se de bordo de uma das caravellas um ponto no horizonte indicativo de terra, a qual logo se manifesta esplendida aos olhos dos ousados navegantes, perplexos do mais indizível contentamento.

Era o Brasil!

Tinham em frente um promontorio elevado, que deixava vêr em seus flancos terras immensas, que se perdiam de vista.

Era Pernambuco!...

Fevereiro 20 — Vicente Yanez Pinzon dirige os seus navios para a terra que acabava de descobrir, e depois do conveniente reconhecimento ao longo da costa, ancóra em um porto abrigado e de facil entrada para pequenas embarcações, em 16 pés de fundo, segundo as indicações da sonda. Esse ponto é acaso a enseada de Suapé, situada na encosta sul do Cabo de Santo Agostinho.

O promontorio que avistaram, situado a 8.^o de latitude austral, e ao qual impoz Pinzon o nome de "Santa Maria da Consolação", bem expressivo pelo termo de toda a sorte de preoccupações que atormentavam o seu espirito, é um dos pontos mais orientaes da costa do Brazil, e precisamente o Cabo de

Santo Agostinho, denominação dada pelos portuguezes pouco depois, e a qual ainda conserva.

Esta data do aportamento de Pinzon em terras brazileiras, é, por assim dizer, uma novidade historica, porque nenhum dos nossos escriptores a menciona, sendo todos discordes na determinação das que apresentam.

Precisamente fixada a partida de Pinzon da ilha de Santiago, do archipelago do Cabo Verde, uma das que ficam mais proximas do Brazil, no dia 13 de Janeiro, segundo o autorizado juizo de Pedro Martyr de Anghiera, escriptor coevo, não vem ao caso tornar á questão do rumo da flotilha para chegar ao Cabo de Santo Agostinho, de que fez tanto cabedal o Visconde de Porto Seguro, uma vez que é ponto vantajosamente liquidado por Capristano de Abreu, na sua memoria sobre o "Descobrimiento do Brazil".

Vejamos, porém, de preferencia a data em que teve lugar o descobrimento dessa parte do territorio brazileiro.

A este respeito variam as opiniões.

A Encyclopedia britanica, Gaffarel, Navarrete e Madrignano referem que foi no dia 20 de Janeiro.

Teixeira de Mello e Joaquim Manoel de Macedo, no dia 25.

Pedro Martyr, Antonio Herrera, Porto Seguro e Southey, a 26.

W. Irvin, a 28, e a Biographie Universelle, em fins de Janeiro.

Todas essas datas, seguidas ainda por outros escriptores, são inverosimeis, porque é inacreditavel, que navios de vela, naquella epocha, pequenos e de pouca marcha, fizessem a longa travessia da ilha de Santiago a Pernambuco, no primeiro caso "em sete dias", no segundo "em doze", no terceiro "em treze", e no quarto "em quinze dias", ainda mesmo suppostas as vantagens de ventos de feição e das correntes oceanicas.

Ha, portanto, erro manifesto na fixação daquellas datas, sejam quaes forem as suas origens.

Entretanto, não se trata de um ponto de difficil elucidção, uma vez que um escriptor coevo diz que Pinzon aportou no Brazil "no dia 20 de Fevereiro de 1500", com trinta e sete dias de viagem, portanto, da ilha de Santiago, do Cabo Verde, ao promontorio que primeiro avistára e ao qual impoz elle o nome de "Santa Maria da Consolação".

Aquella data "a mais provavel" na phrase autorisada de Alex de Humboldt, na sua "Histoire de la geographie du Nouveau Continent", é consignada por Jobsten Ruchamer, medico de Nuremberg, na sua obra "Unbekanthe landit"... (Pays inconnus et un nouveau monde trouvé depuis peu), impressa em

1508, e citada pelo mesmo Humboldt, segundo um exemplar que consultou na bibliotheca real de Berlim; e dest'arte não temos a menor duvida em adoptal-a, de preferencia ás anteriormente consignadas, pela impossibilidade de acreditar-se em uma tão rapida viagem em epochas afastadas, quando a navegação não tinha attingido ainda a progressos taes, que tanto podesse conseguir.

Effectivamente, comparando-se a viagem de Pinzon como a desereve Ruchamer, com outras contemporaneas, e sobre as quaes não pairam duvidas nas datas das suas derrotas, nota-se inteira verosimilhança no tempo de viagem; e para comprovar esse asserto, basta apenas exemplificar a da frota portugueza, commandada por Pedro Alvares Cabral, em 1500, que, partindo do Cabo Verde, iguaes paragens, no dia 22 de Março, em 22 de Abril descobre casualmente as terras meridionaes do Brazil, e a 24 ancóra em Porto Seguro, depois de 23 dias de navegação.

Se a data de 20 de Fevereiro, unicamente fixada pelo escriptor coevo, Ruchamer, não é exacta, é, pelo menos, a mais provavel, na phrase competentissima do sabio Humboldt. As anteriores, porém, é que são impossiveis...

POSSE DA TERRA DESCOBERTA POR PINZON

Fevereiro 21 — Logo pela manhã, desembarcara Pinzon acompanhado somente dos escrivães regios que vinham a bordo, e das testemunhas necessarias para proceder o acto solemne juridico da posse das terras descobertas em nome da corôa de Castella, — levantando monticulos de terra, cortando ramos de arvores, bebendo aguas e collocando cruces — findo o que, foi lavrado o competente auto de posse que assignou com as testemunhas presentes; e com o fim de ainda mais assignalar a posse material que tomara da terra descoberta, gravaram os hespanhoes nos rochedos e nos troncos das arvores a data do dia e anno do seu descobrimento e os nomes dos navios da expedição.

O auto de posse do paiz descoberto, em nome das corôas de Castella e Leão, de conformidade com a formula redigida por uma commissão especial de theologos e jurisconsultos hespanhoes para ser utilizada nas solennidades de posse juridica dos paizes descobertos na America, e pela primeira vez empregada por Alonso de Hojeda, em fins de Junho de 1499, quando tomou posse das terras que descobrira ao Norte do Brazil, em nome da corôa de Hespanha, é do theor seguinte:

“Eu, Vicente Yanez Pinzon, vassallo dos muito altos e muito poderosos reis de Castella e Leão, vencedores dos barbaros e infieis, e seu embaixador e capitão, vos notifico e faço saber, munido dos plenos poderes a mim conferidos, que Deus Nosso Senhor, que é eterno, creou o céu e a terra, assim como o homem e a mulher, dos quaes descendemos nós e vós outros e todos os mais homens que existiram, existem e hão de existir até o fim do mundo. Mas, como aconteceu que as gerações successivas, durante mais de cinco mil annos, fossem dispersas pelas differentes partes do mundo, se dividissem por muitos reinos e provincias, visto como uma só não era cabal para os suster e manter a todos; foi por motivo disso que Deus Nosso Senhor confiou o cuidado de todas as nações a um homem que se chamava Pedro, ao qual alevantou por senhor e cabeça de todo o genero humano, afim de que os homens lhe rendessem obediencia, sem escolha de logar em que nascessem, ou de religião em que fossem doutrinados, submettendo a esse intento a terra inteira á sua jurisdicção, e ordenando-lhe de assentar a sua residencia em Roma, que em verdade é o logar mais asado para a governação do mundo. E por igual lhe prometteu e conferiu o poder de dilatar e estender a sua autoridade por todas as partes do mundo, onde mais quizesse, e de avassallar e julgar todos os christãos, mouros, judeus, idolatras e quaesquer outros povos de qualquer seita ou crença que ser podesse. A este foi dado o nome de Papa, que tanto monta que dizer admiravel grande, pae e tutor,—sendo que com effeito é o pae e regedor de todos os homens. Os que viveram no tempo deste santissimo padre e confessavam por seu rei e senhor, e como a tal, lhe obedeciam transmittindo-se esta obediencia aos que lhe socedaram no pontificado, como ainda hoje continuará até á consumção do seculos.

“E um destes soberanos pontifices, como senhor universal da terra, fez mercê e doação destas ilhas, e da terra firme do oceano a Suas Magestades Catholicas, os serenissimos reis de Castella, d. Fernando e d. Isabel, de gloriosa memoria e a seus successores, nossos soberanos, com tudo quanto nella se achasse, como tudo vem expresso nos autos que vos serão mostrados, se o desejardes. Assim que, e em virtude da sobre-dita doação, é S. M. rei e senhor destas ilhas, e da terra firme sendo que por tal o acclamaram e reconheceram as mais a quem se deu conhecimento dos ditos autos e titulos, e nossa qualidade de seu senhor legitimo que é, lhe redem preito e homenagem, de muito bom grado e sem nenhuma opposição. E como os ditos povos foram inteirados da sua vontade, para logo se conformaram com ella, recebendo a instrução e doutrina

que lhes ensinavam os varões que a esse intento lhes enviou S. M., fazendo-se todos christãos, e continuando a se-lo, não movidos de esperança alguma de galardões, ou temor de castigo. S. M. que os acolheu com bondade sob a sua poderosa protecção, foi servido determinar que fossem todos tratados de feição, como os outros seus subditos e vassallos. Estaes, pois, adstrictos e obrigados a portar-vos do mesmo modo, pela qual razão vos peço e rogo hajaes de reflectir maduramente em tudo quanto vos acabo de propor, afim de que possaes reconhecer a igreja por soberana e guia universal, e o santissimo padre, chamado papa, em virtude de seu proprio poder, e a S. M., por doação do papa, como reis e senhores soberanos destas ilhas e terra firme, não pondo embaraço algum á pregação da fé.

“Se vos conformaes com isto, andareis bem, e cumprireis vossos deveres por onde S. M., e eu, em seu nome, vos havemos de acolher com amor e bondade, deixando-vos a vós, vossas mulheres e vossos filhos em plena liberdade, e livres do captivo, gosar de todos os vossos bens, sem nenhuma differença dos habitantes das ilhas, afóra muitos outros privilegios, isenções e regalias que vos ha de a ordar S. M. Porém, se recusaes, os dilataes, maleciosamente, a obediencia devida á presente notificação, nesse caso, com a ajuda e favor do Todo Poderoso, entrarei forçosamente por varias terras, e vos farei crudellissima guerra, até de todo reduzir-vos á obediencia da igreja e d’elrei, arrebatando vossas mulheres e filhos para se venderem como escravos, ou delles dispor como aprouver a S. M., tomando-vos os vossos bens, e fazendo-vos todo o mal e hostilidade quanto em mim couber, como a subditos rebeldes e levantados. E já daqui protesto que todo o sangue derramado e mais desgraças que succederem, em razão de vossa desobediencia, nunca, jamais se imputem senão a vós mesmos, e não a S. M., nem a mim, nem a nenhum dos subditos de S. M. que servem debaixo de minhas ordens. Em fé do que, e para a todo tempo constar, tendo-vos feito esta intimação e requisição, se lavrou o presente auto.”

Ninguém se apresentou para disputar aos hespanhoes as suas pretensões, mas estes notaram signaes vehementes de habitantes, principalmente por algumas pegadas que descobriram no solo do littoral, as quaes, pelo tamanho, indicavam ser impressas por pés gigantescos; durante a noite, porém, esse juizo se robusteceu com o apparecimento de algumas fogueiras que foram vistas ao longo da costa.

VISITA A' TERRA — OS ABORÍGENES

Fevereiro 22 — Pela manhã, desembarca Pinzon com uns quarenta homens bem armados, e deixa o resto da guarnição dos navios de promptidão, para acudir a qualquer eventualidade.

Em terra apparece então tambem igual numero de indios, com seus arcos e flechas, e todos de extraordinaria estatura; outros se approximam em canôas, ficando como que em corpo de reserva, á pequena distancia promptos a auxiliar os companheiros, se isso fosse preciso.

Os hespanhoes approximam-se, accenam aos indios com gestos amistosos, e mostram-lhe espelhos, colares e missangas e agitam guizos e campainhas, e chamam-nos a receberem taes objectos, mas elles ficam impassiveis; e olhando mesmo com alguma curiosidade para tudo isso, — voltam depois a vista com estoica gravidade — e os despresam.

Para os hespanhoes não era menor a curiosidade que essa gente lhes inspirava, se bem que a ferocidade das suas physionomias, o seu todo selvagem em completa nudez, e suas disposições hostis de algum modo os arreceiassem de uma investida subita e terrivel; e nada conseguiram dessa gente que tão francamente deixava ver o seu character feroz e inacessivel ao mais ligeiro trato.

Intimidados os hespanhoes, com a attitudo ameaçadora dos selvagens, que tão resolutamente se ostentavam dispostos a repellir o estrangeiro invasor; timidos ante o seu aspecto feroz e guerreiro, e a sua elevada estatura, que se lhes antolhava mais alta que os mais agigantados germanos, e sem mesmo se darem tempo de mais perto examinar a estatura da gente do paiz que acabavam de descobrir, apressaram-se em ganhar os seus bateis e assim recolheram-se a bordo, nada tendo conseguido.

Os hespanhoes julgaram esse povo uma tribu nomada, como os Scythas e com razão temeram-se, porque mal julgaram que tinham á sua frente os valentes guerreiros Cahetés, que habitavam o littoral de Pernambuco.

VIAGEM DE PINZON AO NORTE

Fevereiro 23 — Desanimado Pinzon com o genio inhospito dos indios, com os quaes, nem ao menos conseguiu trocar um simples gesto communicativo, contentou-se com o acto juridico da posse do paiz e com as provas materiaes que deixára para

attestal-a, e levantou ancoras com prôa para o Norte, velejando abeirado á terra para melhor reconhecer o paiz que descobrira.

Em sua derrota chegou Pinzon á foz de um "rio muito grande", mas, conhecendo pelas sondagens que mandou fazer, que não tinha fundo sufficiente para a flotilha entrar e ancorar, dirigiu-se para terra com quatro chalupas, tripuladas com gente bem armada, e saltou á margem desse grande rio.

Nessa paragem encontraram os hespanhões indios bravios que os atacaram vivamente, perdendo elle oito homens e ficando com grande numero de feridos.

Seguindo sempre a mesma derrota, costeando a terra, descobre Pinzon o Amazonas, a que denominou "Mar-doce", ancorou em uma das ilhas que encontrára, e procura com o cuidado que a experiencia já então aconselhava, entender-se com os seus habitantes, que em absoluto contraste com os das antecedentes paragens, receberam bem os hespanhões, com os quaes trocaram muitos presentes. Entretanto, bem mal retribuiram elles a hospitalidade com que foram recebidos pelos indios, porque, á partida, arrancaram aleivosamente a uns trinta delles, como escravos, "por não encontrarem outra mercadoria".

Da fôz do Amazonas, tendo escapado da perda dos seus navios, subindo o rio em explorações, pegados de surpresa por um macaréu ou pororóca, phenomeno desconhecido dos hespanhões, continuam a sua derrota, passam em frente ás boccas do Orenoco e entram no golfo de Paria.

Desse ponto aprôa Pinzon em demanda da Europa, toca na ilha Isabella e depois em outras, em uma das quaes perdeu dois dos seus navios, batidos por terrivel tempestade, ficando os outros dois consideravelmente damnificados, e depois de alguma demora em reparação dos mesmos, e na impossibilidade de proseguir nas suas explorações, tomou a deliberação de se encaminhar logo para a Hespanha, e partindo com esse rumo, entrou no porto de Palos no dia 30 de Setembro deste mesmo anno de 1500.

Pequena colheita material conseguiu Pinzon nesta sua viagem, porquanto, chegou apenas conduzindo um carregamento de 350 quintaes de pão-brazil, os indios brasileiros do Amazonas, que, reduzidos á escravidão, segundo o costume da epocha, representavam um certo valor, amostras de canella, gengibre, cana-fistula, algumas pedras preciosas, e outros objectos insignificantes e de mera curiosidade.

Por outro lado foram tambem immensos os prejuizos que soffreu, vendo-se assim em serios apuros para saldar as divi-

das avultadas que contrahira para realizar a sua empreza, e teria certamente ficado reduzido á extrema pobreza pelo sequestro dos seus bens e fazendas, por implacaveis credores, se a regia intervenção não viesse em seu favor.

Em compensação, porém, restava a Pinzon, a gloria da descoberta do Brazil, desde o Cabo de Santo Agostinho até o Amazonas, e de todo o territorio que dalli se estende até o golfo de Paria.

Agosto 18 — Diploma de licença concedida ao piloto Velez de Mendonza pelos reis de Hespanha para descobrir terras no mar Oceano.

Segundo uns, escreve Capistrano de Abreu, na sua monographia sobre o "Descobrimento do Brasil" (1883), Velez de Mendonza foi apenas um dos companheiros de Diego de Lepe; segundo outros, elle fez effectivamente a viagem e dobrou o cabo de Santo Agostinho para o sul.

Actualmente, conclue, é impossivel ter opinião fundada sobre o assumpto.

Dezembro 5 — Real provisão passada na cidade de Granada para que a Vicente Yanez Pinzon e seus sobrinhos, Arias Perez e Diogo Fernandez, se faça justiça na villa de Palos no pleito que lhes movem os que lhes deram mercadorias fiadas para a viagem que emprehenderam com quatro caravellas para novos descobrimentos nas Indias. (Archivo de Simancas).

"D. Fernando e D. Isabel, etc. A vós o Corregedor e Alcaides e outras autoridades da villa de Palos, saúde e graça: Sabei que Arias Perez e Diogo Fernandez, sobrinhos de Vicente Yanez Pinzon, por elles, e em nome do dito seu tio, pode fazer um anno pouco mais ou menos, que armaram quatro caravellas para descobrir nas partes das Indias, com as quaes seguiram sua viagem em nosso serviço em que descobriram seiscentas leguas de terra firme, no ultramar, além de muitas ilhas, de cuja viagem, allegam, que vieram sacrificados e pobres; e não só por isso, como tambem porque na armação das quatro ditas caravellas gastaram avultada quantia de suas fazendas, além do que, allegam que lhes foi forçoso tomar algumas mercadorias a credito a alguns negociantes, as quaes mercadorias, dizem, que lhes custaram a metade e mais do justo preço que valiam, e que em outras lhes augmentaram oitenta por cento, em outras cento por cento, no que receberam grandes agravos e damnos porque segundo as perdas que soffreram na dita viagem, se as mercadorias se houvessem de pagar ao preço que lhes foi imposto, ficariam inteiramente perdidos, e que estando elles em nossa côrte, os taes mercadores lhes hão vendido to-

dos os seus bens; e nos supplicaram e pediram por mercê, sobre isso lhes mandassemos prover de remedios com justiça, mandando que os bens que assim estão vendidos e tomados pelos ditos mercadores, lhes sejam devolvidos, até que vendam tresentos e cincoenta quintaes de brazil (*) que trouxeram da dita viagem, porque do valor delles poderão muito bem pagar as ditas mercadorias; e que da mesma maneira mandassemos as nossas justiça, que em virtude das declarações acima, já tendes conhecimento, que não dêsse logar, que por taes mercadorias, que assim receberam, houvessem de pagar mais do que justamente merecessem, e segundo valiam ao tempo em que as receberam a credito, porque, se ao preço que as receberam as houvessem de pagar, não bastariam suas fazendas, e que pelo excedente teriam de ser presos; e portanto, sobre o assumpto os mandassemos attender como fosse de nossa mercê e tivessemos por bem: pelo que vos mandamos que vejaes este negocio, e chamadas e ouvidas as partes a quem toca, brevemente, não dando lugar a delongas maliciosas, façaes e administreis justiça, de maneira que as partes a alcancem e que por sua falta não tenham causa ou razão de se nos virem a queixar nem uns, nem outros, etc.

Dada na cidade de Granada aos 5 dias do mez de Dezembro de 1500 annos — Jo. Episcopus Ovetensis — Felipus, Doctor — Jo. Licenciatus — Martinus, Doctor — Licenciatus Zapata — Ferdinandus Tello, Licenciatus — Mojica, Yo Affonso del Marmol & — Alonso Perez.”

CABO DE SANTO AGOSTINHO — DIEGO DE LEPE

Em principios deste anno de 1500, talvez nos primeiros dias de Março, o navegante hespanhol Diogo de Lepe visita as terras do Brazil, ou melhor, o Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, ao qual impoz o nome de “Rostro Hermoso”, como diz Navarrete.

Partira Lepe do porto de Palos com dous navios, em fins de Dezembro de 1499, menos de um mez depois de Pinzon, e descobrindo o Cabo de Santo Agostinho, segue para o sul durante algum tempo, e tornando depois para o norte, segue o mesmo rumo daquelle navegante, quasi na sua esteira, e toca em terra do Maranhão, de onde conduziu alguns indios.

(*) Páo-brazil.

O maior fructo desta expedição, diz o referido escriptor, foi haver-se dobrado o Cabo de Santo Agostinho e tornar conhecido que a costa dessa nova terra firme, seguia em continuação ao Sudoeste, de cujos descobrimentos feitos por elle e Pinzon, traçou uma carta geographica, que deu ao bispo D. João da Fonseca, na Hespanha.

Lepe teve por companheiros nessa sua expedição a alguns pilotos que haviam navegado com Colombo, entre os quaes, conhecidamente, o genovez Bartholomeu Garcia, André Garcia Valdin, Garcia de Vedia e o celebre piloto Bartholomeo Rolandan.

CABO DE SANTO AGOSTINHO — JOAN DE LA COSA

Neste anno o celebre cosmographo e navegante hespanhol, Jean de la Cosa, traçou uma carta geographica da America, na qual se acha o Brazil representado pela primeira vez, e na altura do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, occorre esta legenda: — “Este Cabo se descobrio em anno de mil y IIIXCIX par Castilla, syendo descubridor Vicentians (Vicente Anes Pinzon)” — e em uma outra se declara que a carta foi feita no “Porto de Santa Maria, no anno de 1500”.

Esta carta foi descoberta por Humboldt, na livraria do barão de Walchenaer, e tem por titulo “Karte von Amerika aus den Jahre 1500”, de cujo original possui a Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro uma cópia authentica, e dahi a vulgarisação de tão precioso documento, que, por assim dizer, desfaz todas as duvidas sobre a prioridade da descoberta do Brazil pelos hespanhães.

PAU-BRASIL — IBIRAPITANGA

E' deste anno a noticia mais remota que se encontra do páo-brazil, a “Coesalpina echinata”, preciosa madeira de tinturaria, que produz uma bellissima tinta de um vermelho vivo, o “Ibirapiranga” dos nossos indios, isto é, páo vermelho; como vimos da consignada provisão real de 5 de Dezembro, accusando um deposito em Granada de “trezentos e cincoenta quintaes de brazil”, que Vicente Yanez Pinzon conduzira das nossas terras, na sua primeira viagem de descobrimento e explorações.

Depois, os primeiros exploradores da grande face littoranea do paiz casualmente encontrado por Pedro Alvares Cabral, acharam o páo-brazil e acaso levaram algum carregamento para

a Europa onde vulgarisaram a sua nova procedencia, comprindo notar, porém, que antes dos descobrimentos dos Pinzon, Vespuccio e Cabral, já os bretões e normandos traficavam com os indios no delta do S. Francisco e outras paragens do Norte, das quaes conduziam os seus carregamentos de productos do paiz, figurando principalmente, pela sua abundancia, o "pão-brazil".

Em 1506, arrendada a terra do Brazil a Fernão de Noronha e outros, "produzia vinte mil quintaes de madeira vermelha", custando cada um meio ducado, posto em Lisbôa. Os arrendatarios pagavam á corôa uma contribuição de quatro mil ducados, naturalmente por anno.

Em 1511, a não bretôa armada por Fernão de Noronha e outros, conduziu de Cabo Frio para Portugal cinco mil tóros de pão-brazil.

Conhecidas as bastas florestas de pão-brazil, no littoral de Pernambuco e Parahyba, nas cercanias do Rio Real, e de Cabo Frio, do Rio de Janeiro, e em outros lugares mais tarde descobertos, veiu desde logo a sua exploração legal ou clandestinamente praticada nos Ilibusteiros francezes, particularmente o que cessou com o estabelecimento das capitancias donatarias ou reaes, vindo logo nos primeiros annos, um individuo talvez de influencia ou proteçãõ na côrte, solicitar da de Pernambuco a mercê de licença para levar para a Europa "quatro mil quintaes de pão-brazil da terra de Duarte Coelho". Effectivamente, o das nossas florestas, o "Pão Rosado" ou o "Pão de Pernambuco", como assim era chamado, era reputado como o da melhor qualidade, por fornecer uma tinta riquissima de substancias corantes e que dava á sêda, lã ou algodão, uma bellissima côr rubra e fixa.

O lucro avultado, certo, que dava a facil exploração do precioso lenho, despertou logo as ambições do governo da metropole, e dahi a sua declaração em estanco ou monopolio regio, e assim coarctada, neste particular a liberdade de commercio.

Partindo do littoral para o centro, chegou logo a exploração ás extensas florestas de S. Lourenço, que se estendiam até longinquas paragens, como Nazareth, vindo dahi as suas denominações de S. Lourenço e Nazareth da Matta, onde se ia fazer **brazil**, segundo a phrase do tempo, isto é, derrubar e preparar a madeira para o embarque.

O autor dos "Dialogos das grandezas do Brazil" (1618) tratando sobre o "modo de se fazer o pão-brazil" em Pernambuco, escreve: "Derrubada a arvore e tirado todo o branco, porque no amago della é que está o brazil; depois de limpo se

ajunta em rumas e o conduzem em carros até o porem nos passos, para que os bateis o possam vir buscar; e que depois de posto no passo, vendem por preço de sete e oito tostões o quintal, e ás vezes por mais, no que se grangêa grande copia de dinheiro, e por este modo se têm feito muitos homens ricos.”

Depois, em 1630, tratando um escriptor hollandez da “Matia do Brazil” escrevia: “Neste logar de S. Lourenço, proximo á mesma, fazem tambem muito páo-brazil, alem do que para alli é levado para ser transportado em carros, para o Passo do Fidalgo (Sant’Anna) distante do Recife cerca de duas milhas, e para onde se vai em barcas que sobem o rio”.

Sobre o páo-brazil encontramos as seguintes disposições regias:

Provisão do Conselho Ultramarino de 29 de Abril de 1650, permittindo a Jeronymo Gomes Pessoa e seus socios, moradores em Pernambuco, cortar, comprar e embarcar livremente todo o páo-brazil que podessem, sem que os officiaes de justiça e fazenda lhes podessem embaraçar.

Carta regia de 6 de Março de 1703, prohibindo expressamente o commercio do páo-brazil para a ilha de S. Thomé e outros portos da costa da Mina.

Alvará de 29 de Março de 1726, confirmando o contracto celebrado com Manoel Ferreira da Costa para a conducção de vinte mil quintaes de páo-brazil, ao preço de 870 réis cada quintal, em tres annos, a partir de 1 de junho daquelle anno.

Aviso de 28 de Março de 1734, ordenando a remessa de quatorze mil quintaes de páo-brazil.

Ordem ao provedor da fazenda real, de 6 de Setembro de 1740, para remetter para o Rio de Janeiro seis mil quintaes de páo-brazil e quatro mil para a Bahia.

Decreto de 13 de Novembro de 1756, firmando o contracto de arrematação do páo-brazil de Pernambuco com Geraldo Weyme & Ca., por nove annos, á razão de 6\$400 por quintal, podendo os arrematantes extrahirem até vinte mil quintaes por anno, e ficando exclusivo aos mesmos o seu commercio.

Aviso de 9 de Novembro de 1762, mandando que todos os navios da praça do Porto ou de qualquer outra procedencia, que fizessem escala por Pernambuco e pedissem carga de páo-brazil, fossem satisfeitos.

Em 1800 escrevia sobre o assumpto o dr. Francisco de Britto Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, no seu “Catalogo das ordens reais” (inedito):

“O commercio do páo-brazil, que tanto interessa ao patrimonio real, não poderá durar muitos annos, se não se tomar so-

bre este objecto justas medidas e efficazes providencias; sendo este paiz o que produz o mais precioso páo de quantos se tem descoberto em outras capitánias, é por isso mesmo que se devia zelar e defender a sua destruição e extincção.

“Sou filho desta capitania, e por conhecimento e experiencia propria, sei que as mattas que o têm em abundancia, onde principiam e onde acabam, porem, como sobre este objecto nunca houve o menor cuidado de evitar-se a destruição deste páo estimavel, está o negocio em termos de vir a faltar em poucos annos se S. Alteza não der as providencias que hei de lembrar ou outras que sua illuminada mente ditar.

“Desde a comarca das Alagôas até o Rio Grande do Norte, creou a natureza um cordão de mattas, que contém as preciosissimas madeiras desta capitania, páo-brazil, madeiras de construção e de toda a sorte excellentes: estas mattas que correm ao longo da costa e bastantemente compridas, não são muito largas, porque sendo diverso o clima do sertão, cujas terras são agrestes, não se estende por elle a matta virgem.

“Estas mattas, pois, que se estendem pela costa, por onde principiou a povoação do paiz, têm sido aquellas por onde têm se estabelecido os engenhos e toda a agricultura destas capitánias, por cuja razão o páo-brazil está hoje muito longe e ha muito pouco, o que se demonstra pelo preço que custa em 1726 o quintal embarcado, com o preço exorbitante que hoje (1800) custa, que é quasi que pelo dobro.

“A liberdade com que foram dadas as sesmarias, sem reserva das melhores terras de páo-brazil e madeiras de construção para as necessidades do Estado e augmento do seu patrimonio, faz com que hoje e sempre, tenham-se indistinctamente derribado estas mattas preciosas, pondo-se-lhes fogo, que faz não tornar a arvore, uma vez cortada, quando ella não sendo cortada no seu tronco, rebentava muitas arvores, que para o futuro podiam supprir com excesso o corte de sua mãe.

“Principalmente depois que neste paiz do meio deste seculo para cá se introduziu a cultura do algodão, que hoje constitue um riquissimo ramo de agricultura desta capitania, tem sido a epocha da total destruição das mattas, e consequentemente do páo-brazil e demais arvores, o qual está hoje tão longe e difficiloso, que já se não conduz em carros, porem em cavalgadas, pelas grôtas e ladeiras de onde se tira.

“Alem disto, é tambem prejudicial, e muito concorre para a destruição do páo-brazil, o pedirem-se somente tóros grossos, tirados os quaes de uma arvore, fica esperdiçada maior quantidade do que aquella que foi aproveitada, por não ter a grossura taxada, sendo o que fica, um pouco mais fino, tão precioso

so, ou mais, do que aquelle que se aproveitou da hastea mais sujeita á corrupção propria desta madeira, a que chamam brozio.

“Conclúo, portanto, que é de uma necessidade palpitante, mandar S. Alteza, tomar para a real coroa, e demarcar todas aquellas terras onde existe ainda hoje o resto do páo-brazil, para que nellas se não façam mais roçados, nem ponham fogo, para, deste modo, conservar-se o páo-brazil, com uma demarcação rasoavel, ainda compensando os proprietarios com outras terras, ou como S. Alteza determinar, e com as demais providencias proprias deste negocio, dando-se emfim aquella providencia que for mais acertada para aproveitar-se a mais galharda das arvores, ainda que sejam mais finos os tóros que produzirem.”

Emfim, Balthasar da Silva Lisboa, escrevia posteriormente, em 1823, no seu livro “Riqueza do Brazil em madeiras de construção e carpintaria”:

“O páo-brazil que, desde o descobrimento, foi um artigo de commercio de tal importancia, que deu o nome a este grande paiz, (*) se reduziu a monopolio do governo, por conta da

(*) “O nome do Brazil, escreve Capistrano de Abreu, tratando da sua vida historica pelos annos de 1511, já era bem conhecido, e figurava em portulanos anteriores ás descobertas dos portuguezes; havia um nome a procura de applicação, exactamente como de Antilha, e isto explicaria a rapidez com que se introduziu e vulgarisou, supplantando outras denominações, como Terra dos Papagaios, de Vera Cruz ou Santa Cruz, si a abundancia de uma apreciada madeira de tinturaria, até então recebida por via do Levante, e o commercio sobre ella fundado desde o começo, não collaborassem na propaganda, e talvez com melhor efficacia”.

Santa Rita Durão, no seu bellissimo poema *Caramurú*, escreve:

Terra de Santa Cruz tu sejas dita,
 Maduro fructo da Paixão na Igreja,
 Da fé renovô pelo fructo nobre,
 Que o dia nos mostrou, que te descobre.

.....

Terra, porém, depois chamou a gente
 Do Brazil, não da Cruz; porque attrahida
 D'outro lenho nas tintas ecellente,
 Se lembra menos do que o foi da vida;
 Assim ama o mortal o bem presente;
 Assim o nome esquece que o convida
 Aos interesses da futura gloria,
 Aos bens attentos só da transitoria.

corôa. A consequencia deste systema oppressivo e destruidor tem sido o não se fazerem plantações de taes arvores; estas são cortadas peios officiaes incumbidos do serviço real, onde quer que se achem, sem attenção ao tempo e crescimento; e sendo assim exportadas das costas, onde antes eram tão abundantes, agora são acarretadas de muitas leguas do interior para uso do governo, abaixo do seu natural valor.

“Os proprietarios dos terrenos em que se acham são expostos a muitos retardos e vexames, além de positivos damnos. Si se franqueasse este ramo de industria agricola, os particulares plantariam taes arvores em situações opportunas á exportação, e o governo ganharia, dando liberdade do commercio ao genero, impondo-lhe direitos racionaes. O actual systema faz o trabalho e o custo delle muito maiores do que seriam em livre cultura, e por fim ha de destruir o seu commercio”.

Em 1824, havia nos armazens do Recife, um grande deposito de páo-brazil, que o governo da Confederação do Equador respeitou, e em 1840, ainda se fazia oficialmente embarque de partidas do genero para a Inglaterra. E' esta a ultima noticia que encontrámos a respeito do precioso lenho, que se não está extincto de todo, pelo menos é rarissimo em nossas florestas.

PINZON

1501

Junho 21 — Executória em favor de Vicente Yanez Pinzon sobre certa quantidade de maravedis que adiantou em uma viagem ás Indias, passada na cidade de Granada — (“Registro do Sello da Côrte em Simancas”).

“Dom Fernando e Dona Izabel, etc. A todos os corregedores, Assistentes, Alcaides, Aguazis, Meirinhos e outras quaesquer Justiças de todas as Cidades e Villas e Lugares dos nossos Reinos e Senhorios e a cada um de vós em vossos Lugares e jurisdicções, saúde e graça: Sabei que Vicente Yanez Pinzon, visinho da Villa de Palos, nos fez relação, por sua petição que perante nós, em nosso Conselho, apresentou, dizendo que pode haver anno e meio pouco mais ou menos, que elle foi a descobrir terras para os lados das Indias, e para fazer a dita viagem elle diz que emprestou á gente que com elle ia, até a quantia de cem mil maravedis, e que a gente a quem emprestou os ditos cem mil maravedis não trouxe cousa alguma com que lhe podesse pagar os ditos cem mil maravedis, nem mesmo até

agora lh'os tem pago, nem por causa delles a tem querido constringer por ser gente necessitada, e á vista disto nos supplicou de outra vez para que lhe mandassemos dar nossa Carta de espera do que provinha d'aquella viagem, a qual não lhe foi dada, e que agora os seus credores lhe pedem o que lhes deve, e querem por força que elle cobre o que assim lhe devem; e nos supplicou e pediu por mercê que sobre isto o provessemos com justiça de remedio, mandando pagar-lhe o que assim emprestou á dita gente, ou como fosse a nossa mercê; e nós houvemol-o por bem, pelo que vos ordenamos que chameis com brevidade o supradito, e intimadas e ouvidas breve e summariamente as partes interessadas, não dando logar a delongas nem dilações de malicia, attendendo somente á verdade sabida, executeis com relação ao supradito, dando inteiro cumprimento á justiça; de maneira que nenhuma das partes receba agravo de que tenha razão de recorrer a nós, nem sobre elle enviar queixa, e que nada faças em contrario, etc.

Dada na cidade de Granada, aos vinte e um dias do mez de Junho do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e um annos. — Joannes, Episcopus Oventensis. — Joannes, Licenciatus. — Martius, Doctor. — Archidiaconus de Talavera. — Licenciatus Zapata. — Ferdinandus Tello, Licenciatus, — Licenciatus Mojica. — E eu Alonso del Marmol etc. — Alonso Perez.”

CABO DE SANTO AGOSTINHO — VESPUICIO

Agosto 28 — O “Cabo de Santa Maria da Consolação”, descoberto por Vicente Yanez Pinzon no anno anterior, recebe neste dia o nome de Santo Agosfinho, imposto pelos portuguezes.

Sabida em Lisbôa a noticia do casual descobrimento das novas terras do Brazil, pela frota commandada por Pedro Alvarés Cabral, que partira do porto daquella cidade com destino á India, vulgarizada por um navio que aquelle chefe destacou da sua frota afim de dar logo a el-rei D. Manoel, as boas novas de tão importante e inesperado acontecimento, tomou elle a resolução de aprestar uma esquadra para reconhecer particularmente a terra descoberta, de forma a ministrarlhe seguros dados sobre a sua extensão, importancia e outros particulares.

A frota destinada a esse fim compunha-se de tres caravelas, e partiu de Lisbôa no dia 14 de Maio deste anno, sob o commando de um chefe que — conjecturas mais admissiveis — indicam ser D. Nuno Manoel, mas assessoriado por Americo

Vespucio, marinheiro proecto e conhecedor dessas paragens americanas, pelas viagens que anteriormente fizera ao serviço de Castella; ou na phrase de um escriptor, — encarregado como homem instruido que era em cosmographia e muito entendido em astronomia, de descrever o paiz, e marcar as situações dos principaes logares; emfim ajudar o commandante da expedição com as suas luzes e grande experiencia, que tinha adquirido nas viagens que recentemente havia feito na parte septentrional da America, a qual tinha visitado por ordem do rei de Hespanha.

Em Cabo Verde encontraram os expedicionarios com a frota de Cabral, que regressava para Portugal, e naquella paragem fizeram rumo para o Brazil.

Descobrimdo terra no dia 16 de Agosto, um promontorio a que se impoz o nome de "S. Roque", partiu a frota desse ponto, costeando a terra, para o sul, e nessa derrota dobrou a 28 um cabo que recebeu a denominação de "Santo Agostinho", por ser o santo do dia; e assim o chefe de Kalendario na mão, na phrase de Varnhagen, foi successivamente baptizando as differentes paragens da costa, designando á posteridade o dia em que a ellas aportava.

A esse facto se refere Vespucio em uma de suas cartas dirigidas a Pedro Soderini, gonfaloneiro perpetuo da republica de Veneza, sobre as viagens que fizera ao novo continente por ordem do rei de Portugal, nestes termos, depois de relatar as occurrencias que se deram em sua passagem pelo Rio Grande do Norte:

"Sahindo desta passagem, seguimos a nossa navegação entre Leste e Sueste, que assim corre a costa, e fizemos varias escalas, mas não achamos gente com quem podessemos tratar; e assim navegamos tanto, até que vimos voltar a costa para Sudoeste; e como passámos um cabo, a que pozemos o nome de Santo Agostinho, principiámos a seguir a feição da terra. Está este cabo distante do logar em que vimos matar os dois christãos, cento e cincoenta leguas para o levante, em oito grãos além da Equinocial para o Sul".

No porto do denominádo Cabo de Santo Agostinho fundeiam os navios e se demoraram cinco dias, attrahidos os navegantes pela affabilidade que encontraram nos indigenas, tres dos quaes, expontaneamente os acompanharam; e assim partiu a expedição a 2 de Setembro, proseguindo a sua derrota para o Sul.

Com relação a Americo Vespucio, encontramos a seguinte noticia, publicada no "Jornal do Recife" de 25 de Agosto de

1898, que inserimos por liquidar um ponto controverso da vida do legendario navegante:

“Americo Vespuccio — O presidente da commissão das festas Toscanelli-Vespucci, o marquez Pietro Torrigiani, tinha encarregado o cavalheiro Mazzini de se dar a minuciosas pesquisas no intuito de encontrar a certidão de nascimento de Americo Vespuccio, afim de pôr termo ás numerosas duvidas que constantemente pairavam sobre esse facto.

“Após longas e penosas investigações, Mazzini, com o concurso de Prateri e Ceceoni, empregados da secretaria apostolica da cathedral de Florença, pôde chegar ao mais feliz successo, descobrindo no antigo registro da igreja de S. Giovanni, á pagina 92, o seguinte: “Lunedì di 18 Mars. 1452 Amegho et Matteo di Misseri Nástagio, di Messere Amerigho Veepucci populo. Sante Lucia Ognissanti”. (No dia 18 de Março de 1452, Matteo e Americo, da parte do sr. Nastagio, averbaram neste registro o nascimento de Americo Vespuccio, nesta parochia de Santa Lucia de todos os Santos)”.

Vespuccio falleceu na cidade de Sevilha a 22 de Fevereiro de 1512.

PINZON GOVERNADÔR DE PERNAMBUCO AO AMAZONAS

Setembro 5 — Carta-Patente dos reis de Hespanha, passada em Granada, conferindo a Vicente Yanez Pinzon o cargo de governador das terras que decobrira desde o cabo de “Santa Maria da Consolação” (Pernambuco) até o rio a que denominou “Mar Doce” (Amazonas) com todos os privilegios, direitos e isenções que lhe foram outorgados pelos soberanos, como consta do seguinte documento:

“D. Aniceto de la Higuera, do illustre Collegio dos Advogados, e da Sociedade Economica dos Amigos do Pais de Sevilha, secretario de sua magestade, ouvidor honorario de mar e guerra, e archivista do Archivo Geral das Indias nesta cidade.

Certifico: que em virtude da real ordem expedida em 22 de Janeiro de 1846, pela qual se mandou facilitar noticias historicas relativas á America, a M. Francisco Adolpho Varnhagen, addido então á legação do Brazil em Lisbôa, por sua indicação, folheei os livros de registro na secretaria do Perú, correspondentes ao anno de 1501, e ás fls. 36 encontrei a capitulação feita por el-rei e a rainha com Vicente Yanez Pinzon, a qual litteralmente assim diz:

E vai seguida desta Advertencia:

A copia a que me refiro corresponde litteralmente ao original. E para que conste, passo a presente em seis folhas de papel "del sello cuarto", rubricadas na margem.

Sevilha, 15 de Dezembro de 1857.

Aniceto de la Higuera"

"Capitulação de Vicente Yanez". — O rei e a rainha. — O assento que por nosso mandado se tomou com vós, Vicente Yanez Pinzon, sobre as ilhas e terra firme, que vós tendes descoberto, é o seguinte:

"Primeiramente que, porquanto vós, Vicente Yanez Pinzon, habitante da Villa de Palos, por nosso mandado, e nossa licença e faculdade, fostes á vossa custa e commissão com algumas pessoas, parentes e amigos vossos, em direcção das Indias, com quatro navios, onde com ajuda de Deus Nosso Senhor, e com a vossa industria, trabalho e diligencia descobristes certas ilhas e terra firme ás quaes pozestes os seguintes nomes: Santa Maria da Consolação, e Rosto Formoso, e donde seguistes pela costa que se corre no Noroeste até o Rio Grande que chamastes Santa Maria do Mar Doce, e pelo mesmo lado do Noroeste toda a terra de costa até o cabo de S. Vicente, que é a mesma terra que para as descobrir e achar expozestes as vossas pessoas a muitos riscos e perigos em nosso serviço, soffrestes muito trabalho e se vos accresceu muitas perdas e despesas; e tendo em attenção o dito serviço que nos prestastes, e esperamos que ainda nos prestareis daqui por diante, havemos por bem e queremos, que emquanto for nossa vontade e mercê, tenhaes e gozeis as que abaixo nesta capitulação serão declaradas e contidas; isto é, que em remuneração dos serviços, gastos e damnos que tivestes nessa dita viagem, vós, Vicente Yanez Pinzon, emquanto for nossa vontade e mercê, sejais nosso capitão e governador das ditas terras acima nomeadas, desde o dito cabo de Santa Maria da Consolação seguindo pela costa ao Noroeste até o dito rio que pozestes o nome de Santa Maria do Mar Doce com as ilhas que estão á bocca do dito rio, que se chama Marinha Rabalo" (?), o qual dito officio e cargo de capitão e governador podeis usar e exercer, usai e exercei por vós e por quem tiver vossos poderes com todas as prerogativas annexas e concernentes ao dito cargo, segundo aquelles que o occupam e podem e devem usal-os os outros nossos capitães e governadores das semelhantes ilhas e terras descobertas.

"Item, que é nossa mercê e vontade de que as couzas, interesses e proveitos que nas terras acima designadas,

rio e ilhas se houverem, se acharem e se adquirirem daqui por diante, tanto ouro como prata, cobre ou outro qualquer metal; perolas, pedras preciosas ou drogarias, especiarias, animaes, pescadas, aves, arvores, ervas e outras cousas de qualquer natureza ou qualidade que sejam, emquanto for nossa vontade, tenhaes a sexta parte do que de tudo isso nós tivermos: que se nós enviarmos a nossas costas e as ditas ilhas, terras, e rios por vós descobertos, alguns navios e gente que tirando-se primeiramente toda a despesa de armação e frete, do logar que houver, tenhamos e levemos nós a cinco sextas partes, e vós, Vicente Yanez a outra sexta parte; e se alguma ou algumas pessoas, com licença e mandado nosso forem ás ditas ilhas, terras e rios, do que taes pessoas nós tiverem de dar em razão das ditas licenças e viagens, tenhamos e levemos para nós a cinco sextas partes, vós Vicente Yanez, tereis a outra sexta parte.

“Item, que se vós Vicente Pinzon quizerdes ir dentro de um anno a contar do dia da data desta capitulação e assento com algum navio ou navios ás ditas ilhas, terras e rios, a resgatar e trazer qualquer cousa de interesse e proveito, pela mesma viagem que fizerdes, tirando primeiramente para vós as despezas que tiverdes feito nos fretes e armação da dita primeira viagem, que do interesse que ficar tenhamos e levemos nós a quinta parte, e vós, Vicente Yanez as quatro quintas partes, comtanto que não possaes trazer escravos nem escravas, não toqueis nas ilhas e terra firme que até hoje se tem descoberto ou se hão de descobrir por nosso mandado e licença nossa, nem as ilhas e terra firme do serenissimo rei de Portugal, principe e nosso muito caro e amado filho, nem proveito algum, salvo mantimento para a gente que levardes, com o vosso dinheiro, e passando o dito anno não possaes gozar, nem gozeis do conteúdo nesta dita capitulação.

“Item, para que saiba o que tiverdes na dita viagem e nella não se possa fazer fraude ou engano algum, nós poremos em cada um dos ditos navios uma ou duas pessoas que em nosso nome e mandado nosso, estejam presentes a tudo o que se adquirir e resgatar-se nos ditos navios das cousas sobreditas, tomem nota e façam um livro para que tenham de tudo conta e razão, e o que adquirir-se e resgatar-se em algum navio, ponha-se e guarde-se em arcas fechadas, e cada uma tenha duas chaves para que a tal pessoa ou pessoas que por nosso mandado estejam em tal navio tenha uma chave, e vós, Vicente Yanez, ou quem vós nomeardes, outra, de sorte a se evitar fraude ou qualquer engano.

“Item, que vós Vicente Yanez nem outra qualquer pessoa

ou pessoas dos ditos navios ou companhia delles, não possam resgatar, nem contractar, nem ter cousa alguma das sobreditas, sem estar presente a isso a dita pessoa ou pessoas que, por nosso mandado forem em cada um dos ditos navios.

“Item, que a tal pessoa ou pessoas que em cada um dos ditos navios forem, por nosso mandado, ganhem parte como as outras pessoas que no dito navio forem.

“Item, que tudo acima dito, que se possuir e resgatar-se de qualquer maneira sem dissimulação nem falta, na cidade e porto de Sevilha e Cadiz se apresente ante o nosso official que alli residir, para que nesses mesmos logares se tome a parte que nos couber, e que pela dita parte que a vós couber, não pagueis nem sejaes obrigado a pagar da primeira venda, nem impostos, nem alfandega, nem almoxarifado, nem nenhum outro direito.

“Item, que antes que comeceis a dita viagem, vos apresenteis na cidade de Sevilha ou Cadiz, a Gonçalo Gomes de Servantes, nosso corregedor de Gerez, e Chimento de Briviesca, nosso official, com os navios e gente com que tiverdes de fazer a dita viagem para que elles vejam e façam a relação disso em nossos livros e façam as outras necessarias diligencias.

“Para o que, constituimos nosso capitão dos ditos navios e gentes que nelles forem, a vós, Vicente Yanez Pinzon, e vos investimos do nosso poder e completa jurisdicção civil e criminal, com todas as suas incidencias, dependencias e cousas annexas, e mandamos ás pessoas que nos ditos navios forem, que por seu capitão vos obedeçam em tudo e por tudo, e vos consintam usar da dita jurisdicção comtanto que não possaes matar pessoa alguma nem cortar nenhuma parte de seus membros.

“Item, que para segurança vossa, Vicente Yanez Pinzon, e das outras pessoas, que forem nos ditos navios, fareis e cumprireis, e será cumprido e guardado todo o conteúdo nesta capitulação e cada objecto e partes da mesma; e antes que comeceis a dita viagem, presteis fiança idonea e abonada a contento do dito Gonçalo Gomes de Servantes ou seu logar-tenente.

“Item, que vós, Vicente Yanez, e as outras pessoas que forem nos navios, façaes e cumpraes todo o conteúdo nesta capitulação e cada um dos seus objectos e partes, sob pena se alguém o contrario fizer, por isso tenha perdido e perca tudo o que se resgatar e adquirir-se, todo o interesse e proveito que da dita viagem lhe poderia caber, o que desde logo applicamos á nossa camara e fisco, e o culpado ficará á nossa mercê.

“Tudo o que está declarado, em cada objeto e suas partes, e o que for feito por vós em ditas diligencias, promette-

mos a vós, Vicente Yanez Pinzon, de as mandar guardar e cumprir, e que nisto, nem em cousa alguma ou partes desta, se vos porá impedimento algum; em firmeza do que, vos mandamos passar a presente, firmada com os nossos nomes.

“Feita em Granada a 5 de Setembro de 1501.

Eu el Rei

Eu a Rainha

Por mandado del-Rei e da Rainha

Gaspar de Gricio.

Esse documento, segundo o proprio texto em hespanhol foi publicado pela primeira vez no tomo XXII da Rev. do Inst. Hist. Braz.; depois na obra “L'Oyapoc y l'Amazone”, por Joaquim Caetano da Silva, e emfim, na “Colleccion completa de los tratados...” por Carlos Calvo, tomo I, pag. 38.

Além dos favores ou graças communs conferidos a Pinzon, para levar a effeito a colonisação das terras do Brazil, permittiram mais os reis de Hespanha, não somente a elle, como tambem a seus sobrinho Arias Perez e Diogo Hernandez, a mercê de carregarem quatro mil alqueires de trigo para onde quizessem, “comtanto que não fosse para terra de mouros ou de inimigos”.

Esses despachos conferidos a Pinzon, induzem a crer na phrase de Navarrete, quando diz que a missão que lhe fôra confiada tinha por fim prevenir os designios dos portuguezes no Brazil.

Pinzon teve como que a confirmação regia daquella graça no decreto conferindo a d. frei Nicoláu Ovando, commendador mór de Lares, o cargo de governador geral das ilhas e terra firme das Indias, no mar Oceano, tendo por sêde do seu governo a Ilha Hespanhola, em cujo diploma reservou el-rei D. Fernando as ilhas (o Brazil era então reputado uma grande ilha) — “que tem governação Alonso de Hojeda e Vicente Yanez Pinzon por outras cartas concedidas”.

Tratava, portanto, o governo hespanhól da colonisação das terras descobertas no novo continente, e confiando as do Brazil ao genio apprehendedor de Pinzon, preparou-se elle para semelhante fim, como se vê dos citados documentos, e particularmente da concessão regia de 15 de Outubro, em acatamento aos bons e leaes serviços prestados nas suas viagens às Indias e a outras partes, e em remuneração delles, e das perdas

e damnos, causados em sua fazenda, nessas viagens, “e para ajuda da que agora ia fazer em serviço regio”; — cujo documento Navarrete consigna em sua integra, segundo o proprio texto original, na pag. 102 do tomo III da sua obra.

Essa projectada viagem de Pinzon, e bem como a povoação dos hespanhóes no Brazil, não se realisaram, acaso por protestos e reclamações do governo portuguez, fundado nas disposições do Tratado de Tordesillas, conseguindo afinal manter-se na posse do nosso continente, uma vez que ficava dentro dos limites reservados á corôa portugueza.

RIO DE SÃO FRANCISCO

Outubro 4 — Continuando a esquadilha portugueza de exploração e reconhecimento das costas do Brazil, a navegar no mesmo rumo do Sul, passa pela embocadura de um grande e caudaloso rio, ao qual deu o nome de “S. Francisco”, santo do dia, como resa o kalendario.

Era este o rio “Opara”, como geralmente se diz, que o chamavam os tapuyos que habitavam suas margens, o que quer dizer, accrescenta-se, “grande agua”, e que por extensão se póde traduzir por “grande rio” ou “rio grande”, e em cujo delta, como consta de documentôs authenticos, convenientemente vulgarisados, os bretões e os normandos traficavam já com os selvagens, antes mesmo dos descobrimentos de Pinzon, Alvares Cabral e Vespuccio, e de onde conduziam elles os seus carregamentos de generos do paiz, nos quaes figurava, principalmente, o páo-brazil, ou “ibirapitanga” (páo vermelho) como chamavam os nossos indios.

Constituindo o S. Francisco, o limite sul das terras de Pernambuco, doadas a Duarte Coelho em 1534, quando o governo portuguez resolveu colonisar o Brazil, e de todo lhe pertencendo, bem como todas as suas ilhas, segundo os diplomas regios de doação e foral da capitania, e empossado das suas terras, fez o donatario algumas tentativas de exploração do São Francisco, subindo mesmo rio acima até certa distancia.

Emprehendendo depois o donatario uma viagem á metro-pole, empenhara-se com alguns capitalistas para se incumbirem da empreza da exploração e conquista do rio, e cujos empenhos ainda redobrára em uma outra viagem, mas infructiferamente, — porque a côrte lhe recusára os titulos e honras que elle pedia como recompensas da sua empreza.

A exploração do S. Francisco era então aguçada pelas romanescas legendas das suas fabulosas riquezas, principalmente nas suas nascenças, que, diziam, vinham de um famoso

lago, onde estava situada a imaginaria cidade de Manoach, um outro El-Dorado, abundante de pedrarias e metaes preciosos, e de cujos indios, dizia-se mesmo, que se ataviavam com algumas peças de ouro.

Vem talvez, de algumas dessas expedições exploradoras do interior do paiz, e em busca de jazidas de metaes preciosos, tão insistentemente recommendadas pela corôa, que subindo Paulo Affonso o S. Francisco, descobriu essa tão bella e decantada cachoeira, que por tal motivo recebeu a imposição do seu nome.

Se de semelhantes expedições, destinadas, como pondera Oliveira Lima, mais que tudo, a inquirir do valor real da grande doação regia, resultasse a descoberta de minas, tanto melhor: Duarte Coelho as não desdenharia, seguramente. O que elle fugia era trocar o certo pelo incerto, desorganizando, como os outros, o desenvolvimento regular da terra, e malbaratando o dinheiro em successivas explorações aventureosas.

Interessando-se por sua vez o governo da metropole com o assumpto, ordenou no Regimento dado a Thomé de Souza, primeiro governador geral nomeado para o Brazil, em 17 de Dezembro de 1548, — que sendo de muita conveniencia descobrir-se as terras do sertão, a este intento mandasse alguns bergantins e soldados pelo rio S. Francisco e outros, com linguas e praticos, pondo-se marcos, tomando-se posse das terras que se descobrissem, e que de tudo que fosse digno de nota, escrevesse ao rei.

Sucedendo a Duarte Coelho na donataria de Pernambuco, seu filho, Duarte Coelho de Albuquerque, tratou no reino desta conquista, e regressando á sua capitania com taes empenhos, unido a seu irmão Jorge de Albuquerque, em 1560 emprehende a exploração e conquista do rio S. Francisco, e nesta jornada restaura algumas pequenas povoações situadas á sua margem, em cujo numero figura a do Penedo; e concurrentemente, com uma campanha de conquista dos indios Cahetés, se consumiram cinco longos annos, em cujas lutas percorreu o exercito pernambucano as planicies, as montanhas e os desertos da nossa zona sertaneja, desde os seus limites ao sul, pelo rio S. Francisco acima, até o extremo norte, exterminando-se, por assim dizer, a valente tribu daquelles indios.

Como fructos beneficos de tão prolongada e penosa campanha, e graças á submissão dos indios, resultou, na phrase de um historiador coevo, Fr. Vicente do Salvador, alargarem-se os brancos, e viverem em suas granjas descançadamente.

Sobre o nome "Opara", como geralmente apparece, dado ao S. Francisco pelos indios, ao juizo de alguns chronistas, es-

creve o seguinte, Theodoro Sampaio, com a sua reconhecida competencia:

“Diziam aquelles chronistas que o rio S. Francisco, entre os indios se chamava “Opara”, e nisto erraram, ou erraram os copistas de seus manuscritos. Entre os “tupis” que dominavam o baixo S. Francisco, o nome indigena seria — “pará” — que de facto, quer dizer — “rio, mar” ou rio tão grande como este.

“Adotando a primitiva denominação “tupi”, o colono, em tratando do rio, aliás já conhecido por “S. Francisco”, chamava-o “o pará”, o que valia dizer — “o rio”. Os copistas fizeram daquelle tratamento hybrido o vocabulo “Opara” que não tem razão de ser”.

NOVA VIAGEM DE PINZON

Em fins deste anno de 1501 ou começos do immediato, parte da Hespanha uma nova frota capitaneada por Vicente Yanez Pinzon, com destino á America, e — “com o fim de assenhorear-se do novo continente que descobrira elle, e prevenir as usurpações de outras potencias”, — acaso por disposições já conhecidas pelo governo hespanhol de tendencias á posse e conquista dessas terras.

As datas precisas da partida e regresso dessa expedição, e pormenores particulares a respeito, são pontos completamente ignorados á falta de elementos precisos. Conjecturamos, porém, que partiu naquelle fixado periodo, em face de um acto regio, expedido em 15 de Outubro de 1501, pelo qual foi permittido a Pinzon exportar certa quantidade de trigo — “para ajuda da viagem que agora havia de tornar a fazer em serviço regio”; — e segundo dados positivos, que percorreu elle “toda a costa do Brazil, desde pouco antes do Maranhão” (as embocaduras do rio Amazonas) “até o cabo de Santo Agostinho em Pernambuco”, onde, naturalmente, desembarcou.

EXPEDIÇÃO DE GONÇALO COELHO Á ILHA DE FERNANDO DE NORONHA

1503

Junho 10 — Parte de Lisbôa uma expedição naval composta de seis caravellas, sob o commando em chefe do capitão Gonçalo Coelho, uma das quaes era commandada por Americo Vespuccio, com o fim — de explorar mais de espaço a costa do Brazil, suas correntes, monções, portos, e a qualidade da terra

e da gente, como ordenára el-rei D. Manoel, segundo refere Simão de Vasconcellos.

Depois de dois mezes exactos de viagem, em 10 de Agosto, perde-se a não capitanea da frota em um parçel situado nas proximidades de uma ilha desconhecida, a qual, segundo o juizo da pluralidade dos nossos escriptores, é a ilha de Fernando de Noronha.

O proprio Americo Vespuccio, na sua carta dirigida a Pedro Soderini, Gonfaloneiro de Veneza, escripta de Lisbõa em 4 de Setembro de 1504, diz o seguinte, que é bastante para ver-se que se trata da ilha de Fernando de Noronha:

“E partindo daqui (altura da Serra Leõa) pelo sudoeste, quando tinhamos andado bem trezentas leguas pela immensidade deste mar, estando já além da linha equinocial, tres grãos para o sul, se descobriu uma terra, de que então podiamos estar 22 leguas, o que nos serviu de maravilha; achando que era uma ilha no meio do mar, extremamente alta, e notavel por não ter mais de duas leguas de comprido e uma de largo, e nunca foi habitada por gente alguma. O capitão mór me mandou com a gente da minha não áquella ilha em procura de algum surgidouro onde podessemos ancorar todos os navios... E achei nella um bello porto, onde, seguramente podiamos ancorar todas as náos... Esta ilha é deshabitada, tem muitas aguas doces e correntes, infinitas arvores, e innumeraveis aves terrestres e maritimas, tão simples que se deixavam apanhar á mão, e assim caçámos tantas que carregámos um batel dellas; não vimos outro animal senão ratos muito grandes, lagartos com duas caudas e algumas serpentes”.

Receberia esta ilha, então, o nome de S. João, em honra do principe real, depois D. João III, quando subiu ao throno, ou foi imposto uns dois mezes antes, “pelo S. João”, como pensa Varnhagen, — pelo individuo (Fernão de Noronha), que depois a recebeu em doação, e era, acaso, algum dos especuladores, que depois do descobrimento do Brazil entraram a vir em procura do novo pão de tinturaria?

O que não resta duvida, por constar de documento authenticico, é que, quando no anno seguinte, se fez a doação da ilha em questão, ao cavalheiro Fernam de Noronha, já se tinha dado o facto do seu descobrimento, e tinha o nome de S. João, nada constando de positivo, porém, sobre esse objecto.

Gonçalo Coelho, nesta sua viagem de exploração da costa do Brazil, como refere Simão de Vasconcellos, — “andou por ella muitos mezes: descobriu diversidade de portos, rios e enseadas; em muitas destas partes sahiu em terra, e tomou informações da gente dellas, mettendo marcos das armas del-rei

seu senhor, e tomando posse por elle. Porém pela pouca noticia que até então se tinha da corrente das aguas e curso dos ventos destas paragens, padeceu graves infortunios na especulação desta costa, e veio a recolher-se a Lisbôa com menos de dois navios, entregando a el-rei as informações do que achára”.

A ILHA DE FERNANDO DE NORONHA

1504

Janeiro 16 — Carta de el-rei D. Manoel promettendo a Fernam de Noronha, cavalheiro da sua casa, fazer-lhe doação da ilha de S. João, quando tivesse de ser povoada, como se vê do proprio texto da carta, nestes termos:

“D. Manoel, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné e da conquista, navegação e commercio da Etiopia, Persia e da India. — A quantos esta nossa carta virem, fazemos saber, que havendo nós respeito dos serviços que Fernam de Loronha, cavalheiro de nossa casa, nos tem feito, e esperamos ao diante delle receber, e querendo-lhe por isso fazer graça e mercê, temos por bem e nos praz que vindo-se a povoar em algum tempo a nossa ilha de Sam Joan que elle ora novamente achou e descobriu cincoenta leguas alamar de nossa terra de Santa Cruz, lhe darmos e fazemos mercê da capitania della em vida sua e de um filho seu, varão lidimo mais velho que delle ficar ao tempo de seu fallecimento, e quando isto assim fôr, lhe mandaremos fazer sua carta em fórma em a qual lhe daremos os direitos e jurisdicção que com a dita capitania ha de ter, segundo nos então bem parecer. E por firmeza delle e de sua guarda, lhe mandamos dar esta carta, por nós assignada e sellada do nosso sello pendente, a qual promettemos de se lhe cumprir e guardar inteiramente como nella se contém porquanto assim é nossa mercê.

Dada em a nossa cidade de Lisbôa a 16 do mez de Janeiro. Francisco de Mattos a fez. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1504.

El-Rey

Janeiro 24 — El-rei D. Manoel, apezar de na carta que vimos de transcrever, declarar que a doação feita a Fernam de Loronha, só teria logar quando a ilha se povoasse, resolveu o contrario poucos dias depois, e lavra nesta data uma carta de doação immediata, concebida nestes termos:

“Dom Manoel, & — A quantos esta nossa carta virem, fazemos saber, que havendo nós respeito aos serviços que Fernam de Loronha, cavalheiro de nossa casa, nos tem feito e esperamos d'elle ao diante receber, e querendo-lhe fazer graça e mercê, temos por bem e lhe fazemos doação e mercê daqui em diante para em todos os dias de sua vida e de um seu filho, varão legitimo mais velho que d'elle ficar ao tempo de seu falecimento, da nossa ilha de Sam Joan que elle ora novamente descobriu, cincoenta leguas ao mar da nossa terra de Santa Cruz que lhe temos arrendada, a qual ilha lhe damos, assim para nella lançar gado e romper e aproveitar, segundo mais lhe aprouver, com tal entendimento e declaração que todo o proveito que na dita ilha houver, assim agora como ao diante, por qualquer modo e maneira que seja, tirando especiaria, drogaria e cousas de tintas que para nós reservamos, e de tudo o mais nos dará e pagará, e assim o dito seu filho o quarto e dizimo sómente, sem mais outro nenhum direito. E porém mandamos aos vereadores de nossa fazenda, officiaes de nossa casa de Guiné e India, que ora são, e ao diante forem, e a quaesquer outros nossos officiaes e juizes e justiças a que esta nossa fôr mostrada e o conhecimento della pertencer, que inteiramente lhe cumpram e guardem e façam cumprir e guardar, sem que nisso em tempo algum que seja a elle Fernam de Loronha nem ao dito seu filho em suas vidas, ser a elle posto duvida nem outro embargo algum porque assim é nossa mercê, e para firmeza della lhe mandamos dar esta, por nós assignada e sellada do nosso sello pendiente.

Dada em a nossa cidade de Lisbôa a 24 dias do mez de Janeiro. Francisco de Mattos a fez. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1504.

El-Rey.

E' este o primeiro documento de doação de terras no Brazil, feita pelos reis de Portugal, cuja divisão em capitánias hereditarias teve lugar muitos annos depois.

Fernando de Noronha tinha nesse tempo, por arrendamento, o trato ou trafico da terra descoberta, como reflexiona Mello Moraes, em face da phrase contida na carta transcripta — “que lhe temos arrendada”, — depois de referir-se ao continente, a “Terra de Santa Cruz”, primitivo nome do Brazil.

Fernando de Noronha ou o “Fernam de Loronha” da mencionada carta de doação da ilha de S. João, assim chamada, talvez, por encontral-a no dia daquelle santo, a 24 de Junho de 1503, em uma viagem que então empreendeu por conta propria, teve em 1522 confirmação daquelle doação, e depois os

seus successores, em 1559 e 1693, sendo esta o ultimo documento que se encontra com referencia aos direitos dos donatarios da ilha de São João, depois denominada de "Fernando de Noronha", do nome do seu descobridor e primeiro donatario.

Apezar da mensão official de "Ilha de S. João" nas cartas da sua doação e confirmações, comtudo, observa-se em outros documentos coevos, a de "Fernão de Loronha", como um nome indicativo do seu descobridor ou donatario, naturalmente devido á ignorancia da sua denominação propria, official; e é assim nomeadamente, que vem no "Diario da armada de Martim Affonso de Souza", de 1530: "A Ilha de Fernão de Loronha" me demorava ao sudoeste e a quarta d'oeste", pela primeira vez, e consoantemente, por outras vezes mais, assim mencionada.

O primeiro donatario e seus successores, como observa Varnhagen, apenas se limitaram ao goso de se chamarem donos da ilha, pois que nada fizeram, contentando-se de tirar a confirmação em cada novo reinado. Não consta que mandassem colonos, nem invertessem nella cabedades; porquanto, annos depois, ainda estava deserta, e dahi a um seculo, a encontraram tambem despovoada alguns viajantes.

Fernando de Noronha apparece em 1511 como socio dos armadores Bartholomeu Marchioni, Benedicto Morelli e Francisco Martins, contractadores ou arrendatarios da exploração do páo-brazil, na viagem feita naquelle anno pela "Náo Bretôa", que partindo do porto de Lisbôa sob o commando do capitão Christovão Paes, passou na sua derrota na altura de Pernambuco — á vista do rio de São Francisco, terra do Brazil, — e seguindo para o sul, regressou com um grande carregamento de generos do paiz, em que figuravam cinco mil tóros de páo-brazil. De par com alguns animaes e passaros vivos, levou tambem o navio trinta e tantos indios, reduzidos á escravidão.

Os Loronhas, como escreve o Visconde de Sanches de Baena, no seu "Archivo heraldico genealogico", eram fidalgos antigos, que passaram á Inglaterra, e onde viveu Martim Affonso de Loronha até o anno de 1440, em que se restituiu a Portugal.

Vem dahi a mercê da carta de brazão que o rei de Inglaterra conferiu a Fernão de Loronha, dando-lhe uma meia rosa das suas; e requerendo elle a el-rei D. Manoel, que lhe permitisse usar da referida carta, não lh'o permittiu o soberano, mas houve por bem dar-lhe uma nova carta de brazão, o qual era ornado com a dita meia rosa, carta esta que foi confirmada em 1524, por D. João III, que lhe deu ainda o fôro de fidalgo

de cota de armas. Emfim, teve elle uma nova mercê de escudo de armas, em 1532, com todas as honras e privilegios de fidalgo, "pelos muitos serviços que prestou a el-rei D. Manoel" segundo o respectivo diploma.

Fernando de Noronha não existia mais em 1559, quando foi confirmada por D. Sebastião a doação da ilha de S. João, em favor de um neto seu, de igual nome.

A doação regia conferida a Fernando de Noronha é restricta á ilha de S. João, que elle descobrira, e que, por assim dizer, logo contemporaneamente, tomou o seu proprio nome, salvando as outras que constituem o archipelago de Fernando de Noronha, do qual a mais notavel é a "Ilha Rata".

FUNDAÇÃO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE LISBÔA

1505

Janeiro 29 — Fallece em Lisbôa Fr. Miguel de Contreiras, o instituidor da Santa Casa de Misericordia, cuja morte foi sentida como uma calamidade publica. Nasceu elle na Hespanha a 29 de Setembro de 1431, na cidade de Valencia, segundo alguns escriptores, ou na de Segovia, segundo outros. De nascimento illustre, descendente da nobre e antiga casa dos Contreiras, preferiu a obscura vida monastica ás grandezas a que tinha jus pelo seu nascimento, conquistando porém, em posição tão humilde, um nome venerando e respeitavel, ainda hoje lembrado, pela fama das suas virtudes, e por todos esses monumentos consagrados á caridade, que se levantam em todo o Brazil e Portugal, e que se denominam — "Santa Casa de Misericordia".

Esta bella instituição, prende-se, entre outras de igual natureza, á "Ordem de Nossa Senhora da Misericordia", fundada na Hespanha, no seculo XIII, por S. Pedro Nolasco, com o fim de resgatar os christãos prisioneiros dos infieis, e á "Ordem dos Penitentes da Misericordia", fundada no seculo XV, cuja missão era prestar socorros espirituaes aos condemnados á pena capital; mas, nada disso tira á nossa instituição da Misericordia, o seu character genuinamente portuguez.

Em 1481 chega a Portugal Fr. Miguel de Contreiras, revestido de sua dignidade de religioso da Ordem da Santissima Trindade, e foi residir no convento do seu instituto, em Lisbôa. Já conhecido no reino, pela fama das suas virtudes, Fr. Miguel não desmereceu da justa reputação que o seu nome havia conquistado, e em pouco tempo, o qualificativo de "Apostolo,"

que lhe foi conferido, traduzia todo o seu zelo e virtudes. As viúvas, as donzellas, os enfermos e os orphãos, encontraram então nelle o remedio para todos os seus males e desventuras, com que a pobreza e a miseria os cercavam.

Pobre tambem como elles, Fr. Miguel começou a esmolar pelas ruas e casas particulares, para o amparo de tantos infelizes, e subiu até aos paços reais, onde encontrou na virtuosa rainha D. Leonor, mulher de D. João II, a maior protecção, e recebendo de todos em geral, o obulo necessario para a manutenção da sua grandiosa obra de caridade.

Fr. Miguel emprehende então a fundação de um hospital, e obtendo da camara do senado de Lisbôa, um predio de sua propriedade, junto a Santo Antonio da Sé, fez as necessarias accommodações e installou os seus enfermos, aos quaes, nada faltou, graças ao zelo com que promovia a manutenção da casa.

Progredindo a instituição, e não podendo Fr. Miguel por si só, a tudo attender, organizou as bases de uma confraria religiosa, e em 1498 installa a Santa Casa de Misericordia de Lisbôa, sob os auspicios da rainha d. Leonor, modelando a instituição, em parte, sob os principios de uma congenera que existia em Florença em 1350.

Em 29 de Setembro de 1498, decretou el-rei d. Manoel, um Compromisso para a Santa Casa, e por carta regia de 14 de Março do anno seguinte, recommendou a instituição a todas as cidades e villas da monarchia, — “como uma confraria benemerita, destinada a cumprir as obras de misericordia, especialmente sobre os presos pobres e desamparados, e assim em muitas obras piedosas”.

Frei Miguel de Contreiras foi o primeiro provedor da Misericordia de Lisbôa, e obteve do governo a criação de outras em differentes localidades, conseguindo ao mesmo tempo, a decretação de rendas e privilegios diversos. Foi dest'arte que elle fundou o hospital das Caldas da Rainha e o magnifico templo da Misericordia, em Lisbôa, que desapareceu com o terremoto de 1755, e por sua iniciativa foi que se concluiu a grandiosa fabrica do Hospital do Rocio, na mesma cidade.

Com o fallecimento de Fr. Miguel, foi resolvido, que em homenagem á sua memoria, figurasse o seu retrato nas bandeiras da Misericordia, e depois, em 1570, que se pintasse elle com o habito de sua ordem, tendo em baixo as letras: F. M. I., significando — “Frei Miguel Instituidor”, — pratica esta que foi ampliada a todas as casas do reino e suas conquistas, por um alvará de Felipe III, de 26 de Abril de 1627.

Forte pela protecção real, animada por immensos favores

outorgados por leis, rica por um sem numero de legados e doações, acompanhando a benemerita instituição a espada conquistadora dos portuguezes, por todas as partes do mundo, já em 1540 se erguia no Brazil o primeiro estabelecimento de Misericórdia, na florescente villa de Olinda, capital da nascente colonia de Pernambuco, em 1543 funda-se o de Santos, e depois os do Espirito Santo, Ilhéos, Bahia e tantos outros que têm atravessado seculos, attestando as grandezas e benemerencias dos seus fins.

O autor das "Noticias do Brazil", de 1584, referindo-se a tão importante assumpto, menciona que em todas as capitánias havia Casas de Misericórdia que serviam de hospitaes, edificadas e sustentadas pelos moradores da terra, com muita devoção, em que se davam muitas esmolos, e se casavam muitos orphãos, curavam-se os enfermos, e faziam-se outras obras pias, conforme o seu intuito e possibilidade, andando o seu regimento nos principaes da terra.

Felippe III toma a instituição sob a sua protecção real, por alvará de 6 de Dezembro de 1603, estende esse seu compromisso a todos os seus successores, o que foi consignado nas "Ordenações do Reino" e sancionado por diversas leis posteriores; e como tal, foram as suas igrejas isentas da jurisdicção do ordinario pelo Concilio de Trento, pelas mesmas ordenações e pela Constituição do arcebispado da Bahia.

De muitos outros privilegios, prerogativas e isenções goza a instituição, por especiaes diplomas ou disposições legislativas, cujos actos, mencionados, em sua integra, no "Relatorio da Junta Administrativa da Santa Casa de Misericórdia do Recife", apresentado em 1 de Julho de 1878, e outorgados em favor da Misericórdia de Lisboa, tornaram-se extensivos ás casas do Brazil, por disposições especiaes, das quaes particularmente conhecemos as conferidas em favor das extinctas Misericórdias de Olinda e Itamaracá.

Regiam-se pelo Compromisso da casa de Lisboa, desde tempos immemoriaes, mas pelo alvará de 18 de Outubro de 1808, foi positivamente determinado, — que todas as casas de Misericórdia de Portugal e seus dominios, se regulassem pelo Compromisso da de Lisboa, approvado por alvará de 16 de Maio de 1618, — pelo qual, ainda se rege a casa de Gayanna.

Prescreve esse compromisso que a irmandade constará de 620 irmãos, sendo 300 nobres, 300 officiaes e 20 letrados; que o provedor deve ser sempre um homem fidalgo, de autoridade, prudencia, virtude, reputação e maior de 40 annos de idade, e que o escrivão deve ter no minimo, 35 annos, ser no-

bre e de tal prudencia, virtude e condição "que possa dar expedição aos negocios com certeza e facilidade".

Em Pernambuco erigiram-se cinco casas de misericórdia, em Olinda, Itamaracá, Goyanna, Iguarassú e no Recife, das quaes, apenas existem as do Recife e Goyanna, si bem que esta ultima se encontre em condições muito precarias. A respeito de cada uma trataremos particularmente na epocha das suas respectivas fundações.

BULA SÔBRE O TRATADO DE TORDESILHAS

1506

Janeiro 24 — Bulla "Eaque pro bono pacis", expedida pelo papa Julio II, approvando o Tratado de Tordesillas, de 7 de Junho de 1494, que estabeleceu os limites entre as corôas de Portugal e Hespanha nas suas descobertas no novo continente americano, cabendo a Portugal todas as terras descobertas e por descobrir até o meridiano da demarcação, fixado a 370 leguas ao occidente da ilha de Santo Antão, do archipelago do Cabo Verde, e á Hespanha as terras que ficassem daquelle meridiano igualmente para o occidente.

Esta bulla, cuja integra se encontra na obra "Provas da historia da casa real portugueza", escripta por D. Antonio Caetano de Souza, (tomo II, p. 106, n. 22) não poz termo ás pretensões dos hespanhóes sobre a posse do continente brasileiro, em virtude da prioridade do seu descobrimento por Alonso de Hojeda e Vicente Yanez Pinzon, desde Pernambuco até o Amazonas, porquanto continuaram ainda por algum tempo no reconhecimento e posse de todo o paiz, até que ambas as corôas chegaram a um accordo, como se vê de uma carta de Alvaro Mendes de Vasconcellos, embaixador de Portugal na Hespanha, dirigida a el-rei D. João III, em 6 de Março de 1629 — dando-lhe parte do que alcançara do imperador D. Carlos, a rogos da imperatriz, a respeito da pena que deviam ter os que passassem a linha de demarcação, — como refere o visconde de Santarem.

VIAGEM DE TRISTÃO DA CUNHA

Neste anno, como refere Abreu e Lima, Tristão da Cunha, de viagem para a India, fez rumo para o Cabo de Santo Agostinho, costeou a terra de Pernambuco, e tão proximo a ella,

que descobriu ou reconheceu o rio S. Sebastião, o qual, por se lhe não determinar a latitude e nem conservar o nome, é hoje desconhecido.

OUTRA VIAGEM DE PINZON — JOÃO DIAS DE SOLIS

1508

Junho 29 — Larga do porto de Sanlucas, na Hespanha, uma expedição composta de duas caravellas, sob o commando dos celebres navegantes Vicente Yanez Pinzon e João Dias de Solis.

Esta expedição foi resolvida por el-rei Fernando II, ouvindo a respeito, não sómente áquelles dous navegantes como ainda a Juan de la Cosa e Americo Vespuccio, em vista das vantagens resultantes do proseguimento das descobertas da terra firme de Paria para o Norte, até o Brazil, actuando principalmente a idéa de encontrar-se alguma paragem que dêsse comunicação para as Indias e facilitasse o commercio das suas especiarias.

A Pinzon e a Solis foram dadas umas instrucções, que prescreviam, entre outros objectos, que os expedicionarios não se demorassem em parte alguma, apenas reconhecessem os portos e o paiz, afim de deliberar-se depois sobre os meios de povoá-lo.

O rumo a seguir devia ser indicado por Solis, a quem isso cumpria, mas consultando a Pinzon e os melhores pilotos da expedição, em cujo numero figurava o provector marinho Pedro de Ledesma, de Sevilha, que partira como auxiliar daquelles chefes.

Solis, enfim, pelas prerogativas conferidas nessas instrucções, tinha o commando em chefe da expedição; mas em terra era Pinzon o chefe, acaso de conformidade com a sua patente de capitão e governador das terras do Brazil, desde o Amazonas até Pernambuco, tendo por limite Sul o Cabo de Santo Agostinho, cujo territorio descobrira elle; sendo comtudo, vedado tocarem em terra firme ou ilha que pertencesse á corôa portugueza.

Partindo a expedição em demanda do Brazil, reconhece as ilhas do Cabo Verde, dobra o Cabo de Santo Agostinho e costeando terra abaixo ao rumo Sul da costa continental, chega até quasi 40 grãos, e apesar das prohibições que tinham os seus chefes, desembarcam em muitos portos e enseadas, levantam cruzeiros e tomam posse dessas terras em nome da corôa da Hes-

panha, em desrespeito á já liquidada questão do seu dominio em favor de Portugal.

E' provavel que saltassem no Cabo de Santo Agostinho, como uma recordação da primeira terra descoberta pelos hespanhões na America do Sul.

OS DESCOBRIMENTOS DE PINZON

1513

Março 21 — Vicente Yanez Pinzon presta o seu depoimento em um inquerito judicial, procedido na Hespanha, por ordem regia, sobre as descobertas maritimas do almirante d. Christovão Colombo, no Novo Mundo, cujos documentos, segundo o original castelhano, Navarrete consigna no tomo III, da sua obra sob o n. LXIX.

O depoimento de Pinzon versou sobre o septimo quesito: — Si sabem que Vicente Anes Pinzon, e os que com elles foram a descobrir, descobriram para a parte do Levante a costa que está descoberta até á ponta que chamam de Santa Cruz ou de Santo Agostinho, e dahi á bocca de um grande rio onde acharam agua doce que entrava pelo mar; e que o almirante nem outra pessoa destes reinos nunca antes descobrira aquella costa, salvo o dito Vicente Anes por sua industria, e que o dito Vicente Anes não vinha com o dito almirante quando disse que descobriu a Paria.

Eis o depoimento de Pinzon:

Vicente Yanez Pinzon, capitão de S. S. A. A., visinho de Sevilha em Triana, de mais de 50 annos de idade, declarou na mesma cidade, em 21 de março de 1513, que sabe o que se contém nesta pergunta, porque a testemunha é elle proprio Vicente Yanez Pinzon; e sabe porque é a verdade, que descobriu desde o cabo da Consolação, situado em terras portuguezas, e agora se chama Cabo de Santo Agostinho, e que descobriu toda a costa, e logo correndo do occidente quarta noroeste, que é assim que corre a terra; e que descobriu o mar doce, que entra quarenta leguas pelo mar em agua doce, e assim mesmo descobriu esta provincia que se chama Paricura, e correndo o longo da costa até á do Dragão, alli achou a noticia de que o dito D. Christovão Colombo havia chegado á dita bocca do Dragão, e que passou adiante, até a Hespanhola, como dito ha".

Garcia Hernandez, physico, que acompanhou a expedição na qualidade de escrivão de S. A., "quando se descobriu o que se contém na dita pergunta", respondeu: — "que o dito Vicente Yanez descobriu a costa de Paria até a ponta de Santa Cruz, onde saltou em terra com quantidade de sua gente e qua-

tro escrivães; e cortou arvores e bebeu aguas com a sua gente em signal de posse e fé a S. A.; fizeram cruces e pozeram nomes alli em "Rostro-hermoso" onde tocaram, e o dia que a dita terra se descobriu; alli estiveram certos dias, d'onde partiram tomando a volta de noroeste, correndo a costa até Paria; e que dalli de "Rostro-hermoso" até á bahia de Paria navegaram setecentas e cincoenta leguas, segundo o testemunho dos pilotos Juan de Umbria, Juan de Jerez, e um outro mais, visinho de S. Juan del Puerto, de cujo nome a testemunha não se recorda".

Garcia Hernandez, de Huelva, declarou na mesma villa, em 25 de Setembro de 1515, que sabe o que se contém na pergunta, porque — "ao tempo que Vicente Yanez Pinzon e os que com elles foram a descobrir, a testemunha foi com elles, e viu como o dito Vicente Yanez Pinzon descobriu com os que com elle iam, para a parte do Levante, a costa que está descoberta desde a ponta que chamam de Santa Cruz, ou de Santo Agostinho, e dalli, viu a testemunha como entrou na bocca do rio grande, a que se refere a pergunta, onde acharam agua doce, a qual entra pelo mar..."

Manoel de Valdovinos, de Lepe, de idade de 56 annos, prestou o seu depoimento, na mesma villa, em 19 de Setembro de 1515, respondendo: — "que foi o dito Vicente Yanez Pinzon, na segunda vez que foi a descobrir, e que sabe e viu que o dito Vicente Yanez descobriu, partindo de Cabo Verde ao sudoeste, e acharam terra a quinhentas leguas, á qual terra ainda não haviam chegado nenhum navio, e nem estava descoberta, e alli poz o dito Vicente Yanez, por nome, "Rostro-hermoso", que agora diz que se chama Santa Cruz, ou Santo Agostinho, da qual, o dito Vicente Yanez tomou posse em nome de el-rei, e dalli correndo, ao noroeste, e costeando, acharam de caminho muitos rios e portos, até chegarem a um grande rio, ao qual pozeram o nome de Paricura, cujas aguas doces entravam pelo mar, mais de trinta leguas: e dalli sahiram, e foram costeando até Paria".

Nesse longo e minucioso inquerito, figura ainda um quesito (a "Oitava Pergunta") referente á viagem de Diogo de Lepe, em 1500, posteriormente a Pinzon, como vimos, o qual por sua vez, e segundo a propria expressão do quesito, percorreu — "desde la dicha punta (Cabo de San Agustin) la costa que vuelve hácia el medio-dia ó el sur hasta el término que ahora (1515) está descubierta", — cujos depoimentos são concordes com a pergunta estabelecida.

CRISTOVÃO JAQUES — FEITORIA DE IGARASSÚ

1516

Em fins deste anno âncora nò porto de Pernambuco, ou de Itamaracá, como assim se chamava, uma flotilha hespanhóla, composta de dois navios, que partira de Cadix em 8 de Outubro do anno anterior, sob o commando de João Dias de Solis, piloto mór de Castella, com destino ás Indias Orientaes pelo caminho do Occidente, quando, depois do assassinato daquelle chefe, voltaram esses dous navios do Rio da Prata e se encaminharam para a Europa.

A sua gente, depois de fazer um carregamento completo de pão-brazil, prende onze portuguezes que encontra na feitoria que alli havia, e os conduz para a Hespanha.

E' esta a mais remota noticia que se encontra sobre esse primeiro estabelecimento portuguez em Pernambuco, cuja fundação importa o inicio da colonização de suas terras.

A feitoria de Pernambuco estava situada na terra firme em frente ao ancoradouro da Ilha de Itamaracá, ao lado do canal ou "Rio Jussará"; segundo a denominação indigena, e a meia legua acima da entrada do mesmo canal, posteriormente denominado "Rio Santa Cruz" por D. João III, proximo de Itapissuma, e precisamente no lugar chamado depois "Sitio do Marco", por um padrão que alli se erigiu para designar por esse lado os limites entre as duas capitánias de Pernambuco e Itamaracá, ambas de senhorio particular.

A noticia do ataque feito a essa feitoria portugueza, e do carregamento de pão-brazil que alli fizeram os dous navios hespanhóes, constou immediatamente na còrte de Lisbôa, e el-rei D. Manoel dirigiu logo as suas reclamações ao governo da Hespanha sobre o facto, intimando a entrega dos carregamentos, bem como da tripulação dos dous navios para puni-la.

Respondeu a còrte de Madrid allegando que a paragem em que haviam os hespanhóes aportado e feito os carregamentos lhe pertencia por ficar dentro da linha de demarcação da Hespanha, e que sete castelhanos aprisionados pelos portuguezes naquella costa, traficavam dentro dos seus proprios limites, sendo por isso, injustamente retidos.

Como narra, porém, o visconde de Santarém, não houve uma simples reclamação, porquanto em 1517, el-rei de Portugal pediu satisfação ao de Castella, D. Carlos, pelos navios que o piloto João Dias de Solis fez ir ao Brazil, contra o disposto nos tratados entre os dous reinos.

Ignora-se o que houve de particular sobre essa pendencia, e apenas sabe-se que terminou ella com a troca daquelles sete prisioneiros hespanhóes encontrados na bahia dos Innocentes, ao norte de Cananéa, pelos onze portuguezes que haviam sido conduzidos da feitoria de Pernambuco.

Esta feitoria foi, evidentemente fundada neste mesmo anno por Christovão Jacques, em sua primeira viagem ao Brazil, com a incumbencia regia para que de todo se acabasse de explorar a sua costa, e no que —acrescentou noticias de novos portos e de novas gentes, com grande trabalho e igual serviço d'el-rei, — como diz Simão de Vasconcellos, depois de referir-se á anterior viagem de exploração, confiada ao capitão Gonçalo Coelho.

Gaffarel fixa esta viagem de Christovão Jacques nos annos de 1516—1517 e Luiz Ramirez, na sua carta escripta do Rio da Prata em 1528, mencionando uma viagem ao Brazil, feita por aquelle capitão portuguez, fornece provas evidentes de que a feitoria de Pernambuco foi por elle fundada neste anno de 1516.

Effectivamente, partindo Sebastião Cabot do porto de Pernambuco no dia 29 de Setembro de 1526, no rumo do Sul, ao chegar em Santa Catharina, encontrou um marinheiro hespanhól, chamado Melchior Ramirez, um dos dispersos da mallograda frota de João Dias de Solis, o qual interrogado por Cabot, dissera, entre outras cousas — que servira de lingua a uma armada portugueza que fôra do Rio da Prata, “em passados tempos”, commandada por Christovão Jacques; — e proseguindo aquelle chefe hespanhól, a sua viagem até o alto Paraguay, e recebendo alli a noticia de que haviam chegado algumas náos ao rio de Solis, — “deliberou o sr. capitão-general, lê-se na mencionada carta, a descer, porque temia, que na dita armada viesse Christovão Jacques, capitão do rei de Portugal, “que já uma outra vez, como disse, tinha vindo a este rio de Solis”, e promettera a Francisco Puerto, que alli achamos, que voltaria, e se fosse o referido Christovão Jacques, que havia entrado no dito rio, as nossas náos estariam em má situação...”

Comprovando ainda o facto em questão, a carta de doação de Pernambuco a Duarte Coelho, lavrada em 10 de Março de 1534, fixando os seus limites ao Norte, diz que — “acabarão no rio que cerca em redondo a ilha de Itamaracá, e isto com tal declaração, que ficará com o dito Duarte Coelho a terra da banda do Sul, e o dito rio “onde Christovão Jacques fez a primeira casa de minha Feitoria;” — e o mesmo se consigna na carta de doação da capitania de Itamaracá, conferida a Pedro Lopes de Souza, em 1 de Setembro do mesmo anno, mandando que se plantasse um padrão real — “a cincoenta passos da

casa de feitoria que de principio fez Christovão Jacques pelo rio dentro ao longo da praia", cujo padrão, ou marco divisorio, tinha por fim determinar por esse lado, "na terra firme", os limites da capitania de Pernambuco com Itamaracá.

Vê-se, portanto, que Christovão Jacques veio pela primeira vez ao Brazil em 1515, e que prolongando as suas explorações até o Rio da Prata, deixou fundada a casa de Feitoria de Pernambuco, cuja guarnição foi logo após aprisionada por Solis, como vimos.

El-rei d. Manoel, entre outras providencias que deu no intuito de colonizar o Brazil, ordenou por um alvará expedido no correr deste anno de 1516 ao feitor e officiaes da Casa da India, que dessem — "machados e enchadas e toda a mais ferramenta as pessoas que fossem a povoar o Brazil;" — e por um outro alvará ordenou ao mesmo feitor e officiaes que — procurassem e elegessem um homem pratico e capaz de ir ao Brazil dar principio a um engenho de assucar; que se lhe desse uma ajuda de custo, e tambem todo o cobre e ferro e mais cousas necessarias — para o fabrico do dito engenho. Apesar de não mencionarem os citados alvaras, um logar preciso no Brazil, e particularmente o ultimo, aquelle em que se pretendia levantar um engenho, é de crer que tenha sido Pernambuco o local escolhido, uma vez que era em seu territorio que havia uma feitoria regia, situada em Itamaracá, a unica de que ha noticia authentica de existencia nessa epocha. E uma prova disso, é que, entre os productos que então iam do Brazil para Portugal, e pagavam de direitos na Casa da India, em Lisboa, o quarto e vintena dos respectivos valores, figura já em 1526, algum assucar de "Pernambuco e Itamaracá", como refere Varnhagem, em face de documentos da epocha, que encontrára nos archivos de Lisboa.

Esta distincção das duas situações, Itamaracá e Pernambuco, indica que na ilha daquelle nome houve uma desconhecida feitoria, onde se fabricava "algum assucar", como vimos, já exportado em 1526, vindo naturalmente dahi, esta menção da localidade no fragmento de um "roteiro portuguez" que existe no Museu Britanico, de Londres: "A ylha de "fernão buquo", que se chama na lingua dos indios "lamanaquá", e chama-se "fernão buquo o velho", porque esteve ally primeyro huna fortaleza d'el-rey".

O TOPÔNIMO PERNAMBUCO

Como vimos na consignação do primeiro facto occorrido neste anno de 1516, referente á flotilha do mallogrado João

Dias de Sollis, chama-se então "Porto de Pernambuco" ao de Itamaracá; e a terra firme em frente, Itapissuma e Marcos, um pouco além, rumo ao sul, junto á foz do rio Iguarassú, á margem esquerda, onde havia um fortim de madeira, que servia para abrigar alguns portuguezes degredados, situado "além do Cabo de Santo Agostinho", era um lugar "chamado Pernambuco", segundo a narrativa dos irmãos Parmentiers, navegantes francezes que alli tocaram em 1520.

Assumpto pouco conhecido, consta porém de um grande numero de antigos documentos, que passamos a mencionar uns tantos, para que assim fique bem firmada essa esquecida particularidade geographica.

Luiz Ramires, chronista da armada hespanhóla que partiu do porto de S. Lucas em 1526, sob o commando de Sebastião Cabot, com destino ás Molucas, narra que esteve ella em frente a "Paranambuco, doze leguas ao norte do Cabo de Santo Agostinho", onde havia uma feitoria do rei de Portugal para o estanco do páo-Brazil, cujo estabelecimento era tambem conhecido por "Feitoria de Pernambuco", como conta dos escriptos de D. Rodrigo de Acuna, de 1528.

Pedro Lopes de Souza, no seu "Diario de Navegação da armada", de 1530, diz que foi surgir defronte do "porto de Pernambuco"; que deste porto até o cabo de Percaauri (ponta de Olinda) o mar é de fundo sujo; e faz referencia ao ataque e saque da feitoria do "Rio de Pernambuco" (o braço do mar que divide o continente da ilha de Itamaracá), por um galeão de França.

Esta feitoria é a de Itamaracá, fundada por Christovão Jacques, uns annos antes; e o barão de Saint Blancard, protestando contra a captura da náó "La Pélérine", que clandestinamente fizera um carregamento de generos do paiz no porto de Itamaracá, faz estas referencias ao seu nome Pernambuco: "dictis insulis in loco Fernambourg nuncupato... Solverunt a dicto Fernambourg... dicto portu de Fernambourg".

Em um "Roteiro portuguez", de 1570, do qual existe uma copia no Museu Britanico, de Londres, a ilha de Itamaracá figura com o nome de Pernambuco, como se vê de uma legenda assim lançada: "Ylha de "fernão buguo" que se chama na lingua dos indios "tamanaquá, e chama-se fernão buquo, o velho", porque esteve aly primeyro huã fortaleza d'el-rey".

Emfim, em um mappa do Brazil, de Jacques de Vaudeclaye, organizado em Dieppe, em 1578, e citado por Orville A. Derby, vem representada ao norte do Cabo de Santo Agostinho, uma povoação com o nome de "Chateau-marim" (Olin-

da), e ao norte desta, uma outra, no fundo de uma enseada e atrás de uma ilha (Itamaracá), com o nome de "Fernambouc".

Pernambuco, portanto, era o nome com que nos tempos das descobertas e explorações do littoral do Brazil eram conhecidos o porto, ancoradouro, e a terra firme em frente á ilha de Itamaracá, do lado do sul do canal que a divide do continente, canal esse a que os indios chamavam "Rio Jussará", e os portuguezes "Rio de Pernambuco", cujas denominações perdeu pela de "Rio de Santa Cruz", imposta por d. João III nas cartas de doação das terras conferidas a Duarte Coelho e a Pedro Lopes de Souza, em 1534 e 1535.

As terras do feudo donatario de Duarte Coelho não tinham ainda então denominação alguma, mencionando apenas, o diploma regio da sua conferencia, que ficavam na costa do Brazil e constavam de sessenta leguas de extensão; e fixando os seus limites, do rio S. Francisco, "que é do Cabo de Santo Agostinho" para o sul, conclue no seu termo, "o rio que cerca em redondo toda a ilha de Itamaracá", denominado então de Santa Cruz, o que é mantido na carta de foral, expedida depois. Duarte Coelho, porém, impoz á sua capitania o nome de "Nova Luzitania", como assim já apparece chamada na carta do foral de Olinda, lavrada em 1537, em cujo cabeçalho, depois do seu nome e da menção do seu titulo de fidalgo da casa real, se declara: "Capitão governador desta terra da Nova Lusytanea por El-Rei nosso senhor".

Duarte Coelho, nas suas conhecidas missivas dirigidas ao soberano, datadas da "Villa dollynda", trata sempre da sua capitania com o dado nome de "Nova Luzitania", e em uma dellas, de 22 de Março de 1548, diz-lhe mesmo, em certo tom de altivez, que não tivesse "em tam pouco estas terras do Brazil em especial esta nova Lusytanea".

Não são muito raros os documentos que ainda se encontram, dando á capitania aquella denominação, como, nomeadamente, a escriptura de venda de umas terras situadas em Jaboação, lavrada em 5 de Dezembro de 1572, por João Rodrigues, "Tabellião publico e de notas da Villa de Olinda da Nova Luzitania terras do Brazil", até chegarmos a um de 1590, o ultimo que a respeito encontramos, com a narrativa da visita do provincial dos jesuitas, o padre Christovão de Gouveia, escripta pelo padre Fernão Cardim, que, em um topico, descrevendo as grandezas e opulencias da nossa velha Marim, diz que não era muito de extranhar-se tudo isso, pois "Olinda era na Nova Lusytanea".

Entretanto, esta denominação não teve vulto, não se radicou, e mesmo officialmente não a encontramos mencionada,

porquanto, dos documentos regios conhecidos, todos se referem á "capitania de Duarte Coelho, nas partes do Brazil". Varnhagen menciona mesmo, que se conserva no archivo da Torre do Tombo, em Lisbôa, um requerimento de Alvaro Dias, dos primeiros annos da colonisação da capitania, em o qual solicita do rei a mercê de licença para levar para a Europa quatro mil quintaes de páo-brazil da "terra de Duarte Coelho".

Emfim, apparecem alguns documentos coevos em discordancia com os mencionados, porquanto, uns consignam denominações differentes, e outros, absolutamente nenhuma, figurando entre estes, nomeadamente, uma carta de Jeronymo de Albuquerque, escripta de Olinda, em Agosto de 1555, e dirigida ao rei, na qual fala da "Capitania, desta villa e terra", mas sem designação de nome. No numero daquelles, porém, basta mencionar a carta de Affonso Gonçalves, de Iguarassú, dirigida ao soberano em 1548, em que chama a capitania: "terra de Santa Cruz, de que é capitão e governador Duarte Coelho"; o registro do Foral da Camara de Olinda, em que o escrivão da fazenda real, Heitor de Carvalho, declara que foi "feito em 4 de Setembro de 1557, nesta capitania de Olinda"; e o mappa portuguez de Bartholomeu Velho, de 1564, em que figura Itamaracá com o nome de Pernambuco, e Olinda com a designação de "Villa de Duarte Coelho".

De par com todas essas discordancias, e desrespeito mesmo ao nome imposto á capitania pelo seu donatario, vinha surtindo a denominação de "Pernambuco", quasi que contemporaneamente áquella de "Nova Luzitanea", porque o porto de Olinda, segundo escreve Candido Mendes, como o Itamaracá, "tambem se chamava de Pernambuco", cujo nome vinha da fôz ou lingua de mar que sahe ao Oceano, como um escoadouro do rio Capibaribe, que é o pequeno esteiro chamado Mosqueiro, formado pela muralha de pedra do Recife e o isthmo que liga esta cidade á de Olinda; quando, pelo contrario, em Itamaracá, o nome de "Rio de Pernambuco", o esteiro que cerca a ilha daquelle nome, perdeu-se, porque D. João III, como vimos, o mudou em "rio de Santa Cruz".

Concordantemente, já nos primeiros annos do seculo XVII, escrevia o nosso historiador Fr. Vicente do Salvador: "A capitania de Duarte Coelho se contém do rio de S. Francisco até o de Igaruçu, e chama-se de Pernambuco, que quer dizer mar furado, por respeito de uma pedra furada, por onde o mar entra, a qual está vindo da ilha de Itamaracá; e tambem se poderá assim chamar por respeito do porto principal desta capitania (o do Recife), que é o mais nomeado e frequentado de navios que todos os mais do Brazil, ao qual se entra pela boc-

ca de um recife de pedra, tão estreita, que não cabe mais de uma não enfiada após outra”.

Effectivamente, já em 1548 era vulgar o nome de Pernambuco dado á capitania de Duarte Coelho, uma vez que o allemão Hans Staden, que então esteve entre nós, assim a chama no seu livro de viagem posteriormente impresso, escrevendo: “Prannembucke”; no anno seguinte o padre Manoel da Nobrega, provincial dos jesuitas, chama Olinda “uma povoação grande, das maiores e melhores desta terra, que se chama “Pernambuco”; e depois, em 1551, aqui mesmo, de residência temporaria no collegio daquella villa de Olinda, data as suas conhecidas cartas: “Desta capitania de Pernambuco”, ou simplesmente, de “Pernambuco”.

Officialmente mesmo, começou a capitania a ser tambem assim chamada, e dahi uma “provisão” de 1565, conferindo a Diogo Gonçalves Vieira o cargo de provedor e contador das rendas reaes “da capitania de Pernambuco”; um alvará de 1576, provendo a Gomes de Abreu Soares, no lugar de moço da camara do almoxarifado da “capitania de Pernambuco”; e um outro de 1591, nomeando a Manuel Gonçalves, piloto, morador na “capitania de Pernambuco”, patrão da ribeira da mesma capitania.

Emfim, o nome de Pernambuco foi até mesmo adoptado pelos proprios donatarios da capitania, e dahi, entre outros documentos que avultam, uma petição de Jorge de Albuquerque Coelho, dirigida ao rei em 1584, a respeito da fundação de conventos da ordem franciscana nas suas terras, o que assim fazia na sua qualidade de “Capitão governador da capitania de Pernambuco”; e por fim, Duarte de Albuquerque Coelho, o illustre autor das “Memorias diarias da guerra do Brazil”, o quarto e ultimo donatario, que ajuntava aos seus titulos diversos o de “conde e senhor de Pernambuco”; e concorrentemente, portanto, os seus loco-tenentes na governança do feudo, como D. Felipe de Moura, nomeadamente, que figura com o titulo de “capitão governador de Pernambuco em nome do donatario Jorge de Albuquerque Coelho”, e depois outros, que usavam do de “capitão mór de Pernambuco”, como Pedro Homem de Castro e Manoel Mascarenhas Homem.

Uma nota curiosa, porém, é um documento de 1582, de confirmação das terras doadas á ermida de N. S. do Monte, firmado por D. Brites de Albuquerque, como — “capitão e governadora desta capitania de Pernambuco, na villa de Olinda da Nova Lusitanea partes do Brazil”, — conciliando assim, as duas denominações; a nova com a velha.

Estava firmada, portanto, a denominação de Pernambuco,

imposta á capitania, em substituição á de "Nova Lusitanea", dada pelo velho donatario Duarte Coelho.

O vocabulo Pernambuco, segundo o modo originario da sua escripta e pronuncia, era "Paranãmbuco" — "na lingua dos barbaros escura", — segundo Bento Teixeira, na sua "Prosopopeia", 1601, e assim mencionado por varios outros escriptores, desde aquelles tempos até Ayres do Casal (1817), que escreve: "Paranãmbuco", como alguns outros, "Paranãmbuku", ou "Paranabuca", até chegarmos ao modo corrente, vulgar de "Pernambuco", aliás já assim graphado, entre outros escriptores, como vimos, por Antonio Herrera, em 1622, Fr. Raphael de Jesus, em 1679, nomeadamente, e Raulox Baro 1651, que escreve: "Pernambuco" ou "Fernambuco".

São, porém, curiosas as variantes graphias do termo, que apparecem, figurando, além de algumas já consignadas, mais as seguintes, que assim as registramos: "Fernambuco", carta de Christovão de Barros ao soberano, 1578; "Pernão Bvco", Livro da razão do Estado do Brazil, 1612; "Pnãbuço", carta do governador geral Gaspar de Souza ao dr. Ruy Mendes, 1614; "Pernãobuquo", carta de Alexandre de Moura a el-rei, 1614; "Phernambuco", João Baers, "Olinda conquistada", Amsterdam, 1630; "Pernambvc" ou "Pernambvco", João de Laet, 1630; "Paranambucoë", Barleus, 1647; "Paranambuco", Fr. Manoel Calado, 1648; "Pharnaboco", ou "Fernambourgh", Pierre Moureau, 1651; e "Pharnambuco". Ambrosio Richsoffer, 1677.

Tratemos, enfim, da etymologia do nome, que por muito tempo erroneamente vogou com accepções varias, como derivadas do tupi, nomeadamente: mar furado; cova do mar; mar que furou e fez abertura em barra; pedra furada ou buraco que fez o mar; pedra ou mar furado; rotura do mar, excavado pelo mar; rio que corre por entre pedras furadas, ou abertura de pedras por onde entra e sahe o rio e as suas aguas; mar cavando os rochedos; furo ou lingua de mar; e enfim, esta, de um certo cunho original: "bocca do inferno", o que quer dizer a palavra "Pharnaboco", por causa da facilidade de entrar-se na sua barra a difficuldade de sahir-se, como assim entende P. Moureau.

Erroneas, portanto, as mencionadas definições ou interpretações do nome de "Pernambuco", como vamos ver, segundo a sua verdadeira accepção, a juizo de autoridades competentes. Aventuramos desde já, que a de "pedra furada", bem como outras em que entra o vocabulo "pedra" são inadmissiveis, não só porque a isto se oppõe o genio da lingua, como tambem, porque e principalmente, a palavra "pedra (itá)" nellas se não acha.

O sabio indianologo Baptista Caetano, no seu bello trabalho: "Pernambuco. Qual a sua verdadeira orthographia e a sua etymologia correspondente"? — escreve os seguintes trechos de conclusão:

"A verdadeira significação de "paraná" é "rio grande". Em Montoya lemos expressamente: "paraná" dicen a algunos rios grandes, parientes del mar. Decompondo-se a voz, tem-se "pará mar" semelhante, portanto "paraná "semelhante a mar" isto é, "rio grande".

"O verbo "mbug-pug" significa rebentar com quasi todos os sentidos que tem esse verbo neutro em portuguez. Si considerar-se "rebentar" verbo activo, o seu correspondente na LINGUA GERAL será "mbo-pug".

"Na LINGUA GERAL o infinito do verbo serve tambem de substantivo; portanto "púka-mbúka" quer dizer "rebentação". Afinal, "paranambuka" será "rebentação do rio grande" designando-se pelo nome "rio grande" — "paraná" o semi-mar formado pelos rios Capibaribe e Beberibe.

"Até certo ponto é admissivel a interpretação que se dá de "paranãmbukú", rio comprido, e nesse sentido, será applicavel a denominação a outros rios que não têm uma rebentação tão sensível como a de Pernambuco. O facto de ter-se tornado breve a ultima syllaba de "purú-mbukú" (que significa "longo, comprido"), é natural e delle se encontram muitos outros exemplos em vocabulos polysyllabicos, oriundos da lingua geral".

Pernambuco, enfim, escreve Theodoro Sampaio, — "é corruptela de "paraná-buc", ou paranã-puca, o mar quebra, ou o mar arrebenta, isto é, quebra-mar, em allusão ao recife... A palavra "paraná", sob a influencia do portuguez, alterou-se bem depressa, nos seus compostos. Por syncope do "a" no meio da palavra, passou-se a dizer "parná". E em documentos antiquissimos já se encontra esta ultima corruptela modificada para "perná", entre portuguezes e para "fernã", entre francezes. Os primeiros fizeram de "Paraná-buc", Pernambuco, e os segundos "Fernambouc"... Do vocabulo "Paraná-puca", cujo "p" se abrandou em "b", por estar precedido de uma syllaba nasal, veio primeiramente pronunciar-se "Paranambuc" e depois "Pernambuco".

Com o nome de "Pernambuco" figuram nas nossa choro-graphia algumas localidades, cujas denominações, porém, pensamos que se não prendem a origens indigenas. Assim, houve somente umas quatro, que as perderam por outras, e ás quaes, effectivamente, por constatação historica, se vinculavam taes origens, e foram: Groahiras, no Rio Grande do Norte, que por

muito tempo se chamou "Pernambuquinho" porque os indigenas a chamavam "Paranapuc" ou "Paranapucú"; o Rio Tapado, em território nosso, ao norte de Olinda, simples desaguadouro de aguas estagnadas, tirava dahi o seu nome originario de "Paranambuca", imposto pelos indios; a Ilha do Governador, na bahia do Rio de Jneiro, que se chamava "Paranapucú", e perdeu esta denominação por aquella por ser doada quasi toda ao governador Salvador Correia, e em cuja carta de confirmação, datada de 13 de Fevereiro de 1576, claramente se lê aquelle nome indigena, como refere Varnhagen, significando, segundo alguns indianologos, mar comprido, espaçoso, grosso; e no continente da mesma capitania, enfim, uma aldeia chamada "Paranapucuhy", fortissima e bem entrincheirada, que existia ao tempo da conquista por Mem de Sá, em 1566.

Neste mesmo anno de 1516, eram tão frequentes as viagens de navegadores francezes aos portos do Brazil, onde faziam grandes carregamentos de productos do paiz, que el-rei D. Manoel, por intermedio de seus agentes, dirigiu a respeito uma representação ao governo francez.

PINZON

1519

Setembro 23 — "Real Provisão passada em Barcelona, conferindo escudo de armas aos descendentes dos Pinzons e outros que foram companheiros de Christovão Colombo, nos descobrimentos da America", extrahida do "Livro de Nobreza" que possuia D. Vicente Pinzon, sargento mór da praça de Cartagena, e segundo a certidão tirada pelo escrivão do seu julgado militar, D. Fulgencio Garcia, em 25 de Agosto de 1797, e publicada por Navarrete, segundo o texto hespanhól, original, no tomo III, da sua obra doc. n. XLV:

D. Carlos, por graça de Deus, rei dos romanos, imperador sempre augusto: D. Joanna, sua mãe, e o mesmo D. Carlos, pela referida graça reis de Castella, de Leão, de Aragão, das Duas Sicilias, de Jerusalem, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valencia, de Galicia, de Maiorca, de Sevilha, de Sardenha, de Murcia, de Jaen, de Algarves, de Gibraltar, das ilhas das Canarias, e das Indias, e das ilhas e terras firmes do mar Oceano; archiduques da Austria, duques de Borgonha e de Brabant, condes de Barcelona, Flandres e Tirol; senhores de Viscaia



e de Molina; duques de Athenas e de Neopatria; condes de Barcelona e de Cerdania; marquezes de Oristan e Goziano, etc. Porquanto por parte de vós João Rodrigues Mafra, nosso piloto e Gines Murio, nosso capellão, e Diogo Martin Pinzon, Alonso Gonzales, moradores e naturaes de villa de Palos, nos foi feito requerimento, que Martin Alonso Pinzon, Vicente Yanez Pinzon, André Gonzales Pinzon, Diogo de Lepe e Miguel Alonso, capitães vossos avós, paes, tios e irmãos, em certa viagem, emprehendida e armada, que os Reis Catholicos de gloriosa memoria nossos avós, que estejam na santa gloria, mandaram armar a certo descobrimento de que consta foi por capitão general o almirante Christovão Colombo em descobrimento da Ilha Hespanhola e outras ilhas, e depois em outro certo descobrimento que foi á costa das Perolas, em competente assento que com elles e alguns outros foi tomado pelo mui Reverendo em Christo Padre D. João Rodrigues da Fonseca, arcebispo de Rosano, bispo de Burges, do nosso conselho, por mandados dos ditos Reis Catholicos, em que se offereceram para armar tres navios á sua custa para irem a certo descobrimento em terra firme, e para os armazens venderam e despenderam suas fazendas, com os quaes navios consta que descobriram seiscentas leguas de terra firme e descobriram o grande rio (*) e o Brazil, e resgataram com os índios da dita terra firme ouro e perolas; e como estamos inteirados e certificados que em todas estas conquistas falleceram e foram mortos em nosso serviço tres dos ditos capitães da vossa linhagem e outros muitos parentes, alguns dellés com flechas hervadas que os índios Caribes da dita terra lhes atiraram, e outros no curso, da dita viagem, além disso, serviram em outras occasiões, e ajudaram a pol-os de baixo da obediencia e dominio de nossa corôa real, pondo como pozeram e pozestes muitas vezes vossas pessôas a todos os riscos e perigos no que nós e nossa corôa real recebemos os serviços; e para que dos ditos vossos parentes e mesmo de vós haja perpeuta memoria e vós e os vossos descendentes e os delles sejam mais honrados; pela presente vos fazemos mercê e queremos que possaes ter e trazer por vossas ramas conhecidas, tres caravellas no mar ao natural e de cada uma dellas sáia u'a mão indicando a primeira terra que assim acharam e descobriram, em um escudo, egual a este (Aqui estava desenhado o escudo), e pela orla do dito escudo, possaes trazer e trazei umas ancoras e corações, cujo dito brazão vos damos por vossas armas conhecidas e assignaladas; e queremos, e é nossa mercê e vontade, que vós vossos filhos e descendentes, e os di-

(*)—O Amazonas.

tos capitães vossos parentes, que se acharam no dito descobrimento, bem como seus filhos e descendentes, as possuaes e tenhaes por vossas armas conhecidas, e como taes as possaes e possam trazer em vossos reposteiros e casas, e nos de cada um dos ditos vossos filhos e descendentes e dos ditos vossos parentes até o terceiro grão, e seus filhos e descendentes, em as outras partes que vós e elles quizerdes e por bem tiverdes; e por esta nossa carta e por seu traslado, assignado pelo escrivão publico mandamos aos illustrissimos Infantes, nossos mui caros e amados filhos e irmãos e aos Infantes, duques, marqueses, etc. etc.

Dada em Barcelona, aos 23 dias do mez de Setembro do anno do nascimento de Nosso Salvador Jesus Christo de 1519 annos.

Eu El-Rei.

Eu Francisco de los Cobos

Secretario de Suas Cesarias e Catholicas Magestades, a fiz escrever por sua ordem.

Ignora-se a data do fallecimento de Vicente Yanez Pinzon; mas, sabido pelo transcripto documento que já não existia na data em que foi o mesmo lavrado, e que ainda vivia em 1516, como se vê de uma real carta de ordem dirigida ao Conselho, em 26 de Novembro, sobre uma reclamação de Martim Garcia de Salazar, a respeito dos privilegios procedentes da cessão que a elle fizera Pinzon da sua capitania e alcaidaria da ilha de S. João, verifica-se que o seu fallecimento teve lugar entre os annos de 1516 e 1519.

Pinzon, nasceu na villa de Palos, na Hespanha, em começos do anno de 1463, porquanto, como diz elle proprio no depoimento judicial que deu em Sevilha a 21 de Março de 1513, como vimos, tinha então cincoenta annos completos de idade.

Pertencendo a uma familia de ricos armadores — e grandes homens do mar, — herdara Pinzon o genio e as aptidões dos seus antepassados, e já aos seus trinta annos de idade era tão distincto na arte de navegar e tão affeito á vida do mar, que tomou parte, com seu irmão Martim Alonso Pinzon, na expedição do descobrimento da America, sob a chefia de Christovão Colombo, commandando elle a caravella "Nina", e seu irmão Martim a "Pinta", aprestada ás suas proprias expensas e tripuladas, por parentes e gente de sua casa.

Regressando Pinzon da glorificada empreza do descobri-

mento da America em 1493, e morto seu irmão Martim Alonso, nada teve de recompensas e galardões regios.

Segundo um documento de Dezembro de 1495, tinha elle que emprehender uma viagem ao Levante, no anno seguinte, com duas caravellas de sua propriedade, a "Vicente Yanez" e a "Fraila"; mas nada consta sobre o particular destino dessa expedição, nem quando partiu, nem quando regressou. Sabe-se apenas pelo citado documento, depois de estipuladas as condições de fretes, soldos, e outras vantagens, que — "o dito capitão Vicente Yanez Pinzon se obriga a servir com as ditas caravellas e gente todo o tempo que suas altezas mandarem, bem e fielmente, como bom vassallo".

Da sua viagem de 1499, que lhe conferiu a gloria de descobrir o Brazil, bem como das que subsequentemente fez por mando regio, para reconhecimento do paiz, já tratámos com as minudencias convenientes ao plano destes nossos estudos; e se não logrou Pinzon da doação e governo das terras do Brazil, pelos motivos já conhecidos, recebeu depois a mercê regia de dez mil maravedis, por carta de 28 de Fevereiro de 1505, e por outra de 24 de Março do mesmo anno, a de capitão e corregedor da ilha de São João, "no mar Oceano das Indias", cuja ilha descobrira elle em uma de suas viagens.

Chegando á Hespanha em Outubro de 1509, de volta de sua viagem á America, dahi por diante nada mais consta com relação ao ullimo periodo de sua vida, que aliás não attingiu a prolongados annos.

O imperador Carlos V, tendo em alta valia os serviços prestados ao paiz pela familia Pinzon, muito distinguia a Vicente Yanez, a quem, entretanto, como observa Navarrete, nenhuma recompensa conferiu; fez-lhe apenas presente de uma cota d'armas com um brazão, em cujo escudo figuram tres caravellas, tendo á pópa u'a mão apontando para uma ilha coberta de selvagens. Esse precioso objecto ainda se conserva na familia, que nelle fez gravar a celebre divisa de Colombo, substituindo porém o seu nome pelo de Pinzon:

"A Castella y a Leon
Nuevo Mundo dio Pinzon".

Vicente Yanez Pinzon, além da honrosa menção do seu nome nos fastos universaes, entre os navegantes celebres do seu tempo, e da sua consagração na historia do Brazil, como o seu primeiro descobridor, e da gloria com que a Hespanha o exalta, o rio da Guyanna, na phrase de Southey, conserva ainda o seu nome, e o curso que seguiu o valente navegador pa-

ra chegar ao Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, chamou-se por muito tempo — “Derrota de Pinzon”.

W. Irving, concluindo a narrativa da primeira expedição ao Novo Mundo, sob o commando desse illustre navegante, diz que partilhou elle da sorte dos primeiros navegantes hespanhóes na America, que viram cruelmente desfeitas as suas esperanças de fortuna, porém deve ser distinguido da multidão por ter sido o primeiro europeu que cortou a linha equinocial no oceano occidental, e por ter descoberto o rico e poderoso imperio do Brazil.

Pinzon legou á posteridade uma narrativa historica das suas viagens, que, como tantas outras, ficou sepultada no pó dos archivos hespanhóes, e desapareceu no decorrer de tão longos annos.

FEITORIA DE PERNAMBUCO — OS FRANCÊSES EM ITAMARACA'

1520

Parte neste anno do porto de Dieppe, na França, uma flotilha, sob o commando dos conhecidos navegantes, os irmãos Parmentier, percorre as costas do Brazil, e em Pernambuco toma um carregamento de pão-brazil.

Itamaracá foi a paragem em que aportaram os Parmentier, encontrando apenas no continente um fortim de madeira abrigo de alguns portuguezes degredados. Era a chamada Feitoria de Pernambuco.

Um dos referidos irmãos, João Parmentier, escreveu uma relação dessa viagem, na qual consagra uma parte em que trata da descripção do paiz que visitaram e particularmente dos usos e costumes dos indios que o habitavam. Com relação ao nosso objecto, são de muito interesse os seguintes topicos da referida relação:

“Ao longo desta costa e para o occidente, os portuguezes não fizeram nenhuma fortaleza; somente se encontra em um logar chamado Pernambuco, situado além do Cabo de Santo Agostinho, um fortim de madeira, que serve para abrigar alguns portuguezes degredados”.

“A parte mais frequentada pelos francezes e bretões, está situada entre o Cabo de Santo Agostinho e o Porto Real, que se acha a doze grãos. E' tambem nesta parte da costa que se encontra o melhor pão-brazil, e na maior quantidade”.

“Não se encontra ao longo desta costa nenhuma fortaleza

ou fortificação, que indique a presença dos europeus. A população se mostra mais affavel aos francezes que aos portuguezes. As terras destas paragens são excellentes e abundantes de arvores fructiferas, sendo as fructas na sua maior parte boas para alimentação; o ar é puro e saudavel, e a costa tem bons pastos e rios navegaveis”.

Na ilha de Itamaracá, como escreve Fr. Vicente do Salvador, tinham os francezes feito uma fortaleza com um presidio de mais de cem soldados, com muitas munições e artilharia, onde se recolhia a gente dos seus navios que vinham carregar pão-brazil, que os gentios cortavam e conduziam aos hombros para o porto de embarque, a troco de ferramenta e outras cousas de pouca valia que lhes davam, como tambem lhes traziam a troco dos mesmos interesses, muito algodão em rama e fiado, redes, papagaios, pimenta e outros generos da terra, do que tiravam os francezes grandes lucros, vindo commerciar elles com os indios, não somente em Itamaracá como em outros portos do norte do Brazil, emquanto o governo da metropole não providenciou a respeito.

Vem dahi, desse clandestino commercio dos francezes, figurar entre os velhos e famosos baixo-relevos, esculpidos em madeira, no côro da igreja de S. Jacques, em Dieppe, construida no seculo XVI, nas scenas da vida dos mercadores da cidade, um grupo de indios brazileiros, com as suas armas e ornatos proprios, conduzindo tóros de pão-brazil para o embarque.

FERNÃO DE LORONHA

1522

Março 3 — Carta d'el-rei D. João III, confirmando a doação da Ilha de São João, que seu fallecido pae, el-rei D. Manoel, fizera a Fernam de Loronha, cavalheiro de sua casa, por carta de 24 de Janeiro de 1504, cuja ilha tomou depois o nome do seu donatario, modificadamente no de “Fernando de Noronha”.

Avisado neste anno o rei de Portugal por alguns de seus vassallos que negociavam em França, de que, com destino ao Brazil, se faziam nos portos da Normandia varias armadas, com o favor dos almirantes das costas de França e dissimulação do proprio rei Francisco I, juntando-se a isto a queixa que em Portugal havia pelos damnos que se experimentavam da parte dos corsarios daquella nação, se determinou a mandar por embaixador a França a D. João da Silveira, para fazer as devidas reclamações. D. João foi muito bem recebido, mas

quanto aos negocios da sua incumbencia, só obteve do rei respostas indeterminadas, mais apparentes que decisivas, e com o unico fim de entreter tempo.

ILHA DE SANTO ALEIXO

1523

Neste anno já a Ilha de Santo Aleixo era assignaladamente conhecida, e com esta sua propria denominação, naturalmente imposta, como era costume, por ter occorrido o seu descobrimento a 7 de Julho, dia daquelle Santo, de anno porém desconhecido, como se vê de uma carta geographica do Brazil, — o celebre mappa de Turim, que se julga haver sido organizado em 1523, — (“O nome Pernambuco nos mappas antigos”, pelo Dr. Orville A. Derby) no qual, entre as localidades que figuram nas visinhanças do “Cabo Feroso”, Santo Agostinho, vem a de “Isla de Santo Aleixo”, precisamente na sua propria situação geographica.

Da ilha de Santo Aleixo faz menção Martim Affonso de Souza no seu “roteiro”, tratando das occurrencias do dia 31 de Janeiro de 1531, escrevendo a respeito: — “Esta noite no quarto da prima me mandou o capitão J. com duas caravellas á ilha de S. Aleixo; porque tinhamos informação que estavam ahi duas náos de França: fui toda a noite com o prumo na mão, sondando por fundo de doze braças: no quarto d'alva surgimos ao mar da ilha meia legua, em fundo de doze braças d'areia grossa”.

A ilha de Santo Aleixo, — ninho de cisnes que nadam sobre as aguas, defronte da fóz do Serinhãem, — fica a uma legua do littoral, e perto da povoação da Barra do Serinhãem. Tem uma legua de circumferencia, é plantada de immenso coqueiral, e parte do seu territorio é coberta de capoeira.

Aprasivel, muito pittoresca e salubre, com uma fonte de agua potavel, e de um solo fertilissimo, pode dar qualquer producção, além da canna de assucar, bananeiras, mamoeiros e outras plantas commumente cultivadas, sem fallar na grande abundancia da mamona, que vegeta sem cultivo. Da sua fertilidade escrevia Abreu e Lima em 1857: “Um inglez dono da ilha de S. Aleixo, defronte da costa do Rio Formoso, plantou alli batata ingleza (aliás de origem americana) e no espaço apenas de sete semanas colheu melhores batatas que as que vêm da Europa”.

As riquezas naturaes da ilha constam de uma grande sa-

lina e de jazidas de pedra propria para calçamento, de marmore, argilia para o fabrico de louça, granito e pedra de amolar.

Tem a ilha um porto muito bom e seguro, um extenso caes de pedra, que permite a atracação de navios de qualquer loção.

Em 1821 mandou o governador Luiz do Rego Barretto fortificar a ilha e presidial-a com um destacamento de tropa, o que se fez tambem no anno seguinte, por se reconhecer que era um dos pontos importantes de defeza da costa do sul da provincia, sendo então incumbido das necessarias obras de fortificação o engenheiro sargento-mór Conrado Jacob de Niemeyer, e depois guarnecida com uma companhia de artilharia miliciana, commandada pelo capitão João Baptista Accioly Lins. Vem dahi, talvez, ainda hoje achar-se na ilha um velho canhão.

Em 1823 propoz ao governo o referido engenheiro, que se mandasse construir um fortim de alvenaria na ilha de Santo Aleixo, o que era de grande importancia, — por ser um dos pontos principaes da costa, e talvez o primeiro para refugio de embarcações acoçadas pelo inimigo. Neste tempo tinha a ilha um destacamento de “Montabrechas”, para cujo alojamento foi construido um grande quartel.

Da ilha de Santo Aleixo existe uma bella estampa colorida, gravada no Rio de Janeiro, na “Lith. Paula Brito L. Therier”, com o titulo de “Donally’s Island (S. Aleixo) on the coast of Brazils”, — e com a indicação de — “Henry Lewis Del.” — naturalmente mandada gravar por seu proprietario, o subdito inglez John Donnelly; e uma particular descripção no “Roteiro da costa do Brazil”, por M. A. Vital de Oliveira.

ITAMARACA’ — DIÓGO LEITE

1525

Neste anno, D. João III concedeu licença a Diogo Leite, despachado administrador da feitoria de Itamaracá, em virtude de requerimento seu, e em premio dos seus serviços prestados á corôa, para introduzir na colonia dez escravos africanos para o seu serviço agricola.

Nomeado Christovão Jacques, em 5 de Julho do anno seguinte, “governador das partes do Brazil”, e partindo posteriormente do porto de Lisbôa, commandando uma frota de cinco caravellas e uma náo, era capitão commandante de um desses navios um Diogo Leite, naturalmente esse a que nos referimos, o qual ficou em Itamaracá, em cujo porto entrou a di-

ta frota, entre os meses de Outubro e Novembro daquelle anno.

No "Diario da navegação da armada que foi a terra do Brazil em 1530 sob a capitania mór de Martim Affonso de Souza", figura como commandante de um dos navios da frota, a caravella "Princeza", o capitão Diogo Leite, que talvez seja o mesmo capitão mór de Itamaracá.

Em todo caso, adiantamos que esse Diogo Leite foi mandado do Porto de Pernambuco (Itamaracá) com a sua caravella, e mais uma outra, a "Rosa", para explorar as costas do Maranhão, vindo dahi o nome de "Abra de Diogo Leite", dado á Bahia do Turyassú, como consta de mappas antigos e da carta da doação de terras do Maranhão, lavrada em 18 de Junho de 1535.

DIÓGO GARCIA

1526

Janeiro 15 — Parte de Finisterra, na Hespanha, uma frota aprestada pelo conde Fernando de Andrade e outros, com o fim de reconhecer o rio da Prata, confiada ao commando do piloto portuguez Diogo Garcia, ao serviço de Castella. Esta frota abordou ás costas do Brazil na altura do Cabo de Santo Agostinho, e seguiu a sua derrota.

Segundo Mello Moraes, na sua "Chorographia", o proprio conde Fernando de Andrade veiu neste mesmo anno com uma armada de exploração das terras de Santa Cruz ou Brazil.

ITAMARACA' — SEBASTIÃO CABOT

Junho 3 — Chega em frente ao Cabo de Santo Agostinho, uma frota hespanhola sob o commando de Sebastião Cabot, filho do celebre navegador veneziano do mesmo nome, cuja frota se destinava ás Molucas, pelo estreito de Magalhães, constando de quatro navios, as náos "Santa Maria de la Concepcion", capitanea, "Santa Maria del Espinar", "La Trinidad", e uma caravella, com uma equipagem de pouco mais de duzentos homens.

Cabot fundeou em frente do referido Cabo, onde permaneceu por dous dias, e da notavel occurrencia que então se deu, e que concorrera para que a esquadra retrocedesse para o norte até chegar em frente a Pernambuco, isto é, Itamaracá, como então se chamava o seu porto, escreve o seguinte, Luiz Ramirez, em uma carta que dirigiu a seu pae, do porto de São Salvador, no Rio da Prata, datada de 10 de Julho de 1528,

minuciosamente narrando todas as occurrencias da viagem até aquella data:

“Quando no dia seguinte, pensavamos ter navegado avante, nos achamos atraz umas doze leguas, em frente de Pernambuco na mesma costa, proximo da terra, por nos ter sido o vento escasso e muita correnteza. Vendo isto o senhor capitão general, e que era obrigado a permanecer alli, por causa dos ventos contrarios, deliberou fazer aguada, do que muito precisavamos e para este fim mandou que o piloto da capitanea fosse na caravella com um batel a procurar pela costa um rio de agua doce, e quando disse se tratava veiu ter á não capitanea uma canôa de índios, na qual estava um christão, que informou qual era a terra onde estavamos, e que havia alli uma feitoria do rei de Portugal para o estanco do páo-brazil, na qual existiam treze christãos portuguezes, dos quaes foi bem servido o senhor capitão general em tudo o que precisou para abastecimento da armada”.

Ramirez conclue a sua noticia com uma succinta descripção da terra, dos costumes dos indigenas e dos seus alimentos, aproveitando, como diz, o tempo que alli esteve para de tudo se informar.

Quasi quatro mezes depois de demorar-se a esquadra de Cabot no Porto de Pernambuco, faz-se de vela para o sul em demanda do seu destino. O senhor capitão general, diz Ramirez, vendo que o tempo já era bonançoso e favoravel para continuar a nossa viagem, mandou levantar ancoras no dia do Senhor S. Miguel que foi a 29 do mez de Setembro do dito anno de 1526.

Além do que fica dito, constante da extensa carta de Ramirez, pela primeira vez publicada no Tomo XV da “Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro”, e que convém consultar pela grande copia de importantes informações sobre a nascente feitoria de Itamaracá e das particulares condições da terra; colhemos mais alguns dados a respeito na obra — “El Veneciano Sebastián Caboto al servicio de Espana y especialmente de su proyectada viaje a las Molucas”, — impressa em Santiago do Chile em 1908, e da lavra de D. José Toribio Medina.

Consta assim, que o feitor de Itamaracá chamava-se Manoel Braga, e que apenas fundeára a esquadra no porto, mandou a Jorge Gomes, na qualidade de seu emissario, entender-se com o chefe.

Tendo Cabot necessidade de fazer aguada, mandou que a caravella fosse percorrer o littoral para semelhante fim, e a

qual, na sua derrota norte afóra, chegou a um rio chamado "das Pedras".

Braga e seus companheiros da feitoria, fizeram o melhor acolhimento possível aos seus visitantes, indo á não capitanea com frequencia, bem como aos demais navios, e no que eram correspondidos pela gente de bordo, frequentemente tambem, e dahi induzirem a Jorge Gomes a que os acompanhasse.

Ao seu regresso, rumo do sul, encontrou Cabot um navio francez fundeado no porto da ilha de Santo Aleixo.

ITAMARACA' — CRISTOVÃO JACQUES — NOME DA TERRA DESCOBERTA POR CABRAL

Julho 5 — Christovão Jacques, nomeado neste dia por el-rei d. João III "governador das partes do Brazil", por acto regio datado de Almeirim, parte posteriormente commandando uma frota de cinco caravellas e uma não, cujos chefes subalternos foram Gaspar Correia e os irmãos Diogo Leite e Gonçalo Leite, chega ao porto de Pernambuco entre os mezes de Outubro e Dezembro deste anno, e ancóra em frente á feitoria portuguzza que existia, situada á margem meridional do canal que separa a Ilha de Itamaracá do continente.

Com o nome de "Porto de Pernambuco" eram conhecidos nessa epocha o ancoradouro e terra firme em frente á Ilha de Itamaracá, ao lado do sul do canal, que a separa da terra firme, ao qual chamavam os indios "Rio Jussará", e teve depois o nome de "Rio Santa Cruz", imposto por d. João III.

A esquadra de Christovão Jacques destinava-se a guardar as costas do Brazil, infestadas por navios francezes empregados no trafico clandestino de páo-brazil e outros generos do paiz.

Naquella feitoria permaneceu Christovão Jacques pelo tempo de dois annos, como diz Abreu e Lima, até ser rendido por Antonio Ribeiro em 26 de Outubro de 1528, e durante esse tempo fundou uma outra feitoria na Ilha de Itamaracá, com o fim de impedir que os francezes traficassem com os indios.

No desempenho do seu cargo partia constantemente Christovão Jacques com alguns navios para correr a costa, e em uma dessas viagens, que teve lugar no anno seguinte, no rumo Sul de Pernambuco, deu elle caça a tres navios francezes que encontrou, peleja com elles um dia inteiro, mette-os a pique e regressa para Itamaracá, conduzindo grande numero de prisioneiros, os quaes foram depois remettidos para a Europa.

Este facto motivou represalias, porquanto, pouco depois, foi a feitoria de Itamaracá tomada de assalto e saqueada por

um galeão francez, e produziu ainda serias complicações diplomaticas na Europa.

Effectivamente, em vista das reclamações dos armadores daquelles tres navios francezes, exigiu Francisco I, do governo portuguez, uma indemnisação pecunaria dos prejuizos causados, e como nada conseguisse da côrte de Lisbôa, concedeu aos seus subditos carta de côrso contra os navios portuguezes.

Diante desta attitude hostile, que tantos prejuizos trazia ao commercio colonial, viu-se D. João III obrigado a celebrar capitulações com o celebre corsario Anjo, até que os dois governos, depois de muitas disputas, convieram, em 1537, em installar em Irum e Fontearabia commissões mixtas de Portugal e de França para attenderem aos que de uma e outra parte apresentassem reclamações a respeito de prezas e tomadas.

E' o mencionado alvará regio de 5 de Julho deste anno, nomeando Christovam Jacques "governador das partes do Brazil", o primeiro documento publico que apparece designando com este nome o nosso paiz, de cuja colonização então já se cuidava.

Alvares Cabral, ao descobrir casualmente as suas terras, em 1500, ou como "parece, que Nosso Senhor milagrosamente quiz que se achasse", como diz o rei de Portugal na carta que dirigiu ao de Hespanha, noticiando o facto, impoz a essas terras, que elle suppunha uma grande ilha, o nome de Vera Cruz", que logo após o rei D. Manoel mudou pelo de "Santa Cruz"; e assim apparece já na carta de doação da ilha de São João a Fernão de Noronha, em 16 de Janeiro de 1504, que descobrira elle — "a cincoenta leguas alamar da nossa terra de Santa Cruz".

Nomeadamente, encontra-se depois do citado alvará de 5 de Julho de 1526, a carta regia de 20 de Novembro de 1530, de prerogativas conferidas a Martim Affonso de Souza como capitão-mór de uma armada que se enviava "á terra do Brazil"; e elle proprio, depois, na conferencia de algumas cartas de sesmarias que lavrou, as fez na sua qualidade de "Governador das terras do Brazil"; e emfim, na carta de doação de Pernambuco a Duarte Coelho, bem como nas de outras doações (1534-1535) se declara que as terras doadas ficavam "na costa do Brazil".

Teve tambem o Brazil, por algum tempo, o nome de "Terra dos Papagaios, proveniente do facto de ter o navio em que foi Gaspar de Lemos levar a Portugal a noticia do seu descobrimento, conduzido "araras" e "papagaios", vindo dahi noticiar o embaixador de Veneza, Lourenço Critico, ao governo

do seu paiz, esse novo descobrimento da "Terra dos Papagaios".

Depois foi o paiz chamado "Terra do Pão-brazil", por se encontrar prodigiosa abundancia dessa preciosa madeira nas suas florestas, a qual já era conhecida nos mercados da Europa, desde epochas remotas, e de varias procedencias, com o nome de "braziliis" entre os italianos e de "brésil" entre os francezes, que a vulgarisaram no velho mundo, constituiu pela sua excellente qualidade para a extracção de uma bela tinta vermelha ou escarlata, um importante ramo de commercio.

Em 1511, a não Bretôa, que partira do Tejo e percorreu o littoral do paiz, conduziu entre outros generos, cinco mil tóros de pão-brazil; e tão grande foi o trafico, principalmente na zona littoranea de Itamaracá, Pernambuco e Parahyba, que de uma só vez e em um só porto da França, se equiparam dez navios para virem carregar pão-brazil, o que deu lugar a que João da Silveira, embaixador portuguez em Paris, chamasse a attenção de D. João III, seu soberano, em carta datada de 11 de Fevereiro de 1526, sobre os lucros que os armadores estrangeiros logravam do commercio da preciosa madeira, clandestinamente tirada de uma terra pertencente a Portugal. Surgiram dahi as providencias do governo portuguez contra a sua exploração, e concorrentemente, a própria colonisação do paiz.

O nome do Brazil, como escreve Capistrano de Abreu, era então já bem conhecido, e figurava mesmo em portulanos anteriores ás descobertas dos portuguezes: havia um nome á procura de applicação, exactamente como o de Antilhas, e isto explicaria a rapidez com que se introduziu e vulgarizou, suplantando outras denominações, como terra dos papaios, de Vera Cruz ou Santa Cruz, si a abundancia de uma apreciada madeira de tinturaria até então recebida na Europa, por via do Levante, e o commercio sobre ella fundado desde o começo, não collaborassem na propagação, e talvez com maior effi-
cacia.

Effectivamente, a "grana de brazile", conhecida na Europa, provinha das ilhas Malaias e constituia um dos artigos de grande commercio do mar Vermelho, sendo que já no seculo IX era tão vulgar, que della se tirava a côr vermelha ou escarlata para as vestimentas regias e as capas dos cavalheiros.

Temos assim a origem do nome Brazil, vindo de terra ou terras do Brazil, a denominação do paiz, depois simplificada em Brazil.

O Pão-brazil, a "*Coesalpinia brasiliensis*" de Linneu, da familia das "Leguminosas" é o "Ibira-pitanga" (Pão verme-

lho) dos indios, ou "Pão rosado", ou "Pão de Pernambuco", de que se extrae a brazilina, usada na tinturaria, segundo Almeida Pinto, no seu "Diccionario de botanica brasileira".

Como derivados, tiveram, originariamente, o nome de "brazileiro", depois o nosso patronymico, quem se dedicava ao trafico do pão-brazil, e de "brazilienses", "brazis", os indigenas, sendo este ultimo nome imposto pelos jesuitas, mas que não vingou.

PRIORIDADE DO AÇÚCAR DE PERNAMBUCO

Neste anno, como narra Varnhagen, chegou a Portugal algum assucar procedente de Pernambuco e de Itamaracá, como consta dos livros de arrecadação da Casa da India, em Lisboa, onde se pagavam os dizimos dos productos do Brazil remetidos para a metropole. Este facto, comprovado por documento authenticico, evidencia a prioridade de Pernambuco no cultivo da canna e fabrico do assucar, destruindo dest'arte o que Frei Gaspar da Madre de Deus e outros escriptores dizem com relação á capitania de S. Vicente, hoje S. Paulo, por sua propria conta, e sem provas documentadas que firmem quanto escreveram sobre o assumpto.

ILHA DE SANTO ALEIXO — D. RODRIGO DO ACUNA

Em fins deste anno aporta em um batel na Ilha de Santo Aleixo, em frente a Serinhãem, D. Rodrigo de Acuna, com alguns companheiros, restos de uma infeliz expedição hespanhola destinada ás Molucas.

D. Rodrigo partira de Corunha, na Hespanha, em 24 de Julho de 1525, commandando a não S. Gabriel, que fazia parte de uma frota commandada pelo commendador D. Garcia Jofre de Yoaysa, destinada áquellas ilhas, fazendo a sua derrota, porém, pelo Occidente.

Nos primeiros dias de Dezembro, avista a frota hespanhola a costa do Brazil ao sul do cabo de S. Thomé, e continuando a sua derrota chega junto ao estreito de Magalhães, e nessas paragens desbarata-se em sua maior parte, seguindo-se a esse triste acontecimento a morte do chefe D. Garcia de Loaysa.

A não S. Gabriel, um dos poucos navios que conseguiram salvar-se, porem, bastante avariada, retrocede e arriba a um porto do Brazil, ao sul da ilha de Santa Catarina.

Daqui por diante, até a chegada de D. Rodrigo de Acuna á feitoria pernambucana de Itamaracá, tomemos por guia a Var-

rhagen, descrevendo os seus infortunios nessa triste peregrinação.

“Com trinta e dois homens menos da tripulação, fez-se por fim, D. Rodrigo, de vela para o Rio de Janeiro. Neste porto convocou a sua gente a conselho, e nelle foi resolvido que a não em vez de seguir para as Molucas, voltasse á Hespanha com alguma cargação de páo-brazil. Dirigiu, pois, D. Rodrigo o rumo para o Norte e entrou na Bahia. Ahí a tripulação se lhe diminuiu de nove homens, que, indo á terra, lá ficaram, devorados pelos selvagens, segundo se julgou.

“Sahindo da Bahia para o Norte, pela muita agua que fazia a não, tratou de arribar, e deu-se a casualidade de que, meiado de Outubro, fosse entrar justamente num porto proximo do rio de S. Francisco, no qual se achavam carregando de páo-brazil, duas nãos e um galeão de França. Os capitães francezes ao principio offereceram protecção a D. Rodrigo, mandando-lhe até dois calafates, e quando passados oito dias se achava a não hespanhola virada de crena e impossibilitada de navegar, cahiram na fraqueza de ir acommettel-a, intimando a D. Rodrigo que se rendesse.

“Vendo este que a resistencia era impossivel, metteu-se no seu batel, foi ter com os francezes e conseguiu delles treguas, ficando de lhes dar vinho e azeite, que diziam carecer.

“Emquanto, porém, se negociavam estas treguas e os francezes, tendo o capitão castelhano em refem, se descuidavam da não aggredda, ella conseguiu não só empinar-se e surgir boiando, como picar as amarras e fazer-se de vela.

“Quando os francezes despertaram do seu descuido, já a ráo hespanhola ia barra fóra, sem o capitão e sem os marinheiros que o haviam acompanhado. Em vão D. Rodrigo lhe bradava e fazia signaes, em vão a seguia no seu batel a vela. A não S. Gabriel nem nas promessas do proprio capitão confiava, que a tanta desconfiança levavam os desenganos das promessas não cumpridas.

“Seguiu D. Rodrigo no batel todo aquelle dia e parte do immediato. Porém... baldados esforços! A não tinha desaparecido no horizonte, e o seu legitimo commandante e fieis remeiros, exhaustos de forças, emproavam para terra, e foram varar á costa, a umas dez leguas para o norte do porto de onde haviam partido, naturalmente na paragem que se ficou até hoje chamando “Baixos de D. Rodrigo”, quasi defronte do rio Cururipe. D’ahi se dirigiram por terra, bastante expostos aos selvagens, ao porto que acabavam de deixar.

“Já tinham delle partido as duas nãos francezas, e só fiára o galeão, Neste se alojaram os tristes navegantes por mais

de um mez, mas acabando o mesmo galeão de carregar, fez-se de vela, desamparando os miseros em um batel sem mantimento algum.

“Não havia, porém, soado a hora fatal aos miseros desamparados.

“Entregues á Providencia, seguiram pelos mares, durante vinte dias, nutrindo-se apenas de alguns mariscos e da pouca fructa, que acertavam colher pela costa, até que na “Ilha de Santo Aleixo” lhes deparou Deus, porto, onde poderam refazer-se. Nessa ilha tiveram a fortuna de encontrar alguma farinha de trigo, uma pipa de bolacha molhada, um forno e anzões com que apanhavam muito peixe. De “Santo Aleixo” passaram á Feitoria de Pernambuco”.

1527

Junho 15 — Da feitoria de Pernambuco escreveu D. Rodrigo de Acuna uma carta dirigida ao presidente do Conselho das Indias, na Hespanha, e uma outra a um alto personagem hespanhol que Navarrete julga ser D. Christobal de Haro, dando conta das occorrencias da sua viagem e dos seus infortunios, concluindo por pedir que se interessassem junto ao rei de Portugal, pela sua liberdade e de seus companheiros detidos naquella feitoria.

Na primeira destas cartas, attribue D. Rodrigo a sua detenção por pensarem os portuguezes que havia elle extrahido alguns quintaes de ouro e prata do rio de Solis, depois chamado rio da Prata, que o rei de Portugal suppunha estar comprehendido dentro dos limites reservados á corôa portugueza pelo tratado de Tordesillas, e dest'arte disputava a sua posse.

Remettendo, porém, o infeliz D. Rodrigo essas duas cartas por via de Lisbôa, por um navio que partira de Itamaracá para aquella cidade, carregado de pão-brazil e outros generos coloniaes, não foram ellas enviadas ao seu destinatario, na Hespanha, e ao contrario abertas e lidas, foram remettidas para a Torre do Tombo, em cujo archivo, encontrando-as o historiador Munos, as publicou na sua obra e Navarrete depois as reproduziu.

Dezembro 23 — Carta de João da Silveira, embaixador de Portugal na França, dirigida a el-rei D. João III, dando-lhe parte de mandar el-rei de França o seu almirante com cinco

naos ao rio que descobriu Christovão Jacques, na costa do Brazil.

1528

Abril 30 — Vendo D. Rodrigo de Acuna sem resposta alguma as cartas que dirigira á Hespanha, decorridos dez longos mezes, mal suppondo que tinham sido ellas interceptadas em Lisbôa; e permanecendo prisioneiro na feitoria de Pernambuco, escreve neste dia uma carta a el-rei D. João III, pedindo-lhe que o mandases buscar d'ali para Lisbôa, de cuja missiva se pôde ajuizar o que era nessa epocha aquelle estabelecimento portuguez em Pernambuco.

Eis o proprio teor da carta:

“Tendo vindo do Estreito de Magalhães na minha náó, derrotada e destroçada por tormentas e comida de carunchos, estando com ella de querena e calafetando, fui acommettido por tres náos francezas. Sublevou-se-me a gente, fui posto em terra setenta leguas daqui em um batel, com sete pessôas mais, e milagrosamente vindo aportar a esta Feitoria, onde acreditava ser bem tratado como vassallo de um irmão vosso; porém nem os mouros me dariam peor tratamento; sem quererem me dar passagem por preço algum em diversas náos que daqui hão partido.

“Estou aqui ha dezoito mezes, perdido e nú como um selvagem, sem ter em nada desservido a v. alteza, e ao contrario mesmo, meus antepassados prestaram muitos serviços aos reis de Portugal. Mas que esperar, quando aos mesmos filhos de portuguezes os deixam aqui para alimento e manjar dos selvagens?... Actualmente se acham espalhados por esta terra mais de trezentos christãos, filhos de christãos, que estariam mais provaveis de ser salvos na Turquia que aqui.

“Lembre-se v. alteza que os juizos de Deus são infalliveis, “et propter peccata hominum veniunt adversitates”. Aqui não ha justiça; tire-me v. alteza desta terra e me mande aonde se me faça a justiça que mereço”.

Setembro 6 — Carta de el-rei de França escripta em S. Germain — “para Anguleme, Rei d'armas, sobre uns navios do Brazil,” que se tomaram, etc.

Outubro 26 — Attendendo el-rei D. João III ás supplicas

de D. Rodrigo de Acuna, expediu ordens para que lhe dessem e ás sete pessoas que restavam da não S. Gabriel, do seu commando, passagem para Lisboa; e tendo elle de embarcar em Itamaracá, onde se achava detido por Christovão Jacques, desde fins do anno de 1526, dirigiu ao seu substituto, o cavalheiro Antonio Ribeiro, a seguinte petição, nesta data:

“Senhor Antonio Ribeiro, cavalheiro da casa d’el-rei e capitão mór desta armada que anda nesta costa do Brazil.

“D. Rodrigo de Acuna, um dos capitães do imperador, que fazia parte da armada que ia para as Molucas, pelo Estreito de Magalhães, pede a vossa mercê, que, visto ter elle aportado a esta Feitoria de Pernambuco com mais sete pessoas num batel destroçado pelos francezes e desamparado dos seus proprios, haverá dois annos pouco mais ou menos e detido por Christovão Jacques, capitão-mór que foi desta mesma armada até o presente, em que S. Alteza os manda ir dando-se-lhes passagens para Portugal; que mande tirar informações, tanto dos ditos homens que vieram na sua companhia, como dos francezes que testemunharam a sua derrota, e a outros que ouviram contar o succedido consigo por pessoas que iam em as não francezas que o destroçaram, os quaes mande vossa mercê interrogar aos seus do que succedeu, desde que partimos de Corunha, até a vinda de vossa mercê a esta Feitoria, e aos francezes do que souberam a respeito, para que o imperador seja informado da verdade, e o supplicante possa dar conta de si. Portanto pede a vossa mercê mande tirar esta dita informação por João Vasques Mergulhão, escrivão desta armada e tirada por modo que faça fé como informação de sua mercê e garantia do seu direito, mandando vossa mercê dar-lh’a, pagando ao escrivão os seus emolumentos.

“Feita em Pernambuco, na Feitoria de el-rei de Portugal, hoje vinte e seis dias do mez de Outubro de mil quinhentos e vinte oito annos.

D. Rodrigo de Acuna”.

Novembro 2 — Deferida a supplica de D. Rodrigo, por Antonio Ribeiro, que substituíra a Christovão Jacques no cargo de capitão mór commandante da esquadra portugueza de guarda do littoral do Brazil contra os piratas francezes que infestavam os seus mares, começa neste dia o interrogatorio procedido na Feitoria de Pernambuco pelo referido capitão mór aos marinheiros da não S. Gabriel, segundo os termos do requerimento de D. Rodrigo de Acuna.

Neste depoimento narram uniformemente os marinheiros Jorge de Cartorico, Affonso de Napoles, Machin Vizcaino, Bartholomeu Vizcaino, Pascual de Negron e Jeronymo Genovez, as tristes aventuras de D. Rodrigo, das quaes tambem participaram, desde a partida da frota hespanhola do porto de Corunha, até que chegaram ao rio S. Francisco, depois á Ilha de Santo Aleixo e por fim á feitoria de el-rei de Portugal, em Pernambuco, terras do Brazil, onde foram bem recebidos; e que aportando uma frota portugueza em Itamaracá, da qual era capitão mór Christovão Jacques, e despachando uma não carregada de pão-brasil, supplicara-lhe D. Rodrigo que deixasse partir para Portugal, a elle e aos seus companheiros de infortunio, no que não foi attendido; e que partindo depois uma cavella para Lisbôa, tornou a supplicar que os deixasse seguir pois não havia razão para os conservar prisioneiros, mas a nada attendendo Christovão Jacques, a todos tratava como prisioneiros de galés, até que por ordem de el-rei se viam livres do seu captiveiro e com ordem de embarque para a Europa.

Tambem depuzeram depois os francezes Francisco Gordé, tripulante de um dos navios que bombardearam a não São Gabriel, e fôra depois aprisionado por Christovão Jacques e frei Guilherme de Lamel, religioso carmelita do convento de Sampol de Leon, — que disse saber do facto por tel-o ouvido narrar no mencionado convento por João Bogé, piloto de um dos ditos navios que aggrederam a referida não hespanhola São Gabriel, pela maneira e forma por que depuzera o seu companheiro Francisco Gordé, e tambem ouviu narrar diversas vezes o mesmo acontecimento por um outro homem chamado Felippe Cargorico, que fôra commissario de uma das ditas náos francezas e viêra com elle ao Brazil, tambem como commissario, em um navio de Sampol de Leon, chamado "Leynon", que fôra tomado nas costas do Brazil.

OS FRANCÊSES — TRAFICO DO PAU-BRASIL

1530

Janeiro 16 — El-rei d. João III, por carta desta data escripta de Lisbôa a João da Silveira, seu embaixador em França, manda se queixar a el-rei Francisco I, contra o procedimento dos armadores francezes, que furtiva e criminosamente vinham carregar pão-brasil e outros generos nos estabelecimentos portuguezes do Brazil.

Havia o rei de França escripto ao de Portugal pedindo-lhe emprestados 400.000 cruzados para solver certos compromissos com o de Hespanha, compromettendo-se a fazer justiça com

relação aos ataques que os francezes faziam aos navios portuguezes; e aproveitando-se d. João III desse ensejo, recommenda ao seu embaixador que scientificasse a el-rei de França, que estava prompto a dar mais 100.000 cruzados, além dos 400.000 que pedira por empréstimo, comtanto que os corsarios francezes indemnizassem aos seus vassallos de mais de 500.000 que lhes roubaram; que os navios portuguezes tomados e roubados unicamente por francezes, reinando a paz entre ambas as potencias, subiam a mais de trezentos; que el-rei de França devia castigar como a ladrões aos que fossem ás suas terras e não queixar-se de que os portuguezes a uns que encontraram no Brazil carregando madeira, os capturasse com a sua caravella, depois de haver com elles pelejado, e, posto que houvessem anteriormente roubado uma caravella portugueza, não os trataram com a crueldade de que se queixam; que, conduzidos á Lisbôa e examinada a sua causa com justiça, foi o carregamento de páo-brazil adjudicado á corôa, e, condemnados os francezes á morte, não sómente os perdoara, como os entregou ao embaixador do rei de França; que, requerendo os seus vassallos, por muitas vezes, cartas de represalias contra os francezes, nunca as concedera, contentando-se com as reclamações de justiça ao seu soberano; e enfim, que os 100.000 cruzados, e os demais, como disse, os daria, mediante a convenção firmada com elle e el-rei de França, de que os vassallos deste paiz não navegariam jamais nos mares de Portugal, de Guiné, da India e do Brazil, nem tomariam nenhum navio dos portuguezes sob pretexto algum, salvo se os encontrassem em armada de inimigos, e que, faria justiça sobre os que até então tinham sido tomados e roubados, mandando restituir as fazendas aos seus donos.

Esta carta, extractada por Munoz, do competente registro, em Portugal, por elle publicada, e reproduzida depois por Navarrette, importa talvez o mesmo documento que o Visconde de Santarém, publica com a data de 26 de Janeiro deste anno de 1530, sob o titulo de — “Instrucção d’el-rei D. João III, de Portugal, a João da Silveira, seu embaixador na côrte de França”.

PERO LOPES DE SOUSA

Dezembro 3 — Tendo em vista D. João III, firmar os limites das possessões portuguezas pelo rio da Prata, disputado pelos hespanhões, e expellir os francezes que pretendiam apossar-se de Pernambuco e da Bahia, mandou apromptar uma esquadra para semelhante fim, a qual partiu neste dia do porto de Lisbôa.

A esquadra vinha sob o commando em chefe de um distinto fidalgo, o provectoro marinho Martim Affonso de Souza, e compunha-se, além da não almirante, cujo nome se ignora, da não "S. Miguel", commandada por Heitor de Souza, do galeão "S. Vicente", commandado pelo capitão Pedro Lobo Pinheiro, das caravellas "Rosa" e "Princeza", a primeira commandada por Pero Lopes de Souza, irmão do chefe Martim Affonso, e a segunda por Diogo Leite, e de um bergantim, que se perdeu nas explorações do sul do Brazil. Veiu tambem na armada, como cosmographo, o piloto mór do reino, Vicente Lourenço.

Martim Affonso de Souza vinha investido de grandes poderes, trazia a patente do titulo de "Governador da Terra do Brazil", e quer a elle, como a quem ficasse em seu lugar, tanto no mar como em terra, no regime da colonia foi conferida alçada com mero e mixto poder, tanto no civil como no crime; a faculdade de tomar posse de todo o territorio situado dentro dos limites da linha meridiana de demarcação do que tocava á corôa portugueza, assignalando essa posse com os padrões ou marcos competentes, que para semelhante fim trazia; e investido do direito de conceder terras de sesmarias a quem as pedisse, crear tabellionatos, officios de justiça e outros cargos, como tudo consta dos competentes diplomas regios que lhe foram conferidos por el-rei D. João III, em 20 de Novembro deste mesmo anno, cujos documentos são de grande importancia não só para a nossa historia politica, como tambem para a do nosso Direito.

Desta notavel expedição portugueza escreveu Pero Lopes de Souza um "Diario", que constitue um documento de grande valor historico, e nos vae servir de guia na menção dos factos que se prendem á vida colonial de Pernambuco nessa epocha.

OS FRANCESES — "LA PELERINE"

Dezembro 31 — Parte do Porto de Marselha, com destino a Pernambuco, a não franceza "La Pelerine", sob o commando do capitão João Duperfel. O navio pertencia ao Barão de S. Blancard, general das armadas reaes de França, e vinha artilhado com dezoito canhões de bronze e outros de ferro; trazia cento e vinte soldados de guarnição, armados de béstas e lanças, um carregamento de artigos proprios de commercio com os índios, munições de guerra para uma fortaleza e instrumentos e provisões para o cultivo das terras.

A não "La Pelerine" aportou em Itamaracá em dias de Março do anno seguinte, e a sua gente apossou-se da feitoria real ahi estabelecida.

OS FRANCÊSES — SAQUE A PERNAMBUCO

Dezembro — Em dias deste mez entrou no “Rio de Pernambuco”, como diz Pero Lopes de Souza no seu “Diario”, um galeão de França, e dando um desembarque — saqueou a feitoria e roubou toda a fazenda d’el-rei que estava no dito rio. — A feitoria tinha então uma pequena guarnição para impedir o trafico de pão-brazil pelo francezes, e tomada de assalto pelos inimigos, conseguiu o seu feitor, Diogo Dias, escapar, refugiando-se a bordo da caravella portugueza “Santa Maria do Cabo”, que ia para Sofala, para de passagem pelo Rio de Janeiro ahí o deixar.

Para garantia dessa feitoria construiu Pero Lopes uma fortificação e assim permaneceu no patrimonio regio até 1534, quando ficou pertencendo a Duarte Coelho, por estar dentro dos limites das suas terras de Pernambuco, de conformidade com a respectiva carta de doação regia conferida em seu favor.

Deste anno de 1530 por diante começou o governo portuguez a olhar com mais interesse para os negocios do Brazil, acaso, em vista da tenacidade com que os francezes se empenhavam na conquista e occupação de varios pontos do seu vasto littoral, e das vantagens que tiravam na exploração do pão-brazil.

Sobre tão importante assumpto encontra-se o seguinte trecho de um escripto do Conde de Castanheira, a respeito do estado da fazenda real em Portugal no anno de 1549, excerptado por Frei Luiz de Souza nos seus “Annaes d’el-rei D. João III”: — “No Brazil tem vossa alteza gastado muito dinheiro, e começou a gartar no anno de 1530. Mysterio foí grande fazer-se a primeira despeza assim de cousa que o não merecia, e seguir-se della desarreigarem-se daquella terra os francezes, que já nella se começavam a plantar e lançar raizes”.

Entretanto, el-rei D. João III pensava de modo contrario, e confiando nas fidedignas informações que tinha, ministradas por Gonçalo Coelho, Pero Lopes de Souza e Christovão Jacques — “das cousas do Brazil e das grandes esperanças que promettiam”, — como refere o Padre Simão de Vasconcellos, tomou a inabalavel resolução de mandar povoar as suas terras, e antes mesmo de dividil-as em capitánias hereditarias, começára a providenciar de modo a iniciar a sua colonisação.

OS FRANCESES — PONTA DE OLINDA — PERCOARI

1531

Vendo-se o navio francez assim cercado, arribou á terra, fundeou meia legua em frente á ponta de Olinda e arreou um batel em que se metteu toda a tripulação, com excepção de um unico homem que ficou a bordo, e voga para terra.

Vendo isto, ordenou Martim Affonso ao capitão da caravella "Princeza" que partisse com o seu batel em demanda do escaler da náó franceza, o que executou; mas os francezes tiveram tempo de chegar á terra e de se occultarem, de sorte que, quando os portuguezes chegaram, apenas encontraram o batel quebrado, sem o menor signal de gente.

Martim Affonso apossou-se do navio, onde apenas encontrou um homem; — tinha muita artilharia e polvora, estava todo abarrotado de páo-brazil. — Este aprisionamento teve lugar em frente á ponta de Olinda, a que Pedro Lopes chama no seu Diario, "Cabo de Percaauri", Gabriel Soares, Ponta de "Pero Cavarim", e Manoel Pimentel, no seu Roteiro (1699), Ponta de "Pero Cabarigo". O autor dos "Dialogos das grandezas do Brazil", de começos do seculo XVII, porem, chama-lhe "Ponta de Jesus", naturalmente demonominação vulgar no seu tempo, por nella ficar situado — um formoso templo dos Padres da Companhia, chamada de Jesus. — Esse templo era o do Collegio dos mesmos padres, hoje Seminario Episcopal.

"Percaauri", segundo Barboza Rodrigues, é um termo de origem tupi, que quer dizer: caminho junto ao matto, de "pé" caminho, "caa", matto, e "iry", andar junto.

Theodoro Sampaio, porém, escreve a respeito:

"Do nome "Paracauri", que quer dizer "papagainho", depois alterado para "Percauri" ((Diario de Pero Lopes de Souza), com que se designava nos antigos roteiros uma ponta de terra ao norte do Recife de Pernambuco, se fez mais tarde "Pero Cavarim", como se lê em o Roteiro de Gabriel Soares, e depois ainda alterado para "Pero Cabarigo", como se fôra intenção dos povoadores de perpetuar naquella, aliás obscura localidade, o nome de algum personagem daquelles tempos".

Desde muito, porém, perdeu a situação todas as referidas denominações pela de "Ponta de Olinda", vulgar, e assim consignada nos modernos roteiros.

Ao meio dia continuou a frota a sua derrota no rumo do sul, e dobrando o Cabo de Santo Agostinho, encontra fundeada uma outra náó franceza carregada de páo-brazil, a qual é tomada sem o menor incidente.

Neste lugar ancóra a esquadra portugueza, e, á noite, mandou Martim Affonso que seu irmão Pero Lopes, com as caravellas "Rosa" e "Princeza", fosse até a ilha de Santo Aleixo, em frente a Serinhãem, onde os prisioneiros tinham dito que estavam ancoradas mais duas náos francezas carregando pão brazil, mas não as encontrou porque a tempo fizeram-se de vela.

OS FRANCEZES

Fevereiro 1 — Ao romper do dia, divisaram as duas caravellas fundeadas em Santo Aleixo, uma náao ao mar, em distancia de meia legua, que navegava com os traquetes no bordo do Norte, e vendo ella as duas caravellas, abriu todo o panno e em marcha veloz procurou evital-as.

Pero Lopes parte no encalço do navio fugitivo, mas só a "Rosa" poudo seguil-o, ficando a "Princeza" muito afastada: porém quando dobrou o Cabo de Santo Agostinho, onde estavam ancorados os outros navios da armada, largou Martim Affonso com a náao "S. Miguel" em auxilio das duas caravellas, bem como o galeão "S. Vicente" e uma das náos tomadas aos francezes, mas não conseguiram disso bom partido pela escassez de vento. Entretanto, a caravella "Rosa" conseguiu alcançar a náao antes da noite, durante a qual pelejaram sem cessar.

Fevereiro 2 — "Em rompendo a alva, escreve Pero Lopes, mandei um marinheiro ao mastro grande ver se via o capitão Martim Affonso, ou os outros navios, e me disse que via uma vela, que não divisava se era latina ou redonda. E desde ás 7 horas do dia até o sol posto, quando rendemos a náao, pelejamos sempre. A náao me deu dentro da caravella trinta e dous tiros, quebrou-me muitos apparelhos e rompeu-me as velas todas.

"Estando assim, com a náao tomada, chegou o capitão Martim Affonso com os outros navios, e logo abalroei com a náao e entrei dentro; e o capitão Martim Affonso abalroou tambem com o seu navio, e os mais dos francezes se passaram ao navio. A náao vinha carregada de pão-brasil, trazia muita artibéria e outra muita munição de guerra e só por lhe faltar polvora se rendera. Na náao não demos mais que uma bombarda com um pedreiro, ao lume d'agua; com a artilharia meúda lhe ferimos seis homens, e na caravella não mataram nem feriram a nenhum homem, do que dei muitas graças ao Senhor Deus".

O aprisionamento dessa não franceza teve lugar entre a ponta de Olinda e as proximidades da ilha de Itamaracá.

Sómente decorridos nove mezes foi que se soube em França do aprisionamento desses tres navios francezes, o que causou grande sensação, principalmente por se dizer que Martim Affonso mandára enforcar o piloto portuguez Pedro Serpa, que encontrára ao serviço dos francezes, em uma das náos.

Fevereiro 4 —Pela manhã mandou Martim Affonso a Heitor de Souza, capitão da não "S. Miguel", que fosse á terra com o seu batel, conduzindo algumas mercadorias, para ver se podia trazer alguma agua, do que havia muita necessidade a bordo, o qual regressou sem trazel-a, porque não a quiz dar a gente de terra.

Martim Affonso passa-se para a caravella "Rosa", e se fez de vela para ir adiante, ao Porto de Pernambuco (Itamaracá) "fazer algumas cousas prestes para a armada". Pero Lopes, porém, ficou com os outros navios fundeados, e ao cahir da tarde levantaram ancoras com destino áquelle mesmo porto.

Fevereiro 17 — Pero Lopes surge defronte do porto de Pernambuco e ancôra com quinze braças de fundo. Ahi encontrou a não capitanea, de seu irmão Martim Affonso, o galeão "S. Vicente", e a não franceza que aprisionaram nos recifes do Cabo de Santo Agostinho. A não "S. Miguel", porém, tinha-se desgarrado em caminho.

Martim Affonso não tinha chegado ainda com a caravella "Rosa", nem déra noticias suas, constando apenas, que no dia anterior fôra divisada uma vela ao largo, caminhando no rumo do Sul. Informaram tambem a Pero Lopes, que tinham ido ao Rio de Pernambuco, isto é, ao canal que separa a Ilha de Itamaracá do continente, ao qual os índios chamavam "Rio Jusará".

MARTIM AFFONSO

Fevereiro 19 — Martim Affonso entra no Porto de Pernambuco com a caravella "Rosa", vae depois ao Rio de Pernambuco, de onde mandou levar todos os doentes para a casa de feitoria que ahi existia.

Daquelle feitoria mandou Martim Affonso que as caravelas "Rosa" e "Princeza" fossem descobrir o Rio do Maranhão.

e que João de Souza partisse para Portugal em uma das náos francezas aprisionadas, sendo portador de communicações a el-rei, de todas as occorrencias havidas até então.

Terminados os preparativos de viagem, e queimada por ordem do capitão môr uma das náos francezas, e tomando Pero Lopes o commando da terceira que restava, já com o nome de "Nossa Senhora das Candeias", porque a tomára nesse dia de Nossa Senhora, partiu a esquadra no rumo do Sul "na sexta-feira, primeiro dia do mez de março", em cumprimento das instrucções regias que fazia.

Março 26 — Navegando a frota de Martim Affonso em rumo do Sul, chega á Bahia, e continuando a sua viagem, contra-marcha, e arriba áquelle porto neste dia, em virtude de tempo contrario e correnteza das aguas.

Logo pela manhã viu ancorado no porto um navio, do qual partiu um batel em direcção á frota, conduzindo o capitão do mesmo navio, e de quem se soube ser elle a caravella que arribára a Pernambuco, de viagem para Sofala.

No mesmo batel vinha tambem Diogo Dias, feitor da Feitoria de Pernambuco, despojado de seu cargo pela gente do galeão francez que se apossou do estabelecimento, como vimos.

O capitão Martim Affonso, refere Pero Lopes, mandou fazer as náos á vela para dentro da Bahia, chamou a gente da caravella, soltou o piloto que o capitão conduzia preso, mandou despejar o navio dos escravos e lançal-os em terra, e determinou levar comsigo a mesma caravella por lhe ser necessaria para a viagem.

Esses escravos eram, sem duvida, indios tomados em Pernambuco, porquanto não podiam ser negros, não só por não estar ainda estabelecido o trafico de africanos, como porque a caravella vinha de Portugal. Este navio tinha o nome de "Santa Maria do Cabo".

OS FRANCEZES — LA PELERINE — ASSALTO A' FEITORIA

Março — Em dias deste mez, chegou a Pernambuco a náo franceza "La Pelerine", que partira do porto de Marselha a 31 de Dezembro do anno anterior, armada pelo Barão de S. Blancard.

A náo entrou pela barra do rio Jussará, ou Santa Cruz, fundeou em frente á ilha de Itamaracá, e desembarcando a sua gente apossou-se da feitoria de Pernambuco, apenas guarne

cida por seis homens, os quaes auxiliados por alguns indios, procuraram, comtudo, oppor-se ao desembarque dos francezes; mas, facilmente vencidos pela superioridade das forças, renderam-se ao inimigo.

Os francezes apoderando-se do estabelecimento, levantam logo para a sua defeza uma fortificação provisoria, convenientemente artilhada, e com a guarnição de trinta homens, sob o commando do capitão De La Motte.

Tomada a feitoria e convenientemente garantida a sua posse, trataram logo os francezes de estabelecer relações com os indios, e dentro de pouco tempo já tinham reunido tantos generos do paiz, que mal cabiam nos depositos construidos para guardal-os; e convenientemente carregado o navio, partiu para Marselha, ficando a feitoria entregue ao capitão De La Motte.

A não "La Pelerine" partiu conduzindo um importante carregamento, que montava em cinco mil quintaes de páo-brazil, trezentos de algodão, seiscentos papagaios, tres mil pés de aninaes, trezentos macacos e muitas outras bugiarias; porém, quasi no termo da sua viagem, teve de cahir presa de uma esquadra portugueza que cruzava na embocadura do Estreito de Gibraltar, como opportunamente veremos.

Nessa epocha, os generos colonaes do Brazil tinham a seguinte cotação nos mercados da França: — o páo-brazil valia oito ducados o quintal; o algodão dez ducados o quintal; a pimenta tres ducados o quintal; os papagaios seis ducados cada um; as pelles tres ducados cada uma; e os macacos seis ducados cada um.

Segundo as reclamações do barão de Saint Blancard, a carga conduzida de Pernambuco pela "La Pereline", ascendia a 62.300 ducados.

Agosto 3 — Provisão de el-rei de França, determinando que se lançassem pregões em todos os portos do reino, ordenando que nenhum de seus vassallos — vá contractar á terra da conquista de el-rei de Portugal, sob pena de confiscação de seus bens e pessoas.

A INQUISIÇÃO

Dezembro 17 — Bulla do papa Clemente III, permittindo o estabelecimento da Inquisição em Portugal e seus dominios, depois de reiteradas supplicas e empenhos de D. João III.

Os fundamentos da concessão eram que, — "tendo-se tornado commum em Portugal os fataes exemplos de volverem aos ritos judaicos muitos christãos novos que os haviam aban-

donado, e de os abraçarem outros que, nascidos de paes christãos, nunca tinham seguido aquella crença, accrescentando o disseminar-se no reino a seita de Luthero e outras igualmente condemnadas, e bem assim o uso de feitiçarias reputadas hereticas, se conheçera a necessidade de atalhar o mal com prompto remedio, de modo que a grangrena não eivasse os espiritos”.

Aquella bulla, porém, não produziu os seus immediatos effeitos, sendo mesmo suspensa a sua execução, posteriormente, até que foi decretada uma nova concessão por bulla de Paulo III, datada de 23 de Março de 1536, ainda em vista de reiteradas instancias do mesmo soberano, ficando então definitivamente estabelecida a Inquisição em Portugal, e nomeado iogo inquisidor geral D. Diogo da Silveira, e confiada a direcção do tribunal aos padres da ordem de S. Domingos, cuja regra prescrevia — “a defensão da verdade da nossa santa fé catholica e extirpação das heresias”.

O paiz foi então dividido em quatro districtos inquisitoriaes, tendo cada um delles por séde as cidades de Lisbôa, Coimbra, Evora e Gôa, ficando o Brazil pertencendo ao districto de Lisbôa, e onde, em virtude do “Regimento do Santo Officio”, deveria ter um visitador das náos estrangeiras, com o seu escrivão e um interprete, e em cada cidade, villa ou povoação notavel, um commissario com o seu competente escrivão.

Havia tambem visitadores temporarios, alta e honrosa incumbencia, que difficil e cautelosamente se concedia, alguns dos quaes vieram em differentes epochas visitar o Brazil e estiveram em Pernambuco.

Logo no pirmeiro seculo da instituição da Inquisição começou ella a exercer a sua influencia sobre a nascente colonia.

Effectivamente, como escreve Gabriel Soares, os bispos do Brazil tinham os poderes necessarios para applicar as penas inquisitoriaes, por commissão especial, em virtude do que se chegou a proceder um auto de fé na Bahia, em que morreu queimado um francez accusado de heresia; mas, depois, essa faculdade foi limitada, podendo apenas exercel-a sobre os indios.

Esta prerogativa foi logo conferida ao primeiro bispo do Brazil, D. Pedro Fernandes Sardinha, com a conferencia da patente de commissario geral do Santo Officio na colonia, enjo cargo, ao que parece, desempenharam os seus successores, porquanto, em 1584, o exercia o bispo D. Frei Antonio Barreiros, tendo então um coadjutor em Pernambuco, que era o padre Luiz da Gran, jesuita, reitor do Collegio de Olinda.

Em 1591, veio como visitador do Brazil o deputado do Santo Officio, Heitor Furtado de Mendonça, mas o resultado da sua missão é completamente ignorado.

Além de todos esses funcionarios ou agentes inquisitoriaes, existiam, em numero illimitado, os "Familiars do Santo Officio", que serviam gratuitamente, — "pela muita honra e distincção com que eram tidos".

Das pessoas que exerceram semelhante cargo em Pernambuco, encontramos noticia das seguintes: o coronel Antonio Borges da Fonseca, nomeado por carta de 23 de Março de 1716, em cujo officio serviu—"com muito zelo e dispendio de sua fazenda nas prisões de varios christãos novos que por vezes foi prender á Parahyba nos annos de 1729 e 1731"; o coronel Antonio José Victoriano Borges da Fonseca, que foi governador do Ceará, nomeado por carta do inquisidor geral d. Nuno da Cunha, de 27 de Agosto de 1744; o capitão Bazilio Rodrigues Seixas, que no anno de 1757 era thesoureiro da dizima da Alfandega; Francisco Xavier Carneiro da Cunha, capitão-mór de Iguarassú, nomeado em 1783; Roque Antunes Correia, capitão-mór do Recife, fallecido em 1757; Manoel Antonio Ribeiro, commerciante nomeado em 1786; Domingos Affonso Rigueira, nomeado pelo bispo inquisidor d. José Maria de Mello, em 27 de Agosto de 1803; e Bento José Correia de Mello, como consta da sua carta de fidalgo, passada em 5 de Abril de 1806; José Vaz Salgado, mestre de campo do terço de auxiliares do Recife; sargento-mór Antonio Rodrigues Campello; tenente-coronel José Peres Campello; coronel Domingos Fernandes de Souza e Belchior Alves Camello, capitão-mór e alcaide-mór da villa do Rio S. Francisco.

Além das regalias inherentes ao cargo, conseguiram os familiares do governador d. Antonio de Souza Manoel de Menezes, (1763-68), a creação de uma companhia de infantaria para os auxiliar no seu serviço.

1532

Junho 28 — Certidão passada em nome do almirante do reino de França, na qual se declara — que faça prohibir que vão navios á Guiné e ao Brazil.

SANTO ALEIXO

Agosto 4 — Pero Lopes de Souza, de volta para Portugal, com dous navios da frota portugueza commandada por seu irmão Martim Affonso de Souza, que no anno anterior viêra

explorar as terras do Brazil, passa neste dia em frente á Ilha de Santo Aleixo, e avistando uma não fundeada no canal que fica entre a Ilha e o continente, e na supposição de que fosse um navio francez empregado no trafico clandestino do páo-brazil, deu immediatas ordens de preparativos para o combate, com a intenção de atacar a esse navio.

Mas, interrompendo-se neste dia a parte conhecida e publicada no seu "Diario", ignora-se não só o que occorreu nesse particular, como ainda do que houve até 4 de Novembro, data em que continúa o mesmo "Diario".

LA PELERINE

Agosto 15 — A não franceza "La Pelerine", que regressava de Pernambuco para Marselha, cahe prisioneira da esquadra portugueza que cruzava na embocadura do Estreito de Gibraltar, occasionando esse facto a necessidade que teve o navio, ao entrar no Mediterraneo, de arribar á Malaga, do que resultou chegar ao conhecimento do chefe portuguez Antonio Correia, a sua procedencia do Brazil, sendo dest'arte aprisionada ao sahir daquelle porto.

Do protesto, depois apresentado pelo Barão de Saint Blancard contra o aprisionamento do seu navio, quando teve de reclamar de Portugal uma indemnisação dos prejuizos que soffrera, constam estes pormenores sobre o facto:

"A viagem correu prospera, até que no mez de Agosto de 1532, a falta de provisões obrigou o navio a aportar a Malaga.

Ahi estava uma esquadra portugueza de dez caravellas e navios, e nella Antonio Correia, capitão-mór, e D. Martinho de Portugal, os quaes indagando d'onde vinha e o que trazia a gente da "La Pelerine", deram-lhe trinta quintaes de biscoitos para remediar o aperto e prometteram-lhe conversa até Marselha, pois que se destinavam á Roma".

"Os francezes acceitaram tanto uma como outra cousa.

Sahidos juntos, e quando não tinham andado ainda cincoenta leguas, appareceu a calmaria, e no dia seguinte, que era 15 de Agosto, fingindo D. Martinho consultar os pilotos sobre a navegação, reuniu a todos elles, e nessa occasião prendeu a Du Barran, ao mestre e a outros franceses, apossou-se da não e mandou-a para Portugal".

Agosto 19 — Carta de D. Martinho de Portugal, dirigida a el-rei D. João III, em que dá conta de uma não franceza,

do porto de Marselha, que tomou Antonio Correia, com grande valor, e foi de muita importancia pela sua procedencia do Brazil; e que—“se tornára a salvamento á sua terra, se haverão de armar outras muitas logo em Marselha, e por toda Italia”.

DIVISÃO DA COSTA PARA CAPITANIAS

Setembro 28 — João de Souza, que partira do porto de Pernambuco em 19 de Fevereiro do anno anterior, conduzindo as communicações officiaes dirigidas a el-rei por Martim Affonso de Souza, sobre todas as occorrencias até então havidas, regressa de Portugal com duas caravellas, e é portador de uma carta escripta por D. João III a Martim Affonso, data da deste dia, e na qual, depois de tratar de varios assumptos, diz o seguinte, de importancia immediata ao nosso objecto:

“Depois da vossa partida se praticou se seria meu serviço povoar-se toda essa costa do Brazil, e algumas pessoas me requereram capitancias em terras della. Eu quizera, antes disso fazer alguma cousa, esperar por vossa vinda, para com vossa informação fazer o que me bem, parecer, e que na repartição, que disse se houver de fazer, escolbaes a melhor parte. E porém porque depois fui informado que de algumas partes faziam fundamento de povoar a terra do dito Brazil, considerando eu com quanto trabalho se lançaria fóra a gente que a povoasse, depois de estar assentada na terra e ter nella feito algumas forças (como já em Pernambuco começavam a fazer, segundo o conde de Castanheira vos escrevera) determinei de mandar demarcar de Pernambuco até o Rio da Prata cincoenta leguas de costa a cada capitania, e antes de se dar a nenhuma pessoa, mandei apartar para vós cem leguas, e para Pero Lopes, vosso irmão, cincoenta, nos melhores limites dessa costa, por parecer de pilotos e de outras pessoas de que se o conde, por meu mandado, informou; como vereis, pelas doações que mandei fazer que vos enviará; e depois de escolhidas estas cento e cincoenta leguas de costa para vós e para vosso irmão, mandei dar a algumas pessoas que requereram capitancias de cincoenta leguas cada uma; e segundo se requerem, parece que se dará a maior parte da costa; e todos fazem obrigações de levarem gente e navios á sua custa, em tempo certo, como vos o conde mais largamente escreverá; porque elle tem cuidado de me requerer vossas causas, e eu lhe mandei que vos escrevesse.

“Na costa da Anduluzia foi tomada agora pelas minhas caravellas, que andavam na armada do Estreito, uma não franceza carregada de páu-brazil, e trazida a esta cidade; a qual foi

de Marselha a Pernambuco e desembarcou gente em terra, a qual desfez uma feitoria minha, que ahí estava, e deixou lá trinta homens, com tenção de povoarem a terra e de se defenderem.

“E o que eu tenho mandado que se nisso faça mandei ao conde que vos escrevesse, para serdes informado de tudo o que passa e se ha de fazer; e pareceu necessario fazer-vo-lo saber para serdes avisado disso, e terdes lá vigia dessas partes, por onde andaes, que vos não possa acontecer nenhum máo recado; e que qualquer força ou fortaleza que tiverdes feita, quando nella não estiverdes e deixeis pessoas de quem confieis, que a tenha a bom recado; ainda que eu creio que elles não tornarão lá mais a fazer outra tal; pois lhe esta não succedeu como cuidaram.

“E mui declaradamente me avizai de tudo o que fizerdes; e mandai novas de vosso irmão e de toda a gente que levastes; porque com toda a bôa que me enviardes, receberei muito prazer.”

Apezar de communicar el-rei a sua resolução de repartir as terras do Brazil, que se estendem de Pernambuco ao Rio da Prata, não teve execução essa idéia por então, e sim quasi dous annos depois, e em menor extensão que as annunciadas.

ITAMARACÁ — RENDIÇÃO DA FORTALEZA

Novembro 4 — Reunidos no porto de Pernambuco, ou Itamaracá, onde estacionavam, dois navios da frota portugueza que no anno anterior viêra ao Brazil, sob o commando de Martim Affonso de Souza, que ficára no sul com os demais navios da frota, no desempenho da sua missão, levantam ancoras neste dia e partem para Lisbôa.

A esses dois navios que eram, a não “Nossa Senhora das Condeias” e o galeão “S. Vicente”, reuniram-se duas náos francezas que Pero Lopes de Souza aprisionára na costa de Pernambuco, em 4 de Agosto, ao passar pela ilha de Santo Aleixo, e formando uma divisão naval partiam agora para Lisbôa, sob o commando em chefe do mesmo Pero Lopes.

Ao que parece, tinha este chefe o cargo de feitor ou administrador da feitoria de Itamaracá, porquanto, como refere Frei Vicente do Salvador, “deixou elle em seu lugar a Francisco de Braga”, ao partir para S. Vicente, e ao regresar agora para a Europa, “o tornou a deixar com todos os seus poderes.”

Depois que a esquadra portugueza deixou Itamaracá, no dia 1 de Maio do anno anterior, em sua derrota para o sul, oc-

correu o facto da investida e tomada da feitoria pela gente da não franceza "La Pelerine", commandada pelo capitão Dupe-rei, que para sua segurança construiu uma fortaleza provisoria convenientemente artilhada e guarnecida por trinta homens, sob o commando do capitão De La Motte, regressando depois a referida não para Marselha, com um importante carregamento de páu-brazil e outros generos do paiz.

Encontrando Pero Lopes, ao voltar do sul, a feitoria em poder dos francezes, tratou logo da sua recuperação, poz-lhe rigoroso cerco, e depois de dezoito dias de renhidos combates conseguiu apoderar-se da fortificação, arrazou-a, construiu uma outra e confiou o seu commando ao capitão Paulo Nunes.

Rendida a fortaleza, sob a unica condição da segurança da vida da gente que a guarnecia, não esperou o seu comandante, refere Frei Vicente do Salvador, — "que Pero Lopes de Souza chegasse a ella, mas, ao caminho lhe trouxe as chaves e lh'as entregou com todos os seus soldados, e despojada a fortaleza da artilharia e do mais que tinha, a mandou arrazar, fazendo outra mais forte na povoação e outra nos Marcos, para resguardo da feitoria de el-rei, que depois S. Alteza deu a Duarte Coelho, onde logo se tratou de fazer muito páo para a carga dos navios; e enquanto estas cousas se faziam, succedeu uma noite, que estando o capitão-mór com a candêa, e janella aberta, lhe atiraram de fóra com duas flechas, uma das quaes lhe foi tocando com as pennas pelo roupão, e ambas se foram pregar em umas rodellas que estavam defronte, na parede, o qual suspeitando dos francêses mandou pela manhã que os enforcassem todos e começando-se a fazer a execução, vendo dous que haviam tomado para a fortaleza por serem bombardeiros, que os mais eram innocentes, disseram em altas vozes que elles eram os culpados, que lhe haviam atirado cuidando de o acertarem, e nenhum daquelles outros tinha culpa; pelo que mandou soestar a execução nelles, e enforcar a estes outros, mas estavam já muitos enforcados, e cá se consumiram todos com o que os gentios ficaram mais estimando os portuguezes, e os começaram a ajudar a fazer suas roças e fazendas, e a cortar e trazer o páo que se havia de carregar nos navios de el-rei, o que tudo se lhes pagava muito a seu gosto."

O Barão de Saint Blancard, armador da não "La Pelerine", refere-se tambem no seu protesto sobre o aprisionamento des-

se navio, ao facto da conquista da feitoria pelos portuguezes, e depois de tratar da chegada de Pero Lopes a Itamaracá, conclue: — “poz termo á fortaleza e bombardeiou por dezoito dias. O sr. De La Motte, que era o commandante, vendo que tão cêdo não seria soccorido, propoz a capitulação, e Pero Lopes acceitou-a, promettendo vida e bens aos aliados, e leval-os a lugar livre, onde lhes daria a liberdade.

“Assim, porém, não o fez apezar do juramento solene, prestado sobre a hostia consagrada; mandou enforcar o sr. De La Motte, mais vinte companheiros, dous entregues vivos aos indios para que os comessem, e os outros levou consigo para Portugal. El-rei os mandou prender em Faro, onde passaram vinte e quatro mezes; afinal foram soltos os que restavam, excepto onze que foram enforcados e quatro que morreram de máos tratos”.

Blancard, porém, occulta o attentado de que foi victima Pero Lopes, e desconhece que se tratava de piratas, que clandestinamente traficavam em terras pertencentes á corôa portugueza.

Depois das occorencias narradas, e de convenientemente regularizados todos os negocios da feitoria, e partindo a frota portugueza para a Europa, conduziu Pero Lopes uns trinta e tanto prisioneiros francezes, que restavam, parte tomada na rendição da fortaleza e da feitoria, parte dos tripulantes dos dous navios aprezados em Santo Aleixo; bem como levou tambem alguns indios, quatro dos quaes eram chefes de tribus, sendo todos elles muito bem recebidos em Lisbôa, principalmente por el-rei D. João III, que os mandou vestir de sêdas e deu-lhes o titulo de reis.

Partindo a frota portugueza do Porto de Pernambuco, neste dia, 4 de Novembro, como vimos, só chegou a Lisbôa no começo do anno seguinte.

DUARTE COELHO E SUA CÔRTE — GENEALOGIA PERNAMBUCANA — DESCENDENTES DE HOLANDESES

Neste anno, Pero Lopes de Souza confiou a feitoria de Itamaracá a Francisco de Braga, como já relatámos na data de 4 de Novembro.

Braga, ao que parece, residia já desde algum tempo na feitoria, porquanto, como escreve Frei Vicente do Salvador, tratando dos factos occorridos na epocha, sabia elle fallar a lingua do gentio, e era tão conhecido entre elles, que não faziam

senão o que elle queria, e lhes mandava, e assim se ia a capitania povoando com muita facilidade.

Passando a feitoria á capitania particular, em virtude da doação que D. João III fizera das suas terras a Pero Lopes de Souza, em 1534, ficou Francisco de Braga no governo da nova capitania, no character de capitão-mór governador, em nome do donatario, até que se viu forçado a abandonar o seu posto, em virtude "de algumas differenças" que tivera com o donatario de Pernambuco, Duarte Coelho, que o mandou desfeitear, dando-lhe uma cutilada no rosto.

Na impossibilidade de vingar-se do donatario, embarcou Francisco de Braga para as Indias de Castella, levando tudo o que poude, pelo que, narra o citado historiador, ficou a capitania desbaratada, perdida, como corpo sem cabeça. Esses factos, cujas datas são desconhecidas, occorreram, entretanto, em 1535, depois da chegada de Duarte Coelho á sua capitania de Pernambuco.

Neste anno de 1532, já D. João III cogitava dos meios que devia empregar para iniciar a colonisação e povoação do Brazil, como vimos de um trecho da carta que dirigira elle a Martin Affonso de Souza, em 28 de Setembro.

Dividido o paiz em capitancias hereditarias, á especie de feudos, pelos privilegios e prerogativas conferidos aos seus donatarios nas respectivas cartas de doação e foraes das terras doadas, tocaram as de Pernambuco a Duarte Coelho, fidalgo illustre pelo seu merecimento e serviços, em 1534. No anno seguinte chegava elle á sua capitania e lançava os fundamentos da sua colonisação e povoação.

Duarte Coelho veio com sua familia e muita gente nobre e luzida para povoar a terra, na phrase de um historiador.

Dessa gente temos noticia, nomeadamente, das seguintes pessoas:

Felippe Bandeira de Mello e sua mulher, D. Maria Maciel de Andrada, e seu irmão Pedro Bandeira de Mello, tambem casado, — fidalgos muito honrados do nosso reino, — como escreve Borges da Fonseca, e parentes do donatario Duarte Coelho.

João Gomes de Mello, "homem muito nobre, e natural da provincia da Beira". Casou em Pernambuco com D. Anna de Hollanda, de cujo consorcio vem a familia Mello, da casa de Trapiche, do Cabo de Santo Agostinho.

Arnão de Hollanda natural de Utrech, homem nobre, sobrinho do papa Adriano VI, filho do Barão Henrique de Hollanda e Margarida de Florença, irmã do referido pontifice. Casou em Pernambuco com D. Brites Mendes de Vasconcellos, natu-

ral de Lisbôa, filha do fidalgo Bartholomeo Rodrigues, camareiro-mór do infante D. Luiz, filho de D. João III. Deste matrimonio vem a familia dos Hollandas, depois entrelaçada com outras, principalmente com a Cavalcanti de Albuquerque.

Antonio Bezerra Felpa de Barbuda, de nobre estirpe, que deixou larga e illustre descendencia, pelas allianças contrahidas nas mais distinctas familias da colonia.

Foram essas sómente as pessoas que podemos apurar, que acompanharam a Duarte Coelho em 1535, além de seu cunhado, Jeronymo de Albuquerque, que teve um grande numero de filhos illegítimos, legitimados e legítimos, sendo estes, havidos de sua mulher D. Felippa de Mello, dos quaes e dos legitimados, procedem as familias Albuquerque Maranhão, Albuquerque Mello e Cavalcanti de Albuquerque.

Vieram depois, muitas outras pessoas de distincção, das quaes, preferentemente, podemos menciónar as seguintes:

Os irmãos Sibaldo Lins e Cristovão Lins, fidalgos florentinos e parentes do grão-duque de Toscana, como refere um nosso chronista de meados do seculo XVII, Fr. Manoel Calado.

O primeiro casou com D. Brites de Albuquerque, e o segundo com D. Adriana de Hollanda, filha de Arnão de Hollanda, cuja larga descendencia, quer de um quer de outro casal, ainda se perpetua em todos aquelles que usam do seu appellido.

D. Felippe de Moura. Veiu em 1556, quando governava a capitania, sua tia D. Brites de Albuquerque, em nome de seu filho o segundo donatario de Pernambuco. Casou elle duas vezes: a primeira na familia Albuquerque e a segunda na Cavalcanti.

João Paes Barreto. Era natural de Vianna, em Portugal, e da nobre estirpe dos morgados de Bilheiras. Veiu para Pernambuco em 1557, e casou com D. Ignez Guardez, filha de Francisco Carvalho de Andrade, de nobre linhagem, e de sua mulher D. Maria Tavares Guardez, senhores do engenho S. Paulo, situado na Varzea do Capibaribe. Vem dahi a familia Paes Barreto.

Gongalo Mendes Leitão, de preclara familia, irmão do bispo do Brazil, D. Pedro Leitão. Casou com D. Antonia de Albuquerque, filha de Jeronymo de Albuquerque com a india D. Maria do Espirito Santo Arcoverde, recebendo em dele, em 1555, as terras de Paratibe, nas quaes fundou um grande engenho de assucar. Deixaram larga descendencia.

Felippe Cavalcanti, fidalgo florentino, já residia em Pernambuco em 1556. Casou com D. Catharina de Alberquer-

que, filha de Jeronymo de Albuquerque com a índia D. Maria do Espirito Santo Arcoverde, legitimada por concessão régia, e de cujo consorcio vem a familia Cavalcanti de Albuquerque De Felippe Cavalcanti, particularmente, nos occuparemos no anno de 1589, tratando do seu governo da capitania.

Braz Barbalho Feio, de familia fidalga, veiu logo nos primeiros annos da povoação de Pernambuco, e casou com uma filha de Francisco Carvalho de Andrade, fidalgo da casa real, e senhor do Engenho S. Paulo, da Varzea. E' numerosa e distincta a familia originaria deste casal.

Alvaro Fragoso, natural de Lisbôa, moço fidalgo da camara d'el-rei D. Sebastião, veiu para Pernambuco no seu reinado, e casou com D. Joanna de Albuquerque, filha legitima da de Joronymo de Albuquerque.

José Peres Campello. Veiu em 1680, e fundou um engenho a que deu o nome de "Peres", junto ao do Giquiá, em Afogados, cujas fabricas não existem mais. E' o tronco da familia Peres Cameplo.

Luiz do Rego Barreto, de nobilissima familia, já estava em Pernambuco em 1596, quando exercia o cargo de vereador da camara do senado de Olinda. Casou com uma filha de Arnão de Hollanda, de cujo consorcio vêm as familias Rego Barros e Barros Barreto.

Gaspar de Souza Uchôa. Veiu para a colonia em fins do seculo XVI ou começos do immediato. Era militar, e capitão já em 1638, chegando ao posto de mestre de campo general. Casou com uma filha de Marcos André, senhor do engenho da Torre, e de cujo consorcio vem a familia Uchôa.

Os nomes que vimos de consignar, são somente para dar uma simples idéa da natureza da gente que veiu estabelecer-se na nascente colonia, em grande parte de elevada hyerarchia, trazendo suas familias e haveres proprios, que lhe proporcionavam a fundação de engenhos de assucar, preferentemente para os quaes, por concessão donatorial recebiam todos, a titulo de sesmarias, as terras necessarias, de perpetua propriedade, livres de fóros e pensões, e gosando ainda das vantagens e favores de animação régia; ou fazendas de culturas varias, exploração do páo-brazil e outros generos de especulações faceis e proveitosas; porquanto, como elementos geraes, completos, de todos quanto vieram para Pernambuco, empenhados na sua colonisação, ahí estão, em vulto, os seus nomes com a desenvolvida menção das familias que insti-

lhiram, nos quatro alentados volumes "in folio" da "Nobiliar-ehia Pernambucana", que contém as memorias geneologicas das familias mais distinctas, com a noticia da origem, antiguidade e successão de cada uma dellas", escripta pelo coronel Antonio José Victoriano Borges da Fonseca, em 1771-1777.

Além de toda essa gente, que poderemos chamar de primeira plana social da colonia, veiu tambem uma segunda, igualmente de grande vulto, que constituia a classe dos mercadores e a dos mestiraes ou mesteres como se dizia na epocha, dos officios, profissões, artifices e officiaes mechanicos; e emfim, da gente de mar e soldados da guarnição da praça.

A respeito das familias de Pernambuco, houve alguns escriptos, dos quaes muito se utilisou Borges da Fonseca, dando-se ao trabalho de colleccional-os convenientemente.

Figura em primeiro lugar um escripto do capitão Jeronymo de Faria Figueiredo, de 1654, mas apenas referente á familia dos Novos, a que pertencia, pelo seu casamento com uma filha de Gonçalo Novo de Lyra, senhor dos engenhos Espirito Santo e Santa Luzia de Araripa, e á dos Bezerras; seguindo se-lhes: Antonio Feijó de Mello, natural de Pernambuco, cavalheiro de Christo e capitão-môr da villa de Serinhãem, em 1666, que escreveu uma — Relação muito exacta de todos os filhos legitimos e naturaes que teve Jeronymo de Albuquerque, seu bisavô, seus casamentos, e dos netos que de cada um delles teve; — José de Sá e Albuquerque, fidalgo cavalheiro da casa real, cavalheiro da ordem de Christo, alentado proprietario e senhor dos engenhos Santo André e Novo da Muribeca, que escreveu em 1650 umas "Memorias geneologicas", que seu filho Antonio de Sá e Albuquerque adiantou muito, Francisco do Rego Barros, pernambucano, padroeiro da capella de N. S. do Pilar e povoador da fazenda real em 1738-1750, que escreveu umas memorias de varias familias nobres de Pernambuco e com particular individuação das que vinham de Arnão de Hollanda, de que descendia; finalmente, Fernão Frago de Albuquerque, que escreveu em 1755 um trabalho sob o titulo de "Manifesto", referente á genealogia e descendentes de Jeronymo de Albuquerque, seu ascendente.

No elemento branco, colonizador, que vimos de tratar, avultou tambem uma classe de individuos de baixa esphera, de costumes pervertidos, a dos degredados, uma vez que o Brazil, por diversas disposições regias foi convertido em homisio para todos os criminosos foragidos, e de degredo para o cumprimento das penas impostas áquelles que nas mesmas incorriam por seus crimes, apezar das reclamações a respeito dirigidas ao

soberano pelo donatario de Pernambuco, como se vê, particularmente, da sua carta de 20 de Dezembro de 1546. (V. sobre os degredados as datas de 31 de Maio de 1535 e 21 de Julho de 1704).

Esses homisiados e degredados chegaram mesmo a penetrar na zona sertaneja da capitania, como se vê da gente que em 1603 partiu em uma expedição militar sob o commando de Pero Coêlho de Souza, para o descobrimento e conquista das terras do norte, em numero de 200 homens portuguezes e 800 indios frecheiros, peliguares e tabajares, — “os quaes 200 homens portuguezes são todos gente do sertão, mamelucos, tangos máos e “homisiados”, — segundo um documento da epocha.

Com o fim de promover o desenvolvimento da população e da agricultura do paiz, baixou um alvará expedido da côrte de Madrid, por el-rei Felipe III, em 8 de Dezembro de 1530, concedendo favores e prerogativas ás pessoas que viessem com suas familias para o Brazil, notando-se em taes vantagens a concessão de terras para a cultura.

O ultimo elemento branco, enfim, que aliás não avulta, sem exclusão do portuguez, que permaneceu em corrente mais ou menos regular, foi o hollandez, com o facto da sua invasão na capitania, em 1630, e cuja occupação chegou apenas até 1654.

Assim estabelecidos os hollandezes em Pernambuco, e firmada a sua dominação contrahiram nupcias entre nós, contra es quaes, por serem elles de religião opposta á catholica, insurgira-se o donatario da capitania, Marquez de Basto, nas suas “Memorias”, escrevendo, que era para sentir-se, vêr as raizes que o inimigo ia lançando nas praças que occupava, como Rio Grande, Parahyba, Itamaracá e Pernambuco, casando muitos calvinistas e outros hereges com catholicos, — uniões essas, aliás, que, segundo as nossas chronicas coevas, parece que não avultaram, pelas poucas que mencionam.

Tratemos, portanto, das que encontrámos relatadas.

D. Anna Paes, a rica e bella pernambucana, na phrase de Varnhagen, proprietaria do engenho que depois tomou o nome de Casa Forte, e viuva do capitão Pedro Correia da Silva, casou com o capitão Carlos de Tournalon, commandante da guarda do príncipe Mauricio de Nassau, cujo enlace, celebrado por um predicante calvinista, escandalisára immenso a nossa gente, vindo dahi o juizo, sem duvida severo, do autor do “Valeroso Lucifero”, sacerdote catholico, então em Pernambuco, chamando D. Anna Paes — “a mais desenvolta mulher de quantas houve no tempo deste captiveiro na capitania de Pernambuco, porque, sendo filha de nobres paes, e rica, e haver sido casada com Pedro Correia da Silva, homem fidalgo, por sua morte, vendo-se

viuva e moça, se foi casar, ou para melhor dizer, amancebar com um calvinista, e quiz ser recebida por um predicante desta seita, com grande escandalo do povo catholico”.

Enviuvando depois D. Anna Paes, passou a terceiras nupcias com Gilberto de With, membro do Conselho Supremo e commandante da burguezia do Recife, e referindo-se ainda o citado chronista a este novo enlace matrimonial, celebrado na igreja dos francezes calvinistas, diz que a nubente se ostentára com tanto desaforo e pouco pejo, que os proprios hollandezes que assistiram o acto, se admiraram da sua desenvoltura.

Um hollandez, a quem o referido chronista apenas menciona por “Mestre João”, morto em Camaragibe pelo capitão Domingos Fagundes, pardo, filho de um homem nobre, casou com D. Isabel de Araujo, viuva do capitão Souto, que supponmos ser o capitão Sebastião do Souto.

Abrahan Traper, que casou com D. Leonor Cabral, da familia dos Bezerras, do engenho S. Jeronymo, da Varzea do Capibaribe.

“Gaspar van der Ley”. Capitão de cavallaria, casou com D. Maria de Mello, filha de Manoel Gomes de Mello e de sua mulher D. Adriana de Almeida, fidalgos da antiga e nobilissima fahagem e senhores do engenho Trapiche, do Cabo, para cujo enlace abraçou elle a religião catholica, sendo assim o acto celebrado segundo seu ritual.

O primeiro dos quatro filhos que teve do seu consorcio, nascido em 1641, foi chamado João Maricio van der Ley, em homenagem a seu padrinho de baptismo, o principe João Mauricio, Conde de Nassau, governador geral do Brazil-hollandez, vindo dahi, commumente na familia, o nome de “João Mauricio”, ainda hoje mantido.

Ao rompimento da revolta emancipacionista em 1645, van der Ley tomou o partido pernambucano, e muito se distinguiu na campanha. E' elle o tronco da familia “Wanderley”, como assim foi convertido o seu appellido. O autor do “Valeroso Lucideno” escrevia já no seu tempo (1646), estropeadamente, “Vandley”, vindo dahi a corruptela até chegar a Wanderley, como assim já é consignado pela “Nobiliarchia Pernambucana”, livro onde se encontram a genealogia e os brazões das familias de Pernambuco.

Gaspar van der Ley era um hollandez de familia distincta e de antiga fidalguia, como attesta o principe Mauricio de Nassau, em documento conhecido.

Como narra a referida chronica, apenas vinte mulheres casaram com hollandezes; mas, quanto aos homens, nenhuma dama hollandeza se pôde gabar que portuguez algum de Per-

nambuco se affeiçãoſſe á mulher da parte do norte da Europa; não digo eu, conclue o mesmo chroniſta, para casar com ella, mas nem ainda para tratar amores, ou para alguma desenvoltura.

Está, porém, em desaccordo com semelhante passagem do eſcriptor, o trecho final do tópico de uma carta de Nassau, dirigida á Companhia das Indias Occidentaes, nestes termos, inslando que animasse a colonisação dos seus domínios no Brazil:

“Não é com guarnições, nem com o terror que os hollandezes se hão de defender sempre, mas com o affecto do povo.

Muito se aproveitaria isto, concedendo-se aos noivos, por occasião de seu casamento, terras para cultura, sete annos de isenção de dizimos, e no fim desse tempo mais um anno de immuniſade para cada filho que tivessem. Pareceria no entanto de ingrata injustiça fazer isso sem conceder tambem uma graça aos senhores e feitores de engenhos de assucar, cuja fidelidade está provada, que tinham supportado o mais duro da guerra; “casando muitos com hollandezas”, e fazendo com o seu trabalho florescer a Companhia”.

Quanto aos hollandezes, porém, como escreve o mencionado chroniſta do tempo, contradictoriamente, o “principe João Mauricio de Nassau, bem como grande numero de flamengos deixaram muita descendencia em Pernambuco e pelo norte das capitánias”.

Um desses foi Henrique Hus, naturalmente filho do coronel do mesmo nome, derrotado nas jornadas de Tabocas e Casa Forte, cahindo mesmo prisioneiro nesta ultima, o qual Henrique Hus ficando em Pernambuco, naturalmente em companhia de sua mãe, morreu assassinado, como se vê do officio de 21 de Abril de 1674 do governador da capitania, D. Pedro de Almeida, dirigido ao governador geral do Brazil, a respeito de um edital que publicou “sobre os delinquentes que mataram Henrique Hus”.

Registremos, enfim, o nome do Dr. Jacob de Andrade Velloſino, nascido em Pernambuco, filho de um hollandez, mas, naturalmente, de mãe pernambucana ou portugueza, como indica o seu appellido de “Andrade”. Medico e eſcriptor distinctíssimo, deixou na Hollanda, para onde seguira em companhia de seu pae em 1654, um nome de grande conceito.

Depois da capitulação, ficaram residindo no Recife varios hollandezes de um e outro sexo, o que consta do inventario dos predios que deixaram elles naquella praça, em que são mencionados como locatarios de muitos dos ditos predios, bem como ainda outros estrangeiros de nacionalidades differentes,

como francezes, italianos e allemães; e é obvio que pelo interior ficassem tambem muitos outros hollandezes, onde seria mais facil a sua conservação no empenho das suas propriedades ruraes.

Como escreve Zacharias Wagner, que esteve por algum tempo em Pernambuco na epocha do dominio hollandez, — “do contacto deshonesto de mulheres brasilienses (indias), tanto com portuguezes como neerlandezes, nascem muitos bastardos (namelucos), entre os quaes, não raro, se encontram formosos e delicados typos, tanto de homens como de mulheres... As mulheres casam com frequencia entre a gente da sua casta; na maioria, porém, são muito honestas e legalmente cobiçadas para esposas legitimas por portuguezes, ás vezes bem ricos, e tambem por neerlandezes abrasados de paixão”.

Como ainda escreve Wagner, os hollandezes tambem tiveram relações carnaes com as mouras, — como assim chamavam elles a mulher preta, e que se eram escravas, e tinham filhos compadecido o pae, da miseria e desgraça da condição de seu proprio filho, comprava-o por bom dinheiro ao seu senhor, e assim passava a creança do captiveiro para a liberdade.

Deixaram os hollandezes em Pernambuco, portanto, raizes mais ou menos pronunciadas da sua raça, as quaes, positivamente, só se conhecem naquelles que ainda hoje legitimamente mantêm o appellido de Wanderley, de origem fidalga, como indica o “van” usado pelo instituidor da familia entre nós, e conforme attestou o principe de Nassau em 1666, num documento que Borges da Fonseca inseriu na sua “Nobiliarchia Pernambucana”, no artigo consagrado á familia van der Ley.

A deturpação daquelle appellido, vinha já, talvez, do tempo em que vivia o proprio instituidor da familia. “Vandley”, escrevia então um chronista, referindo-se á sua attitude no movimento restaurador, e dahi “Wanderley”, que só tem de particular a reunião de tres vocabulos, “van-der-Ley”, em um só, e sem alteração phonetica, uma vez que o “W” inicial do primeiro, é uma letra propria do alphabeto das linguas do norte da Europa, a que pertence a Hollanda, e que tem o som de “V”, nada soffrendo assim a pronuncia do appellido.

Um documento regio de valor, firmado em 8 de Novembro de 1678, confirmando a nomeação de capitão de um filho de Gaspar van der Ley do mesmo nome, conferida por patente do governador de Pernambuco, D. Pedro de Almeida, e com aquelle posto, o commando da companhia de infantaria da ordenança dos moços colteiros da freguezia do Cabo de Santo Agostinho, por duas vezes mencionando o seu nome, escreve: “Gas-

por Wanderley". Estava então já assim vulgarizado o appellido.

1533

MARTIM AFFONSO DE SOUZA

Janeiro 21 — Carta de el-rei d. João III ao conde de Castanheira, communicando-lhe que Martim Affonso de Souza tomou na sua viagem duas náos francezas com trinta e tantos homens de França e quatro indios do Brazil, que chama reis. Mandou el-rei que os francezes ficassem presos no Limoeiro e os navios em Lisbôa, e que os indios, fossem bem tratados e vestidos de sêda.

Por uma outra carta do mesmo dia, como refere Frei Luiz de Souza,—“consta que Martim Affonso de Souza, correndo a costa do Brazil, veio a Pernambuco, e alli achou os ditos francezes, que tinham feito fortaleza, e lhes tomou e a poz em poder dos portuguezes”.

Martim Affonso de Souza, depois de illustrar o seu nome no Brazil, pelos serviços que prestára, para onde veio com grandes poderes, como commandante no mar e depois em terra, regressa para Portugal na primeira monção deste anno, e chegando á Lisbôa, teve logo a nomeação de capitão-mór do mar da India, e depois a investidura de vice-rei.

Dos seus serviços no Brazil teve elle condigna remuneração, á qual já nos referimos na data de 28 de Setembro de 1532.

Publicando F. A. de Varnhagem o “Diario da navegação” da armada portugueza que veio ao Brazil em 1530, sob o commando de Martim Affonso de Souza, traça em bellissimos relevos a sua feição biographica, e Camões, tratando do seu governo da India, em substituição de D. Estevão da Gama, faz referencias aos seus serviços na America, escrevendo nas estrophes LXIII e LXVII, do canto X dos “Lusiadas”:

Das mãos do teu Estevão vem tomar
As redeas um que já será illustrado
No Brazil, com vencer e castigar
O pirata Francez, ao mar ousado.

.....
Este será Martinho; que de Marte
O nome tem co'as obras derivado;
Tanto em armas illustre em toda parte,
Quanto em consêlho sabio e bem cuidado.

Janeiro 25 — Carta de el-rei ao conde de Castanheira, mandando ordens á costa da Malagueta, afim de que Duarte

Coelho, capitão-mór de uma esquadilha ahí estacionada, passasse a Pernambuco para desalojar os francezes, que haviam tomado terra e construído uma fortaleza.

Com a chegada de Pero Lopes á Lisbôa, e sabidas as occorrencias havidas em Pernambuco, foi revogada aquella ordem, ficando Coelho incumbido de cruzar com os seus navios na allura dos Açores. Comtudo, como entende Varnhagen, foi despachada para Pernambuco uma caravella em principios do anno seguinte, sob o commando de Vicente Martins, e com ordens para Paulo Nunes, que ficára investido por Pero Lopes do commando da fortificação de Pernambuco.

1534

CAPITANIA DE PERNAMBUCO — DUARTE COELHO

Março 10 — Carta de doação passada em Evora, por el-rei d. João III, em favor de Duarte Coelho, fidalgo da sua casa, pela qual lhe fez mercê, em attenção dos seus serviços. “de seu moto proprio, sem elle pedir nem outrem por elle”, — “de sessenta leguas de terra na costa do Brazil, as quaes se começarão no Rio de S. Francisco, que é do Cabo de Santo Agostinho para o Sul, e acabarão no rio que cerea em redondo toda a Ilha de Itamaracá, ao qual rio ora novamente ponho o nome de Rio Santa Cruz, e mando que assim se nomeie e chame daqui por diante e isto com tal declaração que ficará com o dito Duarte Coelho a terra da banda do Sul, e o dito rio onde Christovão Jacques fez a primeira casa de minha feitoria, e a cinquenta passos da dita casa da feitoria pelo rio a dentro ao longo da praia se porá um padrão de minhas armas e do dito padrão se lançará uma linha cortando a Oeste pela terra firme a dentro, e a terra da dita linha para o Sul será do dito Duarte Coelho, e do dito padrão pelo rio abaixo para a barra e mar, ficará assim mesmo com elle Duarte Coelho a metade do dito rio de Santa Cruz para a banda do Sul, e assim entrará na dita terra e demarcação della todo o dito rio de S. Francisco e a metade do rio de Santa Cruz pela demarcação sobredita, pelos quaes rios ella dará serventia aos visinhos delles, de uma parte e da outra, e havendo na fronteira da dita demarcação algumas ilhas, hei por bem que sejam do dito Duarte Coelho, e annexar a esta sua capitania sendo as taes ilhas até dez leguas ao mar na fronteira da dita demarcação para a linha de Leste, a qual linha se entenderá do meio da barra do dito rio Santa Cruz, cortando de largo ao longo da costa, e entrarão na mesma largura pelo sertão e terra firme a dentro, tanto quanto poderem entrar e for de minha conquista, a qual

terra pela sobredita demarcação assim lhe faço doação e mercê de juro e herdade para todo o sempre como dito é, e quero e me praz que o dito Duarte Coelho, e todos os seus herdeiros e successores, que a dita terra herdarem e succederem se possam chamar capitães e governadores dellas”

Taes são os termos da carta de doação das terras, que constituíram depois a capitania de Pernambuco, na parte referente á sua extensão e limites, seguindo-se depois a consignação dos direitos e prerogativas do donatario, que, resumidamente, são estes:

Plena jurisdicção civil e criminal, o direito de nomeação do ouvidor e juizes, e mais funcionarios de justiça, sendo a sua alçada civil até 100\$000 e no crime até á pena de morte, sem appellação nem aggravo, com excepção das pessoas nobres, cuja alçada se limitava a dez annos de degredo e até cem cruzados de pena, nas mesmas condições, salvo nos casos de heresia, traição, sodomia e moeda falsa.

O direito de erigir villas com o seu competente termo, jurisdicção, liberdades e insignias, de crear e prover os officios de tabelliães do publico e judicial e dar-lhes os competentes regimentos; bem como a mercê de juro e herdade nas alcaldarias môres de todas as villas e povoações, com as suas respectivas honras e vantagens.

O juro e herdade das moendas de aguas, marinhas de sal e quasequer outros engenhos, procedendo o seu levantamento de licença e o ajuste do fóro ou tributos competentes.

O juro e herdade de dez leguas de terra ao longo da costa, com a extensão pelo sertão “tanto quanto poderem entrar”, livres de fóro, tributo ou direito algum, salvo o dizimo a Deus.

Conferir cartas de semarias de terras a quaesquer pessoas que solicitarem, de conformidade com as leis respectivas, livres de onus, salvo o dizimo a Deus, não podendo, porém, fazer taes doações á sua mulher, filhos e herdeiros, nem tão pouco tomar qualquer porção para si proprio.

Metade da dizima real do pescado de toda a capitania, menos porem no que se fizer dentro das suas dez leguas, porque são ellas isentas e livres de tributos.

Dizima de todas as rendas e direitos, quer reaes, quer da ordem de Christo, constando essa dizima na percepção de uma sobre cada dez partes arrecadadas; e mais uma vintena da renda liquida da corôa, livre de custo, de todo o pão-brazil que se exportasse para o reino.

O juro e herdade dos escravos que resgalasse e existissem na capitania, podendo mandar vinte e quatro annualmente para

Lisbôa, para o fim que bem lhe conviesse, tendo ditos escravos despachos livres de direitos ou imposição alguma; podendo além disso, empregar como marinheiros e grumetes em seus navios os escravos que quizesse e fossem necessarios.

Isenção ao donatario e seus successores, bem como aos moradores da capitania de todos e quaesquer tributos e impostos, salvo aquelles que — por bem desta doação e do Foral ao presente são ordenados que haja.

Que o governo, bens e rendas da capitania são resarvados de juro e herdade para todo sempre, não só ao donatario como aos seus descendentes directos e legitimos, e de preferencia varões, estabelecendo-se com desenvolvimento e clareza os modos das successões collateraes e até mesmo illegitimas.

Proibição sobre pretexto e em tempo algum, de que a capitania, governança e todos os direitos e privilegios conferidos a Duarte Coelho se — partam, alienem, espedacem, ou se dêem em casamento, ou para outra qualquer cousa por onde haja de ser partida, ainda que seja a mais piedosa; — sob pena da perda da capitania e sua governança, passando então “a aquelle que houvera de ir, se o tal que isso assim não cumpriu fosse morto”.

No caso que o donatario, por crime grave viesse a perder a capitania, a sua governança, jurisdicção e rendas, a não perderia o seu successor, salvo se fosse traidor á corôa; e quanto a outros crimes, “seria punido quanto o crime obrigasse.”

Que na capitania não entraria em tempo algum corregedor “para usar de jurisdicção alguma por nenhuma via, nem modo que seja”; que o donatario não seria suspenso da sua governança e jurisdicção, e que se cahisse em algum erro e fizesse cousa por que merecesse e pudesse ser castigado, elle soberano, cu os seus successores, o mandaria chamar para ser ouvido com sua justiça a lhe ser dada aquella pena ou castigo que de direito por tal caso merecesse.

Emfim, conferia poderes e autorizava a Duarte Coelho, a que por si, e por quem lhe approvesse, tomasse posse real, corporal e actual das terras da capitania e governança e das rendas e bens seus, e de todas as mais causas conteúdas na doação, usando de tudo inteiramente como nella se contém.

Tal foi a doação de sessenta leguas de terra no littoral do Brazil conferida a Duarte Coelho, bem como as suas vantagens, direitos e prerogativas. Essa doação e as demais conferidas na mesma epocha, constituíram o Brazil como que em diversos e distinctos feudos, até que pouco a pouco foram todas ellas revertendo á posse e soberania da corôa.

CAPITANIA DE ITAMARACA' — PERO LOPES DE SOUZA

Setembro 1 — Carta de doação passada em Evora por el-rei d. João III, em favor de Pero Lopes de Souza, pela qual se lhe fez mercê de oitenta leguas de terra na costa do Brazil, sendo quarenta, a começar de doze leguas ao sul da Ilha de Cananéa e terminando na terra de Sant'Anna; e dez do rio de Curpacé ao de São Vicente; — “e as trinta leguas que fallecem, começarão no rio que cerca em redondo a ilha de Itamaracá, ao qual rio eu ora puz o nome de Rio de Santa Cruz e acabação na Bahia da Traição, que está em altura de seis grãos; e isto com tal declaração, que a cincoenta passos da feitoria, que de principio fez Christovão Jacques pelo rio a dentro ao longo da praia, se porá um padrão de minhas armas; e do dito padrão se lançará uma linha, que cortará a Oeste pela terra firme a dentro, e a terra da dita linha para o Norte será do dito Pero Lopes; e do dito padrão pelo rio abaixo para a barra e mar ficará assim mesmo com elle Pero Lopes a metade do braço do rio Santa Cruz da banda do Norte, e será sua a dita Ilha de Itamaracá e toda mais parte do dito rio da Santa Cruz, que vai ao Norte”.

Quanto ao mais, no que concerne a direitos, prerogativas e vantagens, este diploma regido é completamente igual ao que foi conferido a Duarte Coelho, fazendo-lhe doação da capitania de Pernambuco, menos, porém, a concessão das dez leguas de terra de morgado, que por uma apostilla lavrada na carta de Pero Lopes, em 21 de Janeiro de 1535, foram elevadas a 16, e bem assim, que os escravos que annualmente podia mandar para Lisbôa, livres de direitos, fossem 39 em vez de 24.

Esses dous diplomas, de grande valor não só para a nossa historia politica como tambem para a do nosso direito, se encontram, em sua integra, no tomo I das “Memorias historicas de Pernambuco”, por J. B. Fernandes Gama, sendo de notar, com relação á carta de Pernambuco e o seu respectivo Foral, que a sua impressão foi feita segundo uma certidão authentica, extrahida em 1793, dos proprios originaes existentes na Torre do Tombo, em Lisbôa, a requerimento do coronel Antonio Marques da Costa Soares.

FORAL DE PERNAMBUCO

Setembro 24 — Carta de Foral da Capitania de Pernambuco, lavrada em Evora, por el-rei d. João III, pela qual estatue os direitos, fóros, tributos e coisas que na dita terra hão de pagar “assim do que pertence ao soberano e á corôa, como do

que pertence ao capitão donatario Duarte Coelho, em virtude da sua carta de doação”, na fórma e maneiras seguintes:

Conferir carta de sesmarias, perceber uma dizima do quinto que cabia á corôa de qualquer sorte de pedraria, perolas, aljófar, ouro, prata, coral, cobre, estanho ou outra qualquer sorte de metal que houvesse na capitania; e do páo-brazil, ou outra qualquer droga ou especiaria, que ficava exclusivamente pertencendo á corôa, podia o donatario como os moradores se utilizar de tudo na terra.

De todo o pescado, não sendo a canna, se pagaria uma dizima á ordem de Christo, “que é de dez peixes um”, ficando para o donatario uma meia dizima, “que é de vinte peixes um”; livre importação e exportação de mercadorias, “tirando escravos, e as outras mais coisas que acima são defesas”, pagando somente a cisa do que se vender; e das mercadorias exportadas para o estrangeiro, pagar-se uma dizima real, da qual perceberia o donatario a sua redizima, e o mesmo com relação ás importadas.

Os mantimentos, armas, artilharia, polvora, salitre, enxôfre e quaesquer munições de guerra, quer para o donatario, quer para os moradores, não pagavam direito algum.

Os mercadores que chegassem para vender suas mercadorias, só podiam tratar com o donatario e povoadores da terra, sendo-lhes vedado, porém, tratar, comprar ou vender coisa alguma aos indios; e ao donatario foi incumbida a inspecção dos navios a sahir, emquanto não houvesse feitor ou official regio que se incumbisse desse serviço.

O donatario e os moradores da capitania podiam livremente commerciar com outras capitánias sem pagar direito algum, sendo, porém, vedado esse commercio com os indios, aos que viessem de fóra.

Aos alcaides môres das villas e povoações permittiu-se-lhes a arrecadação de todos os direitos, fóros e tributos que lhes tocavam pelas leis do reino.

O donatario podia estabelecer barcas de passagem nos rios, mediante o tributo taxado pela camara, porém dependente de confirmação regia; e cada tabellião pagaria uma pensão de quinhentos réis annuaes ao mesmo donatario.

Os moradores e povoadores da capitania eram obrigados, em tempo de guerra, ao serviço militar, se fosse necessario.

Taes são, em substancia, os termos do Foral da capitania de Pernambuco, cuja integra se encontra no tomo I das “Memorias historicas de Pernambuco” por J. B. Fernandes Gama.

Setembro 25 — Apostilla de el-rei d. João III, lavrada em Évora, na carta de doação da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho, passada na mesma cidade em 10 de Março deste anno, revogando a mercê da metade da dizima do pescado da dita capitania, conferindo em satisfação della — outra metade do dizimo do mesmo pescado, que ordenei que se pagasse de mais, além da dizima inteira, segundo é declarado no Foral da mesma capitania.

Outubro 2 — Alvará de el-rei d. João III, lavrado em Évora e dirigido ao provedor, almoxarife e officiaes da Alfandega de Lisbôa, conferindo franquia a alguns artigos que Duarte Coelho tinha de trazer para Pernambuco, pelo qual el-rei lhe fez mercê — “dos direitos que havia de pagar do ferro e cousas outras que mandou trazer de fóra do reino para provimento dos seus navios em que ora vai para o Brazil, e isto até á quantia de quarenta cruzados do que montar nos ditos direitos”.

Outubro 6 — Foral da capitania de Itamaracá passado em Évora por el-rei d. João III, conferido ao seu donatario, o fidalgo Pero Lopes de Souza, e nos mesmos termos que o de Pernambuco. A sua integra vem tambem nas referidas “Memorias” de Fernandes Gama.

ASSUCAR

Neste anno, ou no seguinte, como refere o dr. Freire de Allemão, em um escripto seu, sobre as plantas aclimadas no Brazil, Martim Affonso e seu irmão Pero Lopes de Souza, donatarios das capitanias de S. Vicente e de Itamaracá, fizeram um contracto social com João Vicente, Francisco Lobo e Vicente Gonçalves para fundarem dous engenhos para o fabrico de assucar, sendo um na ilha de Itamaracá e outro em S. Vicente, hoje S. Paulo, cujo contracto foi lavrado nessa epocha; isto é, — entre os annos de 1533 e 1534, — quando aliás a canna de assucar já era cultivada tanto em uma como em outra capitania, remettendo mesmo a de Itamaracá algum assucar para a metropole em 1526, como vimos.

ITAMARACÁ

Neste anno de 1534 confia Pero Lopes de Souza o governo da sua capitania de Itamaracá a João Gonçalves, sobre o que assim se expressa Varnhagen:— “Para a capitania de Itamaracá, chamada de Santa Cruz, mandou Pero Lopes de Souza, pelos annos de 1534, por seu loco-tenente, a João Gonçalves, ao depois nomeado almoxarife e feitor regio, o qual contractára a fabrica de um engenho de assucar, que não sabemos se levou a effeito.

Fundou João Gonçalves a villa capital que denominou da “Conceição”, na propria ilha que deu o nome á capitania”.

1535

ITAMARACÁ — FUNDAÇÃO DA VILA E DA IGREJA

Janeiro 21 — Registra-se na camara do senado da villa de Itamaracá a carta de doação da capitania, conferida a Pero Lopes de Souza no anno anterior, facto este que importa a fixação precisa da data da fundação da capitania e anterior installação do conselho municipal, gosando já a localidade do predicamento de villa, conferido pelo seu donatario, em virtude das faculdades que lhe cabiam, conferidas pela carta de doação das terras da capitania.

A villa Marial ou de Nossa Senhora da Conceição de Itamaracá, foi situada no cimo de uma formosa collina, a pouca distancia do Porto dos Navios ou canal da barra de entrada, e fundada por Francisco de Braga, capitão-mór governador da nascente colonia, e loco-tenente do seu donatario, naturalmente a propria situação occupada pelos francezes, onde levantaram a sua feitoria, uma fortaleza com uma guarnição de mais de cem praças, com muita artilharia e munições, e onde se recolhia a gente dos seus navios que vinham carregar de generos coloniaes.

Concorrentemente com o predicamento de villa conferido á capital ou séde da colonia, veio o de parochia, em epocha desconhecida, mas naturalmente, em meados do seculo. Como data averiguada e mais remota da sua existencia, encontramos o anno de 1585, em um minucioso escripto do Padre José de Anchieta, sob o titulo de “Informações da Provincia do Brazil”, dirigido ao superior da ordem dos jesuitas em Portugal, e datado da Bahia a 31 de Dezenbro deste anno, no qual, tratando da capitania de Itamaracá, diz que a villa “tinha o seu vigario”.

No livro "Rezão do Estado do Brazil", de 1612, já vem a parochia mais accentuadamente mencionada, porquanto, tratando da capitania de Itamaracá, diz que "tinha duas freguezias", uma na ilha e outra em Goyanna, com os seus competentes vigarios e coadjuutores, percebendo aquelle 50\$ e estes 25\$ de congruas, com as vantagens de mais umas ordinarias.

Emfim, escreve Frei Vicente do Salvador em 1627, que a villa da Conceição de Itamaracá tinha uma "igreja matriz do mesmo titulo".

Constava então a capitania de quatro parochias, sendo ellas as da villa de N. S. do Rosario de Goyanna, de N. S. da Penha de Taquara, e de S. Lourenço de Tejucupapo, com vinte engenhos de açúcar, sendo dous situados na propria ilha, dos quaes, aandonados por occasião da invasão hollandeza, em 1637 já restavam poucos vestigios da sua existencia. Presentemente existem na ilha trez engenhos: Amparo, com uma capella desta invocação, S. João, igualmente, e Macacheira, com uma dedicada a N. S. dos Prazeres. E' provavel que dous desses engenhos sejam restauração dos primitivos. Um outro engenho que tinha, denominado Queimadas, está hoje convertido em fazenda de lavoura.

IGARASSÚ — CHEGADA DE DUARTE COELHO — HISTORICO DA VILA

Março 9 — Segundo um documento que existia no archivo do mosteiro de S. Bento, em Olinda, e citado por Mariz nas suas "Instituições canonico-patrias", foi neste dia que o donatario Duarte Coelho entrou pela barra de Itamaracá e tomou posse da capitania. Esse documento não pôde ser outro senão o Foral da Camara de Olinda, passada em 1537, no qual se lê, que foi o mesmo Foral tirado do livro do tombo das terras da capitania mandado fazer pelo donatario — "quando chegou na era de mil quinhentos e trinta e cinco, a nove de Março do dito anno, quando tomou posse destas terras e governança dellas." — cujo documento existia archivado naquelle mosteiro, como opportunamente veremos.

Coelho, como refere Frei Vicente do Salvador, veio com uma grossa armada, trazendo sua mulher D. Brites de Albuquerque e seu cunhado Jeronimo de Albuquerque, e desembarcou no rio Yguarassú, no lugar que depois se chamou os "Marcos" — porque alli se demarcam as terras de sua capitania com as

de Itamaracá,—onde já existia uma feitoria régia para o tráfico do pão-brazil, e uma fortaleza de madeira, na qual se recolheu elle com a sua comitiva e residiu por algum tempo.

Foi daquella antiga feitoria, segundo o citado historiador, que o donatario deu ordem para que se levantasse e errigisse a "Villa de Iguarassú", confiando essa incumbencia a um honrado vianez chamado Affonso Gonçalves, seu companheiro nas jornadas da India. Para a nascente villa mandára elle vir de Viana seus parentes, — "que tinha muitos e muitos pobres, os quaes vieram logo com suas mulheres e filhos e começaram a lavar a terra entre os mais moradores, que já havia, plantado mantimentos e cannas de assucar, para o que começara já o capitão a fazer um engenho."

Deste porto dos Marcos, escreve Jaboalão, sahio Duarte Coelho, e deixando esse braço do rio que cerca a ilha de Itamaracá pelo poente e buscando outra vez o mesmo rio para o sul pouco mais de uma legua, navegando por elle acima duas ao mesmo poente ou meio dia, deram fundo e saltaram em terra, não sem grande opposição do gentio, que no alto, a margem daquelle porto tinha uma muf forte e abastada aldeia, que depois de larga resistencia, combates pelejas, foram vencidos e afugentados os seus habitadores. Foi a ultima vitoria a vinte e sete de Setembro, dia dos gloriosos martyres Santos Cosmes e Damião, e á sua memoria consagraram logo aquelle lugar, levantando nelle igreja sua, e dando principio a uma povoação, que depois passou á villa com os nomes dos santos martyres, e foi a primeira da capitania de Pernambuco

A localidade, que recebeu o nome de "Igarassú", corruptela de ygara-açu", barco grande, navio, canôa grande, barco de alto bordo, originario dos índios, vem do facto, como escreve Theodoro Sampaio, de ser o porto desde os primeiros annos da colonia, visitado por bárcos que o attingiam com o concurso da maré.

Aquella igreja, com a invocação dos referidos santos, já estava construida em 1548, como se vê de uma carta de Affonso Sanches, seu fundador, dirigida ao rei a 10 de Maio daquele anno, e teve depois a categoria de matriz com a criação da paróchia de Iguarassú, em epocha porém desconhecida; mas como se vê da "Informação da Provincia do Brazil", do Padre José de Anchieta, escrita em 1585, já então estava erecta e canonicamente provida. Escreve elle ao terminar a sua noticia sobre a villa de Olinda : "Junto a ella cinco leguas está

uma villeta que tem 110 visinhos de brancos “com o seu vigario.”

Positivamente, porem vem já a parochia mencionada no Livro “Resão do Estado do Brazil em 1612” e com particular declaração de que o “Vigario de Iguarassú” percebia 73\$900 annuaes das suas ordinarias. Na igreja matriz notadamente, se vêem quatro grandes paineis a oleo, “de muito boa pintura”, na phrase de Jaboatão, dous dos quaes commemoram o desembarque do donatario Duarte Coelho na localidade, a sua victoria nas pelejas com os indios e a construção do templo, como bem assim narram as suas respectivas legendas, nestes termos:

1.º painel:—A primeira terra, que em Pernambuco tiveram os portuguezes foy esta de Igaracú, nome que lhe trouxe á admiração dos naturaes, vendo a grandeza das nossas embarcações, sendo o mesmo na sua lingua, Igaracú, que he Não Grande, chegando a ella no anno de 1536, em 27 de Setembro dia de Santos Cosme e Damião, com cujo patrocínio vencerão no mesmo dia uma grande multidão de Indios, e expulsando-os fóra, attribuirão aos santos a victoria.—Ita Fr. Raphael de Jesus in Castriot. Lusit. liv. I n. 15. — E para maior triumpho do esquecimento, se fez este de parte das esmolas que deo para esta Igreja o Illustrissimo Senhor D. José Fialho de feliz mem. Bispo de Pernambuco, no ano de 1729, e fez a festa á sua custa.”

Inscripção do segundo painel: — “Vencidos os indios pelos Portuguezes em o dia dos Santos Cosme e Damião, em reconhecimento de tão grande beneficio, no mesmo lugar da victoria, que he este de Igaracú, fundarão logo este templo, o primeiro que houve em Pernambuco, e o consagrarão aos gloriosos Santos, d’onde forão sempre continuas suas victorias e maravilhas, e debaixo da protecção dos mesmos Santos fundarão esta villa, que tambem foy a primeira que houve. — Ita Castriot. Lusit. liv. I n. 15. — E para maior memoria se mandou pôr este quadro, no anno de 1729, e o deo de esmola o R. P. Felix Machado, Coadjutor do Recife.”

As imagens dos padroeiros da igreja não são as primitivas, porquanto, como escreve Jaboatão, é tradição constante, que as imagens da capella do engenho Inhobim, nas visinhanças da cidade da Parahyba, dedicada aos santos martyres Cosme e Damião são as primeiras e as mesmas que houve e foram collocadas na igreja da povoação de Iguarassú, e que dalli pelos tempos adiante, mandando-se fazer outras novas as antigas se traspassaram para a capella do referido engenho de Inhobim.

A categoria de villa, porém, teve-a logo á fundação da povoação, conferida pelo donatario Duarte Coelho, em virtude da faculdade regia que a respeito gosava pelo artigo quarto da carta de doação da capitania de Pernambuco, impondo-lhe o nome de Santa Cruz, como se vê já da sua menção no Foral da camara de Olinda, outorgado pelo mesmo donatario em 1537, com a fixação dos limites de ambas as vilas assim expressos:

—“E porque do Rio Doce para a banda do norte fica com o termo de Santa Cruz, outro tanto ao longo do mar, quzentas braças pela terra dentro de arvoredo para madeira e lenha do povo da villa de Santa Cruz, assim como atraz conteúdo é para a villa de Olinda”.

Essa denominação da villa, dada pelo donatario, vem naturalmente, da de “Santa Cruz”, que recebeu o rio Jussará, que separa o continente da ilha de Itamaracá, imposta por D. João III na carta de doação de Pernambuco, ou ainda, concorrentemente, com as de S. Domingos e Monjope, que teve o rio Iguarassú, que no seu curso atravessa a villa e desagua no rio Santa Cruz, em frente á ilha de Itamaracá. Vem dahi, por haver sido a primeira villa fundada em Pernambuco, e depois pela sua distincção, os seus honrosos titulos de “Muito nobre, sempre leal, e mais antiga Villa de Santa Cruz e Santos Cosme e Damião de Iguarassú da Capitania de Pernambuco”. Deste primitivo titulo honorifico da villa, resta apenas a sua menção em antigos documentos, e sobre o qual, ocorre um alvará de 1693, expedido pelo rei D. Pedro II de Portugal, a requerimento da camara do senado da villa, no qual foi consignado o traslado de um outro lavrado por D. João III, conferindo á villa de Iguarassú a mercê daquelle titulo, com que o referido rei D. João III a condecorára, a pedido do donatario Duarte Coelho, quando conferiu esse predicamento de villa, motivando a camara solicitar o traslado do alludido alvará o facto de se haver perdido o original na epocha da dominação hollandeza.

Teve tambem a villa, talvez concorrentemente com a denominação originaria de Santa Cruz, e “de Cosmos”, como escreve Cabriel Soares, em 1587, naturalmente oriunda dos nomes dos seus padroeiros os Santos Cosme e Damião, como se collige de Frei Vicente do Salvador, fallando annos depois da villa de Iguarassú, “ou dos Santos Cosmos”. Gabriel Soares, porém, assim se occupa da localidade naquella epocha: “A “Villa de Cosmos” está junto ao rio Igarazú que é o marco entre as capitancias de Tamaracá e Pernambuco, a qual villa será de duzentos visinhos pouco mais ou menos, e em cujo termo ha tres engenhos de assucar muito bons”.

Predominava, porém o nome vulgar de "Igaracú", originario dos índios e já corrente quasi que contemporaneamente á sua fundação, porquanto em 1548, Hans Staden, só trata da localidade com o nome de "Garasú", e Frei Vicente do Salvador, já com o de "Igaracú" nos albores do seculo XVII, e dahi o corrente, official, de "Iguarassú".

Primeira residencia de Duarte Coelho, o donatario de Pernambuco, foi dahi, que se encaminhou elle para o sul, pelo littoral, até que descobriu as collinas de Marim, com uma grande povoação de índios, e que se apossando della, fundou a villa de Olinda, constituindo assim a localidade a séde do governo da capitania.

A nascente villa de Iguarassú, apezar do revez por que passou em 1548, do que a seu tempo nos occuparemos, muito prosperou, teve os fóros de parochia, e assim, em 1630, á entrada dos hollandezes, era um importante centro de população, e contando no seu districto oito engenhos de assucar, dentre os quaes, sem duvida, um que vinha de 1580, e pertencia então ao capitão Jorge Camello. Do que era a villa em 1630, podemos fazer uma idéa, segundo uma estampa do seu aspecto que vem na obra de Barleus, onde se destaca a igreja matriz, uma pequena capella, com uma só porta e um oculo sobreposto, e servindo de campanario dous elevados páos com um travessão no alto, do qual pendia um sino. A um lado vêem-se o convento de S. Francisco, as edificações da villa e um pouco mais afastadas as ruínas de um grande edificio, "Ruinoe urbis", segundo a respectiva legenda. Effectivamente, Iguarassú, em 1580, como escreve um chronista, merecia já então mais o titulo de cidade que de villa, e ainda hoje (1844) as ruínas dos seus magnificos edificios testificam a sua antiga opulencia.

Além dos já mencionados templos da matriz e do convento dos franciscanos, tem mais a cidade os do recolhimento de mulheres, de S. Sebastião, fundado em 1735, e de N. S. do Rosario, tendo outróra mais os da Santa Casa de Misericordia e de N. S. dos Prazeres, que por algum tempo serviu de matriz, que desappareceram desde muito.

A igreja de N. S. do Rosario, fundada por uma irmandade de homens pretos da localidade, sob a mesma invocação, vem da segunda metade do seculo XVII, uma vez que foi visitada pelo bispo D. Frei Francisco de Lima, que regeu a diocese de 1695 a 1704, como consta, e em cuja visita permittiu elle que a corporação mandasse celebrar somente uma missa por alma de seus irmãos, em vista da sua pouca renda.

Instituída já então a irmandade de N. S. do Rosario, e funcionando na própria igreja da sua padroeira, teve o seu respectivo compromisso accedido em mesa de 24 de Junho de 1706, sendo este copia do de igual corporação erecta na sua igreja da cidade de Olinda, e approvedo na parte religiosa, por provisão do bispo D. Manoel Alvares da Costa, de 8 de Abril de 1711.

Verificando o juiz de capellas Dr. João Bernardo Gonzaga, em correição de 22 de Outubro de 1732, a falta de ordem civil para a erecção da irmandade e de approvação do seu competente compromisso pelo mesmo poder, ordenou que a irmandade satisfizesse taes preceitos, e o que requerendo, obteve por provisão regia de 16 de Abril de 1770.

Esse compromisso da irmandade, cujo original, de 1706, tivemos em mãos, obedece aos moldes geraes dos documentos congeneres, mas tem alguma cousa de particularmente propria, com a prescripção de só poder fazer parte da corporação a gente preta, assim creoulos como creoulas da terra, como de Angola, Cabo Verde, S. Thomé, Mossambique e de outra qualquer parte, livres e escravos, "comtanto que saibam a doutrina christã e sejam capazes de receber o Sacramento da Communhão".

A sua administração, composta de homens pretos, creoulos e angolas, tinha excepção porém quanto ao cargo de thesoureiro, que, segundo a Constituição VI do compromisso, — "deve ser sempre um homem branco, abastado de bens, zeloso e temente a Deus, para seguirem o seu bom conselho, e nada se fará sem a sua assistencia e voto".

Em 1639 teve a villa as suas armas conferidas por Mauricio de Nassau, constantes de um escudo com trez carangueijos, ou mais propriamente "aratús", em roquete, armas estas que figuravam no sello da municipalidade, tendo em contorno a legenda: "Camera van Igarasv".

Iguarassú muito soffreu com a invasão hollandeza, e talvez venham dahi aquellas ruinas que vimos na estampa de Barleus; e memora um dos seus ataques, um grande painel que se vê na sua igreja matriz com esta legenda: — "Depois de terem os Hollandezes saqueado esta villa de Igaracú no anno de 1632 em o primeiro de Mayo tornando á ella, no tempo em que estavam povoando a Ilha de Itamaracá, a buscar a telha de algumas casas e Igrejas para fabricar as que faziam, indo de telhar tambem esta Igreja Matriz dos Santos Cosme e Damião, o não poderão conseguir, porque dos que subirão a cima, huns ficarão cegos e outros mortos, — Ita. Com. Tra-

dict. — E para memoria se pôs este quadro no anno de 1729, que o deo de esmola o R. P. Manoel de Barros Valle”.

Irrompendo em fins de 1685 uma terrivel epidemia, que se prolongou por mais de sete annos, invadindo o interior, e victimando mais de duas mil pessoas, foi notavel o facto de ficar immune a villa de Iguarassú, o que se vê commemorado em um grande painel a oleo collocado na igreja matriz em 1729, e cuja legenda o menciona.

Em virtude de uma resolução do Conselho Ultramarino, de 8 de Novembro de 1754, e communicada á camara do senado da villa por provisão regia de 23 do mesmo mez, foi placitada a sua resolução conferindo a Santo Antonio o titulo de “Protector da Camara”, com a propina de 27\$000 annuaes que percebia cada um dos seus vereadores, sendo dita quantia entregue ao padre guardião do seu convento para as despezas do culto.

Em 1746 comprehendia o districto da villa as parochias de Tracunhãem, Maranguape e S. Lourenço da Matta, e a sua guarnição militar constava de 2 companhias de auxiliares com 139 praças, 1 de cavallaria com 59, 1 de Henriques com 77 e 5 de ordenanças com 438, dando um total de 713 praças.

A povoação teve um cemiterio provisorio fundado em 1855 por uma associação beneficente então installada, ao apparecimento do cholera morbus, até que em 1864 foi substituido por um outro fundado pela camara municipal, no terreno para este fim offerecido em 1859 pelo Dr. Manoel Joaquim Carneiro da Cunha.

Iguarassú tem hoje os fóros de cidade, conferidos pela Lei Provincial n. 130 de 3 de Julho de 1895.

DEGREDAOS PARA O BRAZIL — O CASTELLO DE DUARTE COELHO

Maio 31 — Alvará mandando que as penas de degredo para as ilhas de S. Thomé e do Principe passassem a ser cumpridas no Brazil, o que foi ainda mandado observar por um outro alvará lavrado a 5 de Outubro do mesmo anno; e dahi a frequente expressão de “Degredado para o Brazil”, applicada a certas penas, consignada no codigo da legislação portugueza chamada as “Ordenações do Reino”.

Além daquelles actos promulgados por D. João III, encontramos mais um outro, que baixou no seu reinado (1521-1557), sobre o assumpto, si bem que, sem data conhecida, mas concebido nestes termos:

“Attendendo el-rei a que muitos vassallos, por delitos que commettem, andam foragidos e se ausentam para reinos estrangeiros, sendo, aliás, de grande conveniencia que fiquem antes no reino e senhorios, e sobretudo que passem para as capitánias do Brazil que se vão de novo povoar, ha por bem declaral-as coito e homisio para todos os criminosos que nella quizerem ir morar, ainda que já condemnados por sentença até em pena de morte, exceptuados somente os criminosos de heresia, traição, sodomia e modea falsa. Por outros quaesquer crimes não serão de modo algum inquietados”.

Convertido assim o Brazil em degredo, começaram as remessas de condemnados portuguezes por crimes de toda a especie logo que se foi povoando o paiz, trazendo elles no seu proprio corpo o estigma da sua infamia, indelevelmente impresso a ferro em braza; e assim, mandados para a nascente colonia da Terra da Santa Cruz, limpava Portugal as suas prisões e sa-neava as suas enxovias.

De par com semelhante gente, tivemos o pobre africano, livre e feliz na sua terra natal, mesmo barbaro e selvagem como era, e da qual, aleivosamente arrancado, vinha para terra estranha, onde se via reduzido á mais triste e perpetua escravidão, bem como toda a sua infeliz descendencia!

Esse estado de coisas durou por quase dois seculos, uma vez que, constituida a colonia do Brazil em degredo, neste anno de 1535, de começos da sua colonisação, assim permaneceu até 1722, quando foi decretada a sua extincção.

A Pernambuco, porém, cabia mais geralmente a partilha de semelhante gente, por ser conhecido o rigor com que a tratava o velho e energico donatario Duarte Coelho.

Contra semelhante preferencia, porém, representou elle ao soberano por varias vezes, em vista dos damnos que essa gente causava á nascente colonia pelo seu desregrado procedimento, e ainda por carta dirigida ao rei em 20 de Dezembro de 1546, reiterava elle esses seus portestos, como se verá desse documento textualmente consignado na alludida epoca, concluindo por pedir providencias contra o procedimento — das gentes de Itamaracá, que acoitavam os criminosos e degredados que fugiam de Pernambuco, e se negavam a entregal-os para serem punidos, — apezar de expressa disposição regia sobre o caso, uma vez que aos degredados “em caso algum era permittido sahir das capitánias que lhe houvessem sido assignaladas para cumprirem suas sentenças”, como consta do Regimento de 17 de Dezembro de 1548, dado a Thomé de Souza, primeiro governador geral do Brazil.

Esse mesmo Regimento, porém, facultava ao governador geral — prover em officio de justiça e fazenda áquelles que prestassem bons serviços na armada ou em terra, exceptuando somente os condemnados por crime de furto ou falsidade.

Apesar dessa corrente de immigração forçada, que se não cessou completamente, não tomou certo vulto, graças ás reclamações do donatario e ao rigor com que tratava a esses degradados, affluia espontaneamente, e a convite do mesmo donatario, grande numero de familias de gente honesta e trabalhadora, e ainda mesmo de gente grada e nobre, de cujos nomes e descendencias estão cheios os quatro grossos volumes “in fol.” da “Nobiliarchia Pernambucana” de Borges da Fonseca, e que constituíram em bôa parte os elementos de população da colonia, sobre os quaes, assim se expressa o autor dos “Dialogos das grandezas do Brasil”, escriptos em 1618:

“Esses povoadores, que primeiramente vieram a povoar o Brasil, a poucos lanços, pelo largueza da terra, deram em ser ricos, e com a riqueza foram largando de si a ruim natureza, de que as necessidades e pobreza que padeciam no reino os faziam usar; e os filhos dos taes, já enthronisados com a mesma riqueza e governo da terra, despiram a pelle velha como cobra, usando em tudo de honradissimos termos, como se ajuntar a isto o haverem vindo depois a este estado muitos homens nobilissimos e fidalgos, os quaes casaram nelle, e se ligaram em parentesco com os da terra, em forma que se ha feito entre todos uma mistura de sangue assás nobre; e então, como neste Brasil concorrem de todas as partes diversas condições de gente a commerciar, e este commercio o tratam com os naturaes da terra, que geralmente são dotados de muita habilidade, ou por natureza do clima ou do bom céu que gosam, tomam dos estrangeiros tudo o que acham bom, de que fazem excellente conserva para a seu tempo usarem della”.

Cessando, como vimos, a corrente de remessa de degradados para Pernambuco, não só pelos motivos apontados, como pela importancia que ia tendo a capitania pelo seu desenvolvimento e progresso, já em 4 de Maio de 1617 baixava uma carta regia determinando que a pena de degredo para o Brazil e outras partes fosse commutada para o Maranhão, dahi por diante, — por ser nova conquista e mui necessario povoal-a, assim como se fez nas outras deste reino: — em 1620 resolveu o governo da metropole commutar para Cabo Verde ou S. Thomé o degredo das mulheres para o Brazil, e posteriormente baixou um decreto, em 18 de Janeiro de 1677, providenciando sobre os degradados para o Brazil, declarando-se nas sentenças condemnatorias o lugar certo em que deviam elles cumprir a

pena; e em 20 de Outubro de 1672 o governador de Pernambuco Fernão de Souza Coutinho, publica um Bando, comminando a pena de "degredo para o Ceará, e a tratos", naturalmente de polé, aos militares fugitivos dos seus postos na guerra da conquista dos Palmares; até que por fim, por decreto de 28 de Março de 1722 foi positivamente prohibido o degredo para o Brazil e a nova Colonia do Sacramento, no Rio da Prata.

Neste anno de 1535, depois de firmada a situação definitiva dos estabelecimentos colonias de Pernambuco, no ponto mais culminante de Olinda, na chapada que fica entre as igrejas da cathedral e da Misericordia; fundou o donatario Duarte Coelho, nesta mesma situação, um castelo regularmente construido, para defeza da nascente colonia contra o ataque dos indios, e a cuja sombra se alojou com toda a sua gente.

A fortificação, segundo Varnhagen, era uma especie de castello, quadrada, e á maneira das torres de menagem dos solares da idade media, e com as demais obras exteriores necessarias á sua defeza.

Como refere Simão de Vasconcellos, a fortificação constava de uma torre de pedra e cal, cujas ruinas ainda perseveravam em fins do seculo XVII; mas o seu abandono vinha já de longa data, porquanto as nossas chronicas não mencionam o castello de Olinda entre as fortificações que oppuzeram resistencia á entrada dos hollandezes em 1630.

O castello campeava, sem duvida, no ponto central da chapada da collina, e talvez no local em que se levanta o unico sobrado que existe na linha de casas que olham para o Recife, e constituem, com os predios fronteiros, uma larga e extensa rua, cujos extremos se prendem ás duas mencionadas igrejas da cathedral e da Misericordia.

Essa rua, a principal dos tempos aureos de Olinda, onde estavam situadas as casas do governo colonial e as de residencia dos donatarios e da fidalguia da terra, por isso, talvez, teve a primitiva denominação de "Rua dos Nobres"; depois "dos Ourives", e por fim a de "Rua Nova", com que é vulgarmente conhecida, apezar da moderna denominação e official imposição de "Rua do Bispo Coutinho", em homenagem á memoria do sabio brasileiro d. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, que tão dignamente empunhou o baculo da igreja pernambucana, e que tantos serviços prestou a esta terra no seu duplo character de bispo e governador.

O MARCO DAS CAPITANIAS DE PERNAMBUCO E ITAMARACÁ — A ESTANCIA DOS MARCOS

Neste anno, talvez, foi assentado um marco á margem meridional do canal que separava as capitánias de Pernambuco e Itamaracá, de conformidade com as prescripções das respectivas cartas de doações, sobre esse particular.

Esse marco ou padrão real, que até o anno de 1888 existiu plantado no proprio sitio em que fôra levantado no seculo XVI, cujo local por esse motivo ficou sendo chamado “do Marco, ou Sitio dos Marcos”, no littoral do Município de Iguarassú, em frente ao engenho Amaparo, da ilha de Itamaracá, e a poucos passos da pancada do mar, está hoje recolhido ao museu do Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco, e constitue pela sua importancia histórica, um monumento de inestimavel valor.

O padrão é de marmore branco finissimo e granuloso, mas pela sua muita antiguidade, e exposto ao tempo por mais de tres seculos, ficou completamente ennegrecido. E' propriamente uma columna, sem base, destinada a ser meio enterrada, como effectivamente foi, tendo porém, na parte superior um escudo das armas reaes portuguezas, encimado por uma corôa, ainda não fechada, como a ducal e assim usada então pelos reis de Portugal, a qual, porém, já não existia quando occorreu a remoção do marco.

Até 1888, quando foi desenterrado para ser transportado para o Recife, a parte superior do marco, que se elevava do solo, media quatro metros e meio, ficando o escudo voltado para o lado de leste; e campeava no littoral do continente, em terras do engenho Tabatinga, entre a povoação de Itapissuma e a foz do rio Iguarassú, — a uns duzentos passos do salgado, a essueste da matriz da Conceição, na ilha de Itamaracá, a esnordeste da capella do engenho Amparo da mesma ilha, ao nordeste da barra e ao sudoeste da fortaleza de Santa Cruz no extremo oriental da ilha. (V. “Revista do Instituto Pernambucano” ns. 36 pg. 53, e 40 pg. 99).

Na paragem dos Marcos ou Porto dos Marcos foi estabelecida uma Estancia ao romper da campanha da restauração, como assim Calado designa a localidade, contemporaneamente, e da qual consta logo o seguinte, da patente de capitão de infantaria, conferida a Bento de Macedo de Faria, por João Fernandes Vieira, capitão-mór e governador desta guerra da liberdade divina, “dada nesta campanha de Pernambuco aos 9 dias do mez de Agosto de 1645”.

“Nesta acclamação da liberdade divina foi uma das principaes pessôas que na villa de Iguarassú, nomeada de Santos Cosme e Damião, fronteira á ilha de Itamaracá, onde assiste o inimigo hollandez, se offerveceu e apresentou-se ao capitão-mór Antonio Cavalcanti, que por meu mandado alli governava com uma companhia de manebos que naquelle districto havia levantado com a qual foi pela ordem que se lhe deu assistir na Estancia que chamam dos Marcos, por ser de muita consideração, onde o inimigo podia sahír com muito perco risco, não estando tambem fornecida, em a qual assistiu o tempo de dous mezes; achando-se nas occasiões de peleja, que com o inimigo se offereceram, em as quaes o dito capitão fez bem a sua obrigação, e procedendo sempre como muito valente e honrado soldado”.

A 20 de Julho de 1646 foi o sitio dos Marcos atacado pelos hollandezes, que sahindo com uma força do forte de Orange, da ilha de Itamaracá, atravessaram o rio, á noite, e investiram o presidio; porém, não obstante a hora, não conseguiram surprehender a guarnição, que, advertida pelo rebate dado pelas sentinellas, se preparou para a defeza, recebendo os assaltantes com duas cargas seguidas de mosquetaria; e vendo assim elles que nada poderiam conseguir, tomaram para o seu forte.

Nessa estancia, situada á beira mar, á margem direita da foz do rio Santa Cruz, e fronteira ao forte de Orange, levantou depois a nossa gente uma “perfeita e acabada fortaleza”, que é, naturalmente, a que figura em uma planta da Ilha de Itamaracá, do anno de 1648, no “Sitio dos Marcos”, junto á foz do rio Iguarassú, á margem direita.

1536

A INQUISIÇÃO EM PORTUGAL E NO BRAZIL

Março 26 — Bulla do Pontifice Paulo III, permittindo o estabelecimento da inquisição em Portugal.

Instituida na França, no seculo XII, e repellida logo ao nascer, foi abrigar-se na Italia e na Allemanha, ainda que não conseguisse grande desenvolvimento. Onde, porém, a sua acção tomou grandes proporções e criou vigorosas raizes, foi na Hespanha, no seculo XV, em que Torquemada, seu primeiro iaquisidor, de triste celebridade, fez queimar durante 18 annos do seu ministerio 8.800 pessôas, de 10.294 que metteu em processo e torturas. Visinha de Portugal, ligados os dous paizes por estreitos laços de amizade, e intimamente aparentadas as duas casas reinantes, foi facil a propagação da inquisição, de sorte que por Bulla do Santo Padre Clemente III, datada de 17 de

Dezembro de 1531 foi ella estabelecida em Portugal. (Veja a data 17-12-1531).

Estabelecida a Inquisição e installado o terrivel tribunal do Santo Officio, começaram logo os christãos novos portuguezes, judeus e seus descendentes, a emigrar para outros paizes, conduzindo todos os seus haveres, levando a novas paragens a sua actividade e labor, o commercio e a industria, as sciencias e as artes, que Portugal inconsciente e fanatico expellia de seu seio, para em breve ver-se arruinado e empobrecido.

A emigração dos christãos novos portuguezes, diz A. Herculano, tinha tomado já em 1544 dimensões extraordinarias. A Asia e a Turquia da Europa recebiam diariamente no seu seio familias portuguezas, que, á sombra da meia tolerancia do islamismo, iam buscar essa pouca liberdade religiosa que não achavam na patria. Dez annos depois, só na cidade de Ancona havia perto de tres mil judeus portuguezes ou oriundos de Portugal, parte dos quaes eram crianças já nascidas em Italia, e cujos paes, por consequencia, tinham abandonado o paiz nesta epocha de mais feroz perseguição, ou pouco anteriormente: Em Ferrara e em Veneza era tambem grande o numero delles. Muitos deviam acolher-se a outros pontos, onde haviam já buscado refugio os seus perseguidos irmãos. A Inglaterra, a França, mas sobretudo os Paizes-Baixos, fortaleciam a sua industria e o seu commercio com os elementos de riqueza que o inepto chefe de uma pequena e empobrecida monarchia lançava fora com perseverança insensata.

Em 1591 foi nomeado visitador do Santo Officio no Brazil Heitor Furtado de Mendonça, que, chegando enfermo á Bahia, — fez a sua primeira sahida, ainda mal convallescido, para assistir o primeiro acto de fé, em que publicava na Sé as suas patentes e concedia tempo de graça.

Assim, já em Agosto do referido anno estava aquelle visitador no exercicio do seu cargo, e embarcando para Pernambuco a 2 de Setembro de 1593 a bordo da náó "S. Miguel", aqui ainda estava em igual dia do anno de 1595. Até á sua vinda, eram os bispos do Brazil os commissarios do Tribunal do Santo Officio na colonia, com appellação para o tribunal superior de Lisboa.

1537

O FORAL DE OLINDA

Março 12 — Carta de Foral conferida á camara da villa de Olinda, por Duarte Coelho, donatario da capitania de Pernam-

buco, cujo documento consta da seguinte certidão, passada pela mesma camara em 28 de Março de 1822:

Foral da Camara desta Cidade de Olinda e doação que fez o donatario Duarte Coelho, confirmada por sua Magestade, e extrahida na fórma da petição junta e ordem do dito Senhor.

Senhor desembargador Ouvidor Geral. — Dizem os Officiaes da Camara desta cidade, que pela invasão hollandeza nestas Capitánias se perdeu o Foral do dito Senado, e na restauração se achou um traslado d'elle no Convento de São Bento desta cidade, que Sua Magestade, que Deus guarde, foi servido confirmar pela Provisão que apresenta, e assignou, que hoje se acha no dito Mosteiro, e como o que se acha no Cartorio da Camara está damnificado, e em algumas partes roto, que mal se pode ler, e para o effeito de se reformar e tirar um traslado authenticico do que a dita Camara necessita para constar dos bens que lhe pertencem, e para este se tirar com toda a certeza e verdade ha nos cartorios dos escrivães deste juizo varios traslados tirados, um do que se acha no dito Mosteiro, como se vê em uns autos de Antonio Francisco Rodrigues e Matheus Gomes, contra Manoel Duarte, escrivão Gaspar da Terra e Nojosa; nos autos do mestre de campo Pedro Lelou com Simão Furtado, escrivão Manoel Coelho Pereira; no traslado dos autos de que foram os proprios para a Relação por carta de diligencia, entre partes os supplicantes com os officiaes da Camara da villa de Iguarassú, escrivão Jorge da Costa Calheiros; e em uma sentença que alcançou o capitão Domingos Ramos Diniz, contra Ignacio da Costa Villaça, que está nas mãos do escrivão Jorge da Costa Calheiros, e á vista destes todos traslados que foram tirados em tempo que não havia a dita dannificação, nos principaes se pôde tirar uma copia authentica com toda a clareza e verdade, juntamente á vista dos dous que se acham no dito cartorio da Camara e do dito mosteiro, sendo o dito exame e conferimento feito por traes tabelliães. — Pede a Vossa Mercê seja servido mandar que o Tabellião Jorge da Costa Calheiros com assistencia dos Tabelliães Gaspar da Terra e Nojosa e Dionisio de Freitas da Cunha, com os ditos Foraes e com os traslados dos ditos autos e com o parecer dos mesmos se lhes dê traslado authenticico, concertado e assignado pelos ditos Tabelliães, ficando isento a elle o Foral que se acha no dito cartorio. E receberá Mercê. — Como pedem, visto o Foral junto e Provisão de Sua Magestade, farão conferencia com os traslados que se acham nos autos a que se referem.

Olinda, em Dezembro 24 de 1709—Mello.

Traslado do Foral que se pede:

Duarte Coelho, Fidalgo da Casa de El-Rei Nosso Senhor, Capitão Governador destas terras da Nova Luzitanea por El-Rei Nosso Senhor, &.

Faço saber a quantos esta minha carta de doação virem, que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1550 annos, aos 17 dias do mez de Março do dito anno, a requerimento dos Vereadores e Procurador do Conselho desta Villa de Olinda, foi mandado tirar do livro do tombo e matricula, carta de doação das cousas que elle dito senhor governador tinha dado a esta Villa e moradores e povoadores della, as quaes foram dadas pelo dito senhor governador na era de 1537, as quaes cousas dadas são as seguintes:

No anno de 1537 deu e doou o senhor governador a esta sua Villa de Olinda, para seu serviço e de todo o seu povo moradores e povoadores, as quaes lhes dá livres de fóros e isentas de todo o direito para sempre, e as Varzeas das Vaccas e a de Beberibe e as que vão pelo caminho que vae para o Paço do governador, e isto para os que não têm onde pastem os seus gados, e isto será nas campinas para passigo, e as reboteiras dos mattos para roças a quem o conselho as arrendar, que estão dos capins para o alagadiço, e para os mangues, com quem confinam as terras dadas a Rodrigo Alves e outras pessoas.

O Rocio que está defronte da Villa para o Sul até o ribeiro, e do ribeiro até a lombada do monte que jaz para os mangues do rio Beberibe onde se ora faz o Varadouro em que se corregiu a Galeota; porque da lombada para baixo, o qual, o dito senhor governador alimpou para a sua feitoria e assento, della, que é do montinho que está sobre o rio até o caminho do Varadouro, e d'ahi para cima todo o alto da lombada para os mangues será para casas, e assento de feitorias até um pedaço de matto que deu a Bartholomeu Rodrigues, que está abaixo do caminho que vai para Todos os Santos.

A ribeira do mar dos Arrecifes dos navios com suas praias até o Varadouro da Galeota, subindo pelo Rio Beberibe arriba até onde se faz um esteiro que está detraz da roça de Braz Pires, conjuncta com outra de Rodrigo Alves tudo isto será para serviço da villa e povo della onde diz cincoenta braças, e dahi para arriba, é da serventia do Conselho.

Outrosim dalli mesmo do Varadouro rodejando pela praia ao longo do mar até onde sahe o ribeiro Val de Fontes, todo o matto dessa dita praia até cincoenta braças a dentro da terra tudo será serventia e para serventia da dita villa e povo reservado que se não pôde dar a pessôa alguma. E da dita

ribeira, sahinte de Val de Fontes até o Rio doce que se chama Paratibe, tudo será para serventia do povo e villa até as varzeas, que serão pouco mais ou menos duzentas braças de largo da praia para dentro das varzeas.

E porque do Rio Doce para a banda do Norte fica com o termo de Santa Cruz, outro tanto ao longo do mar, duzentas braças pela terra dentro de arvoredos para madeira e lenha do povo da villa de Santa Cruz, assim como atraz conteúdo é para a villa de Olinda.

O monte de Nossa Senhora do Monte, aguas vertentes para toda parte, tudo será para o serviço da Villa e povo della, tirando aquillo que se achar ser da casa de Nossa Senhora do Monte, que é de cem braças da casa ao redor de toda a parte; e assim o vallinho que é da banda do Norte, rodeia o dito monte pelo pé até o caminho que vai da Villa para Val de Fontes, para o Curral Velho das vaccas, que isto é da dita casa de Nossa Senhora do Monte.

E porque por detraz do dito Montinho, onde ha de fazer o sr. Governador a sua feitoria ao Varadouro da Galeota ha de se abrir o rio Beberibe e lançar ao mar por entre as duas pontas da pedras, como tem assentado o sr. governador, entre o dito rio lançado novamente, e as roças da banda direita de Payo Correia, e a da senhora d. Brites e o matto que está adiante, que ora é do senhor Jeronymo de Albuquerque, ha de ir uma rua de serventia ao longo do dito rio novo para serventia do povo, de que se possa servir de carros, que será de cinco ou seis braças de largo, e rodeará pelo pé do montinho até o Varadouro de Galeota.

Todas as fontes e ribeiras ao redor desta Villa, dous tiros de bésta, são para o serviço da dita villa e povo della; fal-as-ha o povo alimpar e corregir ás suas custas.

Todos os mangues ao redor desta villa, que estão ao longo do rio Beberibe para baixo, e para cima até onde tiver terra de arvoredos, e os do Rio dos Cedros e ilha do Porto dos Navios. Os Varadouros que estão dentro do Recife dos Navios e os que estiverem pelo rio arriba dos Cedros e de Beberibe, e todo outro Varadouro que se achar ao redor da villa e terreno della, será para serviço seu e do seu povo.

Isto foi assim dado e assignado, e mandado a mim Escrivão que disto fizesse assento, foi assignado pelo dito Governador a 12 de Março do anno 1537.

E assim hei bem lhe dar e confirmar para sempre. E assim mando que todo o povo, se sirva e logre dos ditos mat-

tos, lenha e madeiras para casas, tirando fazer roças que não farão, e assim arvores de palmo e meio de cesta, e dahi para riba não cortarão sem minha licença ou dos meus officiaes que por mim o cargo tiverem, porque as taes arvores são para outras cousas de maior substancia em especial, sob pena posta em meu regimento, e assim resguardarão todas as madeiras e mattos que estão ao redor as dos ribeiros e fontes.

A qual carta foi tirada do livro e matricula do livro de tombo das terras e causas dellas, que o Governador mandou fazer quando chegou a esta terra na era de trinta e cinco, a 9 de Março do dito anno, que tomou posse desta terra, capitania e governança dellas, jurisdicções, liberdades, privilegios e Alvarás de Sua Alteza, dos ditos privilegios e doações; Foral que o dito Senhor tem para si e para os seus herdeiros, moradores e povoadores dellas conforme as ditas doações, Foral e Alvarás, a qual foi tirada a requerimento dos ditos Vereadores e por mandado do dito Senhor Governador aos 17 dias do mez de Março do anno 1550.

Gaspar Barros a fez dia, mez e anno acima escrito, na ausencia de Bartholomeu Dias, Escrivão das datas e por mandado do dito Senhor Governador dia mez e anno atraz escripto de 1550, a qual é assignada pelo dito Senhor Governador e sellada com o seu sello de suas armas.

Duarte Coelho.

Pagou com nota trezentos réis. — Pagou novecentos e cincoenta e quatro réis.

Registrada no Livro de Registro de El-Rei, Nosso Senhor, em que manda que se registrem todas as cartas de sesmarias e datas de terras desta Capitania, por mim Heitor Carvalho, Escrivão da Fazenda de Sua Alteza nesta Capitania de Olinda, e registrada á folha 168, á requerimento de Simão Paes, Procurador do Conselho desta Villa de Olinda aos 4 dias do mez de Setembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1557 annos.

Heitor de Carvalho

Pagou cincoenta réis.

Foi concertada com a propria que está na caixa da Camara, por mim Duarte de Sá, Escrivão della com o Tabellião abaixo assignado, bem e fielmente com as entrelinhas que dizem arriba —salvo —e rodeará—seu.—Porque se fez na ver-

dade em Olinda a 30 de Agosto de 1583 annos. Concertada por mim Escrivão Duarte de Sá, e commigo Tabellião Antonio Lopes.

O qual traslado de doação e Foral eu Jorge da Costa Calheiros, Tabellião publico do judicial e notas nesta Cidade de Olinda e seu termo Capitania de Pernambuco por Sua Magestade, a quem Deus guarde, depois de feita a conferencia com os Tabelliães Gaspar da Terra e Nojosa e Dionisio de Freitas da Cunha no Foral que nos foi apresentado pelo Reverendo Padre Presidente deste Mosteiro de S. Bento, Frei Bernardo de Jesus Maria, e com o Foral do Senado da Camara desta cidade, e com o traslado dos Foraes, que andam nos autos e sentenças conhecidos na petição, atraz dos quaes, nos reportamos, e examinando com os ditos tabelliães tudo como d'elle é, fiz trasladar bem e fielmente dos sobreditos traslados de Foraes e Foral do dito Mosteiro de São Bento que o tornei a entregar ao dito Reverendo padre presidente, que de como o tornou a receber assignou aqui com os ditos tabelliães.

Este traslado conferi e concertei, e não faça duvida uma entrelinha que somente leva que diz—o rodeará—o que tudo se fez por verdade, subscrevi e assignei dos meus signaes rastos seguintes nesta cidade de Olinda, capitania de Pernambuco, aos 25 dias do mez de Dezembro de 1709 annos. Em fé de verdade.

Jorge da Costa Calheiros.

Concertado por mim tabellião Jorge da Costa Calheiros, e commigo escrivão Gaspar da Terra e Nojosa, e commigo tabellião Dionisio de Freitas da Cunha.

Frei Bernardo de Jesus Maria.

E mais se não continha em dita petição e Foral deste Senado, que bem e fielmente fiz copiar para este livro por mandado deste Senado, e por mim conferido e concertado nesta Cidade de Olinda aos 28 de Março de 1822. E eu João Antonio de Miranda, escrivão secretario da Camara o subscrevi e assignei.

José Antonio da Silva
João Gualberto Ferreira Guimarães
Joaquim Jeronymo Serpa
José Justino Fernandes Souza
João da Costa Silva
João Antonio de Miranda

A mencionada certidão, que temos presente, conclue com a transcrição da provisão regia de 14 de Julho de 1678, de confirmação do Foral, cujo documento o consignamos, de preferencia na data da sua expedição.

Finalmente, como parte integrante de tão importante documento, consignamos tambem uma carta de centença lavrada pelo ouvidor geral, dr. José Ignacio de Arocha, em 23 de Setembro de 1710, sobre os bens patrimoniaes da camara de Olin-da, e correspondecia das antigas denominações geographicas do Foral, com as que então eram usadas, e que, com pouca differença, são as mesmas de hoje.

PROHIBIÇÃO DE FRANCEZES NAVEGAREM PARA O BRAZIL

Maió 30 — Carta Patente de Francisco I, rei de França, novamente promulgada a requerimento do embaixador portuguez, reconhecendo os direitos da corôa de Portugal sobre as terras de seu descobrimento, e de novo prohibindo aos seus vassallos de navegarem para o Brazil e Guiné, — por serem estes paizes dos dominios de el-rei de Portugal; — prohibição esta que foi reiterada por uma outra carta patente do mesmo soberano, expedida em 23 de Agosto deste anno de 1537.

BULLA DE RECONHECIMENTO DOS INDIOS COMO RACIONAES

Junho 9 — Bula "Universis Chriti fidelibus" do pontifice Paulo III reconhecendo os indios da America como homemns racionaes, da mesma especie e natureza que todos os outros, capazes dos Sacramentos da igreja, e por consequinte, livres por natureza e senhores de suas ações.

Esta previdente e humanitaria resolução pontificia, foi ditada pelo barbaro e cruel tratamento que os infelizes indios recebiam dos conquistadores hespanhóes, que considerando-os como irracionaes, "abaixo dos pretos e um pouco acima dos macacos", chegavam á perversidade de mata-los pra alimentar os cães!

O Padre Simão de Vasconcellos narra particularmente os horriveis soffrimentos dessa pobre gente, de cuja sorte, compadecido um religioso humanitario, Frei Domingos de Betanços, provincial dos dominicanos na ilha Hespanhola enviou á Roma Frei Domingos de Minaja, seu irmão de habito, para

expor ao santo padre a triste situação dos índios e pedir as providências que o casourgia; e efetivamente foram ellas promptamente dadas com a expedição desta bulla.

Entretanto, apesar da palavra pontificia, continuaram ainda as duvidas porquanto ainda em 1583, no concílio de Lima, discutiu-se, "se os índios, ou naturaes da America, eram ou não dotados de intelligencia sufficiente para poderem ser admittidos a participar dos Sacramentos da igreja!"

Entre nós, porém, não foi tanta a barbaridade praticada contra os índios, e se não chegaram a ser tratados como entes irrationaes, foram elles quasi que exterminados a ferro e fogo, reduzidos a perpetua escravidão, e houve mesmo governador, que fez amarrar um á bocca de um canhão e disparar a arma!

José de Vasconcellos, na primeira edição das suas "Datã celebres" (1872) cita esta bulla na de 9 de Junho de 1536, sem titulo e na segunda edição (1890) na de 2 de Junho do anno de 1537 com o titulo de "Veritas ipsa quae nec falli": João Francisco Lisboa, referindo-se á bulla "Universis Christi fidelibus", e seguindo ao padre Simão de Vasconcellos, consigna a data de 9 de Junho de 1537, mas refere em nota, que o papa Benedicto XIV citando-a na bulla—"Immensis pastorum principis"—dá-lhe a de 28 de Maio do mesmo anno.

Parece-nos, porém, que a verdade está com o padre Simão de Vasconcellos, que na sua Chronica da Companhia de Jesus", consigna o proprio texto latino da bulla "Universis Christi fidelibus", expedida por Paulo III em 9 de Junho de 1536 (Datum Romae anno 1537, Quarto nonas Junii), e em seguida uma versão portugueza de tão importante documento.

1538

SOBRE FRANCEZES NO BRAZIL

Dezembro 22 — Carta Patente de Francisco I, rei de França, passada a requerimento do embaixador do Rei de Portugal em Paris, em que faz saber ao presidente e conselheiros do Parlamento de Ruão, e bem assim ao lugar-tenente do almirante de França naquella provincia, que, tendo o embaixador d'el-rei de Portugal, seu irmão, alliado e confederado representado, que apesar das cartas patentes por elle rei de França expedidas em o penultimo dia do mez de Maio de 1537, confirmadas por outras de 23 do mez de Agosto seguinte, pelas quaes havia expressamente prohibido a todos os seus vassallos

de navegarem e tratarem nas partes do Brazil e da Malagueta, sob pena de confisco dos navies e fazendas, como mais longa e expressamente se continha nas sobreditas cartas patentes, em desprezo do que dellas era ordenado, alguns dos ditos seus vassallos tinham ido ás ditas partes, mares e terras, e tomando em consideração as representações do mencionado embaixador, e desejando conservar, guardar e augmentar, se possível fosse, os laços de amizade que o vinculavam com o rei de Portugal, lhes ordenava houvessem de fazer publicar ao som de pregão as ditas prohibições e defezas, para que chegassem ao conhecimento de todos e que se informassem, devassassem e procedessem contra os infractores das ditas allianças e confederações, condemnando-os com todo o rigor.

1539

JORGE DE ALBUQUERQUE COELHO

Abril 23 — Nasce na villa de Olinda Jorge de Albuquerque Coelho, terceiro donatario de Pernambuco.

Filho do primeiro donatario Duarte Coelho e sua mulher D. Brites de Albuquerque, seguiu a carreira militar e fez a sua educação em Portugal, para onde seguiu ainda bem joven, em companhia de seu pae.

Acompanhando seu irmão Duarte ao Brazil, em 1550, quando a nascente colonia se viu fortemente hostilizada pelos indios, logo que chegou a Pernambuco foi nomeado commandante em chefe da guerra e conquista dos mesmos indios. Nessa campanha que durou cinco longos annos, mas, cujo resultado foi muito vantajoso, porque, com a paz e tranquillidade da colonia veio o seu progresso e engrandecimento, Jorge de Albuquerque manteve á sua custa, não só os seus familiares e escravos, como a todos que o acompanharam; repartiu igualmente os despojos da guerra, comprehendendo-se até mesmo os proprios indios prisioneiros, e nada reservou para si.

Terminada a guerra, na qual ostentou elle muito valor e heroismo, seguiu para Portugal em 1565, e nessa viagem, tormentosa e cheia de toda a sorte de desgraças e privações, deu as maiores provas de resignação e heroicidade. Em Lisboa continuou Jorge de Albuquerque a servir no exército e chegou depois ao pôsto de general; teve entrada no Paço, na Côrte era considerado tanto pelo seu valor como pela generosidade do seu character, e do povo grangeara geraes sympathias pelas suas acções bemfazejas e brioso procedimento.

Em Portugal permaneceu por espaço de oito annos, até que a instancias de seu irmão, Duarte de Albuquerque, o donatario da capitania, veio em 1573 dirigir o seu governo, e, de-

morando-se em Pernambuco até 1576, seguiu de novo para a metropole, entregando a administração da colonia a seu tio Jeronymo de Albuquerque.

Dous annos e alguns mezes iam correndo, narra Jaboatão, que na côrte gosava Jorge de Albuquerque, entre os applausos de heróe, as estimações de grande, quando se lhe offereceu a occasião de acompanhar ao rei D. Sebastião, na infausta jornada da Africa, como enfermeiro mór do exercito. Desde os seus primeiros annos, havia Jorge de Albuquerque revelado um genio audaz e emprehendedor. Bem joven ainda, achou-se envolvido nas luctas militares, e derramando o seu proprio sangue em varias expedições que emprehendera contra os tamoyos e os francezes que infestavam os portos do Brazil, e sempre a sua bravura e intrepidez conquistaram-lhe fulgentes louros.

Igual ou maior bravura do que aquella que já tinha admirado a America, conquistando-lhe um nome honroso, ostentou elle na guerra da Africa, para onde seguiu em 1578 com o rei D. Sebastião. Ahi, na grande batalha de Alcacer-kibir, ferida aos 4 de Agosto do mesmo anno, Jorge de Albuquerque portou-se com muita distincção, e, depois de gravemente ferido, encontrou-se com o rei no momento em que o exercito portuguez estava já completamente derrotado, e, pedindo-lhe o monarcha o cavallo em que montava, pois havia perdido o seu, elle promptamente lh'o deu, afim de acudir com mais presteza os pontos ameaçados e ver se ainda era possivel salvar tão fatal calamidade.

Ferido e atropellado pela cavallaria inimiga, Jorge de Albuquerque cahiu prisioneiro e foi conduzido quasi agonizante em um carro á cidade de Fez, soffrendo, para ser curado do ferimento que recebeu, dolorosa operação, do que resultou andar quatro mezes arrimaço sobre muletas.

Fallecendo seu irmão Duarte de Albuquerque naquella mesma batalha, passou a Jorge de Albuquerque a donataria de Pernambuco, e dahi por diante todos os seus governadores foram por elle constituídos, mediante a competente carta de confirmação de seus titulos, pelo rei de Hespanha, a quem Portugal ficou sujeito.

Em 1580 já o dontario de Pernambuco tinha recobrado a sua liberdade e achava-se em Portugal empenhado nas luctas que alguns principes portuguezes sustentavam sobre a successão da corôa, depois da morte do cardeal rei D. Henrique. Em Julho achava-se elle em Setubal, como se vê da "Falla que fez aos governadores e defensores destes reinos de Portugal aos 18 de Julho de 1580 e assim aos procuradores dos povos que estavam juntos em Setubal para começarem a fazer côrtes".

Jorge de Albuquerque, como afamado cabo de guerra que era, não sabia somente manejar a espada. Elle tambem foi escriptor, e como tal deixou varios trabalhos que infelizmente não viram a luz da publicidade; mas, Barbosa Machado os enumera na sua "Bibliotheca Luzitana", affirmando que existiam todos elles na livraria do Marquez de Valença.

Jorge de Albuquerque casou duas vezes. A primeira em 1583 com d. Maria de Menezes, sua prima, filha de d. Pedro da Cunha e d. Anna de Menezes, de quem teve uma filha; e a segunda em 1587, com uma filha de d. Alvaro Coutinhõ. Deste consorcio nasceram d. Brites de Albuquerque, Duarte de Albuquerque, quarto donatario de Pernambuco, Mathias de Albuquerque e Paulo de Albuquerque Coelho.

Herdando de seu irmão a capitania de Pernambuco, apesar de governal-a fóra d'aqui, por seus loco-tenentes, Jorge de Albuquerque não se esquecia della, pois, muito considerava a sua patria, a terra que lhe dera o berço. Depois da mallograda campanha da Africa veiu ainda uma vez a Pernambuco, em epocha, porém, ignorada.

Por sua intervenção e instancias, fundaram-se os conventos de S. Francisco, de Olinda, para o que fez grandes doações, o do Carmo da mesma cidade, o de São Francisco, da villa de Iguarassú e o mosteiro de S. Bento, de Olinda, doando-lhe o terreno necessario e varios bens, e quando governou a capitania por parte de seu irmão, fundaram os padres jesuitas o seu collegio de Olinda.

Jorge de Albuquerque introduziu o theatro em Pernambuco e o inaugurou em 1575 com a representação do drama—"O Rico avarento e o Lasaro pobre".

Por esse tempo Olinda contava cerca de setecentas casas de pedra e cal, varios edificios publicos, principalmente igrejas e conventos, primando pela magnificencia da sua construcção, o collegio dos jesuitas, onde se ensinavam humanidades e bellas letras. O Recife já começava a ser regularmente povoado; a capitania contava mais de vinte engenhos. Iguarassú, São Lourenço e Nazareth iam caminhando prosperamente e contavam-se já estabelecimentos mais ou menos importantes, desde Olinda até o rio S. Francisco.

Progredia a agricultura, desenvolvia-se o commercio e Pernambuco caminhava na senda do progresso e da prosperidade. Tal era o estado a que havia chegado a capitania no tempo do seu terceiro donatario, notando-se apenas um revez, que foi a ephemera occupação do Recife por Jayme Lencaster e João Venner, em 1595.

A epocha do fallecimento de Jorge de Albuquerque não é assignalada por nenhum dos escriptores e chronistas do tempo, que trataram de sua vida; mas, cremos que morreu em 1596 ou 1597, pois, naquelle anno nomeou elle capitão mór governador de Pernambuco a Manoel Mascarenhas Homem e neste o governador geral do Brazil lhe ordenou que entregasse a administração da capitania ao bispo D. Antonio Barreiros, que então se achava em Olinda, e ao vereador mais velho da Camara do Senado daquella villa, afim de seguir para a conquista do Rio Grande do Norte, de cuja expedição o havia encarregado e nomeado commandante por ordem de el-rei D. Felipe II. Vemos, portanto, o governador, em um anno constituido por Jorge de Albuquerque, unico competente para isso, e no seguinte, esse mesmo governador retirado e substituido por outros, não por elle, mas pelo governador geral do Brazil, e em virtude de ordem regia. Parece-nos, assim, justificada a epocha do fallecimento de Jorge de Albuquerque.

Homem illustre e de grandes serviços, e militar distinctissimo, cujo valor e heroismo attestam-nos as campanhas da America e da Africa, elle foi, entretanto, bem mal recompensado; e ainda hoje, talvez, existam nos archivos da Hespanha as suas petições dirigidas ao rei sobre o despacho dos seus serviços, as quaes eram mui extensas e se achavam todas em traslado, colleccionadas em um volume in-folio na livraria do Marquez de Valença, em Portugal, cujas peças trariam muita luz á historia de sua vida e ao mesmo tempo de Pernambuco, se ainda nos fosse possivel conseguirmos taes documentos.

Jorge de Albuquerque, diz o conselheiro Pereira da Silva, morreu general reformado do exercito portuguez, guerreiro coberto de cicatrizes e de gloria e literato conceituado pela sua erudição e pelos seus talentos.

Tal foi o illustre brasileiro, nascido em Pernambuco, que primeiro empunhou o bastão de general, e o primeiro que manejou a penna, produzindo trabalhos literarios.

Os irmãos Duarte e Jorge de Albuquerque Coelho, segundo e terceiro donatarios de Pernambuco, como seu pae, Duarte Coelho, o velho donatario, tambem tiveram "Armas novas", por concessão regia, figurando no escudo, dividido em quarteis e repetidamente dispostas, as armas de seu pae de parceria com as dos Albuquerque, representando assim a linhagem materna, armas estas que reproduzimos da estampa que figura na pagina de titulo do poema "Prosopéa", do nosso poeta Bento Teixeira, impresso em 1601, e offerecido — "A Jorge Dalbuquerque Coelho, Capitão & Gouernador de Pernambuco", — e seu terceiro donatario.

BISPADO DO FUNCHAL

Julho 8 — Bulla "Romani Pontificis circumpectio", do papa Paulo III, elevando o bispado do Funchal, na Ilha da Madeira, a arcebispado, com a categoria de igreja metropolitana e primaz do Oriente, em virtude do que ficaram as terras do Brazil incorporadas áquella igreja.

Até então todo o territorio brasileiro estava sujeito á jurisdicção ecclesiastica da Ordem de Christo, em virtude da carta regia de 7 de Junho de 1454, pela qual el-rei d. Affonso V fez doação á dita ordem, para sempre, do espirital das terras do ultramar, já adquiridas e por adquirir, o que foi confirmado pelos pontifices Nicoláo V, Calixto III e Xisto IV, sendo que este ultimo assim o fez por uma Bulla expedida de Roma em 21 de Dezembro de 1481; dependendo, por conseguinte, todos os negocios espirituaes do Brazil do vigario do convento de Thomar, que então era a casa capitular e cabeça da ordem em Portugal, cujo prelado, para cabal desempenho das suas funcções ecclesiasticas, estava revestido da dignidade e prerogativas episcopaes.

Nessa conformidade, tudo que dizia respeito ao ecclesiastico no Brazil, dependeu do vigario de Thomar até 1539, e dahi até 1551, da igreja metropolitana do Funchal, quando perdeu ella essa jurisdicção, em virtude da criação do bispado do Brazil, que ficou suffraganeo do arcebispado de Lisbôa.

Dos prelados do Funchal, os unicos que exerceram jurisdicção episcopal no Brazil, foram os arcebispos d. Martinho de Portugal, confirmado pelo papa Paulo III em 8 de Junho de 1539 e fallecido em 1547; e d. fr. Gaspar do Casal, confirmado por Julio III em 1550, que a exerceu por muito pouco tempo, porquanto deu-se logo no anno seguinte a criação do bispado do Brazil, extendendo-se portanto a sua jurisdicção até á posse do seu primeiro prelado, d. Pedro Fernandes Sardinha, em 1532.

Sob a jurisdicção dos arcebispos do Funchal, foi creada e provida a primeira igreja parochial de Pernambuco, com a invocação de S. Salvador, na villa de Olinda, pelos annos de 1540, sendo esses actos praticados pelo arcebispo dom Martinho de Portugal.

Em 1549 solicitava o padre Manoel da Nobrega ao padre Simão Rodrigues, em carta que escreveu da Bahia, que lembrasse ao rei a criação de uma vigararia geral em Pernambuco, o que não se verificou, porquanto, ainda em 1560, veiu daquella capitania um padre jesuita para servir de cura dos portuguezes, em Olinda, como refere Simão de Vasconcellos; mas em 1584, já existia um vigario da vara ecclesiastica em Pernam-

buco, como se vê do testamento de Jeronymo de Albuquerque, celebrado naquella anno.

PERO LOPES DE SOUZA

Em fins deste anno naufraga e fallece o primeiro donatario de Itamaracá, Pero Lopes de Souza, quando regressava da India, para onde partira em Março, commandando uma esquadra de seis náos. O navio em que regressava para Lisbôa, perdeu-se em paragens da ilha de S. Lourenço, hoje Madagascar.

Pero Lopes foi o segundo genito de Lope de Souza, senhor do Prado e alcaide mór de Bragança e de sua mulher, d. Brites de Albuquerque. Ignora-se a data do seu nascimento.

Começou a servir nas armadas de guarda costa do reino contra os corsarios, acompanhou em 1530 a seu irmão Martin Affonso de Souza, na armada de exploração das terras do Brazil, commandando a caravella "Rosa", e de cuja viagem escreveu o apreciado "Diario", que hoje corre impresso.

Regressando para Portugal dessa viagem em 1532, recebeu Pero Lopes, dous annos depois, em remuneração dos seus serviços, a carta de doação das capitánias de S. Vicente e Itamaracá, e continuando no serviço da armada pereceu, como vimos, no seu posto de honra.

De Pero Lopes de Souza escreve o seguinte Gabriel Soares, no seu "Roteiro":—"Foi um fidalgo muito honrado, o qual, sendo mancebo, andou pelas costas do Brazil com armada a sua custa e em pessoa foi povoar a sua capitania com moradores que para isso trouxe de Lisbôa, de onde partiu; no que gastou alguns annos e muitos mil cruzaços com muitos trabalhos e perigos em que se viu, assim no mar pelejando com os francezes como em terra em pelejas que com elle teve de mistura com os indios Pitaguarés, de que foi por vezes cercado e offendido, até que os fez afastar da ilha e visinhanças".

Era de genio altivo, diz Varnhagen, caprichoso no mando e independente, e por isso algumas vezes foi desattencioso e menos estimado. Tinha bastante amor proprio—talvez proveniente da sua juventude, e affez-se de tal modo aos perigos, que o seu valor passou á temeridade, que pagou com a vida.

Como donatario das capitánias de São Vicente e de Itamaracá, quasi que desprezou a esta ultima, preferindo, na phrase de Oliveira Lima, character irrequieto, envergar a armadura para acompanhar Carlos V a Tunis, na romanésca expedição contra Barba-roxa, cruzar o Oceano á busca de presas opulentas, e ganhar o seu quinhão no assalto da India.

Para Itamaracá, continúa aquelle escriptor, despachou um logar-tenente, que fundou na ilha a villa da Conceição e procurou insuflar-lhe vida, deixando, porém, por temperamento, por desleixo, ou mais provavelmente, por falta de meios de repressão, de manter a severa disciplina necessaria a uma sociedade que se formava, luctando physicamente pela vida, dando livre curso ás suas paixões, sem outro freio moral além de uma religião mal entendida, toda de ritos quasi fetichistas. Itamaracá tornou-se depressa o refugio de criminosos escapos á justiça rigorosa de Duarte Coelho.

1540

VASCO FERNANDES DE LUCENA — JAGUARIBE

Julho 24 — Reconhecendo o donatario os serviços prestados por Vasco Fernandes de Lucena, que o acompanhára quando veio fundar a sua capitania, trazendo o despacho regio de feitor e almoxarife da fazenda real e foi depois alcaide mór de Olinda, fazendo-lhe mercê, nesta data, de uma legua de terras situadas em Jaguaribe, ao norte de Olinda, cujo documento inedito consignamos na sua integra, não somente pela sua importancia, como ainda, porque no seu genero, é o unico que encontramos lavrado pelo primeiro donatario de Pernambuco.

Eis o documento, segundo o seu registro authenticico no "Livro do Tombo" do mosteiro de S. Bento, da cidade de Olinda:

"Duarte Coêlho capitam e Governador destas terras da Nova Luzitania, etc. Faço saber a quantos esta minha Carta virem, que a mim praz e hei por bem de doar deste dia para todo o sempre a Vasco Fernandes, cavalheiro da casa del Rey nosso senhor, e seu Feitor e Almoxarife nesta dita terra, a terra que tem em Jaguaribe, a qual terra tem uma legua de comprimento, e outra de largo, convem a saber, que desta terra declarada dou ao dito Vasco Fernandes para elle o quarto della, e outro quarto dou a Francisco Fernandes seu filho e outro quarto dou a Sebastião Fernandes seu filho e outro quarto dou a Clara Fernandes, todos filhos do dito Vasco Fernandes, a qual terra ahí demarcada o dito Vasco Fernandes a repartirá pelos ditos seus filhos, como verdadeiro pai, para que não tenham nenhuma baralhas uns com os outros, a qual se demarcará da maneira seguinte, a saber: da Feitiçaria dos Indios direito a onde se mette o rio Jaguaribe, com o rio que se chama Ayamá, e pelo Ayamá arriba até arriba da casa velha que foi de Christovão Indio a outra casa velha que foi de um indio,

que se chama Aberana, onde estão dois cajús muito grandes, e dahi vão direito a um outeiro grande, que está ao sudoeste, que se chama Miarubi Poema, e dalli corre direito a outro outeiro que está ao susudoeste, e correndo deste dito outeiro ao sueste e a quarta do sul, todas as aguas vertentes para a banda de leste ficam da dita terra, e vai correndo para o sueste, e a quarta do sul até um rio que se chama Merueira, onde se acaba a dita legua, e dalli toma ao nordeste, e a quarta do norte a entestar nas ditas Feitiçarias, onde se acaba a dita demarcação, a qual terra assim demarcada como dito é lhe dou para elles e suas mulheres, e todos seus filhos e netos, e herdeiros, e para todas as pessoas que delles ditos descenderem, da qual terra sobredita se poderão lograr e aproveitar, e todos os que delles descenderem, como de cousa sua propria, a qual terra lhes dou forra, livre e isenta, sem nunca em tempo algum, nem seus herdeiros nem pessoas que as houverem delles, pagarem fôro, nem tributo algum, e isto havendo respeito ao dito Vasco Fernandes, e seus filhos serem dos primeiros, que commigo vieram povoar esta minha Villa de Olinda, e porque assim me approve de dar e doar a sobredita terra aos ditos Vasco Fernandes, e filhos, pelo modo, e maneira que acima vai declarado, lhe mandei dar esta minha carta de doação, por mim assignada e sellada do meu sello, a qual mando que se registre no livro do Tombo, e mando que se cumpra como nella se contem. Bertholomeu Dias, escrivão das seminarias do Cabo de Santo Agostinho até a Santa Cruz, pelo senhor governador, a fez aos vinte e quatro dias do mez de Julho, anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e quarenta annos. — Duarte Coelho.”

COMPANHIA DE JESUS

Setembro 27 — Bulla “Regimini militantis ecclesiae” do Papa Paulo III, approvando a instituição da ordem religiosa denominada Companhia de Jesus, fundada por Santo Ignacio de Layola em 1534. Segundo o texto deste diploma pontificio, a ordem dos Jesuitas foi instituida—para defeza e propagação da fé e proveito das almas na vida christã, para pregar e instruir em publico, e praticar todos os exercicios espirituaes, ensinar os elementos de religião ás crianças e ao povo, confessar e ministrar os Sacramentos aos fieis, consolar os afflictos, remediar as discordias, visitar os presos e pobres dos hospitaes, e praticar todas as obras de misericordia, tudo para gloria de Deus e proveito publico, gratuitamente, e sem esperanza de recompensa.

Em 1544 foi a nova ordem estabelecida em Portugal a instancias de D. João III, e logo fundada a sua primeira casa ou collegio de S. Roque, em Lisboa; e no Brazil em 1549, com a vinda de alguns de seus padres para a Bahia na armada que trouxe o nomeado governador geral Thomé de Souza.

Esses jesuitas então chegados foram os padres João de Aspicuelta Navarro, Antonio Pires e Leonardo Nunes, e os irmãos aspirantes Vicente Rodrigues e Diogo Jacome, tendo por superior o padre Manoel da Nobrega, investido da dignidade de provincial da ordem no Brazil.

Foram esses — “os primeiros jesuitas que pisaram essas terras do Brazil”, — como dizem todos os nossos historiadores e chronistas, desde o seculo XVI até os nossos dias.

Entretanto, em 1545, já tinham os jesuitas visitado a capitania de Pernambuco, de cujas particularidades, aliás, nada consta, como se vê do seguinte trecho de uma carta do padre Fernão Cardim, da mesma ordem, datada da Bahia de 1 de Maio de 1590: — “A 28 de Junho de 1545 partiu de Pernambuco uma não portugueza em que iam de passagem o provincial dos jesuitas padre Marçal Belliarte e o padre Francisco Soares, cujo navio foi aprisionado por piratas francezes em 6 de Setembro, já nas alturas de Portugal”.

Essa desconhecida missiva de Cardim é citada pelo escritor portuguez T. Lino da Assumpção na sua obra—“O catholicismo da côrte ao sertão”.

OLINDA — MATRIZ DO SALVADOR — VASCO FERNANDES DE LUCENA

E' deste anno, como consta de umas notas consignadas no livro do tombo da Camara de Olinda, escriptas pelo chantre José de Jesus Menezes, e publicadas em 1872 no periodico “A Santa Cruz”, que data a fundação da igreja matriz de S. Salvador de Olinda, em sua primitiva construcção, e depois elevada ao predicamento de cathedral, com a creação do bispado.

A' fundação desse templo prende-se uma lenda que é narrada por frei Vicente do Salvador, e assim repetida por Jaboatão:

“Vasco Fernandes de Lucena, grande lingua do gentio e muito estimado por elles nos tempos da paz, por valente e astucioso, movido não sei por que impulso, sahe um dia da fortaleza, chega ao campo do gentio, e começa a fazer-lhe uma arasoada pratica na sua lingua, que falava com perfeição, que vissem bem o como andavam errados, que fossem amigos dos

portuguezes, que sempre o foram seus, e que deixassem os francezes que os enganavão, levando-os á perdição, porque era gente que só tratava da propria conveniencia. E como arrebatado de outro impulso, no mais empenhado da pratica, pega em uma vara que trazia nas mãos, faz com ella na terra uma grande risca e olhando para o gentio lhe diz com um furor imperioso: "Daí aviso uns aos outros, que todo aquelle que intentar passar esta risca para a nossa fortaleza, fique advertido que, ao mesmo tempo que o fizer, ha de morrer". Celebrou o gentio o dito com uma grande algazarra, como quem zombava; mas fosse pelo que fosse, o effeito provou o dito, porque arremettendo sete ou oito dos mais animosos ao Vasco para o matarem, o mesmo foi querer passar a risca, que cahirem mortos, e todos os mais em um tal espanto, confusão e medo, que confirmando-se na opinião que já entre elles andava, de que aquelle homem era feiticeiro, que virando as costas os mais, levantaram o cerco e se pozerão em fugida".

O autor desta historia, conclue Jaboatão, é o padre frei Vicente do Salvador, na sua Historia do Brazil, onde diz estas palavras: — "Eu não crera este successo, ainda que o li escripto por pessoa que o affirmava, senão soubera, que naquelle proprio lugar, aonde se fez a risca, defronte da fortaleza se edificou depois um "sumptuoso templo dedicado ao Salvador, que é a matriz das mais igrejas de Ollnda, aonde se celebrarão os officios divinos com muita solemnidade; e assim se não ha de attribuir a feitiços senão a Divina Providencia, que quiz com este milagre assignalar o sitio e immundade do seu templo, e acudir aos pobres cercados".

Seja como for, esse Vasco Fernandes de Lucena não é um homem desconhecido, uma entidade anonyma. Elle era um dos mais conceituados colonos da nova conquista, viera com o donatario Duarte Coelho em 1535, trazendo sua mulher d. Bribles Dias Corrêa, e eram elles fidalgos e pessoas de importancia.

Lucena veiu com o despacho de feitor e almoxarife da fazenda real em Pernambuco, foi o primeiro alcaide mór de Ollnda, e a elle se refere o donatario de modo muito honroso, em carta dirigida ao rei em 22 de Marco de 1548, dizendo que era — "um funcionario cumpridor dos seus deveres, homem de bem e de boa consciencia, tendo sempre dado boa conta de si".

Entretanto, como escreve Fr. Vicente do Salvador, a um Vasco Fernandes de Lucena se affeioára á filha de um principal dos indios, e de quem tinha já filhos; e era esse Vasco Fernandes tão bem temido e estimado entre os gentios, que o principal se tinha por honrado em tel-o por genro, porque o ti-

nham por grande feiticeiro. Era elle muito versado na lingua brazilica.

Ainda sobre Vasco Fernandes de Lucena encontramos honrosa menção nas cartas de brazão de armas conferidas a dous de seus descendentes, a primeira a 6 de Maio de 1790, a Theodoro Corrêa de Azevedo Coutinho, e a segunda em 20 de Setembro de 1800 em favor de Manoel Corrêa de Faria, alcaide do Estado do Maranhão. Na primeira das referidas cartas se lê o seguinte:

“Vasco Fernandes de Azevedo Lucena, fidalgo da casa real, foi um dos primeiros descobridores e povoadores de Pernambuco, que pelos grandes serviços que fez naquelle Estado para estender a sua povoação, que toda se deveu ao seu valor e actividade, como faz memoria o Padre Frei Agostinho de Santa Maria, “Santuarino Mariano”, Tom IX pag. 306, se lhe fez mercê da alcaidaria mór de Pernambuco. Vasco Fernandes era nobilissimo por ser filho do matrimonio de Sebastião de Lucena, e de sua mulher D. Maria de Vilhena, filha de Diogo de Azevedo; quarto senhor da villa de S. João de Rey, e terras de Douro, na provincia do Minho, casado com d. Brites Dias Corrêa, filha de João Corrêa, o Portuguez, e de sua mulher d. Leonor Annes, filho de João Corrêa, senhor da torre de Ladrão Baião, na comarca de Thomar, todos fidalgos valerosos, e bem conhecidos, de quem faz memoria o “Theatro Genealogico” art. 123, cuja familia é bem conhecida nesse reino por ser das mais antigas delle, e ter o seu principio em d. Arnaldo de Baião, fidalgo francez, que acompanhou o conde d. Henrique, e tem por descendentes os senhores de S. João de Rey, e outras muitas casas de fidalgo, e em Castella os condes de Fontes e de Monte Rey.

Na segunda carta, na parte referente á ascendencia do agraciado, Manoel Corrêa de Faria, se lê: Setimo neto de Vasco Fernandes de Lucena e Azevedo, primeiro alcaide mór e povoador do Estado de Pernambuco, o qual era filho de Sebastião de Lucena, e de sua mulher d. Maria de Vilhena, filha de Diogo de Azevedo, senhor donatario da villa de S. João de Rey, no arcebispado de Braga, chamados vulgarmente fidalgos da Tapada; o qual Vasco Fernandes de Lucena foi casado com d. Brites Dias Corrêa, filha de João Corrêa, o portuguez e de d. Leonarda Ignez, filha de outro João Corrêa, senhor da Torre do Ladrão Bayão, no bispado de Leiria, todos fidalgos da casa e, como se verifica pelo “Theatro Genealogico” nas arvores LIII LIV e CXXIII bem como no “Santuário Marianno” tomo IX paginas 306, se trata do muito que trabalhou o sobredito alcaide-mór Vasco Fernandes de Lucena na povoação e conquista de Pernambuco”.

MATRIZ DA LUZ — ENGENHO DO COLLEGIO — SANTA CASA DE MISERICORDIA — JOÃO PAES BARRETO — ITAMARACÁ

Neste anno de 1540 já estava construida a igreja de Nossa Senhora da Luz, bem como instituida a Santa Casa de Misericordia de Olinda, com a sua igreja e competente hospital.

Não consta precisamente a data da instituição da Misericordia de Olinda, mas, com certeza foi ella a primeira que se erigiu no Brazil, e essa prioridade se prova com o seguinte documento inserto á pag. 17 do Livro do Tombo da freguezia de N. S. da Luz, que começou a ser escripturado em 1755, pelo qual se evidencia que a Santa Casa de Misericordia de Olinda já existia em 1540, muito antes da de Santos, que geralmente se aponta como a primeira fundada no Brazil:

“Em 1540 já existia a igreja de N. S. da Luz, situada como de presente se vê, sobre a Muribara. Prova-se esta antiguidade e verdade dita, de um authenticó auto de demarcação de terras que ficaram de Pedro Fernandes Vogado, que as deixara ao hospital da Misericordia de Olinda, quando ainda villa, cujas terras então fizeram demarcar o provedor e mais irmãos da dita Misericordia, em 9 de Janeiro de 1540. O original da referida demarcação se achava no archivo do Collegio do Recife, e eu vi o traslado delle passado a requerimento do sargento-mór Diogo Falcão de Sá, senhor que depois foi do engenho Collegio, visinho desta povoação da Luz, que foi dos padres jesuitas, e por isso chamado ainda— o Collegio, —e mais antigamente chamado como—“Terras da Misericordia, Partido da Misericordia”.

O engenho Collegio em questão foi confiscado pela fazenda quando se extinguiu a ordem dos jesuitas, e ainda existe hoje com a mesma denominação!

Obscuros como são os primeiros tempos da existencia desta instituição entre nós, não resta duvida, comtudo, que em 1540 já existia convenientemente organizada em Olinda, “com o seu hospital”; e portanto, não podemos comprehender como é que varios escriptores, firmados sem duvida, em frei Gaspar da Madre de Deus, dizem, sem o menor exame — que a primeira Casa de Misericordia que houve no Brazil, foi a da villa de Santos em S. Paulo, fundada por Braz Cubas em 1543!

Para ficar completamente liquidado o assumpto, basta o seguinte documento, de authenticidade insuspeita, pelo qual se vê, que ainda em 1654, “não existia em Santos egreja e hospital da Misericordia, e que instituida uma irmandade, procurava então construil-os:

“D. Jeronymo de Athayde, conde de Anthoguia, do conselho de Sua Magestade, etc. etc., governador e capitão general

do Estado do Brasil: Faço saber aos que esta provisão virem que os irmãos da Misericórdia da villa de Santos, capitania de S. Vicente, me representaram por sua petição, que “por não haver na dita villa casa separada da Misericórdia, celebravam os officios divinos na matriz, e por ser grande a necessidade que alli ha de hospital”, por ser o porto por onde frequenta o commercio de toda a capitania, haviam resoluta “fazer casa de Misericórdia e hospital, mas por serem todos pobres não podiam concorrer com as despezas necessarias para aquella obra, por cujo respeito me pediam lhes fizesse mercê, em nome de Sua Magestade, que Deus guarde, conceder para as ditas obras o dinheiro que existe em deposito naquella capitania, do pedido que se fez por ordem deste governo, e tendo em consideração a informação que sobre este particular deu o provedor da Fazenda real deste Estado, e constar da certidão do da mesma capitania, não haver nella mais do que trezentos mil réis em deposito: Hei por bem de lhes conceder de esmola, em nome de Sua Magestade, cem mil réis para as referidas obras, os quaes se despenderão com assistencia do provedor da fazenda, e com mandado em forma que se passará em virtude desta provisão, etc. etc. Dada na cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos, em os 3 de Outubro de 1654. — Bernardo Vieira Ravasco a fez escrever. — Conde de Anthoguia.”

Outros documentos muito positivos provam ainda a antiguidade da instituição da Santa Casa de Misericórdia de Olinda como a primeira que houve no Brazil, entre os quaes, o testamento de Jeronymo de Albuquerque, celebrado em 1584, em que determina elle, que fallecendo em Olinda—fosse o seu corpo acompanhado pelo “provedor e irmãos da Santa Casa de Misericórdia, e conduzido para a igreja que elle possuia em seu engenho de N. S. da Ajuda, onde tinha a sua sepultura, para o que lhes deixava a esmola de 50\$000”. Vem ainda em auxilio da remota existencia da instituição, a noticia que dá o nosso chronista Jaboatão da chegada dos primeiros franciscanos a Pernambuco em 1585, os quaes se hospedaram em Olinda, na casa de Felipe Cavalcanti—“junto á Santa Casa de Misericórdia a cujo hospital prestaram serviços relevantes”.

Não se comprehende, portanto, em vista de dados tão positivos, o facto de alguns escriptores apresentarem a João Paes Barreto, o velho, como fundador do hospital da Misericórdia de Olinda, quando chegou elle a Pernambuco pelos annos de 1557, moço ainda, sem fortuna alguma, o que aliás veiu a ter, e avultada, annos decorridos, graças ao seu casamento e laborioso trabalho.

João Paes Barretto, porém, foi dos mais benemeritos benefeitores da instituição pelas avultadas doações que fez e outros serviços que prestou, principalmente quando lhe coube dirigir a sua administração no desempenho, por muitos annos, do cargo de provedor, em reconhecimento do que lhe foi conferido empadroadado da capella mór da sua igreja, onde construiu um jazigo para a sua sepultura, esculpindo na pedra que cobre a entrada subterranea do deposito, o brazão de armas de sua familia, pedra essa que ainda existe, si bem que fragmentada, e com os emblemas do escudo completamente apagados, restando porém em bom estado de conservação o elmo e o timbre, com as suas competentes ornamentações, tudo em relevo e de bom trabalho esculptural.

Era tal a predilecção que João Paes Barretto consagrava á Santa Casa, que, sentindo approximar-se o termo da sua existencia, quiz morrer no seu hospital, onde com effeito succumbiu no dia 21 de Março de 1617, em avançada idade, e foi sepultado no carneiro que mandou construir.

Mesmo assim obscuros como são os principios da instituição, comtudo, sabe-se de um escripto de fins do seculo XVI, os "Dialogos das grandezas do Brazil", que a Santa Casa de Misericordia de Olinda, já então, era uma instituição importante, porquanto, tratando o seu autor da liberalidade e luxo dos senhores de engenhos, suas familias e outras pessoas abastadas da colonia, diz o seguinte para melhor firmar o seu conceito:

"E para prova disto quero dar somente uma assaz bastante, a qual é, que na capitania de Pernambuco ha uma Casa de Misericordia, a qual faz despeza em cada um anno na obrigação della, treze, quatorze mil cruzados pouco mais ou menos; estes são dados de esmola pelos moradores da mesma capitania por não ter a casa de renda cousa que seja de consideração, e tanto isto é assim, que os provedores que se succedem para o seu serviço em cada anno, gastam de sua bolsa mais de tres mil cruzados, e as demais capitánias todas tem Misericordia tambem, nas quaes se gastam igualmente muito dinheiro mas nesta de Pernambuco se faz com mais excesso"

No correr deste anno de 1540 foi despachado capitão mór governador da capitania de Itamaracá ou Santa Cruz, o capitão João Gonçalves, v. v. Abandonado o governo colonial com a fuga de Francisco de Braga, a que nos referimos nos factos occorridos em 1532, e dado o fallecimento do donatario Pedro Lopes de Souza em fins de 1539, coube a donataria de Itamaracá a seu filho primogenito de igual nome, que ficou criança, ficando assim como cabeça de casal, e na gestão de todos os

negocios D. Isabel de Gambôa, viuva do velho donatario, que providenciou logo como o caso urgia.

João Gonçalves partiu sem demora para o seu destino em um patacho, sem esperar por outros tres navios que se ficavam preparando para a condução de gente e o mais que era necessario á colonia; mas, essa providencia foi infrutifera, porquanto arrastado por correntes e ventos contrarios ás Antilhas o patacho em que partira elle do porto de Lisbôa, foi dar á costa na ilha de S. Domingos, com os mastros quebrados, salvando-se porém toda a tripulação, succedendo assim, que os tres navios que posteriormente partiram de Portugal chegaram a Itamaracá sem encontrar o patacho, nem noticia alguma a respeito.

Encontrando assim a colonia sem governo, e reinando a discordia e a anarchia, resolveu o capitão Pedro Vogado, commandante daquelles tres navios, ficar na colonia dirigindo o seu governo e os despachou de retorno carregados de páo-brazil e outros generos coloniaes, do que tudo deu contas a D. Isabel de Gambôa.

Homem do mar, e de competencia na sua profissão, como o comprova o commando daquella flotilha a elle confiado, encontramos noticias suas na carta de brazão d'armas de Manoel Vogado, natural da Ilha da Madeira, passada por D. João III em 21 de Fevereiro de 1538, em que declara que era filho de "Pedro Vogado", cavalheiro da Casa real, e neto de João Vogado, que foi fidalgo muito honrado, sendo esse brazão o mesmo dos seus antepassados, e constante de um escudo de campo vermelho com um leão de prata entre quatro vieiras tambem de prata, e por differença uma flor de liz de ouro, e por timbre um meio leão de prata com uma vieira vermelha na espadua, lo-grando assim de todas as honras e privilegios de fidalgo, por descender da nobre linhagem dos Vogados.

Sciante D. Isabel de Gambôa de todas as occurrencias, por communicações de Pedro Vogado, e de como ficara elle no governo da capitania, em vez de o mandar continuar, escreve Frei Vicente do Salvador, proque o fazia mui honradamente, mandou outro capitão, que mais era para commandar uma barca, e assim se embarcou, e foi por essas capitancias abaixo, como fez o Francisco de Braga, deixando esta de Itamaracá em termos de se acabar de despovoar, se não fôra um morador honrado chamado Miguel Alves de Paiva, que levantaram por capitão, porque nunca se quiz sahir da ilha, antes teve mão nos outros, que se não fossem nem mandassem suas mulheres e filhos, como alguns queriam, com medo do gentio.

Miguel Alves de Paiva era natural de Villa Verde, em Portugal, homem nobre e rico, e foi para Itamaracá logo nos primeiros annos da sua colonização, em companhia de sua mulher D. Beatriz Mendes; era elle moço de camara real, com tença de dinheiro e "cevada para o seu cavallo", e foi senhor de grande fortuna, e dos engenhos Mariuna, Bujary e Japomim, que fundára.

Deixou elle grande descendencia, e um de seus filhos, Diogo de Paiva, cavalheiro fidalgo e rico proprietario, foi ouvidor e capitão mór de Itamaracá, em epocha ignorada, mas anteriormente a 1625.

Ignora-se o tempo do governo de Paiva, sabendo-se comtudo, que governava pelos annos de 1547, quando teve lugar o assedio de Igarassú pelos indios em cuja emergencia prestou elle grandes serviços aos assediados, enviando-lhes barcos de mantimentos e soccorros de gente e armas. Governou até que João Gonçalves voltou das Antilhas, onde arribára, e tomou posse, em epocha ignorada, e dirigiu o governo até o seu fallecimento.

"A vinda do capitão João Gonçalves foi muito festejada escreve frei Vicente do Salvador, os gentios lhe tinham muito respeito, por verem que tambem lho tinha Pero Lopes de Souza, quando cá esteve, e assim não lhe chamavam sinão o capitão velho, e pae de Pero Lopes; e na verdade elle o parecia no zelo com que o servia e procurava o augmento desta sua capitania, não consentindo que aos indios se fizesse algum agravo, mas acariciando a todos, com que elles andavam tão contentes e domesticos, que de sua livre vontade se offereciam a servir os brancos e lhes cultivavam as terras de graça, ou por pouco mais de nada principalmente um anno que houve de muita fome na Parahyba, de onde só pelo comer se viam metter por suas casas e servi-los; e assim não havia branco por pobre que fosse, que não tivesse vinte ou trinta indios, de que se serviam como de captivos, e os ricos tinham aldeias inteiras.

"Durou esta era, a que ainda hoje (1627) os moradores antigos chamam "dourada", emquanto viveu o capitão velho, mas depois que morreu vieram outros a destruir quanto estava feito, fazendo e consentindo fazerem-se tantas vexações e aggravos aos pobres gentios em suas proprias terras e aldeias, que se começaram a inquietar e rebelar, e os que pela nossa paz e amizade se afastavam dos francezes, e se não eram alguns da beira mar, outros dosertão de nenhuma

maneira os admitiam entre si nem queriam seu commercio; depois uns e outros se alliaram com elles, e nos fizeram tão grandes guerras, quanto os moradores o sentiram em suas pessoas e fazendas, e não menos o donatario, que em todo este tempo recebeu grandes perdas, e enfim lhe veio a custar tomar-lhe el-rei um grande pedaço de terra da capitania, que annexou a Parahyba, por have-la conquistado e libertado do poder dos inimigos á custa da sua fazenda e de seus vassallos”.

Vem dessa epocha, talvez amargamente queixar-se ao rei o donatario de Pernambuco dos negocios da capitania de Itamaracá, em carta que lhe escreveu em 15 de Abril de 1549, —onde não estava o proprio pastor, mas sim um mercenario por lingua e feitor de armadores traficantes de páo-brazil.

João Gonçalves era nautico, e como tal acompanhou a Pedro Lopes de Souza em uma expedição destinada a expellir de Itamaracá os francezes que ahi achasse, bem como em outras partes do Brazil e chegando a armada na altura daquella ilha ao tempo que sahia uma náu franceza para a Europa, carregada de generos do paiz, foi elle incumbido do seu aprisionamento, commandando uma caravella ligeira, incumbencia essa que fizera o chefe por ser—João Gonçalves homem de sua casa, de cujo esforço tinha muita confiança, pela experiencia que elle tinha de outras armadas em que o acompanhou contra os corsarios, na costa de Portugal e de Castella—como refere Frei Vicente do Salvador.

Será este João Gonçalves, o mesmo “João Gonçalves”, a quem de parceria com Francisco Martins, ambos escudeiros portuguezes e naturaes das ilhas dos Açores e a Elliot Ashurst, de Bristol, concedera Henrique VII de Inglaterra, por carta patente de 9 de Dezembro de 1501, o privilegio ou licença para fazerem navegação e descobrimento, comtanto que respeitassem os paizes anteriormente descobertos e reduzidos á obediencia pelos portuguezes, como refere o visconde de Santarem.

João Gonçalves já era fallecido em 1555, como se vê da carta de Jeronimo de Albuquerque dirigida a D. João III em dias de Agosto do mesmo anno na qual lhe communica que—“Luiz de Seixas, que servia de capitão mór da ilha de Itamaracá, era levantado com dividas, deixando a capitania desamparada em tempo de guerra.”

Estatutos do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano

CAPITULO I

Fins do Instituto

Art. 1.º — O Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, fundado na cidade do Recife, a 28 de Janeiro de 1862, tem por fim o estudo, discussão, investigações e explorações científicas, concernentes á historia, geografia, etnografia do Brasil, principalmente de Pernambuco. Sua legenda será: *pro patria et veritate congregamur.*

§ unico—Como pessoa jurídica, sua séde e fôro são na capital do Estado de Pernambuco.

Art. 2.º — Para realização de seus fins, o Instituto:

a) Manterá correspondência com as sociedades estrangeiras e nacionais de igual natureza, bem como com as associações literárias do país;

b) Coligirá, conservará e classificará documentos, livros, cartas geográficas e outros objetos que lhe possam fornecer elementos de informação e devam constituir um arquivo, uma biblioteca e um museu;

c) Publicará trimestralmente, ou semestralmente ou ainda anualmente a *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.*

CAPITULO II

Dos sócios

Art. 3.º — O Instituto compor-se-á de cinco classes de socios:

I — Efetivos, em numero de 50;

II — Correspondentes;

- III — Honorários;
- IV — Beneméritos;
- V — Benfeitôres.

Art. 4.º — Poderá ser sócio do Instituto toda a pessoa de qualquer sexo ou nacionalidade que houver feito jus a esse titulo, nos têrmos dos presentes estatutos.

Art. 5.º — Para ser admitido como sócio efetivo, deverá o candidato residir na cidade do Recife ou em lugar de fácil e constante comunicação com ela, e ter merecimento nas letras, ciências ou artes.

§ 1.º — A proposta para sócio efetivo deverá ser apresentada por tres consócios, fundamentada nos têrmos destes Estatutos com o nome, sobrenome, idade, naturalidade, profissão, titulos de recomendação social, científica, literária ou artística do candidato e vir acompanhada de trabalhos do mesmo, concernentes aos fins do Instituto.

§ 2.º — Tambem poderá ser apresentada pelo próprio candidato, sendo, nesse caso, apoiada por tres assinaturas de membros do Instituto.

§ 3.º — A proposta será remetida ás comissões respectivas para lavrar parecer no prazo de duas sessões.

§ 4.º — Discutido e aprovado o parecer, será remetido á comissão de admissão de socios, a qual opinará sôbre a conveniência ou inconveniência de sua admissão.

§ 5.º — O parecer desta comissão será discutido e, votado.

§ 6.º — O candidato rejeitado poderá, depois de um ano, ser novamente propôsto.

§ 7.º — Si a comissão respectiva não apresentar o parecer, nem justificar a demora, o presidente depois do prazo do § 3.º nomeará outra *ad hoc*.

§ 8.º — O teôr dos pareceres, bem como as discussões relativas á admissão de socios, si forem desfavoraveis ao candidato, não será publicado, nem dêle se dará cópia ou transunto a quem quer que seja.

Art. 6.º — Para ser sócio correspondente, terá o propôsto ou candidato de preencher as condições exigidas pelo art. 5.º e §§, exceto a residência da capital, observando-se no processo de admissão tudo o que se indica para sócio efetivo.

§ 1.º — O sócio correspondente com residência definitiva nesta capital ou cidades próximas passará a efetivo, pagando, neste caso, si não o houvera feito, a jóia e contribuições estipuladas nestes estatutos. O sócio efetivo que fixar definitivamente residência fora da capital ou das cidades proximas será transferido, *ex-officio*, para a classe dos correspon-

dentés, reentrando em sua classe primitiva se vier a ter definitivamente a residência anteriôr.

Art. 7.º — Só poderão ser honorários os correspondentes de mais de dez anos com serviços comprovados e os escriptôres de qualquer sexo ou nacionalidade que se tiverem distinguido por seu consumado saber, especialmente no domínio da história, geografia, etnografia, geologia, paleontologia ou arqueologia.

§ Unico — A proposta para sócio honorário deve de ser fundamentada e firmada pela mesa, e aprovada pela casa.

Art. 8.º — Pertencerão á classe dos benfeitôres os que, ainda mesmo não estando nas condições do art. 5.º, tenham prestado serviços relevantes ao aumento do patrimônio do Instituto, ou realizado outros beneficios, nunca inferiôres em valor a 2:000\$000.

§ Unico. — A proposta de sócio benfeitor será assinada pela mesa, seguindo o processo estabelecido para os honorários.

Art. 9.º — Só poderão ser elevados a beneméritos os sócios efetivos ou saídos desta classe que, tendo antiguidade de um decênio, hajam prestado serviços notáveis ao Instituto ou exercido cargos na diretoria por mais de dez anos.

Art. 10.º — A eleição de sócio benemérito será precedida de proposta da mesa, aprovada pela assembléia geral.

Art. 11.º — Os ex-presidentes do Instituto com cinco anos de exercício nêste cargo, terão direito ao titulo perpétuo de presidente de honra, se vinte cinco sócios efetivos ou saídos da classe dos efetivos assinarem uma proposta, que será desde logo considerada aprovada.

Art. 12.º — A contribuição dos sócios efetivos, dos correspondentes que residam no país e hajam solicitado sua eleição, é de 50\$000 para o diploma e 50\$ para o distintivo.

§ 1.º — Os sócios efetivos estarão também sujeitos a mensalidades, si assim o resolvêr a Assembléia Geral Ordinária cada ano.

§ 2.º — O sócio efetivo que, por espaço de um ano não pagar as suas mensalidades havendo, para saldar o seu débito, recebido aviso do tesoureiro, ficará suspenso.

§ 3.º — E' facultada aos sócios efetivos, em qualquer tempo, a remissão das mensalidades, mediante o pagamento de 200\$000, além da jóia e do distintivo.

§ 4.º — O sócio efetivo em débito das prestações anuais só poderá remir-se depois de saldar suas dividas.

§ 5.º — O sócio que haja aberto vaga em consequência de circunstancias originadas da falta de pagamento, voltará ao quadro logo que tenha desaparecido seu débito.

Art. 13.º — Nenhum sócio efetivo poderá tomar posse e receber diploma e distintivo sem ter pago a importancia dos mêsmos.

Art. 14.º — Quando algúm sócio tiver de tomar posse, enviará á mesa cópia do respectivo discurso, acompanhado de minuciosa autobiografia e dum retrato tamanho gabinête. Si o discurso contiver opiniões suscetíveis de perturbar a serenidade dos trabalhos do Instituto ou expor êrros históricos, a mēsa devolve-lo-á ao recipiendário para fazer as alterações indispensáveis, condição *sine qua non* para a posse.

Art. 15.º — Na ocasião da posse o recipiendário prestará o seguinte compromisso:

Prometo promover o engrandecimento do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano e observar fielmente os seus estatutos.

§ Unico — Depois do presidente declarar empossado o novo sócio, êste lerá o seu discurso de admissão, entregando o original á mēsa. Responderá o sócio previamente designado para a recepção.

Art. 16.º — Os sócios terão como distintivo a medalha de bronze anteriormente adotada. Será usada em fita azul-branca (côres pernambucanas) de seis centímetros de largura, pendente ao pescoço. O distintivo será obrigatório nas solenidades do Instituto.

Art. 17.º — O socio que causar prejuizo moral ou material ao Instituto, e o reincidente que provocar desordens no recinto da séde social, poderá ser eliminado pela assembléa geral, se houver denuncia dada á mēsa, ou esta julgar dever proceder *ex-officio*. Neste caso o presidente nomeará uma comissão especial para estudar o fato delituoso e, mediante o seu parecer, convocará a assembléa, si o mesmo for contrário ao denunciado. Este terá aviso por escrito com a cópia da denuncia para remeter sua defêsa, que deverá ser tambem escrita.

CAPITULO III

Dos direitos e devêres dos sócios

Art. 18.º — Os sócios de qualquer categoria terão direito:

I—Ao diploma e distintivo da sociedade, satisfeitos os respectivos pagamentos;

II—A assistir ás sessões e tomar parte em todas as suas festas.

III—Ao ingresso na séde da sociedade, fazendo estudos e tomando as notas que lhes convierem.

IV—A um exemplar dos Estatutos e da Revista, a partir da data da sua posse;

V—A apresentar trabalhos para a Revista;

VI—A discutir e votar qualquer assunto social.

Art. 19.º — São obrigações de todos os sócios:

I—Cumprir e fazer cumprir os presentes Estatutos e aceitar—zelosa e dedicadamente os que teem direito á eleição— todos os cargos e comissões para que forem eleitos ou designados, salvo motivo de força maior justificada.

II—Prestar ao Instituto todo o auxílio de sua inteligência e saber e toda a cooperação moral e material para a prosperidade da associação.

III—Concorrer com a oferta das obras que publicar, os documentos manuscritos ou objetos de valor que puder obter para a biblioteca e arquivo do Instituto.

CAPITULO IV

Da direção do Instituto

Art. 20.º — O Instituto será administrado por uma diretoria composta de um presidente, um vice-presidente, um 1.º secretário—que poderá ser perpétuo a juizo da assembléia geral, ante exemplos de sua dedicação á sociedade, — um 2.º secretário, um tesoureiro e um bibliotecário.

Art. 21.º — A' diretoria compete:

§ 1.º — Fazer cumprir os presentes Estatutos, programas e regulamentos, que forem organizados e todas as deliberações do Instituto.

§ 2.º — Resolver, no intervalo das sessões, todas as questões administrativas e urgentes, dando ciência ao Instituto, na próxima sessão, das deliberações tomadas.

Art. 22.º — Compete ao presidente do Instituto:

§ 1.º — Abrir, dirigir, encerrar os trabalhos das sessões e suspendê-las quando necessário fôr.

§ 2.º — Providenciar sobre qualquer negócio urgente, no intervalo das sessões, dando conta, na primeira reunião, das providências que tomar, afim de se resolver definitivamente.

§ 3.º — Nomear, em caso de vaga provisória, quem sirva interinamente nas comissões e nos cargos da diretoria.

§ 4.º — Designar oradores para as solenidades do Instituto ou para as suas representações.

§ 5.º — Inspeccionar o serviço da secretaria, tomando as providências que se tornarem precisas á sua regularidade.

§ 6.º — Assinar a correspondência com os secretários, quando a importancia do expediente o exigir.

§ 7.º — Representar o Instituto por si ou mandatário seu, em todos os negócios judiciais ou extrajudiciais.

§ 8.º — Nomear, suspender e exonerar os funcionários do Instituto, conforme proposta do 1.º secretário, a quem compete a policia da casa. Nestes ultimos casos, submeter o seu ato á aprovação da casa.

§ 9.º — Providenciar sobre quaisquer negócios do Instituto, nos limites destes Estatutos.

Art. 23.º — O vice-presidente substituirá o presidente em seus impedimentos. Na ausencia do presidente e do seu substituto assumirá a presidencia das sessões o presidente de honra, si presente, ou o sócio mais antigo na casa e, si existirem dois ou mais sócios do mesmo tempo, será preferido o de maior idade.

Art. 24.º — São atribuições do 1.º secretário:

§ 1.º — Assinar todo o expediente do Instituto, atas, diplomas, circulares, comunicações e ordens do presidente.

§ 2.º — Apresentar na sessão magna de 27 de Janeiro, de cada ano, um relatório de tódo o movimento do Instituto durante o ano social, expondo as medidas que julgar mais acertadas para seu desenvolvimento e prosperidade.

§ 3.º — Remeter ás comissões do Instituto os trabalhos ou propostas sobre as quaes tenham de se pronunciar.

§ 4.º — Manter em bôa ordem a escrituração da secretaria, e fiscalizar as demais secções do Instituto, com interferência no arquivo, e bibliotéca, velando pelo seu asseio e conservação.

§ 5.º — Processar a folha dos vencimentos dos empregados e rubricar documentos da despêsa que deva ser paga pelo tesoureiro.

§ 6.º — Providenciar, na falta do presidente e seu substituto, sobre todos os negócios urgentes e de administração econômica, participando na primeira sessão o que a respeito houver resolvido.

§ 7.º — Lêr o expediente que houver em cada sessão.

§ 8.º — Propôr ao presidente a nomeação, suspensão ou exoneração dos funcionários do Instituto.

§ 9.º — Determinar a compra dos objetos necessários ao expediente, dentro da verba orçamentária.

Art. 25.º — Ao 2.º secretário compete:

§ 1.º — Substituir o 1.º secretário em suas faltas e impedimentos.

§ 2.º — Redigir e ler nas sessões as atas dos trabalhos em conjunto.

§ 3.º — Auxiliar o 1.º secretário nos serviços a seu cargo.

Art. 26.º — Ao tesoureiro compete:

§ 1.º — Arrecadar e ter em guarda os dinheiros do Instituto.

§ 2.º — Pagar as despesas competentemente autorizadas.

§ 3.º — Prestar contas semestrais da administração dos fundos a seu cargo, apresentando a receita e a despesa. As contas, depois de examinadas pela comissão respectiva serão por esta apresentadas, à mēsa administrativa com o seu parecer, sendo este submetido à discussão e votação em sessão ordinária. O dinheiro e os títulos do Instituto deverão de ser guardados em estabelecimento de crédito.

Art. 27.º — O tesoureiro poderá ter um procurador, pessoa de sua responsabilidade, ao qual será dada uma comissão até 20%.

Art. 28.º — Ao bibliotecário compete:

§ 1.º — Zelar os serviços ao seu cargo, catalogando os livros e objetos sob sua guarda, promovêr a sua encadernação etc.

§ 2.º — Fornecer ao 1.º secretário, em tempo oportuno, dados dos serviços ao seu cargo para o relatório anual.

CAPITULO V

Das comissões

Art. 29.º — Haverá as seguintes comissões eleitas, composta, cada uma de três membros:

- a) de contas;
- b) de redação da Revista, de Estatutos e de outras publicações;
- c) de história e geografia;
- d) de arqueologia e etnografia;
- e) de admissão de sócios.

Art. 30.^o — O número dessas comissões poderá sêr aumentado.

Art. 31.^o — Cada comissão elegerá o seu relatôr.

Art. 32.^o — A' comissão de contas compete:

§ 1.^o — Examinar as contas que forem submetidas ao seu conhecimento.

§ 2.^o — Organizar os orçamentos que lhe forem determinados pela mêsa.

§ 3.^o — Dar parecer, quando fôr consultada pela mêsa administrativa.

Art. 33.^o — A' comissão de redação da Revista, de Estatutos e outras publicações, da qual será membro nato o 1.^o secretário, compete:

a) escolhêr toda matéria publicável;

b) ter tôda a ingerência não só sobre a redação como sobre a impressão da Revista e outros trabalhos, dentro dos recursos orçamentários;

c) interpretar, em caso de dúvida, têxtos dos Estatutos e dar parecer sôbre projetos de reformas.

Art. 34.^o — A's comissões de História e de Arqueologia compete:

a) Dar parecer sôbre os manuscritos, memórias e quaisquer outros documentos e peças.

Art. 35.^o — A' comissão de admissão de socios incumbe:

a) Sindicar da individualidade do candidato, da idoneidade e conveniência de sua admissão; verificar si as propostas reuñem as condições exigidas por estes Estatutos.

Art. 36.^o — Além da faculdade de aumentar as comissões, tem o presidente a de encarregar de algum trabalho os sócios, individualmente, quando assim julgar necessário.

Art. 37.^o — Os pareceres das comissões serão apresentados no prazo máximo de dois menses, exceto quando se tratar de admissão de sócios, cujo prazo não deverá exceder do espaço de duas sessões do Instituto.

§ unico — Compete ao presidente providenciar, caso os prazos sejam excedidos.

CAPITULO VI

Das eleições

Art. 38.^o — Celebrada a sessão magna aniversária do Instituto, a 27 de Janeiro, proceder-se-á até 15 dias depois, á con-

vocação de uma assembléia geral para a eleição dos membros que hão de compôr a mēsa administrativa, que terá exercicio por um ano, a contar do dia em que a directoria tomar posse.

Art. 39.^o — Somente os sócios efetivos e beneméritos têm direito á elegibilidade para membros da mēsa administrativa. Podem ser reeleitos e fazer parte de quaisquer comissões, das quais será excluído o presidente.

§ Unico — Estão em idênticas condições os honorários e benfeitôres quando provindos da classe dos efetivos ou correspondentes.

Art. 40.^o — A eleição será feita por escrutinio secreto.

Art. 41.^o — No caso de empate, correrá segundo escrutinio e si este não fôr decisivo, será considerado eleito o candidato mais velho em idade civil.

Art. 42.^o — Só para o cargo de Presidente se requer maioria absoluta.

Art. 43.^o — Nenhum sócio poderá sêr eleito para mais de um cargo na directoria e, se assim acontecêr, terá de optar, antes da posse, por um dêles.

§ unico—Atendendo-se, porém, á especialidade dos seus estudos, poderá permitir-se que o sócio que faça parte da mēsa também seja eleito para uma das comissões.

Art. 44.^o — Não poderá sêr eleito para quaisquer cargos da directoria ou das comissões, o sócio que durante o ano anterior, salvo caso de licença, não houver comparecido a um têrço das sessões, pelo menos. Igual dispositivo será applíado em relação ás comissões.

§ unico—Tratando-se da reeleição não será exigido o comparecimento acima.

Art. 45.^o — O sócio que no ano anteriôr não houver comparecido a um têrço das sessões não poderá votar nas eleições.

Art. 46.^o — A posse da nova directoria será dada em seguida á eleição, pelo presidente que terminar o seu tempo.

Art. 47.^o — As vagas que ocorrerem nas comissões serão preenchidas provisoriamente por nomeação do Presidente, até que se reuna a assembleia geral.

Art. 48.^o — Sempre que o eleito, cientificado da sua eleição, não se empossar na sessão seguinte sem motivo justificado por escrito, será considerado vago o lugar, na forma do artigo antecedente.

CAPITULO VII

Das sessões

Art. 49.^o — As sessões do Instituto serão:

- I — Ordinárias e extraordinárias;
- II — De assembleia geral;
- III — Magna, a 27 de janeiro;
- IV — Solenes, nas datas festivas da história de Pernambuco, ou quando anteriormente deliberado.

Art. 50.^o — As sessões ordinárias serão quinzenais, em dia e hora designados pela mēsa, precedidas sempre de notícia nos jornais.

§ unico — Aberta a sessão, quando se verificar a presença de seis sócios, pelo menos, e aprovada a ata da antecedente, ler-se-á o expediente, resolvendo-se depois sobre qualquer matéria trazida ao conhecimento do Instituto.

Art. 51.^o — Para haver sessão de assembleia geral é necessária a presença de 15 socios, pelo menos. Não comparecendo esse numero á primeira vez, convocar-se-á nova reunião, na qual se deliberará com oito socios. Na 3.^a convocação funcionará com qualquer numero. Quando o assunto não poder sêr resolvido em uma sessão esta poderá ser prorrogada.

Art. 52.^o — As sessões ordinárias, extraordinárias não solenes e de assembleia são reservadas, podendo, entretanto assisti-las pessoas estranhas, com prévio consentimento do presidente.

Art. 53.^o — Na ausência do presidente e seu substituto legal, será a sessão presidida por um dos presidentes de honra, si estiver na casa, ou pelo sócio mais antigo.

Art. 54.^o — Sempre que 15 sócios com direito a voto solicitarem por escrito uma sessão de assembleia geral, o presidente dará recibo do pedido e convoca-la-á com a antecedencia de tres dias, que é o prazo minimo da convocação.

CAPITULO VIII

Das finanças do Instituto

Art. 55.^o — Constituem receita do Instituto:

- § 1.^o — As joias e mensalidades dos sócios.
- § 2.^o — Os donativos que lhe forem feitos.

§ 3.^o — O produto liquido das assinaturas e vendas em avulsos da Revista e das obras publicadas.

§ 4.^o — O subsidio concedido pelos poderes publicos.

Art. 56.^o — A importancia arrecadada será depositada em conta corrente pelo tesoureiro em um dos bancos da capital ou na Caixa Economica e os respectivos livros de cheques entregues á diretoria do Instituto.

Art. 57.^o — A receita do Instituto será aplicada:

§ 1.^o — No pagamento dos vencimentos de seus empregados.

§ 2.^o — Nas despêsas com o expediente e livros necessários á secretaria.

§ 3.^o — Na impressão e distribuição das suas publicações.

§ 4.^o — Na aquisição de peças e material para o Museu, o arquivo ou a bibliotéca, conservação dos mêsmos, bem como conservação do prédio, contribuição de luz, agua e esgôto.

Art. 58.^o — O Instituto poderá, excepeionalmente, premiar publicações sôbre os assuntos do art. 1.^o, prêmio que consistirá em medalha de ouro ou de prata.

Art. 59.^o — Feitas as despêsas anuais autorizadas, serão as sobras applicadas ao aumento do patrimonio social do modo determinado pelo Instituto em sessão ordinaria.

§ Unico — Esse patrimonio não poderá ser despendido no todo ou em parte, sem autorização da assembleia geral, concedida por dous terços dos votos presentes, sendo porém necessario que compareça numero não inferior ao exigido para a sua primeira convocação. Os seus rendimentos serão empregados nas despêsas fixadas no orçamento, ou autorizadas pela mêsa administrativa.

CAPITULO IX

Disposições gerais

Art. 60.^o — Fica a diretoria autorizada a rever os quadros dos socios, consultando aos efetivos por escrito se desejam ou não continuar a pertencêr, nessa categoria, ao Instituto.

Art. 61.^o — Haverá um quadro especial de socios para os efetivos que por doença não poderem mais comparecêr ás sessões e para aqueles que durante um ano deixarem de comparecêr pelo menos a uma sessão sem justificativa. A transfe rência para êsse quadro será feita ex-officio, podendo também sê-lo a requerimento do interessado. Os sócios dêsse quadro não poderão votar nem ser votados e somente serão readmitti-

dos no quadro dos efetivos, a seu requerimento, quando finda a 1.^a incompatibilidade ou um ano depois da 2.^a.

Art. 62.^o — Não é consentida a saída de livros, mapas, manuscritos e objetos do museu, podendo a leitura de jornais e obras impressas ser permitidas aos estranhos, que obtiverem autorização.

Art. 63.^o — Os sócios eleitos que tiverem aviso da secretaria e não satisfizerem as contribuições de seu titulo dentro de tres meses, serão tidos como não eleitos.

Art. 64.^o — Os eleitos para os cargos extintos por esta reforma de estatutos exercerão o mandato até nova eleição.

Art. 65.^o — A reforma parcial ou total dos presentes Estatutos só poderá sêr feita depois de tres anos, mediante proposta assinada por 15 sócios efetivos ou pela comissão de redação, e vencendo por maioria de dois terços da assembléia geral.

Art. 66.^o — Revogam-se as disposições em contrario.

Estes Estatutos foram discutidos e aprovados em sessões de assembléias gerais respectivamente de 9, 16, 23 e 30 de agosto de 1933.

Dr. Methodio Maranhão, presidente

Mário Melo, secretario perpétuo

Naasson Figuerêdo, 2.^o secretario

Ruas e Arrabaldes do Antigo Recife

De caras, de moradores e de costumes mudaram ruas e arrabaldes do Recife, de uns anos para cá.

Houve perfeitas revoluções, gerando predomínios de uns e ostracismo de outros. Como na politica.

Não pretendemos ir longe de mais, saltando seculos para apreciar a cidade conhecida por Tollenare, Koster e Water-ton. Não queremos evocar as ruas tortas, estreitas, desleixadas dessa remota época com seus aspectos típicos — escravos de curtas tangas expostos á venda pelas praças esteiradas de capim; sobradões de balcões mouriscos apoiados em grotescos cachorros de pedra; mulheres de cabeções fazendo rendas diante das almofadas, sentadas em esteiras; negras mercadejando fitas, lenços, labirintos pelas portas com baúzinhos de flandres nas cabeças; sinhazinhas espiando pelo xadrez das urupemas; cadeirinhas de arruar, a caminho das igrejas ou em busca das procissões; moleques empinando papagaios á beira das marés; aguas sujas atiradas de varandas abaixo; negros acorrentados transportando caixas de açúcar numa cantilena monotona e nostálgica... Não tentamos pintar as conversas tranquilas nos banquinhos da velha ponte que ligava Santo Antônio á Boa Vista, na frescura da noite, sob o céu estrelado, vendo as canôas cheias de abacaxis passando de Capibaribe acima, e dando um rabinho de olho para as mulatas de chales vistosos e sapatinhos de setim que tentavam os homens sizudos de então com seus olhares negros e acêsos...

Disso tudo as crônicas de antanho já disseram bastante e com colorido.

Queremos simplesmente recordar um Recife de trinta anos atraz, contemporaneo das nossas 15 primaveras... O Recife que nossos olhos moços viram e nossas almas adolescentes sentiram, um Recife que, paradoxalmente, não dese-

jamos fôsse hoje o que era, mas temos pena de que haja deixado de ser o que foi.

O Recife de 1900... 33 anos apenas e tão diferente. Tão diferente!

Praçinha da Independencia — Lojas pintadas de verde amarelo, de um lado e outro, com umas passagens acanhadas de permeio, servindo de mictorios... Vendiam-se, ali, de preferencia, bilhetes de loterias e sapatos de carregação. Por traz dessas lojas corriam dois bêcos — um deles, o do Peixe-Frito, em que ficava o predio do **Diario de Pernambuco**. Do mesmo lado, de frente para a praçinha, a **Puerta del Sol**, café famoso naquêles tempos, com cadeiras e mesinhas espalhadas pelo passeio e tocando lá dentro um pianista de dedos tarantulados. O mesmo ritmo para o pas-de-quatre "Nair", para o dobrado "Capenga não forma", para a valsa "Sonho de Virgem".

Defronte, a fileira imensa dos taboleiros de bolos: — velhas pretas sentadas em banquinhos de abrir e fechar, alumadas por candieiros de acetilene fumacentos e catíngosos, atendendo á freguesia das mães bentas, das fatias de pão de ló, dos cocorótes... E pelas cercanias, surdindo das ruas das Cruzes, Laranjeiras, Queimado e dos bêcos proximos, o mulherio de cabelo arrepiado sempre a dar trabalho á policia do major Cazuzinha.

Morria muito cêdo a vida noturna da cidade. A's 9 horas, ao toque do sino da matriz de Santo Antonio, o comercio fechava com ruído de portas, e um velhinho de passo demorado vinha com uma vara apagar de um em um os lampeões supérfluos. Quase todos rumavam aos lares para o chá com pão torrado e para a soneca tranquila. Raros os que ficavam ainda flanando pela rua do Crespo ou pela rua do Cabugá — na época um verdadeiro corredor entre a praçinha e a rua Nova.

Pouco mais só se ouvia o rodar dos bondes da Carril, quasi vasio, e o piano do **La Puerta del Sol**.

A **praça da Republica** só lograva movimento nas tardes de domingo quando ali se realizavam as famosas retrêtas do 14 ou da Charanga, ou quando funcionava no Santa Isabel uma companhia teatral. Tambem se armavam ali circos de mais ou menos merito, no terreno em que hoje se ergue o predio do Tesouro. Houve um tempo em que o velhor ator Lira deu sorte naquela praça com o seu carrocel.

Constituiu a nota da cidade e do pecado... Porque, para lá se destinavam depois de 9 horas os farristas e as "rapari

gas". Rodavam nos cavalinhos de pau ao som de um realejo fanhosissimo que perturbava o sono dos proprios moradores da Boa Vista.

O trecho desse logradouro constantemente movimentado era o que fica ao lado direito do teatro: — porque dali partiam as maxambombas do Fletcher para Caxangá, Arraial e Dois Irmãos.

Rua que mudou bastante de cara, como certos individuos quando se processam transformações politicas, foi a do Hospicio. Na parte que vai da Matriz ao atual Parque era estreitissima, verdadeiro engasgo. Na esquina da Imperatriz ficava um grande sobrado todo de bonitos azulêjos com a loja do Alfredo Lopes — **Bazar da Boa Vista**. Vendia, entre outras cousas de gôsto e de luxo, explêndidos brinquedos e tinha sempre expostos ás portas uns bondezinhos arremedos dos da Carril em taboletas de "Fernandes Vieira", "Afogados", "Madalena"...

No ultimo andar moravam estudantes de direito, republica das mais famosas do Recife, pelos seus discursos espalhafatosos e pelos trotes nos transeuntes. Havia quem quebrasse esquinas para evitar a passagem por ali.

No seu trecho final a rua do Hospicio rivalizava com um sertão. Do quartel do 14 para cima, á noite, só se atreviam os temerarios. Não porque houvesse trincheiras nem metralhadoras, mas porque justamente não se visse ninguem. Pelo menos aparente. Poderia haver escondida nos matagais do "jardim" 13 de Maio ou nos terrenos da futura Faculdade de Direito. Para fins de amôr ou de assalto. Trafegava por ali, de hora em hora, e somente até ás 11, um bondinho de Santo Amaro com a tristeza e o desalento desse nome. Santo Amaro, naquela éra só lembrava duas cousas dolorosas: o cemiterio e os asilos. O resto, mocambos.

Na sua parte central, entretanto, a rua do Hospicio sempre manteve a linha de elegancia. Moravam ali moças de renome pela beleza, pela graça e pelos namoros. O transito do rapazio não estiava enquanto estivessem abertas as janelas e iluminadas as casas.

Madalena nunca deixou de ser arrabalde fidalgo, soberbo, emproado. Fisionomia de quem faz pouco dos outros. Palacetes trancados, jardins extensos e rispidos, cães ameaçadores nos gradis, ares de presunção e de riqueza. Restos de nobreza monarchica. Ainda hoje, coitado, decaido, sombrio, transformado em pensões, conserva a atitudo de aristocrata, sem querer dar o braço a torcer...

Torre ficou celebre, então, pelo seu pastoril e pelas pastoras que por ali moravam.

Arrabalde que tomou desforra como um filho desprezado que vem a vencer na vida por si mesmo foi o Arraial. Nos tempos da maxambomba fôra de fato o "engeitado". Para lá iam os que não podiam pagar **habitações** caras, os fracos do peito e os dotados da excelsa virtude da paciência. Vagões de bancos furados e pregos traiçoeiros, de dia sujos e de noite às escuras; locomotivas inválidas; estações quitandas; baldeações em noite de aguaceiros; atrasos de horarios; supressões de trens... tudo destinado ao Arraial. Morador dali si não era quebrado ou tísico, era santo. E hoje...

Em contraste o Poço da Panela. Atualmente um espectro de que foi. Uma saudade. Um museu. Nem mesmo o novenario da Saude lhe serve de injeção renovadora. Guarda apenas o encanto da sua paizagem e o perfume do seu passado. Mangueiras de copas fartas como afeita a acolher gerações; os sapotizeiros de troncos altos e viris; as jaqueiras carregadas numa significação de pouca gente para despoja-las dos frutos, e de permeio a essa vegetação antiga e esplendida, os antigos solares barrados de azulêjos, os convidativos terraços de tijolos desmantelados, os claros salões de dezenas de janelas em vidraças, cenários das "partidas" pela Festa, outrora... Quando Tollenare, em 1819, pelas margens do Capibaribe sombreado pelos mulungús e pelas gameleiras, já ouvia os gritinhos, os mergulhos, as risadas das moças de familias que passavam a "festa no Poço, tomando banhos no rio, dentro dos banheiros de palhas"... E muitas vezes surpreendia um quê, formoso e provocador, daqueles corpos nus quando se afoitavam para fôra do recatado abrigo...

Nos novenários da Saude, desde a noite da bandeira, traida da residencia da juiza em carro alegórico e com um acompanhamento de centenas de senhorinhas, até a da festa que se apurava no brilho e no entusiasmo cada ano que passava, o Poço da Panela atraia todo o Recife. As novenas eram dedicadas aos casados, aos solteiros, aos estudantes, aos empregados no comércio, aos funcionarios da Caxangá, às solteiras... E as comissões procuravam tornar a sua noite superior ás das outras. Os trens corriam de meia em meia hora superlotados. As cocheiras esvasiavam-se levando nas "vitorias", nas "berlindas", nos "landaus", as familias que podiam pagar esse luxo. A "festa do Poço" era um capitulo importante do Recife antigo.

No Poço residiu por longos anos José Mariano. No seu sobrado hoje em ruinas, fez-se toda a campanha da abolição

em Pernambuco. Ali, escondiam-se escravos fugidos afim de serem depois transportados em barcaças de capim ás terras livres do Ceará. Ali, d. Olegarinha deu suas jóias para serem vendidas em prol da alforria dos inditosos negros. A casa de José Mariano era o asilo de toda gente. Quem precisasse de um auxilio batesse, ou melhor, entrasse, porque a porta nunca se fechava.

Espinheiro já foi tão deserto e bisonho que era prova de valentia passar por ali alta noite. Dizer-se de alguém que atravessava o bêco do Espinheiro de madrugada era uma sa-gração de heroismo.

Caxangá tambem já teve sua epoca e predominio. Rodrigo Otavio num livro de memorias relembra uma tempora-da passada ali, como estudante. Vida rumorosa, vida de elegancias, boas pensões. A Festa em Caxangá constitue uma delicia. E os seus banhos mereceram versos. Até nas "cheias" foi notavel. Estranho pormenor: nada lucrou com o bonde electrico. Decaiu bastante. Mesmo fenomeno na Varzea.

De Apípicos a Monteiro, ambos bem pitorescos pela vizinhança do rio e pela fartura da vegetação, nem é bom falar porque talvez não acreditem terem sido arrabaldes em voga num Recife de cincoenta anos atrás. Monteiro gozou regalias de um teatro occupado por companhias de declamação em francês... Apípicos mereceu as primicias desse melhora-mento que foram as maxambombas. O primeiro ainda manteve certo realce até 1911 quando Dantas Barreto, candidato ao govêrno pernambucano, ali se hospedou. O segundo já morrerá na fama quando o cronista começou a falar grosso.

O Derbi teve fama nos tempos de Delmiro Gouveia; depois, ficou esquecido até o govêrno Sergio Loreto que fez dele o que é.

Quem cavou protetor para subir nos tempos presentes foi Encruzilhada e Arruda. Encruzilhada era a estação de cruzamento dos trenzinhos de Olinda e Beberibe. Ali ficavam as oficinas da Trilhos Urbanos sempre sujas de carvão e com umas locomotivas em reparos.

Ao lado uma feira frequentadissima e vasta, mas num conjunto de barracas imundas, ridiculas, infames. Com os bondes electricos, desapareceu a feira e construiu-se o mercado. Lojas foram se abrindo. O commercio aumentou, modernizou-se, embelezou-se.

Transformou-se o bairro. Nasceu o bonito cinema. Deram-lhe um monumento de proesa aviatoria. Tem agora vida propria, banca prestigio, fala em movietones, ouve radio...

Quem diria, hein? Outrora contentava-se em ir ver o pastoril equívoco de Herolides...

No mundo a gente conhece tanta pessoa também assim! Como os arrabaldes, as ruas submetem-se aos altos e baixos da sorte. Ora de cima, ora em declínio.

A rua do Aragão é um exemplo vivo dessa inconstância da fortuna. Quando por ela trafegavam os bondes da Carril em demanda da Madalena e da Torre foi uma "coizinha doída" do bairro da Boa Vista. Sapeca, graciosa, falada. As suas calçadas ficaram lustrosas dos passos masculinos rondando as casas.

As moças casaduras debruçavam-se nos peitoris ou se sentavam às portas. Lá dentro a vigilância disfarçada e complacente das mães. A princípio olhares, sorrisos, gestos, mas ao irem rezar as matronas e ceiar os velhos, cada janela tinha sua sentinela encostada e alerta... Eram os coiós tão glosados pelos semanários humorísticos da época. Nasceu daí a expressão "chamêgo" traduzindo esses contactos furtivos. Abraços com apertos de mãos, junção de rostos, sorvos de halitos, beijos clandestinos. Aperitivos de casamento. Bendiga esses aperitivos a mocidade de hoje...

No carnaval, a rua do Aragão estava obrigatoriamente nos itinerários dos clubes, porque para recepcioná-los se fantasiava a rigor. Enfeitava-se de bandeiras, punha arcos de folhagens, lampadas a álcool, corêto para a música. O brinquedo, ali, não era deste mundo. Papel picado, confeti, bisnagas, pó de ouro. Dentro das casas, às vezes, banhos... Em compensação, filhós, vinho.

E, agora, a decadência, o silêncio, o maltrato. Sapateiros, quitandas, russos, prestamistas.

Quem subiu foi a rua da Intendência. Vão lembrar-lhe que já se chamou do Tambiá quando era estreitazinha no começo. Outras arterias recifenses também obtiveram nos dias que correm posições de relevo em contraste a modestia de dantes: Riachuelo, Concordia, Conde da Boa Vista, Príncipe, Arquimedes, Imperial, Calçadas, Socego... Até o celebre beco do Boi!... Este além de escuro e perigoso, tinha uma alcunha desairosa. Praças que se aformosearam mudando inteiramente de feições e de classes; Campina do Bodé, Entroncamento, Porque Amorim.

Cairam no ostracismo sem esperança de que alguma revolução as reerga: — Brum, Guararapes, Velha, Apolo, Gloria, Santa Cruz... A do Brum era ponto inicial dos bondes da Carril; Apolo teve um teatro e uma pensão; Guararapes serviu de moradia a capitalistas antigos; Velha, Gloria, San-

ta Cruz gosaram seus dias de movimento, de alegria, de ruidos, pelo carnaval, nas procissões, nas festas de igreja, nas noites de namoros...

Caso interessante o da rua da Imperatriz. Típico de quem cai e arranja sempre jeito de subir de novo. Tivera honras de chiquismo, de bom tom, de aristocrata. Estabelecimentos de nota: o Bazar da Boa Vista a barbearia do Odilon, a fotografia do Flosculo, A Loja do Coelho, a Ave do Paraíso, Atelier das Viegas, a Casa Apolo, um cinematógrafo improvisado; a sede do Filomomos... Por volta de 1905 a rua andou de pernas bambas. Diversas firmas menos fortes entraram em síncope. E as quitandas, as vendas, foram investindo... Um preamar de lojinhas réles. Até os letreiros denunciavam a decadência: — existiu uma assim: "Petit fabrique de chapéus de sol".

De sopetão a renascença. Inaugurou-se o Helvetica com um medonho estardalhaço. Todo o Recife correu a ver o novo e moderno cinema que se transformou logo em café-concerto. E teatro. Boas companhias ali se apresentaram. A rapazeada fez do Helvetica seu ponto habitual. Depois das tantas, sede do pecado. Em 1911 na campanha dantista, localizou-se na rua da Imperatriz a reação popular contra o rosismo. Vivas ao candidato oposicionista, vaias na policia, cavalaria de sabres nus, correrias; tiros, encontrões, quedas, mortes...

O comércio foi se reformando, as fachadas dos prédios igualmente. Expulsaram as quitandas e as vendolas tiveram ordem de retirada. A rua trepidou com os carros grandes da Tramways. Luz elétrica, letreiros luminosos, automoveis de praça, zofones... A danadinha da rua conseguiu um pisto-lão e subira novamente. Tirava o avental de creada e vestira outra vez seda, puzera chapéo de plumas, mitaines, joias...

Quem nunca transigiu nos seus ares de fidalguia, no seu primado de elegancia, foi a rua Nova. As épocas transitam e ela as assiste e observa, persistindo nos seus fóros de arteria-graça do Recife. Todas as gerações ali foram mostrar seu garbo, sua juventude, seus encantos.

Rua Nova do Café Rui, da Casa da Julia, do cinema Patê, da Alfaiataria do Melicharek, do beco das sótas, da sede da Charanga, do café Familiar, da gaita de Lezeira, do Paradis des Dames, das procissões dos Passos, dos carnavais de bisnagas e papel-picado, da Livraria Economica e da loja do Adolfo, do bonde de burro, da carroça de boi e do primeiro automovel o do dr. Otavio de Freitas, que fazia um barulho dos diabos...

Os seus passeios, outrora de cimento e hoje de pedrinhas branco-negras viram passar os mais estranhos e diversos trajes na sucessão das modas. E todos eles se julgavam, ao seu aparecimento, a extrema expressão do encanto e da elegância. As anquinhas e as mangas-balões, os redingotes e os fraques; as saias estreitas e os jaquetões de golas de sêda; as blusas e os bolerós; os paletós-sacos fendidos nas costas; as saias-calções de experiencia mal sucedida; as cartolas e as bacorinhas lustrosas; as calças tabicas e as boca-larga; os espartilhos e as zitas... tudo isso até chegarmos aos vestidos transparentes e ás cabeças sem chapéus.

Dos primeiros dir-se-ia nos tempos antigos que eram de "comicas" e dos ultimos que seriam de "doidos varridos"...

Tem tido suas pequenas crises a rua Nova, porem galgou-as depressa, lampeira e impecavel. Como uma moça de traço de baile que atravessa agil e precavida um beco sordido. Nem parece. Ninguem a despreza. Antes, todos a cortejam; ela faz consagrações: de formosura, de arte, de graça, de ridiculo... Sem esquecer as politicas.

Rua Nova, simbolo do desfile senhoril das mulheres e das pôses petroninas dos homens. Campo dos atrevimentos da mocidade e das pretensões da velhice. Cenario das varandas de dentistas, dos balcões e casas de modas, das salas de espera dos cinemas, da mostra dos vestuarios e da pesca dos casamentos... Geitosa creatura que não cai nunca de prestigio.

Adapta-se a tudo; ao côcô, ao trepa-moleque, ao niniche, aos cachos, á trança, á ranja, ao nazareno, ao "la homme", ao ventania e ao escovinha si o futuro trouxer essa moda de cabelos como paradigma de beleza.

Colonia ou imperio, republica ou ditadura, constituinte ou parlamentarismo... a rua Nova, foi, é e será provavelmente a rua Nova.

Aprendeu a habilidade de aderir. Não vivesse ela ali a observar as creaturas.

Quem muito viver ha de ve-la, um dia, na grande transformação das epochas e dos costumes, o paraizo moderno do nudismo...

Mário Sete.

Pernambuco no primeiro século

Os trechos que se seguem foram extraídos duma carta que, ao Superior dos Jesuitas em Portugal, dirigiu da Baía aos 16 de outubro de 1585, o padre Fernão Cardim, dando conta de sua visita ao Colégio dos jesuitas de Olinda, com observações gerais sobre a Capitania de Pernambuco.

OS NAVIOS DA COMPANHIA DE JESUS

Chegados outra vez as monções do sul, no fim de junho, partimos para Pernambuco, Padre Visitador, Padre Rodrigo de Freitas, com outros padres e irmãos, que por todos eramos quatorze; não foi o Padre Provincial, porque ficava muito mal na Baía.

Ao segundo dia com vento contrario, arribamos ao morro de S. Paulo, barra do Tinharé doze leguas da Baía, aonde estivemos onze dias, sem fazer tempo para continuarmos a viagem. Aquí tivemos dia de S. João Batista, S. Pedro e S. Paulo, em os quais diziamos missa em um Teijupaba de palha; os irmãos passageiros e marinheiros, comungaram nestas festas: passavamos estes dias com boa musica, que alguns irmãos de boa fala fazião frequentemente ao som de uma suave flauta, que de noite nos consolavam, e de madrugada nos despertavam com devotos e saudosos psalmos e cantigas.

Pelo navio ser da casa e andarmos bem acomodados, sempre fomos no mar providos de todo necessario, assim na saude como enfermidades, tão bem como em casa. E nestes dias o fomos de varios pescados com que todo o dia se fartava o navio; algumas vezes iamos gastar as tardes com boa musica e pratica espirituais, sobre um fresco rio á vista do mar; e pelo lugar ser solitario causava não pequena devoção; de quando em quando pescavamos para aliviar as molestias que consigo traz uma arribada.

Aqui nos visitou um padre nosso que residia no Camarú, com um bom refresco de uma vitela, porco, galinhas, patos e outras aves e frutas, com muita caridade.

O COLÉGIO DE OLINDA

Daqui partimos ao segundo de julho e aos 14 do mesmo, dia de S. Boaventura, perto do meio dia, deitamos ferro no Arrecife de Pernambuco, que dista da vila uma bôa legua. Logo vieram dois irmãos com rêdes e cavalos, em que fomos e no colégio fomos recebidos do Padre Luiz da Grãa, reitor, e dos mais padres e irmãos com extraordinaria alegria e caridade. Ao dia seguinte se festejou dentro de casa como cá é costume o martirio do padre Inacio de Azevedo, e seus companheiros, com uma oração em verso no refeitório, outra em lingua de Angala que fez um irmão de 14 anos com tanta graça, que a todos nos alegrou, e tornando-se em português com tanta devoção que não havia quem se livesse sem lagrimas. No tempo do repouso, que estava bem enramado e o chão juncado de mangiricões, se explicaram alguns enigmas e deram-se premios.

A' tarde fomos merendar á horta, que tem muito grande e dentro dela um jardim fechado com muitas hervas cheirosas, e duas ruas de pilares de tijolo com parreiras, e uma fruta que chamavam maracujá, sadia e gostosa, e que refresca muito sangue em tempo de calma; tem ponta de azeda, e é fruta estimada. Tem um grande romeiral de que colhem carros de romães, figueiras de Portugal, e outras frutas da terra, e tantos melões, que não ha esgotá-los, com muitos pepinos e outras bôas comodidades. Tambem tem um poço, fonte e tanque, ainda que não é necessario para as lorangeiras, porque o céu as rega; o jardim é o melhor e mais alegre que vi no Brasil, e se estivera em Portugal tambem se podera chamar jardim.

Logo a quarta-feira fizerão os irmaos estudantes um recebimento ao padre visitador dentro em casa; no tempo de repouso recitou-se uma oração em prosa, outra em verso, outra em português, outra na lingua brasilica, com muitos epigramas. Acabada a festa lhe fez o padre outra, distribuindo por todos relicarios, Agnus-Dei, contas bentas, reliquias, imagens, etc. Tambem se leu a patente, e todos deram a obra ao padre tomando-lhe a benção.

OS ENGENHOS E FAZENDAS

Foi o padre mui frequentemente visitado do sr. Bispo, ouvidor geral, e outros principais da terra e lhe mandarão muitas vitelas, porcos, perús, galinhas e outras cousas como conservas, etc.; e pessoa houve que da primeira vez mandou passante, de dez cruzados em carnes, farinha de trigo de Portugal, um quarto de vinho, etc., e não contente como isso, o levarão as suas fazendas algumas vezes que são maiores e mais ricas que as da Bahia; e nestas lhe fizeram grandes honras e gasalhado, com tão grandes gastos que não saberei contar; porque deixando a parte os grandes banquetes de extraordinarias iguarias, o agasalhavam em leitos de damasco carmesin, franjados de ouro, e ricas colchas da India, mas o padre usava da sua rêde como costumava. Mandavam de ordinario cavallo, para seis dos nossos com seus feitores que nos acompanhassem todo o caminho, e eles mesmos em pessoa vinham receber o padre ao caminho, duas, tres leguas, dándonos pelo caminho muitos jantares, almoços e merendas, com grande abundancia e mostras de grande amôr e respeito á Companhia.

Costumam eles, á primeira vez que deitam a moer os engenhos benze-los e neste dia fazem grande festa convidando uns aos outros. O padre á sua petição, lhes benzeu alguns, cousa que muito estimaram. Vimos grande parte de 60 engenhos que ha em Pernambuco, com outras fazendas muito para ver.

Não falo na frescura dos arvorêdos, nem nos muitos e grandes rios caudais, porque é cousa ordinaria e comum no Brasil.

AINDA O COLÉGIO

Trazia o padre visitador cartas do rei para o capitão e camara. Fizeram grandes oferecimentos para tudo que o padre quizesse e ordenasse para bem da cristandade e governo da terra.

Os estudantes de humanidades, que são filhos dos principais da terra, indo o padre a sua classe, o receberam com um breve dialogo, boa musica, tangendo e dançando muito bem; porque se presam os pais de saberem eles esta arte. O mestre fez uma oração em latim. O padre lhes distribuiu contas, reliquias etc.

No fim de julho se celebra no colégio a trasladação de uma cabeça das onze mil virgens, que os padres ali têm bem concentrada, em uma torre de prata; houve missa solene, preguei-lhe das virgens com grande concurso de toda a terra, por haver jubileu, a que comungou muita gente.

OPULÊNCIA E MODO DE TRAJAR DOS OLINDENSES

O mesmo fiz na matriz da Assunção de Nossa Senhora, á petição dos mordomos, que são os principais da terra, e alguns deles senhores de engenhos de quatro e mais mil cruzados de seu. Seis deles todos vestidos de veludo e damasco de varias côres o acompanharam até o púlpito, e não é muito achar-se esta policia em Pernambuco, pois é Olinda da Nova Luzitania.

MISSÕES

Além do grande fruto, que se colheu das missões que o padre fez a varias partes aonde o padre Luiz da Grã e empregamos algumas vezes confessando muitos portuguezes e mulheres fidalgas de dom que não faltam nesta terra. Dia havia em que comungavam algumas trinta pessoas, afóra o grande fruto que um padre lingua fazia com os índios e escravos de Guiné.

Ordenou o padre que andassem quatro padres em missões uns quinze dias; fez-se grande fruto, batisaram-se muitos índios e escravos de Guiné, e muitos se casaram em lei de graça, e ouviram grande copia de confissões de que se seguiu grande edificação para toda a terra.

A SÊCA DE 1583

No ano de 83 houve tão grande sêca e esterilidade nesta provincia (cousa rara e desacostumada, porque é terra de continuas chuvas) que os engenhos dagua não moeram muito tempo e as fazendas de canaviais e mandioca se secaram, por onde houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco, pelo que desceram do sertão apertados pela fome socorrendo-se dos brancos quatro ou cinco mil índios, porém passados aquele trabalho da fome, os que puderam se tornaram ao sertão, exceto os que ficaram em casa dos brancos ou por sua ou sem sua vontade.

CATEQUESE DOS INDIOS

Tambem ficou um principal chamado Mitaguaia, de grande nome entre os indios do sertão, por ser grande lingua e falador. Este com intento e desejo de ser cristão entregou um seu filho ao padre Luiz da Grãa o qual em breve tempo soube falar o portuguez, ajudar a missa, e aprender a ler, escrever e contar. Tanto que o padre visitador chegou a Pernambuco logo o sobredito Mitaguaia visitou por vezes o padre, vestido de damasco com preambulos de ouro e sua espada na cinta, pedindo-lhe com grande instancia quizesse ir á sua aldeia e dar-lhe padres; que se queria batizar com todos os seus.

Dando-lhe o padre boas esperanças que os visitaria, fizeram-lhe caminho por matas e serras altissimas mais de uma legua. Quando lá fomos nos vieram receber quasi duas leguas da aldeia, e para gasalhado do padre fizeram uma casa nova, mas por ser em paragem de grande perigo por causa dos contrarios, o padre Luiz da Grãa era de parecer que não ficassemos ali aquella noite; mas o padre visitador, para lhe agradecer a caridade da casa nova, e os não desconsolar, antes animar, dormiu ali aquella noite. Eles nos deram a ceiar de sua pobrêsa peixinhos de moqué assados, batatas, cará, mangará e outras frutas da terra, e o padre os convidou com cousas de Portugal. De noite tiveram seu solene e gracioso conselho defronte da nossa casa, tendo uma grande fogueira no meio. como é de costume, e junto os velhos principais e grandes linguas, se assentaram assim nós em uns pedaços de páu, e ali com todo o siso e maduro conselho trataram certos pontos sobre a sua estada naquele sitio, vendo a dificuldade dos matos, a comodidade do rio que tinham perto, a conjução boa que tinham para se fazer cristãos com outras cousas que tratavam com muita graça e gravidade e resolveram **uno ore** que se fizesse tudo o que o padre ordenasse para bem de sua estada naquela terra e poderem receber nossa boa fé; e assim como o determinaram o cumpriram, porque estando diferentes nos pareceres, o sobredito Mataguaia com outro grande principal se ajuntaram por parecer do padre em um sitio que o padre assinalou e logo se passaram para ele, fundaram a aldeia, e tem já feita igreja.

Para isto foi destinado um padre lingua com outro para companheiro e dando ordem para que se acabasse a igreja com diligencia, lhes começaram a ensinar as cousas de fé. São

passantes de 800 alunas as que se querem batisar, e espera-se que desça grande multidão de gentios com a fama desta igreja.

Da visita se seguiu grande consolação nos de casa com as muitas praticas, avisos espirituais, exortações das regras, que o padre fez enquanto ali se conservou. Deu profissão de quatro votos aos padres Leonardo Arminio, italiano, e ao padre Pero de Toledo, espanhol, que fôra sete armas reitor do colégio do Rio de Janeiro, ambos bons letrados e de coadjutor formados espirituais a dois padres: a festa se fez dia de S. Jeronymo, pregou o padre Luiz da Grãa; tem muito bom pulpito e boas causas e graças em as propôr; e assim nesta como nas mais causas é muito aceito e amado de todos da terra. Dia da Assunção de Nossa Senhora ordenou o senhor Bispo sete irmãos de missa, dando-lhes todas as ordens em nossa igreja.

A TERRA

Não posso deixar de dizer nesta as qualidades de Pernambuco, que dista da equinocial para o sul oito grãas, e cem leguas da Bahia, que lhe fica ao sul.

Tem uma formosa matriz de trez naves, com muitas capellas ao redor; acabada ficará uma boa obra; tem seu vigário com dois outros clerigos, afôra outros muitos que estão nas fazendas dos portuguezes, que eles sustentam á sua custa, dando-lhes mais todo o ano, de quarenta a cincoenta mil réis de ordenado, afôra outras vantagens. Tem passante de dois mil vizinhos entre vilas e termô, com muita escravaria de Guiné, que eram perto de 2.000 escravos: os indios da terra são já poucos.

A terra é toda muito chã: o serviço das fazendas é por terra em carros; a fertilidade dos canaviaes não se pôde contar: tem 66 engenhos, que cada um é uma boa povoação; lavram-se alguns, umas 200 mil arrobas de açúcar, e os engenhos não podem esgotar a cana, porque em um ano se faz dever para moer, e por esta causa a não podem vencer, pelo que moem cana de tres, quatro anos; e com virem cada ano quarenta navios ou mais a Pernambuco, não podem levar todo açúcar; é terra de muitas criações de vacas, porcos, galinhas, etc.

A GENTE

A gente da terra é honrada; ha homeus muito grossos de 40, 50 e 80 mil cruzados de seu; alguns devem muito pelas

grandes perdas que tem com a escravaria de Guiné, que lhe morrem muito, e pelas demasias e gastos grandes que têm seu tratamento.

Vestem-se e as mulheres e filhos de toda sorte de velludos, damascos e outras sêdas; e nisto têm grande excesso; as mulheres são muito senhoras, e não muito devotas. Também frequentam as missas, pregações, confissões, etc.; os homens são tão briosos que compram ginetes de 200 e 300 cruzados, e alguns têm trez, quatro cavalos de preço.

MAIS VAIDADE QUE EM LISBÔA

São muito dados a festas. Casando uma moça honrada com um vianez, que são os principaes da terra, os parentes e amigos se vestiram uns de velludo carmesin, outros de verde, e outros de damasco e sêdas de varias côres, e os guiões e selas dos cavalos eram das mesmas sêdas de que iam vestidos. Naquele dia comeram touros, jogaram canas, pato, argolinha, e vieram dar vista ao collegio para os ver o padre visitador; e por esta festa se pôde julgar o que farão nas mais, que são comuns e ordinarias.

São sobretudo dados a banquetes, em que de ordinario andam comendo um dia dez ou doze senhoras de engenhos juntos, e revesando-se desta maneira gastam quanto têm, e de ordinario bebem cada anno 10 mil cruzados de vinhos de Portugal; e alguns anos beberam oitenta mil cruzados dados em rôl.

Emfim em Pernambuco se acha mais vaidade que em Lisbôa.

Os vianezes são senhores de Pernambuco, e quando se faz arruido contra algum vianez dizem em lugar de ai que dei ri, ai que de Vianna, etc.

A VILA

A vila está bem situada em lugar eminente de grande vista para o mar, e para a terra; tem bêa casaria de pedra e cal, tijolo e telha; temos aqui colégio aonde residem vinte e um dos nossos; sustentam-se bem ainda que tudo vale trez dobro do que em Portugal; o edificio é velho, mal acomodado, a igreja pequena... Os padres têm uma lição de casos, outra de latim, e escola de lêr e escrever, pregam, confessam, e com as indias e negras de Guiné se faz muito fruto; dos portu-

guezes são mui amados e todos lhe tem grande respeito. Nesta terra estão bem empregados, e por seu meio faz Nosso Senhor muito, louvado seja elle por tudo.

Acabada a visita de Pernambuco onde estivemos trez mesês, e chegadas as moções do nordeste, aos 16 de outubro, partimos para a Bahia, nove padres e tres irmãos acompanhando-nos o padre Luiz de Grãa reitor, com alguns padres do colégio, até a barra, que é uma legua: houve muitas lagrimas e saudades ás despedidas, e com estas se tornaram cantando pelas praias as ladainhas, psalmos e outras cantigas devotas. Estava já neste tempo o nosso navio fóra da barra, e por o tempo ser algum tanto contrario para sair andamos até alta noite aos bordos, não podendo tomam o navio e quando já o tomamos foi a tóa, e com cahir o padre Rodrigo de Freitas ao mar, entre o navio e a barra, donde o tiramos meio afogado; -mas foi Nosso Senhor servido que não chegasse o desastre a mais: aquela noite lavamos a ancora, e com o vento galerno, aos 20 chegamos á Bahia...

O brasão de Duarte Coêlho

Quando, a propósito da discussão do projeto do escudo de Olinda se tratou, no Instituto arqueológico, do brasão de Duarte Coêlho e das variantes que os desenhos conhecidos apresentavam, tive oportunidade de dizêr que não existiam mais no paço de Cintra as armas deste fidalgo, motivo por que não poderíamos decidir com segurança e deveríamos apelar para a Associação portugêsa de arqueólogos.

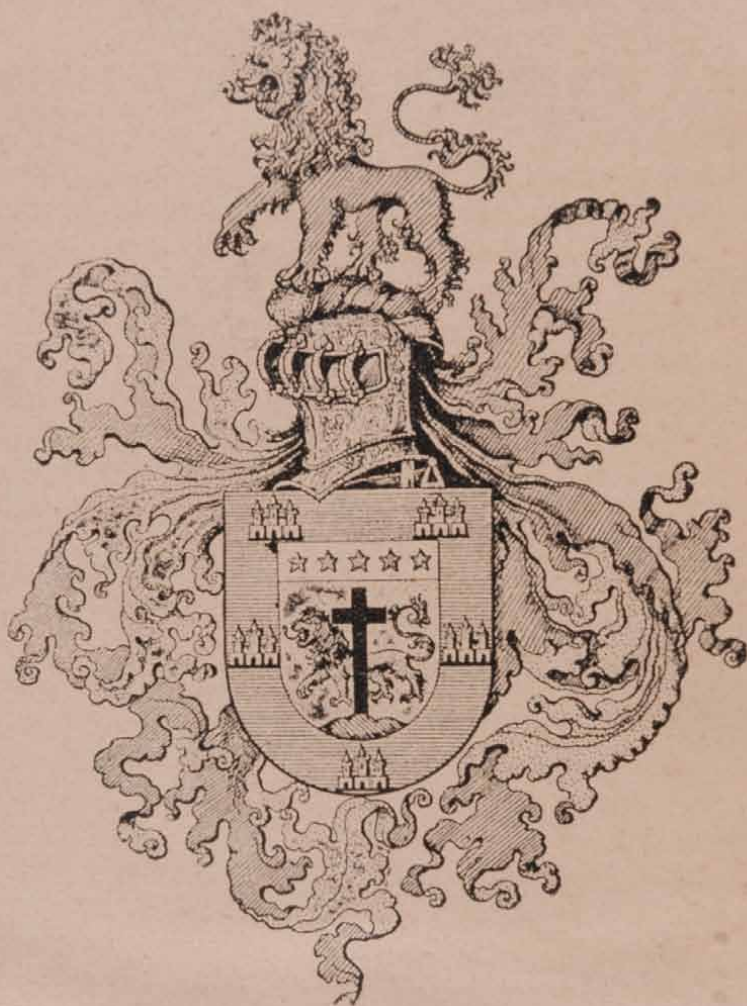
O apêlo foi feito e aquela Associação incumbiu o sr. Afonso Dornelas, grande autoridade no assunto, de atender-nos.

Depois de alguma demora, êsse competente arqueólogo nos atendeu, mandando uma certidão da Tôrre do Tombo, da carta de brasão e um desenho das armas, conforme pudera êle interpretar.

Em carta ao sr. Mário Coêlho Pinto, encaminhando ao Instituto êsses documentos, confirma êle as minhas palavras:

“O caso das armas concedidas a Duarte Coêlho é do maior interesse para o estudo da heráldica portugêsa, principalmente por não existir uma iluminura da época, da mêsmã carta, que nos demonstre como de fato foi colocada a cruz no mêsmo braço. Si um dia apparecer o original da carta d'armas ou qualquer objeto pertencente a Duarte Coêlho em que tivesse colocado essas armas, ou mêsmo o seu túmulo, dêsdẽ que tivesse sido construído immediatamente á sua morte, poderá então fazer-se um juízo seguro da forma como foi colocada a citada cruz nas mêsmas armas. Estou colhendo elementos para formular um estudo sôbre a composição destas armas, para o que já tenho razões para poder apresentar a aquarela referida.”

Evidencia-se também que estão erradas as armas atribuídas a Duarte Coêlho por Pereira da Costa, na Revista do Instituto, por Sebastião Galvão, que neste se fiou e as reproduziu, no seu Dicionário histórico, e pelos ilustradores da História da Colonização portuguesa no Brasil.



A transcrição da carta é documento que merece divulgação até porque a grafia da época fará, neste momento, convencêr os conservadêres radicais que ortografia não é coisa imutável. Ei-la:

“Antônio Oscar de Fragôso Carmona, Presidente da Republica Portuguesa, faço sabêr que havendo-me requerido Afonso de Dornelas que no Arquivo Nacional da Torre do Tombo se lhe passasse por certidão o

teor da Carta de Brazão d'Armas passada a Duarte Coelho, datada de seis de Julho do ano de mil quinhentos e quarenta e cinco e obtendo despacho do Director do dito Arquivo, o Doutor António Eduardo Simões Baião na data do dia dezoito do mês de Agosto do ano de mil novecentos e trinta e três em seu cumprimento se procedeu á competente busca e no livro trinta e cinco da Chancelaria do Rei Dom João terceiro, a folhas setenta e cinco verso, foi achado o documento pedido que é do teor seguinte:

Dom Joham Aquantos esta minha carta virem faço saber que sendo eu emformado de certa sabedorja e rresguardando os muitos e leaces seruiços que duarte coelho fidalgo de minha casa me tem feitos nas partes da india homde me seruiu muito tempo na gerra que sempre tenho contra os mouros e enfiees como na capitania de fernambuco da nova lusytania no brasyll homde elle ora por meu mando he capitam e governador a qual elle novamente começou de pavoar e aproveytar pellejando per muitas vezes com hos jndios da terra e com allguns cosairos armados que a ella foram ter e vendo eu um tão animosso e ardido esforço delle ditto duarte coelho e por memoria de mais glorjosa sua e dos seus descendentes de meu moto proprio satsyszando a seu requerimento e porque quero e me praz de lhe fazer merce e confirmar novamente pera elle e pera todos seus descendentes que depois dele vyerem por synaes e armas de nobreza as quaes ao diante vão nomeadas e concertadas por portugall meu pryncipall rrey darmas que per meu mandado lhe hordenou e concertou como nesta mjnha carta estam pymtadas a saber o campo douro e hum liam de pullpara pasante e huma cruz de sua confirmada em hum pe de verde a hum meo chefe de prata com cinco estrellas de vermelho a fogueadas douro e huma bordadura dazull com cinco castellos de prata cobertos com has portas e frestas e laurados de preto delmo de prata aberto guarnjdo douro paquife douro e pullpara e por tynbre o mesmo liam as quaes armas por meu expresso mandado o dito portugall rrey darmas logou rregjstou em seu liuro dos rregjstos das armas dos fidalgos que sua cota darmas e synaes posa trazer e tragua o dito duarte coelho e todos seus des-



cendentes em todos lugares de homrra e que hos nobres e antygos fidallgos sempre costumaram trazer em tempo dos muy esclarecidos rreys meus pregynytores e com ellas posa entrar em batalhas campos due-los rretros e escaramuças e desafios e exercitar com ellas todollos outros autos licitos de gerra e de paz e asy as posa trazer em seus firmaes e anes e synetes e deujas e as poer em suas casas edificios e leixallas sobre sua propria sepultura e finalmente se serujr e homrrar e gouujr e aproveytar dellas em todo como auto e perogatyua de nobreza convem com ho que quero e me praz que aja elle e todos seus descemdemtes todollos preujlegios homrras e graças e merces e jseções e framquezas que ham e deuem daver os fidallgos nobres e de antigua linhajem e como sempre de todo gouujram e usaram seus amtecedores e porem mando ao dito portuguall meu rrey darmas que as tenha em boa e divida guarda e assy aos outros que depois delle forem pera em todo tempo serem avydas por aprouadas e verdadeiras e lhas leixem lograr e pesujr e aos que delle descemderem como cousa sua propria e a outros allgums nam e mamdo a todos meus desembargadores coregedores e justiças e officiaes e pesoas a que esta minha carta for mostra que em todo lha cumpram e guardem e ffaçam comprir e guardar todas as homrras preuilegios graças e merces e framquezas e jseções que per direito lhe pertemce como se guardam aos antigos e nobres fidallgos de meus rreynos sem duuyda nem embargo allguum que lhe em ello seja posto porque asy he mjnha merce e por lembrança e ffirmeza lhe mando daar esta carta por mym asynada e assellada de meu sello de chumbo dada em a muy noble e sempre leall cidade deuora aos seis dias do mes de julho jorge pedroso espriuam da nobreza a fez anno do nascimento de nosso senhor jhesu christo de myll e quinhentos e quarenta e cinco annos.

E não se dizia mais na dita carta aqui trasladada bem e fielmente a rogo do Suplicante Afonso de Dornelas, e lhe mandei passar esta, a qual valerá, salvo ulterior disposição, quanto em Direito possa valer. Dada nesta cidade de Lisbôa aos vinte e um dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e trinta e tres tendo sido conferida pelo Diretor do Arquivo Nacional

da Torre do Tombo, o Doutor Antonio Eduardo Simões Baião, que nela mandou por o sêlo branco e a assinou e rubricou em todas as suas paginas, como manda o numero quarto do Regulamento deste Arquivo aprovado por Decreto de quatorze de julho de mil novecentos e dois e tabela primeira a ele anexa. Esta vai escrita em nove laudas de papel. Laurentino Baptista Soares, Sub-conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo a fez. O Diretor (a) Antonio Eduardo Simões Baião". (Selado com uma estampilha de dez escudos, outra de oitenta centavos e outra de cinquenta centavos. Pagou de emolumentos sessenta e oito escudos e noventa centavos).

MÁRIO MELO

Numismática

Catálogo da coleção de medalhas do Instituto arqueológico pernambucano, organizado pelo sócio Alfredo Couceiro. (Continuação do vol. XXXI)

SÉRIE ÉSTRANGEIRA

1768

MEDALHA COM A EFFIGIE DE JORGE III, DA INGLATERRA

GEORGIUS III DEI GRATIA: Busto laureado de Jorge III, á direita.

Rs — IN MEMORY OF THE GOOD OLD DAYS — 1768
(Em lembrança dos bons tempos passados). Escudo com as armas da Gran-Bretanha, ornado.

Latão — 25 m|m.

Suponho ser esta medalha um simples tento para jôgo.

Jorge III, rei da Inglaterra, nasceu em 1738 e faleceu em 1820.

Era filho de Frederico, príncipe de Gales, falecido em 1750; e sucedeu a Jorge II, seu avô, em 1760.

1781

MEDALHA COM A EFFIGIE DE JORGE III, D'INGLATERRA

GEURGIUS III DEI GRATIA: Busto laureado de Jorge III, á direita.

Rs — M. B. F. ET H. REX F. D. B. ETL. D. S. R. I. A. T. ET. E. 1781 — Escudo espartellado com as armas da Gran-Bretanha, da França, da Irlanda e de Brunswick e encimada pela corôa real.

Latão — Serrilhada. 26 m|m.

E' um tento para jogo imitando a antiga moeda ouro de 1 Guinéu, que valia uma libra e um chelim.

O significado das legendas é: Jorge III, por Graça de Deus, Rei da Gran-Bretanha, França e Irlanda; Defensor da Fé; Duque de Brunswick e Luneburgo; Archi-Thesoureiro e Eleitor do Santo Imperio Romano.

1790

TENTO COM A EFFIGIE DE JORGE III DA INGLATERRA

GEORGIUS III DEI GRATIA — F. D. Busto de Jorge III, á direita.

Rs — B. BROS. REX. F. D. HOCKLEY: B. I. R. M. — 1790. No campo, escudo espartelado: no primeiro quartel, partido em pala, as armas da Inglaterra e as da Escossia; no segundo, as armas da monarchia francesa, tres flôres de liz no terceiro, a harpa da Irlanda; e no quarto as armas do antigo reino de Hannover.

Latão — 25 m|m 4 grs.

E' um tento ou jeton reclamo de alguma firma comercial ou industrial, B. Brother, estabelecida em Koooley-hill Birmingham. Imita a moeda de ouro de um guinéu do reinado de Jorge III da Inglaterra.

Ha diversas variantes destes tentos.

S. D.

MEDALHA COM A EFFIGIE DE WASHINGTON

GENERAL WASHINGTON — Busto do general Jorge Washington, fardado, á direita.

Rs — JETON em uma corôa de louro presa em baixo por um laço de fita.

Latão — 22m|m.

O general Jorge Washington, um dos fundadores e o primeiro presidente da Republica dos Estados Unidos da America do Norte, nasceu em Bridge Creek, Virginia, no ano de 1732; e falleceu a 14 de dezembro de 1799.

Foi eleito presidente dos Estados Unidos em 1789 e reeleito em 1793. Terminando o periodo do seu mandato, retirou-se à vida privada e morreu 1 ano depois.

A medalha acima descrita é um tento para jôgo.

1803

MEDALHA IMITANDO O "QUARTO DE AGUIA" AMERICANA

7 Estrellas — LIBERTY — 6 estrellas. 1803 KETTLE (nome do fabricante). No campo a effigie da Liberdade à direita.

Rs — UNITED STATES OF AMERICA. Armas da republica dos Estados Unidos da America do Norte.

Latão — 21 m|m.

Esta pequena medalha destinada a servir de tento para jôgo, é uma imitação da moeda de ouro, americana, de um quarto de aguia ou 2 ½ dolares.

S D 1837

MEDALHA COM A EFFIGIE DA RAINHA VICTORIA

VICTORIA REGINA. Effigie da rainha Victoria, à esquerda.

Rs — Tres cartas de jogar dispostas em leque: o seis de espadas, o valete de ouros e o cinco de páos.

Latão — 21,5 m|m.

Esta medalha, como indica o respectivo verso, é um tento para jôgo.

Victoria, rainha da Inglaterra e imperatriz das Indias, nasceu em 24 de maio de 1819 no palacio do Remington, e era filha do duque de Reut. Subiu ao throno a 20 de junho de 1837, succedendo a seu tio Guilherme IV. Falleceu a 22 de janeiro de 1901 no real palacio de Osburn, na ilha de Wight. Succedeu-lhe no throno — seu filho o rei Eduardo, setimo do nome.

S. D. 1837

MEDALHA COM A EFFIGIE DA RAINHA VICTORIA

VICTORIA REGINA. Effigie da rainha Victoria, á esquerda. No corte do pescoço: LAUER (nome do gravador).

Rs — TO HANOVER (Para o Hannover). Personagem em corôa e sceptro a cavallo, galopando á direita. Sob o cavallo um dragão com tres cabeças de serpes.

Latão — 21,5 m|m.

E' um tento ou ficha para jôgo, fabricada em Nurenberg, Allemanha, nas officinas monetarias de L. Clinitiano Lauer.

S. D. (1847)

MEDALHA EM HOMENAGEM A JENNY LIND

JENNY LIND. Cabeça de Jenny Lind á esquerda, com o cabello penteado em bandas e atado sobre a nuca No corte do pescoço o nome do gravador: LAUER.

Rs — NESCIT — OCCASUM (Não conhece o declinar); no campo um cysne á esquerda, com as asas abertas e pousado sobre um ramo de louro.

Latão — 19 m|m.

Quando a celebre cantora sueca, Jenny Lind, cantou pela primeira vez em Vienna d'Austria, no theatro imperial da cõrte, em 18 de fevereiro de 1847 — dia do seu anniversario natalicio — a opera de Meyerbeer, "Campo de Siberia", os seus admiradores fizeram cunhar em sua honra uma medalha igual á acima descripta, da qual lhe offereceram dois exemplares em ouro, na manhã do dia do espectáculo. — Jenny Lind nasceu em Stockolmo em 18 de fevereiro de 1820.

Foi cantora de nomeada universal.

1848

MEDALHA IMITANDO UMA MOEDA CHILENA

REPUBLICA DE CHILE. S. * 1848 * No campo as armas da republica do Chile.

Rs — * por cima da palavra PARIS; ao centro um travessão e por baixo T (Frottin?) entre dois florões; tendo dentro uma grinalda formada por dois ramos de louros.

Latão — 37 m|m.

Imitação do anverso da Onça de ouro chileno.

1849

Medalha igual á precedente porém com a data de 1849.

Latão — 37 m|m.

S. D.

MEDALHA IMITANDO O REVERSO DA ONÇA DE OURO CHILENA

IGUALDAD ANTE LA LEI — SE M. L. — A Liberdade de pé olhando á esquerda, tendo na cabeça o barrete phrygio; a mão direita pousada sobre um livro aberto onde se lê: CONS—TITU—CION, o qual assenta sobre um pedestal; e a esquerda apoiada num feixe de varas junto ao qual está uma cornucopia cheia de dinheiro.

No exergo: 21 Qs. Orla pontuada.

Latão. 37 m|m.

Esta medalha reproduz o anverso da moeda chilena de 8 escudos, denominada Onça de ouro.

Meili, Sousa Lobo e outros autôres numismáticos dão o nome de grego de guayacas a estas medalhas. Os habitantes do sul do Brasil, das republicas do Prata, do Chile e do Paraguay, usam-nas para adorno de arreios, e para botões do vestuário, pelo que a maior parte das que se encontram mostram vestígios de terem tido na parte posterior uma argola ou pé.

S. D.

MEDALHA ANNUNCIO DO DR. EADY DE LONDRES

HEALTH RESTURED (A saude recuperada). No campo da medalha a Phenix resurgindo das chamas.

Rs — DR. EADY — 58 DEAN — STREET — SOHO (Dr. Eady, Rua do Deão N. 58, (Soho) dentro de uma corôa de louro.

Cobre — 19 m|m.

Parece que a medalha descripta é apenas um annuncio ou reclamo de algum especifico medicinal do Dr. Eady, de Londres.

S. D. (1851-70)

TENTO COM A EFFIGIE DE NAPOLIÃO III

WHIST — SPEL — MARKE (Tento para o jogo de rohist) Effigie de Napoleão III, à esquerda. Em baixo: LAUER (nome do fabricante).

Rs — JETON, dentro de uma corôa de louro.

Latão — 22 m|m.

A medalha descrita é um tento ou marca para o jogo de whist, fabricado nas officinas monetárias de Laver, em Nuremberg, Allemanha. Napoleão III, imperador dos franceses de 1851 a 1870, falleceu em 1873.

1855

MEDALHA ANNUNCIO DO ESTABELECIMENTO MECHANICO DE VOISIN, EM PARIS

PHYSIQUE AMUSANTE em curva na parte superior; MÉDAILLE 1855, na inferior. No campo, cabeça de diabo, de face.

Rs — 81 RUE VIEILLE DU TEMPLE em curva, junto á orla * PARIS * também em curva, em baixo. No campo, dentro de dois ramos: VOISIN — MECANICIEN — FABN em tres linhas horisontaes.

Latão — 21 m/m.

Cat. Silva Ramos N. 79.

Esta pequena medalha é apenas um annuncio de Voisin, mecanico, fabricante de artigos de physica recreativa, sito á Rua Velha do Templo, em Paris, e que existia em 1855, pois que nesse anno foi premiado com a medalha da Exposição Universal então realizada em Paris.

Offerta do Sr. Dr. Sampaio Caminha em Janeiro de 1924.

1856

MEDALHA COM A MUNICIPALIDADE DE NOVA YORK

Perspectiva do antigo Palacio da Municipalidade de Nova York, por cima do qual se vê o sol radiante.

No exergo: CITY HALL em linha recta e por baixo: NEW YORK em curva.

Rs — IN UNITATE FORTITUDO (A União faz a força), em curva na parte superior da medalha. Sob um semi-circulo rodado e dentro de um circulo formado por 13 estrellas, uma aguiá olhando á esquerda, tendo no peito um escudo com as armas dos Estados Unidos (6 barras de goles em campo de prata e chefe de blau), e segurando nas garras um ramo de louro e 13 settas. No bico tem uma fita ornamentada onde se lê E PLURIBUS UNUM (UM composto de muitos) que é o lemma nacional. Por baixo, em duas linhas curvas: 1856 — COMPUS — SPIEL-MARKE (tento para jogo de composição metallica).

Latão — Serrilhada. 34 m/m.

O edificio representado na medalha descripta é o antigo Palacio Municipal da cidade de Nova York, construido nos annos 1803 a 1812. Era em estylo gre-

go, tendo a frontana e as fachadas lateraes de marmore e a parte posterior de cantaria, porque o local onde o edificio fora construido, era então um suburbio e não se esperava que a população crescesse tanto até o envolver pela parte de traz. Nesse edificio estava a secretaria do "Mayor", o Salão da Municipalidade, a Bibliotheca da cidade, a secretaria em que Washington escreveu a sua primeira mensagem ao Congresso e a sua poltrona. Na torre havia um relogio com quatro mostradores.

Ha poucos annos construiu-se um novo edificio para a Municipalidade new-yorkina, de muito mais vastas proporções e no estylo das modernas edificações americanas.

1858

**MEDALHA ANNUNCIO DOS PRODUCTOS MEDICINAES DO
PROFESSOR HOLLOWAY**

PROFESSOR — HOLLOWAY. Effigie do professor Holloway á esquerda, tendo no corte do pescoço o nome do gravador: J. MOORE. Em baixo: LONDON.

Rs — Figura feminina representando a Medicina, assentada entre duas columnas torneadas, e com o pé direito sobre um escabelo. O braço direito descança n'uma columna sobre que está um globo; e, na mão esquerda segura uma taça em que bebe uma serpente, que está enroscada na outra columna. Sobre esta columna arde uma pyra. Na parte inferior á direita, tem gravado as iniciaes: J. M.

Ao redor: HOLLOWAY'S PILLS AND OINTMANT. (Pílulas e unguento do Dr. Holloway. No exergo: 1858.

Cobre — 34 m|m.

1858

**MEDALHA COMMEMORATIVA DA VISITA DOS SOBERANOS
DE FRANÇA E INGLATERRA A CHERBURG**

VICTORIA BRIT: REG. ALBERTUS PRINCEPS. (Victoria rainha, Alberto príncipe) Effigies acostadas da rainha Victoria e de seu esposo o príncipe Alberto, á esquerda. No exergo: CHERBOURG. AOUT. 1858.

Rs — EUGENIE IMPERATRICE * NAPOLEON III EM-

PEREUR. Effigies acostadas de Napoleão III e da imperatriz Eugenia, á esquerda. — No exergo: ROBINEAU — R. S. LOUIS 101 (Nome e endereço do editor). No corte do pescoço de Napoleão tem o nome do gravador:... CAQUÉ. F.

Latão — 23 m|m.

Esta pequena medalha, editada por Robineau, estabelecido então á R. S. Luis N. 101, Paris, foi gravada por Caqué para commemorar a vista dos monarchas franceses e ingleses á cidade de Cherburgo, em Agosto de 1858.

Cherburgo (Caesaris burgus, Cherburgium), é uma cidade marítima de cerca de 40.000 habitantes; na foz do Divette, no extremo da península do Cottensino. A cidade é irregularmente edificada, e defendida do lado da terra por quatro montes fortificados. Cherburgo é praça de guerra de primeira ordem. Os trabalhos do porto e de defesa, começados por Vanbasa em 1686, depois de abandonados, continuados por Luiz XVI e proseguidos com actividade por Napoleão I, Luiz Philippe e Napoleão III, custaram dezoito milhões de francos. Compreendem o dique, o porto e as obras de defesa.

(S. D.) 1861-1889

MEDALHA COM A EFFIGIE DE D. LUIS I REI DE PORTUGAL

LUDOVICUS: I: PORTUG; ET: ALGARB; REX. (Luis I, rei de Portugal e dos Algarves). Effigie á esquerda.

Rs — EINGETRAGENES FABRIK-ZEICHEN (Marca da fabrica registrada). No centro um pequeno circulo com um ponto; e em baixo, separando a inscripção, um signo de Salomão ou pentagramma.

Latão — 21 m|m.

Parece ser apenas um tento para jogo.
D. Luis, filho de D. Maria II e de d. Fernando de Saxe Coburgo — Gotha nasceu em 1838; por morte

de seu irmão o rei d. Pedro V, subiu ao throno de Portugal em 1861. Casou em 1862 com d. Maria Pia de Saboya, filha de Victor Manoel II, rei da Italia. Teve dois filhos, d. Carlos, que lhe succedeu no throno e d. Affonso Henriques.

Falleceu em 1889.

S. D. (1861?)

MEDALHA COM AS EFFIGIES DE NAPOLEÃO III E VICTOR MANUEL

NAPOLEON III EMPEREUR. Effigie, laureada, de Napoleão III, á esquerda. — C. T. (Charles Trostem).

Rs — VICTOR EMMANUEL — ROI D'ITALIE. Effigie de Victor Manuel, á direita. — C. T.

Latão — 23 m|m.

Parece ter esta medalha, ou tento, sido cunhada quando Victor Manuel II, rei da Sardenha, tomou o titulo de rei da Italia após a unificação de varios Estados italianos, em 1861.

Victor Manuel II nasceu em 1820; rei da Sardenha em 1849 e da Italia em 1861. Falleceu em 1878.

S. D. (1863)

MEDALHA COM A EFFIGIE DE JORGE I DA GRECIA

TEOPTIOS A! BASIUUEYS TUN EVVENUN (Jorge! rei dos gregos) Retrato do soberano, á esquerda; por baixo: BAPPE (Barre, autor da medalha e gravador da Casa da Moeda de Paris).

Rs. — NAYTIKON ATIOMAXIKON TAMEION — Restos ou proa de uma galé antiga, tendo por cima tres corôas de louro entrelaçadas.

Cobre — 35 m|m.

Jorge I, rei da Grecia, filho de Christiano IX, rei da Dinamarca, nasceu a 24 de setembro de 1845. Em 6 de julho de 1863 acceitou, em Copenhague, a corôa

da Grecia que lhe foi offerecida pela assembléa nacional grega, em virtude do protocolo assignado em 5 do mesmo mês em Londres, pelas três potências protetoras, a França, a Inglaterra e a Russia; era condição da annexação pura e simples da ilha Jonia á Grecia. E' declarado maior em 27 de julho de 1863 pela assembléa nacional grega, começando a reinar em 31 do mesmo mez e anno.

S. D. (1866)

PESO AUSTRIACO, DO REINO LOMBARDO — PRUSSIANO

PESO DELLA SOV. N. AUSTRIAC LO. VE. No campo a aguia imperial austriaca tendo no peito um escudo com: LIRE — 40, em duas linhas.

Rs — Liso.

Latão — 25 m|m.

Pêso da soberania nacional austriaca no reino Lombardo Venesiano. O Lombardo-Venuto esteve annexado á Austria desde 1815 até 1866, em que, após a victoria alcançada pelas armas italo-francesas, foi incorporado ao novo reino da Italia.

1867

MEDALHA COMMEMORATIVA DO 18.º CENTENARIO DE
S. PEDRO

PIVS. IX. P. M. AN. SACRI. PRINC. XXII (Anno 22.º (1867) da sagração do Summo Pontifice Pio IX.). Effigie de Pio IX, com tiara, á direita.

Rs — III CAL. IVL. AN. SAEC. MDCCCLXVII * (3 da calenda de julho do anno secular 1807. (29 de junho). Effigies, a par, de S. Pedro e S. Paulo, aureoladas e voltadas á direita. Por baixo uma cruz invertida e um martello, collocados em aspa e presos por um laço. Ao redor: S. PETRVS — S. PAVLVS.

Bronze — 19 m|m.

Commemora esta pequena medalha a celebração, em Roma, do 18.^o jubileu secular do martyrio de S. Pedro, em 29 de junho de 1867. Realisou-se esta solemnidade perante grande numero de prelados e sacerdotes.

Pio IX, João Maria, João Baptista, Pedro Peregrino Isidoro, da casa condal de Mastai Ferreti, nasceu em Sinigaglia aos 13 de maio de 1792; foi eleito papa, por morte de Gregorio XVI, occorrida em 1 de junho de 1846, aos 16 do mesmo mez e anno, e co-rouado no dia 23. — Falleceu a 7 de fevereiro de 1878.

1869

MEDALHA MAÇONICA BELGA

GR.: OR.: DE BELGIQUE * O olho da Providencia n'uma estrella de seis pontas radiadas.

Rs — * 17 e J.: 2 e M.: 5869 * — P.: VAN HUMBERCK — No campo, em tres linhas: INS.: DU — SER.: GR.: M.: NATIONAL.

Cobre — 29 m|m.

O Grande Oriente da Belgica fez cunhar a medalha descrita, para commemorar a instalação do seu renhissimo Grão Mestre Nacional, o S. P. van Humbreck, em 17 de fevereiro de 1869.

S. D. (1861-89)

MEDALHA COM A EFFIGIE DE D. LUIS I, DE PORTUGAL

LUDOVICUS: I: PORTUG: ET: ALGARB: REX. Effigie de D. Luis, rei de Portugal, á esquerda.

Rs — EINGETRAGENES FABRIK—ZEICHEN (Marca de fabrica registrada). No centro um pequeno circulo com um ponto; e em baixo, separando a inscripção, um signo de Solomão ou pontagramma.

Latão — 21 m|m.

Parece ser apenas um tento ou ficha para jogo.

D. Luis, filho de D. Maria II e de D. Fernando de Saxe-Coburgo Gotha, nasceu em 1838. Por morte de seu irmão, el-rei D. Pedro V. subiu ao throno de Portugal em 1861. Casou em 1862 com D. Maria Pia de Saboya, filha do rei de Italia Victor Manuel II, e teve dois filhos: D. Carlos que lhe succedeu e D. Affonso.

Falleceu em 1889.

MEDALHA COM A EFFIGIE DA REPUBLICA FRANCESA

REPUBLIQUE FRANÇAISE. Cabeça de Ceres á esquerda, tendo por cima uma estrella, e por baixo um florão.

Rs — Corôa de carvalho.

Latão — 22 m|m.

Esta pequena medalha, que tem indícios de ter tido argola, parece destinar-se a premio escolar.

1880

MEDALHA COMMEMORATIVA DO TRICENTENARIO DE LUIZ DE CAMÕES

* PORTUGAL A CAMÕES * 10 DE JUNHO DE 1880.
Monumento de Luiz de Camões em Lisbôa.

Rs — MEDALHA COMMEMORATIVA DO 3.º CENTENARIO DE LUIZ DE CAMÕES * Escudo, coroado, com as armas portuguezas, entre duas palmas.

Latão dourado — 30 m|m.

Commemora esta medalha o terceiro centenario do fallecimento do grande epico portuguez Luiz de Camões.

Camões nasceu em 5 de fevereiro de 1524 e falleceu em 10 de junho de 1580.

O monumento representado no anverso da medalha foi inaugurado, em Lisbôa, a 9 de outubro de 1860.

Nelle se vê a estatua do poeta, em bronze. Mais abaixo, circumdando-lhe o pedestal ha mais oito estatuas, em pedra representando historiadores e poetas a saber: Fernão Lopes (o primeiro historiador portuguez) — Pedro Nunes (cosmographo) — Gomes Ramos de Asurara — João de Barros — Fernão Lopes de Castanheira (historiadores das conquistas dos portuguezes) — Vasco Marinho de Guevedo — Jeroonymo Côrte Real, Francisco de Sá Menezes (épicos dos conquistadores).

1880

MEDALHA DO CONCURSO MUSICAL — DE ROMANS E BOURG DE PÉAGE

CONCOURS MUSICAL DE ROMANS ET BOURG DE PÉAGE * Dois escudos com as armas das povoações mencionadas, unidos e encimados por uma corôa mural, tendo por baixo, em duas linhas esta data: 8-9-AOUT — 1880.

Rs — Corôa de louro. Campo liso para n'este se inscrever o nome da pessoa a quem fosse conferida.

Tem argola eliptica, ornamentada.

Bronze — 55 m|m.

Parece que esta medalha era destinada a ser conferida num premio no concurso musical que se teria realisado em 8 e 9 de agosto de 1880, em Romans e Bourg de Péage, localidades estas que vêem mencionadas na medalha descripta.

Romans é uma cidade de 17000 habitantes e cabeça de cantão. — Bourg de Péage é uma povoação de 7.000 habitantes, e tambem cabeça de cantão. Estão situadas nas margens do Isère, uma defronte da outra, ligadas por uma ponte de pedra. Pertencem ao departamento do Drôme e á circunscripção de Valence, de que distam 18 kilometros.

Romans, cujo nome latino é Romanum, deve a sua origem a um convento fundado em 837 por S. Bernardo, arcebispo de Vienna; e colocado sob a immediata protecção da Santa Sé (Abbatia Romana).

Bourg de Péage deriva o seu nome do pedagio (péarce) que no seculo XII se pagava para passar uma antiga ponte sobre a Isère.

O exemplar que orna a colleccção d'este Instituto foi offerecido pelo Sr. Coronel Gaspar Cavalcanti, em setembro de 1923.

S. D. (1904)

LEONE XIII PONTEFICE MASSIMO. Effigie do papa Leão XIII á direita. Em baixo: ROMA.

Rs — B. V. MARIA IMMACOLATA 1854. Imagem de N. S. da Conceição n'uma aureola radiante, em forma de estrela de seis pontas, tendo por cima uma pequena corôa.

Latão — 25 m|m.

Cunhou-se esta medalha para commemorar o 5.^o anniversario da promulgação do dogma da Immaculada Conceição, pelo papa Pio IX, em 1854.

Leão XIII (Joaquim Vicente Peres) nasceu em Carpinetto aos 2 de março de 1810. Foi eleito papa a 20 de fevereiro de 1878 e falleceu a 20 de julho de 1903.

1909

MEDALHA RECLAMO

+ PORTLAND + CIMENT — No campo da medalha Kright, Bevan S Stuarge em curva, London em horisontal; ao centro uma pyramide, em volta da qual ha estas palavras TRADE — MARK — PYRAMID, tudo inscripto num circulo linear.

Rs — calendario movel dos annos 1909 a 1930, dentro dum circulo de pontos calendario 1909-1930. A' esquerda: Por mez

deseado, por baixo do anno e á direita: Sublinhados Jan. e Fev. só para annos Bissextos, com os meses; por baixo outros com os dias.

Na parte principal da orla os annos e n'um circulo correlutrico, que apparece por uma abertura na placa sobreposta, os dias da semana. E' composta duma placa grossa e serrilhada e outra delgada e com aberturas, que gira em torno de um eixo.

Aluminio — 40 m|m.

A peça descripta é um reclamo feito pela firma Knight, Bevan & Surge, de Londres, ao cimento Portland de marca Pyramide.

As legendas em portuguez dão-lhe um lugar na collecção de medalhas brasileiras.

Obtida em setembro de 1930.

1910

MEDALHA COMMEMORATIVA DA PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA PORTUGUESA

MANUEL — II — PORTUG: ET: ALGARB: Effigie de D. Manoel transformada na da Republica, para o que se lhe addicionou, por meio de gravura, um barrete phrygio e uma couraça.

Rs — 5 — DE OUTUBRO — 1910 em quatro linhas dentro de uma corôa de Oliveira e Carvalho.

Bronze — 20 m|m. 3 gs.

Teve argola que foi limada e teve vestigios de ter sido dourada.

Para esta medalha aproveitou-se uma moeda de 5 réis, de d. Manoel cuja effigie por meio de buril foi modificada para busto da republica, eliminando-se tambem parte da segunda: no começo e no fim. No reverso aproveitou-se o algarismo 5 indicativo do valôr, obliterando-se a palavra Réis para em lugar se gravar o resto da inscripção.

O exemplar descripto foi offerecido ao Instituto em Outubro de 1930.

1915

MEDALHA COMMEMORATIVA DO AFUNDAMENTO DO
LUSITANIA

KEINE BANNWARE (Nenhum contrabando). Navio de quatro chaminés, em cuja coberta se vêem aeroplanos e canhões, sossobrando. No exergo, em cinco linhas“

DER GROSSDAMPPFER

— LVSITANIA —

DURCH EIN DEUTCHES

TAUCHBOOT VERSENRT

5 MAI 1915

(O grande vapor Lusitania metido a pique por um submarino allemão. — 5 de maio de 1915.

Rs — GESCHAT VBER ALLE (O negocio acima de tudo). Ha um postigo, em cuja nesga se lê: CINA-LINI (Linha Cunard), na hombreira CYNARD, e por baixo FAHR KARTEN — AUSGABE (Venda de bilhetes, vê-se um esqueleto vendendo bilhetes a um grande numero de pessoas, entre as quaes se vê uma de boné, lendo um papel em que está escripto: BOOT (Navio). No exergo K. C. —

Ferro — 55 m|m.

O exemplar acima descripto é a copia, feita em Inglaterra, de uma medalha allemã commemorativa do Torpedeamento do grande transatlantico inglez — Lusitania — por um submergivel allemão, em 5 de maio de 1915.

O governo inglez distribuiu profusamente esta copia por todos os consulados britannicos, para ser vendida em beneficio de “Cruz Vermelha”.

O Lusitania, ao ser mettido a pique tinha a bordo 1951 pessoas, das quaes pereceram 1198.

1923

MEDALHA COMMEMORATIVA DA EXPEDIÇÃO HOLM
MESTRIANA A SIAN-FU, NA CHINA

FRITS HOLM. Effigie de perfil, do Dr. Frederico Holm á direita. Por baixo, em curva junto á orla: ALBERT BRUCE JOY — FECIT MCMXXI.

Rs — (Ta tsim Ching chiao lin — Ching — Kno-pés; legenda em chinéz que significa: Monumento commemorando a propagação da Luminosa Religião de Ta-Tchin (Syria) no Imperio do Meio). No campo da medalha, em 6 linhas esta inscripção em dinamarquez: — DEN — HOL. NES — TURIANSKE — EXPEDITION TIL SIANEV — SHENSI. N. V — KINA — MCMVII — VIII — (Em memoria da Expedição Holm Nestoriana a Sian-fu, Ahensi, Nordeste China.

Bronze — 63 m/m.

Esta medalha, modelada pelo escultor inglez Alberto Bruce Joy, e gravada e estampada nas officinas da Companhia de Arte Metallistica, de Nova York (Medalia An Company), em 1923, commemora a expedição scientifica dinamarqueza, sob a direcção do Dr. Frederico Holm, a Aranpá, provincia de Ahensi, no nordeste da China, em 1907 e 1908 a fim de estudar e fazer uma replica ou copia, em pedra, do famoso monumento commemorativo da missão dos christãos nestmann á China, erigido em 781 e desenterrado em 1625.

O bellissimo exemplar, á flor do cunho, da medalha descripta, que enriquece a collecção do Instituto Archeologico, foi offerecida em janeiro de 1925, pelo chefe da mencionada expedição, o Dr. Frederico Holm.

1925

MEDALHA DO JUBILEU DAS MISSÕES

ANNO — SANTO — MSMXXV PIO XI PONT. MAX. (No anno santo de 1925, por Pio XI Pontifice Maximo). Effigie de Pio XI, do meio perfil, á esquerda; ao fundo a basilica de S. Pedro, em Roma. Por baixo: M. NELLI (Mario Nelli, gravador.

Rs — SALESIANI. A MISSIONIBVS. IMITIS. IVBILAEVM. CELEBRANTES (Commemorando o jubileu pelo início das missões pelos salesianos. Effigie de D. Bosco, fundadôr da Congregação Salesiana, à esquerda. Ao fundo vê-se o edificio do Collegio das Missões da Sociedade Salesiana, em Valsalice, perto de Turim.

Bronze nickelado — 28 m|m.

Commemora esta medalha o jubileu realizado pela Congregação Salesiana no 50.^o anniversario do início da Obra das Missões catholicas na America do Sul.

Os primeiros missionarios salesianos chegaram a Buenos Aires aos 14 de dezembro de 1875, fundando logo um Oratório em S. Nicolau dos Arroyos.

A fundação da pia congregação salesiana nasceu em 1815. Chamava-se João Belchior Bosco, era filho de paes humildes e natural de Castelnuovo d'Asti, proximo a Turim.

Nesta cidade falleceu aos 31 de janeiro de 1888.

Commemora tambem o jubileu de Anno Santo realizado em Roma, em 1925, pelo Pontifice Pio XI.

O exemplar da Collecção do Instituto foi offer-tado pelo sócio Manoel José de Santanna Araujo.

1930

MEDALHA COMMEMORATIVA DA INDEPENDENCIA DO URUGUAY

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY — No campo, em duas linhas; centenario — 1830 — 1930 dentro de uma corôa de folhas de cardo e espigas de trigo, prêsas em baixo por um laço.

Rs — A Republica sentada num solio e voltada para a direita; na mão esquerda, estendida, empunha um facho e na direita, pousada sobre o solio, tem uma espada em uma palma. A seus pés veem-se varios atributos de trabalho e de industria, como sejam: um arado, uma bigorna, um malho, uma roda dentada etc. e uma cornucópia, symbolo da abundancia. O sol nascente estende os seus raios por toda a medalha. Perpendicularmente, no expaldar do sólio, tem esta inscripção: M. J. DANILLO M. 1930.

Bronze — 50 m|m.

Commemora esta medalha o centenario de juramento solemne do Pacto fundamental da Republica em Montividéo, no dia 18 de julho de 1830, e da installação da primeira assembléa legislativa.

O exemplar existente na collecção do Instituto Archeologico foi ao mesmo offerecido pelo sr. Miguel Breccia, consul do Uruguay, em nome do Dr. Balthazar Brum, presidente da Commissão Nacional do Centenario do Uruguay, em setembro de 1930.

S. D.

MEDALHA DE S. IGNACIO DE LOYOLA E S. FRANCISCO XAVIER

S. IGNA — LOY. CIF (Santo Ignacio de Loyola, fundador da Sociedade de Jesus). Imagem do santo em meio corpo e segurando um livro, voltada á esquerda. Em cima o sol radiante.

Rs — Representa S. Francisco Xavier na occasião da sua morte.

Bronze, oval — 44 x 39 m|m.

Esta medalha, trabalho evidentemente do seculo XVIII ou fim do anterior, é fundida e retocada a cinzel.

O exemplar do Instituto tem a argola cortada e limada, e foi offerecido ao mesmo pelo Sr. tenente Edmar Lopes, em março de 1925.

Santo Ignacio de Loyola era de ascendencia nobre e nasceu, em 1491, no castello de Loyola. Foi pagem de Fernando o catholico, e seguiu por algum tempo a carreira das armas, ferido no cerco de Pamplona, em 1524. Dedicou-se depois a uma vida de pobreza e ascetismo, renunciando a todas as honras do mundo para fazer uma peregrinação a Jerusalem. Depois de estudar philosophia em Barçelona e Alasca, partiu, em 1527, para Paris, onde entrou no collegio de Montaignu; o seu zelo religioso levou-o a fundar uma associação cujo fim era pregar por toda a parte o Evangelho, instruir a mocidade e converter os hereticos.

Foi em 1534 o dia da Assumpção, de sua capella subterranea da abbadia de Montmartre, em Paris, que o chefe da nova ordem pronunciou, com Francisco Xavier e alguns companheiros, os votos que constituíram a Sociedade de Jesus. Após varias viagens á Hes-

panha e à Italia, Ignacio obteve, em 1540, a approvação do papa Paulo III, e no anno seguinte foi eleito geral da ordem que fundara. Falleceu em 1456, e foi canonisado por Gregorio XV, em 1622. A sua festa é a 31 de julho.

S. Francisco Xavier, nasceu no castello de Xavier, perto de Pamplona, em Hespanha, a 7 de abril de 1506.

Acabando os seus estudos em Paris ensinou philosophia no collegio de Beauvais. Unindo-se a Ignacio de Loyola foi um dos mais zelosos cooperadores da ordem de Jesus. Tendo feito votos com os seus companheiros em 1534, no mosteiro de Montmartre, partiu para Italia e d'ahi para Portugal, de onde em 1542, embarcou para a India, afim de se dedicar á conversão dos infiéis. Depois de haver estabelecido a companhia de Jesus na India, partiu para o Japão. No regresso fixou-se na ilha de Sanchoão, na China, onde adoeceu, vindo a fallecer no dia 2 de dezembro de 1552, n'uma choupana pertencente ao portuguez Antonio Alvares. Foi sepultado na mesma ilha, sendo depois o seu corpo trasladado para Gôa. Foi canonisado em 1522.

S. D

MEDALHA JESUITICA, DE S. IGNACIO DE LOYOLA E S. LUIS DE GONZAGA

S. IGNAT. LOYOLA. SOC. IESV. FVND (Sanctus Ignatius Loyola Societates Jesus fundador) Busto de Santo Ignacio de Loyola, á direita.

Rs — S. ALOYSIVS. GONZAGA. SOC. IESV. NOV. (Sanctus Aloyin Gonzaga Societates Jesus moitius) Busto de S. Luis de Gonzaga, á esquerda.

Bronze — Oval e com argolas — 31x24 m/m.

S. D.

MEDALHA COM A EFFIGIE DE STO. ANASTACIO

IMAGO S ANASTASI MON E M. (Imagem de Sto. Anastacio, Monge e Martyr) Cabeça aureolada, quasi de face .

Rs — IM. S. — ANAST MON — ET MARTIR — CIVIS
ASPECT. — FVGARI DAEMON — MORBOS Q — REPELL
ACTA — Q. CON. NIC. TESTANT (Retrato de Santo Anas-
tacio, monge e martyr, cujo aspecto afugenta o demonio e
afasta as doenças. Assim o attestam as actas do Concilio de
Nicéa), em nove linhas occupando todo o campo da medalha.
Cobre — 32 m|m.

O concilio de Nicéa a que allude a medalha é o
segundo, ou seja, o setimo ecumenico, que se reuniu
em 787, no pontificado de Adriano I; sendo o seu fim
combater a heresia dos iconoclastas ou quebradores de
imagens. Por este concilio ficou decidido que se de-
viam honrar e venerar as imagens de Deus, da Vir-
gem, dos Santos e dos Anjos, mas não render-lhes o
verdadeiro culto de latria o qual só pertence á di-
vidade. (V. Cauly Historia da Religião e da Igreja
421.)

Santo Anastacio, o Sinaita, isto é, o monge do
Monte Sinai, vivia pelos annos de 678.

S. D.

PLACA COM A CRUZ DE S. BENTO

As letras C. S. P. B., cantonando uma cruz, dentro d'uma
corôa de oliveira.

Rs — Incuso.

Latão — Rectangular. 21 m|m.

Esta medalha, ou placa, é, pode dizer-se, uma
abreviatura da Cruz de S. Bento ou dos feiticeiros,
que, completa, é da forma seguinte:

Sendo este o seu significado: IHS Jesus Hommine
Salvator (Jesus Salvador dos Homens). V. R. S. Vade
Retro Satan (Retira-te Satanaz) — N. S. M. V.
Nemquam Suadeas Nihl Vana (Nunca me persuadas
das vaidades). — S. M. Q. L. Sunt Mala Quae Li-
bas (São maleficios que tu propagas). — I. V. B.
Ipse Vinena Bibas, (Bebe tu mesmo o teu veneno).

As lêtras dispostas verticalmente na haste da cruz significam: C. S. S. M. L. Crux Saera Sis Mihi Lux (Com sacrosanta Fé para mim a luz.)

As que estão nos braços querem dizer: — N. D. S. M. D. Nunquam Daemon Pio Mihi Dux (Nunca o demonio seja o meu guia).

Finalmente as que estão nos angulos da cruz explicam-se d'este modo: C. S. P. B. Christus Sit Perpetuo Benedictus. (Christo seja para todo o sempre bendito).

S. D.

PEQUENA MEDALHA DESCONHECIDA

T. S. P. — dentro d'um circulo pontuado.

Rs — P. X.X. — tambem n'um circulo pontuado.

Cobre — 23 m|m.

No catalogo da collecção Numismática de Joaquim Gomes de Sousa Braga por A. de Sousa Lobo, vem mencionadas duas medalhas ou senhas, uma igual á acima descripta, e outra um pouco menor e tendo no reverso P. X.; não dizendo porem quando nem para que fossem cunhadas.

São provavelmente tentos ou fichas para jogo.

S. D.

MEDALHA COM S. JORGE E CHRISTO NA BARCA

S. GEORGIUS. EQUITUM. PATRONUS (S. Jorge Patrono dos cavaleiros) S. Jorge matando o dragão.

Rs — IN TEMPESTATE. SECURITAS. (Confiança durante a tempestade) Barca sobre as ondas encapelladas; á prôa vê-se Christo adormecido e mais dois apóstolos.

Latão — 24 m|m.

S. Jorge, príncipe da Cappadocia, foi martyrisado no tempo de Diocleciano. A sua existencia, prova ser atacado pelos hereges, é admittida pela Igreja e pode ser demonstrada pela antiguidade do culto que se lhe presta. A sua vida está porem cheia de lendas. Como o Perseu da mythologia, salva uma donzela prestes a ser tragada por um dragão, e é representado subjugando o monstro e atravessando-o com a lança. E' assim adorado no oriente, e de lá foi que, na epoca dos crusados, os inglezes e os genoveses o tomaram para seu padroeiro. Os nossos teem-no tambem em grande veneração. A sua festa é em 23 de abril. O assumpto do reverso commemora a travessia do lago de Genesareth, assim narrada no Evangelho de S. Lucas, Cap. VII. 22; E aconteceu isto num d'aquelles dias: que entre elle e um discipulo em uma barca e lhes disse: Passemos á outra ribeira do Lago. Elles partiram. — 23 E enquanto elles iam navegando, dormiu Jesus e levantou-se uma tempestade de vento sobre o Lago, e se encheu d'agua e perigavam, 24. E chegando-se a Elle o despertaram, dizendo: Mestre nos perecemos. E Elle levantando-se, dirigiu-se ao vento, e a tempestade da agua, e logo tudo cessou e veio bonança.

25 Disse-lhes então Jesus: Onde está a vossa fé? Elles cheios de terror se admiravam dizendo uns para os outros: Quem cuidas que é este que assim manda aos ventos, e ao mar, e elles lhe obedecem?

26 E navegaram para a terra dos genesarenos, que está fronteira á Galiléa.

O uso d'estas medalhas, como tambem, pelas pessoas que andam a cavallo, foi posto em moda pelos alumnos da Escola Militar de Saunum onde as mesmas se fabricam em larga escala.

Dizem proteger tambem os navegantes.

Outra medalha identica.

Latão — 28 m|m.

S. D.

MEDALHA DE PIO XI E N. S. AUXILIADORA

PIVS. — PONT. MAX. (Pius indicimos Pontifice Maximus.) Busto do santo padre Pio XI, voltado para á direita.

Rs — MARIA AUXILIUM — CHRISTIANORUM, junto a

orla, e n'outra linha concentrica ORA PRO — NOBIS. Nossa Senhora, de pé coroada, com o Menino Jesus no braço esquerdo e o sceptro na mão direita.

Alumínio — Tem argola — 21m|m,

1925

MEDALHA COMMEMORATIVA AO JUBILEU SALESIANO

ANNO. SANCTO. MCMXXV. PIO-XI. PONT. MAX. No Anno Santo de 1925, por Pio XI Pontifice Maximo. Effigie de Pio XI de meio perfil, á esquerda; ao fundo a basilica de S. Pedro, em Roma. Por baixo M. NELLI. (Mario Nelli gravou.

Rs — SALESIANI. A. MISSIONIBUS. INITTS. IVBILAEVM. CELEBRANTES. Jubileu commemorativo do inicio das Missões Salesianas. Effigie de D. João Bosco, fundador da congregação Salesiana, á esquerda. Ao fundo vê-se o Edificio do Collegio das Missões da Sociedade Salesiana, em Valsalice, perto de Turim.

Bronze nickelado — 28 m|m,

Commemora esta medalha o Jubileu realizado pela Congregação Salesiana no 50.º anniversario do inicio da Obra das Missões Catholicas na America do Sul.

Os primeiros missionarios salesianos chegaram a Buenos Ayres a 14 de desesmbro de 1875, fundando logo um Oratorio em S. Nicoláo dos Arroyos.

O fundador da Pia Congregação Salesiana nasceu em 1815. Chamava-se João Melchior Bosco, era filho de partes humildes, e natural de Castelnuovo proximo de Turim.

N'esta cidade falleceu aos 31 de janeiro de 1888.

Commemora tambem o Jubileu do Anno Santo, realizado em Roma em 1925, pelo pontifice Pio IX.

O exemplar que enriquece a colleção do Instituto foi offerecido pelo consocio Snr. Manoel José de Sant'anna Araujo,

MEDALHA COM A CABEÇA DE MINERVA

Cabeça de Minerva á direita, n'um circulo um pouco curvado. Orla de fantasia.

Rs — Liso.

Bronze —

Tem argola para suspensão.

A medalha descripta é de mero adorno ou talvez recompensa a collegiaes.

A república dos Palmares

Conquanto haja sido um bem para o Brasil a destruição dos Palmares, cuja permanência constituia grande entrave á administração e incalculável anteparo ao nosso futuro desenvolvimento, não é possível recordar essa página de nossa história sem grande simpatia pelos nêgros que, fugindo á escravidão, defendêram a liberdade de modo tão heróico.

Devemos aos colonizadores a implantação do nêgro no Brasil. Trouxeram-nos por necessidade, como a animais domésticos. Na colônia, a condição do nêgro era mais negra do que a do aborigene. O nosso selvagem, observa Rocha Pombo, estava na sua terra e tinha por si não só a soberania do sertão como o patrocínio do missionário, a voz da humanidade e até a palavra de ordem do govêrno. O nêgro não teve a misericórdia de nenhum coração.

Contra as crueldades que lhes infligiam, só havia um recurso; era a fuga. Mesmo assim, libertavam-se das garras dum inimigo, que era o senhor branco, para cair nas ciladas doutro inimigo — o aborigene, que a vida nunca lhes poupava.

Daí a idéia de organizarem-se em grupos, em mocambos, em vilas, para a resistência aos dois inimigos.

Formaram os primeiros quilombos nos comêços do século XVII e, a-pesar-de as perseguições, os quilombos multiplicaram-se e houve a necessidade de organização numa espécie de Estado. E, assim, resistiram durante quase um século.

Quando os holandêses invadiram Pernambuco, já os Palmares ofereciam perigo. Não souberam ou não quiseram aproveitar-los os invasôres, tanto que fôram os primeiros a procurar exterminá-los.

Nina Rodrigues distingue tres fases nos Palmares: a de Baro, em 1644, a de Pêdro de Almeida, em 1674, e o epilogo em 1697.

Si bem que o principal reduto estivesse em território mais tarde desmembrado para a capitania das Alagôas, havia quilombos em tôda a extensão do cabo de Santo Agostinho até a

margem esquerda do rio São Francisco, extremo sul da donatária de Duarte Coêlho.

Explica-se: o Recife e a cidade do Salvador eram os maiores entrepostos da escravaria africana.

Empenhados na guerra contra os holandêses, nada fizeram no início os portugueses contra os quilombos. Fôram aquêles que iniciaram a perseguição.

Tanto quanto é possível deduzir-se da organização social, havia ordem nos quilombos e tôdos obedeciam a um rei eletivo vitaliciamente. Não havia competições entre chefes. Abaixo do rei, estavam os capitães. Pena de morte para o adultério, a deserção e o roubo. Os que fugiam dos engenhos e procuravam asilo nos quilombos eram considerados livres; os apanhados á fôrça nos domínios dos brancos serviam como escravos nos quilombos. Os usos e costumes eram, mais ou menos, os da África, adaptados ao meio. A religião era mixto de feitiçaria e catolicismo.

Rocha Pita denominou República dos Palmares a essa organização, nome que ficou, enquanto Aires de Casal a classificou como monarquia eletiva. A qualificação de república, diz Nina Rodrigues, só lhe poderia convir na acepção lata de Estado, jamais como justificação da forma adotada de govêrno. Estado exerescente — opina Rocha Pombo.

A primeira expedição regular, de que tratam os autores, contra os Palmares foi organizada em fins de 1643 pelos holandêses e entregue á direção do Red. Baro.

Com algumas centenas de tapuios e de holandêses, Baro enfrentou 6.000 quilombolas incendiou a aldeia, matou os que resistiram e trouxe 31 prisioneiros. Pensou haver exterminado os quilobolas, quando a maoria dos nêgros havia apenas fugido para reunir-se em outra aldeia.

Depois da expulsão dos holandêses, houve nunca menos de vinte e cinco expedições contra os nêgros, que pareciam multiplicar-se. Nenhuma logrou resultado satisfatório.

Governando Pernambuco, d. Pedro de Almeida organizou forte expedição em 1674, sendo entregue o comando a Fernão Carrilho. Foi mais feliz que os outros e conseguiu fazer alguns prisioneiros, inclusive dois filhos do rei. Mas os Palmares não fôram destruídos. Cogitou-se do oferecimento da paz aos nêgros mediante cláusulas, entre as quais a de habitarem Cocaú, subordinados ao govêrno.

Tudo fracassou.

Dentro de dez anos estavam os Palmares mais fortes.

Houve a intervenção dos paulistas, sob o comando de Domingos Jorge Velho; de pernambucanos, sob o comando de

Bernardo Vieira, e de alagoanos sob o comando de Sebastião Dias, em ação conjunta.

O exército sitiante era de 6.000 homens. A luta quase secular ia atingir ao termo. O principal quilombo, que era o de Macaco, estava fortemente preparado para a resistência.

Deu-se o combate em que fôram empregadas armas de toda a diversidade, fazendo-se uso até de água fervente. E os nêgros, sabendo a sorte que os esperava, defendiam-se de modo desesperador.

Não querendo sobreviver á desgraça e horrorizado com a escravidão, Zambi — supremo chefe da república — ter-se-ia suicidado atirando-se ao abismo.

A morte gloriosa de Zambi é lendária. A última página da epopéa dos Palmares não teve cronista.

O que está provado por documentos posteriôres, é que Zambi foi vítima da traição de um mulato do seu bando e morreu lutando (Galanti, HIST. DO BRASIL, II).

Entretanto, como Zambi não era nome dum negro mas título de comando e como houvesse mais de um Zambi, admite Nina Rodrigues (A TROIA NEGRA) que um Zambi houvesse sido atraído e morresse em luta, enquanto o principal se precipitara para não sobreviver.

Assim, em 1697, estavam definitivamente destruidos os Palmares.

Dentre as inúmeras questões que o episódio oferece, a mais importante é sabêr onde se realizou a peleja final, onde se teria dado o suicídio ou onde teria sido atraído o Zambi, sabido que a região dos Palmares ia de Santo Agostinho ao rio São Francisco.

Parece-me que tôda a luz foi dada sôbre o assunto por Alfredo Brandão, no alentado trabalho VIÇOSA DE ALAGOAS, que apresentou ao IV Congresso de geografia, aqui reunido em 1914:

“A cerca real do Macaco ficava no ponto onde se acha hoje a cidade da União, nas faldas da serra da “Barriga, á margem do rio Mundaú. O local conser-
“vou o nome de Macaco até o ano de 1831 quando a
“povoação aí existente foi elevada á categoria de vila,
“com a denominação de Vila Nova da Imperatriz”.

Alfrêdo Brandão localizou mais tres quilombos no município da Viçosa: o Dembrabanga, o Andalaquituxe e o Oranga.

Sabe-se que positivamente existiu em Pernambuco o quilombo conhecido como cêrca do Amaro.

Ao que me conste, dêle não há vestígios. Localizam-no os historiadores a nove léguas — medida aproximada — de Sirinhaem para o noroeste. Estaria, assim no território de um dos municípios do Cabo, da Vitória, da Escada ou de Ipojuca.

Em Cocaú, território pernambucano, zona hoje de uma das nossas maiores usinas, quis o govêrno, como consiliatória medida, organizar o grande quilombo, contanto que os quilombolas, reconhecida a liberdade dos nascidos no Brasil, aceitassem a obediência á lei e reconhecêssem a supremacia do rei de Portugal.

Em tórno dos Palmares paira grande atmosfera de simpatia. Chegou-se até a duvidar dos sentimentos nativistas de Bernardo Vieira e de sua sinceridade no pretendêr o govêrno independente de Pernambuco, sob a forma republicana, porque fôra um dos principais opressôres da república dos Palmares.

A despeito da admiração que provoca todo o esforço em prol da liberdade, é preciso têr-se em vista, também, o fenómeno sociológico.

Nina Rodrigues foi o sociólogo da TROIA NEGRA e dele é este conceito:

“Em nome da civilização e do progresso futuros da colônia lusitana, tem-se acreditado justo e permitido deplorar-se o insucesso de dominio holandês no Brasil. A todos os respeitos menos discutível é o serviço prestado pelas armas portuguezas e coloniais, destruindo de uma vez a maior das ameaças á civilização do futuro povo brasileiro, nêsse nôvo Haiti, refractário ao progresso e inaccessible á civilização que Palmares vitoriôso teria plantado no coração do Brasil. E esse successo não foi produto de uma ação fácil e sem perigo. Custou ao contrário á tenacidade e previdência do govêrno colonial, grande sacrificio de homens e de dinheiro.”

Em sua exaltação pela liberdade, Pernambuco relembra a epopéa dêsses nêgrôs que lutaram contra a escravidão durante mais de três quartos de séculos, com o batismo de Palmares, dado a um dos mais prósperos de seus municípios cujo território, está na faixa pindorâmica por onde outrora faziam suas correrias, onde levantavam seus mocambos, onde se organizavam em quilombos, para viver como homens livres, em terra fértil, á sombra das palmeiras.

MARIO MELO

Identificação dos diversos Domingos Jorge Velho

Nas linhas abaixo publicadas no *Correio Paulistano*, o dr. Afonso de E. Taunay, diretor do Museu historico paulista e autor da "Historia das Bandeiras", identifica dentre os diversos Domingos Jorge Velho o que atuou no Quilombo dos Palmares.

O povoador do Piauhy, o expurgador dos Palmares chamava-se Domingos Jorge Velho, nome que desde a historia de Rocha Pitta se tornou celebre nos annaes brasileiros. Guiado pelas indicações de Southey e as da *Historia da America portugueza* assim como pelas referencias de Pedro Taques na *Nobiliarchia paulistana*, redigiu Azevedo Marques nos seus excellentes *Apontamentos* uma pequena biographia do grande sertanista, em que o diz, filho de Simão Jorge e Francisca Alvares, casado com d. Isabel Pires de Medeiros, (filha de Salvador Pires de Medeiros e da famosa matrona Ignez Monteiro de Alvarenga), e fallecido em Parnahyba á 21 de setembro de 1714.

O titulo genealogico dos Jorges Velhos é um dos numerosissimos capitulos da grande obra de Pedro Taques, cujo paradeiro se ignora. Quiçá esteja irremediavelmente perdido, como tantas dezenas de outros.

Procurou Silva Leme recompol-o ao realizar as pesquisas, tão penosas quanto argutas e honestas, que o levaram a construir a monumental *Genealogia paulistana*.

Descobriu então que a familia Jorge Velho procede de Simão Jorge, povoador quinhestista de São Vicente, natural de Vianna do Minho e genro de um casal de povoadores vicentinos celebres; os portuenses Garcia Rodrigues e Isabel Velho.

Simão Jorge, por ser primogenito e homonymo, veio a ser avô do primeiro Domingos Jorge Velho existente em S. Paulo.

Foi este o pae de Salvador Jorge Velho, sertanista celebrado e descobridor das faisqueiras de ouro de Curitiba. Não encontramos em Taques referencia alguma que nos leve a identificar este Domingos Jorge Velho com o expurgador dós Palmares. E estamos convencidos de que Azevedo Marques, abonando-se em tal autoridade, se equivocou lendo sem maior attenção o que sobre a mulher de Domingos escreveu o linhagista. Foi ella quem falleceu a 24 de setembro de 1714 em Parnahyba, e não o marido, affirma-o positivamente a *Nobiliarchia* (Rev. Inst. Hist. Bras., 34, 1, 23).

Descobriu Silva Leme que este Domingos Jorge Velho falleceu com testamento em 1670. Isto o levou aos seguintes reparos, (Gen. Paul. 8,362) "Este Domingos Jorge Velho não fez parte do exercito sob o governo de Estevam Ribeiro Bayão Parente para mover guerra aos indios do sertão da Bahia nem foi o destruidor do quilombo dos Palmares em 1687, como escreveram Pedro Taques e Azevedo Marques, pois que falleceu em 1670. Estes feitos militares pertencem a um de seus sobrinhos do mesmo nome."

Carradas de razão cabem ao erudito linhagista moderno de S. Paulo, salvo quanto á increpação a Pedro Taques. A culpa do erro cabe exclusivamente a Azevedo Marques, que tambem se enganou attribuindo o millesimo inexacto de 1687 á expugnação de Palmares.

Qual, porém, seria o Domingos Jorge Velho conquistador do Piauhy e derribador da Troia Negra? Varios se mencionam com este appellido entre os netos, sobrinhos e primos desse primeiro Domingos Jorge Velho cuja autoria de taes façanhas não pode ser admittida.

O bisneto e homonymo deste primeiro Domingos, filho do bravo militar Domingos Jorge da Silva, foi personagem obscurissimo. Apenas se sabe que em 1739 falleceu solteiro. De um seu sobrinho, dos mesmos appellidos, ainda menos se sabe, salvo quanto a haver fallecido em meados do seculo XVIII, sem geração.

Um terceiro Domingos Jorge Velho nos é apontado por Silva Leme, o filho de Francisco Jorge Velho, irmão do primeiro Domingos Jorge, fallecido em 1684, e de Francisca Gonçalves, filha de Antonio Cubas e Antonia Gonçalves.

Pelo inventario de Francisco Jorge Velho, descobriu Silva Leme que elle deixara seis filhos: Domingos Jorge, Antonio Cubas, Francisco Jorge, Jorge, Sebastião Rodrigues e Simão Jorge e uma filha Agostinha Rodrigues. Nada conseguiu Silva Leme averiguar sobre a descendencia desta irmandade, em si-

quer si seus membros contrahiram matrimonio, onde e quando falleceram.

Um quarto Domingos Jorge Velho nos é conhecido, filho de Onofre Jorge Velho, um primo irmão do primeiro do nome. Deste apenas se sabe por indicação de inventario, que em 1667 contava dezeseis annos.

Dahi nova e grande duvida. Não poderia ter sido o povoador do Piauhy onde o nome Domingos Jorge Velho apparece em foco desde 1662. Teria nesta epoca onze annos apenas.

Podia perfeitamente, porém, ser o expurgador dos Palmares aos cincoenta e poucos annos de idade.

Teria então sido dois os Domingos Jorge Velho, o explorador do Piauhy e o destruidor do grande quilombo? Não era admissivel tal hypothese desde a divulgação do documento publicado por Pereira da Costa em sua *Chronologia historica do Estado do Piauhy*, a petição em que a viuva do bandeirante allega os serviços do marido no Piauhy e em Palmares. Outros Domingos Jorge Velho ainda apparecem nos quadros genealogicos de S. Paulo mas ninguem os poderá ter como os heróis das campanhas do Norte, pois são evidentemente individuos já nascidos no seculo XVIII.

Assim desvanecida, inderrocavelmente por Silva Leme, a hypothese de que taes glorias devem caber ao primeiro Domingos Jorge, resta-nos a maior perplexidade em fixar a "personagem a quem cabe a autoria de tão notaveis façanhas."

Já Basilio de Magalhães se preocupara com o caso, para o qual aventou solução: suppõe que o conquistador do Piauhy haja sido algum outro sobrinho do primeiro Domingos, o filho de seu irmão Simão Jorge Velho, casado com Anna da Rocha, sua prima e de cuja descendencia não se tem noticias". Esta ultima hypothese é a que lhe parece mais plausivel.

Referindo-se ao documento de Pereira da Costa, escreve o douto bandeirante:

"Quasi todos os nomes dos cabos de guerra mencionados no documento acima transcripto são de paulistas e talvez o de nome Simão Jorge Velho designe algum filho do audaz bandeirante, o que confirmaria a hypothese, por nós ventilada, quanto ao ascendente immediato de Domingos Jorge Velho".

Ha, porém, engano do erudito escriptor mineiro. Anna Rocha, dil-o positivamente Silva Leme, não teve filho algum de Simão Jorge Velho, seu primeiro marido, conhecendo-se-lhe porém a desendencia de segundo matrimonio contrahido com Manuel de Sá Souto Maior. (Gen. Paul. 8, 377)

Graças á nimia amabilidade de um bom amigo, o dr. Wenceslau de Almeida, podemos agora deslindar o intrincado

caso. Deste tão apaixonado quanto erudito cultor dos nossos factos e sobretudo das cousas que se relacionam com o passado de seu Estado natal, Alagôas, recebemos vultosa e preciosa documentação regional para o melhor conhecimento da quêda de Palmares. Entre estes papeis, surge-nos um capaz de dissipar as obscuridades relativas a homonymia de Domingos Jorge Velho.

São uns autos de ação de força nova, movida em 1700 por D. Francisco Xavier da Cruz Villela, a Domingos Jorge de Araujo que "em dias de abril roçara e botara mattos abaixo e levantara casa de vivenda afim de se apossar do seu sitio **Corrente**".

Esta propriedade, annota o tão amavel quanto erudito informante, é hoje a cidade pernambucana do mesmo nome que, em época mais afastada, pertencera ao municipio de Penedo e se comprehendia então no julgado de Garanhuns.

Contestando allegava Domingos Jorge de Araujo os seus direitos.

Tal sitio se achava em terras de que era possuidor, havia longuissimos annos, e comprehendia-se "dentro das mattas dos Palmares doadas por El Rey ao Mestre de Campo Domingos Jorge Velho e ao irmão deste, Antonio Cubas, de quem elle, Araujo era bisneto".

Nas terras morava desde muito seu padraсто, o ancião Miguel Coelho Gomes, de cuja decrepitude abusara a autora, mandando que seu rendeiro se estabelecesse em Corrente como si este sitio fizesse parte da sesmaria de Christovam de Burgos.

Si a leitura dos autos, escreve o dr. Wenceslau de Almeida, não deixa no espirito do leitor a convicção de que até Corrente chegasse a sesmaria de Domingos Jorge Velho, é certo que aos immediatos successores do insigne paulista cabe a qualidade de pioneiro dessa parte do "sertão pernambucano". Assim está perfeitamente identificado o expugnador palmarense. Era o irmão de Antonio Cubas, o filho de Francisco Jorge Velho e Francisca Gonçalves, e sobrinho do primeiro Domingos Jorge Velho.

E é ainda o mesmo desbravador do Piahy. A sua arvore genealogica nos indica que vinha a ser quarto neto de João Ramalho (por Antonia de Maceda quinto de Tibiriçá: setimo neto de Pequeroby, por Antonia Rodrigues) e quinto neto do cacique ignoto de Ibirapuera (por Margarida Fernandes). Ainda tinha ascendencia vermelha pela tapuya de Pedro Afonso, sua trisavó.

Assim provinha de sangue cuja dosagem americana se mantinha elevada attingindo quasi á dos quarteirões.

Nos primeiros autos descobertos pelo dr. Wenceslau de Almeida ainda se encontra acostado um documento de alto valor, uma copia de sesmaria, concedida á viuva de Domingos Jorge Velho, d. Jeronima Cardim Fróes. Nelle se lê uma referencia á descida do bandeirante "do alto sertão deste Continente" para guerrear os Palmares, nova comprehensão das afirmações do documento descoberto por Pereira da Costa.

Ainda nos mesmos autos pode o dr. Wenceslau de Almeida certificar-se que o Alexandre Jorge da Cruz, citado entre os capitães do terço dos paulistas, era filho do inolvidavel bandeirante.

Em 1755, pedia elle certidão de carta d'El-Rey, de 5 de outubro de 1700, sobre as terras "em que seu pai fundara o nucleo que é hoje a cidade alagoana de Atalaia".

Numa petição de d. Jeronymo se lê que Domingos Jorge "principiou a situar a villa com Igreja e Pelourinho e continuara se a morte o não impedira."

O fato de Silva Leme não haver descoberto descendencia alguma de Domingos Jorge Velho e seus irmãos em terras de São Paulo, nos induz a crer que o grande bandeirante attraheu todos os seus para junto de si.

Os seus epilogos devem encontrar-se nos Estados do Norte. Os documentos que acabamos de citar nos dizem que tanto elle como Antonio Cubas deixaram sucessores.

Que Domingos Jorge Velho se casou no Norte parece fora de duvida. Fróes Cardim são nomes que se não encontram nos velhos appellidos de São Paulo das entradas e bandeiras.

AFFONSO DE E. TAUNAY

Eugenismo Pernambucano

Estabelecido o plano de colonização português, no norte brasileiro, encontrou o adventício a natural resistência dos indígenas que a região povoavam. Esse período colonizador não começa de 1500, data em que Pedro Alvares Cabral, após bem esquadriñar Porto Seguro, firmando suas conquistas buscava o norte da nova terra. Propriamente fixa-se em 1535, quando o primeiro donatário de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira chegou para expulsar das elevações de Mirim (ou Marim) hoje Olinda, os caetés dominadores.

Isso quanto á colonização oficialmente histórica. Não devemos esquecer os primitivos injectamentos do sangue europeu na raça brasileira, anteriores, talvez, ao proprio descobrimento, se é que não falham as memorias de desvendamento da nossa terra por aventureiros navegantes doutras nações do ocidente da Europa. Pelo menos ha a considerar a fundação de Cristovam Jaques ás margens do Igarassú, expulso depois com os seus companheiros, bem provavel que deixando na terra alguns perdidos na contemplação da terra deserta...

Costas desertas e vastissimas, desafiando a terra a cobiça dos países conquistadores, não podem ter deixado de atrair ao Brasil caravelas repletas de visionarios de um El Dorado. E esses provavelmente que, seduzidos pelo primeiro contacto da natureza virgem do norte aqui tenham ficado em parte, por motivos que faltamente lhes cerraram as portas da esperança de retornar á patria.

Disso ha exemplo na investida que em 1532 desferiu Pedro Lopes de Souza contra os 70 traficantes que se haviam, não se sabe como, apoderado da feitoria tomada anteriormente aos francêses.

Dominado pelos indios caetés desde a foz do Igarassú até as margens do rio S. Francisco, justamente a doação de Duarte Coelho Pereira, o territorio já aos primeiros embates de subjugação ao elemento nativo encontrara nos tabaias, tribu da mesma grande raça, uma aliança contra a repulsa

dos seus irmãos caetés pelos estrangeiros dominadores. Não admira a existencia de uma catequese anterior desses bugres que fraternizavam contra a propria raça, catequese que deveria ter mesclado o sangue antochlone, em tempos já bem mediatos.

Barbaros e crueis os caetés, á compressão dos portuguezes e tribu aliada andaram a precipitar-se para o sul da capitania, onde melhor se foram mantendo, até posteriores adaptações com os elementos em fusão. Lembra-se ai a chácina do bispo Fernandes Sardinha e seus companheiros, barbaridade de que, certamente não seriam capazes os elementos adherentes á obra colonizadora, e ramo da mesma arvore, e sob a classificação de tabaiaras. Os traços que nos reservam o alagoano actual, mesmo os psicologicos, com suas preferencias pelo crime, nos induzem a acreditar que ai o feroz caeté tenha melhor esperado a função assimiladora para os elementos que se foram enfraquecendo á pressão dominadora. Tambem a ação colonial por Alagôas ia sempre a operar-se de longe em longe por incursões dos elementos que em Pernambuco, centro de toda a obra colonizadora do Norte, chegaram para fazer a terra. Formados os nucleos coloniais, mantida a resistencia aos ataques do nativo, este a pouco a pouco fatalmente se haveria de submeter por detenções ou por prazer de relações com a vida, de uma gente de modos mais confortaveis. O norte, compreendido pela Paraíba e Rio Grande do Norte, marcha sob a moderação da tribu que ajuda o portuguez em sua tarefa. Mormente a Paraíba mantem conosco a osmose racial, preparando assim o tipo de hoje. Enquanto o Rio Grande do Norte, afastando-se mais do centro preparador, vê lentamente surdir da barbaria do selvicola a civilização operada quasi por si propria, mediante apenas o contacto com a nova ordem de cousas imposta pela obra colonizadora.

Pernambuco irradia, assim, a formação do norte brasileiro, quando se lhe vem completar a tarefa eugenica de duas raças — a vermelha e a branca — com a intromissão da negro.

Conquanto pareça simples esse pepecto apenso á vida brasileira da intromissão do africano na raça que se formara hibridamente promissora, contudo é interessante notar fenomenos bem distintos que só hoje a observação pode distinguir. O trabalho agricola desafiando a necessidade dos colonizadores em estabelecer o trafico dos negros para o Brasil jogou para Pernambuco, Baía e S. Paulo, então as terras mais fortemente colonizadas as grandes levas que nos despejavam os navios vindos da Guiné, e outras possessões. Na Baía e S. Paulo a infiltração foi rapida, desse elemento, porque profundas de

começo foram as disseminações interiores de trabalho. Em Pernambuco, não. Nossa agricultura culminada na cana de açúcar foi retendo o maximo de atividade no litoral onde os engenhos proliferam. Para o centro, o sertão mais infenso á segurança dos grandes lances produtores. Compunha-o uma raça que se ia fundindo, mixto de indio e de intemeratos estrangeiros amigos das grandes incursões. De formas que foram os engenhos, foram as necessidades da vida dos portos da colonia mantendo o negro trabalhador forçado em afastamento de qualquer vantagem de penetração necessaria senão que para a agricultura da nossa mata, onde os fazendeiros não pretendiam tambem despensar a mucama e o cortador de capim, para o cavallo de cela. E isso num reio curto que esmorece á proporção que vai encontrando os primeiros rasos da caatinga.

Circunscreve-se, assim, o raio de ação do negro na formação da raça pernambucana e nortista, por isso que muito lenta é a sua fusão. Predominando nessa longa faixa de terreno que podemos tracejar num limite que corre de toda a zona mata de Pernambuco, quasi toda Alagôas e a Baía em peso, o negro em Pernambuco ainda resiste á absorpção, por falta de gosto no crusamento do branco; em Alagôas de tal modo se absorveu com o europeu e o indio, a ponto de ter formado um tipo racico especial; na Baía tem carregado tanto em sua influencia predominante que o branco é uma excepção, a mais notavel das excepções que é dado verificar no Brasil.

No entanto Pernambuco, pouco a pouco tem conseguido libertar-se dessa predominancia de divisões racicas, não por difusão em todo territorio porque o sertão, sua maior parte continua sempre infenso aos negros, mas por intermedio do proprio crusamento no litoral, prometendo, dentro de anos, oferecer um tipo especial de homem, ao País. Si a escravidão reteve essa obra com as senzalas, permitindo-se, apenas, nos limitados surtos da lascivia dos senhores de engenho e de escravos, a liberdade, hoje, solta as redeas e espera pelo definitivo esforço da evolução.

MONTEIRO DE MELO

Notas do folc - lore

A PROPÓSITO DE MACOBÊBA

O folc-lore no Brasil foi iniciado, por assim dizer, com o estudo de Pereira Dutra (1854), ao qual se seguiram os de Couto de Magalhães, Silvio Romero, Barbosa Rodrigues, José Verissimo, L. T. Cavalcanti de Albuquerque, José Coutinho de Oliveira, J. Ribeiro, Pereira da Costa, Luiz da Camara Cascudo, Ed. Krug, C. F. Hartt, Ermano Stradelli, K. von den Steinen, P. Ehrenreich, C. Brandenbunger, Basilio de Magalhães, etc.

O macobêba — especie de lobishomem malfazejo, aparecido ultimamente em Pernambuco — surgiu, portanto, num momento propicio, que é o do periodo aureo do folc-lorismo nacional.

Antes, porém, de falar sobre esse animal fantastico, vejamos até que ponto a natureza fisica é responsavel pela origem dos mitos em geral.

A natureza fisica é, em parte responsavel por muitos mitos

L. Febvre acaba de insurgir-se contra o exagero do dogma de Ratzel, ou seja, o imperio do determinismo geografico sobre as sociedades humanas. Jamais nenhum fato natural exerceu sobre a vida dos homens uma ação puramente mecanica, cega e fatal, — escreve-o o professor de Strasburgo. Entre o homem e o meio natural existe sempre a "idéia que se insinúa e se interpõe". Com a antropogeografia de Ratzel combate a antropogeografia de Simiang, cuja teoria é que o homem age sobre a natureza tanto quanto a natureza age sobre o homem. De fôrma que a dificuldade está em descobrir quando o homem escapa ao meio natural pela ação do meio interior ou logica, que é a idéia.

Sem negar valor á teoria de Fabvre, nota-se, todavia, que ela é um verdadeiro circulo vicioso, porque, é um fato que a idéia surge primariamente da influencia do ambiente exterior,

como no caso, por exemplo, do selvagem, que foi levado a construir a primeira ponte pelo fato de ter encontrado um tronco de arvore accidentalmente caído de uma a outra margem do rio.

O mito nasce do instinto que impele o homem a buscar a razão dos fenomenos e das coisas naturais, que o cercam (S. Reinach, Van Gennep, R. J. Ménard). A natureza desperta, portanto, o instinto humano. E' ainda a natureza que dá vestidura ás idéias humanas. Assim nasceram os gigantes da mitologia germanica e os dragões da mitologia chinêsa, isto é, nasceram para explicar uma natureza grandiosa e aterrorizadora, um ambiente de rios majestosos e negras florestas. Observa um historiador que o politeismo grego é mais sorridente e atrativo que o dos romanos, porque viviam os gregos no meio de uma natureza harmoniosa e sem excessos. E enfim, inegavel que os homens sempre se sentiram estreitamente unidos ás grandes arvores (cujo tronco julgavam habitado de espiritos), como ainda hoje atesta a veneração que lhes tributamos (J. G. Frazer).

Por isso mesmo que são os mitos originados de acontecimentos naturais, já observou P. Ehrenreich a sua conexão entre todos os povos, num livro que, como o de Richard Andree, interessa de perto a nossa mitologia.

Nada de Babilonia nem de Egipto!

Não é preciso, consequentemente derivar as nossas superstições do culto lunar babilonico, ou da magia chaldaica ou egípcia, como procurou ingenuamente fazê-lo Alcides Bezerra. Nada de Babilonia nem do Egipto! Com o mesmo absurdo criterio já se quis até derivar os nossos incolas dos fenicios, sob o pretexto de supostas afinidades linguisticas, quando todos nós sabemos que, sendo a estrutura individual uma só, á exceção de pontos superficiais, claro está que o órgão vocal humano "teria emitido sons identicos em todos os idiomas, como ponto de partida para a formação das linguas particulares" (Afonso A. de Freitas). Ha, enfim, a mesma identidade de processo nas leis psicologicas da imaginação, isto é, todas as criações populares surgem em virtude da mesma uniformidade das leis da imaginação. E' essa a historia de Andrew Lang, o qual até se insurge exageradamente contra os mitos meteoricos e celestes, tão queridos de Muller e seus discipulos no Brasil (Couto de Magalhães, F. Hartt, Barbosa Rodrigues, etc.).

Nos sambaquis do Porto do Rei, por exemplo, foram achados idólos simbolicos, aos quais Barbosa Rodrigues chama

muirakitãs, muito semelhantes aos amulêtos descobertos em Cajamarca (Perú). Esses objetos-totens seriam provavelmente idênticos aos **swastikas** referidos por Elliot Smith, prática primitiva que formava uma constelação visível desde o Mediterrâneo até o Pacífico.

Se admitirmos que o **muirakitã** fez a volta do mundo, levado pelas migrações dos povos, teremos, também, que acolher todas as fantasias do conego Pennafort ou de Couto de Magalhães.

Feitas essas considerações, vejamos, agora, com que duende se pôde o nosso macobêba relacionar ou confrontar.

Os dois principais mitos aborígenes: o jurupari e o curupira

O nosso espírito tende naturalmente para o misticismo, como o espírito do chinês, ou o do hindu, ou o do hotentote. Isto tem muita relação com o nosso ambiente físico, com a nossa natureza, que os indígenas povoaram de numerosos seres sobrenaturais.

Dos seres sobrenaturais de origem indígena dois chamam logo a atenção — o jurupari ou anhagá e o curupira ou caapora. O jurupari, que mereceu um estudo minucioso de Ermano Stradelli, é uma espécie de demônio familiar, representado na cosmogonia dos incolos pelo jaguar, pela cobra, pelo caimão ou ainda por aquelas horríveis carantonhas encontradas nas margens do Aiari (Colômbia) e na serra do Ererê (Pará). Quanto ao curupira é este um gênio das florestas e parece não ser tão ligado ao elemento líquido como o primeiro.

O macobêba, por alguns de seus característicos primordiais — quatro grandes olhos, dimensões gigantescas, uso de vassoura de fio de cruapé — não tem nenhum parentesco com o diabinho jurupari dos indígenas; por outro lado o apêgo pelas zonas ribeirinhas tira-lhe a probabilidade de se filiar ao grupo dos curupiras.

Com toda a certeza o macobêba será um desdobramento de qualquer um dos mitos secundários, a saber, a iara, o boitatá, o saci, o lobishomem e o hipupiara.

O lobishomem é uma crendice filiada ao mito do curupira

Que o macobêba nada tem que ver com a iara ou o boitatá não preciso demonstrar. Será, então, parente do lobishomem, que é uma das crenças mais importantes da mitologia sertaneja? Estamos em crer que não.

“O lobishomem entre nós (escreve-o Coriolano de Medeiros) se confunde com o caipora. O lobishomem, crê-se, é sem-

pre um individuo excomungado pelos pais, ou por algum padrinho.

Pelo fato da maldição tem instinto de tornar-se animal: principia por segregar-se da sociedade, até que num dia de sexta-feira, á meia noite, vai na encruzilhada dum caminho, semeia o sólo de cascas de caranguejo, tira a camisa, dá um nó em cada ponta, estende-a por sobre os restos dos crustaceos formando um leito e começa a cambalhotar sobre ele murmurando: — “Encoura, mas não enchuxa, diabo”.

Repete o estribilho muitas vezes, e, á proporção que o repete, que dá cambalhotas, a voz vai-se tornando atona, o corpo cobre-se de pelos compridos, as orelhas crescem, a cara se alonga tomando a fórma da do moreçgo, as unhas se transformam em garras. Uma vez metamorfoseado, sae a correr mundo e suga o sangue de todo menino pagão que encontra, e, na falta deste, ataca qualquer individuo.

Mas tem um mêdo terrível de chuço: casa que tem instrumento deste, o lobishomem não vai.

A's tres da madrugada, quando o galo canta o lobishomem volta á primitiva fórma.”

Essa crendice é uma versão sertaneja do mito do curupira. Não tem nenhum parentesco com o macobêba. Nem, tampouco, com o sací e o hipupiara.

O sací e o hipupiara

O sací é filho do duende curupira. E' um mito (di-lo Basilio de Magalhães) de dupla simbolização — andromorfico e ornitomorfico (no Amazonas se confunde com um passaro). E' um diabinho brejeiro, espantalho das crianças, “imaginado para auxiliar o pai, com quem ás vezes se confunde”. A epiderme negra, o barrete vermelho e o cachimbo (pretexto para pedir lume aos viajantes) já são diferenciações do elemento africano.

O hupupiara, enfim, é o demonio — de — agua dos indios, do qual nos falam o padre João Daniel, Gabriel Soares e fr. Vicente de Salvador. Publicou-se um retrato do bicho na primeira edição da obra de Gandavo (1557) e Fernão Cardim nos transmitiu a seguinte descrição:

“As femeas parecem mulheres, têm cabelos compridos, e são formosas; acham-se estes monstros nas barras dos rios doces. Em Jaguaribe sete ou oito leguas da Baía, se têm achado muitos... O modo que têm em matar é: abraçar-se com a pessoa tão fortemente beijando-a, e apertando-a consigo que a deixam feita toda em pedaços, ficando inteira, e como a sen-

tem morta dão alguns gemidos como de sentimento, e largando-a fogem.”

O hipupiara não devia ser familiar ao nordeste, onde não existem grandes rios (a não ser nos seus limites extremos), embora os holandêses tivessem noticia dele, como se depreende de uma referencia de Barlaeus (“sunt Tritonis indigenis”). O nome prova como observa Rodolfo Garcia, que a idéia era comum aos tupis.

Conclusão

Os mitos e as crendices entre nós pertencem ao mesmo ciclo das idéias primitivas de toda a humanidade, que produziram, por exemplo, as sereias e os tritões. Deviam ter tido uma grande repercussão no periodo heroico ou lendario do Brasil, que foi a época contemporanea aos episodios de Caraturú e de outros mais.

Como o macobêba é um mito moderno, sofreu a influencia alienigena — o rabo de leão, a vassoura (tirada das bruxas do além Atlantico), o poder de correr ás leguas de estar em lugares distantes uns dos outros quais ao mesmo tempo (o que é, talvez, um efeito da locomotiva, do automovel, do telegrafo). Com o saci tem apenas a coincidencia de ser sempre encontrado nos caminhos (*numen viarum* chamou Marggraf ao saci), a pregar peças a Deus e ao mundo; com o hipupiara é irmão apenas na tendencia de procurar o elemento liquido e as zonas ribeirinhas.

O macobêba é um mito imaginado para explicar os desastres materiais, que crescem á proporção da multiplicidade das conquistas e das invenções humanas.

O sr. Mário Melo anda a pesquisar se ha alguma referencia a esse monstro nos cronistas do seculo XVI ou XVII.

ESTEVÃO PINTO

Arte Brasileira

Assim como ainda não temos etnograficamente um tipo nacional não temos também uma "arte brasileira", perfeitamente caracterizada.

E' certo que a historia da arte de um povo se inicia com a sua propria historia; nós fomos, talvez, um pouco além: os mareantes portuguezes, ao descobrirem o Brasil, encontraram nas tabas dos nossos selvagens avoengos, rudimentos de architectura, nos seus idolos rudimentos de escultura, de ceramica nas suas igaçabas e de pintura nas originaes tatuagens com que adornavam o proprio corpo ou o dos vencidos condenados à morte, extravagantes desenhos feitos com a tinta rubra do urucum.

A propria musica era exercitada por eles ao ritmo barbaro do batuque, e ao som melodico do "membi", — flauta feita de um osso, — sons musicais que eram acompanhados pelos movimentos coreograficos das suas dansas guerreiras, religiosas ou profanas.

Não é mesmo improvavel que tivessem seu rudimento de teatro em monologos ou cenas dialogadas, como os pretos africanos tinham e para aqui o trouxeram com as suas congadas.

Entretanto, nenhuma dessas manifestações rudimentares de arte entre os selvagens nossos antepassados têm influencia sobre o nosso espirito artistico atual.

Talvez somente a musica, a musica popular impropriamente chamada "tango", ou mais extranhamente ainda denominada "maxixe", — tenha alguma cousa do ritmo sincopado da musica selvagem, confundida com o ritmo, não menos selvagem do batuque africano dos seus caracteristicos "maraca-tús".

Na outra especie de musica, — a modinha, é clara a influencia do cantar portuguez — o fado — com a sua dolente nostalgia; assim como nos lundús baianos, a influencia da melopéa africana é patente. Nem podia deixar de assim ser, atendendo a que esses dois elementos etnicos estrangeiros, e o

aborigene caldeados, são os fatores do nosso tipo ainda não definido de todo.

Na pintura é bem facil compreender que nos não pudessem impressionar os motivos ornamentais buscados pelos nossos indigenas para adorno dos seus carcazes, das suas igari-tês, e dos seus maracás. O ornamento africano era tambem simplissimo, composto de paralelas policronicas como ainda hoje se pode ver nos chamados "panos da Costa"; e quando muito em linhas quebradas, formando angulos agudos com que orlavam a fimbria dos seus vestidos em ingenuos "matames" e "cacundês". Quanto ao terceiro elemento, — o português, — demos a palavra a Taunay, na sua monografia sobre a missão artistica de 1816, o qual diz: — "Outra circumstancia bem pouco favoravel ao desenvolvimento artistico do Brasil, eram a influencia e o atavismo português. Si Netuno e Marte cbedeceram aos lusitanos é preciso confessar que Apolo se lhes mostrou, constantemente bem indocil. Lisbôa foi sempre uma cidade, longe de poder considerar-se como um fóco artistico, e não se compreende, como aquele movimento que produziu o estilo manuelino, tão rapido fosse e sobretudo tão esteril, verdadeiro relampago que se apagou num lampejo e não serviu de farol á architectura portuguesa, caida no estilo jesuitico e conventual.

Provado está portanto, a nenhuma influencia dos elementos ethnicos na formação do espirito artistico dos nossos pintores atuais.

Resolvida a colonização do imenso país descoberto pelos portugueses, todo o esforço tendia para o desbravamento das infindas florestas viigens de que ele estava coberto, nas lutas que os colonizadores tinham de sustentar contra os naturais do país que eles queriam reduzir á humilhante condição de escravos. Oliveira Martins, no seu livro intitulado: "O Brasil e as colonias portuguesas" já afirmava que "as condições mesologicas do Brasil colonial não permitiram o surto de uma arte superior. No seio da sociedade que se formara por um conjunto de elementos imprestaveis, e por um processo de colonização, cuja materia prima eram os condenados, judeus deportados, indios escravizados e negros da Guiné dirigidos por homens adstritos aos preceitos da Idade Média e igualmente aproveitados e explorados pela ganancia, crueldade, intriga e ferêza da epoca, seria inadmissivel a existencia de grandes artistas".

Nós achamos que, em tal meio, não podiam florescer nem mesmo artistas de merecimento muito mediocre. Por esse motivo, conclue o mesmo escritor que "a arte que então irrom-

pia num meio tão vasio de condições proprias inferior, balda de inspiração e repetindo-se em desagradavel esterilidade”.

Seguindo a orientação do ilustrado historiador e filosofo, além de proficiente critico de arte que é o sr. dr. Laudelino Freire, no seu livro: “Um seculo de pintura”, a historia da arte pictural em nosso país pode ser dividida em duas grandes fases: uma precursora, e outra organica.

A primeira que se inicia “com os primeiros pintores que vieram ao Brasil”, e se estende até quando ao Rio de Janeiro aportaram os artistas francezes, aproveitados por D. João VI para aqui instituirem o ensino das belas-artes”.

“Essa fase se caracteriza, ora por uma arte toda eventual e peregrina ora conventual e insignificante, que nem siquer, deixou sementes para a formação da arte indigena na sua rudimentalidade.

A outra fase, a organica, iniciada pelos mestres francezes em 1816, se caracteriza pelo desenvolvimento que se operou, mediante uma cultura artistica regular, sistematica e eficaz”.

Que “primeiros pintores” foram esses que vieram ao Brasil, e aos quais se refere o sr. dr. Laudelino Freire como os precusores, ou iniciadores da fase que ele, por sua vez — denomina precursora da historia da arte da pintura brasileira?...

— “Foram os seis pintores holandêses, trazidos pelo principe João Mauricio de Nassau, quando, em 1637 veio apossar-se da “colonia do norte do país”; responde o mesmo sr. dr. Laudelino.

O fato, porém, irrecusavel, que se não pôde negar, embora pretendam amesquinha-lo é que cabe a Pernambuco a prioridade do movimento artistico brasileiro, como lhe coube, em 1710, a prioridade do movimento politico-libertario, da emancipação do jugo portuguez, com o 1.º brado de republica dado por Bernardo Vieira de Melo, e caber-lhe-á ainda grande parte da vitoria na campanha contra o analfabetismo da qual é um dos mais esforçados paladinos, e quando decretar o ensino primario obrigatorio.

Em opposição ao que diz o sr. dr. Laudelino Freire dessa fase historica do erudito pernambucano, sr. dr. Pedro Souto Maior, no seu belo livro: “Fatos Pernambucanos”: “Franz Post, o primeiro pintor a reproduzir na tela as paisagens, plantas, frutos e aves do Brasil nasceu em Leyden em 1612 e faleceu em Haarlem a 16 de fevereiro de 1680. Passou todo o otenio do governo de Mauricio em Pernambuco, isto é: de 1637 a 1644. Produziu muito e especialmente sobre assuntos

do Brasil e bem merecia que lhe dessem, assim como fizeram a seu patrono, o titulo de Brasileiro”.

Eu julgo que se lhe devia outorgar o titulo de pernambucano.

Continuando sua explicação, nosso esforçado e erudito coestadano acrescenta: “Perderam-se, infelizmente, em um incendio algumas das suas telas, nada menos de 18 em Vincent van der Vinne, em Haarleu, no ano de 1716, e um grande quadro, representando o palacio de Friburgo (na Mauricéa) em 31 de março de 1749 em Amsterdam”.

“Acreditava-se que haviam sido destruidas muitas telas suãs no incendio de Maurits huys, em Haia; mas tal conjectura não parece exata pela exposição que fazemos adiante.

Até agora era conhecida a existencia de trabalhos seus nos museus de Haia, Amsterdam, Basiléa Cassel, Hannover, Londres, Mayença, Munich, Nuremberg, Praga, Schleissheim, Schwerin, Viena, Copenhagen, mas nenhum em Paris”.

De pesquisa em pesquisa, relata-nos ainda o sr. dr. Souto Maior, ter sabido em Amsterdam que fôra vendido um quadro de Post a um cavalheiro chamado Cavalcanti e residente em Paris. Chegado áquella cidade o preclaro investigador dos nossos “fastos” historicos, dirigiu-se á exma. sra. Viscondessa de Cavalcanti, na suposição de que fosse o finado visconde o comprador do quadro de Post. Com efeito o fôra e a digna senhora, gentilmente lhe mostrou o quadro que mede: 1m e 13 cent. de largura por 0,85 de altura, e representa uma parte da cidade de Olinda, sendo um dos melhores trabalhos do autor.

A mesma ilustre dama disse que Eduardo Prado tambem possuira quadros de Franz Post e sabemos que no Recife, o proveto advogado sr. dr. Silvio Cravo, espirito eminentemente artistico, e cavalheiro distintissimo, possui um original do grande pintor holandês o qual eu tive a satisfação de ver.

Na bela vivenda do sr. comendador Ferreira Baltar, na Madalena, que era um verdadeiro museu de arte e raridades indigenas, vimos curiosa e valiosissima coleção de gravuras dos irmãos Post em que se nos apresentam varios aspectos da bela Mauricéa, — “a menino dos olhos” — do principe artista que foi Nassau.

Terminando suas notas a respeito do assunto, o sr. dr. Souto Maior declara que “nas suas pesquisas historicas nos arquivos da Holanda, encontrara no da casa de Orange, uma correspondencia entre o principe João Mauricio de Nassau e seus ministros, que vem provar terem ido para Paris e instalados na sala da Comedia do Louvre, nada menos de 40 qua-

dros de assunto brasileiro, ou “antes de assunto pernambucano”, acrescentamos nós.

Esses 40 quadros e outros muitos, não só de Post, como dos cinco pintores que chegaram com o príncipe Maurício, ou que vieram depois, a seu chamado, entre os quais A. van der Sckhout, discípulo de Rembrandt, essas têlas que eles nos deixaram, — repito, — não podiam ser, como afirma o sr. dr. Laudelino, “manifestações esporádicas dispersas, confundíveis, de uma arte forasteira, feita por artistas que, por circunstancias fortuitas, chegaram a pisar terras brasileiras”.

Admitimos que nenhuma influencia tivesse exercido, e em nada concorressem para a formação da pintura brasileira porque o meio em que se moviam aqueles artistas, era improprio aos surtos de uma arte superior e á sua difusão pelo ensino a discipulos que pudessem aproveitar suas lições, nem no curto prazo de 8 anos no desassocego de continuas guerras com o elemento nativo, insuflado pelos portuguezes que exploravam as crenças religiosas dos pernambucanos antagonicas ao calvinismo holandês, seria possivel aos artistas batavos criar uma escola de pintura, quando, quasi dois seculos depois na quasi “civilizada” metropole do Rio de Janeiro, com a vinda de D. João VI, os artistas francêses que ali foram tentar fortuna, leveram mais de dez anos, — de 12 de agosto de 1816, a 5de novembro de 1826, — para instalarem definitivamente uma Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Architectura civil, tendo por si todos os favores da munificencia real.

Não nos acoimem de baírristas quando queremos reivindicar para nossa terra os primordios da arte, da pintura brasileira, quando nos orgulhamos em dizer que foi aqui, onde primeiro se trasladou para a têla a paisagem bellissima da terra dos mangueirais em flor — a heroica Itamaracá, — e onde tambem, pela primeira vez, refulgiu num quadro, o azul e formoso céu de Rio Formoso.

EUSTORGIO VANDERLEI

Carta de Duarte Coelho a D. João III

Senhor — Per ho capitam dos navios que daquy mandey ho mes de setembro pasado dey conta a V. A. deminha viagem e chegado a esta nova lusytanea e do que era pasado e depois aqua metyme senhor a dar ordem ao sossego e paz da terra com dadyvas a huns e compolas mãos doutros porque tudo hera necessaryo e asy dey ordem a se fazerem enjenhos da-çuquares que de la trouxe contratados fazendo tudo quanto me requeriam dando tudo ho que me pedyram sem olhar a proveito nem a ynteresse algum meu mas a hobra yr avante como desejo.

Temos grande sonia de canas prantadas todo o povo com todo trabalho que foi positivell e dando a todos ajuda que a mim foy posyvell e cedo acabaremos hum enjenho mui grande e perfeito e ando ordenando de começar outro praza ao Senhor Deos que segundo sua graça miserycordia e minha boa entençam sua ajuda. Quanto senhor as cousas do ouro nam deyxo de inquerir e procurar sobre o negocio e cada dia se esquentam mais as novas mas como sejam daqui lonje pelo meu sertão a dentro e se ade pasar per tres jerações de mui preversa e bestiall gente todos contrayros huns doutros a se de pasar esta jornada com muito pelygro e trabalho pera o quall me parece e asy a toda a minha gente que se não pode fazer se não yndo eu e ya e ya como se deve yr e acometer a tall empresa pera sayr com ella avante e não pera yr fazer barcoryadas como os do Rio da prata que se perderam pasamte de mill homens castelhanos e como os do Maranhão que perderam setecentos e o pyor he ficar a cousa danada e por yso senhor espero a ora do Senhor Deos em o quall praza a elle deos que me cometa esta empreza e pera seu santo seruiço e de V. A. que será o maior contentamento e ganho que eu dyso querya ter. Ysto, senhor, tenho asentado e la tenho mandado buscar cousas necessaryas pera jorna-

nada e alguns bons homens porque he necessaryo deyxar aqui a couza fornecyda e a bom recado per todalas vyas em especiall por estes franceses que se sentyrem não estar na terra cometeram a fazer das suas ribaldaryas porque á quatorze dias que aquy quizeram fazer o que soyam fazer mas não poderam, la mando a certeza dyso pera que V. A. veja se for necessaryo e com tudo eu senhor, tenho o cuydado que se deve ter, nas coussa de seu serviço e deos me hajude e me dê a sua ora pera tudo yr a bom fim e porque Pelo de Goes e Luis de Goes que ora por aqui passam as mais novas de mim e da terra daram a V. A. saber das cousas de qua. E porque pera cousas de tanta ymportancia á mester muito grandes gastos e eu estou muito gastado e yndividado e não poder sofrer tamta gente de soldo como até quy sofry e já tres anos que pedy a V. A. me fizesse mercê de me dar licença e maneira de aver alguns escravos de Guiné per meu rasgate e o anno pasado me sayo que até não se acabar o contrato que era feyto se não podia fazer dando-me a entender que como fôra acabado serya provido pollo qual ya la escrevy a V. A. sobre yso não sey se me fez esta mercê, porque os navios não sam aynda vyndos, peço a V. A. que se me não proveo desta lycença que olhe quanto seu serviço ysto he quano pouco dano nem estorvo faz dar-me lycensa pera aver algumas peras descravos pera o melhor servir e a dom Pedro de Moura e a Manuell d'Albuquerque que mande vosa A. dar a provysan pera ysto.

Desta vylla d Olynda a 27 dabryll de 1542.

Servo de V. A. — Duarte Coelho, Sobrescrito: A El Rey noso senhor. De Duarte Coelho (Torre do Tombo, Corpo Chron. Parte 1, maço 71, doc. 145).

Dados Históricos da Ordem Carmelitana em Pernambuco

O povo pernambucano desde o início de sua formação histórica, começou a cultivar em seu coração uma terna e confiante devoção á Virgem Santissima do Carmo, e a acolher-se sob o maternal amparo do seu poderoso patrocínio.

Foi precisamente em Pernambuco, onde desembarcaram os primeiros carmelitas que aportaram ao Brasil (1580).

Estes religiosos eram frei Alberto de Santa Maria, frei Bernardo Pimentel, frei Antonio Pinheiro e frei Domingos Freire, que entre eles era superior.

Vieram em janeiro de 1580 a convite do serenissimo cardinal rei d. Henrique e em companhia do comandante da armada Fructuoso Barbosa (Memoria H. de frei Manuel de Sá, pags. 32 e 36).

Foi ahi, onde elles começaram a desdobrar sua actividade apostolica na obra civilizadora da catechese e propagação do Evangelho.

Foi ahi que começaram a implantar a salutar devoção á Nossa Senhora do Carmo.

Foi neste Estado, onde elles ergueram seu primeiro convento, em 1584, considerado ainda hoje, como o berço da Ordem Carmelitana no Brasil.

De sorte que os pernambucanos, bem se pode affirmar, foram os primeiros brasileiros que aprederam a amar a Maria Santissima e escuçar-se com seu celeste patrocínio.

Por isso não é de admirar vel-os, em todos os templos, invocal-a com todo o fervor de suas almas, e que, nas suas patrioticas luctas sustentadas contra os hollandeses, a Ella confiassem a victoria de suas armas, como nos narra a história pátria.

Para não citar outras, na famosa batalha de Taboças, por exemplo, da gloriosa guerra pernambucana, encontravam-se estes mal armados, exhaustos, quase em desanimo, em frente

no inimigo usurpador e herege, mais numeroso, mais forte, já triumphante em varias investidas.

Ia elle dar a carga final, para completar a victoria, com o desbarato decisivo dos pernambucanos.

Mas o commandante, catholico e singular devoto de Nossa Senhora, tem uma inspiração. Tira o chapéu e entôa a **Salve Rainha!** que as suas tropas repetem em côro: **Salve Rainha!**

Furiosos, os herejes, avançam, atacam.

Resistem os pernambucanos, cantando sempre a formosa oração.

O combate é tremendo; o cantico não cessa.

Aos poucos, porém, se vai transformando em aclamações de alegria e triumpho: **Salve Rainha!** (Conde Affonso Celso — Discurso proferido no 1.º Congresso Carmelitano Nacional, em dezembro de 1922).

Não menos fervorosos devotos da Virgem Mãe de Deus, foram os generaes que se celebrizaram na campanha dos **Independentes Pernambucanos**, os quaes ergueram, logo após, como ex-votos, como monumento de gratidão à excelsa Virgem, diversos templos, nos Guararapes, em Olinda, na Estancia, em També, etc.

A Santissima Virgem Maria foi servida inspirar tambem, aos descendentes daquelle povo de heroes a edificação de uma igreja sob o formoso titulo do Carmo, e um convento no mesmo local de um dos palácios do principe governador dos holandeses calvinistas.

E foi exactamente ahi, nesse antigo alcacer, que os pernambucanos, seguindo tal inspiração prepararam e estabeleceram a morada de sua celeste Guarda e Defensora: foi ahi, onde lhe levantaram um templo e um convento, como monumento de amor e gratidão.

Precisamente neste convento e nesta igreja, mais tarde, em 1909, foi proclamada, entre santos transportes de jubilo, **padroeira do Recife.**

No mesmo convento e na mesma igreja realizou-se, dez annos depois, em 1919, a mais solenne glorificação que tem prestado o Brasil Catholico á inelyta Mãe de Deus, sob o titulo do Carmo.

Poucos annos depois da restauração de Pernambuco, do dominio hollandes, occorrido em 1654, a comara de Olinda em homenagem aos bons serviços que naquelle tempo os religiosos carmelitas prestaram ao povo e aos governadores da capitania de Pernambuco fez-lhe doação de algumas pequenas

casas e do vistoso palacio da Bôa-Vista ou Schoonzit em idioma hollandês vulgarmente chamado palacio da Bôa Vista, situado no bairro ou povoação insular de Santo Antonio do Recife, e mandado construir em 1643, pelo conde Mauricio de Nassau, o qual posteriormente servira de quartel ao tenente Roque Ferreira.

Foi precisamente este palacio flamengo a primeira residencia dos Carmelitas (1). Ahi elles fundaram um hospital ou pequeno cenóbio e com o concurso do povo levantaram um oratorio ou capellinha (2). Foi escolhido para primeiro vigario prior da incipiente communitate carmelitana ahi recolhida o padre Frei Christovam de Christo.

Estabelecidos os religiosos na antiga cidade Mauricéa, uma vez preparado e terminado o modesto oratorio, nesté expuzeram á publica veneração dos fieis a vetusta e milagrosa imagem da Virgem Santissima do Carmo, a mesma que ainda hoje é cultuada na milagrosa basilica do Carmo do Recife, a qual, segundo corre a tradição, foi cuidadosamente trasida do antigo Reino de Portugal a Pernambuco, muito antes da invasão hollandesa, pelos missionarios carmelitas, que lhe dedicavam uma devoção toda particular e que, com grandes sacrificios, poderam po-la a salvo da furia iconoclasta dos herejes dominadores daquelles angustiosos tempos.

Com as esmolas offerecidas pelos fieis, traziam os frades o modesto oratorio sempre decorado e ornado, com lamparilha a arder dia e noite ante a dita imagem que occupava lugar preferido no altar e nos corações dos filhos do Carmelo. Estes, nas fervorosas praticas que dirigiam ao povo começaram a propagar a altissima dignidade, as glorias, sublimidades,

(1.ª) Pereira da Costa — Artigo publicado no *Diario de Pernambuco*, em 21 de setembro de 1922, sobre a basilica do Carmo.

(2.ª) Nas imediações daquelle lugar, antes da invasão hollandesa, segundo se infere de antigos documentos, parece haver existido uma ermida dedicada a Nossa Senhora do Desterro.

E' mais provavel fosse depois da invasão hollandesa — Na Historia da Guerra de Pernambuco e feitos memoraveis, escripta por Diogo Sant-Iago, no capitulo XI, encontramos que: Fernandes Vieira, promette na Batalha das Tabocas mandar fazer uma Igreja á Nossa Senhora dos Desterros.

Esta batalha e victoria sobre os inimigos, occoreu no dia 3 de agosto de 1645.

Nas *Memorias Historicas* de frei Manuel de Sá, encontramos, no capitulo 62, seguinte: a maior parte dos moradores do Recife, concorreram para que os religiosos fundassem o convento na villa, com o titulo de Nossa Senhora do Desterro — 1853.

dons e meritos singulares da Virgem Mãe de Deus do Monte Carmelo e para solidificar sua devoção, fundaram a Confraria do Santo Escapulario.

Mui prompto estendeu-se a salutar devoção acudindo os fieis a prostar-se ante a Virgem do Carmo e impor-se a sagrada prenda que Maria doara á sua preclara Ordem.

O culto e devoção á Rainha do Carmelo foi tomando logo grande incremento. O oratorio era por demais acanhado para satisfazer a piedade e veneração dos pernambucanos á Virgem do Carmo. Por outro lado o hospicio em que se achavam recolhidos os religiosos tornava-se pequeno para os diversos misteres da sua crescente communitade.

Pelo que, pouco tempo depois, no correr do mesmo anno de 1663, os carmelitas, a instancias dos pernambucanos, resolveram levantar um novo e mais vasto templo e convento nas immedições do hospicio, onde estavam estabelecidos, que fossem de accordo com as exigencias do desenvolvimento sempre crescente da população e communitade.

Ajuntado o grandioso plano, ajudado pelo povo e pelos escravos que eram offerecidos a Nossa Senhora, lançaram a pedra fundamental e deram logo inicio ás importantes obras, no dito anno, á frente das quaes se collocou o superior local, frei Christovam de Christo, e, embora as obras fossem mandadas obstar, pela Camara de Olinda, allegando falta de competente licença, foi esta requerida ao Soberano que, depois de longas e demoradas informações recebidas e observadas todas as complicadas formalidades daquelles bons tempos, afinal, benignamente attendeu á justa e pia aspiração dos religiosos e do povo pernambucano.

Emquanto corriam os annos e se procedia a edificação da nova e espaçosa igreja, o amor e devoção á Virgem do Carmo do Recife crescia extraordinariamente, sendo cada vez, com mais fervor invocada e visitada em seu primitivo e modesto santuario.

A tenra Virgem, desde então começou a obter do seu bemditissimo Filho as mais singulares graças para seus devotos clientes em cujo fervor operava maravilhas.

Estes, reconhecidos, mostravam uma santa emulação em honrar a Maria, acudindo com assiduidade á sua capellinha especialmente aos sabbados á hora crepuscular para unir-se aos filhos de Elias, que cobertos com suas capas brancas e velas accesas nas mãos, lhe entoavam entre outros canticos de louvor, segundo costume de sua antiga ordem, a ladainha Lauretana e a tradicional **Salve Rainha**,

Os favores da Virgem Mãe do Salvador, premiavam tanto amor e devoção, amparando com especial protecção a quantos a invocavam e veneravam.

Aos 5 de maio de 1679, a rogo do padre vigário prior, frei Christovão de Christo, e mais religiosos do hospício do Carmo, o governador da Capitania de Pernambuco, em nome de sua alteza real, concedeu-lhe uma sesmaria de cem braças de terra de salgado, ao redor das casas que o Senado de Olinda lhes dera para seu estabelecimento, ou recolhimento, em cujas acanhadas dependencias estavam mal acomodados, cercados de agua e no meio da maré.

De posse desses terrenos mui necessarios para ampliação e complemento da nova igreja e convento que tinha em construcção, puderam prosseguir os trabalhos do grande templo, sempre auxiliados pelas esmolas que recebiam do generoso e dedicado povo pernambucano, que, dia a dia se manifestava mais devoto de Nossa Senhora do Carmo e mais entusiasta pelo progresso e engrandecimento de sua Ordem.

Conquanto o magno e laborioso commettimento da construcção do vasto templo e convento se considerasse victorioso, muitas difficuldades tiveram ainda que vencer para o prosseguimento das respectivas obras, por se achar situado o local em terrenos alagados no meio das enchentes das marés.

Penosa e morosa se tornava a edificação naquelle sitio.

Contudo não desanimaram; firmes e constantes, confiantes na celeste protecção da Santissima Virgem, sem olhar os grandes obstaculos, que a cada momento se lhes apresentavam, supportando toda a sorte de sacrificios, foram paulatinamente continuando as obras, da grande fabrica, sendo até, obrigados a suspendel-as.

Entretanto, em 1683, achando-se já, uma parte do edificio destinada para convento concluida e em condições de ser habitada e havendo augmentado consideravelmente o numero de religiosos recolhidos no hospício, foi esta residencia dos Carmelitas da villa do Recife, elevada á dignidade da Casa Conventual sendo então, quando, provavelmente, se transferiram os frades para o novo cenobio.

Em 1685 assumindo o cargo de vigário prior do convento o padre frei Manuel das Mercês Reis, deu este activo religioso grande impulso ás obras do templo e com tão feliz exito que, em 1687, voltando de Goyanna o padre frei Christovão para

governar novamente o Carmelo recifense, a igreja estava já coberta e alguns de seus altares bem adeantados.

Foi precisamente nesta época, em que o virtuoso frei João de São José, na qualidade de commissario da Reforma turonica por elle introduzida em alguns conventos da ordem carmelitana, em Pernambuco, (3) tomou posse do convento do Recife, em virtude da ordem do provincial de Portugal, frei Francisco da Natividade, expedida a 22 de dezembro de 1686 e da Carta Regia de 27 de maio de 1687.

Favorecida a construção do templo por copiosas esmolas dos pernambucanos, puderam os religiosos tratar da conclusão da parte principal do mesmo. Entre os benfeitores daquelle templo merece salientar aqui, o governador d. João de Sousa que, em 21 de outubro de 1648, fez doação de uma data de terras para o patrimônio da nova igreja; o capitão Diogo Cavalcanti de Vasconcellos, alentado proprietario de Goyanna (4) que, por escriptura publica lavrada em 18 de agosto de 1685, se obrigou a mandar fazer á sua custa a riquissima capella mór, com todos os seus ornatos, paineis, respectivas tribunas, artistica abobada e bellissimas cadeiras de côro, de jacarandá, dotando-a, ainda, de valiosos paramentos, alfaias de ouro e prata, legando, demais em beneficio e para conservação da mesma capella, grande parte de seus bens e ordenando que uma lampada ardesse dia e noite, deante da veneranda imagem da augusta mãe dos Carmelitas a quem amava com todas as veras de sua alma.

Com o nobre gesto deste pio e insigne bemfeitor, foram logo comprehendidos os indicados melhoramentos, ficando ter-

(3.ª) Os religiosos carmelitas perpetuaram a memoria de este venerando prelado, fundador da supra indicada Reforma de mais estreita observancia em Pernambuco (e não fundador do actual convento, como, por engano affirmam alguns historiadores), pelos grandes serviços prestados á sua Ordem com um painel, a oleo, sobre madeira, com o retrato, em tamanho natural, com a seguinte legenda na parte inferior: *Vera effigies venerabilis p. fr. Joannes a Josepho, fundatoris Conventuum reformatorum in Statu Pernambuci.*

Este painel, que ainda se conserva no convento, revela muita antiguidade.

Alguns escritores, entre os quaes Loureto Couto, tecem a esse venerando carmelita elogiosos titulos de virtudes santas.

(4.ª) O capitão Diogo Cavalcanti de Vasconcellos, era usado com Catharina Vidal de Negreiros, irmã do Coronel Mathias Vidal de Negreiros.

minados em 1696, com essa magnificência e belleza de arte, que ainda hoje admiram.

Entrementes, iam sendo ultimadas as obras da capella mór, era conservada a sagrada e milagrosa icone no primitivo e modesto oratorio, onde continuava recebendo o preito de filial amor de seus innumerados devotos, que ansiosos suspiravam ve-la trasladada para seu novo throno.

Os documentos que encontramos disponiveis, pouco nos revelam a respeito do anno em que a nova igreja foi franqueada ao publico e ahi trasladada a devota imagem de Nossa Senhora do Carmo.

Comtudo é presumivel que tendo sido concluidas as obras da capella mór, como vimos, em 1696, bem como as da Capella do Santissimo Sacramento, fosse nesse mesmo anno, solenemente removida do primitivo oratorio a milagrosa imagem para seu novo e magestoso altar onde seria celebrado pela primeira vez o santo sacrificio da missa.

Estava então investido do cargo de vigario prior dos religiosos carmelitas, o padre frei João de São Philippe.

Sabedor ei-rei d. João V, o magnanimo, da grande obra que os carmelitas estavam edificando na villa do Recife e das grandes difficuldades para termina-las e attendendo aos serviços por elles prestados nas missões de catechese dos indios, houve por bem, acolher a Ordem do Carmo sob sua real protecção, por alvará de 7 de janeiro de 1716; e por um outro de 3 de fevereiro do anno seguinte concedeu ao convento do Recife uma *ordinaria* de rs. 50\$000 annuaes. (5)

(5.^a) *Continuação das obras da igreja e do convento.* — Em 1702 os religiosos carmelitas estavam prosseguindo a grande obra da igreja e do convento como consta de uma escripta de contrato e permuta de terras que elles fizeram com os padres jesuitas na qual se declara "que não podendo continua-las sem que o reitor do Collégio dos jesuitas do Recife, lhe largue para as ditas obras, as terras que o dito collegio tem fronteiras ao dito convento no lugar chamado **Bomba** da parte de baixo até o rio Capibaribe, digo da **Bôa Vista**, começando da testada de deante das casas de André Coelho, e della para a parte do dito rio, pelo que por escriptura publica, contractaram os jesuitas ceder aos religiosos carmelitas, as ditas terras, começando da boca da **Bomba**, da banda de baixo, até o rio Capibaribe, para fazerem o que bem lhe approuver, e em permuta desta terra os carmelitas cederam aos jesuitas, as terras que possuíam no bairro de Santo Antonio, na rua chamada **Trincheiras**, que comprehende cinco braças de testada até o fundo que lhe pertencia, pela escriptura que dellas fez Izabel da Sil-

No priorado do padre frei José do Espirito Santo, em 1743, ainda se trabalhava nas obras do templo de Nossa Senhora do Carmo, em auxilio das quaes d. João V, baixou uma ordem regia expedida em 17 de maio do mesmo anno, mandando dar aos religiosos do convento do Carmo, pelas sobras da Provedoria Real quatro mil cruzados para terminação de sua igreja e aquisição de um órgão, sino grande e outros objectos do culto.

Somente em 1767 realizou-se a completa conclusão das obras daquelle grande templo, como se vê na inscripção que figura num medalhão, no frontespicio do mesmo templo (6).

Conhecida a historia do primitivo oratorio e da erecção e conclusão do actual santuario, passamos agora a occupar-nos da celebre e antiquissima imagem de sua titular, Nossa Senhora do Carmo, excelsa padroeira do Recife, e do grande amor e veneração que os pernambucanos lhe consagram.

Esta antiga e milagrosa imagem de Nossa Senhora do Carmo é de tamanho mais que natural e esculpturada em cedro e, apesar de contar quase tres seculos, acha-se em estado de perfeita conservação. E' uma obra de fino gosto e de esmerada perfeição, tanto que leva a crer que o eximio artista que a esculpiu, tenha sido inspirado por Maria, que dirigiu o cinzel do inicio ao remate da maravilhosa estatua. E' de uma formosura suavemente grave e encantadora.

Sua belleza é tal que tudo nella resplandece gloria e amor.

Sim, gloria, cantam o niveo manto, a aurea corôa que cinge sua augusta fronte, o magestoso throno de nuvens e anjos que lhe serve de pedestal, a refulgente aureola, cujos raios se perdem no espaço da cúpula do seu camarim.

va, preta forra. com as suas confrontações, assim e da maneira que consta na dita escriptura”.

Livro de Tombo do Convento do Carmo— Recife — Em 1702 havia residentes no convento do Recife, cinco sacerdotes, a saber: Prior, frei Manuel da Assumpção; sub prior, frei João da Purificação; frei Domingos de Santa Maria; frei Thomaz de São José e frei Clemente de São Fructuoso.

(6.º) Em 1729, para ajuda das mesmas obras da igreja, e convento, Manuel Ferreira de Carvalho, doou, tres leguas de terras, com gado, sítos em Canna Brava, no sertão do Ceará Grande.

Gloria, a maior das glórias, a gloria da maternidade divina, esse menino, Filho de Deus e seu, que ostenta no braço esquerdo e estreita a seu coração.

Mas essa imagem tambem conta amor!

Sim, amor canta sua cabeça suavemente inclinada para melhor escutar as preces e supplicas humanas: Amor, seu rosto de rainha, de virgem e de mãe inspirando confiança a quantos lhe dirigem seus olhares, e, obrigando-os docilmente a prostar-se em sua presença.

E amor canta aquelle Escapulario, resumo e compedio das misericordias divinas; Escapulario que o menino Jesus ostenta em suas mãos porque elle só é o autor de toda a graça, e ostenta tambem Maria por haver sido ella aqueducto por onde veio á terra aquella misericordia.

Esta é a imagem querida dos pernambucanos.

A antiguidade, a belleza e o espiritalismo, qualidades eminentes para inspirar aos homens affectos ultra terrenos, formam nella um conjuncto tão feliz, tão harmonioso, tão perfeito que encanta e attrai a todos que a visitam.

Passemos a falar do vetusto e bello templo do Carmo, onde é venerada a milagrosa imagem de que até aqui nos temos occupado.

Já conhecemos dos primordios de sua historia. Resta-nos tratar de suas dependencias, bellezas e honrosos predicados recebidos.

Esta igreja pela sua grandeza, estructura e bellas disposições, é um verdadeiro monomunto de arte, é uma das mais notaveis de Pernambuco.

Como todas as construções antigas é de uma solidez capaz de affrontar os seculos.

As paredes externas medem 2 metros e 10 centimetros de grossura.

O frontespicio é gracioso, apresentando artisticas decorações, em forma de arabescos.

Sua torre esbelta e majestosa, attinge a altura de 50 metros. No centro e na parte mais elevada da fachada, é vista, em um nicho, uma grande e antiquissima estatua da Virgem do Carmo, esculpturada em pedra.

Um pouco abaixo, dos lados direito e esquerda de quem entra, vêm-se duas outras estatuas respectivamente dos Santos Elias e Elizeu, iniciadores da vida monastica no Monte Carmelo.

Entrando no santuario, a impressão é a mais agradável: achamo-nos em um espaçoso recinto, dividido em tres naves; a forma e disposição architectonicas revelam-nos que o estylo é barroco.

Consta de tres capellas e doze altares, sendo nove destes no interior e tres na parte posterior do templo.

A capella mór onde se venera a milagrosa imagem de Nossa Senhora do Carmo, prima pela sua rica architectura e artistica esculptura.

Entre as tribunas figuram lindos paineis representando alguns dos principaes santos da gloriosa Ordem Carmelitana. Vêem-se, tambem outras finas pinturas, uma preciosa e admiravel abobada, artezoadada, magnificas cadeiras côraes, de jacarandá, lateralmente dispostos em dupla serie e divididas por elegantes colunas salomonicas, sobre as quaes assentam os seus respectivos frontaes, tudo de primorosa talha, unicas no seu genero em todo o Norte do Brasil, dando todo esse conjunto uma perspectiva grave, bella e majestosa. (7)

No centro do côro da capella destaca-se artistico castiçal lacrado em preciosa madeira, dourada, em contorno do qual se acham representadas, em alto relevo, figuras allegoricas á Santissima Virgem.

Este grande e bello castiçal, sustenta, rico cirio ou vela caprichosamente ornamentada, denominada *Vela Maria*, cujo uso foi adoptado, de tempos immemoriaes; em todas as igrejas carmelitanas de Portugal e do Brasil, em piedosa memoria de duas miraculosas aparições de Nossa Senhora do Carmo, no côro, de dois conventos da Ordem, em occasião em que os religiosos estavam ali, cantando a *Salve Regina*.

Esta vela só é accesa nos sabbados e festividades de Nossa Senhora.

FREI ANDRÉ MARIA PRATT

(7.^a) Ao lado do Evangelho, junto ao altar, descansam os despojos mortaes do insigne bemfeitor e instituidor desta capella, o capitão Diogo Cavalcanti de Vasconcellos, como se via do seguinte epitaphio, gravado em uma grande e pesada pedra que sellava e sepultura: *Deposito dos ossos do capitão Diogo Cavalcanti de Vasconcellos, o doador desta capella, insigne bemfeitor, os quaes se trasladam da matriz de Goyana e uniam os de sua mulher e avó, ao Convento do Carmo do Recife — Agosto 28 de 1703.*

Esta lage se encontra hoje no Instituto archeológico onde foi recolhida em 1898.

8.^a Cronica Carmelitana,

Relatório do secretário perpétuo relativo ao ano de 1932

Já sabeis que sou demasiadamente sintético, de modo que os meus chamados relatórios anuais não passam de síntese dos nossos trabalhos.

Realizámos, durante o ano, dezoito sessões, inclusive tres públicas memorativas das magnas datas históricas de Pernambuco e uma de assemblea geral.

Dêsde a implantação do regime revolucionário vem o Instituto sentindo a necessidade dum presidente de fato e de direito.

Associação, nimiamente conservadora, quando acertamos num nome para um cargo, fixamo-lo pelas reeleições. Assim é que monsenhôr Muniz Tavares, sem titulo de perpetuidade, presidiu o Instituto pelo espaço de quatorze anos, isto é, dêsde a fundação do nosso sodalício até a morte daquêle grande varão. Nos nossos dias, uma vez eleito presidente, d. Luís de Brito tève o seu mandato renovado até o em que Deus o chamou. Com o dr. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti se deu o mêsmo. Estève na presidência por dilatados anos até que se transferiu para o Rio de Janeiro. Substituiu-o o desembargadôr Silva Rêgo. Contava já algumas reeleições quando rebentou o movimento revolucionário. Com o encerramento de sua vida de magistrado, entendeu que devia de afastar-se por completo de toda atividade social. Debalde o reelegemos, esperando que em nosso meio encontrasse confôrto para o golpe que o ferira. No ano passado, estando em Pernambuco na época das eleições o nosso antigo presidente dr. Pedro Celso a quem o Instituto tanto deve, chamamo-lo novamente á presidencia, na esperança de reatar a tradição da casa. Foi uma ilusão passageira. Esse nosso guia e amigo retornou ao Rio de Janeiro após alguns mêses, parecendo que não mais se fixara entre nós. Sucedeu-lhe, no exercício, o 1.º vice-presidente, o prof. Gervasio Fioravanti, que é uma das colunas em que se apoia o Instituto e o mais antigo dos sócios que o frequentam. Mas

êsse nosso amigo, por sua vez, alegando motivos justos, passou o exercício ao seu substituto legal, prof. Metódio Maranhão, que se vem mostrando á altura do cargo.

Tem assim o Instituto de quebrar a sua tradição e, na próxima sessão de assemblea geral, escolhêr um presidente de fato e de direito, no pequeno grupo dos que a frequentam com assiduidade.

O movimento de socios foi diminuto. Tivemos apenas um efetivo a mais, que entrou na vaga do nosso chorado companheiro Ambrósio de Barros Leite — o dr. José Rodrigues de Carvalho e dois correspondentes, — os drs. António Raposo e Getúlio César.

Perdemos, por morte, além de Ambrósio de Barros Leite, que era a tradição viva de Olinda, os correspondentes D. José de Oliveira Lopes e dr. Ulisses de Carvalho Soares Brandão e o honorário Alberto dos Santos Dumont.

Cabem aqui uns ligeiros comentários.

O nosso número de sócios efetivos é restrito a cinquenta e o quadro está completo. Ha uma disposição estatutária, nunca aliás observada, que manda considerar resignatário o sócio efetivo que, sem motivo justo, deixa de comparecêr ás sessões durante um ano. Temos no caso talvez uma boa metade. Outros há que apenas comparecem a uma sessão para livrar-se do dispositivo estatutário. Fica, assim, o Instituto privado de rejuvenescer o seu quadro.

Parece-me que, como medida conciliatória seria útil a próxima Assembleia geral autorizar a diretoria a passar para a classe dos correspondentes, que estão isentos da frequência, os sócios efetivos que se não interessam pelos nossos trabalhos. Assim, poderíamos, abertos claros, trazêr para o nosso grêmio alguns estudiosos que nos nos auxiliariam e que não o fazem por estar o quadro completo.

Mercê de Deus, o Instituto continúa a merecêr o conceito do público. Rara a semana em que não recebe uma oferta — seja um manuscrito, seja uma moeda, seja uma medalha, seja um objeto histórico. Dentre as ofertas do ano, devemos destacar as pistolas que pertenceram a Manoel Pereira de Moraes, que foi um dos cabêças da revolução liberal de 1848, homem de tamanha influência que aquêle movimento era também conhecido por guerra do Moraes, nas classes menos cul-

A salientar, também, que a ação do Instituto não se tem limitado a estudos de gabinete.

Tivemos o prazer de vêr concretizado em realidade o sonho dum monumento sôbre o reduto de Tejuco-papo, onde a mulher brasileira infligiu terrível derrota aos holandêses; identificamos, no engenho Nôvo de Muribeca, a casa em que Moraes, considerado autôr do primeiro Dicionário da lingua portugûesa, se consagrava às suas labutações filológicas e temos esperanças de vê-la em breve assinalada; determinamos e breve assinalaremos o local em que os holandêses levantaram, nos Afogados, o forte do Príncipe Guilherme; temos procurado corrigir algumas grafias, como as relativas a Jiquiá e a Tejipiô.

E' sabida a campanha que o Instituto vem travando, de ha anos, quanto á prática do apagamento dos nomes tradicionais de ruas, de localidades; contra homenagens a pessoas vivas em nomes de ruas e de localidades; contra a posição de retratos, em repartições públicas, dos dirigentes do dia. O govêrno revolucionário apoiou, nos primeiros dias, essa campanha, fixando em decreto as ideas do Instituto.

Isto, porém, deveria sêr uma prática nacional e não restrita a Pernambuco.

Dirigimo-nos, neste sentido, aos Institutos congêneres. E temos o prazer de anunciar que os govêrnos do Pará e do Ceará seguiram o exemplo de Pernambuco. Ali, como aqui, mercê da ação do nosso Instituto, os nomes tradicionais começam a sêr respeitados, abolida a prática bajulatória que nos envergonhava.

E é assim que o Instituto se impõe e continua a impôr-se no conceito do público.

Atas das Sessões

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO, AOS 13 DE JANEIRO DE 1927

Aos 13 dias de Janeiro de 1927, reuniu-se o Instituto, sob a presidência do dr. Desembargador Silva Rêgo, secretariado pelo Dr. Mário Melo 1.º secretário, e Santa'ana Araujo, servindo de segundo, tendo comparecido mais os snrs. dr. Neto Campelo, prof. dr. Gervasio Fioravanti, Dr. Samuel Campêlo, Dr. Ulisses Brandão, Ambrosio Leite e Antonio da Cruz Ribeiro.

Ao abrir-se a sessão o presidente congratulou-se com os confrades pelo reinício dos trabalhos sociais no ano corrente e pelo regresso do secretário perpetuo Dr. Mário Melo, que fôra ao Espirito Santo representar Pernambuco no 8.º Congresso Brasileiro de Geografia.

O Dr. Ulisses Brandão diz que eleito socio correspondente e depois socio benfeitor, ainda não tivera oportunidade de assistir como membro da companhia, a uma sessão do Instituto. Agradece a distinção que lhe prestaram e aproveita o ensejo para oferecer ao Instituto as insignias maçônicas de Manuel de Carvalho Pais de Andrade, o original da nomeação de Manuel de Carvalho para senador, a 11 de Janeiro de 1834, subscrita pela junta da Regencia — Lima e Silva, João Braulio, e Antonio Chichorro da Gama e a nomeação, pela mesma junta, a 2 de Fevereiro de 1834, de Manuel de Carvalho para presidente da provincia de Pernambuco, bem como as notas biograficas de D. Filadelfia de Carvalho, ultimamente falecida sobre seu pai, o presidente da Confederação do Equador.

O presidente pôs em relevo os serviços prestados ao Instituto pelo Dr. Ulisses Brandão, quer escrevendo a historia da Confederação do Equador, quer cedendo ao mesmo o premio que lhe coubera, e agora fazendo essas ofertas, que o Instituto recebe com o maior agrado.

O Dr. Gervasio Fioravanti, lembra ao Instituto que na data da sessão, em 1825, fôra fuzilado Frei Caneca, o primeiro constitucionalista brasileiro, como provará num trabalho que está escrevendo, e exalta o papel de frade patriota no movimento federalista de 1824.

O Dr. Mario Mello diz que, como membro do 8.º Congresso brasileiro de geografia, teve oportunidade de, em companhia do General Rondon, visitar os indios crenagues, da região do Rio-Doce, territorio de Minas Gerais e os indios nacuaques, da região do rio Pancas, territorio de Espirito Santo,

uns e outros botucudos, da grande familia gés. Na tribu dos primeiros adquiriu dois batoques de madeira dos que usam os indios nos lóbulos das orelhas e no labio inferior e ofereceu-os ao Instituto. Igualmente, em nome da familia de José Mariano, oferece a capa de uma almofada de sêda, com inscrições douradas, dada ao grande democrata pelos veteranos da guerra do Paraguai.

O Dr. Gervasio Fioravanti comunica ao Instituto o falecimento do poeta Faria Neves Sobrinho. Embora não fizesse parte do quadro social, foi um vulto notavel nas letras pernambucanas. Requer um voto de pesar, o que é aprovado.

Antes de terminar a sessão, o presidente convida o Dr. Ulisses Brandão, para realizar uma conferencia a 27 do corrente, data anniversaria do Instituto e da restauração de Pernambuco do dominio holandês, comprometendo-se o convidado a atender.

Nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão.

Artur da Silva Rêgo,

1.º Vice-presidente em exercicio.

Mário Melo,

1.º Secretário Perpetuo.

J. Felipe Monteiro,

2.º Secretário.

SESSÃO PUBLICA E EXTRAORDINARIA EM COMEMORAÇÃO AO 273.º ANIVERSARIO DA EXPULSÃO DOS HOLLANDÊSES E 65.º DA FUNDAÇÃO DO INSTITUTO, REALIZADA AOS 27 DE JANEIRO DE 1927.

A's vinte horas do dia 27 de Janeiro de 1927, presentes no Instituto o Snr. 1.º Vice-presidente desembargador Silva Rêgo, em exercicio de presidente, Dr. Mário Melo secretário perpétuo, Filipe Monteiro, 2.º secretário, com a presença do Exmo. Snr. Dr. Estacio Coimbra, governadôr do Estado, acompanhado de seu secretário Dr. Sebastião Lins e ajudante de ordens Capitão A. Rodrigues; do Exmo. Snr. Arcebispo D. Miguel Valverde, acompanhado de sua casa eclesiástica; do Dr. Pessoa Guerra, Prefeito do Recife; do Tenente Pinto Pessoa, representante do Exmo. Snr. General Pamplona, comandantes do distrito militar, varias pessoas gradas e familias, abrindo a sessão o 1.º Vice-presidente em exercicio em breve discurso, disse que o Instituto, fiel ao seu passado, mais uma vez comemorava a data de 27 de Janeiro, gloriosa para Pernambuco, por ter sido, nesse dia, ha 273 anos, que os pernambucanos entraram vitoriosos na cidade Mauricia, depois da completa explusão dos hollandeses, e tambem por ter sido fundado o Instituto nesse mesmô dia, em comemoração ao feito gloriôso.

Não trataria dos sucessos e revezes de nossos feitos de armas, porque ia faze-lo a palavra autorizada do Dr. Ulisses Brandão, que gentilmente acedêra ao convite,

Regosijava-se por ver ali as mais altas autoridades do Estado, civis, eclesiásticas e militares e convida ao Exmo. Snr. Dr. Estacio Coimbra, Governadôr do Estado, para presidir a sessão.

O Snr. Dr. Estacio Coimbra agradeceu a honra que lhe era conferida, exaltou a ação do Instituto, e deu a palavra ao secretário perpétuo para lêr o relatório do ano social, como é de praxe.

O Secretário Dr. Mário Melo tratou dos trabalhos durante o ano findo, salientando o fato excepcional — não morrera durante o ano socio algum— relatou como a Prefeitura do Recife erigira o monumento evocativo da porta Norte do Recife onde se dêra a rendição dos holandêses; lamentou não houvesse o Congresso do Estado tomado medidas contra o nosso desbaratamento artistico, cujo grito fôra dado em Pernambuco, pelo nosso consocio o Snr. Felipe Monteiro, e repercutira no sul, e terminou mostrando ter o nosso Estado necessidade de, quanto antes, fundar um museu histórico, como existem em S. Paulo, Baía. Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul.

Foi então concedida a palavra ao Dr. Ulisses Brandão que pronunciou formosa conferencia, calcada nos documentos que existem nos arquivos de Haya e nas cartas intimas do Padre Antonio Vieira, segundo as quais, é fôra de duvida que a restauração de Pernambuco foi um esforço dos pernambucanos em desespero de causa, quando D. João 6.^o havia mandado diplomatas à Holanda negociarem a entrega de Pernambuco aos conquistadôres e escrevia ao Governador geral do Brasil, mandando castigar Henrique Dias e Camarão como máus patriotas, por se haverem insurgido contra os invasores.

Ao terminar, não havendo mais quem quizesse utilizar-se da palavra, o Dr. Estacio Coimbra deu por finda a sessão.

Assinaram o livro de presença os seguintes sócios: Desembargador Silva Rêgo, Dr. Mário Melo, professor Felipe Monteiro, D. Miguel Valverde, Dr. Ulisses Brandão, Dr. Neto Campêlo, Dr. Gervasio Fioravanti, Antonio da Cruz Ribeiro, Dr. Methodio Maranhão, Dr. Sebastião Galvão, professor Eustorçao Wanderlei, M. J. Santana Araujo, professor Gaspar Regueira Costa, Dr. Samuel Campêlo e Dr. Anibal Fernandes.

Após a sessão, o Dr. Governador, o Arcebispo D. Miguel Valverde e o prefeito examinaram a galeria de retratos e algumas das coleções do Instituto.

O museu histórico estêve expôsto ao publico durante a noite, sendo muito visitado.

O policiamento do edificio foi feito por uma turma de seis guardas civis. Tocou durante a sessão a musica da força publica do Estado.

Ao Dr. Mário Melo, transmitiu o Dr. Pedro Celso, presidente efetivo, o seguinte telegrama:

“Rio 27 — Congratulações Instituto data relembra prestigio valor integros pernambucanos. Saudações. — Pedro Celso”

Artur da Silva Rêgo,

1.^o Vice-presidente em exercicio.

Mario Mélo,

Secretário Perpétuo.

Felipe Monteiro,

2.^o Secretário

ASSEMBLEIA GERAL

ACTA DA SESSÃO DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO, AOS 12 DE FEVEREIRO DE 1927

Aos 12 de Fevereiro de 1927, reuniu-se o Instituto em assembleia geral anual sob a presidência do Desembargador Silva Rêgo, secretariado pelo Dr. Mário Melo, secretário perpétuo, e Felipe Monteiro, segundo secretário, tendo comparecido os Snrs. socios: Dr. Neto Campêlo, Dr. Tomé Gibson, Dr. Arnobio Marques, Dr. Otto Lynch B. de Mélo, Dr. Zeferino Agra, Dr. J. de Medeiros Peretti, M. J. de Santana Araujo, Dr. Sebastião Galvão, professor Rodolfo Lima, Dr. Ulisses Brandão, Dr. José de Barros Lima, Dr. Oscar Brandão, Dr. Carlos P. da Costa, Antonio da Cruz Ribeiro, Dr. Fernando Barroca, e Dr. Samuel Campêlo.

Lidos os artigos referentes ás assembleas, como houvesse numero suficiente, como precitua o regulamento, o Srr. presidente declarou aberta a sessão. Aprovada a ata anterior, o 1.º secretário procedeu á leitura de uma carta do Dr. Pedro Celso, em que dá conta de sua missão como representante do Instituto no 8.º Congresso de Geografia e declara que, demorando-se na Capital Federal, não pode aceitar cargo electivo na directoria a eleger-se.

Foram registradas as seguintes ofertas: 1.º e 2.º vol. do tomo especial da "Revista do Instituto historico brasileiro", relativos ao Congresso internacional de historia da America; "Memorias historicas e politicas da Baía", 1.º vol. anotado por Braz Amaral; "Cartas de Velhena" anotadas por Braz do Amaral, "Memoria sobre a medicina na Baía", pelo Dr. Antonio Pacifico Pereira; "O teatro na Baía", por S. Bocanera Junior; "A igreja de S. Francisco" por Frei Matias Leves; "Vida economica e financeira da Baía", "Boletim geologico do Mexico"; "Boletim da União Pan Americana"; "Geografica Review"; Revistas dos Institutos historicos de Sergipe, e Alagoas e da Baía; "Galeria dos presidentes de S. Paulo", pelo Dr. Eugénio Egas.

Passando-se á eleição por escrutinio secreto, foram eleitos: presidente Desembargador Artur da Silva Rêgo; 1.º 2.º 3.º vice-presidentes professores Drs. Manuel Neto Campêlo, Gervásio Fioravante, P. Ferreira e Methodio Maranhão, este por unanimidade; oradores Drs. Samuel Campêlo e Oscar Brandão; 2.º secretário, professor João Felipe Monteiro; tesoureiro, Antonio da Cruz Ribeiro; suplentes de secretário, Dr. Fernando Barroca e professor Jeronimo Gueiros; comissão da Revista Drs. Mário Mélo, Samuel Campêlo e Tomé Gibson; comissão de sindicancia, Snrs. Bezerra de Mélo, conego Henrique Xavier e Dr. Gervásio Fioravanti; comissão de manuscritos Dr. Turiano Campêlo, professor Gaspar Rigueira e Ambrosio Leite; comissão de historia e Geografia, Drs. Neto Campêlo, Carlos Pereira da Costa e Estevão Pinto; comissão de fundos e orçamentos, Dr. Zeferino Agra, conego Jeronimo d'Assunção e Santana Araujo; comissão de Arqueologia e etnografia abade D. Pedro Roeser, Dr. João Peretti, e Dr. Arnobio Marques.

Proclamado o resultado da eleição, o Desembargador Silva Rêgo agradeceu a prova de confiança que lhe davam seus companheiros. Provavelmente não daria ao cargo o brilho que lhe emprestou seu antecessor Dr. Pedro Celso, mas fará o que em suas forças estiver para que o Instituto não desmereça de sua confiança, digo, não desmereça de sua nomeada.

Em seguida deu posse aos eleitos.

Atendendo a que o Dr. Pedro Celso é um dos mais antigos socios do Instituto; foi seu presidente por mais de cinco anos, cargo em que prestou relevantes serviços, deixando de ser reeleito por ter-se mudado para o Rio de Janeiro, foi propôsto que, de acôrdo com o art. 17 dos Estatutos, seja aclamado presidente de honra, o que foi aprovado.

Obtendo a palavra, o Dr. Ulisses Brandão lê uma série de considerações, também subscriptas pelo Dr. Mário Melo, sobre a questão territorial de Pernambuco com a Baía; faz ver que a 15 de Outubro proximo completar-se-ão cem anos que foi, provisoriamente, incorporada á Baía a antiga comarca do Rio S. Francisco. Se Pernambuco não promiser uma acção de reivindicacão ao Supremo Tribunal ou não fizer um protesto Judicial até aquela data, dar-se-á a prescriçãõ centenaria ou imemorial e perderemos nosso direito de reivindicacão. Propõe seja nomeada uma comissão para entender-se com o Exmo. Governador do Estado sobre o assunto, a fim de que sejam resguardados os sagrados direitos de Pernambuco á integridade de seu territorio.

O Dr. Gervasio Fioravanti, diz que se trata de um magno assunto e está certo de que todos aplaudirão a idéa do Dr. Ulisses Brandão. O Dr. Fernando Barroca enaltece o trabalho do Dr. Ulisses Brandão em nome de todos os pernambucanos, pelo carinho com que tem tratado do assunto. O Dr. Oscar Brandão pede seja registrada essa proposta, que é trazida ao Instituto justamente no dia do 3.º aniversario da morte de Gonçalves Maia, que foi o representante de nossos direitos no Congresso de limites e que sobre o caso publicou exaustivo trabalho.

Aprovada a proposta, o presidente declarou que nomeava os Drs. Neto Campêlo, Gervasio Fioravanti, Ulisses Brandão e Mário Melo para se entenderem com o Snr. Governador sobre o assunto.

O professor Felipe Monteiro, lembrando a necessidade de medidas contra o nosso patrimonio artistico, mostra um anuncio de jornal em que determinado individuo promete comprar por bom preço objetos de mais de cem anos.

O Dr. Carlos Pereira da Costa faz considerações sobre as festas com que a Prefeitura vai festejar o centenário da elevação do Recife a Capital, encarregando o Instituto o seu secretário perpétuo, para tratar do assunto com o chefe do executivo municipal.

Nada mais havendo a tratar, o presidente congratulou-se com os companheiros pela presença de tão animador numero de socios á reunião, prova de que não está minguado o amor

à instituição, e concluiu todos a continuarem a interessar-se pelos trabalhos e deu por finda a sessão.

Artur da Silva Rego,
Presidente.

Mário Melo,
Secretário perpétuo.

Samuel Campêlo,
Servindo de 2.º secretário.

SESSÃO ORDINARIA EM 3 DE MARÇO DE 1927

Reuiu-se o Instituto Arqueologico, em sessão ordinaria, aos 3 de Março de 1927, sob a presidencia do Desembargador Silva Rêgo, secretariado pelos Drs. Mário Melo e Samuel Campêlo, secretário interino, com a presença dos socios Dr. Oscar Brandão, orador; Antonio da Cruz Ribeiro, tesoureiro; Ambrozio Leite e M. J. Santana Araujo.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o 1.º secretário deu conhecimento de dois telegramas de Petrolina em que o Dr. Sá Cardozo e o Snr. João Clementino, representantes das sociedades locais, aplaudem a alitude do Instituto no caso da questão territorial do Rio São Francisco, e uma carta do Snr. Jeronimo A. Figueira de Mélo, conselheiro da embaixada brasileira junto á Santa Sé, em que pede trabalhos brasileiros para a bibliotheca espano-Americana, "Razon e fé", de Madrid.

O presidente declara que a comissão designada, depois de obtida uma audiencia, expôs ao dr. Estacio Coimbra, governador do Estado, que a 15 de Outubro proximo se completam com anos de incordação provisória á Baía, do antigo territorio, comarca do rio S. Francisco: se o Estado de Pernambuco não propuser uma ação de reivindicação perante o Supremo Tribunal ou não fizer um protesto judicial, antes daquella data, para interromper a prescrição, poderá a Baía alegar mais tarde a posse imemorial ou centenaria. O Dr. Estacio Coimbra louvou o zêlo do Instituto e prometeu intervir a fim de interromper a prescrição, reiterando-se a comissão plenamente satisfeita.

O tesoureiro apresentou á mēsa o balancete da receita e despēsa do ano de 1926, acompanhado de documentos. O presidente mandou á comissão de fundos e orcamentos, composta dos Snrs. Zeferino Agra, Conego Jeronimo d'Assunção e Santana Araujo.

Nada mais havendo, lembra o presidente a passagem no dia 6 de Março proximo, de mais um aniversario da gloriosa revolução republicana de 1817, fato que o Instituto nunca deixou de comemorar, designa o Dr. Oscar Brandão para orador official da solenidade, que constará de uma sessão publica e encerra os trabalhos.

O Sr. Carlos Regadas Filho ofereceu ao Instituto um pequenino peixe sêco da espécie vulgarmente conhecida por "Cavalo Marinho", colhido em aguas do Capibaribe, que não é o habitat desses peixes.

Artur da Silva Rêgo,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretário.

Samuel Campêlo,
2.º Secretário ad-hoc.

SESSÃO PUBLICA EM 6 DE MARÇO DE 1927

Ao abrir-se a sessão o Desembargador Silva Rêgo, presidente do Instituto, disse que era dever de todos os brasileiros festejar a grande data que relembra a revolução republicana de 1817, única, do periodo colonial, digna desse titulo, e de cultuar a memoria dos idealistas, que por ella se imolaram. Dessa missão sagrada nunca se afastou o Instituto Archeologico, desde sua fundação, e para isso ali estavam reunidos.

O feito seria lembrado pelo orador da casa Dr. Oscar Brandão, a quem dava a palavra.

Acolhido com palmas ao subir a tribuna, o órgão do Instituto pronunciou substancioso discurso, em que estudou o glorioso acontecimento em todas as suas frases e terminou confrontando a republica de 1817 com a de 1889, cujos idéais, na ultima, tem sido tão desvirtuados que por vezes provoca reacções, até o recurso extremo da guerra civil.

Em seguida o professor Eustorgio Wanderlei pronunciou algumas palavras para oferecer ao Instituto o esboço de um quadro historico relativo á organização da bandeira da revolução de 1817, que é hoje o simbolo do Estado, explicando todas as minuncias do seu projéto.

Não havendo mais oradores, o presidente agradeceu a presença de quantos tinham ido á séde social cumprir o seu dever cívico de cultuar a memoria dos nossos maiores e encerrou a sessão.

Dos socios compareceram o presidente Desembargador Silva Rêgo, o secretário perpétuo Dr. Mario Melo, o segundo secretário professor J. Felipe Monteiro, orador Dr. Oscar Brandão, M. J. de Santana Araújo, Ambrosio Leite e professor Eustorgio Wanderlei.

O Exmo. Dr. Estacio Coimbra fez-se representar pelo seu ajudante de ordens Capitão Antonio Rodrigues e mandou uma banda de musica da força publica do Estado tocar na festividade.

Artur da Silva Rêgo,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretário perpétuo.

Samuel Campêlo,
2.º Secretário ad-hoc.

SESSÃO ORDINARIA, EM 24 DE MARÇO DE 1927.

Sob a presidência do Dr. Silva Rêgo, reuniu-se o Instituto, secretariado pelo Dr. Mario Mélo e Samuel Campêlo, presentes os Srs. socios Dr. Oscar Brandão, Antonio da Cruz Ribeiro, e M. J. de Santana Araújo.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o 1.º secretário acusou o seguinte expediente: uma carta da Associação das Estradas de Rodagem de S. Paulo, pedindo as publicações do Instituto, outra da Geographische Gesellschaftem Hamburgo no mesmo sentido e mais os oferecimentos seguintes: Revista do Instituto do Rio G. do Sul, ano 7.º, 1927; Boletim da Bibliotéca Nacioanal de Quito; Boletim do Ministerio da Agricultura ano 15 n.º 6; Arquivo Municipal do Rio de Janeiro, Boletim Demografico de S. Paulo, Memórias do Instituto de Butantã de São Paulo; La Geographie, 1926; Revista do Centro de Sciencias Letras e Artes de Campinas; Boletim do Museu Nacional; Aspectos do Piauí, de Abdias Nunes; Boletim da União Pan-Americana; Hero Amerikanisches archiv. Tivemos ainda as seguintes ofertas: a bússula do hidro Avião "Plus Ultra" de Ramon Franco que a jogou na altura de Ponta de Pedra — oferta do Coronel J. Mélo Filho e uma medalha de prata comemorativa da Exposição geral de Pernambuco de 1924 — dádiva da comissão executiva.

O Dr. Mário Melo diz que, tendo viajado ultimamente de Natal ao Recife a bordo do hydro-avião do comandô do major Sarmiento de Beires, tomou a bordo num caderno, as suas impressões de viagem. Sendo o primeiro socio do Instituto que faz uma travessia inter-estadual pelos ares, oferece esse caderno ao Instituto.

Obtendo a palavra, o Dr. Oscar Brandão, diz que a proposito dessa travessia, não pode conter a sua indignação contra a falta de patriotismo de certa imprensa, que aproveitou o momento para extravasar odios ou despeito contra um confrade querido por todos e a quem todos os pernambucanos tem o dever de admirar pelo esforço com que se dedica á reconstrução do nosso passado histórico, pela sua operosidade na imprensa, pelo carinho com que defende tudo quanto diz respeito á grandeza de Pernambuco. Lança ao Instituto, que é o tribunal da nossa historia, o seu protesto, como sinal de desagravo á exploração que se pretendeu lançar em torno do confrade.

O Sr. Samuel Campêlo pede que esse protesto não seja pessoal, mas coletivo. Era sua intenção faze-lo, tendo-se adelantado o seu colega Dr. Oscar Brandão, cujas palavras e conceitos esposa.

O presidente reafirma a sua solidariedade ao 1.º secretário e põe a votos o protesto do orador, que é unanimemente aprovado, abstenendo-se de votar o Coronel Cruz Ribeiro e Dr. Mario Mélo.

O Dr. Mário Melo agradece mais esta prova de consideração de seus colegas.

O Sr. Santana Araújo, como membro da comissão de finanças, apresenta o parecer, tambem assinado pelo Dr. Zefepino Agra e Conego Jeronimo d'Assunção, de aprovação ao ha-

lancete do ano de 1926, com referencias elogiosas ao tesoureiro Snr. Coronel Cruz Ribeiro.

O parecer, que foi unanimemente aprovado conclue: "A comissao chama a atengão do Instituto para o estado próspero das finanças da sociedade, devido aos esforços e lisura com que são applicados os dinheiros que estão sob sua guarda, merecendo mensao especial na presente sessão".

O Dr. Mário Melo comunica á casa o falecimento do Dr. Manuel Gomes de Matos, o decano dos socios do instituto, em cujo cadastro figura desde 1880 e pede que, em homenagem á sua memoria, seja suspensa a sessão e lançado na ata um voto de pesar, o que é aprovado. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos.

Artur da Silva Rêgo,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretário perpétuo.

Manuel J. Santana Araújo,
2.º Secretário ad-hoc.

SESSÃO ORDINARIA EM 12 DE MAIO DE 1927

Presidencia Do Ddor. Silva Rêgo

Reunido o Instituto, sob a presidencia do Dr. Ddor. Silva Rêgo, secretariado pelo Dr. Mario Melo 1.º secretário, Santana Araújo 2.º secretário ad-hoc, presentes mais os Srs. socios Dr. Oscar Brandão, Ulisses Brandão, A. da Cruz Ribeiro e Ambrosio Leite, o Snr. presidente abriu a sessão.

Ao abrir-se os trabalhos, o presidente referio-se ao falecimento do ministerio Viveiros de Castro, sócio do Instituto Historico Brasileiro e autôr de valiosos trabalhos históricos, pedindo um voto de pesar em ata; O Snr. Santana Araujo faz igual pedido, quanto ao Dr. Correia de Araujo, estadista notavel e nomem publico a quem o nosso Instituto deve favores; o Dr. Mario Melo igualmente pede o mesmo para o escritor Martim Francisco, um dos mais brilhantes talentos do nosso tempo. Todos os pedidos foram aprovados.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o 1. secretario deu conta do expediente: Carta do Dr. C. Pereira da Costa, comunicando que reaparecerá neste mês a "Revista de História de Pernambuco," para publicação das obras de seu pai, com auxilio monetario do Governador, sob as vistas do Snr. Gilberto Freire e pedindo ao Instituto delegar tambem tres sócios para o mesmo fim; proposta para sócios efetivo do Dr. Joaquim Amazonas, professor da Faculdade de Direito, e correspondente o aviador Ribeiro de Barros; Ofertas: pelo Snr. João Pessoa Guerra a tranca de ferro e uma bala do arruinado Forte de Santa Cruz de Itamaracá; pelo Prefeito de Olinda, a carcassa do cágado que pertenceu ao Dr.

Cosme de Sá Pereira e teve mais de 200 anos de vida; pelo Snr. Joaquim Couceiro uma velha fechadura com chave; pelo Amirante Henrique Boiteux um exemplar de sua obra "A Republica Catarinense;" pela sociedade de S. Vicente de Paula, da Baía, um exemplar da "Memoria histórica da Capela de Santo Antonio da Mouraria," "Abhandlungen und Vastrage" "Nederdentoche Zentochrifl fur Volkskunde" (4 fasciculos); "Brasiliana", de Abril de 1927; "Boletim da União Pan Americana", de Abril de 1927; pelo autor Dr. Abdias Neves, "Aspectos do Piauí"; pelo Dr. Flavio Maroja, "Relatorio da Sociedade de Cirurgia e Medicina da Paraíba"; "La Geografia", de Janeiro e Fevereiro de 1927; "Revista do Arquivo publico"; "Boletim do Instituto de Engenharia de S. Paulo"; "Geographical Review"; de Abril de 1927;" Boletim do Ministerio da Agricultura"; "Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro"; pelo Dr. Raimundo Lopes "Les Indiens Arikenes", "La Civilisation Lacustre du Brasil"; "Um aparelho sintetico de Antropologia";

O presidente designou o Dr. Samuel Campêlo para atender ao pedido de acompanhar a publicação das obras de Pereira da Costa e despachou as propostas á comissão respectiva.

O 1.º Secretário comunicou á casa, que em dia da semana passada, S. S. Altezas o Principe D. Pedro de Orleans e Bragança e as Princezas Elisabete e Izabel, sua consorte e filha, visitaram o Instituto em companhia do Sr. João Pereti e do Snr. Pedro Correia de Oliveira, sendo por ele recebidos. S. S. A. A. percorreram todas as secções do Instituto e despediram-se com palavras de elogio para os sócios do Instituto — guarda das tradições Pernambucanas.

Nesse momento o Snr. Pedro Luiz, que é fino artista, prometeu seus serviços ao Instituto, a começar pela restauração dos quadros sobre as batalhas dos Guararapes.

Ainda o Snr. Dr. Mário Melo comunica que o "Jahú", avião brasileiro pilotado por João Ribeiro de Barros, tendo feito a travessia do Atlantico, descendo perto de Fernando de Noronha por se haver quebrado uma hélice, telegrafara aquele aviador patricio pedindo a hélice avariada para o Museu do Instituto e ao diretor do Presidio de Fernando de Noronha, para secundar o pedido. Em resposta recebera do primeiro o seguinte telegrama:

"Bordo do Jahú 15 — Mário Melo. Instituto Arqueológico Recife. Com prazer atendo vosso pedido esforçado amigo Pinheiro Filho. Hélice segue Gurupi Saudações Barros."

O presidente louvou o ato do 1.º Secretário e declarou que já havia deliberado prestar homenagens aos aviadores patricios, tendo designado o Dr. Oscar Brandão para saudá-los em nome do Instituto, na Faculdade de Direito, e o Dr. Samuel Campêlo para os receber no Instituto, no segundo dia da chegada, conforme já delineado no programa geral das festas.

O tesoureiro Snr. Cruz Ribeiro declara que, tendo sido notadas goleiras no telhado do predio do Instituto mandara um pedreiro verificar. Este declarou que ha varias traves pódres, de substituição imprescindível. Informa á casa que não tem em cofre a importancia para os reparos.

Submetido o assunto a discussão resolveu-se que tratam-

do-se de um prédio do Estado, cujo usufruto é do Instituto, se dê do fato conhecimento ao Governo pedindo-se-lhe providências.

Nada havendo mais a tratar, encerraram-se os trabalhos.

Artur da Silva Rego
Presidente

Mário Mélo
1. Secretário

Samuel Campêlo
Servindo de 2.º Secretário

SESSÃO ORDINARIA AOS 2 DE JUNHO DE 1927

Presidência do Dr. Silva Rego

Aos 2 de Junho de 1927, reuniu-se o Instituto, sobre a presidência do Deor. Silva Rego, secretariado pelo Dr. Mário Mélo, secretário perpétuo e Dr. Samuel Campêlo, ad Hoc, tendo comparecido mais os Srs. sócios professor Neto Campêlo, Jerônimo Gueiros, Antonio da Cruz Ribeiro, Sant'Ana Araujo e Amadorio Leite.

Lida e aprovada a ata anterior, o 1.º secretário deu conta do expediente, ofertas: pelas redações; "Mettellugen der Gesellschaft in Hamburg 36.37"; Boletim da União Pan Americana", maio de 1927; "Boas Estradas", Abril e Maio; "Boletim da Faculdade de Geografia de La Paz" n.º 57; pelo Dr. Ulisses Brandão um sinete com as armas do Bispo de Olinda D. Caetano da Conceição; o retrato a oleo do revolucionario, Mel. de Carvalho Pais de Andrade, feito nos E.E. Unidos o qual pertencia ás familias Pais de Andrade e Soares Brandão; as seguintes medalhas; — Campanha do Uruguai — medalha oval com a effigie de D. Pedro 2.º no anverso, creada pelo decreto n.º 3468 de 8 de Maio de 1865, para premiar os relevantes revicos prestados pelo exercito do Marechal Mena Barreto em operação, no Uruguai e para as guarnições da esquadra do Almirante Tamandaré, exemplar de prata o que denota ter pertencido a official superior; Bravura Militar. Medalha oval de bronze, tipo unico, creada pelo decreto n.º 4131 de 28 de Março de 1868, para primiar a bravura do exercito e da esquadra de Caxias e Inhaúma, no centro um troléo de Armas e bandeiras circuladas pela legenda — "Exercito em operação contra o governo do Paraguai" e na anexa "Recompensa a bravura militar" com trez passadores, de prata que indicam trez citações por atos de bravura; Campanha do Paraguai — Cruz de bronze tipo unico, feita do bronze dos canhões tomados na Guerra, creada pelo decreto n.º 4560 de 6 de Agosto de 1870, Cruz de Malta com uma coroa no centro de louros, amarrada por duas fitas cruzadas; no anverso a legenda "Campanha do Paraguai" no reverso a data 1870 — 8 "Al valor y la constancia" — meda-

lha de prata da Rep. Argentina ao exercito aliado em operações contra o governo do Paraguai.

São lidos e aprovados unanimemente os seguintes pareceres: A comissao de sindicancia, tendo em vista que o candidato acima indicado faz jus aos sufragios da companhia por muitos e justos titulos digo, e valiosos titulos sociais e scientificos, sendo illustre professor da nossa Faculdade de Direito, com relevantes serviços á causa da instrução, membro honorario de notaveis institutos de ciencias e Letras, do pais e do estrangeiro, é de parecer que seja aceito sócio efetivo d'este Instituto o Dr. Joaquim Inacio de Almeida Amazonas — assinados Conego Henrique Xavier — relator; Oton L. Bezerra de Melo, Thomé Gibson.

A comissão de sindicancia abaixo assinada, a quem foi presente a proposta supra, tendo em vista os meritos do candidato, que se recomenda por titulos de muita valia, pois além de cidadão culto e de alto conceito social, industrial, progressista e operoso, é piloto competente e arrojado, como prova esse brilhante e glorioso feito que foi a travessia do oceano Atlantico no avião "Jahú", sob seu immediato comando, é de parecer seja aceita a proposta e proclamado sócio correspondente deste Instituto, o Snr João Ribeiro de Barros, como uma justa homenagem ao seu merito; Conego Henrique Xavier relator; Oton L. Bezerra de Melo, Thomé Gibson.

O presidente proclama eleitos, em vista do resultado da votação o Dr. Joaquim I. de Almeida Amazonas para sócio efetivo, e João Ribeiro de Barros, para correspondente.

A seguir o presidente declara ter estado com o Snr. governador do Estado a quem falou sobre os reparos de que o predio carece e que é propriedade do Estado, não tendo o usufruario meios para fazer a obra, havendo S. excia. prometido autorizar o concerto, correndo as despesas pelo departamento das Obras Publicas, ouvido o respectivo diretor.

Na mesma ocasião o Dr. Estacio Coimbra declara que, tomando em consideração o anterior pedido do Instituto, sobre a questão territorial do Rio de S. Francisco, dera poderes ao advogado Dr. Ulisses Brandão para perante o Supremo Tribunal como representante de Pernambuco, interrompr com seu protesto juridico a prescrição centenaria, mandato que o Dr. Ulisses Brandão, como sócio do Instituto, aceitara, declaran do faze-lo o sem remuneração de qualquer especie.

O Mário Melo tratando das constantes mudanças dos nomes das ruas do Recife, apresenta á consideração do Instituto a seguinte indicação:

"Em 1877 a Intendencia Municipal do Recife alterou os nomes tradicionais de algumas ruas d'esta Capital. O Instituto Arqueológico protestou. A edilidade, recifense, através destes cincoenta anos, não modificou o seu programa: ao contrario, tem prosseguido, na mesma faina de crismar a torto e a direito, ruas que receberam o batismo e tem consagração popular do nome desde a abertura.

Lembrando o exemplo de S. Paulo e de outras cidades onde a civilização tem andado a mais largos passos, tendo em vista o exemplo do rei Afonso 13 que recusou fôsse seu nome dado a qualquer rua de cidade espanhola, porque as ruas tem

historia e tradição proprias, o Instituto ainda uma vez apela para o Conselho Municipal no sentido de:

a) — Proscreever completamente a idéa de alterar os nomes das ruas, quando já consagradas pelo tempo e pelo povo;

b) — somente dar nomes novos a vias publicas que se abrirem, respeitando o nome antigo, si tratar-se de uma remodelação;

c) — Escolher de preferencia os nomes de pernambucanos dignos de memoria e sobre os quais já se tenha manifestado o juizo da Historia;

d) — Somente por exceção, consagrar numa placa de rua, o nome de pessoa viva, mas ainda assim evitar que a exceção recaia num individuo cuja ação se tenha manifestado apenas no campo da politica.

Para a colaboração desse programa, o Instituto formulará, sempre que pedido, o seu parecer sobre as homenagens que o povo do Recife, pelos seus representantes, queira prestar a qualquer individualidade digna de apreço. — “Mário Melo”.

Justificando sua indicação, pede o autor não seja discutida imediatamente, mas antes publicada pelos jornais, nomeando-se uma comissão para estudar o caso, visto conter idéas que representam um programa.

O Snr. presidente designa os Srs. Drs. Samuel Campêlo, Zeferino Agra e Cel. Oton L. Bezerra de Melo, para darem parecer sobre o assunto, que será discutido na proxima sessão.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos.

Artur Silva Rêgo,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretário.

João Felipe Monteiro,
2.º Secretário.

SESSÃO PÚBLICA E EXTRAORDINARIA PARA RECEPÇÃO DOS AVIADORES JOÃO RIBEIRO DE BARROS E SEUS COMPANHEIROS DO JAÚ EM 6 DE JUNHO DE 1927.

Aos 6 de Junho de 1927, presentes no Instituto Archeologico, Histórico e Geografico Pernambucano, os Snrs. sócios Desembargador Silva Rêgo, Presidente, Dr. Mário Melo, 1.º Secretário, Dr. Samuel Campêlo e Oscar Brandão oradores, Antonio da Cruz Ribeiro, Tesoureiro, Oton L. Bezerra de Melo, Dr. Bezerra Leite, M. J. Santana Araujo Fernando Barroca e prof Jeronimo Gueiros representando a Academia de Ciencias de Lisbôa o Dr. Antonio Pinto Leal, que nesse caracter tomou parte na mesa, grande numero de familias e cavalheiros, o sr. Presidente abriu a sessão.

Os Snrs. Ribeiro de Barros e Newton Braga chegaram ao Instituto ás 7 horas da tarde em companhia do comandante

Velho Sobrinho e Antonio Fonte da comissão central das festas, sendo recebidos de pé pela assistência, que os aclamou longamente, sendo cobertos de petalas de rosa pelas senhoras presentes.

Ao abrir a sessão, o Snr. presidente Des. Silva Rêgo, tendo a sua direita Ribeiro de Barros e a esquerda Newton Braga, proferiu ligeira alocução mostrando, quanto agradava à corporação o feito da travessia do Atlantico pelos aviadores brasileiros, e deu a palavra ao Dr. Samuel Campelo, orador designado para saudá-los. O orador disse que resumiria num só discurso o desencargo de duas comissões que lhe cometeram: saudar os aviadores em nome do guarda de nossa Historia, que era o Instituto, e entregar-lhes um brinde dos funcionarios da fazenda do Estado, o qual consentia num coração de ouro, que se subdividia em quatro pedaços para cada um desses quatro brasileiros, que formam a tripulação do Jaú, e proferiu, virante discurso, varias vezes interrompido pelos aplausos do auditorio. Findo o discurso o presidente entregou a cada um dos aviadores presentes pedaços do coração que foram colocados nos peitos dos mesmos pelas senhorinhas presentes. Nesse occasio o Snr. presidente proclamou eleito socio correspondente, ao chefe da expedição aerea João Ribeiro de Barros, entregando-lhe o diploma.

Oferida a palavra a quem quizesse falar, o auditorio aclamou o consocio Dr. Oscar Brandão que fez brilhante improviso, tomando por termo a oferta a Pernambuco, da helice partida do Jaú e o patriotismo de D. Margarida de Barros, descendo da tribuna sob calorosos aplausos.

Tambem ocupou a tribuna, o academico Djalma Trindade, que em nome do Cenaculo Pernambucano de Letras, fez eloquente saudação aos aviadores. Em seguida um academico da Academia de Comercio do Recife ofereceu ao comandante do Jaú uma lapiseira de ouro, produzindo eloquente oração.

Dada a palavra a Newton Braga este levanta-se em meio de calorosa salva de palmas.

Disse ter receio de fazer-se ouvir numa terra que tantos oradores notaveis tem produzido.

O pensamento de todos, longe da Patria, estava no Brasil. Era a imagem da patria distante representada, pela sua gloriosa bandeira, que o ar dilacerou na travessia, que lhes dava alento. Sabem todos quanto o pernambucano é patriota e que exemplos de valor tem dado ao mundo a mulher pernambucana: quanto o Instituto é cioso de suas glórias, que são também as nossas glórias. O Jaú irá inteiro para o museu paulista, mas, além da helice quebrada, ficará sob a guarda dos pernambucanos no seu Instituto, esse trapo auri-verde, que foi a flamula do Jaú, na travessia do Atlantico e que o acompanhou desde a saída do continente europeu -- bandeira de dor e de gloria. Será ela como um pedaço da alma, que os brasileiros do Jaú, todos sulistas, deixam em Pernambuco, nesse Pernambuco que foi no passado e é no presente o baluarte do Norte.

Cessadas as palmas com que foram cobertas as ultimas palavras do orador, sr. Newton Braga, o presidente convidou o auditorio para acompanhá-lo nm viva ao Jaú

— que foi entusiasticamente correspondido, encerrando a sessão em seguida.

Durante a festividade tocou uma banda de musica da policia, que executou o — Hino do Jaú.

Artur da Silva Rêgo,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretário.

João Felipe Monteiro,
2.º Secretário.

SESSÃO ORDINARIA, AOS 23 DE JUNHO DE 1927.

Aos 23 de Junho reuniu-se o Instituto, sob a presidencia do Des. Silva Rêgo, secretariado pelo Dr. Mário Melo e prof. Felipe Monteiro, respectivamente, 1.º e 2.º secretários comparecendo mais os socios Dr. Samuel Campêlo, M. J. Santana Araujo e Ambrosio Leite.

Lida a ata anterior, foi aprovada com a declaração do Snr. Ambrosio Leite de que D. Alexandre da Conceição não fôra Bispo de Olinda, em seguida passou-se ao expediente.

O Snr. secretário Dr. Mário Melo comunicou que o Instituto recebeu a visita do socio honorario General Candido Rondon em sua passagem para o norte, e que o acompanhou igualmente na visita aos principais lugares historicos do municipio do Recife. Declarou tambem que recebera do Cap. Newton Braga, observador do hidro avião "Jaú", um fragmento da bandeira nacional desfraldada pela aeronave em seu vôo de Genova a Porto-Praia, sendo que outro fragmento era destinado ao museu paulista. Declarou mais, que já se encontrava no museu a Helice do "Jaú", avariada na travessia de Porto-Praia a Fernando de Noronha, por oferta do Comandante Ribeiro de Barros.

Apresentou mais as seguintes ofertas: Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro vol. 27; Anais do Arquivo publico e Museu do Estado da Baia vol. 14; Revista do Museu Paulista tomo 15; Abhauilingeu der Vortage, de 1927; Boletim do Ministerio da Agricultura 1927, de Março; Boletim da União Pan-Americana, Junho de 1927; Boletim do Instituto de Engenharia de S. Paulo; Mitteilungen der Geographischen Gessellochapte en Hamburg, vol 38; carimbos e marcos postais do Brasil, pelo Dr. Mário de Sanctis.

O Snr. Ambrosio Leite propõe que o Instituto coloque, no dia 11 de Agosto proximo uma lapide na igreja de S. Bento em Olinda onde primeiro se instalou o Curso Juridico do Norte, em comemoração do primeiro centenario do decreto que o instituiu, obtida a autorização do respectivo Abade. O Dr. Mário Melo lembra que a proposta seja recebida como um apelo do Instituto ao corpo administrativo da Faculdade de Direito, o que é aceito por todos, inclusive o autor da proposta.

Em seguida é posta em discussão a proposta do Dr. Mário Melo a respeito de nomes de ruas, proposta já exarada, por completo, na ata da sessão do dia 2 do corrente e que fôra remetida à respectiva comissão, atim de dar parecer. O Dr. Samuel Campelo, obtendo a palavra, lê o seguinte parecer: A comissão encarregada de dar parecer sobre a presente proposta está de pleno acordo com o que nela se contém. A alteração de nomes de ruas, já consagrada pelo uso popular so tem trazido inconvenientes, pois, estabelece confusão não só aos habitantes da cidade como dos seus visitantes que muitas vezes procuram pelo nome de uma rua como é conhecida pelo povo, e se acham na dificuldade por encontrá-lo, porque a edilidade estabeleceu outro em uma placa de esquina, e outras vezes procuram-no, por este, quando todas as pessoas so lhes indicam, o usual.

A homenagem de nomes de ruas a pessoas "cuja ação se tenha manifestado apenas no campo da politica" é feita, quase sempre, quando essas pessoas estão no poder, sendo substituídas por outras semelhantes, ao mudarem as situações politicas. Condenavel, portanto, essa homenagem que não significa, a não ser uma barretada dos poderosos do dia.

Achamos, também, justissima a preferência da escolha de nomes de pernambucanos dignos de memoria sobre a de filhos de outro Estado, não por uma questão de bairrismo, mas porque, temos personagens de valor já consignados pelo juizo da historia sem do mesmo contarem com essa simples homenagem de uma placa de rua, que os faça lembrados de seus posterros.

A proposta merece, pois a aprovação do nosso Instituto, que deve ser sempre o defensor da tradição, e do bom nome de Pernambuco — Recife, 23 de Junho de 1927 (a) Samuel Campelo, relator; Zeferino Agra; Oton L. Bezerra de Melo. — O Dr. Samuel Campelo diz que, para não divergir de seus companheiros, lavrou o parecer, aceitando integralmente os itens da proposta, é, porem mais radical, segundo se verá do que possa a expender: — Ao relator parece que, além das providencias pedidas na proposta, devem voltar ás atuais ruas do Recife todos os seus nomes consagrados pelo povo. Por mais que se tenha mudado os nomes e se continue a mudar, ninguem deixará de chamar ruas da Concordia, Nova, Aurora, Hospicio etc. Muito nos merecem os vultos homenageados com os nomes nas citadas ruas, entretanto a tradição e o uso são mais fortes, mesmo que malhemos em ferro frio, devemos bradar pela volta dos nomes antigos. Recife, 23 de Junho de 1927. — Samuel Campelo.

O Snr. João Felipe Monteiro diz extranhar que enquanto, o Instituto estudara ponderadamente o assunto, zelando pela tradição. O Conselho Municipal alterava o nome de tres ruas do Recife, para crisma-los como Avenida Mauá, quando ha um caes novo da ponte Giratoria ás Cinco Pontas, sem nome ainda e que poderia ter sido aproveitado para essa homenagem ao Visconde de Mauá.

Ao mesmo tempo, o Instituto deve também protestar contra o mau vezo de mudarem os nomes de accidentes geograficos, de cidades, vilas etc. secundando a ação do Instituto Historico Brasileiro e dos Congressos de Geografia.

Encerrada a discussão, o presidente põe a votos o parecer da comissão, que é aprovado unanimemente, e diz que consignará em ata as considerações do Snr. Felipe Monteiro como protesto do Instituto contra a nova alteração dos nomes de ruas, reservando-se o Instituto para intervir em casos concretos, quando houver ameaça de trocas de nomes de acidentes geograficos ou cidades.

O Snr. Dr. Mario Mélo diz que o Snr. Leduar de Assis Rocha, presente a sessão por convite seu, se oferece para fazer o catalogo da nossa bibliotéca.

O presidente declara que recebe com o maior agrado esse oferecimento, porque ha anos vem o Instituto lutando com a falta de pessoa habilitada e de boa vontade para esse fim. E autoriza o secretario a aproveitar os serviços do Snr. Leduar de Assis Rocha.

O Snr. Santana Araujo comunica o falecimento, do Snr. João Valfrido de Medeiros, que foi tesoureiro do Instituto e requer um voto de pasar.

O Dr. Mario Mélo requer tambem um voto de pesar pelo falecimento do historiografo Senador Digo de Vasconcelos, que foi presidente do 7.º Congresso Geografico Brasileiro. Ambos os pedidos foram aprovados.

O Presidente diz que passando a 2 de Julho mais um aniversario da Confederação do Equador, celebrará a data com uma sessão solene e designa para orador o Dr. Samuel Campêlo. Devendo empossar-se, aceito recentemente o Dr. Joaquim Amazonas, na mesma sessão designa para recebe-lo em nome do Instituto o Dr. Oscar Brandão.

Nada mais havendo a tratar na ocasião, levanta os trabalhos.

Artur da Silva Rêgo,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretário.

João Felipe Monteiro,
2.º Secretário.

OFICIO A QUE SE REFERE A ATA ACIMA:

Em 24 de Junho de 1927. Exmo. Snr. Presidente do Conselho Municipal do Recife — Tenho a honra de levar ao vosso conhecimento que o Instituto Archeologico, no programa de zelar as nossas tradições e de manter entre nós uma elevada cultura historica, depois ouvido o parecer dos Snrs. dr. Samuel Campêlo, Dr. Zeferino Agra e Coronel Oton L. Bezerra de Mélo — os dois ultimos dignos membros de ambas as corporações, aprovou uma indicação do Dr. Mário Melo, de apêlo a esse nobre Conselho, no sentido de adotar o seguinte criterio, quanto aos nomes de ruas do municipio do Recife.

1.º — Proscreever por completo a idéa de alterar o nomes de ruas, quando já consagrados pelo povo.

2.^o — Somente dar nomes novos a vias públicas que se abrirem, respeitando o nome antigo, si se tratar apenas de uma remodelação.

3.^o — Escolher de preferencia nomes de pernambucanos dignos de memoria, sobre os quais já se tenha manifestado o julzo da Historia.

4.^o — Somente por exceção consagrar numa placa de rua o nome de pessoa viva, mas ainda assim, evitar que a exceção recaia num individuo cuja ação se tenha manifestado apenas no campo da politica.

Outrosim, em obediencia ao mesmo programa pelo voto do prof. Felipe Monteiro lamenta o Instituto que, para uma homenagem ao Visconde de Mauá, fossem apagados nomes tradicionais de ruas do bairro do Recife inclusive uma trissecular quando havia um trecho de caes não batizado, ainda que muito se prestaria aos fins que o Conselho teve em vista.

Esperando que o Conselho tome em consideração o nosso apelo, declaro-vos que o Instituto Arqueologico, terá o máximo prazer em prestar sua colaboração a esse digno corpo legislativo, para execução dos nomes votados ou para qualquer assunto em que possa ser util á comunidade. Saudações respeitadas — Artur da Silva Rêgo, Presidente.

SESSÃO CIVICA EM COMEMORAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR, EM 2 DE JULHO DE 1927 E POSSE DO NOVO SOCIO DR. JOAQUIM AMAZONAS.

Aos 2 de Julho de 1927 reuniu-se o Instituto em comemoração ao aniversario da Confederação do Equador, sob a presidencia do Dez. Silva Rêgo, secretariado pelo Dr. Mário Melo, secretário perpétuo e professor J. Felipe Monteiro, 2.^o Secretário, tendo comparecido mais os Srs. socios Dr. Manuel Neto Carneiro Campêlo, Dr. Gervasio Fioravante, Dr. Samuel Campêlo, prof. Eustorgio Wanderlei, M. J. de Santana Araujo, Antonio da Cruz Ribeiro e prof. Dr. Joaquim Amazonas.

Abrindo a sessão ás 20 horas, o Sr. presidente dirigiu-se ao auditorio dizendo, que ali estavam reunidos para render homenagem aos herois de 1824, curvados ante a memoria desses que tão alto elevaram o nome de Pernambuco que ainda hoje sofre o castigo de sua altivez com um trecho de seu territorio desmembrado e entregue á administração da Baía, num provisorio que se vai eternizando por um seculo.

Tambem o Instituto resolveu, na mesma sessão dar posse ao socio efetivo, Dr. Joaquim Amazonas, professor da nossa Faculdade de Direito a quem convida para prestar o compromisso do estilo, findo o que concede a palavra ao Dr. Samuel Campêlo, orador oficial da comemoração.

O illustre órgão do Instituto vai á tribuna e começa recordando que a data de 2 de Julho tem duas significações historicas, ambas ligadas a Pernambuco.

Em 1823, na Baía foi consolidada a nossa emancipação politica, para o que concorreu Pernambuco com um batalhão comandado por José de Barros Falcão de Lacerda, revolucionario de 1817, de 1821 e 1824. Em 1824 Pernambuco levantou o facho do movimento federalista sob a forma republicana,

Estuda as causas desse movimento, o seu desenrolar, e o seu malogrado fim; passa em revista a ação de cada um dos patriotas que figuraram na revolução pondo em destaque os tracos preponderantes de cada um e a coragem de todos nos últimos momentos, e conclue, sob palmas do auditorio:

“Movimento de menor vulto do que o de 1817, entretanto 1824 possui mais vitórias e por sua causa Pernambuco foi castigado até em seu territorio. A antiga comarca do S. Francisco foi-lhe desanexada e ainda hoje se encontra em poder da Baía, parecendo que nunca mais voltará ao seio do nosso Estado. Estamos na republica... Pernambuco que a proclamou primeiro em 1710, que a reafirmou em 1817, que a defendeu em 1824, continua castigado por ter sido republicano.

E' este o destino dos propagandistas victimas de suas idéas para vitória dos que adherem, quando aquelas se tornam triunfantes. Que importa, senhores! Pernambuco cumpriu o seu dever.

E Frei Canéca. Agostinho Bezerra. Lazaro dos Santos Fontes, Antonio do Monte. Macario de Moraes. Nicoláu Martins Pereira. João Metrowich. Francisco Fragôso, Joaquim da Silva, Loureiro. Jones Hilder Rogers, sacrificados em Pernambuco; João Guilherme Ratchef, no Rio de Janeiro! E Dr. João de Andrade Pessôa. Francisco Miguel Pereira, Luiz Inácio de Azevedo e Feliciano José da Silva sob os respectivos nomes de guerra: Anta Ibiapina, Balão e Carabina executados no Ceará vieram aumentar o rosario de Martires republicanos, por cujas contas o Instituto Archeologico, na sua igreja branca de civismo, resa continuamente os padres nossos da saudade e as Ave-Maria, das comemorações.

Obtida a palavra, o prof. Joaquim Amazonas vai á tribuna e agradece a sua eleição. Diz que sempre tem recusado pertencer a associações de letras, somente fazendo parte de associações em que se estuda o direito ou que se defenda sua classe de advogado. Porem desejava pertencer ao Instituto Archeologico, que é um Sodâlicio em que se cultua o amôr á patria, uma escola de civismo, um relicario de tradições. Agradece desvanecido sua eleição e promete á companhia illustre e digna todo seu esforço, toda sua dedicação.

Respondeu-lhe em nome do Instituto o prof. Gervasio Fioravante, que fôra o proponente do recipiendario. Referiu-se aos meritos deste, que fôra seu discipulo e hoje é seu colega na Faculdade de Direito. A's qualidades de intelligência alia uma grande capacidade de trabalho, é um esforçado, muitos servicos poderá prestar ao Instituto.

Dirige pois suas felicitações menos ao companheiro, do que á companhia que o recebe.

Não havendo mais oradores, o presidente agradece a presença das pessoas que foram prestar o seu culto de homenagem aos nossos maiores e declara encerrados os trabalhos.

Artur da Silva Rêgo,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretário.

João Felipe Monteiro,
2.º Secretário.

SESSÃO ORDINARIA AOS 21 DE JULHO DE 1927.

Reuniu-se o Instituto aos 21 de Julho, sob a presidencia do Dez. Silva Rêgo, tendo comparecido os socios Dr. Mário Melo, J. Felipe Monteiro, respectivamente, primeiro e segundo secretários, Samuel Campêlo, Santana Araujo e Ambrozio Leite.

Abrindo a sessão, o presidente comunicou á casa a morte do socio efetivo Monsenhor Francisco Joaquim da Silva, ha anos sofrendo de cruel enfermidade e recolhido ao Hospital da Tamarineira.

O 1.º Secretário, tambem comunicou o falecimento, do socio correspondente Dr. Leite e Oiticica, presidente do Instituto Historico e Geografico Alagoano e requereu um voto de pesar.

O Dr. Samuel Campêlo requereu, em homenagem á memoria dos dois socios falecidos, fosse a sessão suspensa, o que foi aprovado unanimemente.

Artur da Silva Rêgo,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretário.

Samuel Campêlo,
2.º Secretário.

SESSÃO ORDINARIA DO INSTITUTO AROUEOLOGICO E GEOGRAFICO PERNAMBUCANO, AOS 4 DE AGOSTO DE 1927.

Reuniu-se o Instituto em sessão ordinaria, sob a presidencia do Dez. Silva Rêgo, secretariado pelos Drs. Mário Melo, 1.º Secretário e Samuel Campêlo servindo de segundo, presentes mais os socios Oscar Brandão, Santana Araujo e Ambrozio Leite.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o 1.º Secretário deu conta do expediente:

Circular do Centro Pernambucano comunicando, a posse da nova diretoria;

Officio do Instituto Alagôano agradecendo as homenagens prestadas á memoria de seu falecido presidente Dr. Leite e Oliveira;

Circular do 6.º Congresso Internacional des Sciences historiques, a reunir-se de 14 a 18 de Agosto de 1928;

Officio do Senado de Bélo Horizonte agradecendo as homenagens prestadas á memoria do Senador Diogo de Vasconcelos;

Circular do 23 Congresso internacional de Americanistas, comunicando a proxima reunião, que será em Setembro de 1928 em New York;

Carta do Presidente do Instituto Historico de Minas Ge-

rais, agradecendo as homenagens á memoria do historiador mineiro Diogo de Vasconcelos;

Ofertas: Pelo Snr. Francisco Pedro Beaulitreau um diario comercial faltando as primeiras folhas, de negociante da praça de Recife dos anos de 1805 a 1806; pelo Snr. Tercio Rosado Maia um archeolito encontrado proximo de Mossoró, com a forma de um queijo do sertão; "Revista Constitucional" 1.º volume, publicado pela Camara Federal dos Deputados; Cifras e Notas do senador federal Dr. João Lira; Boletim do Ministerio da Agricultura, Maio de 1927; Boletim do Instituto de Engenharia de S. Paulo: "Genealogia paranaense 1.º e 2.º vols. por Francisco Negrão; Notas Economicas sobre a industria pastoril de Pernambuco, por Fernandes e Silva, "Relatórios do Arquivo Nacional" por Alcides Bezerra; "Liga Maritima Brasileira" Junho de 1927; Anuario Estatístico do Chile, 12 volumes; Geographical Review, Julho de 1927; "Monografia do Municipio de S. Jeronimo, do Rio Grande do Sul por A. D. Pinto Filho; Boletim da Sociedade Neuchtateuse de geografia tomo 36, 1927; uma vela dos motores do Jaú sevida na travessia de Genova a Pernambuco, pelo Dr. Luis de Góes.

O 1.º Secretário leu um officio da Academia Pernambucana de Letras, em que esta comunicava ao Instituto pretender a "Academia Recifense de Letras" cujo titulo tem estabelecido confusão funcionar, no mesmo edificio, o que traria confusão maior, bem como um officio da "Academia Recifense, de Letras" em que declara desistir da pretensão anteriormente manifestada de funcionar no edificio do Instituto.

O presidente declara nada haver a discutir.

O Dr. Mário Melo diz que os socios já devem ter lido o "protesto" que como advogado de Pernambuco apresentou ao Supremo Tribunal, o consocio Dr. Ulisses Brandão, para defesa de nossos direitos territoriais, segundo carta recentissima, o Dr. Ulisses Brandão, além de nada perceber pelos seus serviços profissionais, chamou a seu cargo as custas da causa; tão digna e nobre attitude do illustre confrade, merece registro clogioso em ata, com o que todos concordam.

O Dr. Oscar Brandão comunica que esteve recentemente na cidade de Vitória, quando por ocasião das festas comemorativas de mais um aniversario da fundação da cidade ás quais se associou em nome do Instituto, saudando o povo daquele município em nome do Instituto.

O Snr. Santana Araujo comunica que o tesoureiro Snr. Cruz Ribeiro, se ausentara, a conselho medico para Itabaiana, motivo por que não tem comparecido.

O Dr. Mário Melo lê um trabalho sobre as heroínas, de Tejucupapo e termina por propor que o Instituto se dirija aos poderes publicos do municipio de Goiana a que pertence Tejucupapo, pedindo-lhes no lugar Trincheiras, onde se deu o combate que celbrizou as tejucupapenses, seja erigido um monumento, embora modesto, com a seguinte inscrição "Aqui a 24-4-1646 as mulheres de Tejucupapo conquistaram o tratamento de heroínas, por terem com as armas na mão ao lado dos maridos e dos filhos repellido três assaltos de 600 holandeses, que recuaram derrotados".

O Dr. Oscar Brandão propõe que se acrescenté na inscrição a palavra "Irmãos" entre as palavras, "maridos e filhos".

O Snr. Ambrozio Leite diz que em Fevereiro ultimo tambem visitou o lugar sagrado e nele fez uma preleção aos que o acompanharam, mostrando o papel de Tejucupapo na historia do Brasil. Entende que a data do combate não foi a 24 de Abril, mas a 1 de Maio segundo Frei Manuel Calado.

O Dr. Mário Melo diz ter consultado dezenas de autores com exceção de Calado, que não tinha á mão sem que nenhum se referisse a data precisa. Somente em Rio Branco, autor segurissimo, em suas afirmativas, nas "Enfemerides Brasileiras" encontrou o combate com a data fóra de duvida. Convindo elucidar este ponto pede ao presidente designar uma comissão para lavrar parecer sobre o seu trabalho.

O presidente designa os Srs. Samuel Campêlo, Oscar Brandão e Ambrozio Leite.

O Dr. Oscar Brandão comunica que o Snr. Teixeira Albuquerque encontrou em terrenos do Municipio da Vitória um cemitério holandês, com inscrições holandêsas nas louzas.

Vai fotografa-lo e copiar algumas inscrições que mandará ao Instituto para ser feita uma pesquisa sobre o assunto.

Nada mais havendo a tratar, o presidente deu os trabalhos por encerrados.

Artur da Silva Rêgo,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretário.

Samuel Campêlo,
Servindo de 2.º Secertário.

SESSÃO ORDINARIA, EM 4 DE AGOSTO DE 1927.

Reuniu-se o Instituto Archeologico Geografico e Historico em sessão ordinaria, sob a presidencia do Dez. Silva Rêgo, presentes os Snrs. professores Dr. Gervasio Fioravante, Dr. Samuel Campêlo, Dr. Mário Melo, secretário perpétuo, Ambrosio Leite e Santana Araujo.

Ao iniciar os trabalhos o sr. presidente comunicou á casa o falecimento do notavel historiador patrio, professor Capistrano de Abreu o maior conhecedor de historia do Brasil, e socio, eminente do Instituto Historico Brasileiro e ha muitos anos socio correspondente do Instituto Archeologico.

O professor Dr. Gervasio Fioravanti secundou o merito ao saudoso historiador brasileiro e requereu que em homenagem a sua memoria, fosse suspensa a sessão o que foi unanimemente aprovado.

Artur da Silva Rêgo,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretário.

Samuel Campêlo,
servindo de 2.º Secretário.

SESSÃO ORDINARIA, EM 1 DE SETEMBRO DE 1927

Reuniu-se o Instituto, em sessão ordinaria em primeiro de Setembro, sob a presidencia do Des. Silva Rêgo, secretariado pelos Drs. Mário Melo e Samuel Campêlo, presentes os socios Dr. Neto Campêlo, prof. Joaquim Amazonas, Santana Araujo e Ambrosio Leite.

Lidas e aprovadas as atas anteriores o 1.º Secretário deu conta do expediente: officio da Pan Americana União de Washington, cujo presidente Dr. Rowe pedia a data da fundação do Instituto e uma relação dos socios para intercambio intellectual e outro officio do Dr. Genaro Guimarães, secretário da Justiça, remetendo ao Instituto o 2.º volume da Historia da Colonização Portuguesa no Brasil. Ofertas: Revista do "Instituto Historico Brasileiro" tomos 90 e 91; Grenfell na Historia do Pará, por Palma Muniz; La Geografie março e abril de 1927; Memorial das festas do centenario da Congregação Benedictina Brasileira. A Familia Smith de Vasconcelos" por Nuno Lopo Smith de Vasconcelos; "Livro do Centenario dos Cursos Juridicos do Brasil; Revista da Historia" (de 1923); Boletim da Sociedade Filatetica Paulista ns. 7 e 8; Das Horas Marianas pelo Dr. Gervasio Fioravante; Cartão com selos do Centenario dos Cursos Juridicos pelo diretor dos Correios, Sr. Severino Neiva; "Indices e extratos do Arquivo Municipal, pelo Prefeito Prado Junior; "Boletim do Museu Nacional" Março de 1927; "Historia da Colonização Portuguesa do Brasil" 2.º vol., pelo secretario da Justiça Dr. Genaro Guimarães.

Pelos Rrs. Silva Rego e Mário Melo foi proposto para socio correspondente o Dr. Urbino Viana, sendo a proposta remetida á respectiva comissão. O Dr. Urbino Viana é socio do Instituto Historico e Geografico da Baía e autôr de varios trabalhos historicos e etnograficos.

O Dr. Samuel Campêlo, diz que deveria apresentar parecer sobre o trabalho do consocio Dr. Mário Melo, relativo a Tejucupapo. Precisou porem consultar o Valoroso Lucideno que o Instituto não possui indo várias vezes á Biblioteca publica, bem como o confrade Ambrosio Leite ali informaram que o exemplar existente estava emprestado, somente hontem tendo voltado. Assim, só na proxima reunião poderá se manifestar sobre o assunto.

O Dr. Mário Melo participa que tendo circulado aqui a noticia de que uma estação da Great Western, ia tomar a denominação de Costa Rêgo, escreveu artigos no Jornal Pequeno, de acôrdo com os principios firmados nos Congressos de Geografia contrarios a mudanças de nomes tradicionais, com a agravante do novo nome ser de pessoa viva, militante na politica. Viu com satisfação que o Snr. Costa Rêgo, Governador atual das Alagôas recusava a homenagem fortalecendo es principios por que se bate o Instituto. Esse gesto merece registro especial. Propunha que o Instituto felicitasse o Snr. Costa Rêgo pela sua atitude, digna de imitação e se congratulasse com o Instituto Alagôano pelo mesmo motivo.

O Dr. Joaquim Amazonas fez considerações em torno da proposta, mostrando as inconveniencias de mudança de nomes de localidades e a facilidade, com que pegam os nomes populares.

Posta a votos a proposta do Dr. Mário Melo, foi aprovada unanimemente.

O Snr. Santana Araujo lembra ao Instituto a proxima passagem de regresso da Europa de D. Sebastião Leme ex-Arcebispo de Olinda e socio do Instituto, e pede uma comissão para cumprimenta-lo. O presidente designou os Srs. Santana Araujo, Neto Campêlo e Mário Melo.

O Dr. Mário Melo faz considerações sobre uma casa da rua do Amparo em Olinda, sob n. 28 a qual está em abandono, mas conservando todos os caracteristicos do estilo do seculo 17. E' possivel que procurem reforma-la destruindo o estilo original, por isso pede a intervenção do Instituto em favor de sua conservação.

O Snr. Santana Araujo e Ambrozio Leite dizem que o predio pertence á Santa Casa e já tem havido proposta de alienação.

O prof. Neto Campêlo lembra a conveniencia do Instituto dirigir-se á Santa Casa e á Prefeitura de Olinda, aquela para conserva-la no estilo e esta para desapropriá-la para o mesmo fim, em caso de alienação o que é aprovado unanimemente.

Nada mais havendo a tratar levantou-se a sessão.

Manuel Neto Carneiro Campêlo,

Mário Melo,

1.º Secretário.

João Felipe Monteiro,

2.º Secretário.

SESSÃO ORDINARIA, EM 15 DE SETEMBRO DE 1927

Aos 15 de Setembro de 1927, reuniu-se o Instituto, sob a presidencia do Des. Silva Rêgo, secretariado pelo Dr. Mário Melo secretario pepétuo e prof. J. Felipe Monteiro 2.º Secretário com a presença dos Snrs. socios prof. Dr. Neto Campêlo, 1.º vice-presidente, prof. Dr. Gervasio Fioravanti 2.º dito Dr. Samuel Campêlo e Oscar Brandão. Oradores, prof. Dr. Joaquim Amazonas, Dr. Estevam Pinto, Ambrosio Leite e Santana Araujo.

Lida a ata da sessão anterior o Dr. Samuel Campêlo faz a seguinte declaração: que não havia ido á Bibliotéca Publica consultar o Valeroso Lucideno; sim mandou ao consocio Ambrosio Leite, que lhe declarara estar fóra da Bibliotéca, em emprestimo, o livro desejado; que tornara publico o fato devido a um officio que recebera do diretor da Bibliotéca, ao qual respondera imediatamente, lendo na ocasião um e outro; que depois foi que comparecera, a esse estabelecimento, quando o livro já voltara. Aprovada a ata, com a declaração do Dr. Samuel Campêlo, passou-se ao expediente: uma carta do Snr. Costa Rêgo, governador de Alagoas, agradecendo ao Instituto o voto de aplauso ao seu ato de recusa, em dar o seu nome a uma estação da Great Western; uma carta do Sr. Leoduar de Assis Rocha, declarando, que na proxima semana renunciará o serviço de catalogação da Biblioteca do Instituto. Ofertas: Pelo diretor da Faculdade de Direito do Recife, Histo-

ria da Faculdade de Direito do Recife de Clovis Bevilacqua 2 vols, encadernados; pelo Smithsonian Instituto, Annual Report 1924, 2 vol. enc; pelo Carnegie Eudomante, Year book 1926; pelo Library of congress de Washington, Report 1925, 1926 2 vol. enc., pelo Field Museum of Natural History de Chicago Annual Report 1925; pelo Etnografiska Reickers Museum, Katalog Cerebros, pela Societé Archiologique, Historique ethnographique de Constantina, Recueil dos notices et memoires 1923, 1924; pela Associação dos Arqueologos Portuguezes, Arquiologia e Historia vol. 3.º pela Secretaria da Justiça de Pernambuco, Portugal no Brasil, de Pedro Muralha; pela University of Nissury Studios of Columbia A. Quarterly of research pelo National Museu of Washington, Report 1925; pelo Sr. J. Bertolaso Stella, Monogenismo linguistico, de sua autoria; pelo Sr. José Ricardo de Castro Guedes, notas soltas, e o Homem que se recorda, pela Sociedade de Geografia de Lisboa Boletim de Julho a Dezembro de 1925; pelo Dr. A. D. Pinto Filho, monografia do municipio de S. Jeronimo e Esboço de planta do mesmo municipio, de sua autoria; Boletim do Ministerio da Agricultura vol. 16; Revista Maritima Brasileira Julho e Agosto de 1927; Boletim do Instituto de Engenharia de S. Paulo, Agosto de 1927; Boletim da União Pan Americana; dois cheques de 3 milhões de marcos alemães das emissões após a guerra e não pagos, por Benedito Bezerra Magalhães, Medalha comemorativa da visita dos jornalistas pernambucanos a Hispanic Society of America.

Lido o parecer da comissão foi aprovado como sócio correspondente o Sr. Urbino Viana residente em Montes Claros.

Pelos snrs. Mário Melo e Samuel Campêlo foi apresentada a candidatura do engenheiro Antonio Domingos Pinto Filho pernambucano, residente em S. Jeronimo, Rio Grande do Sul, para sócio correpondente e despachada á respectiva comissão.

O Dr. Samuel Campêlo como relator, lê o parecer tambem subscrito pelo Dr. Oscar Brandão e Ambrosio Leite, sob o trabalho "As heroínas de Tejucupapo" do Dr. Mário Melo. O parecer louva o trabalho pela forma por que está redigido e tambem pelo proposito de assinalar á posteridade um feito honrosissimo da mulher brasileira.

Quanto á data do combate, consultado o "Valeroso Lucideno" este não a determina positivamente, dizendo que foi em começos de Maio e fins de Abril o primeiro combate, e o segundo dias depois, o que diverge de Rio Branco que positivamente consigna a data de 24 de Abril de 1646. O parecer concluiu pela aprovação da proposta, isto é, que o Instituto peça aos poderes municipais do Goiana a colocação de um marco sobre o lugar Trincheira, em Tejucupapo, com a seguinte inscrição; "Aqui, em 1646, as mulheres de Tejucupapo conquistaram o tratamento de heroínas, por terem, com as armas, ao lado dos maridos, filhos e irmãos repellido três assaltos de 600 holandezes, que recuaram derrotados".

Posto em discursão o parecer, o Dr. Gervasio Fioravante, declara desconhecer os pontos divergentes do autor da proposta e do parecer da Comissão.

Pede ao autor da proposta que os esclareça.



O Dr. Mário Melo diz, que tendo escrito uma memoria sobre Tejucupapo, assinalara não ter encontrado nos autores que consultara a data — dia e mês — do celebre combate, somente o Barão do Rio Branco, nas Esfemerides Brasileiras a fixára em 24 de Abril. Na ocasião da leitura, o confrade Ambrosio Leite diz ter lido no Valeroso Lucideno, que o combate fôra a 1 de Maio de 1646. Diante dessa divergencia pedira fosse nomeada uma comissão para investigar a data. A comissão chegou á conclusão de que tambem o Valeroso Lucideno não fixa dia e mês, falando apenas o autor no primeiro combate entre Abril e Maio, sem referir-se ao dia e mês do segundo combate, que foi o de que se trata na proposta, por carecer o primeiro de importancia.

O Dr. Gervasio Fioravanti satisfeito, com a explicação propõe a bem da verdade histórica desde que, se ha certeza do ano do combate, que se suprima a palavra — Maio — da inscrição proposta pelo parecer.

O professor Joaquim Amazonas diz que na inscrição ha referentes a tres assaltos não sabendo o ignorante de história se foram tres assaltos no mesmo dia ou se no decorrer do ano, propõe tambem a suspensão das palavras — tres assaltos —

Aceitas as sugestões dos Drs. Fioravanti e Amazonas foi aprovado que a inscrição ficasse assim redigida "Aqui em 1646 as mulheres de Tejucupapo conquistaram, o tratamento de heroínas, por terem com as armas, ao lado dos maridos, filhos e irmãos repellido o assalto de 600 holandêses que recuaram derrotados"

O presidente declarou que ia dirigir-se aos poderes publicos de Goiana, transmitindo o voto do Instituto, certo de que será atendido em seus designios patrioticos.

Nada mais havendo a tratar levantou-se a sessão

Artur da Silva Rêgo,
Presidente

Mário Melo
1.º Secretário

João Felipe Monteiro
2.º Secretário

SESSÃO ORDINARIA EM 29 DE SETEMBRO DE 1927

Reuniu-se o Instituto Arqueológico, sob a presidencia do desembargador Silva Rêgo, presentes os Srs. consocios: Dr. Samuel Campêlo, 1.º Secretário Dr. Mário Melo, 2.º secretário prof. João Felipe Monteiro, Ambrosio Leite e Santana Araujo.

Abrindo os trabalhos o Snr. presidente declara cumprir o doloroso dever de comunicar á casa a falecimento do consocio Antonio da Cruz Ribeiro, succedido aos 17 do corrente. O prestimoso consocio falecido, ha muitos anos vinha sendo eleito tesoureiro, cargo que sempre exerceu com toda a correção merecendo a confiança da casa, que anualmente o reelegia.

Lembra que, quando o Instituto teve de adotar para sua sede o edificio que lhe doara o governo, á rua do Hospicio, as despesas da reforma excederam as previsões orçamentarias e tudo de que o Instituto podia dispôr foi esgotado. O consocio Cruz Ribeiro empenhou seu credito pessoal junto aos fornecedores, as obras continuaram, fez-se a instalação. Pouco a pouco foi ele amortizando as dívidas então contraídas, e não só conseguiu paga-las como enriqueceu ainda o patrimonio do Instituto convertendo em apolices federais os pequenos saldos verificados nos balanços anuais.

Foi esse o consocio que desapareceu, o que na tarde de Domingo 18 do corrente, ele e outros companheiros, entre os quaes se recordava do conego Henrique Xavier, do Dr. Samuel Campêlo, do Dr. Zeferino Agra, prof. Felipe Monteiro, do Snr. Santana Araujo e Dr. Mário Melo levaram com outros amigos do morto ao cemiterio de Santo Amaro.

O Snr. Santana Araujo propôs fosse lavrado em ata um voto de pesar e annunciou que uma comissão do Instituto assistira a missa de 7.^o dia.

O Dr. Samuel Campêlo propõe que em homenagem ao morto fosse levantada a sessão, não se tratando de outro assunto.

Aprovada a ata, digo aprovados ambas as propostas levantou-se a sessão, designando-se a proxima para preenchimento do cargo de tesoureiro.

Artur da Silva Rêgo
Presidente

Mário Melo,
1.^o Secretário

João Felipe Monteiro
2.^o Secretário

SESSÃO ORDINARIA AOS 14 DE OUTUBRO DE 1934

Reuniu-se o Instituto, sob a presidencia do Des. Silva Rêgo, secretariado pelo Dr. Mário Melo e prof. Felipe Monteiro, com a assistencia dos Snrs. socios dr. Arnobio Marques, dr. Nilo Camara, Dr. José de Barros Lima, Dr. Candido Duarte, Dr. Turiano Campêlo, Dr. Antonio Vicente, prof. Gaspar Rigueira Costa, Dr. Samuel Campêlo, Dr. Ubaldo Gomes de Matos, J. de Santana Araujo, Dr. Estevão Pinto, e Ambrosio Leite.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior o primeiro secretario leu uma carta do Snr. Serafim Pessoa de Melo, prefeito de Goiana, que declara aceitar a incumbencia de construir uma coluna, cujo preço não exceda as possibilidades atuais do orçamento, no local em que se travou o celebre combate de Tejucupapo, de acôrdo com a indicação do Instituto.

Em seguida leu um parecer da comissão de sindicancia, favoravel á admissão do Dr. Antonio Domingues Pinto Filho, para socio correspondente, parecer que foi unanimemente aprovado. Foi igualmente lida uma proposta do Comandante Velho Sobrinho para socio efetivo e mandada á respectiva comissão.

Foi tãem lida uma proposta assinada pelos socios Mário Melo, Silva Rêgo e Estevão Pinto discutida e aprovada, contra o voto do Snr. Felipe Monteiro, quanto aos direitos de Pernambuco, nos seguintes termos:

Completa-se no sabado proximo um seculo que o territorio, da comarca do S. Francisco foi anexado provisoriamente, à Baia.

O Instituto Arqueológico tem sido a sentinela que vez por outra alerta os nossos direitos sobre aquele territorio. Para que esses direitos não prescrevessem pedimos um remedio juridico ao Governo do Estado.

O Dr. Estacio Coimbra atendeu-nos em parte e mandou fazer um protesto judiciario, perante o Supremo Tribunal de justiça, tendo-se incumbido o nosso consocio Dr. Ulisses Brandão que, patrioticamente, recusou qualquer retribuição monetaria pelo seu serviço.

Está dissipado o terror do Instituto quanto á prescriçào. No momento em que assistimos á passagem do centenario do decreto que nos golpeou; no instante em que olhamos com pesar para a figura de Pedro 1.º, devemos consignar na ata de hoje um voto de saudade a João Barbalho, Pereira da Costa e Gonçalves Maia, defensores da nossa causa reivindicadora, e de agradecimento ao Dr. Estacio Coimbra e ao nosso companheiro Ulisses Brandão, pelo modo eficiente por que deram os primeiros passos para a nossa vitória.

O Snr. Santana Araujo da parte do Cel. Bouletreau digo Francisco Pedro Bouletreau, comunica que o canhão que este ofereceu ao Instituto, encontrado no Engenho S. João se acha em poder do Dr. Odilon de Sousa Leão para nos ser entregue.

O 1.º Secretário declara que organizou a escrita, no livro caixa, das contas do Instituto, no periodo de 1 de Janeiro a 30 de Setembro de acôrdo com as notas deixadas pelo falecido tesoureiro Snr. Antonio da Cruz Ribeiro e estraiu um balancete que, acompanhado dos documentos entrega ao presidente. Este encaminha tudo á comissào de fundos e orçamentos para lavar parecer.

Em continuação diz o presidente que achado-se vago o cargo de tesoureiro e tendo sido a sessão marcada para preenchimento da vaga, vai proceder á eleição. De acôrdo com os estatutos, é unanimemente eleito o Snr. Oton Lynch Bezerra de Melo.

O Dr. Mário Melo procede a leitura de um trabalho, de critica ao brasão do municipio do Recife, e termina por propôr que o Instituto se dirija ao Conselho Municipal pedindo, abra concorrência para a competente escolha de um brasão para o Recife, por ser o atual um monstro heraldico, proposta que é unanimemente aprovada.

Nada mais havendo a tratar levanta-se a sessão.

Manuel Neto Carneiro Campêlo,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretário.

Samuel Campêlo,
Servindo de 2.º secretario.

SESSÃO ORDINARIA. EM 27 DE OUTUBRO DE 1927.

Aos 27 de Outubro de 1927 reuniu-se o Instituto em sessão ordinaria, sob a presidencia do Dr. Neto Campêlo, tendo como secretários o Dr. Mário Melo e Samuel Campêlo, presentes mais os socios Drs. Oscar Brandão, orador, Oton L. Bezerra de Melo, tesoureiro, e M. J. de Santana Araujo.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior; o primeiro secretario, deu conhecimento do expediente: officio do Dr. Sebastião Lins, secretario do governador, agradecendo, em nome deste o voto de aplauso por haver interrompido a prescrição do direito de Pernambuco do territorio da margem esquerda do rio S. Francisco e convite da Academia de Letras para posse do intellectual Snr. Paulino de Andrade.

Ofertas: Anuario estatistico do Brasil anos de 1908 a 1912, abhandlungen und vastrage;

Hero-Amerikanisches archiv, de Agosto de 1927;

Boletim da União Pan-Americana de Outubro de 1927.

Geographical Review de Outubro de 1927, Estatua de Christo Redemptor em S. Christovão — Sergipe, pelo Padre Luis Gonzaga Cabral; Revista do Arquivo Publico Mineiro de Abril a Junho de 1927; Lendas Matogrossenses, por Feliciano Gaidino; Mensagem do presidente Borges de Medeiros; Boletim do Ministerio da Agricultura de Julho e Agosto de 1927; Haur-Stadeurel Caprimulgdo com cuatro ojos; El revestimiento com acre rojo, (tres folhetos) por Lehman Nitsche; Boletim do Instituto de engenharia de Agosto e Setembro de 1927; Boletim mensal de Estatistica, Demografico-sanitaria de S. Paulo n. de Fevereiro de 1927; Liga Maritima Brasileira de Agosto e Setembro de 1927; um pequeno Cartão de bronze, digo um pequeno canhão de bronze, encontrado no engenho S. João, oferta do Cel. Francisco Boulitreau.

O Snr. presidente designa os Srs. Oton L. Bezerra de Melo, Samuel Campêlo e Santana Araujo para representarem o Instituto na festa da Academia de Letras.

Lido e aprovado o parecer da comissão de sindicancia, favoravel á admissão do comandante Velho Sobrinho, foi este eleito e proclamado sócio efetivo.

Ainda o 1.º secretario leu o parecer da comissão de fundos e orçamentos em que são aprovadas as contas do falecido tesoureiro Sr. Antonio da Cruz Ribeiro, relativas ao periodo de Janeiro a Setembro do ano corrente, de acordo com a escripta levantada pelo Dr. Mário Melo, parecer em que ha tambem consignado um voto de saudade ao ex-tesoureiro, pelo modo por que exerceu o seu cargo durante um periodo aproximado de quinze anos.

Submetido a votação e não havendo quem pedisse a palavra, foi o parecer aprovado.

A seguir o presidente considera empossado no cargo de tesoureiro o Sr. Oton L. Bezerra de Melo, eleito na reunião anterior, e felicita o Instituto pela escolha, não só porque representa uma garantia de ordem economica para a sociedade, como porque se trata de um intellectual de valor, de cuja contribuição muito esperam os confrades.

O Snr. Bezerra de Melo agradece a prova de confiança que lhe deu o Instituto, as palavras amaveis do presidente e

promete trabalhar com todo o carinho pelo engrandecimento da associação a que se honra de pertencer.

O Dr. Neto Campêlo diz que não esteve presente á ultima reunião do Instituto em que foi consignado, um voto de louvor ao Dr. Estacio Coimbra e ao Dr. Ulisses Brandão, relativamente á pendencia sobre o territorio da margem esquerda do São Francisco.

Se estivesse na sessão teria votado a favor da proposta e ainda mais, que não se tendo logo iniciado a ação reivindicadora perante o Supremo Tribunal, se deveria fazer chegar ao conhecimento do presidente da Republica, do Senado, da Camara dos Deputados e de outras autoridades federais, a ação do Instituto, para mostrar que Pernambuco não abdicou nem abdica de seus direitos relativamente ao territorio cedido da antiga comarca do S. Francisco ao Estado da Baia, como castigo dos surtos republicanos dos nossos antepassados.

O Dr. Mário Melo diz que em relação ao officio do prefeito de Goiana, com a promessa de erguer um monumento em Tejucupapo, procurou o general Candido Pamplona, comandante da Região pedindo a cooperação do exercito, no sentido de fazer o levantamento topografico do morro em que se travou o combate e determinar o local em que deve ser levantado o monumento tendo o chefe do exercito acolhido com aplauso a idéa designado o Dr. Heitor Mendes, chefe do serviço militar da Região para esse fim.

O Sr. Bezerra de Melo diz que a iniciativa do Instituto merece louvores, mas é conveniente que o monumento ás heroínas de Tejucupapo não seja uma cousa tão simples que em pouco tempo se possa arruinar.

Que o Instituto deve pleiteiar um monumento solido e artistico, porque os Goianenses, ciosos como são do seu passado, farão com um pouco mais de esforço, uma obra duradoura e condigna. A proposito, critica o ridiculo pedestal da estatua de Rio Branco na entrada da cidade bem como o da estatua do Conde da Boa-Vista, entendendo que o Instituto deveria derigir-se ao Governo nesse sentido, porque compete ao Instituto zelar por esse nosso patrimonio, de historia e arte.

Nada havendo mais a tratar, encerrou-se a sessão.

Artur da Silva Rêgo,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretário.

João Felipe Monteiro,
2.º Secretario.

SESSÃO ORDINARIA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1927

Aos 10 de Novembro de 1927 reuniu-se o Instituto em sessão ordinaria, sob a presidencia do Dr. Des. Silva Rêgo, secretariado pelos Snrs. Drs. Mário Melo secretario perpétuo e J. Felipe Monteiro segundo secretario, tendo comparecido

mais os socios Snrs. Dr. Samuel Campêlo, Oscar Brandão, Estevão Pinto, M. J. Santana Araujo e o socio eleito Snr. Vello Sobrinho.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o primeiro secretario procedeu a leitura da seguinte carta:

"Snr. Presidente — Visitando o Instituto, em Maio ultimo, em companhia de S. A. o principe D. Pedro de Orleans e Bragança, e vendo como estão estragados os paineis representativos das duas batalhas dos montes Guararapes, tomei com o secretario perpétuo, dessa sociedade, em presença de S. Altesa o compromisso de os restaurar.

Verifico, porém que não é possível faze-lo aqui por falta de aparelhagem.

Estou entretanto, de viagem para Paris e desejando cumprir minha promessa, venho, por meio desta, declarar que, se o Instituto me confiar os dois paineis, leva-os-hei para Paris, correndo todas as despesas por minha conta e em meu regresso que calculo dentro de um ano, tra-los-hei reparados, conforme prometi.

Escusado será dizer que terei o maior cuidado na embalagem, que será feita por mim, e nos riscos de transporte, por que este irá em seguro por companhia idonea.

Como pernambucano quero apenas ter a satisfação de ver restaurados esses dois paineis, que representam paginas tão brilhantes da nossa historia.

Queira o Snr. Presidente aceitar os meus respeitosos protestos de alta consideração. (a) Pedro Luis Corrêa de Araujo. — Recife, 9 de Novembro de 1927.

Foram acusadas as seguintes ofertas:

"Revista do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Sul" ano 7, fasciculo 3." Um seculo de ensino primario", por Nestor Lima; "Revista Maritima Brasileira" ano XLVIII, n. 4 "Neederdartoche Zeitschrift por Volkskundi" é Annals des Instituto Geografico del Mexico" N. 5-10; "Revista do Centro Matogrossense de letras", N. 2 semestre de 1927; "La Geographie" Paris Maio e Junho de 1927; "Boletim do Instituto de Engenharia de S. Paulo"; Por intermedio do Snr. J. Felipe Monteiro o Dr. Ildefonso Alves Pereira ofereceu ao Instituto uma coleção do "Universo Ilustrado" revista de Historia, as obras completas de Walter Scott L. Histoire Antigue" de Boletim e outros volumes.

Findo o expediente, o Snr. presidente pôs em discussão o assumpto da carta do Snr. Pedro Luis Correia de Araujo. O Dr. Mário Melo disse que efetivamente o Snr. Pedro Luis tomara o compromisso que alega; veiu outra vez ao Instituto estudar as possibilidades do concerto verificando que não era possível, como a principio julgara. Parece que o Instituto somente tinha a lucrar com o caso.

O Dr. Oscar Brandão diz que se trata de pessoa idonea e insuspeita; entende que não se deve perder essa oportunidade. Posto a votos, delibera o Instituto, por unanimidade, aceitar o oferecimento do distinto artista pernambucano.

Os Snrs. Oscar Brandão, Felipe Monteiro e Samuel Campêlo apresentam a candidatura do Dr. Luis Cardôso Aires, para socio efetivo, sendo despachada á comissão.

O Sr. Santana Araujo comunica o falecimento, de D. Maria de Andrade Borba, esposa do Dr. Manuel Borba, socio Grande Benefeitor do Instituto, propõe um voto de pesar em ata e a nomeação duma comissão para assistir as missas do 7.º dia e levar ao consocio os pesames do Instituto. O Sr. presidente diz, que antes de submeter á casa o assunto á discussão, lembra que o governo do Dr. Borba foi o **mais benefico** para o Instituto e a ele devemos a doação do predio que é nossa séde. O dr. Oscar Brandão declara que embora incompatibilizado pessoalmente com o Dr. Borba, vota pela proposta. Igual declaração faz o Dr. Samuel Campêlo. Aprovada a proposta unanimemente, o Sr. presidente designa os Srs. Santana Araujo, Mário Melo e Estevão Pinto para comporem a comissão requerida.

O Dr. Samuel Campêlo declara que, em um encontro tido ha dias com o prefeito de Olinda, este lhe comunicou ter encontrado uma lapide com inscrição nas ruinas do Senado da Camara, e que havia deixado no local até que o Instituto se manifeste.

Pedia fosse nomeada uma comissão para estudar o assunto, sendo designados o Dr. Samuel Campêlo, Mário Melo e Ambrosio Leite.

O 1.º Secretario expõe que convidou o socio eleito, Sr. Velho Sobrinho para comparecer á reunião afim de combinar-se sua posse.

O Sr. Velho Sobrinho declara estar preparado para empossar-se em qualquer momento. O Sr. Oscar Brandão requer que a posse seja festiva em se tratando de uma figura de destaque como é a do novo associado e em respeito aos estatutos. O presidente designa o dia 15 do corrente á noite, para a recepção, por ser de festa nacional e o Sr. Estevão Pinto para receber o socio recentemente eleito.

O Sr. Santana Araujo justifica a ausencia, do tesoureiro, o Sr. Oton L. B. de Melo.

Nada mais havendo a tratar, o presidente diz que Pernambuco festeja nesta data, o movimento nativista de que resultou a republica de Olinda, em 1710. De acordo com os estatutos digo de acordo com o Instituto, o governo municipal de Olinda festeja a data todos os anos, no local em que existiu o senado da camara, testemunha do fato historico; vai prolongar a sessão até Olinda com os socios que quizerem acompanha-lo designado antecipadamente o Sr. Oscar Brandão para interprete do Instituto.

Em Olinda, para onde se dirigiram quase todos os socios presentes, reunida grande massa popular, em presenca das autoridades locais, falaram junto ás ruinas do senado a professora Estér Elias do Espirito Santo, os Drs. Oscar Brandão, L. C. Cardoso Aires, Samuel Campêlo e o Sr. Ambrosio Leite, após o que as alumnas das escolas publicas cantaram o hino nacional.

Mário Melo,
Presidente.

Oscar Brandão,
Servindo de 1.º Secretário.

Samuel Campêlo,
Servindo de 2.º Secretário.

SESSÃO SOLENE, EM 15 DE NOVEMBRO DE 1927

Presidida pelo Des. Silva Rêgo teve lugar a sessão solene comemorativa da proclamação da Republica, tendo-se efectuado a posse do novo socio, Sr. Comandante João Velho Sobrinho.

Ao inaugurar os trabalhos o Sr. presidente disse que a sessão tinha por fim comemorar o 15 de Novembro e dar posse ao socio recém-eleito. Entrando em outras considerações referiu-se á forma de Governo republicano:

Por mais que os intransigentes malsinem da Republica o que temos, eles não podem negar as excellencias do regimen e que somente dentro desse regimen é que lhes será possível republicanizar a Republica.

Quinze de Novembro ha de ser sempre uma data auspiciosa e festiva para o Brasil e principalmente, para os pernambucanos que viram realizados os seus ideais de liberdade, tantas vezes manifestados desde a memoravel sessão do Senado de Olinda em 10 de Novembro de 1710, data incontestavelmente precursora dos movimentos republicanos no país.

Referindo-se ao recipiendario disse que era um nome conhecido no nosso meio literario.

Inteligente e culto, ele não se compraz somente em cumprir fielmente as ordens de sua honrosa profissão; sobra-lhe ainda tempo para dedicar-se ao jornalismo e ao convívio das musas.

E' verdade que aqueles que possuem um certo gráu de instrução tem, muitas vezes, uma exaltação mais ou menos duradoura ou frequente da intelligencia, acima do seu nivel ordinario e por isso, já houve quem afirmasse que todo homem emocionado era poeta, enquanto durasse essa emoção, enquanto as imagens, as sensações lhe affluissem ao cerebro, enquanto experimentasse uma super-excitação da vida sensível e intellectual.

E' isso o que constitue a poesia intima e indivisível mas os verdadeiros poetas são aqueles que também manifestam nitidamente essa impressão, que lhes assoberba a alma, exercendo ação sobre os outros homens.

Trabalhador infatigavel, temperamento ardoroso, quiz Velho Sobrinho colaborar com os do Instituto que só tem motivos para regosijar-se com tão bõa aquisição, pelo que está de parabens o acatado Sodalício.

Em seguida convidou o Comandante Velho Sobrinho a prestar o compromisso estatutario, o que foi feito em voz alta, com toda a assembléa de pé.

Subindo á tribuna para pronunciar o seu discurso inaugural, o novo socio leu um substancioso trabalho sobre as marinhas de guerra de Portugal e do Brasil, que atuaram nos movimentos republicanos de 1817 e 1824 de que Pernambuco foi teatro.

Trabalho de historia documentado, e tambem de observação e de critica em que descreve a cooperação da marinha em prol da legalidade, nos dois movimentos republicanos, o discurso de Velho Sobrinho, lido em voz alta, numa dicção perfeita, deixou impressão indelevel no auditorio.

Foram as suas ultimas palavras: Honra a Pernambuco que preferiu crucificar-se na cruz de sangue de sua bandeira a submeter-se á tirania da metropole!

Gloria a Pernambuco, que se ergueu rebelado contra os desatinos do primeiro imperador.

Honra e gloria a Pernambuco que deu o titulo de Tamandaré ao Nelson brasileiro — o nome digno, o mais bravo almirante da marinha do Brasil.

Cessadas as palmas, que as palavras de Velho Sobrinho provocaram, o Dr. Estevão Pinto, interprete do Instituto, apresentou as saudações deste ao novo socio, cuja personalidade literaria estudou.

Agradecendo o comparecimento das Exmas. familias e cavalheiros presentes á solenidade, o presidente encerrou a sessão.

Compareceram ao Instituto os Srs. socios dez. Silva Rêgo, Mário Melo, Samuel Campêlo, Carlos Pereira da Costa, prof. Eustorgio Vanderlei, Oton L. Bezerra de Melo, M. J. Santana Araujo e prof. Jeronimo Gueiros.

Artur da Silva Rêgo.
Presidente

Mário Melo,
1.º Secretário.

Samuel Campêlo,
Servindo de 2.º secretário.

SESSÃO ORDINARIA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 1927.

Presentes os socios drs. Joaquim Amazonas, Mário Melo, João Perete, Oscar Brandão, Jeronimo Gueiros, Ambrosio Leite, M. J. de Santana Araujo, comandante Velho Sobrinho, Oton L. Bezerra de Melo, Samuel Campêlo, na ausencia do presidente, de acôrdo em os estatutos, o 1.º Secretário assumiu a presidencia e convidou para secretarios os Srs. Oscar Brandão e Samuel Campêlo.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o 1.º secretário procedeu a leitura da seguinte carta:

Meu caro Mário Melo — Tenho muito contentamento em oferecer ao Instituto uma singela cadeirinha antiga, que posuo ha muitos anos. Lendo no "Diario de Pernambuco" uma carta do Dr. Pedro Luis Correia de Araujo prontificando-se a levar os paineis dos Guararapes afim de proceder aos reparos que necessitam, lembrei-me da cadeirinha, que se acha justamente em poder do ilustre pintor pernambucano que se dignou de oferecer-me os concertos de que tambem precisava, e por isso enviei-a para sua residencia.

Estou certo de que, o ilustre pintor terá prazer, em entrega-la ao Instituto. Meu caro Mário, receba um abraço do João de M. Perete.

Foram acusadas as seguintes ofertas "Carvão, munições e navios" pelo socio correspondente Thiers Fleming: Boletim bibliografico da Bibliotheca da Universidade de Coimbra; Liga Maritima Brasileira n. 244; Boletim do Instituto de Engenharia de S. Paulo, n. 16.

A seguir foi lido o parecer favoravel á admissão do socio do candidato Dr. Luis Cesario Cardoso Aires. Posto a votos foi o mesmo aprovado socio efetivo.

O Dr. Oscar Brandão diz que foi o proponente do candidato e desejaria recebe-lo, porem tem que ausentar-se em comecços do mês entrante.

O presidente designa o proximo dia 3 para a sessão de posse.

A seguir o 1.^o secretario passa a ler o seguinte parecer:

Na reunião passada dêste Instituto, o consocio Dr. Samuel Campêlo comunicou ter o prefeito de Olinda, num serviço de terraplanagem, nas ruínas do antigo Senado da Camara encontrado uma lapide com inscriçãõ, pelo que suspendera os trabalhos, deixando-a no local até que nos manifestassemos. E propôs fosse nomeada uma comissãõ para estudar o assunto, do que resultou a designaçãõ dos que a este assinam.

No mesmo dia, finda a reunião, nos transportamos a Olinda, sendo-nos tudo facilitado pelas autoridades locais.

Na area em que existiu o antigo Senado, revolvida a terra em determinado ponto, encontramos uma lage de marmore branco com os seguintes dizeres:

Aos 10 de Novembro de 1899, decimo da proclamação da Republica, foi lançada a pedra fundamental do monumento destinado a memorar o 1.^o brado de Republica no Brasil, por Bernardo Vieira de Melo, em 10 de Novembro de 1710, no congresso celebrado no Senado da Camara Municipal desta cidade de Olinda, cujo edificio se levantara no local em que se lançou esta pedra fundamental".

Reportando-nos aos jornais da época, chegamos á evidencia de que se trata da pedra fundamental de um monumento que o Instituto projetou erigir no local, digo, que o Instituto Literario Olindense projetou erigir a Bernardo Vieira de Melo, em memoria á sua attitude na celebre sessão de 10 de Novembro de 1710, em que opinou pela independencia de Pernambuco com a constituição de um Governo á semelhança do de Veneza.

Essa pedra saiu da séde do Instituto Literario, as 5 e 1/2 da tarde de 1.^o de Novembro de 1899, n'um andor conduzido pelos Drs. Guedes Alconforado, presidente do referido Instituto, Gonçalves Ferreira Junior, prefeito de Olinda, Dr. F. A. Pereira da Costa, do Instituto Arqueológico, Cap. Peregrino de Faria, aquidante de ordens do Governador do Estado, Alferes Padilha, representante do Com. do distrito militar sendo antes benzida por Monsenhor Marcolino do Amaral. Acompanharam o prestito musicas do 14.^o e do 40.^o de infantaria e do 2.^o Corpo de policia, seguindo-se avultado numero de pessoas.

No momento de ser colocada, falou o Dr. Adelino de Luna Freire Filho, professor da Faculdade de Direito.

Em complemento ao ato civico, houve á noite uma sessão no Instituto Literario Olindense, falando o Dr. João Elisio de C.

Fonseca e após queimou-se um fogo de artifício no largo da Liberdade.

Identificada a Pedra, resta-nos tratar do seu destino.

A comissão é de parecer que ela deve ficar no local em que se encontra. Já não existe o Instituto Olindense, mas com ele não morreu o patriotismo dos filhos da lendária terra que Duarte Coelho povoou, nem ficou extinta a dívida de gratidão dos pernambucanos para aquele que primeiro no Brasil sonhou com a República.

O acaso da descoberta da pedra vale como signal de cobrança da dívida à actual geração.

Que o Instituto comunique ao Prefeito do visinho município, com os votos que faz para que reunindo ele em comissão as pessoas capazes de levar adiante a idéa do Gremio desaparecido, idéa a que deu apoio seu antecessor de 1899, seja quanto antes, levantado esse monumento á memoria do invicto pernambucano que pela patria se imolou, dando a Olinda, na historia republicana da America, lugar de tão destacado realce. Recife 24 de Novembro de 1927. Mário Melo, relator.

Voto de modo diverso do relator. Um monumento para significar homenagem ao feito de 1710 deviria ser cousa imponente. O Instituto não o pode fazer e é provavel que o município de Olinda não o possa tambem. Proponho que o Instituto pleteie junto áquele município, o levantamento de um edificio escolar, no local do antigo senado aproveitando-se a parede que ainda hoje ali se ergue, resto daquele senado, e então, na fachada do novo edificio, seja colocada a lapide encontrada, bem como a que existe actualmente na velha parede. O Instituto Literario Olindense desejava um monumento para lembrar a republica de 1710. Que melhor monumento do que uma escola?

E poderia ser-lhe dado o nome de "10 de Novembro" — Samuel Campêlo, Ambrosio Leite, de acordo com o voto do Dr. Samuel Campêlo.

O presidente põe o assunto em discussão.

Fala em primeiro lugar o Dr. Joaquim Amazonas que discorda das conclusões do parecer.

Em outro país qualquer deles seria aproveitado mas entre nós não. Em suas viagens, tem visto o carinho com que se conservam as ruínas mesmo sem significação histórica, ao passo que aqui isso é tratado com desprezo.

Assim, não foi possivel ao Instituto Olindense levantar o monumento e talvez não possa a prefeitura construir a escola.

Generalisa-se a discussão, tomando parte Velho Sobrinho, Bezerra de Melo e João Pereti.

Dr. Mário Melo diz que seu intento foi, na peor hipótese, conservar as ruínas que representam um monumento natural; é preciso deliberar-se sobre o destino da pedra achada.

O Dr. Amazonas propõe que se solicite da Prefeitura de Olinda levantar um bloco de granito no local em que foi encontrada a pedra e sobre esse collocar-a com a face para cima como a lembrar a dívida dos olindenses; cercar com uma corrente a área do que foi o velho Senado e protege com cimento o resto da parede; sendo esta idéa vencedora.

O Dr. Mário Melo declara que no dia 16 do corrente, foi a Tejucupapo com o tenente Heitor Mendes, chefe do serviço militar de engenharia e o Sr. Bezerra de Melo, para levantar a planta topografica do antigo reduto e apresentar o esboço do monumento.

Que nessa ocasião o Dr. José Henrique Resende proprietario do local onde existio a trincheira, prometeu fazer doação do trato de terra em que ela se localizava.

O Sr. Bezerra de Melo, em continuação do assunto, apresenta a seguinte indicação que é unanimemente aprovada:

Visitando ultimamente as povoações de Tejucupapo e de São Lourenço de Tejucupapo, nelas encontramos, em completo abandono e em estado de ruínas as respectivas capelas, apesar de possuírem ambas grande patrimonio, sendo que a segunda foi matriz da freguezia creada em 1555, portanto das mais antigas do Brasil.

Desse estado de ruínas falou um dos signatários, em artigo publicado no Diário de Pernambuco de 20 do corrente.

As igrejas antigas, abstraindo mesmo o sentimento religioso, são monumentos nacionais, Infelizmente não temos no Brasil uma repartição destinada a classifica-los e conserva-los. Entretanto não deve escapar ao programa o zelo e conservação esses monumentos antigos, ligados a historia do nosso passado.

Por isto propomos que o Instituto se dirija ao Snr. Bispo de Nazaré, a cuja jurisdição pertence a paróquia de Goiana, responsavel direta pela administração das referidas igrejas, denunciando o fato e fazendo votos para que não continue em abandono, como até hoje esses dois templos modestos de onde, no passado, foi comunicada a fé com que as mulheres, crentes mais na força divina, do que no poder das armas, venceram o invasor, holandês. Recife 24 de Novembro de 1927.

Oton L. Bezerra de Melo, Mário Melo.

O Dr. Samuel Campêlo lê a seguinte indicação:

Todos nós sabemos o que representa na história de Pernambuco a defesa do reduto de Rio Formoso por Pedro de Albuquerque e seus vinte comandados.

Ali foi um dos bastiões de nossa nacionalidade, no dizer de Eliseo de Carvalho.

Para assinalar o local de tão grande feito, os nossos conterraneos Dr. Carlos Xavier Pais Barreto sócio correspondente deste Instituto atualmente Des. no Espirito Santo e seu irmão Dr. Manuel Xavier Pais Barreto, atual Juiz no Amazonas, e Dr. Otavio Hamilton Tavares Barreto, que ocupa uma cadeira, por este Estado na Camara Federal tiveram em 1899 a idéa de erigir ali um monumento comemorativo, idéa que teve o apolo do então prefeito do Rio Formoso, Cel Adolfo Lins Vanderlei e particulares, sendo o monumento encimado por um cruzeiro inaugurado a 7 de Fevereiro de 1900, aniversario da heroica defesa que Vanhagem comparou ao passo das Thermopilas.

Era idéa colocar uma lapide no cruzeiro, como nos conta o Dr. Carlos Xavier na sua monografia. O Municipio de Rio Formoso — apresentada ao 8.º congresso brasileiro

de Geografia, reunido em fins do ano passado no Espírito Santo mas entretanto, até hoje a lapide não foi colocado, ficando assim o ignorante da história sem saber o que representa o monumento.

Na sua monografia o nosso consocio apela para o Instituto Archeológico, afim de, ao lado da Municipalidade de Rio Formoso, promover a colocação da lapide.

Acabo de receber o trabalho do nosso coestadano que de tão longe não se esquece de Pernambuco e suas glorias, e fazendo-me espontaneamente, portavós de suas palavras, proponho, que o Instituto se dirija ao Prefeito de Rio Formoso para completar a obra de seu antecessor de 1900 e colocar no monumento, pelo outro construido, duas lapides, com os seguintes dizeres:

Numa face do monumento as palavras da monografia, de Carlos Xavier. "Aqui repousam 20 herois que, sob o comando de Pedro de Albuquerque a 7 de Fevereiro de 1633 repeliram ataques de 600 holandêses matando-lhes 80 soldados e, podendo render-se, preferiram lutar e morrer pela integridade do territorio nacional".

Na outra face: — De Pedro de Albuquerque disse o holandês Netcher: jamais soldado algum soube cumprir melhor o seu dever.

Estas lapides deverão ser collocadas no proximo dia 7 de Fevereiro de 1928, dirigindo-se ainda o Instituto ao proprietario do terreno onde se acha o cruzeiro — Sr. Estevão Batista dos Santos (monografia citada) — afim de pedir tambem o seu apoio á idéa e felicita-lo pelo zelo patriotico com que sempre se tem portado não deixando que o mato cubra o monumento que se conserva limpo e caiado, como nos informa o Dr. Carlos Xavier — Recife 24 de Novembro de 1927. — Samuel Campêlo.

Pondo-se em discussão, o presidente informa que em .. 1869 J. B. Regueira da Costa fez proposta semelhante ao Instituto, com outros dizeres, conforme se verá na colleção da Revista.

O comandante Velho Sobrinho concorda com a idéa, mas discorda dos termos da inscrição, porquanto é sabido que ali morreram os defensores do forte mas não que ali estejam enterrados.

O Dr. Joaquim Amazonas tambem discorda quanto ao numero de mortos, pois houve um ferido que atravessou o rio a nado e Pedro de Albuquerque não morreu em combate. O Sr. Bezerra de Melo pede o adiamento da discussão mesmo porque tem projetada uma viagem ao local com o Dr. Mário Melo e depois virão esclarecimentos, sobre o assunto. Concorda o autor da indicação com o adiamento e este é aprovado. O Dr. Mário Melo diz que Dr. José de Barros Lima adquiriu aqui uma moeda de ouro de 1830, exemplar que nenhum colecionador possui, conforme informação que lê, prestada pelo museu historico do Rio de Janeiro.

O possuidor da moeda recebeu avultada oferta de um colecionador da Capital Federal, mas prefere vendê-la por preço razoavel ao Instituto, para que não saia de Pernambuco. Os recursos do Instituto não permitem a aquisição e é pena que a vejamos emigrar como tantas outras cousas de valor.

O Sr. Bezerra de Melo lembra que o governador Sergio Loreto adquiriu uma colleção numismatica para o Instituto. Para enriquece-la com este exemplar unico, devemos fazer um apelo ao actual governador e conta que será atendido. O presidente designa os Srs. Dez. Silva Rêgo, Bezerra de Melo e Velho Sobrinho para a comissão. O Snr. Bezerra de Melo diz não comprehender comissão do Instituto sem a presença do Dr. Mário Melo, que não se nomeia a se proprio, mas deve nela ser incluido. Ainda o Snr. Bezerra de Melo, atendendo a um artigo de Luis Cedro sobre Tiradentes, requer o que é aprovado, que seja transcrito na Revista.

O Dr. Mário Melo comunica que em companhia do Dez. Silva Rêgo visitou no Hospital do Centenario em companhia. digo, em nome do Instituto o socio benemerito Dr. Sebastião Galvão, que ali se acha em tratamento.

O prof. Jeronimo Gueiros propõe que seja alterada das 16 para 17 horas, por mais de acordo com as conveniencias de todos os socios, as sessões ordinarias, com o que todos concordam.

Nada mais havendo a tratar, encerram-se os trabalhos.

Artur da Silva Rêgo,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretário.

L. C. Cardoso Aires,
Servindo de 2.º secretario.

SESSÃO EXTRAORDINARIA, EM 3 DE DEZEMBRO DE 1927.

Reuniu-se o Instituto em sessão extraordinaria a noite de 3 de Dezembro de 1927, para empossar o Dr. Luis C. Cardoso Aires.

Os trabalhos foram presididos pelo Dez. Silva Rêgo tendo á direita o Prefeito Dr. Pessoa Guerra e a esquerda o representante do comandante da força publica e outras autoridades.

Explicados os fins da reunião, as esperanças do Instituto ao acolher o novo socio, que tem dado provas publicas de civismo e de inteligencia, convidou o recipiendario para prestar seu compromisso, que foi ouvido de pé.

A seguir, deu a palavra ao orador do Instituto Dr. Oscar Brandão, que estudou em formoso discurso, a personalidade do novo socio.

Ocupou depois a tribuna o Dr. Cardoso Aires, lendo um trabalho de fé civica e patriotica.

Mostrou como o Instituto tem contribuido para reavivar as páginas brilhantes da historia até estão esquecidas: como hoje já ensinam em nossas escolas os nossos feitos gloriosos, contribuindo para a formação de uma mentalidade, mais vigorosa no amor a terra natal e terminou por oferecer ao sodalicio a que se incorpora o primeiro exemplar da "Caravana Civica", livro de colaboração dele recipiendario, do Dr. Oscar Brandão e Djalma Trindade.

O presidente agradeceu o comparecimento das autoridades presentes e das famílias e encerrou a sessão.

Do Instituto compareceram os Snrs. Des. Silva Rêgo, Mário Melo, Coronel Oton L. Bezerra de Melo, Dr. Oscar Brandão, M. J. Santana Araujo, Dr. Samuel Campêlo, Dr. José de Barros Lima, e prof. Jerônimo Gueiros. Tocou a banda de musica da Força Publica.

Artur da Silva Rêgo,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretario.

Oscar Brandão,
2.º Secretario.

SESSÃO ORDINARIA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1927

Sob a presidencia do Des. Silva Rêgo, secretariado pelos Drs. Mério Melo e Cardoso Aires, presentes os Snrs. Dr. Samuel Campêlo, Oscar Brandão, Gervasio Fioravanti, Othon L. B. de Melo, Methodio Maranhão, Ambrosio Leite e Eustorgio Vanderlei, reuniu-se o Instituto em sessão ordinaria.

Lido a ata da sessão anterior, passou-se ao expediente, durante o qual o 1.º secretário procedeu á leitura de uma carta de D. D. Maria das Graças Gondim, Maria Alice Correia Gondim, Maria Joana Guedes Correia Gondim, Maria Tavares de Melo e Olimpia de Araujo Lima, carta procedente de Itambé e que vai publicada noutra sessão, na qual protestam contra um artigo de combate á idéa de um monumento a Tejucupapo, e ao mesmo tempo lembram ao Instituto a constituição de comissões femininas para angariar donativos em todos os municipios.

Ofertas: uma cedula de 100\$000 n. 33776 estampa E serie E posta em circulação em 1882, oferta do Snr. Placido de Faria, por intermedio do Snr. Bezerra de Melo e os livros seguintes: "Indian Tribes of Edestem, Pern "Indian Rural Place at Weuthof Massachusetts"; "Tequizesttou, Pestituacion, acolmanand San Juan Tepechpau"; publicações do Peabody Museum of American Archeology, and armutro logy Havood University" ns. 51 e 53 da "Revista do Instituto Geografico da Bafa" Bibliographical and historical descreption of the rarest books in the Oliveira Lima collection of the catholic University of America"; A Imperatriz D. Leopoldina, por Amilcar Salgado dos Santos.

O Snr. Bezerra de Melo pergunta qual a attitude do Instituto ante a carta das senhoritas de Itambé. O presidente responde que, quanto ao protesto, o Instituto a aceita e deixa re-

gistrado na ata; quanto á comissão para angariar donativos para o monumento, vai remeter a carta á comissão incumbida do assunto, pensando que deve ser apoiada por todos e suas autoras ficarem, desde logo, com a comissão de Itambé.

E' lida uma proposta dos Srs. Samuel Campêlo, Oscar Brandão, Metodio Maranhão e Gervasio Fioravanti com a indicação do Snr. Dr. Sergio de Aquino Fonseca Araujo, delegado fiscal na Baía, para socio correspondente do Instituto, a qual é enviada á respectiva comissão.

O Snr. presidente declara que, em obediencia ao votado na ultima sessão, foi, com os socios Srs. Bezerra de Melo e Mário Melo ao governador interino Dr. Julio de Melo, pleitear a aquisição da moeda de ouro de 6.400 cunho de 1830 R. para o Instituto. Explicando a S. Excia. tratar-se de uma rara peça numismática conforme o parecer do Museu historico do Rio de Janeiro, que não a possui e que seria cedida ao Instituto por 3 contos de reis (3:000\$000), o Governador respondeu que defiria o pedido; que este entretanto, devia ser formulado por escrito, o que já foi feito.

O primeiro secretário declarou, que, desde que o Instituto se mudou para a rua do Hospicio, não foi possível catalogar a bibliotéca. Alguns socios que se ofereceram para esse trabalho não o levaram a termo. O Sr. Almeida Genú trabalhou muito tempo e talvez concluisse a catalogação se não se retirasse definitivamente do Estado. Convidou para substituí-lo o Sr. Olimpio da Costa Filho, funcionario da Bibliotéca publica do Estado.

Nesse interim o Sr. Leduar de Assis Rocha ofereceu-se para fazer a catalogação, comprometendo-se a conclui-la. Apenas iniciou o trabalho não mais voltando ao Instituto, apesar de reiterados convites do presidente e dele secretário.

Deante disso e como não era possível continuar o desarranjo em que estava a biblioteca, convidou o Snr. Olimpio Costa para trabalho de catalogação, tendo este aceitado e começado o serviço.

O Sr. presidente declara conhecer todos os antecedentes do fato e entende que o secretario procedeu com acerto. O Sr. Bezerra de Melo louva o procedimento do Snr. Olimpio Costa Filho, que sendo um pobre, vae desinteressadamente, dedicar ao Instituto suas horas de folga, sendo justo que ao fim o Instituto lhe dê uma compensação.

O Dr. Samuel Campêlo refere-se a um excelente trabalho de investigação historica do Snr. Anisio Galvão, sobre o inicio do Café em Pernambuco e pede sua transcrição na Revista o que é aprovado.

O Snr. Gervasio Fioravanti pede informação sobre o proximo numero da Revista, dando-lhe o Snr. Mário Melo, que explica a demora do seu aparecimento por acúmulo de serviço na Imprensa Oficial onde está sendo composta.

O Snr. Santana Araujo trata da morte de Carlos de Laet e pede um voto de pesar na ata. O Snr. Samuel Campêlo solicita igual homenagem em relação ao jovem caricaturista Rubens Vanderlei, filho do consocio Eustorgio Vanderlei. Aprovados ambos os pedidos e nada mais havendo a tratar, o presi-

den declarou ser aquela a ultima reunião do ano, e convidou os socios para o mesmo trabalho proficuo com a mesma cohesão e o mesmo patriotismo no ano a iniciar-se e encerrou a sessão.

Gervasio Fioravanti,
2.^o Vice Presidente.

Mário Mélo,
1.^o Secretário.

João Felipe Monteiro,
2.^o Secretário.

Itambé 6 de Dezembro de 1927.

Exmo. des. Artur da Silva Rêgo M. D. Presidente do Instituto Arqueológico e demais membros.

As abaixo assinadas, residentes nesta cidade de Itambé, em defesa da nossa patria que é o Brasil inteiro, em defesa da religião católica apostolica romana, que é a da nossa patria, e ainda em defesa da mulher brasileira, seja qual fôr o estado a que pertença, pela presente carta protestam ante V. excia. contra o procedimento de alguem que abusando da intelligencia de que dispõe, se insurgiu contra a feliz lembrança ou antes contra o pagamento de uma divida de justiça, mediante um monumento comemorativo do valor das heroínas de Tejucupapo que defenderam brilhantemente a honra do nome brasileiro, contra o poder dos batavos, esquecendo-se eles de tudo quanto prende a mulher para lembrança de Deus que as inspirou, fazerem trincheiras que só o patriotismo inspiraria e da qual subsistem restos no devido lugar e na história a narração imorredoura.

Esse glorioso Instituto que pugna pelas reivindicações da patria brasileira, tomará, esperam as abaixo assinadas, a defesa das heroínas de Tejucupapo na criação desse monumento que não interessa somente a memoria delas, mas a honra da mulher brasileira, sem distincção de Estado, porque o patriotismo feminino sob todos os aspectos, se estimulará de modo eficaz no reconhecimento do poder do sexo, sem o qual a patria é inutil uma vez, mediante o concurso da mulher surgem todas as familias que constituem o imenso agregado sob a feição caracteristica da patria, na população respectiva. Senão é antecipação, as abaixo assinadas sugerem humildemente a esse Glorioso Instituto a constituição de comissões femininas promotoras da aquisição do numerario preciso, afim de ser traduzido em ato seculamente patriotico o monumento que atestará ás gerações vindouras o valor feminil brasileiro em defesa da nossa patria, no passado, no presente e no futuro.

Com a maxima consideração e protesto de gratidão, as abaixo assinadas ficam aguardando, a decisão do seu pedido.

Maria das Graças Gondim

Maria Alice Correia Gondim.

Maria Joana Guedes Correia Gondim.

Maria Tavares de Melo.

Maria Olimpia de Albuquerque Lima.

ANO DE 1928 — PRIMEIRA SESSÃO ORDINARIA

Aos 12 de Janeiro de 1928, reuniu-se o Instituto sob a presidencia do Dr. Neto Campêlo, 1.º Vice-presidente, secretariado pelo Dr. Mário Melo e prof. Felipe Monteiro, presentes os sócios Dr. Gervasio Fioravanti, prof. Dr. Joaquim Amazonas, Dr. Samuel Campêlo, M. J. de Santana Araujo, Oton Bezera de Melo, prof. Jeronimo Gueiros, Ambrosio Leite, Dr. Cardoso Aires, e Oscar Brandão.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior o 1.º Secretário acusou as seguintes ofertas:

"Anais do Museu Paulista" tomo 3.º 1927; "Manual especial para uso dos delegados 6.ª Conferencia Internacional Americana" "Revistas do Instituto do Ceará" 1927; "Boletim mensal de estatistica demografico-sanitaria" de S. Paulo, Maio 1927; "Boletim do Ministerio da Agricultura" Outubro de 1927; "Boletim do Instituto de Engenharia de S. Paulo" Dezembro de 1927; "Oração de Democrito" do Dr. Guedes de Miranda; "O Soldado de 1927" do Cap. Paula Guedes; digo do Cap. Paula Cidade; "Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro" Setembro de 1927; "Rasões do meu silencio" do Prof. Jeronimo Gueiros; "Boletim da União Pan-Americana" Dezembro de 1927"; La Geographie" Julho e Agosto de 1927; "Documentação brasileira seicentista"; Camara Portuguesa de Comercio de S. Paulo "Femina" "Helsiugpors 1927" "Ata Geografica da Sociedade Geográfica Femina"; "A Ilustração" varios volumes pelo Snr. Melquiades Cordeiro Falcão. Lido o parecer da comissão de Sindicancia, foi aprovado sócio correspondente o Dr. Sergio de Aquino Fonseca Araujo, atual delegado fiscal na Baía.

A seguir o Dr. Mário Melo leu a indicação seguinte, relativamente á fortaleza do Brum, a qual foi aprovada.

"Ao empossar-se como sócio efetivo do Instituto, o acatado higienista Dr. F. S. Rodrigues de Brito, gloria da Engenharia Nacional, a quem o Recife deve em grande parte o seu saneamento, pronunciou a 27 de janeiro de 1918 brilhante discurso sobre a conservação dos monumentos.

Referindo-se particularmente á fortaleza do Brum, condenada a desaparecer pelas obras do Porto, disse que havia apresentado espontaneamente á fiscalização respectiva um traçado em que a salvaria da destruição.

"Conservemos essas muralhas" — foram palavras do illustre recipiendario — conservemos essas muralhas sem lhes tirar o cunho vetusto; tufos de vegetais elegantes, altivos, ergam-se por cima delas, nas plataformas dos canhões removidos para os museus ou para as fortificações".

Em sessão de 23 de Abril de 1918 o illustre confrade engenheiro Eduardo de Moraes, ultimamente, com pezar nosso arredio dos trabalhos desta casa, lembrou que o Instituto fizesse um apelo ao Governo da União, no sentido de aproveitar o trabalho do Dr. Saturnino de Brito e evitar a destruição desse histórico monumento.

No dia imediato o Instituto se dirigia ao engenheiro chefe da fiscalização do Porto, conforme se vê no volume 21 da nossa Revista. O Dr José Cesario de Melo então no cargo, res-

pondeu que só o governo da Republica poderia modificar o projecto científico-o do pedido e solicitar sua atenção para a planta modificativa do Dr. Saturnino de Brito, na qual era a fortaleza do Brum conservada.

O Instituto ficou tranquilo sobre o caso. Não mais se falou sobre a demolição desse velho forte.

Fomos agora informados pelo engenheiro Brandão Cavalcanti de que modificação alguma sofreu a planta primitiva e, de um momento para outro, poderá ser iniciada a distribuição desse baluarte construído pelos nossos colonizadores em 1595 tomado e reconstruído pelos holandeses que o ocuparam nos 24 anos de dominio, baluarte que tendo vindo do primeiro seculo do nosso descobrimento, e tendo representado papel de tamanho relevo na guerra holandesa figurou ainda na revolução de 1710, de 1817, e de 1824 e chegou aos nossos dias como unica sentinela armada de Pernambuco.

Não deve e não pode o Instituto Arqueológico permitir semelhante atentado sem que envide todos os esforços no sentido da conservação dessa joia do nosso patrimonio histórico, tanto mais quanto a destruição não é imprescindível ás obras, como o demonstrou Saturnino de Brito, uma das glorias mais legítimas da engenharia brasileira.

Dirige Pernambuco eventualmente um devoto do nosso credo, um legionario do culto do passado.

Apelamos para o Snr. Julio Belo, governador do Estado no sentido de s. excia. envidar todos esforços pelos meios que lhe parecerem mais apropriados, para evitar que o governo da União arrase a Fortaleza do Brum — documento vivo da nossa história militar desde a aurora da colonização até a maioridade da Republica. — “Mário Melo”

O Snr. Otton Bizerra de Melo, com a palavra, disse que havia ido a Rio Formoso em companhia dos Snrs. Mário Melo e Samuel Campêlo, sendo hospedados oficialmente pelo prefeito Snr. José Acioli; que visitaram os redutos e apresentavam o seguinte parecer:

Tomando em consideração a proposta de um dos signatarios deste — Samuel Campêlo — em patrocínio ao voto formulado ao Instituto Arqueológico, no 8.º Congresso de Geografia da Vitoria pelo nosso consocio Des. Carlos Xavier Pais Barreto, fomos a Rio Formoso e visitamos o reduto onde se escreveu a página mais gloriosa da história militar do Brasil.

Existe no cume do oiteiro que Rigueira Costa, em comissão deste Instituto, indentificou em 1872, uma contrução semelhante a tumulo, indicada por uma cruz latina e a que chamam cruzeiro.

Foi na sua pobreza artistica, talvez vencendo as maiores dificuldades financeiras, o que pôde a população fazer. O fato é que de qualquer maneira, o local está assinalado.

Não relatou o cronista, o local em que se sepultaram os heróis de Rio Formoso.

Assim propomos: Que a inscrição da lápide seja, com pequena modificação, a que foi redigida por J. B. Rigueira Costa e aprovou o Instituto em 1872: “Aqui ao mando de Pedro de Albuquerque, vinte Intrepidos guerreiros, a 7 de Fevereiro de 1633, repelliram quatro ataques de seiscentos holandeses pro-

duzindo-lhes a perda de oitenta homens. Intimidados a capitular, preferiram morrer pela integridade da Patria"; b) Que noutra lapide, conforme a proposta figure o conceito do historiador holandês Nestscher; "Nunca soldados cumpriram melhor o seu dever — Netsnher"; c) — Que o Instituto se dirija ao chefe do executivo municipal de Rio Formoso, no sentido de mandar fazer e colocar as lapides com as inscrições.

Recife, 12 de Janeiro de 1928 — Oton Bizerra de Melo, Mário Melo, Samuel Campêlo.

Posto em discussão o parecer, o Dr. Cardoso Aires disse que a homenagem de uma placa era modesta para o feito. Como as heroínas de Tejucupapo, os heróis de Rio Formoso merecem um monumento.

O Dr. Samuel Campêlo diz que concorda em parte com a proposta. Já existe um cruzeiro assinalado do feito, faltando a inscrição. Que a idéa do monumento não prejudique a da colocação da lapide.

O Dr. Joaquim Amazonas diz não será muito facil vingar a idéa do monumento, dada a pobreza da Região de Rio Formoso cuja cidade está em franca decadencia.

Os Snrs. Neto Campêlo e Oton Melo concordaram com a proposta do Sr. Cardoso Aires.

Encerrada a discursão, o Sr. Mário Melo pede que a votação seja por parte. Primeiramente o parecer depois a proposta Cardoso Aires, pois a colocação da lapide será feita logo, enquanto que a idéa do monumento demorará.

Postos a votos separadamente, foram aprovados o parecer e após a proposta do Sr. Cardoso Aires.

O Dr. Samuel Campêlo pede que o Instituto agradeça ao prefeito de Rio Formoso a acolhida que deu aos socios que ali foram, o que foi aprovado.

O Dr. Joaquim Amazonas trata do passamento do Dr. Julio de Melo, figura de realce na politica de Pernambuco e amigo do Instituto como demonstrou quando se lhe pediu a aquisição de uma moéda rara. Propõe um voto de pesar em ata e que o Instituto compareça ás exequias officiais. O presidente designou os Snrs. Des. Silva Rêgo, Dr. Joaquim Amazonas, Oton Bezerra de Melo, Santana Araujo e Samuel Campêlo.

O Sr. Oton Bizerra de Melo, diz que está no exercicio de Governador o Sr. Julio Belo, que é apaixonado tradicionalista. Pede que o presidente designe uma comissão para cumprimenta-lo e levar-lhe ao conhecimento a indicação relativa á fortaleza do Brum. O Presidente designa os Snrs. Desrs. Silva Rêgo, Oton Bizerra de Melo e Mário Melo.

O Sr. Mário Melo comunica o falecimento no Pará do sócio correpondente Dr. Palma Muniz e requer um voto de pesar, que é unanimemente aprovado.

O Dr. Oscar Brandão diz que devem seguir brevemente para os trabalhos do Conselho de ensino os Snrs. Neto Campêlo e Joaquim Amazonas. Pede uma comissão para comparecer ao embarque. O Presidente agradece a gentileza, mas não pôde submete-la a votos.

O autor da proposta diz ser dispensavel a votação; que em vez da comissão compareçam os sócios que o poderem fazer, com o que todos concordam.

O presidente diz que 27 do corrente é a festa aniverssaria do Instituto. Designa para orador official o Dr. Oscar Brandão e para falar sobre os sócios falecidos no ano, o Dr. Samuel Campêlo, devendo o Instituto n'esse dia ser franqueado ao publico.

Nada mais havendo a tratar encerrou-se a sessão.

Arthur da Silva Rêgo,
Presidente

Mário Melo,
1.º Secretário

Samuel Campêlo,
Servindo de 2.º Secretário.

SESSÃO SOLENE, EM 27 DE JANEIRO DE 1928.

Em solenização ao aniversario da libertação de Pernambuco do dominio holandês e de sua fundação em 1862, realizou-se uma sessão solene e as suas coleções estiveram em exposição.

Abrindo os trabalhos o Des. Silva Rêgo, presidente effetivo, ladeado pelo Dr. Sebastião Lins, secretario do governo e representante do Dr. Julio Bélo, e do Dr. L. C. Cardoso Aires, representante do prefeito, presentes muitos cavaleiros e familias, pronunciou ligeiro discurso, em que disse, que os 66 anos do Instituto, representavam proveito e benemerencia pela causa pública na continua e a afanosa missão de promover a coordenação dos feitos gloriosos dos nossos maiores e pesquisa dos nossos antigos documentos na conservação de todos essas sagradas reliquias, que recordam um passado que nos honra. Uma existencia inteira devotada ao alevantamento moral de Pernambuco.

As sessões civicas em que se evocam fatos da historia patria, são lições de valor inestimavel, e contribuem proveitosos ensinamentos.

E' por isso que hoje rememoramos o valor dos pernambucanos, com suas forças de brancos de pretos e de indios nesses memoraveis episodios, que durante nove anos ensanguentaram o solo patrio, na defesa de nossa bela e fertilissima terra.

Explicados os fins da reunião, deixava de pormenorizarlos porque disto estava incumbido o orador official. Declarou aberta a sessão, dando a palavra ao Dr. Mario Melo para ler o relatório anual dos trabalhos.

O secretario perpétuo tratou minunciosamente do que o Instituto fez em 1927, dando informações sobre o movimento de socios e a catalogação da biblioteca, o ponto de vista do Instituto no caso da comarca do Rio S. Francisco e suas consequencias; o brasão de armas do Recife em face da Heraldica; o estado da coleção numismática e o seu proximo enrique-

cimento com uma moeda de alto valor e a criação inadiável de um museu histórico.

Concedida a palavra ao orador oficial Dr. Oscar Brandão estudou o movimento a que se combinou chamar epopéa pernambucana e a fundação do Instituto instalado propositadamente no dia em que se convencionara solenizar o grande feito das armas pernambucanas. Terminando em vibrante apelo a mocidade para manter sempre acesa o fogo sagrado do patriotismo, de que o Instituto Arqueológico é uma pira ardente.

A seguir o Dr. Samuel Campêlo, de acordo com os estatutos, fez elogios aos sócios falecidos — Dr. Manoel Gomes de Matos, João Valfrido de Medeiros, Monsenhor Francisco José da Silva, e Antonio da Cruz Ribeiro, — efelivos, Capistrano de Abreu, Dr. Leite e Oiticica e Dr. Palma Muniz correspondentes.

Não havendo mais oradores, o presidente agradeceu o comparecimento de quantos estavam na reunião e encerrou os trabalhos.

Do Instituto compareceram os Ders. Silva Rêgo, Dr. Mário Melo, prof. J. Felipe Monteiro, Dr. Oscar Brandão, Velho Sobrinho, Dr. Samuel Campêlo, Dr. Cardoso Aires, Oton Bezerra de Melo, prof. Jeronimo Gueiros e prof. Gervasio Fioravanti.

Tocou no vestibulo uma banda de musica da força publica cedida pelo Exmo. Snr. Dr. Governador do Estado.

Durante a noite foi muito visitado o museu do Instituto.

Ao secretario do Instituto, dirigiu o Dr. Antonio Pinto Leal, tambem presente á sessão como representante da Academia de Ciencias de Lisboa as seguintes linhas:

“Ao comemorar-se nesta data mais um aniversario da fundação do Instituto Arqueologico Historico e Geografico Pernambuco, o respeitavel sodalicio onde tantas riquezas historicas se guardam, venho por mim e na qualidade de socio e representante da Academia de Ciencias de Lisboa, apresentar a V. Excia. as minhas mais cordiais felicitações, e bem assim aos corpos componentes do templo dedicado a grandeza historica de Pernambuco, que honra o Brasil”

Artur da Silva Rêgo,
Presidente.

Mário Melo,
Secretario.

Samuel Campêlo,
Servindo de 2.º secretario.

SESSÃO DE ASSEMBLEA GERAL PARA PROCEDEREM-SE
A'S ELEIÇÕES ANUAIS DE 2 DE FEVEREIRO DE 1928

Reuniu-se em sessão de assemblea geral o Instituto Arqueologico, sob a presidencia do Des. Silva Rêgo, secretariado pelo Dr. Mário Melo, secretario perpétuo e o Dr. Samuel

Campêlo, servindo de 2.^o secretario. Assinaram o livro de presença os senhores socios: Augusto Rodrigues, Dr. Arnóbio Marques, Dr. Oton L. Bizerra de Melo, Dr. Zeferino Agra, Dr. Nilo Camara, Dr. Turiano Campêlo, Domicio Rangel, Dr. Antonio Vicente, conego Jeronimo Assunção, Pedro Rodrigues Soares, Manoel de Santana Araujo, Dr. João Pereti, Dr. Fernandes Barroca, Dr. Gervasio Fioravanti, Comandante Velho Sobrinho, Dr. Carlos Costa, Coronel Oton L. Bezerra de Melo, Dr. Luiz Cardoso Aires, Dr. Oscar Brandão, prof. Jeronimo Gueiros e prof. Gaspar Regueira.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o 1.^o secretario deu conta do expediente: Officio do Instituto Archeologico Alagoano comunicando a posse de sua diretoria, da qual é presidente o snr. Dr. Orlando Araujo e secretario perpetuo o snr. Craveiro Costa; idem idem da Associação Commercial de Pernambuco — presidente o Dr. Braulio Gonçalves e secretario o Dr. José Gomes de Matos, digo, José Gomes de Melo.

Ofertas: "A terra Mineira" 2.^o vol., pelo socio correspondente Dr. Nelson Sena; "Novos direitos Velhos Codigos" e "Da Posse", pelo Dr. Hercilio de Sousa; "Geographical Review", Janeiro de 1928; Revista do Instituto Historico do Rio Grande do Sul, 4.^o trimestre 1928; "Relatorio do Dr. Flavio Maroja, presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraiba; Stenographia" pelos Snrs. Drs. Malaquias G. da Rocha e Arlindo Lins; "Justiça" "O Brasil e a sociedade das Nações"; "A Borracha" 3 volumes pelo Dr. José Carlos Macêdo Soares. Vem á mesa, é lida a seguinte indicação:

"Considerando que o Snr. Julio Belo, na qualidade da governador do Estado, concedeu o auxilio de 3:000\$000 (tres contos de réis) ao Instituto para a aquisição de uma moeda rarissima; considerando que o Sr. Julio Belo é um espirito culto, consagrado ao tradicionalismo e portanto, praticante do nosso programa; considerando que, com o donativo acima, preencheu os requisitos do Art. 9.^o dos estatutos, independente de sua qualidade de secretario de nossa causa propomos:

Seja o Snr. Julio Belo proclamado socio bemfeitor nos termos da nossa lei.

S. S. do Instituto, em 2 de Fevereiro de 1928.

Artur da Silva Rêgo, — Presidente. Mário Melo, — Secretario perpetuo. Oscar Brandão, — Orador. Samuel Campêlo, — Orador. Oton L. Bezerra de Melo, — Tesoureiro.

Posta em discussão a proposta foi unanimemente aprovada e o presidente proclamou socio bemfeitor o Snr. Julio Belo.

O primeiro secretario comunica que tendo se manifestado o aparecimento do cupim na parte anterior do predio, mandou verificar o telhado, tendo o profissional declarado que nas traves principais alguns caibros e ripas estavam afetados, pelo que pediu um orçamento que submetia a apreciação da casa. Estudado este e tratando-se de materia urgente, foi aprovado

que pediu um orçamento que submetia á apreciação da casa, dentro dos recursos do Instituto.

Passando-se á eleição da mesa e recolhidas as cedulas foram eleitos:

Presidente o Des. Silva Rêgo; 1.º Vice-presidente Dr. Neto Campêlo; 2.º Vice-presidente Dr. Gervasio Fioravante; 3.º Vice-presidente Dr. Methodio Maranhão; oradores Drs. Samuel Campêlo e Oscar Brandão; adjuntos os Srs. prof. Jeronimo Gueiros e Dr. Cardoso Aires; Tesoureiro Oton L. B. de Melo; 2.º secretario prof. J. Felipe Monteiro; adjuntos de secretario os profs. Eustorgio Vanderlei e Bezerra Leite — Comissão de contas, digos de fundos e orçamentos, Dr. Zeferino Agra, Conego Jeronimo Assunção e Santana Araujo; comissão da Revista, Dr. Mário Melo, Samuel Campêlo e Methodio Maranhão; comissão de sindicancia, Dr. Turiano Campêlo comdte. Velho Sobrinho e Dr. Joaquim Amazonas; comissão de manuscritos Ambrosio Leite, Dr. Tomé Gibson e prof. Gaspar Regueira; Comissão de História e Geografia Drs. Carlos Pereira da Costa, Estevam Pinto e Fernando Barroca; comissão de Etnologia e arqueologia, Abade D. Pedro Roeser, Dr. Arnobio Marques e João Pereti: havendo outros menos votados.

O Des. Silva Rêgo, agradeceu a renovação da prova de confiança que lhe foi dada e aos seus colegas de diretoria e na forma dos estatutos considerou todos empossados.

Pedindo a palavra o Dr. Carlos Pereira da Costa ofereceu ao Instituto quatro numeros da "Revista de Historia" que fundou para a publicação das obras de seu pae, o saudoso cronista Pereira da Costa; insistiu para que o Instituto nomeasse mais dois membros, além do Dr. Samuel Campêlo anteriormente designado, para acompanharem o trabalho da publicação e pediu ao Instituto que renove a Oliveira Lima a solicitação por ele feita, de escrever o prefacio dos "Anais Pernambucanos".

Sobre o assunto falaram os Srs. Samuel Campêlo e Fernando Barroca e Cardoso Aires, sendo os pedidos aprovados unanimemente, pelo que o Sr. presidente designou os Srs. Cardoso Aires e Estevam Pinto para a comissão.

Nada havendo mais a tratar, o presidente congratulou-se com os socios pela vultosa presença de companheiros á reunião e que era bom augúrio para os trabalhos do Instituto, e encerrou a sessão, a que esteve presente tambem o Sr. Lima Junior, do Instituto Arqueológico Alagoano.

Artur da Silva Rêgo,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretario.

Samuel Campêlo,
Servindo de 2.º Secretario.

ATA DA SESSÃO ORDINARIA DE 22 DE MARÇO DE 1928.

Aos 22 dias do mês de Março de 1928, reuniu-se o Instituto, sob a presidência do Des. Silva Rêgo, tendo como secretarios o dr. Mário Melo e Samuel Campêlo, tendo comparecido mais os Snrs. socios prof. Jeronimo Gueiros, Oton L. Bezerra de Melo, Comdte. Velho Sobrinho, Santana Araujo e Ambrosio Leite.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o 1.º secretario deu conta do expediente: Carta do sr. Júlio Belo, agradecendo sua eleição de socio; convite da comissão organizadora do 23 congresso Internacional de Americanistas, para a proxima reunião em New York; Officio da Associação Defensora dos Retalhistas de Pernambuco, comunicando sua posse.

Foram registradas as ofertas seguintes: "Anuario demografico de S. Paulo" "La Geographic"; "Boletim demografico de S. Paulo" "Anales del Museo de Historia natural de Montevideo"; "Anuario estatistico de S. Paulo"; "Boletim de informações do Instituto de Engenharia de S. Paulo"; "O estado sanitário do Rio Grande do Sul".

Em nome do Snr. Joaquim Abrantes, o Dr. Mário Melo apresenta ao Instituto uma figura ornamental de pedra, que encontrou numas excavações no bairro do Recife entre a Travessa da Madre Deus e a rua do Amorim. Tem a forma dum Leão que sustem um escudo, já apagado pelo tempo.

O Dr. Mário Melo diz que estava no local com Snr. Renato Medeiros, inspetor da Policia Maritima e do ofertante e ouviu que, tendo de demolir um prédio antigo para reconstrução, encontrara numa parede interna uma lapide com inscrição em portuguez lembrando-se apenas que nela havia a data de 1600. Não deu grande importancia á lapide e os operarios quebraram-na, ignorando seu valor.

Procedendo ás excavações para os alicerces da nova obra, encontraram a quatro metros do sub-solo a figura ornamental que salvou para o Instituto. Estava ella sobre uma rampa de pedra, com declive para o oriente.

Conclue o Snr. Mário Melo que provavelmente, antes de 1600, epoca em que foi construido o prédio, agora demolido, o cais de desembarque abrangia a faixa que hoje constitue a rua D. Maria Cesar. Com o desenvolvimento do porto conquistaram terreno ao rio no fim do seculo 16 e construíram o cais, que foi nosso contemporaneo com o nome de lingueta.

Recentemente houve nova conquista para o cais atual. Toda area em que se encontra hoje a praça Afonso Pena, os edificios do Banco Agricola e Comercial, do London Bank, do Banco do Brasil seria no seculo 16, pleno estuario do Capibaribe, conjugado ao Bebebribe, o que demonstra a existencia de um caso, no sub-solo, no local onde a rua D. Maria Cesar encontra a travessa da Madre Deus, a rua do Amorim e a rua da Moeda.

O presidente agradece a oferta e os consocios apoiaram as conclusões do secretario.

O comandante Velho Sobrinho diz que o seu colega Gastão Panalva está escrevendo um romance historico "A Teceadeira Nhanduty" e precisa de copia do Officio de Manuel Ina-

cio de Sampaio ao Ministro Vila Nova Portugal de 26 de Março de 1818. O Dr. Mário Melo respondeu-lhe que o Instituto não possui copia desse officio.

Entretanto viu certa vez no Ceará todo o Arquivo de Manuel Inacio de Sampaio em poder do Barão de Studart, sendo possivel que se encontre o documento desejado em mãos do historiador cearense.

O professor Jeronimo Gueiros diz que a Escola Normal adotou em seu programa de historia um ponto sobre a convenção de Beberibe e como os compendios não tratam do assunto desejaria saber o que o Instituto possui sobre a materia.

Responde-lhe o Dr. Mário Melo que o Instituto possui toda a documentação, em original, do movimento revolucionario de 1821, em que Pernambuco se declarou independente, antes do grito do Ipiranga. Que entre os documentos figura a ata da convenção de Beberibe já por ele uma vez copiada e publicada no Diario de Pernambuco. Que em 1921 realizou uma conferencia no Instituto sobre o movimento revolucionario, de que resultou a expulsão do ultimo capitão general, conferencia em que o movimento foi estudado, a qual está publicada na Revista do Instituto.

O Snr. Santana Araujo comunica o falecimento do socio correspondente, bispo D. Francisco do Rego Maia.

O Sr. Ambrosio Leite descreve a vida do extinto que foi secretario de D. Vital ao tempo da questão religiosa e morreu conego da curia romana, e requereu um voto de pesar, que foi unanimemente aprovado.

Nada mais havendo a tratar, levantou-se a sessão.

Artur da Silva Rêgo,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretario.

Felipe Monteiro,
2.º Secretario.

SESSÃO ESPECIAL PARA TRATAR DAS HOMENAGENS A'
MEMORIA DO SOCIO BENEMERITO DR. OLIVEIRA LIMA
EM 29 DE MARÇO DE 1928.

Sob a presidencia do Des. Silva Rêgo, secretariado pelo Dr. Mário Melo e Felipe Monteiro, tendo comparecido os Snrs. socios, Dr. Neto Campêlo, Oton B. de Melo, Oscar Brandão, Dr. L. C. Cardoso Aires, prof. Jeronimo Gueiros M. J. Santana Araujo, Augusto Rodrigues, prof. Gervasio Fioravanti, Ambrosio Leite e Conego Assunção, reuniu-se o Instituto, em sessão especial, para tratar das homenagens a render ao socio benemerito Dr. Oliveira Lima.

Lida e aprovada a ata anterior, o primeiro secretario deu conta do expediente: cartas dos socios Dr. Tomé Gibson, Pedro Soares, pedindo desculpas de não comparecimento, por motivo de molestia e associando-se ás homenagens que forem deliberadas prestar-se a Oliveira Lima; telegramas de pesames dos Institutos Historicos da Baía e Paraíba.

Finda a leitura do expediente o Sr. presidente declarou qual o fim da sessão e acrescentou que ao saber de sua morte mandou hastear a bandeira em funeral e aguardava o resultado do pedido do governador quanto á vinda do cadaver para tratar da sessão do Instituto. Já agora é sabido que por deposição testamentaria Oliveira Lima foi inhumado em Washington. Era necessario tratar da personalidade de Oliveira Lima, contudo lembrava ao Instituto a irradiação do seu espirito ao tempo em que Pernambuco comemorou o primeiro centenário da revolução de 1817 e pedia sugestões sobre as homenagens a tributar.

O Sr. Samuel Campêlo propõe que o Instituto se entenda com a Academia de Letras para una sessão conjunta, no trigessimo dia, em sua homenagem, com um orador unico, que seria o Dr. Oscar Brandão membros das duas associações.

O Dr. Mário Melo diz já ter trocado ideias com alguns confrades da Academia pernambucana, estando todos de accordo. Como Oliveira Lima era tambem professor honorario da Faculdade de Direito lembrava associar ao Instituto a Faculdade e Academia.

O prof. Neto Campêlo diz que vai levar o fato ao conhecimento da Congregação de que é presidente, estando certo de que todos os membros acolherão com simpatia a idéa e de ante-mão oferece o salão de honra da Faculdade, por ser mais vasto e mais imponente.

O prof. Gervasio Fioravanti propõe, que para essa sessão sejam convidadas todas as associações de letra de Pernambuco afim de que a homenagem seja mais expressiva, com o que todos concordam, ficando combinado que a sessão será na Faculdade de Direito sob a presidencia do prof. Neto Campêlo diretor da Faculdade e membro do Instituto e da Academia de Letras.

O presidente comunica que amanhã serão celebradas missas do 7.º dia, mandadas rezar pela familia. Pede o comparecimento de todos os socios e designa os Srs. Mario Melo, Oscar Brandão, Santana Araujo, Neto Campelo e Cardoso Aires para representarem o Instituto oficialmente e dar pesames á familia.

O Dr. Oscar Brandão diz que recebeu a noticia da morte do seu grande amigo Oliveira Lima, na praça Publica quando se realizava um comicio popular. Foram nesse momento as suas primeiras palavras de saudades ao grande Pernambucano. Parece que a natureza se associara á dor nacional, porque chovia quando a triste nova chegou.

Oliveira Lima era o maior pernambucano vivo da actualidade, um genio como Tobias, Patrocínio e Ruy. Que em exaltação á sua memoria fosse a sessão suspensa, estando todos de pé, ao que se deu cumprimento por ser o sentir da unanimidade.

Artur da Silva Rêgo,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretário.

L. C. Cardoso Aires,
Servindo de 2.º secretario

ATA DA SESSÃO ORDINARIA, EM 12 DE ABRIL DE 1928

Aos doze de Abril de 1928, reuniu-se o Instituto sob a presidência Des. Silva Rêgo secretariado pelos Snrs. Dr. Mário Melo e Dr. Cardoso Aires, comparecendo mais os socios profs. Neto Campêlo, Jeronimo Gueiros, Dr. Samuel Campêlo, Oton L. B. de Melo, Dr. Joaquim Amazonas e J. M. de Santana Araujo.

Lida, aprovada a ata, da sessão anterior, o Dr. Joaquim Amazonas pediu excusa de não ter comparecido á sessão anterior não só por estar ausente no concelho do ensino e por ter tido muito que fazer. Se tivesse comparecido teria sido solidario com as homenagens á memoria de Oliveira Lima.

O primeiro secretario deu conta do expediente; a fé de officio do sargento João de Almeida Sobrinho, documento encontrado no arquivo do General Siqueira de Menezes e remetido pelo Instituto Historico de Sergipe; officio do prefeito de Ria Formoso snr. José Acioli Alves da Silva, comunicando ter satisfeito o pedido do Instituto de mandar colocar duas placas comemorativas do combate de 7 de Fevereiro de 1633, no retido de Pedro de Albuquerque e pedindo designação do dia para inaugura-las.

Telegramas de D. Sebastião Leme de pesames ao Instituto pelo morte de Oliveira Lima.

Ofertas: "Revista do Instituto Arqueológico e Geografico Alagoano"; "Revista do Instituto Histórico de Sergipe a primeira de 1927 e segunda de 1925. "Nrederdun tesche justschrifte ful Volkskande 1927; Revista da Historia de Pernambuco, n. 27 ano 2.º Abhandlung Herausgegeben von Naturwissens Chaffhichen veriam fu Bremen, 1928. Boletim do Ministerio da Agricultura; "La Geographie" "A Politica financeira do Presidente Washington Luiz" pelo Sr. José Carlos de Macedo Soares; "Boletim do Instituto de Engenharia de São Paulo"

O prof. Neto Campêlo comunica que levou ao conhecimento da congregação da Faculdade de Direito a sugestão do Instituto quanto á projetada homenagem á memoria de Oliveira Lima, tendo seus colegas aderido e franqueado o salão nobre do edificio para a sessão.

O Dr. Samuel Campêlo propõe que o Instituto acompanhe a Academia Pernambucana de Letras no ato á criação da estatua de Oliveira Lima, o que é unanimemente aprovado.

O Dr. L. C. Cardoso Aires pede que o presidente designe o dia da inauguração das placas de Rio Formoso e lembra o proximo dia 13 de Maio, o que é accito, devendo o Instituto se fazer representar na solemidade.

O Dr. Neto Campêlo relembra traços da vida de Esmeraldino Bandeira e pede seja registrado na ata um voto de pesar. O presidente declara associar-se ao pedido, tanto mais quanto se trata de um socio honorario do Instituto. E' aprovado o voto de pesar por unanimidade.

O Snr. Santana Araujo pede tambem um voto de pesar

para o Des. José Mariano Bezerra, que foi magistrado integro.

Nada mais havendo a tratar suspenderam-se os trabalhos.

Artur da Silva Rêgo,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretario

L. C. Cardoso Aires.

ATA DA SESSÃO ORDINARIA, EM 26 DE ABRIL DE 1928

Aos 26 de Abril de 1928 reuniu-se o Instituto sob a presidencia do Des. Silva Rêgo, secretariado pelo Dr. Mário Melo 1.º Secretário e L. C. Cardoso Aires, presentes os socios prof. Dr. Neto Campêlo, Dr. Samuel Campêlo, prof. Jeronimo Gueiros, M. J. Santana Araujo, Dr. Carlos Pereira da Costa, Ambrosio Leite e Oton L. B. de Melo.

Lida e aprovada a ata anterior, o 1.º secretario acusou os seguintes ofertas:

"Pelo Tocantins Paraense", pelo Dr. Teodoro Mendonça; "O Estado do Rio" pelo dr. Joaquim de Melo; zonas e Portos-francos do Brasil", pelo engenheiro Araujo Gois; Boletim da União Pan-Americana", Abril; "A Herança do Imperio e a Obra da Republica" pelo Dr. Joaquim de Melo; "Boletim do Instituto de Engenharia de São Paulo", Março; "Revista Academica da Faculdade de Direito", 1926 e 1927.

Findo o expediente o Snr. Presidente comunica que se realizou no edificio da Faculdade de Direito a sessão promovida pelo Instituto, pela Faculdade e pela Academia de Letras, em homenagem a Oliveira Lima, homenagem que foi brilhante, quer pela concorrência quer pelos discursos dos Oradores prof. Dr. Neto Campêlo pela Faculdade, Dr. Oscar Brandão pelo Instituto e Raul Monteiro pela Academia de Letras.

Diz ainda o presidente que se encontra em Pernambuco o Bispo de Niteroi D. José Pereira Alves, consocio dos mais distintos do Instituto e seu orador durante longo tempo. Se bem que visitado por alguns socios, nomeia os Srs. Mário Melo, Samuel Campêlo e Santana Araujo para cumprimentarem em nome do Instituto e comparecerem ao seu embarque, quando tiver de retirar-se para a diocese da sua nova nomeação.

O prof. Neto Campêlo diz que o Abade D. Pedro Roeser manda pedir desculpa ao Instituto pelo seu não comparecimento ás sessões, acrescentando, que acompanha com simpatia a atuação do Instituto na defesa do seu programa.

O Dr. Cardoso Aires diz que, em tempos o Instituto obteve da Prefeitura, para seu museu, uma lapide com inscriçao que existia num predio á rua Vigario Tenorio. A Prefeitura mandou demolir, depois da desapropriação, por utilidade publica, um dos predios sobre que abrangia parte da lapide.

Para retirar-la vem afetar a segurança do outro prédio. Agora deu-se a remodelação deste, que pertence a D. Catarina Fenton.

O mestre de Obras Albino Ribeiro retirou a lapide e conserva-a em seu poder pretendendo negocia-la. Pedé uma providencia.

O Presidente declara que a Prefeitura dera a pedra ao Instituto si o fez porque podia faze-lo, mesmo porque esta lapide é um patrimonio historico da cidade e não deve ir para mãos de particulares. Já havia oficiado ao Prefeito pedindo a sua remessa para o museu.

Varios socios aparteiam dizendo ser um caso de policia; que na Baía, onde ha uma lei protegendo o patrimonio historico e artistico do Estado, já esse mestre de obras teria respondido pelo seu ato.

O Presidente declara que ele deu plenos poderes ao Dr. L. C. Cardoso Aires para junto do Prefeito ou a autoridade que julgar necessaria, defender os interesses do Instituto, no sentido de ser recolhida ao Museu a lapide que lhe pertence.

O Dr. Carlos Pereira da Costa diz, que a proposito de lapide, tem uma reclamação a fazer contra o que julga ser um erro do Instituto.

Que este mandou colocar uma lapide no prédio remodelado da praça Maciel Pinheiro, esquina da Rua do Hospicio, com a declaração de nele ter nascido o General Porto Carreiro, o que não representa a verdade, pois se trata de construção de cimento armado.

O Dr. Mário Melo explica que o Dr. Porto Carreiro, digo, o General Francisco Barreto construiu a igreja dos Guararapes logo após a guerra holandesa.

Era uma capela modesta, que foi inteiramente remodelada no seculo 18, entretanto a pedra que se lê á entrada diz que foi edificada por Francisco Barreto. A casa em que nasceu Joaquim Nabuco foi incendiada e depois reconstruida tendo perdido uma parte para abertura da rua que vai morrer á margem do Capibaribe.

Entretanto é esta a inscrição que la figura: "neste prédio nasceu Joaquim Nabuco".

O prof. Neto Campêlo lembra o caso da Faculdade de Direito que, tendo sido fundada em Olinda e funcionado posteriormente em outros prédios conserva a mesma tradição.

Recolhidos votos resolve o Instituto que a lapide deve ser conservada como está, porque não encerra inverdade historica a declaração posta num prédio remodelado de um fato que se passara antes da reforma.

O Dr. Mário Melo congratula-se com o Instituto por ter o seu confrade Dr. Carlos Pereira da Costa vindo discutir o caso entre seus pares, pois ia propôr um voto de censura por te-lo feito no "Jornal do Comercio".

O Dr. Samuel Campêlo diz, que foi este sempre o seu ponto de vista. O socio do Instituto deve discutir os atos deste entre seus pares e não censura-los pelos jornais.

O 1.º Secretário declara, que o Comde. Velho Sobrinho está tratando da possibilidade de um rebocador para levar ao

reducto do Rio Formoso a comissão do Instituto, que for assistir a inauguração da lapide comemorativa ao feito de Pedro de Albuquerque. O Sr. Presidente diz que oportunamente nomeará a comissão, de acordo com o numero de passageiros que o rebocador comportar, desde já, porem, designa o Dr. L. C. Cardoso Aires, para em nome do Instituto, falar no ato da solenidade.

O Sr. Oton L. B. de Melo declara que a moeda de ouro adquirida pelo governo, para o Instituto, exemplar unico até o presente, está depositada no Banco Auxiliar, bem como os demais documentos de importancia do Instituto. Julga conveniente expo-la ao publico numa joalheria, antes de traze-la para a sociedade, com o que todos concordam.

O Dr. Mário Melo diz que o Instituto não tem um cofre de segurança para valores e propõe que se autorise o tesoureiro a compra-lo o que é aprovado.

O Presidente diz que ha poucos dias desapareceu um pernambucano notavel, Des. Pedro Beltrão. Embora não fosse fosse socio do Instituto, era figura de relevo e de tradição. Propõe um voto de pesar, o que é aprovado unanimemente.

Nada havendo mais a tratar encerrou-se a sessão.

Artur da Silva Rêgo,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretário.

L. C. Cardoso Aires.
Servindo de 2.º secretario

SESSÃO ORDINARIA, EM 10 DE MAIO DE 1928.

Aos 10 de Maio de 1928, reuniu-se o Instituto, em sessão ordinaria sob a presidencia do Des. Silva Rego, secretariado pelos Drs. Mário Melo, 1.º secretario e L. C. Cardoso Aires servindo de 2.º, presentes mais os Snrs. Socios, Dr. Samuel Campêlo, prof. Jeronimo Gueiros, Oton L. B. de Melo e M. J. de Santana Araujo.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, procedeu o 1.º secretario a leitura de uma carta do Sr. Mario Domingues, comunicando a fundação da empresa Lux, destinada a divulgar com os seus assinantes, todas as noticias que os jornais brasileiros publicarem de interesse para os mesmos.

O Des. Silva Rêgo declara que representou o Instituto no embarque do socio D. José Pereira Alves, bispo de Niteroi.

O Sr. Mário Melo disse ter ouvido do consocio Manuel Caetano Filho, que o academico de Engenharia Italo Pereira da Costa esteve em estudos geologicos na ilha de Itamaracá e seria conveniente que o Instituto procurasse obter deste alguns especimens de fosseis ou de minerais, colhidos na ilha, para as colleções do Instituto. O Presidente incumbiu o consocio Dr. Carlos Pereira da Costa dessa missão, em nome do Instituto.

Tendo o prof. Jeronimo Gueiros indagado da impressão da "Revista", declara o Presidente que estava sem andamento na tipografia da Imprensa Oficial, á falta de ordem expressa do governo para sua impressão. Tendo oficiado nesse sentido ao Dr. Estacio Coimbra, governador do Estado, S. Excia. deu ordem para prosseguirem os trabalhos, pelo que, o Instituto deve registrar seu agradecimento.

O Dr. Cardoso Aires declara que, tendo sido incumbido pelo Instituto de readquirir a lapide com inscrição, retirada da rua do Vigario Tenorio, a qual fôra prometida ao Instituto pela Prefeitura teve um entendimento com o procurador de D. Catarina Fenton. Este partiu para Europa onde se encontra, prometendo trazer, em seu regresso, ordem expressa para a entrega da pedra.

O Dr. Mário Melo declara ter o consocio Comdte. Velho Sobrinho prometido que com a chegada em Julho do vapor "Mario Alves" da marinha de guerra, providenciará para que a comissão do Instituto Arquiologico, vá a Rio Formoso a seu bordo. Nesse sentido escreveu ao Prefeito daquela localidade, pedindo-lhe transferisse para Junho a inauguração da lapide comemorativa do reduto de Pedro de Albuquerque.

O Presidente comunica, que em tempo o Instituto oficiou ao Conselho Municipal remetendo-lhe a critica que sobre o escudo fez o consocio Mário Melo. Viu agora, com prazer, que o Concelho tomou em consideração o parecer do Instituto e votou uma resolução pela qual fica extinto o atual escudo do Recife, devendo-se abrir concurso para novo brazão de armas.

Nada havendo mais a tratar, encerram-se os trabalhos.

Em tempo — O consocio dr. Mário Melo declara que o sr. Italo P. da Costa fez estudo em Fernando Noronha e não em Itamaracá.

Artur da Silva Régo,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretário.

L. C. Cardoso Aires,
Servindo de 2.º Secretário

SESSÃO ORDINARIA, EM 24 DE MAIO DE 1928

Aos 24 de Maio de 1928, reuniu-se o Instituto em sessão ordinaria, sob a Presidencia do Des. Silva Régo, secretariado pelos Drs. Mário Melo, e Cardoso Aires servindo de 2.º Secretário, presentes os socios Dr. Samuel Campêlo, Carlos Pereira da Costa, Oton L. B. de Melo, M. J. Santana Araujo, Dr. Fernando Barroca, Ambrosio Leite e Dr. João Pereti.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior o 1.º secretario deu conta do expediente.

Officios do Dr. Luiz Estevam, presidente do Instituto Historico Paraense, comunicando que se empossaram ali, como 1.º

2.º Secretários os Snrs. profs. José Coutinho de Oliveira e Dr. Paulo Eleuterio, nas vagas dos Snrs. Palma Muniz e Almeida Genú; officio do juiz Federal do Amazonas Dr. M. Xavier Pais Barreto, comunicando que lançou um voto de pesar na audiência de 24 de Abril, pela morte dos grandes pernambucanos Drs. Oliveira Lima e Esmeraldino Bandeira, e assistiu ás exequias realizadas no bispado, por iniciativa dos pernambucanos, sob sua presidencia; officio do Diretor da Instrução Publica de Angola-Africa pedindo remessa da Revista; officio do Prefeito do Recife Dr. Costa Maia, comunicando que sancionou sob o n. 1672, o projeto do Conselho Municipal, para a doação do novo escudo do Recife, de acordo com os principios de Heraldica e das tradições historicas, indo assim de encontro aos desejos do Instituto no sentido de corrigir as faltas do atual escudo.

Ofertas "A bandeira positivista" por Eurico de Gois; "Sob a Metralha" — (historia da revolta de São Paulo de 5 de Julho de 1924) por Ciro da Costa e Eurico de Gois "Pernambuco versus Baía" pelo Dr. Ulisses Brandão; Revista do Instituto Historico de Sergipe 1926 e 1927 — A revista do Instituto Archeologico Alagoano, 1927; Documentos Historicos do Arquivo Nacional, vol. 1.º "Notas de Festas" por Evandro Santos. Boletim do M. da Agricultura, Fevereiro; *Abrandlungen und Vortrage*, Fevereiro 1928; *Needendentsche jeitscriff fur Volhshunde*, Março de 1928; *Geographical Review*, Abril 1928; "os Municipios de Tijucas Grandes — Porto-Belo pelo Almirante Henrique Boiteux; Boletim da União Pan-Americana, Maio 1928.

Assinado por todos os socios presentes foi lido o seguinte voto, logo considerado unanimemente aprovado.

"O Dr. Ulisses Brandão vem alcançado jus ao titulo de Benemerencia do Instituto, pelo muito que tem feito. Escreveu a Historia da Confederação do Equador. Seu trabalho mereceu o premio de 5:000\$000 do governo, além da publicação do Livro.

O nosso illustre confrade, ficou com a gloria e doou o premio ao Instituto. Tem enriquecido as nossas coleções com fotografias, retratos, documentos, moedas, sempre longe com os olhos voltados para a nossa associação.

Aproximava-se o tempo em que ficaria prescrito o direito de Pernambuco á ação reivindicatoria, problema da antiga comarca do Rio de S. Francisco, problema, por que se vem batendo o Instituto ha mais de trinta anos. Era preciso levar o nosso protesto ao Supremo Tribunal de Justiça. O Instituto apela para o governo do Estado.

O governo dá poderes ao advogado Ulisses Brandão. E Ulisses num exemplo de grande altruismo, faz o que é preciso fazer e, como a idéa de interromper a prescrição partira do Instituto, declara, não receber qualquer importancia a titulo de honorario de advocacia.

Agora, para maior divulgação do caso e para maior certeza de nossos direitos, publica um livro sobre a questão territorial entre Pernambuco e Baía, trabalho em que demonstra, com todos os fundamentos juridicos e constitucionais e historicos, que temos direito á reivindicações de que um decreto imperial no-lo extorquiu como castigo á idéa republicana dos nossos antepassados.

Como nenhum socio pode aspirar ao titulo de benemerito sem contar dez anos de serviços ao Instituto — tempo que não possui o nosso confrade Ulisses Brandão, já proprietario do titulo de benfeitor — o Instituto deixa registrado na ata de hoje um voto de louvor a esse distinto companheiro, por mais este serviço, que á coletividade pernambucana presta o illustre consocio, serviço cujo reflexo ilumina fortemente a nossa velha e acatada sociedade.

Recife, 24 de Maio de 1928”.

O Dr. Carlos Pereira da Costa, declara que seu sobrinho Italo Pereira da Costa está pronto a oferecer ao Instituto, alguns especimens de mineraes colhidos em Fernando de Noronha o que fará depois de classifica-los no Rio de Janeiro, para onde segue.

Subscrita pelo Dr. Mário Melo, Cardoso Aires e Ambrosio Leite é apresentada uma proposta para dar-se o titulo de socio correspondente ao Snr. Eurico de Góis, historiador, diretor da Biblioteca Municipal de S. Paulo, proposta que é encaminhada á comissão de sindicancia.

O Dr. Mário Melo declara ter recebido uma carta do Dr. Romulo Gonçalves Maia, em que ine anuncia o desejo de oferecer ao Instituto a biblioteca de seu pai, o saudoso consocio Dr. Gonçalves Maia. O presidente declara que o Instituto receberá com agrado essa dadiwa e saberá zela-la pelo muito que merece a memoria do grande jornalista.

O Dr. Samuel Campêlo diz, que eventualmente a reunião coincide com a data da batalha de Tuiti. Propõe um voto de regosijo com o exercito pela vitoria das armas brasileiras nesse encontro e um voto de saudade ao general Osorio.

O Dr. L. C. Cardoso Aires diz que concorda somente com a segunda parte da proposta, porque a guerra contra o Paraguai foi uma pagina lugubre para o Brasil. O Dr. Mário Melo diz, que não se trata de discutir, no momento, as razões da guerra.

Houve uma batalha e nela foram vitoriosas as armas brasileiras; trata-se do registro dessa vitoria.

O Dr. Carlos Pereira da Costa lê um trabalho documentado em defesa da tese do descobrimento do Brasil pelo acaso, e pede que o Instituto se manifeste. — O presidente louva o estudo e remete-o á comissão de historia — Dr. Fernando Barroca, Dr. Estevão Pinto e Ambrosio Leite — o ultimo em substituição do autor do trabalho.

O presidente declara ter-se verificado a inconveniencia das sessões nas quintas-feiras o que priva o comparecimento de alguns socios.

Não havendo incompatibilidade nas quartas-feiras, concorda a casa que as reuniões quinzenais sejam dora em diante neste dia da semana, ás 17 horas. Nada havendo mais á tratar foi encerrada a sessão.

Artur da Silva Rêgo,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretário.

L. C. Cardoso Aires,
Servindo de 2.º Secretario.

SESSÃO ORDINARIA, EM 6 DE JUNHO DE 1928

Aos 6 de Junho de 1928, reuniu-se o Instituto sob a presidência do Des. Silva Rêgo, secretariado pelos Drs. Mário Melo e Cardoso Aires, presentes os Socios Dr. Neto Campelo, Dr. Fernando Barroca, Prof. Jeronimo Gueiros, M. J. de Santana Araujo, Dr. Carlos Pereira da Costa e O'hon L. B. de Melo.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior o 1.º secretario acusou as seguintes ofertas:

"Historia Geral das Bandeiras Paulistas, tomo 4.º por Afonso de Taunay; "Veroffentlicheu Anus dem Staatsarchur; "La Geographie", Janeiro e Fevereiro de 1928; "Boletim n. 47 do Instituto Geographico do Mexico; Boletim de Estatistica Demografico-sanitaria de S. Paulo", Abril; "Revista do Instituto Historico e Geografico de S. Paulo"; O Congresso de Bolivar" por Argeu Magalhães.

Pelos Snrs. Samuel Campelo, Mario Melo, Fernando Barroca é proposto o Snr. Naasson Figueiredo para socio efetivo, indo a proposta á respectiva comissão.

O Dr. Carlos Pereira da Costa diz ter recebido em carta, o pedido do Snr. Anibal Falcão Lima de alguns ns. das Revistas do Instituto, tendo o presidente ordenado a entrega dos ultimos numeros disponiveis.

O prof. Neto Campelo diz que o Dr. Ulisses Brandão esforçou-se por escrever um livro em que mostra o direito de Pernambuco á antiga comarca do rio S. Francisco. A Baía tomou para seu defensor o Dr. Eduardo Espinola, respeitadissimo juriconsulto, que se apega exclusivamente á clausula resolutoria. Temos na Faculdade de Direito do Recife o Dr. Gondim Filho, que é um grande civilista e que depois de Clóvis Bevilacqua é quem mais sabe direito civil no país. Propõe que o Instituto mande um exemplar do livro "Pernambuco versus Baía" ao Dr. Gondim Filho pedindo-lhe que se manifeste sôbre a questão de direito, o que é aprovado.

O Dr. Fernando Barroca diz que já ter lançado seu parecer sobre o estudo do Dr. Carlos Pereira da Costa, relativamente ao descobrimento do Brasil, mas deixa de lê-lo por não estar assinado pelos outros membros da comissão.

Nada havendo mais a tratar, levantou-se a sessão.

Artur da Silva Rêgo,
Presidente

Mário Melo,
1.º Secretario.

L. C. Cardoso Aires,
Servindo de 2.º Secretario.

SESSÃO ORDINARIA EM 20 DE JUNHO DE 1928

Reuniu-se o Instituto em sessão ordinaria aos 20 dias do mês de Junho sob a presidência do Des. Silva Rego, secretariado pelos Drs. Mário Melo 1.º secretário e L. C. Cardoso Ai-

res, presentes os socios Dr. Samuel Campelo, Dr. Joaquim Amazonas, Oton L. B. de Melo, M. J. de Santana Araujo, J. P. Nunes de Melo, Dr. Fernando Barroca e Ambrosio Leite.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior o 1.º secretário deu conta do expediente: Carta do socio Dr. Ulisses Brandão, agradecendo ao Instituto o voto relativo ao seu trabalho sobre a questão territorial Pernambuco — Baía, na qual explica a attitude de Rui Barbosa sobre a mesma quando agitada no Senado por João Barbalho, e a oferta de uma carta autografa de Rui Barbosa para o arquivo do Instituto; carta do Dr. Omar da Cunha, sobre uma enciclopedia brasileira que pretende publicar: Ofertas: pelo Dr. Mário Melo arco e flechas dos selvícolas Carnijós de Aguas Bélas; pelo Genal. Joaquim Silverio de Azevedo Pimentel a obra "A campanha Lopezguaiá" do Tenente-coronel Mário Barreto; Revista da Academia Pernambucana de Letras: Arquiologia e Historia vol. V.

Lidos os pareceres da comissão de admissão de socio, foram eleitos socios Snrs. Naasson Figuerêdo, efetivo e Eurico de Gois correspondente.

O Dr. Mário Melo trata da despensão do nosso patrimonio artistico, do modo por que são descaraterizados os monumentos historicos: lembra que ha dois anos o Instituto pediu ao Congresso uma lei regedora do assunto — sugestão de que se serviu a Baía para criar ali a **Inspetoria estadual de monumentos nacionais** — e indica que o Instituto peça o auxilio do governo para a creação de um corpo semelhante ao da Baía, a cujo cargo fique a fiscalização da materia.

O Dr. Fernando Barroca apoia a idéa mas quanto aos meios diverge porque a da Inspetoria poderá criar onus para o Estado e não ser aceita. Entende ser melhor uma comissão procurar o corpo legislativo e pedir aprovação do memorial anterior.

Generalizada a discussão, vota a maioria que o Instituto dirija ao governador um memorial expondo o assunto juntando um exemplar da lei já aprovada na Baía e pedindo a S. Excía. os seus bons officios, no sentido do Congresso tomar medidas acauteladoras quanto ao nosso patrimonio historico e artistico.

O Dr. Fernando Barroca diz que foi incumbido pela comissão de historia, de relatar o parecer relativamente ao estudo do Dr. Carlos Pereira da Costa, sobre a casualidade do descobrimento do Brasil. Seu parecer foi tambem assinado pelo Snr. Ambrosio Leite, tendo apresentado voto divergente o Dr. Estevam Pinto. Os dois primeiros aceitam a tese da casualidade e o terceiro diverge, sendo ambos os votos bem fundamentados e unanimes quanto á publicação do trabalho na "Revista do Instituto".

Posto o caso em discussão, o Dr. Cardoso Aires propõe que, com o trabalho, sejam publicados os pareceres para estudos.

O Dr. Joaquim Amazonas diz que a tese da casualidade do descobrimento do Brasil é uma questão aberta e o Instituto não deve nem pode tomar partido.

Propõe que o Instituto aprove a conclusão dos pareceres de ser os estudos publicados na Revista bem como os mesmos pareceres, o que é aprovado.

O presidente diz que a 2 de Julho passará mais uma data, cujo aniversario deve ser comemorado e é a da Confederação do Equador, que o Instituto celebrará. Nesta data empossará o socio eleito. Designa o Dr. Oscar Brandão para o discurso official e o Dr. Samuel Campêlo para receber o Snr. Naasson Figuerêdo.

Nada havendo mais a tratar encerrou-se a sessão.

Artur da Silva Rego,
Presidente..

Mário Melo.
1.º Secretário.

L. C. Cardoso Aires.
Servindo de 2.º Secretário

SESSÃO CIVICA EM 2 DE JULHO DE 1928, COMEMORATIVA
DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR E DE POSSE DO
NOVO SOCIO EFETIVO SR. NAASSON FIGUERÊDO

Aos 2 de Julho de 1928, sob a presidencia do Des. Silva va Rego, reuniu-se o Instituto para comemorar a passagem de mais um aniversario da Confederação do Equador e dar posse ao novo socio efetivo Snr. Naasson Figuerêdo.

A's 20 horas, perante numeroso auditorio no salão nobre de sua sede onde se viam muitas familias e presentes os socios Drs. Mário Melo, Samuel Campelo, Oscar Brandão, L. C. Cardoso Aires, Deputado Oton Bezerra de Melo, prof. Jeronimo Gueiros, e Naasson Figuerêdo, o Snr. Presidente Des. Silva Rego secretariado pelo Snr. Dr. Mário Melo declara aberta a sessão, dizendo que o Estado de Pernambuco, sentinela avançada dos ideais de liberdade, cujo sólo fôra tantas vezes regado pelo sangue dos mártires desses mesmos idéais, não podia ficar indifferente á passagem de mais um aniversario da Confederação do Equador, um dos mais bêlos e significativos movimentos democraticos de que está cheia sua gloriosa historia.

Reportando-se ao memoravel brado de Republica dado por Bernardo Vieira de Melo no Senado de Olinda a 10 de Novembro de 1710 e depois aos heroicos revolucionarios de 1817, fez considerações sobre as causas que deram lugar á revolução de 1824, chamada Confederação do Equador, salientando o protesto do então presidente eleito Manoel de Carvalho Pais de Andrade contra a prepotencia de D. Pedro I. Brado, digo protesto que foi acompanhado pelas provincias do norte, principalmente Paraíba e Ceará.

Foi em seguida convidado para tomar posse o novo consocio Snr. Naasson Figuerêdo que prestou o compromisso dos estatutos. Sendo-lhe concedida a palavra, digo sendo concedida a palavra ao orador do Instituto Dr. Oscar Brandão, ora-

dor oficial daquela sessão, durante algum tempo fez ele um estudo do que era a sociedade brasileira ao começo do seculo passado, glorificando a memoria dos que se sacrificaram pela vitoria da democracia em 1824.

Afim de saudar o socio recipiendario falou depois o Dr. Samuel Campelo analisando-lhe a vida literaria em que era, por fim um vencedor, triunfando pelos seus proprios esforços. Usou então, da palavra o Snr. Naasson Figuerêdo que agradeceu sua eleição para o Instituto e leu um bem elaborado trabalho de investigação historica sobre o poeta Santa Rita Durão e seu poema Caramuru. Foi muito aplaudido o orador ao terminar a leitura do seu trabalho. O Snr. Presidente concedeu a palavra aos que desejassem falar, erguendo-se o Dr. Luiz C. Cardoso Aires que em patriotico improviso e relembrou o papel do Estado de Pernambuco em todas as conquistas liberais concitou as senhoras presentes a incutir no animo de seus filhos o amor a Pernambuco.

O Presidente, verificando que ninguem mais desejava usar da palavra, agradeceu o comparecimento do vultoso auditorio e encerrou a sessão. De tudo foi lavrada a presente ata.

Artur Silva Rego,
Presidente

Mário Melo,
1.º Secretário

Eustorgio Wanderlei,
2.º secretario

ATA DA SESSÃO ORDINARIA EM 11 DE JULHO DE 1928

Sob a presidencia do Sr. Desembargador Silva Rego que declarou aberta a sessão, ás 16 horas reuniram-se na sede do Instituto os seguintes consocios: Drs. Mário Melo, L. C. Cardoso Aires, Samuel Campêlo, Naasson Figueirêdo, Prof. Eustorgio Vanderlei, Dr. Fernando Barroca, Tte. Ambrosio Leite, Prof. Jeronimo Gueiros e Cel. Oton L. B. de Melo. A reunião foi secretariada pelos Srs. Drs. L. C. Cardoso Aires, Mário Melo, tendo este dado conhecimento á casa do seguinte expediente depois de lida e aprovada a ata anterior: Carta do Dr. Gondim Filho remetendo o parecer que elaborara sobre a questão territorial de Pernambuco com a Baía; officio do secretario da justiça remetendo o ultimo volume da Historia, digo do presidente do Instituto Historico do Rio Grande do Norte, dando pesames pelo falecimento do Dr. Sebastião Galvão; idem do 2.º secretario Prof. Felipe Monteiro pedindo licença até Novembro. Apreciando o parecer do Prof. Gondim Filho declara o presidente ser o mesmo um trabalho de muita claresa e erudição, acrescentando que irá remetê-lo ao dr. Ulisses Brandão para o divulgue na capital da Republica.

O Dr. Neto Campêlo informa que irá publicar o parecer citado na "Revista da Faculdade de Direito" mandará tirar uma separata de 1000 exemplares do mesmo dos quais oferecerá

500 ao Instituto para sua maior divulgação. Diz o presidente que o fará também publicar na "Revista do Instituto Arqueologico" julgando que o Dr. Gondim Filho é merecedor de um especial agradecimento do Instituto que o receberia com muito prazer em seu seio, servindo o mesmo trabalho para apoiar a proposta. Ficou resolvido que se consultasse o Dr. Gondim si aceitaria sua eleição para socio do Instituto, pois pela letra dos Estatutos essa formalidade é indispensavel. Tomando em consideração o pedido de licença do 2.º secretario, o presidente declara empossado no cargo seu substituto legal Prof. Eustorgio Vanderlei. Vem à mesa assinado por todos os presentes, e é lido o seguinte voto: "O Instituto Arqueologico, ciente da existencia da tribu Carnijó no municipio de Aguas Bé-las e da situação em que a mesma vive, espoliada de suas terras pela usurpação dos poderosos, segundo o testemunho e os informes, do nosso secretario perpétuo, e tendo em vista o ato de reparadora justiça do Exmo. Sr. governador do Estado, cuja divulgação já foi feita pelos jornais desta capital, regista em ata o seu contentamento pela solução dada e apresenta seus louvores ao Dr. Estacio Coimbra pelo modo porque resolveu o caso, assegurando a esses remanescentes cariris, — ainda hoje firmes nas tradições dos seus antepassados, com a conservação da mesma lingua, com o culto da mesma religião, — o direito ás terras que lhes outorgara a corôa portuguesa em carta regia 5 de junho de 1705".

Em vista das assinaturas o presidente declara que deixa de submeter o assunto a discussão e votação. Por proposta do Dr. L. C. Cardoso Aires e unanimemente aprovada é consinado na ata um voto de regosijo aos aviadores italianos pelo brilhante feito de aviação de Roma a Natal em vôo direto, batendo, assim, todos os records até o presente. Falou, então o Sr. presidente lamentando que da última sessão até á presente data se tenha aberto por morte tres claros no quadro dos socios do Instituto: desapareceram o ilustre socio benemerito Dr. Sebastião Gálvão, paciente pesquisador das nossas datas historicas e fatos que se prendem á nossa historia, publicando um Dicionario Historico de Pernambuco. Na classe dos correspondentes perdeu o Instituto o jovem consocio Dr. Sergio Aquino Araujo, exemplo de operosidade e honestidade, sucumbindo quando desempenhava um dos cargos de confiança e responsabilidade do Ministerio da Fazenda e, por fim, na classe dos efetivos não se conta mais com a figura do republicano historico que foi o Dr. Tomé Gibson, diretor-proprietario do Jornal Pequeno. Declarou que o Instituto prestou a todos as suas homenagens, hasteando seu pavilhão em funeral, comparecendo ao enterro dos que morreram nesta cidade e naquele momento consignava na ata da sessão um voto de profundo pesar pelo desaparecimento objetivo desses tres ilustres consocios. O Dr. Samuel Campêlo pede que seja também lançado na ata um voto de pesar pela morte da esposa do consocio Manuel Arão. O prof. Eustorgio Vanderlei diz saber que os funcionarios da Delegacia Fiscal irão mandar celebrar uma missa por alma do saudoso consocio Dr. Sergio Aquino Araujo e pede que seja indicada uma comissão para comparecer á mesma em nome do Instituto. O Sr. presidente nomeia então, os Srs. Dr. Samuel Campêlo, prof. Eus-

torgio Vanderlei, e Cel. Oton L. B. de Melo para assisti-la assim como as que foram celebradas por alma do Dr. Tomé Gibson. O Cel. Oton L. B. de Melo propõe, então que a sessão seja levantada em homenagem aos socios falecidos, o que é aprovado unanimemente, sendo encerrados os trabalhos de que foi lavrada a presente ata.

Artur da Silva Rego,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretário.

Eustorgio Vanderlei,
2.º Secretário.

ATA DA SESSÃO ORDINARIA EM 25 DE JULHO DE 1928

A's 17 horas do dia acima e sob a presidencia do Sr. Desembargador Silva Rego, secretariado pelo Dr. Mário Melo, 1.º secretario e prof. Eustorgio Vanderlei, 2.º secretario, foi aberta a sessão. Depois de lida e aprovada sem impugnação a ata da sessão anterior, o 1.º secretario passou a lêr o expediente que constou de uma carta do Dr. Governador do Estado em resposta ao officio do Instituto em que lhe pedia providencias sobre a dispersão do nosso patrimonio artistico. E' o seguinte o teor da carta: "Agradecendo cordialmente a gentileza da vossa comunicação de 19 do corrente, na qual traizeis vossa solidariedade á idéa de ser neste Estado creada uma Inspectoria de Monumentos destinada a zelar o nosso patrimonio artistico, tenho prazer de afirmar-vos que desde o primeiro dia do meu governo, venho cogitando no meio mais pratico e eficiente de promover a conservação e defesa daqueles valores, reunindo uns em museu defendendo outros, mediante entendimento com as autoridades ecclesiasticas ou particulares da ação do tempo e dificultando a exportação de qualquer objeto classificado pela inspetoria como de interesse artistico ou historico.

Não deixarei sem oportuna realização a idéa que tenho já em estudos de dotar o nosso Estado de um Museu Historico e de uma Inspectoria de monumentos, reafirmando-vos os meus agradecimentos á solidariedade que exprimis com elevado espirito de patriotismo a esse empenho do meu governo (a) Estacio Coimbra".

Foi lida tambem uma carta do consocio Manuel Arão, agradecendo o voto de pesar pela morte de sua esposa.

Foram ainda registadas as seguintes ofertas: The Giraffe in History and art por Bertold Laufer, antropogista do Field do Museum of Natural History de Chicago. Revist da La Sociedad Geographica de Cuba n. 1.º ano 1.º Columbia, ano 1.º n. 1.º Idéas geraes sobre a revolução do Brasil e suas consequencias por Francisco Sierra y Mariscal. Abhandhurgenund Vertrage; Catalogo da mapotheca do Ministerio das Relações Exteriores; Revistas do Arquivo Publico Minei-

ro ano XXI; Memórias sobre o estabelecimento do Imperio do Brasil ou novo Imperio Lusitano por Antonio de Brito Aragão e Vasconcelos; Unidade Nacional, discurso sobre os acontecimentos de 1924 em S. Paulo; "O Direito e a Religião" por Metodio Maranhão.

O Dr. Mário Melo comunica ter recebido ofertada para o museu pela Exma. Viuva do Dr. Oliveira Lima uma faca japonesa das que os orientais empregam para fazer o "harkiri" (suicídio abrindo o ventre) e que pertencera á coleção de armas daquele saudoso consocio.

Tratando da campanha do Instituto contra o atual escudo do municipio do Recife o Dr. Cardoso Aires apresenta um exemplar do "Diario do Estado" com o edital de concorrência para o nosso brasão de armas do municipio.

Analizando o referido edital o Dr. Mário Melo diz que o mesmo tem a falha de não prometer nenhum premio ao projeto escolhido, pois não ha artista que se apresente a executar esse trabalho com dispendio certo, pelo menos do tempo sem qualquer recompensa material. Explica o Dr. Cardoso Aires que o Prefeito notara tambem a mesma falha, porem não tendo verba para fazer face a essas despesas, aguarda assim, a abertura ou reunião do Conselho Municipal afim de em mensagem requerer o credito preciso para tal fim, completandose desta forma o edital citado.

O Dr. Samuel Campêlo trata do abandono em que se encontra um retrato do Dr. Francisco Glicério, ex-ministro da Viação, retrato que foi inaugurado por uma extinta sociedade e que se encontra atirado a um canto de uma das estações da Great-Western. Sobrevive ainda da referida sociedade o Sr. José Glicério de Sousa Gouveia e tratando-se do retrato de um republicano historico e que como Ministro promoveu o prolongamento do nosso sistema ferroviario, propõe que o Instituto procure se entender com o citado Sr. Glicério de Gouveia, afim de que o retrato abandonado, do saudoso ex-ministro e senador Francisco Glicério tenha um lugar condigno na galeria do Instituto. Posta a votos, é sem discussão aprovada a proposta do Dr. Samuel Campêlo. Nada mais havendo a tratar foi, pelo Sr. Presidente, encerrada a sessão da qual lancei a presente ata que vai por mim assinada juntamente com os dois demais membros da mesa.

Artur da Silva Rego,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretário.

Eustorgio Wanderlei,
2.º Secretário.

ACTA DA SESSÃO ORDINARIA, EM 8 DE AGOSTO DE 1928.

A's 17 horas e sob a presidencia do Sr. desembargador Silva Rêgo, reuniu-se em sessão ordinaria o Instituto na sua séde social secretariado pelos Srs. Dr. Mário Melo e prof.

Eustorgio Wanderley, tendo ainda comparecido os socios Drs. Samuel Campêlo, prof. Jeronimo Gueiros, Naasson Figueredo e Ambrosio de Barros Leite.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior passou-se ao expediente do 1.º secretario que constou de um officio do Dr. Manuel Xavier Xavier Paes Barreto, Juiz Federal do Amazonas, dando pesames pela morte do consocio Dr. Sebastião Galvão e declarando que fizera inserir no livro de audiencias daquele juizo no dia 3 de julho um voto de pesar pelo infausto acontecimento.

O Dr. Mário Melo comunica que pela familia do saudoso consocio Dr. Gonçalves Maia foi oferecida ao Instituto uma estante de livro que ao mesmo pertencera e onde ficarão guardados os livros que ele doara ao Instituto. Acrescenta que embora esses livros não sejam uma notavel coleção de obras, ha entre eles alguns bastante valiosos e que o agradecimento do Instituto não se deve limitar a um simples officio á familia do malogrado extinto. Assim, propõe á casa que os livros de Gonçalves Maia, fiquem num lugar á parte na bibliotéca, guardados na respectiva estante, e com um distico com seu nome, modesta homenagem á sua memoria. Essa proposta foi sem discussão, unanimemente aprovada.

Obtem a palavra o Dr. Samuel Campêlo que indo de encontro ao desejo do Prefeito de Rio Formoso, pede ao Sr. Presidente que marque o dia para serem inauguradas as lapides comemorativas do monumento erguido ali no lugar onde esteve o famoso reduto de resistencia aos holandêses.

O Dr. Mário Melo adianta que estava combinado que essa inauguração seria feita quando aqui estivesse o vaso de guerra "Mário Alves", pois o consocio Comdte. Velho Sobrinho proporcionaria a viagem por mar até Rio Formoso. Acontece porem, que o Comdte. Velho Sobrinho está doente e não é mais o Capitão do Porto, parecendo, assim desfeita a referida combinação. Diante disso o Sr. presidente marcou o dia 7 de Setembro proximo para a citada excursão a Rio Formoso.

O Sr. Naasson Figueredo diz que na antiga capelinha de Belém na Encruzilhada havia uma lapide com uma inscrição assinalando o lugar em que estivera depositado o cadaver do patriota Nunes Machado na noite de 2 de Fevereiro de 1849, após o fracasso da revolução praieira. Edificada naquele local a Matriz de Belém, o atual Vigario Revdmo. Padre João Pedrosa, resolvera oferecer a mesma lapide ao Instituto, pedindo que se providenciasse afim de que a mesma fosse dali transportada para o nosso Museu. A resolução do vigario lhe fóra comunicada pelo Sr. Manuel Pereira da Silveira que lhe pedira que a transmitisse ao Instituto.

A pedido Dr. Mário Melo, e que foi unanimemente aprovado, lançou-se na ata um voto de pesar pelo felecimento no Rio de Janeiro de Balthazar Pereira, um dos mais brilhantes jornalistas pernambucanos, poeta e escritor de merito. O Sr. Presidente após haver justificado a falta do consocio Dr. Oscar Brandão e não havendo mais nada a tratar encerrou a

sessão da qual lavrei a presente ata que vac por ele assinada e pelos demais membros da mesa.

Artur da Silva Rego,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretário.

Eustorgio Wanderley,
2.º Secretário.

ATA DA SESSÃO ORDINARIA, EM 22 DE AGOSTO DE 1928.

A's 17 horas e sob a presidencia do Desembargador Silva Rego secretariado pelos Srs. Drs. Mário Melo e L. C. Cardoso Aires foi aberta a sessão com a presença dos socios Dr. Samuel Campelo, Tte. Ambrosio Leite e Naasson Figueirêdo.

Na ausencia do 2.º secretario Prof. Eustorgio Wanderley que justificou por carta sua falta o Dr. L. C. Cardoso Aires secretario *ad-hoc* procedeu á leitura da ata da sessão anterior que foi, sem impugnação aprovada. Não havendo nenhum expediente a ser despachado, o Sr. Presidente disse que sendo a primeira vez que se reunia o Instituto após a morte do grande pernambucano que foi o Dr. Manuel Antonio Pereira Borba, iria dar conta á casa do que havia feito mal soube do lutuoso acontecimento. Assim, determinou que fosse encerrado o expediente e se botasse a bandeira em funeral na fachada da séde, comparecendo ainda com outros socios ás cerimoniaes fúnebres. Fez em seguida um ligeiro resumo da ação meritoria do Dr. Manuel Borba junto ao Instituto, quando governador do Estado deu todo apoio moral ao mesmo, contribuindo para o grande brilho com que foi solenisado o 1.º centenario da revolução republicana de 1817. Adquiriu ainda e fez doação ao Instituto do predio onde ele agora funciona com clausula de não ser alienado enquanto a mesma sociedade existir.

Por esses grandes serviços o Instituto creou o titulo de grande benfeitor que lhe foi outorgado como prova de gratidão. Disse ainda o Sr. Presidente que nos 66 anos de existencia do Instituto foi o Dr. Manuel Borba o chefe de governo que mais fez pelo mesmo sodalicio. Assim na primeira vez que ele se reune após a morte do seu socio grande benfeitor acha que não somente se deve lançar na ata um voto de profundo pesar por isso como tambem suspender a sessão em homenagem á memoria do inesquecido morto. Suas palavras foram unanimemente apoiada por todos os socios e a sessão suspensa no mesmo instante. Declaro em tempo que o consocio tesoureiro cel. Oton L. B. de Melo justificou sua falta á sessão da qual

lavrei a presente ata que vai assinada pelos membros da mesa.

Artur da Silva Rego,
Presidente.

Mário Melo,
1.º Secretário.

Eustorgio Wanderlei,
2.º Secretário.

ATA DA SESSÃO ORDINARIA, EM 26 DE SETEMBRO DE
1928.

A's 17 horas e sob a presidencia do Sr. Desembargador Silva Rêgo, secretariado pelos Srs. Drs. Mário Melo e Luís C. Cardoso Aires foi aberta a sessão com o comparecimento de mais os socios Dr. Samuel Campêlo, Naasson Figueredo, Tle. Ambrosio Leite, Cel. Othon L. Bezerra de Melo e Luiz da Camara Cascudo. Após a leitura da ata anterior que foi aprovado sem debate, ao ser iniciado o expediente o Sr. presidente comunicou o falecimento no Rio de Janeiro do engenheiro Dr. A. C. de Arruda Beltrão, pedindo um voto de pesar consignado na ata, o que foi aprovado por unanimidade. Constatou o expediente de um officio do secretario perpétuo do Instituto Historico e Geografico da Baía, agradecendo a solidariedade manifestada contra o atentado da demolição da Sé da Baía; de uma carta do Comdte. Velho Sobrinho despedindo-se por ter de seguir para o Rio de Janeiro, transferido; idem do Dr. Rui Carneiro da Cunha agradecendo em nome da familia Balthazar Pereira, os pesames do Instituto pela morte deste; idem do Cotonificio Bezerra de Melo oferecendo um exemplar litografado da "Batalha dos Guararapes" que vae divalgar nos produtos do seu fabrico. Foram registradas as seguintes ofertas: "Anales del Museu de Anatomia de Montividéu; Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro, n. 17; idem do Instituto de engenharia de S. Paulo. Fotografia do Marco de Touros por Luiz da Camara Cascudo; Boletim da União Pan-Americana de Setembro de 1928; Reprodução lithografica do quadro "A Batalha dos Guararapes" oferta do Cotonificio Bezerra de Melo; Revista da Sociedade de Geografia de Cuba e uma bala esferica oferta do Dr. José Guerra. Terminando o expediente disse o Samuel Campelo que na sessão anterior o Instituto havia protestado contra a demolição da Sé da Baía e no entretanto aqui se deixa destruir o velho solar de Megahipe, quando o Estado vota uma lei de defesa dos nossos monumentos. Propõe que se registre seu protesto contra o fato. Carlos P. da Costa declara que vota com restricção; não é contra a destruição da casas velhas, mas o solar de Megahipe era tipico, votando assim de acordo com o protesto. Luiz da Cama-

ra Cascudo lamenta ser aquele um padrão típico do estilo colonial. Foi aprovado o protesto e o Dr. Samuel Campelo propõe um voto de louvor a O Jornal do Rio por ter dado uma edição especial dedicada a Pernambuco com artigos sobre fatos da nossa história. Foi também aprovado. O tesoureiro Cel. Othon Bezerra de Melo apresenta o balancete do exercício findo com os documentos comprobatorios das despesas e se despede por ter de seguir para o sul em viagem de repouso. Declara que os valores do Instituto estão depositados no Banco Auxiliar do Comercio e os livros escriturados da tesouraria estão em poder da firma de que é chefe.

O Sr. presidente encaminha o balancete e as contas á comissão de fundos e orçamento para dar parecer e nomeia uma comissão para ir ao embarque do consocio Othon, composta dos Srs. Drs. Mário Melo, Samuel Campelo e Major Santana Araujo.

O Dr. Mário comunica ter visitado diversos municipios do sertão em viagem de estudos de Archeologia, tendo encontrado na Serra do Caldeirão Grande em Vila Belo copiosas inscrições em lapides. Alguns atribuem aos nossos selvicolas, outros aos fenicios e os moradores dizem que são tesouros ocultos pelos holandeses que, aliás, nunca por ali andaram. Não representam essas inscrições animais ou figuras conhecidas ou mesmo letras do alfabeto. São simbolos gravados na pedra que parece granito roseo que ele ignorava existir aqui. Alguns blocos parecem ter sido juxtaposto pela mão do homem. Algumas inscrições estão perfeitas, outras porem, estragadas pelo tempo ou pelos ociosos. Acha oportuno que o Governo mande transportar alguns desses blocos para fazer parte do futuro museu pois são documentos da existencia de uma raça hoje desabarecida. Referiu-se ainda a "Pedra do Sino" que são quando percutida como se fosse de metal. Declara, por fim, que pretende escrever uma monografia a respeito. O Sr. Presidente declara que a casa fica inteirada e promete falar oportunamente ao Sr. Governador no sentido de salvar esses documentos.

O Sr. Camara Cascudo tratou da sua visita ao Rio Grande do Norte e da descoberta do Marco de Touro cuja fotografia oferece ao Instituto. Esse Marco fôra findado no 1.º quartel do seculo XVI. Não havendo mais nada a tratar foi encerrada a sessão ás 18 horas da qual foi lavrada a presente ata que vaé assinada pela mesa.

Artur da Silva Rêgo,
Presidente

Mário Melo,
1.º Secretario.

L. C. Cardoso Aires,
Servindo de 2.º Secertario.

ATA DA SESSÃO ORDINARIA, EM 10 DE OUTUBRO DE 1928.

A's 17 horas o Sr. presidente Desembargador Silva Rêgo secretariado pelos Drs. Mário Melo e prof. Eustorgio Vanderlei declarou aberta a sessão com a presença dos socios Dr. Samuel Campelo, Major Santana Araujo, Naasson Figueirêdo, Dr. Carlos Pereira da Costa, prof. J. Felipe Monteiro, Prof. Dr. Neto Campelo, Prof. Dr. Gervasio Fioravanti, Dr. L. C. Cardoso Aires, Prof. Jeronimo Gueiros e Dr. Oscar Brandão.

Após a leitura e aprovação da ata da sessão anterior passou-se ao expediente que constou de um officio do Diretor da Faculdade de Direito ofertando 400 exemplares da tese, digo do parecer do Prof. Dr. Joaquim Guedes Correia Gondim Filho sobre o direito de Pernambuco á comarca de São Francisco e circular do Instituto Historico da Paraíba comunicando a reeleição e posse da sua diretoria.

O Sr. Presidente agradece ao Dr. Neto Campelo a oferta e louva sua contribuição para o maior esclarecimento da debatida questão.

A' biblioteca do Instituto foram oferecidas as seguintes obras: "Justa apreciação do predomínio do partido praeiro na historia da dominação da praia" obra que pertenceu ao conselheiro Aguiar, Barão de Catuama; "Instrução Publica de Pernambuco" 1855 — 1867. "Elementos de educação civica" por Adolfo Frank; "O Acre" por Tamaturgo Azevedo; "Narrativa da passagem do Atlantico digo: do Pacifico ao Atlantico através dos Andes nas provincias do norte do Perú e descendo pelo Rio Amazonas até o Pará" por Henrique Listernar, 1831, e o "Recife" por A. J. Barbosa Viana, ofertas estas feitas pelo Dr. João Barrôso de Melo. Foram ainda recebidos os volumes: Bibliografia do clima brasileiro" por Trancredo de Barros Paiva, "Bremisches Jahkbuch"; "A previsão do tempo"; por J. de Sampaio Ferraz.

Encerrada a leitura do expediente, o presidente comunica o falecimento do comdor. José Ferreira Baltar, possuidor de uma grande coleção de objetos de arte e arqueologia, pedindo um voto de pesar na ata, o que foi aprovado por unanimidade.

A comissão de fundos e orçamentos apresenta seu parecer sobre o balanço do ano proximo findo, achando-o legal e propondo um voto de louvor ao tesoureiro, o que foi tambem aprovado, assim como uma proposta de agradecimento ao mesmo tesoureiro.

Pede a palavra Sr. Santana Araujo para dar o motivo da sua ausencia ás sessões e pede exoneração da comissão de orçamento de que faz parte, agradecendo antes as manifestações de pesar do Instituto pela morte do seu filho Sr. Sergio Aquino Araujo. O Presidente declara que o Instituto cumpriu seu dever homenageando a saudosa memoria do seu distinto consocio Sr. Sergio Aquino Araujo e quanto ao pedido de exoneração ia submetê-lo a votos, considerando porem que o sr. Santana Araujo era um socio esforçado pelo engrandecimento do Instituto e a que todos acatavam não, vendo, portanto motivos para seu afastamento. Posta a votos foi recusada a exoneração. Obetem a palavra o Dr. Neto Campelo para propor um voto de pesar pelo falecimen-

to do provector educador Dr. Gabriel de Araujo que se impunha ao respeito e consideração de todos. O voto pedido foi unanimemente aprovado. O prof. Felipe Monteiro lembra a ideia de ser adquirida a riquíssima coleção de objetos de arte pertencente á familia do Comendador J. Ferreira Baltar, afim de não sairem do Estado as precisidades da mesma e no todo ou em parte virem para o Instituto. Diz o Presidente que não estando no Estado a familia citada, oportunamente tomará em consideração o pedido, entendendo-se com o Sr. Dr. Governador a esse respeito. O prof. dr. Gervasio Fioravanti pede informação a respeito do serviço de catalogação da Biblioteca do Instituto, informações que lhe são satisfatoriamente prestadas pelo Sr. Mário Melo.

Pede a palavra o Sr. Naasson de Figueirêdo para ler a seguinte moção: "Eu não peço aqui ao Instituto Arqueologico um voto de aplauso para o seu distinto quanto util secretario perpetuo: mas é de inteira justiça o Instituto acatar e salientar o muito desvelado serviço que ele vem prestando; — tanto mais agora, pelo modo desassombrado e inteligente com que tem ele defendido os brios deste sodalicio, atacado como tem sido ultimamente pela irreverencia ou incoerencia ou desfastio de uns, e pelo despeito ou malquerença ou ignorancia de outros! Merece, portanto, — sinão oficialmente — um registro á parte por esta campanha de defesa, pelo muito que lhe quer, vem fazendo pela imprensa diaria derimindo esta ingrata e dessarazoadá descortezia, que tão alto fala mal de nossa cultura, e atesta o vèzo brasileiro de detratarmos do que é nosso, simplesmente nosso.

O Presidente põe em discussão o assunto sendo aprovada por todos a attitude do Sr. Mário Melo, tendo os Drs. Samuel Campelo e Oscar Brandão feito declarações de voto, apoiando a attitude do secretario perpetuo, achando, porém que o Instituto não deve ligar importancia aos ataques pessoais. O Dr. Carlos Pereira da Costa declara que se por vezes diverge do secretario perpetuo, acha agora também justa sua attitude, exceto quanto a julgar que "a fase mais brilhante do Instituto fosse a posterior á retirada de Alfredo de Carvalho".

O Sr. Gervasio Fioravanti, pede outras inforamções sobre o andamento da publicação da Revista, o que lhe é dada pelo secretario perpetuo Dr. Mário Melo.

Com a palavra o prof. Jeronimo Gueiros congratula-se com o Instituto pela animação que vem notando na vida do mesmo do que a sessão presente é uma prova

Estando presente o prof. Aurino Maciel, da Academia de Letras de Alagóas, apresentado pelo Dr. Carlos Pereira da Costa, o Sr. Presidente o sauda e nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos ás 18 horas e meia. Do que constou foi lavrada a presente ata que vai assinada pela mesa.

Mário Melo,
Presidente ad-hoc.

Eustogio Vanderlei,
Servindo de 1.º secretario.

L. C. Cardoso Aires,
Pelo 2.º Secretario.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA, EM 24 DE OUTUBRO DE 1928.

A's 17 horas e meia, presentes os Drs. Mário Melo, Carlos Pereira da Costa, Estevam Pinto, L. C. Cardoso Aires, Samuel Campelo, Sr. Naasson Figueiredo, o prof. Eustorgio Vanderlei e o Major M. J. Santana Araujo e na ausencia do presidente efetivo assim como dos seus substitutos o Dr. Mário Melo de acordo com os Estatutos, assumiu a presidencia da reunião, convidando para secretarios o prof. Eustorgio Vanderlei e o Dr. L. C. Cardoso Aires. Depois de lida e aprovada sem impugnação a ata da sessão anterior passou-se ao expediente que constou do seguinte: Oferta da "Historia seiscentista da Vila de S. Vicente, digo: de São Paulo, tomo 3.º"; Biletim do Ministerio da Agricultura; "Idem do Instituto da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul", no 2.º; La Geographie tomo XLIX. Findo o expediente, declara o Dr. Mário Melo haver sido procurado ha tempo pelo Sr. Angele Hassari, digo: Jeferson Lazzari, residente no Cabo, o qual lhe dissera ter encontrado, nas matas daquele município, as ruínas de uma Igreja. O mesmo lhe disseram depois os Srs. Luiz e Menandro Martins, não podendo o Dr. Mário assegurar que esta seria a mesma vista pelo Sr. Jefferson. Ha dias passados teve ele oportunidade, porem, de organizar uma excursão com os socios Dr. Samuel Campelo e Naasson Figueiredo á qual se juntou o Dr. Ulisses Pernambucano, que se dirigiu ás citadas ruínas sendo todos guiados pelo proprio Sr. Jefferson. Encontraram, com efeito dentro da mata fechada no alto de um pequeno morro as ruínas de uma igreja Catolica edificada no ano de 1633, conforme se lê ainda na chave do fecho do arco central da capela-mor, descoberta feita pelo socio Sr. Naasson Figueiredo.

Parece que o citado templo foi abandonado ha cerca de um seculo em vista das arvores seculares que se encontram dentro das suas ruínas. Pretende o Dr. Mário voltar ao local, dando nesta ocasião informações mais minuciosas ao Instituto. Naquele momento oferecia ao museu um azulêjo encontrado nas ruínas. Pede a palavra o Dr. L. C. Cardoso Aires para declarar que se desincumbiu da comissão que lhe foi confiada de representar o Instituto na inauguração das lapides no reduto do Rio Formoso.

Entrega á mesa a ata da solenidade, assim, como tres pequenas balas esfericas de chumbo encontradas ali pelo Sr. Estevam Batista da Silva, proprietario do sitio onde esteve o reduto. Com a palavra o Dr. Samuel Campelo se refere aos painéis dos Guararapes que o Sr. Dr. Pedro Luiz Correia de Araujo se propôs levar para Paris afim de os restaurar. Então eles encaixotados, mas ainda o Dr. Pedro Luiz não deu ordem de lhe serem remetidos para all. Receioso de que se estraguem mais ainda lembra o alvitre sugerido pelo Dr. João Piretti: desencaixota-los e tomar os intersticios dos retabulos com parafina para o conservar até que possam ser definitivamente restaurados. Essa indicação foi logo aprovada. Pede a palavra o Dr. Estevam Pinto e lê um discurso sobre a atuação de Alfredo de Carvalho no Instituto, propondo em seguida que este dedique o proximo numero da Revista á obra de Alfredo de Carvalho, assim como que o Insti-

tuto se dirija ao Concelho Municipal pedindo que seja dado a uma das ruas da cidade o nome desse falecido consocio. Havendo pequena concorrência propõe que seja adiada a discussão da proposta Estevam Pinto, o que é registrado, inclusive pelos seus autores presentes: Dr. Estevam Pinto, Carlos Pereira da Costa. Usa da palavra o Dr. Mário Melo para dizer que a figura de Alfredo de Carvalho muito lhe merece como intelectual. Vê, porém na proposta também assinada pelo socio prof. Gaspar Regueira Costa uma íntima relação com a discussão que manteve recentemente com o Diretor da Biblioteca Publica. Tendo, talvez de intervir nos debates sobre a mesma, passa a presidencia ao substituto legal Prof. Eustorgio Vanderlei. O Sr. Santana Araujo pede licença para se retirar, o que lhe é concedido. Pede a palavra o Sr. Dr. L. C. Cardoso Aires para dizer que o Instituto não é obrigado a tomar conhecimento de discussão em que tomar parte quaesquer dos seus socios. Vota, portanto contra a moção, apesar de lhe merecer muito a memoria de Alfredo de Carvalho. Em aparte o Sr. Dr. Pereira da Costa diz que na sessão anterior fôra votada uma moção ao secretario perpetuo. O Sr. Samuel Campelo justifica, então a procedencia da moção anterior ao secretario perpetuo do Instituto não somente pelos serviços que tem prestado á casa, como tambem pela defesa que faz da mesma instituição todas as vezes que ela é atacada. Declara ainda haver dito na sessão anterior que o Instituto não deveria ligar importancia a questões pessoas e nessa questão vê, mais do que defesa á memoria de Alfredo de Carvalho — que não fôra atacado ao se votar a moção de solidariedade ao secretario perpetuo uma campanha de odio a Mário Melo e de desprestigio ao Instituto. Votará, entretanto, a favor da presente moção com o seguinte acrescimo que redige e lê: "Volando a moção em favor de Alfredo de Carvalho, — como ha na imprensa, atualmente, uma discussão com o Dr. Mário Melo em torno da qual se vem fazendo referencias ao nome daquele saudoso consocio, e possa parecer que a moção represente desprestigio ao nome do nosso secretario perpetuo — o Instituto Archeologico mantem a moção de aplausos votada na sessão passada á atitude do consocio Mário Melo quando sempre tem defendido o passado e a grandeza do Instituto". Declara, então, o Dr. Pereira da Costa que como signatario da proposta não subscreve a emenda. O Dr. Estevam Pinto declara, entretanto, que subscreve a emenda porque, apresentando a proposta não teve intuitos de diminuir a ação de Mário Melo e, si estivesse presente á sessão anterior teria votado a moção de aplausos ao citado consocio. Fazendo declarações de voto os Srs. Naasson de Figuerêdo e Dr. L. C. Cardoso Aires dizem votar contra a proposta em discussão mesmo com a emenda. O Sr. Mário Melo diz que se abstem de tomar parte na votação por estar envolvido seu nome no caso. Encerrada a discussão e recolhidos os votos foi verificado que a proposta fôra rejeitada assim como a emenda. Pede a palavra o Dr. Samuel Campelo para dizer que fôra a tempo designado para acompanhar os trabalhos da publicação da obra do saudoso consocio Dr. Pereira da Costa, cuja memoria continua a lhe merecer a mesma admiração

que em vida sempre lhe mereceu o inesquecido consocio. Agora seus afazeres não lhe permitem continuar a bem desempenhar a referida comissão e, por isto, a renuncia.

O Sr. Naasson Figueiredo lembrando a passagem de mais um aniversario da fundação do Instituto Histórico Brasileiro, propõe que seja exarado em ata um voto de regosijo por este motivo o que é aprovado. O Dr. Carlos Pereira da Costa propõe que o Instituto faça publicar uma nota official em todos os jornais dizendo que não endossa a opinião de qualquer dos socios quando emitida individualmente. Lembra o Dr. Mário Melo que estas notas visam sempre um fato concreto e desde que este não seja apontado não vê razão para ser publicada a referida nota.

O Dr. L. C. Cardoso Aires reforça as mesmas considerações achando que uma nota assim extemporanea e inoportuna irá desautorizar todos os socios. Vota porem a favor de uma deliberação desta natureza para fivar consignada em ata sem ser enviada aos jornais no carater de "nota official". Posta a votos a indicação do Dr. L. C. Cardoso Aires foi aprovada, abtendo-se ainda o Dr. Mário Melo de votar pelos motivos alegados anteriormente. O Dr. Carlos Pereira da Costa declara que o Revdmo. Vigario de Morenos, que é de nacionalidade holandêsa se oferece para traduzir qualquer documento em holandês que possa interessar ao Instituto, o que o presidente agradece para tomar conhecimento oportunamente. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada pela mesa.

Manoel Neto Carneiro Campelo.

Mráio Melo,
1.º Secretario

L. C. Cardoso Aires,
Servindo de 2.º Secretario.

ATA DA SESSÃO ORDINARIA, EM 7 DE NOVEMBRO DE
1928

A's 17 horas, havendo na séde do Instituto numero legal de associados o Dr. Manoel Neto Carneiro Campelo assumiu a presidencia da reunião, tendo como secretario o Dr. Mário Melo e Prof. Eustorgio Vanderlei.

Lida e aprovada sem discussão a ata da sessão anterior passou-se ao expediente que constou do seguinte: officio do Dr. M. de Pais Barreto, juiz federal do Amazonas, comunicando que inserira no protocolo das audiencias votos de pesar pela morte dos pernambucanos embaixador Barros Moreira e Manoel Borba; idem do Instituto Historico do Ceará, comunicando a elevação á categoria de honorario do socio correspondente Dr. Mário Melo; idem do Dr. Heitor Beltrão agradecendo as manifestações de pesar do Instituto pela morte de seu pai Dr. Arruda Beltrão; convite do sr. Vidal Freitas para a inauguração do retrato de Zeferino Galvão no gremio literario de que é patrono o saudoso pernambucano. Foi designado o Dr. Samuel Campelo para representar o Instituto

alf. Registram-se ainda as seguintes ofertas: "Documentos históricos (1650-1668) dos manuscritos da Biblioteca Nacional;" "Maxmillan textbooyes 1928-1929; Anuário demografico de São Paulo — 1926; Geographical Review" Outubro 1928; Rolletim de la Sociedad Geographica de Lima, quatro fasciculos; Boletim da União Pan-Americana, Outubro 1928; "Naturama" poema de Mário Magnalina; Recenseamento do Brasil, Volume IV. Revista da Academia Mineira volume V; "Revista Militar Brasileira volume XXVII.

Foi lida ainda uma carta do Sr. Mário Coêlho Pinto oferecendo um exemplar do seu poema "Naturama" e pedindo o parecer do Instituto sobre o mesmo.

O Sr. Presidente entregou o trabalho ao Dr. Carlos Pereira da Costa, membro da comissão de historia e geografia. Foram propostos socios efetivos os Srs. Raimundo Pais Barreto e Dr. Ulisses Porto e para correspondente o Prof. Adalberto de Matos. Julgados objetos de deliberação o Sr. presidente, de acordo com os estatutos resolveu que ficassem as mesmas aguardando a apresentação de trabalhos dos candidatos para serem remetidos às comissões que tem de estudá-los. Findo o expediente o Dr. Mário Melo declarou que na sessão passada havia comunicado que visitara as ruínas de uma Igreja setecentista nas matas de S. Gonçalo, ignorando entretanto, seu valor historico, tendo ido alf com os seus companheiros de excursão animado apenas pelo espirito de curiosidade e atraídos pelo pitoresco das ruínas. Dos estudos que tem feito sobre o assunto já pode adeantar que foi nessa Igreja que em 1653 se reuniram os principaes chefes do exercito libertador, sob a residencia de Francisco Barreto, tendo se combinado ali o plano de cerco á cidade Mauricia cujo epilogo foi a capitulação da Campina do Taborda. Apela, então, para o consocio Dr. Carlos Pereira Costa, para que rebuscando os trabalhos ineditos do seu saudoso pai derrame alguma luz sobre o assunto, pois é possivel que o inesquecido historiografo tenha escrito algo sobre isto. O Sr. Presidente secunda o apelo do secretario peperuo em nome do Instituto e o Dr. Carlos Pereira da Costa promete investigar os Anais. Obtem a palavra o Dr. Samuel Campelo para dizer que ha tempos o Instituto pediu ao Mosteiro de S. Bento que zelasse pela conservação da Igreja dos Guararapes por ser um monumento historico de grande valor. Leu ultimamente n' "A Provincia" que a referida egreja de N.ª S.ª dos Prazeres continua em mau estado e que se aventa a idéa de se formar um parque nos seus arredores.

Propõe que seja novamente oficiado ao Revd.º Abade de São Bento, reiteirando o pedido de conservação do templo e em apoio á idéia do parque que o Instituto se dirija ao governo ou ao prefeito de Jabotão, o que é por todos aprovados. O Dr. L. C. Cardoso Aires declara que, de acôrdo com o edital da prefeitura foram apresentados dois projetos e que ainda de acôrdo com o mesmo edital os dois projetos serão enviados ao Instituto para o julgamento. Fala o Dr. Mário Melo sobre as obras que o Arcebispado vae mandar fazer de remodelação da Madre de Deus que é um dos nossos mais belos templos coloniais. Ignorando o plano e a natureza dessas

obras, propõe que o Instituto se dirija ao Sr. Arcebispo pedindo que na remodelação projetada não seja descaracterizado o antigo templo. Posta a votos a proposta foi aprovada sem debates. O prof. Eustorgio Vanderlei pede licença á casa para uma viagem que pretende fazer ao Rio de Janeiro e oferece ao Instituto diversos livros que pertenceram á biblioteca do seu saudoso pae o prof. Augusto José Mauricio Vanderlei. O Sr. presidente agradece a oferta e estando ainda licenciado o 2.º secretário de officio prof. Felipe Monteiro, designa o Dr. L. C. Cardoso Ayres para substituir o prof. Eustorgio Vanderlei.

Comunica o Dr. Samuel Campelo que os painéis das batalhas dos Guararapes já foram desencaixotados e que, com o secretario perpetuo e outras pessoas esteve trabalhando no domingo pela sua conservação, trabalho este que ainda demora algum tempo, em vista do estrago da madeira dos mesmos retábulos.

Antes de encerrar a sessão o Sr. presidente lembra que no dia 10 passa mais um aniversario do brado da Republica dado por Bernardo Vieira de Melo, no Velho senado de Olinda, e convida os confrades para se associarem aos olindenses nas manifestações civicas realizadas nesse dia, designando o Dr. L. C. Cardoso Aires para representar oficialmente o Instituto naquela cidade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão á qual compareceram alem dos membros da mesa que assinam a presente mais os consocios: Dr. Samuel Campelo, Carlos Pereira da Costa, L. C. Cardoso Aires, Prof. Jeronimo Gueiros e Domicio Rangel.

De tudo que constou foi lavrada a presente ata.

Artur da Silva Rego
Presidente

Mario Melo
1.º Secretaric

Eustorgio Vanderlei
(Servindo de 2.º Secretário)

ATA DA SESSÃO ORDINARIA DE 21 DE NOVEMBRO
DE 1928

A' hora e lugar do costume reuniu-se o Instituto sob a presidencia do desembargador Silva Rego, secretariado pelos drs. Mario Melo e L. C. Cardoso Aires, estando presentes os socios, Dr. Samuel Campelo, M. J. Sant'Ana Araujo, Naasson Figueiredo, Dr. Fernando Barroca e Camara Casado.

Aberta a sessão, procedeu-se á leitura da ata da anterior, e, não havendo impugnação, dá-se por aprovada. O Presidente, antes de assina-la, diz não haver comparecido á reunião anterior por se achar doente, impossibilitado mesmo de escrever, razão por que não comunicára; e porque essa sessão

se tenha realizado justamente no dia do 103 aniversário do "Diário de Pernambuco" sem que nela houvesse referência ao fato, aproveitava o ensejo para apresentar à casa a indicação de serem consignadas em ata as suas congratulações visto a tradição gloriosa daquele jornal, cujo programa se harmoniza com os fins do Instituto, defendendo identicos principios de tradicionalismo, por isso digno de apreciação do Instituto para o qual sempre tem aberto suas colunas. Todos aprovam a indicação. O 1.º secretario lê, então o expediente: uma carta do socio professor Eustorgio Vanderlei, comunicando a sua partida destino ao Rio de Janeiro; officio da Academia Pedro II do Rio de Janeiro comunicando a eleição da sua directoria; officio do socio, dr. Oscar Brandão solicitando a sua dispensa do cargo de orador do Instituto, visto ter sido designado o dr. L. C. Cardoso Aires para falar a 10 de Novembro, pelo Instituto, no Velho Senado de Olinda; justifica o seu pedido uma vez que se supõe desnecessario, por isso que não fora consultado, embora não tivesse comparecido à sessão em que se fez a escolha, mas se julga no direito de se susceptibilizar só por ter sido desconsiderado, conquanto a escolha do seu substituto tenha recaído na pessoa dum consocio merecedor. Discute-se o objetivo do officio, e todos se mostram contrarios á decisão pedida pelo resignatario, tendo ficado combinado o Instituto responder-lhe por officio recusando, com a justificativa de que nenhum intuito houve de melindra-lo; que a escolha do representante do Instituto, para as festas da comemoração do grito de Bernardo Vieira de Melo, em Olinda, fora motivada pela ausencia dele, dr. Oscar Brandão, á reunião em vespera da referida comemoração, dada a duvida do mesmo poder comparecer; e, si algum proposito houvesse, teria atingido o socio Samuel Campelo, presente á reunião de escolha, visto como um dos oradores enquanto o dr. L. C. Cardoso Aires é o segundo-vice. Este, usando da palavra lamenta haver involuntariamente concorrido para o aborrecimento ao seu amigo e consocio, dr. Oscar Brandão, o que teria evitado, não aceitando a incumbencia si soubesse que ele se melindraria. O 1.º secretario faz entrega da caderneta n. 1.º da Caixa Economica em Pernambuco, emitida a 4 de Junho de 1877 em favor de Antonio da Cunha Ferreira Baltar—oferta do filho deste, o sr. Armando Baltar. Passando-se á ordem do dia, o dr. Samuel Campêlo dá sciencia de que recebera cartas do pernambucano, drs. José Sete, membro do Instituto historico do Espirito Santo e deputado á assembléa legislativa daquele Estado, acerca da arruinada igreja de São Gonçalo, encontrada nas matas do municipio do Cabo, neste Estado. Diz a referida carta que, entre 1889 e 1890, o pae do signatario, então morador na praia de Paiva, achou de bom alvitre construir na localidade, onde residia, uma igreja. Pediu auxilio para objetivo á sua idéa, a dois capuchinhos que vieram pregar missões a seu convite. Frei Venancio e frei Lourenço, como eles se chamavam, concitaram o povo a conduzir pedras da arruinada igreja de S. Gonçalo, proxima daquela praia. Ele proprio, dr. José Sete, auxiliára duma feita o transporte de materiaes. Lem-

bra-se de que, entre outras lages, havia uma lapide com epitaphio estragado, lendo-se apenas a palavra "Sousa"; assevera ser de fato aquele templo encontrado a igreja de São Gonçalo. Com a palavra, o dr. Mario Melo lembra que ha tempo o Instituto se vem batendo para não serem mudados os nomes tradicionaes dados ás ruas do Recife, nem serem admitidos nomes de pessoas vivas com denominação de ruas antigas ou novas, tanto que, a esse respeito, já o Instituto se dirigiu ao Conselho Municipal e ao Prefeito. Acaba de vêr agora que o atual chefe do Executivo Municipal, drs. Costa Maia, na mensagem lida a 15 deste mez perante o Conselho, sugere, para denominação das ruas ultimamente abertas, os nomes de Alfredo de Carvalho, Sebastião Galvão, dr. Berardo, dr. Barros Carneiro e dr. João Coimbra, todos já falecidos e que tiveram relevo em nosso meio. E' isso um fato auspicioso, por isso a atitude do Prefeito deve sêr recebida pelo Instituto com especial agrado. O dr. L. C. Cardoso Aires declara haver representado o Instituto na comemoração de 10 de Novembro em Olinda, falando ao povo das ruinas do antigo Senado. Com a palavra o dr. Mario Melo, apresenta a seguinte indicação: "Ha passados anos, o Instituto, por proposta de Sebastião Galvão cogitou da impressão das "Memorias Historicas de Pernambuco", de Fernandes Gama, não tendo por motivo de finanças levado avante a idéa. Essas "Memorias", hoje rarissimas constam de quatro volumes, abrangendo o ultimo o fim do seculo XVIII. O quinto volume não foi publicado e não sei se ainda existem os originaes. Para a publicação dos quatro primeiros houve subscrições e o governo provincial deu forte auxilio, conformê o confessou o autor. "As Memorias Historicas de Pernambuco" não são isentas de falhas ou de erros. Ainda agora, escrevendo uma monografia sobre a egreja mais antiga do Brasil, verifiquei que Fernandes Gama dá a fundação de Igarassú em 1530, quando documentação posterior tem demonstrado que Duarte Coelho só veiu a Pernambuco em 1535, não passando de lenda a sua estada anterior em nossa terra.

Essas falhas e esses enganos são de facil correção ante o que se tem escrito posteriormente, si a reimpressão for acompanhada de anotações. Não ha muito, o governo da Baía incumbiu o deputado Braz de Amaral, um dos grandes conhecedores da nossa historia, de reimprimir e anotar as "Memorias Historicas da Baía", de Acioli, o que tem ele feito atualizando-as com as suas ricas anotações.

O trabalho de Fernandes Gama caiu no dominio publico, pelas nossas leis. E' pena que, pela raridade, não esteja acessivel aos estudiosos. Assim proponho que o Instituto se dirija ao exmo. Governador do Estado, no sentido de pedir-lhe que faça republicar as "Memorias Historicas de Fernandes Gama, com anotações que lhes corrijam os enganos e supram as falhas". Com a palavra, o dr. Fernando Barroca enaltece a importancia dessa obra mostrando a necessidade da sua reimpressão. Por unanimidade, a indicação do dr. Mario Melo é aprovada. O sr. Naasson Figueredo lembra que, a 25 deste mês de Novembro, faz sessenta anos que foi trazido, por frei Fidelis, o cruzeiro de pedra para o largo da Paz, em Afogados, e a data vai ser solenizada. Lê trechos do trabalho que,

a respeito, escreveu baseado em subsídios não cogitados por Pereira da Costa, com quem não está de acôrdo em certos pontos. O dr. Samuel Campelo comunica á casa que representou o Instituto, na aposição do retrato de Zeferino Galvão, em Gravata, no gremio literário de que o mesmo é patrão. Refere-se, em seguida, á morte de Anísio Galvão elogiando-o dizendo que o proximo numero da "Revista" publicará um interessante trabalho historico do intellectual falecido, propondo um voto de pesar, que é unanimemente aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a sessão, de que é lavrada a presente ata que vai assinada pela mesa.

Artur da Silva Rego
Presidente

Mario Melo
1.º Secretario

L. C. Cardoso Aires
Servindo de 2.º Secretario

ATA DA SESSÃO ORDINARIA A 5 DE DEZEMBRO DE 1928

Reuniu-se á hora e lugar do costume, o Instituto com o comparecimento dos socios, drs. Oscar Brandão, Samuel Campelo, Naasson Figueredo, M. J. Sant'Ana Araujo, prof. Rodolfo Lima, sob a presidencia do Desembargador Silva Rego, secretariado pelos drs. Mario Melo e L. C. Cardoso Aires.

Após a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada, o 1.º secretario leu o seguinte expediente: Carta de "The american association of museums", de Washington, solicitando informações acerca das coleções do Instituto e museus existentes em Pernambuco; officio do dr. Oscar Brandão agradecendo a consideração que lhe foi prestada na sessão anterior, de conformidade com a comunicação levada a seu conhecimento por carta do presidente. Ofertas: — Pelo embaixador Rodrigues Alves um exemplar da Medalha — Centenario de La Paz, cunhada pelo governo da Argentina em solenisação do centenario da paz Argentina-Brasil. Pelo sr. Renato Medeiros um exemplar da medalha, em bronze de 1837, com effigie de D. Pedro II, e uma moeda de cobre de V réis de 1667, ambas encontradas nas demolições do bairro do Recife. Pelo sr. José Theophilô, amostras de rocha da ilha de Itamaracá.

O dr. Mario Melo comunica que, conforme ficara combinado na sessão anterior foi feita a conservação dos dois painéis de Guararapes e que o pintor Murilo Lagreca se comprometeu espontaneamente a restaural-os, o que foi por todos recebido com especial agrado. Com a palavra, o dr. Samuel Campelo diz que foi um dos signatarios da proposta — Raimundo Paes Barreto para socio do Instituto, a qual não teve ainda seguimento por vir desacompanhada de trabalho comprobante da sua capacidade intellectual. Entrega á mesa dois estudos

historicos publicados pelo candidato. O presidente declara que os vae mandar á comissão de historia, para o devido parecer, e, depois á comissão de sindicancia. Informa estão o 1.º secretario acha-se desfalcada a comissão de sindicancia em virtude de haver o consocio Velho Sobrinho, um dos seus membros, mudado de domicilio tendo, por isso, o presidente designado, em substituição, o sr Naasson Figueredo. Dara a palavra ao professor Rodolfo Lima, diz que é portador duma carta que, ao dr. Ulisses Brandão, dirigiu o conhecido jurista dr. Higino Bastos Melo, sobre a questão territorial Pernambuco-Baía, cuja copia entrega á mesa, enaltecendo o valor dessa adhesão ao direito de Pernambuco. O sr. Sant'Ana Araujo comunica a proxima chegada ao Recife do sr. Othon L. B. Melo tesoureiro do Instituto, e requer seja nomeada uma comissão para recebê-lo, da qual faça parte o presidente. Este promete comparecer, e designa os srs. Sant'Ana Araujo e Mario Melo.

O sr. Cardoso Aires refere-se á catastrophe aviatoria que acaba de golpear a sociedade brasileira, justamente no momento em que o Brasil sustenta perante o mundo a gloria de ter sido a patria da descoberta da dirigibilidade aerea, com o mais pesado que o ar, catastrophe em que sucumbiram grandes cérebros do Brasil, um dos quais Amauri de Medeiros — espirito moço e dinamico, a quem Pernambuco deve muito pelas suas iniciativas. Propõe se insira na ata um voto de pesar, suspendendo-se a sessão. A proposta é aprovada unanimemente. O presidente diz que telegrafara á familia em nome do Instituto, e desde já designa os srs. Cardoso Aires, Sant'Ana Araujo, Naasson Figueredo e Samuel Campelo para a representação do Instituto ás exequias, e suspende a sessão. E para constar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela mesa.

Artur da Silva Rego
Presidente

Mario Melo
1.º Secretario

L. C. Cardoso Aires
Servindo de 2.º Secretario

Relação dos Socios

EFETIVOS

- 1—Dr. Francisco Pinto de Abreu—9—9—1897.
- 2—Dr. Alfredo Arnobio Marques—1—4—1898.
- 3—Dr. Fernando Barroca—11—12—1900.
- 4—Prof. dr. Gervasio Fioravanti Pires Ferreira—
16—3—1901.
- 5—Dr. Luis Estevão de Oliveira—17—11—1904.
- 6—Dezembargador Eduardo Corrêa da Silva—17—11—1904.
- 7—Dr. Antonio Vicente Pereira de Andrade—15—5—1906.
- 8—Dr. Eduardo de Moraes Gomes Ferreira—17—7—1906.
- 9—Prof. dr. Methodio Maranhão—17—1—1907.
- 10—Dr. Mario Carneiro do Rêgo Melo—27—5—1909; bomfeitor—25—9—1913.
- 11—Dr. Enéas Pereira de Lucena—25—8—1910.
- 12—Domicio Rangel—31—12—1910.
- 13—Dr. Oscar Brandão da Rocha—31—12—1910.
- 14—Dr. Nylo Dornellas Camara—12—1—1911.
- 15—Augusto Leite Rodrigues—17—8—1911.
- 16—Dr. Candido Duarte—29—2—1912.
- 17—Dr. João Feliciano da Motta e Albuquerque—6—6—1912.
- 18—Dr. José de Barros Lima—1—8—1912.
- 19—Dr. Annibal Fernandes—11—6—1914.
- 20—Conego Jeronymo d'Assumpção—10—6—1915.
- 21—Conego Henrique Xavier de Farias—15—7—1915.
- 22—Dezembargador Artur da Silva Rego—26—8—1915.
- 23—Dr. Manuel Antonio de Moraes Rego—8—6—1916.
- 24—Dr. Manuel Carneiro Rodrigues Campelo—5—10—1916.
- 25—Prof. João Felipe Monteiro—11—1—1917.
- 26—Apolonio Peres—12—2—1917.
- 27—Othon L. Bezerra de Melo—7—6—1917; bemfeitor, —
6—3—1919.
- 28—Dr. Augusto Lins e Silva—22—8—1917.
- 29—Dr. João de Medeiros Peretti—10—11—1917.
- 30—Dr. Amaro Gomes Pedrosa—5—9—1918.
- 31—Dr. João Aureliano Correia de Araujo—19—9—1918.
- 32—Dr. Ubaldo Gomes de Matos—7—11—1918.

- 33—José Pedro Nunes de Melo—18—12—1918.
 34—Dr. Carlos Augusto Pereira da Costa—24—4—1919.
 35—Dr. João Bartolomeu Bezerra Leite—10—11—1920.
 36—Dr. Estevam Pinto—12—10—1922.
 37—Dr. Luiz Cedro Carneiro Leão—11—12—1924.
 38—Prof. Jeronimo Gueiros—10—7—1924.
 39—Dr. Manuel Caetano de Albuquerque e Melo Filho —
 5—2—1925.
 40—Dr. Joaquim Inacio de Almeida Amazonas—2—6—1927.
 41—Dr. Luis Cezario Cardoso Aires—24—11—1927.
 42—Naasson Figueirêdo—20—6—1928.
 43—Raimundo Pais Barreto—9—1—1929.
 44—Mário Coêlho Pinto—8—5—1912.
 45—Zeferino Lima—26—6—1929.
 46—Dr. Olimpio Costa Junior—29—1—1930.
 47—Dr. Luis Maria Delgado—22—4—1931.
 48—Dr. José Rodrigues de Carvalho—22—6—1932.
 49—Dr. Valdemar Valente—13—12—1933.

CORRESPONDENTES

- 1—Barão de Studart—13—4—1886.
 2—Dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva—6—2—1890.
 3—Dr. João Batista Perdigão de Oliveira—8—3—1894.
 4—Dr. Samuel da Gama Mac Dowel—8—3—1894.
 5—Dr. Artur Quadros Colares Moreira—27—3—1894.
 6—Joaquim Ferreira Chaves—5—3—1896.
 7—Dr. Optato Nehemias Eustachio Carajuru—28—12—1897.
 8—Lorjô Tavares—5—7—1900.
 9—Dr. Teodoro Sampaio—13—9—1900.
 10—Dr. Olimpio Costa—13—10—1900.
 11—Dr. J. J. Seabra—22—8—1901.
 12—Dr. José Antonio Gonçalves de Melo—5—1—1902.
 13—Dr. José Pereira Rêgo—7—7—1903.
 14—Dr. Alberto Sousa—20—5—1904.
 15—Dr. Augusto de Oliveira—20—5—1904.
 16—Bispo d. Severino Vieira de Melo—17—11—1904.
 17—Dr. Joaquim Manuel Cardoso de Oliveira—11—1—1906.
 18—Dr. Virgilio Cardoso de Oliveira—11—1—1906.
 19—Dr. Nelson de Sena—11—1—1906.
 20—Augusto Porto Alegre—31—3—1906.
 21—Dr. Rodolfo Augusto de Amorim Garcia—15—9—1906.
 22—Frei Matias Teves—5—10—1906.
 23—Dr. João Claudio Carneiro Campelo—17—1—1907.

- 112—Dr. Paulo Eleuterio—10—1—1918.
- 113—Consul José Manuel Sarmiento—21—3—1918.
- 114—Dr. Helio Lobo—9—4—1918.
- 115—Dr. Clemente Gaspar Maria Brandenburg—9—4—1918.
- 116—Cap. Mar e Guerra Thiers Fleming—9—4—1918.
- 117—Augusto Pacheco—13—6—1918.
- 118—Dr. Afonso A. de Freitas—1—8—1918.
- 119—Coronel Pedro Dias de Campos—1—8—1918.
- 120—Vicente Themudo Lessa—1—8—1918.
- 121—Almirante Henrique Boiteux—1—8—1918.
- 122—Dr. Targino Neves—1—8—1918.
- 123—Dr. José Rodrigues Sette—1—8—1918.
- 124—Prof. Luiz Pessanha—5—9—1918.
- 125—Dr. Ruy de Gouveia Nobre—3—10—1918.
- 126—Tancredo de Barros Paiva—3—10—1918.
- 127—Dr. José Feliciano da Rocha—28—11—1918.
- 128—Prof. Eustorgio Vanderlei—12—12—1918.
- 129—Alfredo Sotero de Faria—18—12—1918.
- 130—Francisco José da Silveira Lobo—20—2—1919.
- 131—R. Lehmann Nitsche—20—2—1919.
- 132—Dr. Mario da Veiga Cabral—1—9—1921.
- 133—Manuel Braga Ribeiro—15—6—1922.
- 134—D. Adolfo Arogónés de Encarnación—20—9—1922.
- 135—Prof. Honorio de Sousa Silvestre—26—2—1924.
- 136—Argeu Guimarães—10—7—1924.
- 137—Dr. Diego Carbonell—10—7—1924.
- 138—Dr. Fernando Soares Brandão—2—10—1924.
- 139—Dr. Fritz Holm—13—11—1924.
- 140—Luis da Câmara Cascudo—5—2—1925.
- 141—Dr. Antonio de Barros Barreto—20—8—1925.
- 142—Tenente-coronel Emilio Fernandes de Sousa Docca —..
29—10—1925.
- 143—Padre Geraldo José Pauwelis—14—1—1926.
- 144—João Ribeiro de Barros—2—6—1927.
- 145—Dr. Urbano Viana—19—9—1927.
- 146—Dr. Antonio Domingos Pinto Filho—13—10—1927.
- 147—Comandante João Velho Sobrinho—27—10—1927.
- 148—Dr. Eurico de Góes—20—6—1928.
- 149—Prof. José Otávio de Barros—18—6—1928.
- 150—Dr. A. J. Barbosa Lima Sobrinho—9—10—1929.
- 151—Prof. Jorge Bertolaso Stella—18—12—1929.
- 152—Dr. Ulisses Gomes Porto—27—11—1929.
- 153—Zenon Pereira Leite—9—4—1930.
- 154—Dr. Jorge Hurley—21—10—1931.

- 68—Dr. Augusto Paredes Nebot—15—7—1915.
- 69—Dr. J. Benito Marco e Gordoqui—15—7—1915.
- 70—Mario A. Valeriano de Lorena—15—7—1915.
- 71—Dr. Tito U. Lisoni—15—7—1915.
- 72—Dr. Mateus Augusto de Oliveira—30—9—1915.
- 73—Meira de Menezes—21—10—1915.
- 74—Antonio da Costa Correia Leite—21—10—1915.
- 75—Mario de Artagão—21—10—1915.
- 76—Felix Pacheco—13—1—1916.
- 77—R. D. Comonghane Graham—13—1—1916.
- 78—Dr. Francisco Solano Carneiro da Cunha—13—1—1916.
- 79—Dr. Cassiano Tavares Bastos—13—1—1916.
- 80—Padre Florentino Barbosa—13—1—1916.
- 81—Paulo Maranhão—13—1—1916.
- 82—José Alves de Sousa—13—1—1916.
- 83—Dr. Flavio Maroja—13—1—1916.
- 84—Dr. Eusebio Neri Alves de Sousa—16—3—1916.
- 85—Dr. Alfredo Pujol—16—3—1916.
- 86—Arcebispo d. Irineu Joffily—16—3—1916.
- 87—Dr. Jeronimo Rangel Moreira—16—3—1916.
- 88—Olimpio de Menezes—16—3—1916.
- 89—Aluisio de Carvalho—28—11—1916.
- 90—Dr. Braz do Amaral—23—11—1916.
- 91—Dr. A. J. de Sousa Carneiro—23—11—1916.
- 92—Dr. Nestor dos Santos Lima—11—1—1917.
- 93—Dr. Luiz Tavares de Lira—7—3—1917.
- 94—Dr. Claudio Oscar Soares—7—3—1917.
- 95—Padre João de Barros Uchôa—7—4—1917.
- 96—Dr. Severino Otto Bezerra de Melo—7—6—1917.
- 97—Dr. Carlos Xavier Pais Barreto—21—6—1917.
- 98—Dr. Francisco Borges de Barros—21—6—1917.
- 99—Dr. Fidelino de Figueirêdo—21—6—1917.
- 100—Dr. Lauro Sodré—19—7—1917.
- 101—Dr. João Palma Muniz—19—7—1917.
- 102—J. Coutinho de Oliveira—19—7—1917.
- 103—Dr. Henrique Santa Rosa—19—7—1917.
- 104—Dr. Teodoro Braga—19—7—1917.
- 105—Dr. Eladio de Amorim Lima—19—7—1917.
- 106—Dr. João do Rêgo Barros—19—8—1917.
- 107—Dr. Deoclecio Dantas Duarte—10—11—1917.
- 108—Prof. Basilio de Magalhães—22—11—1917.
- 109—General Otavio de Azeredo Coutinho—22—11—1917.
- 110—Dr. Antonio A. Borges dos Reis—13—12—1917.
- 111—Dr. Eugenio Gudín—13—12—1917.

18—Dr. Olimpio Costa Junior—29—1—1930.

19—José Camarinha—8—5—1930.

20—Conde F. Matarazzo—8—6—1930.

BENEMERITO

Dr. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti—12—2—1920— Eleito
effetivo a 7—6—1894.

GRANDE BEMFEITOR

Dr. Manuel Antonio Pereira Borba—6—2—1919.

Eleito Bemfeitor a 23—11—1916. -|- 11—8—1928

- 155—Dr. Aurino Maciel—21—10—1931.
 156—Dr. Antonio Rapôso—22—6—1932.
 157—Prof. Adalberto Matos—25—8—1933.
 158—Prof. Augustin Venturino—27—9—1933.
 159—Dr. Getúlio César—9—11—1933.

HONORARIOS

- 1—Dr. Manuel Neto Carneiro Campelo—15—12—1917.
 Eleito efetivo—18—7—1895.
 2—Dr. José Marcelino da Rosa e Silva—19—2—1903.
 3—Dr. Xavier da Cunha—24—7—1904.
 4—Dr. Clovis Bevilacqua—17—5—1906.
 5—Conde Afonso Celso—26—9—1906.
 6—10—Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida—7—6—1908.
 7—Consul Ernesto de Vasconcelos—30—6—1910
 8—Bispo d. José Pereira Alves—27—1—1915.
 9—Dr. Bruno Lobo—5—10—1916.
 10—Arcebispo d. Sebastião Leme—11—1—1917.
 11—Almirante Gago Coutinho—28—7—1922.
 12—General Candido Rondon—26—10—1923.
 13—Arcebispo d. Miguel de Lima Valverde—10—1—1925.

BEMFEITORES

- 1—Dr. Mário Carneiro de Rego Melo—25—9—1913. Eleito
 efetivo a 27—5—1909.
 2—Othon Lynch Bezerra de Melo—6—3—1919. Eleito efe-
 tivo a 7—6—1917.
 3—Candido da Cunha Souto Maior—30—5—1918.
 4—José Antonio de Sousa—30—5—1918.
 5—Afonso Viseu—1—8—1918.
 6—Antonio Ribeiro Seabra—1—8—1918.
 7—Gervasio Seabra—1—8—1918.
 8—A. Ommundsen—30—10—1919.
 9—Coronel Eduardo de Lima Castro—12—2—1920.
 10—Dr. Anselmo de Medeiros Peretti—12—2—1920.
 11—Conde Ernesto Pereira Carneiro—10—3—1920.
 12—Dr. Sergio Teixeira Lins de Barros Loreto—5—4—1923.
 13—Alfredo Couceiro—14—2—1924.
 14—João Confalonieri—24—8—1924.
 15—Julio Belo—2—2—1928.
 16—Dr. Estacio Coimbra—17—2—1929.
 17—Murilo La Greca—17—2—1929.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)